

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE



Mário Sérgio Demarzo

MEMÓRIA COLETIVA NA CIDADE DE ARARAQUARA (SP):
DESTRUIÇÃO/RE-CONSTRUÇÃO

ARARAQUARA
2019

Mário Sérgio Demarzo



MEMÓRIA COLETIVA NA CIDADE DE ARARAQUARA (SP):

DESTRUIÇÃO/RE-CONSTRUÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, na Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientado:
Mário Sérgio Demarzo

Orientadora:
Dra. Dulce C.A. Whitaker
Co-orientadora:
Dra. Janaína F.F. Cintrão

ARARAQUARA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

D444m Demarzo, Mário Sérgio

Memória coletiva na cidade de Araraquara (SP): destruição/
re-construção/Mário Sergio Demarzo. – Araraquara: Universidade de
Araraquara, 2019.

346f.

Tese (Doutorado))- Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de
Araraquara-UNIARA

Àrea de concentração – Desenvolvimento territorial e alternativas de
Sustentabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

1. Memória coletiva. 2. Marcos urbanos. 3. Tradição. 4. Cidade.
I. Título.

CDU 577.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: *Mario Sergio Demarzo*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Profa. Dra. Valéria Oliveira de Vasconcelos

Profa. Dra. Dóris Accioly Silva

Profa. Dra. Rogéria Antunes

Profa. Dra. Thauana Paiva de Souza Gomes

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: "Não há mais o que ver", sabia que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se viu no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

(José Saramago)

A memória diminui, se não for exercitada.

(Cícero)

Para:
Doutora Teresa Cristina Telarolli,
Doutor Domingos Carnesseca Neto,
Doutor Alcyr Azzoni,
três dos maiores cultores e depositários da memória araraquarense.

À
Doutora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker,
orientadora, amiga e sábia.

AGRADECIMENTOS

Deveríamos agradecer a uma infinidade de pessoas, mas, com a absoluta convicção de que cometeríamos injustiças – e pedindo escusas, desde já, pelas omissões – pretendemos registrar agradecimentos a todos os que se envolveram com o nosso projeto, elegendo alguns daqueles que nos auxiliaram, a fim de representarem aos que, por nossa inteira falha, deixaremos de mencionar.

Agradecer, em primeiro lugar, à nossa orientadora, Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, é de uma obviedade evidente. Sem que ela nos apontasse, com segurança, o nosso norte, jamais chegaríamos ao destino. Especial menção devemos fazer, com ênfase, às Doutoradas Thauana Paiva de Souza Gomes e Rogéria Antunes, participantes de nossa banca de qualificação (e de defesa), cujas sugestões foram de tão fundamental importância que determinaram uma verdadeira inflexão na estrutura do trabalho. Agradecemos, também, às Dras. Dóris Accioly Silva e Valéria Oliveira Vasconcelos, da banca de defesa, com suas pertinentes observações para a pós-redação do trabalho.

Igualmente, não podemos nos esquecer das Doutoradas Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Janaína Florinda Ferri Cintrão e Helena Carvalho de Lorenzo, as quais, principalmente por ocasião da pré-qualificação, nos indicaram caminhos significativos na correção do desenvolvimento da tese.

Agradecemos especiais a nosso filho, Miguel Alexandre Fernandes Demarzo, pelo inestimável auxílio na arte final das figuras e mapas, bem como a nossa querida companheira, Elizabete Neves de Almeida, que com paciência nos apoiou nessa empreitada, e, tal como ocorrera durante o Mestrado, trazendo-nos um café perfumado e novo quando o cansaço tentava vencer-nos em algumas madrugadas.

Reservamos um grande carinho para com as secretárias do setor de pós-graduação da UNIARA, em especial a Ivani Ferraz Urbano e a Maria Sílvia Correa, eternamente solícitas, sempre prontas a nos auxiliar, não só nos trâmites burocráticos, como com uma oportuna palavra amiga, que nos traz ânimo, quando nos surpreendemos confusos ou desanimados.

Desejamos deixar absolutamente claro que os acertos desse trabalho são devidos às pessoas que nos auxiliaram e aconselharam, enquanto todos os erros e enganos devem-se, de forma exclusiva, ao Autor.

Guardaremos, com certeza, a todos, em nossa memória.

RESUMO

Esta tese aborda a memória coletiva de Araraquara (SP), analisando sua progressiva destruição e apresentando um roteiro para ativar o conhecimento sobre o patrimônio memorialístico urbano. Identifica-se o eixo existente na construção e abandono da memória coletiva da cidade, com foco, preferencialmente, no conceito de marcos urbanos (referenciais tanto concretos como imateriais), com possível alienação cultural e histórica, face ao desligamento topofílico como fator de desinteresse pelo destino da cultura cidadina. A conservação do patrimônio histórico-cultural de uma cidade é quase tão fundamental quanto a preservação da natureza que a circunda. Em relação a esta última, já existem pelo menos alguns movimentos, embora incipientes, face ao poder destruidor do sistema econômico vigente. A tradição (ou as tradições) da cidade, enquanto assentamento humano, se perde e/ou é destruída pela ânsia de modernidade, com a mesma facilidade com que se destrói o meio ambiente. Usando as teorias disponíveis sobre a chamada “tradição”, constrói-se um painel compreensivo da situação dos principais marcos urbanos araraquarenses (*e.g.*, Matriz de São Bento, os Britos, o Chafariz, os trilhos que atravessam a cidade, a torre do relógio, lendas etc.). Sem a tradição, os seres humanos não compreendem o destino que os desafia. Abordam-se os aspectos filosófico (Bergson), sociológico (Halbwachs), paradoxais (Meneses) e fisiológico (Candau) da memória, bem como os conceitos de história, cultura, ideologia, poder e esquecimento. Analisam-se diversos aspectos da cidade, como, por exemplo, sua concepção como texto em que se lê sua memória, sua evolução ou seu crescimento desmedido, com consequências na destruição da memória coletiva. Resenam-se alguns registros escritos (históricos) de Araraquara (SP), que funcionam como memória coletiva externa; analisam-se aspectos das entrevistas realizadas (naquilo que se refere a marcos urbanos) e comentam-se caminhos para a re-construção de nossa memória coletiva, dos quais o trabalho pretende ser uma contribuição. Comentam-se políticas públicas pertinentes e a importância do turismo na perspectiva memorialística. Considera-se que a memória coletiva araraquarense vem enfrentando o fato de que seus marcos urbanos estão, na maior parte, abandonados, deteriorando-se e sem referenciais. Embora haja material para a re-construção de nossa memória, ela se apresenta esgarçada e difusa.

Palavras-chave: memória coletiva, marcos urbanos, tradição, cidade.

ABSTRACT

This thesis approaches the collective memory of Araraquara (SP), analyzing its progressive destruction and presenting a script to activate the knowledge about the urban memorialistic patrimony. It is possible to identify the existing axis in the construction and abandonment of the collective memory of the city, focusing preferably on the concept of urban landmarks (both concrete and immaterial references), with possible cultural and historical alienation, in view of the topofolic disconnection as a factor of disinterest in the city's culture destiny. The conservation of a city's historical and cultural patrimony is almost as fundamental as the preservation of its surrounding nature. In relation to the latter, there are at least a few movements already, although incipient, in view of the destructive power of the current economic system. The tradition (or traditions) of the city, as a human settlement, is lost and/or destroyed by the eagerness for modernity, with the same ease with which the environment is destroyed. Using the available theories on the so-called "tradition", it is possible to build a comprehensive panel of the situation of the main urban landmarks in Araraquara, e.g., São Bento Church (*Matriz de São Bento*), Britos, the Fountain (*o Chafariz*), the rails that cross the city, the clock tower, legends, etc. Without tradition, human beings do not understand the destiny that challenges them. The philosophical (Bergson), sociological (Halbwachs), paradoxical (Meneses) and physiological (Candau) aspects of memory are discussed, as well as the concepts of history, culture, ideology, power and forgetfulness. Several aspects of the city are analyzed, such as its conception as a text that reads its memory, its evolution or its excessive growth, with consequences in the destruction of the collective memory. Some written (historical) records of Araraquara (SP) are reviewed, which work as external collective memory; aspects of the interviews carried out (in terms of urban landmarks) are discussed and ways of rebuilding our collective memory are discussed, to which this work is intended to be a contribution. Relevant public policies and the importance of tourism in the memorialistic perspective are discussed. It is considered that the collective memory of people from Araraquara has been facing the fact that its urban landmarks are mostly abandoned, deteriorating and without reference. Although there is material for the reconstruction of our memory, it presents itself as frayed and diffused.

Key words: collective memory, urban landmarks, tradition, city.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 01	– Posição relativa do Município de Araraquara no Estado	21
Figura 02	– Extensão do município em 1832	21
Figura 03	– Vista aérea dos trilhos que cortam Araraquara (SP)	27
Figura 04	– Torre do Shopping Lupo	27
Figura 05	– A Rua “5” (Voluntários da Pátria), com oitis protegidas	28
Figura 06	– Posição relativa dos principais marcos urbanos mencionados	48
Figura 07	– Localização aproximada das várias etnias índias, no século XVIII	49
Figura 08	– Capelinha de São Bento (1805)	50
Figura 09	– Porta da Matriz na Rua Pe. Duarte	50
Figura 10	– A atual Rua Pe. Duarte, que passa pelos “fundos” da Matriz	51
Figura 11	– Capela de São Bento, em 1817	51
Figura 12	– Igreja de 1866, com o rego d’água na frente	53
Figura 13	– Quarto templo da Igreja Matriz, de 1891	53
Figura 14	– O templo de 1891, depois de reformado	55
Figura 15	– Igreja Matriz de São Bento, em Araraquara (SP), em 2018	55
Figura 16	– O opulento interior do templo anterior ao atual da Matriz, em outubro de 1891	56
Figura 17	– Interior da Matriz, construção atual	56
Figura 18	– Rozendo de Souza Brito e seu tio, Manuel de Souza Brito	58
Figura 19	– Cel. Antônio J. de Carvalho	56
Figura 20	– A capela de São Manoel (dos Britos), em finados (anos 1950)	63
Figura 21	– A Capela de S. Manoel (Britos), atualmente, de um outro ângulo	64
Figura 22	– Interior atual da capela. Sobre o altar, bustos dos Britos	64
Figura 23	– Foto da construção da capela dos Britos (São Manoel)	65
Figura 24	– Anexo à capela dos Britos, que abriga os <i>ex-voto</i>	65
Figura 25	– Aspecto do interior do anexo dos <i>ex-voto</i>	65
Figura 26	– Outro ângulo do interior do anexo dos <i>ex-voto</i>	66
Figura 27	– Placa afixada na parede da capela	67
Figura 28	– Túmulo do Cel. Carvalho no cemitério de São Bento	68
Figura 29	– Carlos Baptista Magalhães	75
Figura 30	– Bento de Abreu (esquerda) e Plínio de Carvalho (direita)	75
Figura 31	– O chafariz, com seus ornamentos: as serpentes e água	76
Figura 32	– Mapa da época da captação do rego d’água. Cerca de 1835	78
Figura 33	– O Padre Antônio Braz Cesarino	79
Figura 34	– Desenho de Lucas Lima, da suposta serpente	80
Figura 35	– As localizações da igreja do Carmo e do local da capelinha	81
Figura 36	– A igreja de Nossa Senhora do Carmo, atualmente	81
Figura 37	– Palácio de Alhambra, edifício símbolo do estilo mourisco	86
Figura 38	– O antigo Teatro Municipal, na época de sua inauguração, em 1914	86
Figura 39	– Interior do antigo teatro: palco, plateia, frisas e camarotes	87
Figura 40	– Atual localização das grades da mureta do antigo Teatro, na Fundação Gota de Leite	87
Figura 41	– Prefeitura Municipal, em 2018. Ao fundo, a atual Secretaria da Cultura, contemporânea do antigo teatro	89
Figura 42	– Conjunto do Teatro Municipal, Clube Araraquarense e Hotel Municipal (foto da “ <i>década de 40</i> ”, MEDINA JÚNIOR, 2012).Defronte, Esplanada das Rosas	91

Figura 43	– Linhas férreas: a Vila Xavier, à direita, mais elevada do que o centro da cidade	92
Figura 44	– Antiga estação ferroviária, atual Museu Ferroviário	92
Figura 45	– Estação ferroviária em 1920	93
Figura 46	– A casa onde viveu o Conde do Pinhal, em Araraquara	95
Figura 47	– O Conde do Pinhal	95
Figura 48	– A “barriga” dos trilhos em direção a Araraquara	97
Figura 49	– O “ponto zero” da EFA, na estação, atual Museu Ferroviário	98
Figura 50	– Mapa ferroviário do Estado de São Paulo, em 1950	99
Figura 51	– Enchentes na via paralela aos trilhos, em fevereiro de 2014.....	100
Figura 52	– A torre do relógio da Lupo	101
Figura 53	– O Shopping Lupo, em Araraquara, atualmente. (No prédio à direita, funcionava a Rádio Cultura.)	102
Figura 54	– Henrique Lupo	102
Figura 55	– O fruto da sapucaia e a última árvore da espécie, na chácara	104
Figura 56	– Frutos da sapucaia, colhidos no campus da UNESP	105
Figura 57	– A banheira na sede da Chácara Sapucaia, onde Mário de Andrade escreveu Macunaíma	105
Figura 58	– A antiga nota de 500.000 cruzeiros, com Mário de Andrade.....	107
Figura 59	– Pio Lourenço e a esposa, Zulmira (11.03.1939)	107
Figura 60	– Joaquim de Almeida Leite Moraes, avô de Zulmira e Mario, e padrinho de Pio	108
Figura 61	– A sede e a entrada da Chácara Sapucaia	108
Figura 62	– Mário de Andrade, em foto na Sapucaia, em 1937.	108
Figura 63	– O <i>footing</i> em São Carlos, na praça Cel. Salles.	109
Figura 64	– O antigo coreto do Jardim Público (Praça Independência)	110
Figura 65	– O então Jardim Público, em 1899, com as calçadas do <i>footing</i> antigo ...	110
Figura 66	– Aspecto atual da Praça da Independência (antigo Jardim Público)	110
Figura 67	– Rua José Palamone Lepre (antigo caminho da romaria aos Britos) e a entrada do prédio do matadouro, na mesma avenida (primeiro grupo de árvores, à direita)	112
Figura 68	– O Matadouro, em 1915	112
Figura 69	– O prédio do Matadouro, em 2017	112
Figura 70	– A locomotiva n.º 9 ao lado da antiga sede da EFA	113
Figura 71	– Locomotivas e vagões apodrecendo a poucos metros do Museu Ferroviário, incluindo um histórico vagão da “ <i>Turma de Manutenção e Eletrificação do Ar</i> ” (embaixo, à direita)	115
Figura 72	– Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara	116
Figura 73	– Aviso do horário de funcionamento	116
Figura 74	– Giuseppe Leonardi e Marcelo A. Fernandes	116
Figura 75	– Placa, no interior do MAPA, mostrando o nome do Maestro José Tescari	117
Figura 76	– A entrada do museu (não há referência ao Maestro Tescari)	117
Figura 77	– Laje exposta no MAPA	118
Figura 78	– Outra laje exposta no MAPA	118
Figura 79	– Laje na calçada (Rua Voluntários da Pátria – Jardim Independência) ...	118
Figura 80	– Reconstituição de esqueleto de dinossauro da região de Araraquara	119
Figura 81	– Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria	121
Figura 82	– O Museu Voluntários da Pátria, quando abrigava a Câmara (ao fundo, o prédio da Maternidade Gota de Leite)	122

Figura 83	– Grupo Escolar Antônio J. de Carvalho, em 1927	122
Figura 84	– Primeira leiteria de Araraquara, defronte à então Estação Ferroviária. Ao fundo, vê-se o edifício da Matriz, inaugurado em 1891 e demolido em 1956	123
Figura 85	– A leiteria reformada, cerca de 1920	123
Figura 86	– Vista, em 2018, do local das fotos anteriores	124
Figura 87	– Construções do entorno do Museu Ferroviário (em 2018)	124
Figura 88	– Prédios anexos ao Museu Ferroviário, deteriorados. À direita, a caixa d’água que abastecia as caldeiras das locomotivas a vapor	125
Figura 89	– A Farmácia Internacional, em 2018, e na década de 1950	125
Figura 90	– A residência de Carlos Necke.	126
Figura 91	– A casa de Carlos Necke, hoje, integra a UNIARA	126
Figura 92	– O “desvio” da Rua São Bento	130
Figura 93	– A Rua 5 (Voluntários da Pátria)	131
Figura 94	– Wallace Leal Valentim Rodrigues	134
Figura 95	– A morte da vaca Mimosa (Santo Antonio e a Vaca)	135
Figura 96	– Wallace Leal (esquerda) e Edward Freund (cameraman), nas filmagens de Santo Antônio e a Vaca	136
Figura 97	– Hélio Morganti com JK e Jânio Quadros	137
Figura 98	– Rômulo Lupo	138
Figura 99	– Banda Carlos Gomes	139
Figura 100	– O Theatro Polytheama, depois São Bento. Demolido, virou cinema (Cine Odeon, depois Cine Veneza). Hoje, é loja de departamentos.	140
Figura 101	– O busto de Antônio A. Correia da Silva	140
Figura 102	– Monumento a Bento de Abreu Sampaio Vidal (Av. Bento de Abreu) ...	141
Figura 103	– Monumento aos combatentes da Revolução de 1932 (Av. Bento de Abreu), inaugurado em 02/12/1934	141
Figura 104	– Reprodução de quadro de Ernesto Lia, premiado em Genebra	142
Figura 105	– Principais aspectos da memória abordados	154
Figura 106	– O cone da memória (Bergson)	158
Figura 107	– Uma brochura, ainda com páginas a serem abertas	164
Figura 108	– Áreas do cérebro	170
Figura 109	– Pereira Lima	174
Figura 110	– O Lua	174
Figura 111	– A rua como espaço de sociabilização: a atual R. 9 de Julho (1922)	187
Figura 112	– Mapa de Araraquara (1870), anterior aos trilhos	189
Figura 113	– Mapa de Araraquara (1877), ainda sem a Estrada de Ferro, com evolução na direção oposta àquela do futuro traçado dos trilhos (seta pelo autor)	189
Figura 114	– Mapa de Araraquara (1893), já com a estrada de ferro, em cuja direção a cidade evoluiu (seta pelo autor)	190
Figura 115	– Mapa de Araraquara (1908). A cidade evolui para além dos trilhos (seta pelo autor)	190
Figura 116	– Ferrovias e rodovias. (A linha reta é a Via WashingtonLuiz.)	195
Figura 117	– O Hotel São Bento, abandonado, defronte à antiga estação ferroviária	199
Figura 118	– Calçada ao lado de vaga para idoso – Rua Padre Duarte	202
Figura 119	– Estreitamento de calçada, com poste – Rua Pe. Duarte	202
Figura 120	– Joaquim Lourenço Correa Filho e Pio Correa da Rocha	212
Figura 121	– Araraquara, em 1864	212

Figura 122	– Escola Carlos Baptista Magalhães	213
Figura 123	– Escola Antônio Joaquim de Carvalho	214
Figura 124	– Igreja de Santa Cruz, com eucalipto ao lado (cerca de 1908)	216
Figura 125	– O Hospital de Isolamento	216
Figura 126	– Túmulos centenários no cemitério dos Britos	217
Figura 127	– Contadoria da EFA	222
Figura 128	– Prédio da Coletoria e a torre da Lupo, vistos a partir da Rua 1	222
Figura 129	– Cadeia e fórum em 1910	224
Figura 130	– Cadeia e fórum transferidos para a Rua Pe. Duarte (1914)	224
Figura 131	– Caminhões de aluguel, defronte à estação ferroviária	226
Figura 132	– Casa Barbieri, Natal de 1955	227
Figura 133	– Usina Tamoio, da família Morganti	227
Figura 134	– O minarete da Farmácia Internacional	232
Figura 135	– Vista do interior do Cine Coral	232
Figura 136	– Tempo e dificuldade na realização de mudanças	233
Figura 137	– O histórico prédio da leiteria, pintado de azul, em janeiro de 2019	238
Figura 138	– A locomotiva n.º 9, na sua reinauguração	241
Figura 139	– Os Campos de Araraquara se estendiam até o Rio Paraná	243
<u>FIGURAS NO APÊNDICE C:</u>		
Figura 140	– Gondwana e continentes, há 200 milhões de anos (Era Triássica)	267
Figura 141	– Captação de Água, DAAE – Represa das Cruzes (1946)	279
Figura 142	– O atual Teatro Municipal de Araraquara	279
Figura 143	– O prédio da primeira livraria	293
Figura 144	– Rua Pe. Duarte, entre Avs. Brasil e Pedro II, em 1923	308
Figura 145	– O mesmo trecho, hoje. a primeira loja à direita é a locadora de Ditodaro	308
Figura 146	– Casa onde residiu o Cel. Antônio J. de Carvalho (marcada com “1”)	322

LISTA DE QUADROS

Quadro I - Quadro-resumo das referências aos principais marcos urbanos da cidade	47
Quadro II – Nomes de ruas hoje e suas denominações em outras épocas	132
Quadro III – Resumo dos principais marcos urbanos citados nas entrevistas	264

TABELA ÚNICA

Tabela - Total de valores nas atividades de turismo, de 2003 a 2009 (em 1.000.000 R\$) – Brasil	237
--	-----

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária

AFE – Associação Ferroviária de Esportes

ALL – América Latina Logística

BLOG – contração do inglês *web log* (diário da rede)

CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

CECRAD - Centro de Recuperação de Acervos Diversos

CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

CD-ROM - Sigla para: Compact Disc Read-Only Memor ou "Disco Compacto - Memória Somente de Leitura"

COMPPhARA – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paleontológico, Etnográfico, Arquivístico, Bibliográfico, Artístico, Paisagístico, Cultural e Ambiental de Araraquara

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo).

CPB – Centro de Produtividade do Brasil

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DENIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DVD – abreviatura do inglês *Digital Versatile Disc* (Disco Digital Versátil)

EFA – Estrada de Ferro Araraquara

EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

EPTV – Emissoras Pioneiras de Televisão

FACIRA – Feira Agrocomercial e Industrial da Região de Araraquara

FEPASA – Ferrovias Paulistas S.A.

FERROBAN – Ferrovias Bandeirantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Campus de São José do Rio Preto

IEEBA – Instituto Estadual de Educação Bento de Abreu, antigo IEBA – Instituto de Educação Bento de Abreu

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social

ITES – Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior

LEPAARQ - Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL).

MAPA – Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara “Maestro José Tescari”

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

Op.cit. – do Latim *opus citatum* (obra citada)

PROAC – ICMS – Programa de Ação Cultural

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PVC – *Polyvinyl Chloride*; em português, Policloreto de Polivinila ou Policloreto de Vinil (um plástico)

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio

SINFERP - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Transporte de Passageiros da Zona Sorocabana

SITE - *website* (sítio eletrônico) – conjunto de páginas na internet

UAPA - União dos Aposentados e Pensionistas da Araraquarense

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFScar – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIARA – Universidade de Araraquara

USP – Universidade de São Paulo

VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

ZPPAUP - Zonas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	Pressupostos Teóricos	22
1.2	Especificando o Tema	29
1.3	Metodologia e estrutura	31
2	CAPÍTULO I – INVENTÁRIO DE MARCOS URBANOS	42
2.1	Patrimonialismo	42
2.2	Inventário de marcos urbanos araraquarenses	46
2.2.1	Matriz de São Bento	49
2.2.2	Britos	57
2.2.3	O Chafariz	73
2.2.4	Três Lendas	76
2.2.4.1	A lenda da serpente	76
2.2.4.2	Nossa Senhora do Carmo e sua festa	80
2.2.4.3	O Tesouro	83
2.2.5	O antigo Teatro Municipal	84
2.2.6	Os trilhos que cortam a cidade	91
2.2.7	A Torre do Relógio	101
2.2.8	A Chácara Sapucaia e Mário de Andrade	104
2.2.9	Outros marcos	109
2.2.9.1	O “fute” (<i>footing</i>)	109
2.2.9.2	Construções	111
2.2.9.3	Ruas	128
2.2.9.4	Artes e personagens	134
3	CAPÍTULO II – BALIZAS TEÓRICAS	144
3.1	História	145
3.2	Falando de memória	150
3.2.1	Bergson e o aspecto filosófico da memória	155
3.2.2	Halbwachs e o aspecto sociológico: a memória coletiva	159
3.2.2.1	Ulpiano Bezerra de Meneses: os paradoxos da memória	161
3.2.3	Candau e o aspecto fisiológico	169
3.2.4	Esquecimento	170
3.3	Cultura	175

3.4	Ideologia e Poder	177
3.5	Topofilia e <i>Oikophilia</i>	182
3.6	A cidade	185
3.6.1	O fenômeno da urbanização	186
3.6.2	Outras visões para a cidade	188
3.6.3	A cidade como sistema e registro da memória coletiva	193
3.6.4	Comentando as mudanças morfológicas das cidades	194
3.6.5	O crescimento desmedido das cidades	197
3.6.5.1	Envelhecimento	201
4	CAPÍTULO III – MEMÓRIA ESCRITA	204
4.1	Memória escrita araraquarense	204
4.1.2	Araraquara – 212 anos de história	205
4.1.3	A Ideologia da cidade-modelo	207
4.1.4	Araraquara – 170 anos de política	208
4.1.5	Para uma história de Araraquara (1800-2000)	209
5	CAPÍTULO IV – POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO	230
5.1	Políticas Públicas	231
5.1.2	Analisando a construção de políticas públicas patrimoniais	233
5.2	Comentando o turismo	236
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
	REFERÊNCIAS	249
	Mídia Gravada	257
	WEBGRAFIA	257
	APÊNDICE A - Roteiro básico de entrevista	261
	APÊNDICE B - Depoimento sobre Ináh Perez Bittencourt	262
	APÊNDICE C - Entrevistas	264
	1 - Alcyr Azzoni	265
	2 - Anderson Ivanhoé Brunetti	276
	3 - Domingos Carnesseca Neto	280
	4 - Elias Chedieck Neto	295
	5 - Inayá Bittencourt e Silva	300
	6 - Isabel Pelegrino Brunetti	303
	7 - João Batista Ditodaro (“Caçulinha”)	304

8 - José de Campos Machado	309
9 - Luís Antônio Alberto	311
10 - Moacyr Marchesi	317
11 - Marcos Valério Murad	320
12 - Paulo de Rizzo	324
13- Teresa Cristina Telarolli	328
ANEXO A – Leis 1.459/65 e 1.703/69	339
ANEXO B – Lei 5.920/02	341
ANEXO C – Bens Tombados	342
ANEXO D – Padre Duarte – Transcrição de doação	344
ANEXO E – Fac-simile da anotação de óbito de Pedro José Neto	345
ANEXO F – (Exemplos de alguns estilos arquitetônicos.)	346

1. INTRODUÇÃO

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?

Ecléa Bosi, socióloga, estudiosa da memória.

Quando ainda muito jovens, tínhamos como projeto buscar formação em Ciências Jurídicas. Todavia, o plano foi interrompido no segundo ano, por outras necessidades. De qualquer forma, depois, estando desenvolvendo atividade docente, obtivemos a Licenciatura e o Bacharelado em Letras. Mais tarde, enfrentamos, por outros motivos, a formação em Ciências Econômicas. Finalmente, voltamos aos bancos escolares para cursar Direito, por assim dizer, fechando o ciclo.

Analisando o programa do Curso de Mestrado da UNIARA – Universidade de Araraquara, resolvemos enfrentar o desafio. Assim, após o Mestrado, finalizado em 2014 (“Remoção dos Trilhos Ferroviários em Araraquara – Aspectos Históricos e Culturais”¹), começamos a cogitar do Doutorado.

Preocupou-nos, na ocasião, um aparente desinteresse (ou, mesmo, desconhecimento) de aspectos históricos e culturais sobre um marco importante da história de Araraquara: a epopeia das nossas estradas de ferro, sua constituição e desenvolvimento. Demonstramos o interesse meramente imobiliário preponderante na remoção dos trilhos do centro da cidade de Araraquara. Inquietou-nos, assim, a questão do que ocorreria quanto a outros marcos urbanos da história e cultura araraquarenses. Haveria razões, como o simples desconhecimento ou, num outro plano, provavelmente mais profundo, a ocorrência de uma falta de raízes quanto ao lugar? Em caso afirmativo, teríamos espaço para o estudo, numa visão ampliada, da memória coletiva araraquarense?

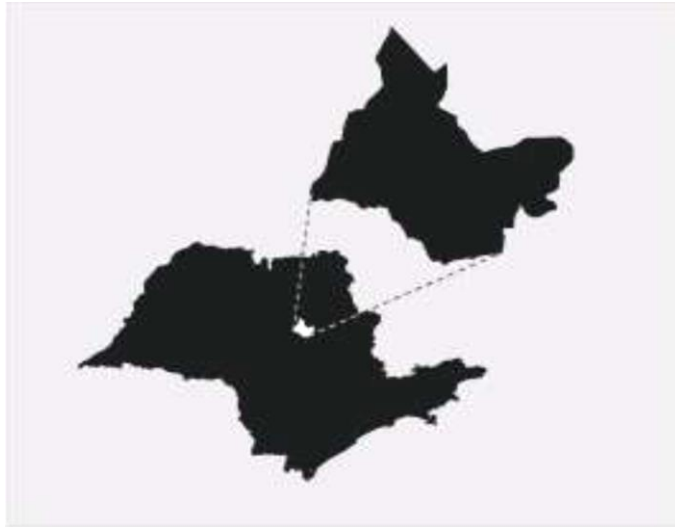
A oportunidade chegou em 2015 e o projeto que apresentamos foi aprovado, sendo, para nosso contentamento, designada, como nossa orientadora, aquela mesma que nos conduziu pelos caminhos do Mestrado, a Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. O que então não imaginávamos é que ocorreriam inúmeras mudanças e sobressaltos na rota de nosso trabalho. Tal como em nossa formação acadêmica, fomos obrigados a percorrer outros caminhos, até que retornamos à nossa orientadora e ao nosso projeto iniciais.

A memória coletiva de uma comunidade, como se verá, a seu tempo, envolve os participantes de uma coletividade e um local específicos – no presente caso, a cidade de

¹ Dissertação de Mestrado. Disponível em <<https://www.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2014/mario-sergio-demarzo.pdf>>.

Araraquara², no Estado de São Paulo. Na Figura 01, a seguir, temos a posição relativa do município, no Estado de São Paulo. Sua localização é o Planalto Ocidental Paulista, corresponde a uma “porção do planalto arenítico basáltico” brasileiro (CORRÊA, 2008, p. 21). Na Figura 02, verificamos que, em 1832, quando da elevação a vila, Araraquara era sede de um território que se estendia até as barrancas do Rio Paraná, sendo que sua área deu origem a mais de 150 outros municípios (COSTA, 2015, p. 29).

Figura 01 – Posição relativa do Município de Araraquara no Estado de São Paulo



Fonte: CEPAM (2014 - site).

Figura 02 – Extensão do município em 1832



Fonte: COSTA (2015, p. 29)

² O nome da cidade (da língua-geral, com elementos do tupi e guarani – ou *nheengatu*) foi, durante certo tempo, objeto de duas interpretações: buraco das araras ou morada do sol. Esta última, demonstrou-o Pio Lourenço Correa, é a que deve prevalecer. Daí, que a cidade é conhecida como a “Morada do Sol”. Ver Corrêa (1952, em especial fls. 1, 2 e 3).

Por derradeiro, tendo em vista que, em vários pontos, fazemos referência a índios e escravos, registrar aqui, com veemência, nossa repulsa, não a um, mas a dois crimes pelos quais o Brasil se tornou co-responsável. Um, refere-se à escravidão, sendo notório que fomos os últimos a corrigir essa distorção. Outro, com referência aos índios que, além de escravizados e espoliados de seus direitos, sofreram um verdadeiro genocídio: de estimados até “8,5 milhões de nativos”, quanto à América do Sul, houve uma diminuição “da ordem de 95% a 96%” da sua população (SCHWARCCZ, 2019, p. 163).

Quando, em certos trechos, nos referirmos, por exemplo, a “donos” de escravos, em verdade estaremos atendendo a uma expressão da época.

1.1 Pressupostos Teóricos

Ajudando a compreender a questão da memória coletiva em qualquer situação – especialmente a urbana -, percebemos que uma noção próxima à de pertencimento – ou seja, de fazer parte, de ter raízes – seria importante, que é a topofilia.

Yi-Fu Tuan (2012, p. 19) define o termo, advertindo tratar-se de conceito “vívido e concreto como experiência pessoal”, porém difuso: “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”.

Estabelece-se, portanto, uma ligação entre as pessoas e o lugar onde vivem ou nasceram. Daí, adquire significado maior a citação de Eclea Bosi, que inicia este trabalho³.

O sujeito por trás da memória coletiva, que é o indivíduo, identifica o lugar a que pertence. Seria lícito antecipar que os vínculos com o lugar, incluindo seu patrimônio imaterial, são mais fortes do que o ambiente concreto, que, eventualmente, pode permanecer estável ou não. Edifícios são construídos ou derrubados; acidentes geográficos podem ser removidos ou ocultados pela ocupação humana. A topografia, normalmente, muda pouco, edificações características podem ser preservadas (às vezes, muito mal), ou são, simplesmente descartadas ou descaracterizadas. A conformação do ambiente físico, atuando como referência caracterizadora do local, é relevante no estudo dos liames a que nos referimos. Quando pensamos em Araraquara (SP), do que nos lembramos? Ou, por outra, haveria o que nos induza a um sentido de pertencimento à cidade, sob o ponto de vista de suas características mórficas? Cada cidade é um ambiente único, que inclui a vivência nela. A remoção de um aspecto físico que já se incorporara ao imaginário coletivo destrói as ligações?

³ O estabelecimento de vínculos mais profundos com o local pressupõe certas condições, como a disponibilidade de informações e referências.

Pois é o patrimônio (desde que referenciado) que ativa elementos da memória coletiva, a qual é compartilhada entre as gerações.

Intimamente ligado a topofilia (e a pertencimento) está o conceito de *oikophilia* – o amor ao lar - noção, de resto, importante quando nos debruçamos, por exemplo, sobre as questões do meio ambiente, pois defende a responsabilidade no seu trato, devendo ser tratado da mesma maneira como as pessoas, com respeito, como meio – e não como um fim (SCRUTON, 2016, p. 226).

Em nosso estudo sobre a memória coletiva, optamos por dar maior ênfase ao aspecto urbano. Veremos, adiante, as razões de tal escolha. Basta, por ora, compreender (reconhecendo que muitos considerarão, digamos, uma afirmativa um tanto “urbanocêntrica”) que a cidade seria, hoje, o *habitat* considerado natural do ser humano (BARROS, 2007, p. 11): trata-se, tão somente, de uma opção de recorte, pois cremos que o ambiente citadino, em nosso caso, é um rico *locus* para estudo, por possuir inúmeros locais *de* memória:

Em primeiro lugar, se tomarmos a perspectiva de que a cidade é um lugar de memória e de que os monumentos do passado constituem lugares de memória, devemos considerar que esses documentos do passado não são apenas as edificações. É preciso notar que a concepção de lugar de memória abrange desde o traçado da cidade até sua nomenclatura; da toponímia até os livros que sobre ela se escreveram, nos mais diversos sentidos – compreendendo não apenas as obras arquitetônicas e urbanísticas, mas também os documentos de cultura de modo geral, isto é, toda produção estética, incluindo literatura, as artes plásticas, a música, além da imprensa e da iconografia sobre a cidade. Tudo isso pode se constituir em lugares de memória. (SANTOS, 1997, p. 18)

O mundo citadino é marcado por “ícones urbanos” (SHIBAKI, 2011, p. viii), definidos como sendo “elementos que compõem a paisagem de grandes metrópoles globais na forma de atributos que as tornam singulares e especiais”. Por tal entendimento, esses ícones urbanos apresentam-se como algo visível, facilmente identificável, como edificações, estátuas, logradouros, constituindo-se pontos de referência e identificação para os habitantes.

A autora justifica-se, quanto ao recorte de seu estudo:

Há uma tênue diferença entre as questões ligadas à memória entre os ícones urbanos e o patrimônio cultural, sobretudo os monumentos, porém nossos esforços estão voltados para a especificidade dos primeiros, considerando a influência que o patrimônio cultural exerce sobre eles. (SHIBAKI, 2011, p. 9)

Faz-se necessário, entretanto, registrar que nem sempre um ícone urbano integra o patrimônio cultural de uma comunidade: isso dependerá da carga histórica e memorialística neles imprimida⁴.

⁴ Exemplificadamente, os chamativos símbolos das empresas de origem americana, McDonald’s e Havan, podem ser ícones urbanos, porém não pertencem ao patrimônio cultural da comunidade porque desprovidos, para ela, de carga histórico-cultural – a menos que isso passe a acontecer por algum episódio significativo.

Na medida em que nos preocupamos com a memória coletiva de uma comunidade, percebemos que nossa visada não pode ser tão específica como a daquela autora, pois estamos na busca de elementos de patrimônio cultural, até porque o termo “monumento” sofreu uma extensão em seu significado.

Mansões e moradias antigas, relíquias, castelos, dólmens, gastronomia, línguas e saberes⁵. O patrimônio cultural constitui-se de bens heterogêneos tangíveis e intangíveis cuja base comum é a referência à história ou à arte. O patrimônio é vivo, permanentemente em processo, e sua configuração constitui-se por meio de relações que uma sociedade mantém com sua história. O termo “patrimônio”, que designa monumentos, obras e sítios, estendeu-se ao patrimônio industrial e ao patrimônio ecológico. Quanto ao patrimônio natural, é pensado como um dos elementos do patrimônio cultural: quem poderia negar que a fisionomia de determinada paisagem remete a uma cultura, a saberes e a tradições que contribuíram para moldar a terra e o ambiente construído que nela se enraíza? (BENHAMOU, 2016, p. 11)

Para a autora, “[a] preservação do patrimônio não se refere apenas à história das artes, materializa também a psique coletiva, o anseio de preservar a identidade e a memória” (BENHAMOU, 2016, p. 129), ou seja, trata-se, por evidente, da importância da memória coletiva.

Em nosso caso, importa-nos a ligação que se estabelece entre tais ícones urbanos, a memória e o patrimônio cultural e histórico, uma vez estarmos interessados em buscar uma visão do que a memória coletiva araraquarense continua a guardar – ou não. Aliás, mesmo em termos utilitários, parece estar havendo uma valorização daqueles marcos e fatos que caracterizam uma localidade, a fim de atrair visitantes e investidores:

As autoridades locais estão competindo, de uma cidade à outra, para promover ícones que enfatizam a desejabilidade de suas próprias localidades (a riqueza de sua herança, sua atmosfera cosmopolita e tolerante, a qualidade dos serviços, consumidores adquirindo poder), com o intuito de atrair investidores, ajuda de estrangeiros, e populações de alta renda. Com pouca preocupação, por interesses comuns, cada distrito político ou administrativo tende a buscar uma estratégia de comunicação global que conta com ícones reconhecidos e positivos e que são expressados por meio de um idioma presumidamente compreendido globalmente. O resultado é que ícones urbanos cuja *razão de ser* é realçar a individualidade de cada cidade para enfatizar a especificidade de certos objetos simbólicos, na verdade, acabam se tornando homogêneos (táxis, estátuas, arranha-céus). (MONNET, Vol. 33, 2006, p. 55. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/download.php>> Acesso: 21.10.08, apud SHIBAKI, 2011, p. 14)

Todavia, em contraponto a Viviane Veiga Shibaki (2011), adotaremos, basicamente, a expressão “marcos urbanos”, em lugar de “ícones urbanos”, por ela utilizada, já que, naquele trabalho, eles se restringem a marcos visuais.

⁵ Sobre saberes, ver a dissertação de mestrado de Thauana Paiva de Souza Gomes, “De saberes não oficiais a lugares da patrimonialidade imaterial: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural”, UNESP – Araraquara (SP), 2011.

Trata-se, em nosso caso, numa acepção geral, do patrimônio histórico, cultural, memorialístico, documental etc., vale dizer, da chamada patrimonialidade. Tais categorias podem, muitas vezes, ou trazer ambiguidade ou despertar polêmica – sem nos adentrarmos no mérito da discussão - face à proximidade dos conceitos, com nuances nos respectivos significados⁶. Assim sendo, consideramos, para efeitos práticos, a expressão “marcos urbanos” mais direta e (será nossa aspiração principal) despida de maiores ambiguidades – copiando o sentido mais amplo exposto por Françoise Benhamou (2016), a que já nos referimos, incluindo não só ícones visuais, mas, também, componentes do patrimônio imaterial, como personagens, histórias, lendas, costumes, os quais possam, de alguma forma, compor a memória coletiva de uma cidade, no caso, Araraquara (SP). A partir de nosso recorte citadino, portanto, marcos urbanos compreendem os ícones definidos por Shibaki, acrescentando-se o aspecto imaterial da memória coletiva. Há fatos ligados a nossos marcos urbanos, que merecem ser registrados e recordados. Lendas, por exemplo, como uma imaginária serpente (patrimônio imaterial) que habitaria o subsolo da Matriz de São Bento (patrimônio material) e que seria fruto de uma maldição lançada por um padre – o que se comentará a seu tempo. Ou mitos, como o de que referida serpente teria parte de seu corpo no “buracão do São Geraldo”, que haveria um túnel, para seu uso, até o subsolo da chácara Sapucaia ou que ela se estenderia até a igreja do Carmo (tais aspectos serão abordados no inventário inicial). Impende recordar assim, conforme já notamos (fls. 23, retro) que, ao considerarmos a cidade como um lugar *de* memória, os marcos urbanos “do passado não são apenas edificações” (SANTOS, 1997, p. 18, grifos nossos).

Por outro lado, não tratamos somente de um estudo com fundo exclusivamente social (memorialístico), mas também de relevância econômica ao reivindicarmos atenção para os marcos urbanos que requeiram políticas de restauração, recuperação, conservação e, até, desenvolvimento turístico.

Aliás, algumas referências são universais. Pode-se afirmar que grande parte das pessoas reconhece a Torre Eiffel como ligada à cidade de Paris; o Big Ben, a Londres; a Cidade Proibida, a Pequim; o Empire State Building, a Nova Iorque – ou, o Cristo Redentor, ao Rio de Janeiro. Obviamente, há outros marcos a caracterizar tais metrópoles, como o Arco do Triunfo na Place d’Etoile, o edifício do Parlamento inglês, a Praça da Paz Celestial em Pequim etc.

⁶ Reler, por exemplo, a citação de Benhamou (2016, p. 11), que trouxemos acima (fls. 24).

Acreditamos, também, que seria oportuno lembrar a figura da Estátua da Liberdade como símbolo da ideologia dos Estados Unidos da América – e que usada recentemente, no Brasil, por uma cadeia de lojas de origem norte-americana, fica deslocada.

Até há pouco, as torres do World Trade Center eram marcas de Nova Iorque, destruídas em 2001 e “[c]om a sua destruição, a imaginação urbana do nova-iorquino se viu seriamente abalada com a impressão de uma perda de identidade” (BARROS, 2007, p. 97).

O episódio serve para recordar, de outra forma, que o desaparecimento de um marco urbano pode representar grande importância no contexto e imaginário populares, quando ele é suprimido, como nesse caso, de maneira dramática. Afirma Jürgen Habermas:

Os autores do atentado não só desfizeram as mais altas torres de Manhattan em ruínas fisicamente, mas destruíram um ícone do repertório de imagens da nação americana. Só depois da onda patriótica conseguimos reconhecer a importância que esse chamariz na silhueta de Manhattan, que essa corporificação poderosa de potência econômica e vontade de futuro, tinha ganhado na imaginação de todo o povo. (HABERMAS, 2016, p. 29-30)

Em termos de patrimônio mundial, recorde-se “em 2001 a destruição espetacular dos budas de Bamiyan, pelos talibãs”, ou, então,

[...] a destruição das cidades de Dresden e do Havre durante a Segunda Guerra Mundial, os atentados à Galeria dos Ofícios em Florença (1993) e contra o mausoléu Al-Askari da cidade de Samarra no Iraque em 2006 e 2007 etc. O cuidado patrimonial fortalece-se com o triste espetáculo dessas perdas e com as emoções coletivas que desencadeiam. (BENHAMOU, 2016, p. 12)

No Brasil, têm-se muito a lamentar; quanto à cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, quando não se atentou para a carga histórica, nestes fatos (SANTOS, 1997, p. 20-24):

- a demolição do Convento da Ajuda, “do Século XVIII”, com “uma carga simbólica” enorme “e onde estiveram enterradas princesas e rainhas” como D. Maria I e D. Leopoldina;
- a “reurbanização da Lapa, no início da década de 90”, quando se criou uma “perspectiva de palmeiras ‘imperiais’ tendo, ao fundo, um monumento colonial, o antigo Aqueduto de Santa Teresa, conhecido como Arcos da Lapa”, criando uma contradição entre o renque de palmeiras e os arcos setecentistas, pois se traduz na adoção de “uma perspectiva neoclássica num espaço que nunca fora ordenado pelos princípios do neoclassicismo”;
- a destruição do Palácio Monroe, alegando-se que se trataria de uma “arquitetura *déraciné*, porque construída sobre valores culturais que não eram ‘nossos’”;
- a “derrubada do Palácio da Agricultura, o chamado ‘bolo de noiva’, edificação remanescente da grande exposição com que se comemorou o Centenário da Independência, em 1922”.

Observemos a figura abaixo, mostrando, em vista aérea, os trilhos em Araraquara.

Figura 03 – Vista aérea dos trilhos que cortam Araraquara (SP)



Fonte: SINFERP, 2012 (blog).

As cidades com menor projeção mundial também possuem seus marcos urbanos, embora não sejamos - conforme lembra Teresa Cristina Telarolli - uma cidade histórica na linha de Ouro Preto ou algumas do nordeste. São marcantes, em Araraquara (SP), por exemplo, os trilhos que cortam a cidade, conforme se verifica na Figura 03, acima, demonstrando que o desenho citadino está marcado por eles há mais de século. Nossos marcos urbanos registram nossa história: por exemplo, além das linhas férreas, a sempre lamentada perda do antigo Teatro Municipal, a torre do *Shopping Lupo* (antigamente, uma fábrica⁷, Figura 04), a “Rua 5” (a Rua Voluntários da Pátria, que cruza o centro da cidade, com oitais protegidos por lei, Figura 05), bem como o prédio da Matriz de São Bento, espécie de símbolo maior da cidade, que serão comentados no inventário (fls. 46, adiante).

Figura 04 – Torre do Shopping Lupo



Fonte: acervo do Autor.

⁷ A Lupo tem sua história ligada à própria história contemporânea de Araraquara por ter se constituído, nos primórdios do século XX, em referência nacional (e posteriormente internacional) em fabricação de meias masculinas. Ver, por exemplo, Caires (2015a).

Figura 05 – A Rua “5” (Voluntários da Pátria), com oitos protegidos



Fonte: Acervo do Autor

No que se refere às balizas teóricas ligadas ao tema, encontram-se, de forma evidente, as categorias de cultura, memória e história. Sem dúvida, face à escolha de se focar a cultura coletiva, mas no recorte urbano, percorreremos, também, alguns aspectos da importância das cidades e seu posicionamento cultural.

As cidades, de regra, nascem em função de alguma atividade nos campos⁸ e Araraquara não é uma exceção. Veja-se, por exemplo, a cultura canavieira, atualmente dominante no município. Muito embora, desde praticamente o nascimento da cidade de Araraquara, a economia pastoril fosse importante, a cana foi algo presente na trajetória da urbe: já por volta de 1825, Manuel Joaquim Pinto de Arruda iniciou seu cultivo na sesmaria do Ouro (CORRÊA, 2008, p. 49). Assim, “o primeiro grupo dominante na região foi o de criadores, e a partir daí a formação da sociedade e seu estilo de vida”, enquanto “[a]os poucos a região vai sendo atraída pela lavoura, primeiramente cana-de-açúcar e depois pela do café” (CORREA, 2008, p. 17).

Araraquara constituiu-se, por muito tempo, em entreposto de alimentos (as chamadas “fazendas de criação”) para as excursões que rumavam para o interior do continente, pois integrava a rota dos bandeirantes, no rumo das minas de ouro descobertas em Cuiabá:

O interesse pela região manifestou-se com as descobertas das minas de Cuiabá. A perspectiva de abrirem caminhos de acesso fácil para aquela região foi o incentivo que animou muitos pedidos de sesmarias nos campos de Araraquara. As propriedades adquiridas funcionaram como centros de abastecimento de caravanas que se dirigissem para a região das minas. (CORREA, 2008, p.32)

⁸ Desde quando a história da humanidade se deslocou para o sedentarismo, o urbano e o rural são irmãos siameses, pois, sem este último, obviamente aquele não poderia existir. No entanto, o rural pode existir sem o urbano, o que a História e a Geografia demonstram em vários momentos, como na Alta Idade Média (476-1000), por exemplo.

Aliás, nunca se pode esquecer da importância da cultura do café impulsionando o desenvolvimento de Araraquara, de forma extremamente significativa, entre meados do século XIX e início do XX. De tal época, inclusive, é um dos acontecimentos mais significativos de nossa memória: os trilhos ferroviários de Araraquara.

1.2 Especificando o Tema

Nosso tema relaciona-se à memória coletiva, apego à terra natal, marcos urbanos, história local, políticas públicas ligadas a esses campos, bem como turismo, caminhando numa linha de pesquisa voltada para a área de Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Mais especificamente, trata-se de identificar o eixo existente na construção (sua estruturação através de nossa história como comunidade) e na progressiva desconstrução (abandono e desconhecimento) dos referenciais da memória coletiva (com foco, preferencialmente, no que denominamos “marcos urbanos”), refletindo-se no seu esmaecimento, com possível alienação cultural e histórica; por exemplo, o desligamento afetivo do lugar (topofilia) como fator de desinteresse pelo destino da cultura cidadina. Havendo destruição patrimonial, a memória da comunidade fica prejudicada.

O estudo desenvolvido poderá ter reflexos para outras áreas, talvez na proposição de formas de encarar políticas públicas na área de preservação e administração do acervo memorial araraquarense, bem como na defesa de nova ênfase à indústria do turismo.

Embora no objetivo geral tenhamos o exame da presença e/ou preservação de marcos urbanos balizando a memória coletiva de Araraquara, por certo outros objetivos foram alcançados, como:

- identificamos os principais marcos urbanos integrantes da memória coletiva araraquarense, construindo um painel exemplificativo daqueles potencialmente referenciadores de tal memória;
- produzimos uma fonte material que, eventualmente, justifique e forneça subsídios para políticas públicas de reconhecimento e conservação de marcos urbanos, de modo geral;
- ampliamos o tema com material para estudos na área da história e da memória urbana da cidade;
- e acreditamos poder incentivar a conscientização topofólica e participação cidadã.

O eixo em torno do qual giram os textos do trabalho, com os quais se apresenta esta tese, pode ser resumido como segue. Acreditamos que a conservação de ícones, marcos

históricos e do patrimônio imaterial de uma cidade é quase tão fundamental quanto a preservação da natureza que a circunda. Em relação ao patrimônio histórico – seja ele material ou imaterial – não são tantos os movimentos realmente enfáticos em sua defesa, especialmente nos meios políticos e educacionais, face ao poder destruidor do sistema econômico dominante, embora venham surgindo programas e incentivos a partir da década de 2.000, conforme recorda Thauana Paiva de Souza Gomes (informação oral), como são as ações do Instituto Educa Brasil (Conservação e Proteção do Patrimônio Histórico).

Ou seja, a tradição, ou as tradições, da cidade, enquanto assentamento humano, se perdem e/ou são destruídas pela ânsia de modernidade, com a mesma facilidade com que se destroem florestas, mangues, cerrados e outros ecossistemas, registrando-se que estes últimos estejam na ordem do dia de movimentos em sua defesa, em especial por ONG's inteiramente voltadas para a sua preservação, como, por exemplo, a conhecida SOS Mata Atlântica, a WWF (Fundo Mundial para a Natureza) – Brasil e a Ecologia e Ação – ECOA (esta centrada principalmente no Pantanal Matogrossense).

Usando as teorias disponíveis sobre a chamada “tradição” – tão desprezada pela modernidade – tentamos aqui construir um painel compreensivo da situação num caso específico: o espaço urbano de Araraquara (SP).

Estamos conscientes dos paradoxos da situação. Numa época na qual se desejam mudanças sociais que levem os grupos humanos a “serem mais” (como queria o grande educador Paulo Freire⁹), precisamos de raízes históricas, ou seja, da tradição, para servir de base à mudança. Sem as raízes (escondidas embora) as plantas não crescem. Sem a tradição (se envolta nas chamadas “brumas do passado”) os seres humanos não compreendem o destino que os desafia.

Quais as hipóteses em questão? Trata-se, inicialmente, de responder a algumas questões.

Existe uma memória coletiva da comunidade araraquarense? Ao consultar o francês Émile Durkheim, vemos que a unicidade do grupo social vem de uma coerção de fora dos indivíduos (a partir de instituições já postas), que age em diversos níveis, mas é praticamente inflexível:

⁹ Obviamente, não se inclui em nossos objetivos a discussão sobre o pensamento de Paulo Reglus Neves Freire. Basta recordar que ele acreditava que o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade, em contraposição à por ele denominada educação bancária, tecnicista e alienante: o educando criaria sua própria educação, fazendo ele próprio o caminho, e não seguindo um já previamente construído. Foi o brasileiro mais homenageado da história, com pelo menos 35 títulos de Doutor *Honoris Causa* de universidades da Europa e América. Pela Lei nº 12.612/12 foi declarado Patrono da Educação Brasileira.

Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais, mas é impossível agir de outro modo. Se eu quisesse escapar a essa necessidade, minha tentativa fracassaria miseravelmente. Industrial, nada me proíbe de trabalhar com procedimentos e métodos do século passado; mas, se o fizer, é certo que me arruinaria. Ainda que, de fato, eu possa libertar-me dessas regras e violá-las com sucesso, isso jamais ocorre sem que eu seja obrigado a lutar contra elas. (DURKHEIM, 1999, p. 03)

Mas, para além de tal coerção das instituições sociais, existe uma memória coletiva araraquarense, a consciência de um passado comum, bem definida, ou ela se apresentaria difusa? O desinteresse e desinformação observados quando abordamos a conservação dos trilhos que atravessam Araraquara (DEMARZO, 2014), como marco urbano característico da história local, reproduzem-se quanto a outros marcos?

Nossa hipótese foi a de que tal memória é muito tênue, que há desconhecimento acerca de pontos importantes da história local, ignoram-se ou se desprezam (ou por certo – um aspecto alimentando o outro) os marcos urbanos que possam caracterizar um referencial da memória coletiva.

Haveria, assim, do ponto de vista social, histórico, memorialista e, também, turístico, a necessidade de que se assinalassem, difundissem e valorizassem os marcos urbanos de nossa memória. O sentido do pertencimento é um dos aspectos mais importantes no exercício da cidadania, pois nos permite compreender o outro e nos interessarmos por ele, respeitar e valorizar o lugar, conservá-lo, orgulhar-se dele, permitir sua utilização racional, seja como *habitat*, seja como veículo de sobrevivência, pois ser de todos, neste caso, não significa ser de ninguém, mas o fruto de um passado comum e um legado às futuras gerações.

Não se trata, no desenvolvimento do trabalho, de focar um único marco significativo e específico da cultura e da memória araraquarense. Não se abordará, com exaurimento, quaisquer deles: referenciaremos aqueles que as pesquisas demonstraram ser os que mais trouxeram contribuições para a memória coletiva. Tal posicionamento, entretanto, não ignora a necessidade de trazer características identificadoras de cada um.

A pesquisa, como se verá adiante, procura ter uma mirada mais ampla: aspectos do acervo cultural traduzidos nos diversos marcos urbanos, na medida em que integrem a memória coletiva da cidade - ou vêm deixando de fazê-lo. Não se busca o estudo de determinado marco, mas de um conjunto deles. Busca-se - permitindo-nos uma metáfora - uma visão ao menos parcial da floresta e não, apenas, o estudo de uma única árvore.

1.3 Metodologia e estrutura

Numa visão resumida dos caminhos percorridos para atingir os objetivos propostos no projeto, buscamos, numa das etapas iniciais, a construção de um painel, extenso na medida

do possível, no que se refere a marcos da memória urbana coletiva na cidade de Araraquara (SP). Foram pesquisadas publicações e ouvidos entrevistados, construindo-se um inventário. Nele, apontamos algumas características, dados históricos disponíveis e localização. Tal inventário, que aparece na estrutura inicial do trabalho, deveria figurar após a exposição das balizas teóricas. Todavia, ao desenvolver destas últimas, foi-se apresentando a necessidade de fazer referências àqueles marcos urbanos. Ora, na medida em que mesmo os nascidos em Araraquara possam, eventualmente, desconhecer algum de tais aspectos, surgia a problemática de esclarecê-los, como também ao leitor que nenhum ou quase nenhum conhecimento tem dos marcos dos quais se trata. A solução lógica, estrutural e metodológica foi, portanto, inverter a ordem, e iniciar o trabalho com o inventário, a fim de que o desenvolvimento posterior pudesse fluir mais facilmente.

Quanto à revisão bibliográfica, a pesquisa preliminar não identificou outros estudos ou obras que enfocassem aspectos da estruturação da memória coletiva de nossa cidade, em particular a representada pela significância de seus marcos urbanos. A que mais se aproxima de nosso projeto é o excelente livro *Araraquara – Histórias não Reveladas* (2004), de nossa orientadora Dulce C.A. Whitaker, mas que, embora recapture memórias fragmentadas, não se constitui num estudo sistemático sobre memória individual e memória coletiva.

Ligados ao nosso tema, porém com objetivos diferentes, estão a dissertação de mestrado de Daniela de Almeida Queiroz [*A Influência das Narrativas Cotidianas como (des)estímulo para a Participação Política*, de 2013], e a tese de doutorado de Viviane Veiga Shibaki (*Ícones Urbanos na Metrópole de São Paulo*), de 2011, ambas pela Universidade de São Paulo. Em certo sentido, também, tanto a Dissertação de Mestrado (*Ferrovários no País do Automóvel – Trilhas da Resistência – 1948-1980*) como a Tese de Doutorado (*Próxima Parada: Comunidade de Destino – a modernidade e seu duplo em um bairro ferroviário*), de Helena Maria de Andrade Capelini, estes últimos trabalhos, pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Da mesma magnitude são a dissertação de mestrado e a tese de doutorado da Dra. Thauana Paiva de Souza Gomes, respectivamente, *De Saberes não Oficiais a Lugares da Patrimonialidade Imaterial: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural* (UNESP, Araraquara, 2011) e *Do Sonho à Realidade: um estudo da trajetória de mulheres assentadas na constituição de práticas agroecológicas através do resgate de saberes tradicionais* (UNESP, Araraquara, 2018).

Procuramos seguir, no geral, os ensinamentos de Pedro Demo (1983, p. 35), que lembra serem “tarefas básicas para se construir ciência”: definir os termos com precisão, sem variá-los no percurso do trabalho, reduzindo a ambiguidade; descrições e explicações devem

apresentar transparência, ou seja, sem “linguagem hermética”, mas também sem cair em simplificação excessiva; não emaranhar termos e clarear superposições possíveis; apresentar classificações bem sistematizadas, sem perda de riqueza; impor ordem no tratamento do tema, para atingir clareza na construção do trabalho até as conclusões. Aduz, também, que a dialética “se faz a expectativa de ser a metodologia específica das ciências sociais, porque vê na história não somente o fluxo das coisas, mas igualmente a principal origem explicativa” (DEMO, 1983, p. 21).

Assim, também, se a dialética “vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que se vai formando ao longo do tempo histórico”, fica evidente que o conhecimento não pode ser divorciado da prática política (vertente importante nesta tese), sendo uma questão não só de saber, mas de poder (SEVERINO, 2016, p. 120).

Na estruturação do trabalho, procuramos seguir os princípios que o autor assinala, como: a) – totalidade: articulando o todo com as partes, já que “o indivíduo não se explica isoladamente da sociedade”; b) – historicidade: cada momento deve incluir-se e ligar-se a um “processo histórico mais abrangente”; c) – complexidade: a trajetória das transformações supõe, ao mesmo tempo, unidade e totalidade, cada passagem apresentando múltiplos aspectos, mas não uma simples acumulação; d) – dialeticidade: as partes da história articulam-se, não simplesmente numa sucessão linear, mas a partir de contradições, num embate de contrários; e) – praxidade: o caminhar humano articula-se no tempo e no espaço, pela prática histórica e social; f) – cientificidade: as explicações buscam os nexos causais que articulem os elementos, cuja dinâmica resulta de forças conflitantes; g) – concreticidade: reconhece-se que a abordagem econômico-política recobre a prática real das pessoas, no seu espaço social e no seu tempo histórico.

Como se vê, diversas razões presidiram nossa opção pela dominância do método dialético. “Toda metodologia supõe uma concepção de realidade”, e a dialética também possui a dela, pois “privilegia o fenômeno da transição histórica, que significa a superação de uma fase por outra, predominando na outra mais o novo do que que repetições possíveis da fase anterior”, estando “ligada ao fenômeno da contradição ou, em outros termos, do conflito” (DEMO, 1983, p. 86).

De um lado, deve predominar na fase próxima o novo sobre o velho; de outro, o novo tem origem no velho, porquanto a contradição que ocasionou a superação já foi gerada no seio da fase anterior. [...] Do ponto de vista da concepção da realidade, a alma da dialética é o conceito da antítese. Tradicionalmente, apontam-se para os termos: tese, antítese e síntese. Na verdade, a dialética baseia-se em dois termos – tese e antítese -, sendo a síntese simplesmente a nova tese. (DEMO, 1983, p. 87)

Portanto, o pressuposto dialético fundamental seria: “toda formação social é suficientemente contraditória para ser historicamente superável” (DEMO, 1983, p. 86).

Olhando em perspectiva, temos uma estrutura construída a partir do referencial teórico e, com apoio em diversas técnicas, a análise dos dados e fatos que parecem constituir o desenvolvimento e a dinâmica da memória coletiva araraquarense. Como metodologia¹⁰, portanto, nas diversas abordagens foi utilizado o método dialético, auxiliado, no geral, pelo hipotético-dedutivo.

Por exemplo, os posicionamentos clássicos de Maurice Halbwachs e Émile Durkheim, tendentes a colocar a memória coletiva e a coerção como formas de explicar a *coesão* social, são confrontadas com os de Ulpiano Bezerra de Menezes, afirmando que tal visão fica “um pouco fora de horizonte”, porque, atualmente, “quando se fala em sociedade, a última coisa em que se pensa é coesão, integração” (MENESES, 2007, p. 18). Todavia – num movimento cíclico - isso não impede a constatação de que a memória esteja na ordem do dia, segundo este mesmo último autor, que classifica o fato como um paradoxo (MENESES, 2007, p. 20-23). Noutro caso, veremos que, à época dos acontecimentos referentes ao assassinato dos Britos (marco importante na memória local), a cidade, em fins do século XIX e início do XX, era dominada pelo poder dos “coronéis” da Guarda Nacional. Um deles, da família Carvalho, chefe político local, interfere para nomear o sergipano Rozendo Brito, um jornalista, como cartorário na cidade. Mas protege, igualmente, o chefe de polícia local num episódio de tortura. Rozendo, não reconhecendo a prepotência do coronel, o ataca pela imprensa, surgindo o conflito, que resulta na morte de ambos. O que não morre é a consequência: a fama de “Linchaquara” para a cidade, com repercussão nacional. Mas a busca da superação de tal imagem será dada pela “ideologia da cidade-modelo”. Enfim, temos aí, também, o ciclo tese-antítese, nova tese, nova antítese. Da análise e observação de tais fatos, vão-se tecendo os caminhos para as considerações finais.

Já, no plano geral, colocado o problema de perquirir a consistência de uma memória coletiva em Araraquara (partindo, agora, de um inventário), com a base referencial teórica e a aplicação de técnicas metodológicas, buscamos uma resposta que, embora não fechada, seria a mais verdadeira possível. Como instrumental, utilizam-se, principalmente, as técnicas de pesquisa e entrevistas semi-estruturadas, além da observação não-probabilística intencional (“formada por elementos que apresentam características predefinidas, isto é, com requisitos

¹⁰ Temos, com o Professor Matheus Passos (2016 – v. Webgrafia), que Metodologia “é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com segurança e economia, permite alcançar o objetivo – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador”. Ou seja, uma forma de pensar o trabalho.

predeterminados em virtude dos resultados que se deseja obter” – CHAROUX, 2006, p. 44)¹¹. De modo objetivo, neste caso, os marcos urbanos araraquarenses.

Quais foram as etapas pelas quais passou o desenvolvimento do trabalho na busca de seus objetivos?

- a) – Inicialmente, com base em nosso próprio conhecimento da história e da distribuição geográfica da cidade, amparados por visitação aos locais e pesquisa em livros, revistas, periódicos, objetivamos uma escolha de “marcos urbanos” – um inventário de prédios, locais, personalidades, histórias, que pudessem constituir-se nas principais referências da memória coletiva de Araraquara. Tal inventário – já o justificamos – foi colocado de forma antecipada às balizas teóricas.
- b) – Foram estabelecidos os parâmetros teóricos que informam os caminhos percorridos, dando não são os limites dos assuntos abordados e sua importância, mas, também, demonstrando as delimita es e justificativas das categorias de conhecimento empregadas, acrescentando-se, sempre que oportuno – diante do que se tratava – comentários a partir, por exemplo, das entrevistas. Salientam-se o conceito de memória e outros a ela interligados, como cultura, ideologia, poder, história e o papel das cidades. Como são termos polissêmicos, mereceram exposi es enfocando como foram utilizados, isto é, como conceitos cientificamente construídos.
- c) – As entrevistas semi-estruturadas¹² foram analisadas qualitativamente em aspectos que interessam ao tema, quais sejam, referências aos marcos urbanos e   memória coletiva araraquarenses; procurou-se colheita de dados, referências e comprova o dos indícios de constru o ou desconstru o da memória coletiva araraquarenses.

As análises qualitativas de entrevistas também incidem sobre o acervo pertencente à Dra. Dulce C. A. Whitaker, que nos foi doado para constituir um arquivo pessoal. Mas, também se procurou o foco de moradores da cidade (a maioria nascidos aqui ou aqui estabelecidos há pelo menos meio século) e de cultores da memória araraquarenses.

Finalmente, uma afirma o importante. Como nascemos em Araraquara e a vivenciamos por três quartos de século, bem como conhecemos a história e os marcos da cidade, reivindicamos a necessidade de, sempre que se mostrar necessário, nos posicionarmos em rela o aos fatos, personagens e locais abordados neste trabalho, sem, todavia, sermos

¹¹ Ver, também, “Formas de Amostragem” - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE, Campus de São José do Rio Preto, disponível em <<file:///C:/Users/Usuario/Documents/DOUTORADO%20-%202015-18%20-%20%20II/Amostragem%20prob%20e%20n%C3%A3o-probabl.pdf>>.

¹² Para o roteiro básico das entrevistas, vide Apêndice A (fls. 261).

parciais. Ao possível argumento de que a subjetividade deve estar ausente do trabalho, em si, do pesquisador, gostaríamos de lembrar de que não estamos solitários em nossa perspectiva.

“O problema da subjetividade do pesquisador, o seu relacionamento com o ‘objeto’, sempre mereceu amplas discussões”, como afirma Ângela Cristina Pereira Caires (1999, p. 01). De tal sorte que se verifica uma “angústia ainda maior”, naqueles casos em que “a pesquisa evolui uma realidade que está intimamente relacionada com a experiência pessoal, com nossa vivência concreta” (CAIRES, 1999, p. 01). Acreditamos ser, também, o nosso caso.

Remetendo o leitor ao inventário dos principais marcos urbanos de Araraquara (SP), apresentado a partir das fls. 46, lembramos, por exemplo, que durante quase uma década viajamos centenas de vezes pelas estradas de ferro que cortam a cidade (nossa dissertação de mestrado versa, como já informamos, sobre a polêmica retirada dos trilhos do centro da urbe); muito pequenos, íamos, com os pais, à missa do galo¹³ na Matriz de São Bento (ainda na construção anterior à atual – v. figuras 14, fls. 55 e 16, fls. 56), maravilhando-nos com aquela construção e seu interior; participávamos da romaria ao cemitério dos Britos – estes, protagonistas de importante episódio na memória local -; estudamos no Grupo Escolar Antônio J. de Carvalho (nome do coronel morto por um dos Britos) – e nosso filho também. Quando o filme “Santo Antônio e a Vaca” estava sendo filmado, no final dos anos 1950, frequentávamos, ao lado da icônica igreja de São Geraldo, a casa de Isabel Reina, uma das atrizes (estávamos “de namorico”, como então se dizia, com uma de suas irmãs). Enfim, tivemos e temos nossa vida mergulhada na cidade e seus marcos urbanos. Como nos exigir distância desse caldal? Somos, também, um *mnemon* (v. fls. 40), nessa seara.

Giddens (2009, p. 107) afirma ser óbvio que “o fato de todos os que se movimentarem em contextos localizados, dentro de totalidades mais amplas, limita seu conhecimento de outros contextos, dos quais não possuem uma vivência direta” e que “os agentes cujas vidas se passam num só tipo de *milieu* podem ser mais ou menos ignorantes do que acontece em outros”. Ora, vivemos experiências em São Bernardo do Campo (SP) – onde, inclusive, em certa ocasião, fomos obrigados a viver nas ruas -, em Campos do Jordão (SP) e em Maria da Fé (MG) – aqui lutamos pela preservação dos trilhos e da estação, salvando

¹³ A expressão “misa do galo”, cerimônia instituída pelo Papa Telésforo, no ano 143, que tinha lugar à meia-noite de 24 de dezembro, lembra o nascimento de Cristo. Uma das versões sobre a origem da expressão diz que o galo (um dos símbolos do Império Romano) cantara pela única vez à meia-noite, quando Jesus morreu; outra afirma que se origina do costume que de que, àquela hora, em memória do galo que cantou quando Pedro negou Jesus, os camponeses de Toledo sacrificam galos, que doam aos necessitados. De qualquer forma, hoje em dia, a missa do galo costuma ser celebrada às 20 horas, “em virtude da violência nas cidades” (Blog Aleteia, 2016).

somente esta última -, em São Gonçalo do Sapucaí (MG) tentamos, embora sem êxito, salvar o prédio da primeira fábrica de chapéus da América Latina. Enfim, reivindicamos experiência múltipla. Se houver interdito ao observador, deve incidir naqueles que possam distorcer aquilo que observam ou – mais importante ainda – que o fazem para provar o que desejam demonstrar, não se atendo ao que está, por si só, demonstrado.

Caires (1999) relata que “ao contrário de procurar furtar-me à minha experiência, procurei neste trabalho tomá-la como instrumento metodológico” o que lhe “permite um melhor conhecimento” acerca do objetivo de sua pesquisa (CAIRES, 1999, p., 03). Em tal caso, ela se coloca “como o sujeito que vive uma experiência”, ou seja “como sujeito cognoscente”, não podendo estar afastada “das demais dimensões da vida, mas [ser] um indivíduo historicamente particular, social, corporificado, interessado emocional e racionalmente” (SAFFIOTI, p. 144, *apud* CAIRES, 1999, p. 02). Portanto, ela:

[...] busca na razão e na emoção os instrumentos necessários para a interpretação de uma realidade que cruza experiência pessoal com a experiência de outros sujeitos. Considero que antes mesmo de ser uma pesquisadora, sou uma mulher com uma história particular, uma biografia, inserida em uma cultura que define minha forma particular de interpretar o mundo, com o qual tenho me deparado em minha vida, minhas escolhas. (CAIRES, 1999, p. 02)

A autora afirma ter comprovado que o “pesquisador orienta suas escolhas de acordo com os seus valores, como observa Weber¹⁴. Neste sentido, penso que é impossível falar em neutralidade na pesquisa sociológica”, declarando ser “uma trabalhadora intelectual que busca, através das imagens e percepções do presente, reconstruir parte de uma história passada” (CAIRES, 1999, p. 03).

Isto posto, similarmente, acreditamos que nossa reivindicação em nos posicionarmos, quando julgarmos oportuno, está plenamente justificada, esclarecendo que não se trata, de modo óbvio – e na esteira do que nos traz, ainda, Ângela Cristina Pereira Caires (1999) -, de distorcer quaisquer dos fatos, mas de acrescentar-lhes particularidades que integrem o observado.

Quanto ao quadro dos entrevistados, é o seguinte (ordem alfabética):

- **Alcyr Azzoni**. Nascido em Campinas (SP), tem 80 anos. Professor universitário aposentado na área de geografia e turismo da UNESP e da UNIARA, com profundos conhecimentos de geografia, geologia e turismo. Mantém excelente acervo de dados sobre Araraquara, tendo, inclusive, nos emprestado grande parte dele, com edições antigas de jornais, anotações de suas aulas e conferências, mapas geográficos, geológicos e antigos da cidade.

¹⁴ M. Weber. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 3ª e. Livraria Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1983 (citado de modo geral).

- **Anderson Ivanhoé Brunetti** (BRUNETTI-a, nas eventuais citações). É advogado atuante em Araraquara e filho de ferroviário. Tem 37 anos.
- **Domingos Carnesseca Neto**. Escritor, memorialista, historiador, economista, professor universitário e funcionário público. Tem 61 anos e é Mestre em Educação e Desenvolvimento Econômico pela UNESP de Araraquara (SP). Detentor de extenso acervo memorialístico da cidade, está iniciando a montagem, com recursos próprios, de um centro da memória de Araraquara.
- **Elias Chedieck Neto**. 73 anos. Engenheiro ferroviário aposentado. Vereador.
- **Inayá Bittencourt e Silva**, historiadora, socióloga, professora universitária na Universidade de Araraquara – UNIARA;
- **Isabel Pelegrino Brunetti** (BRUNETTI-b, nas eventuais citações). Mãe do entrevistado Anderson Ivanhoé Brunetti. Tem 65 anos. Foi entrevistada na mesma ocasião de seu filho. Nosso objetivo, entre outros, foi verificar a transmissão de dados da memória da cidade para o filho.
- **João Batista Ditodaro** (alcunha: “Caçulinha”). Tem 77 anos, nascido em Araraquara, onde é extremamente conhecido. Mantém, até hoje, uma locadora de filmes que, aliás, foi a primeira da cidade, quando o costume se iniciou, nos anos 1980. Possui grande acervo de fotos e imagens gravadas de Araraquara. Cedeu-nos uma cópia (com a advertência de que a qualidade não era das melhores) do filme Santo Antônio e a Vaca, realizado em 1958, em Araraquara. Também nos cedeu cópia do filme Férias no Arraial, realizado aqui, nos anos 60, e do documentário Araraquara – Memórias de uma cidade, de 2013, além de reproduções de suas entrevistas e fotos antigas da cidade.
- **José de Campos Machado**. Entrevista concedida à Orientadora, Dra. Dulce C. A. Whitaker, e doada por ela a este projeto.
- **Luís Antônio Alberto**. Empresário araraquarense no ramo de cópias e plotagens. Tem 72 anos, nasceu em Araraquara e possui curso superior incompleto. Apresentou afirmações enfáticas acerca dos fatos que lhe foram trazidos para comentário, no que se refere à conservação da memória araraquarense.
- **Moacyr Marchesi**. Entrevista concedida a Alexandre Dantas e doada a este projeto pela Orientadora, Dra. Dulce C.A. Whitaker.
- **Marcos Valerio Murad**. Tem 58 anos. Possui cursos superiores de Direito e de Letras. É Mestre e o Doutor em Literatura, ambos os títulos pela UNESP de São José do Rio Preto (SP). É proprietário de loja de livros, discos e CD's antigos, há cerca de 30 anos, em Araraquara (SP).

- **Paulo de Rizzo.** Nascido em Borborema (SP), tem 80 anos e está há 73 em Araraquara. Advogado atuante, colecionador de obras antigas.
- **Teresa Cristina Telarolli.** 54 anos. É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UNESP. Filha do historiador Rodolpho Telarolli, escreveu livros derivados de pesquisas de seu pai. Foi coordenadora do Centro Cultural Waldemar Saffioti, da UNESP (Chácara Sapucaia) e, atualmente, ocupa o cargo de Secretária de Cultura do município.

Mas a memória individual – base da coletiva, conforme Halbwachs – abarca, por evidente, um tempo inferior à memória da cidade como um todo, desde a sua fundação e, no caso específico de Araraquara (SP), antes dela, como é o caso das lajes utilizadas no calçamento de inúmeras ruas e avenidas da cidade, as quais apresentam sinais da vida na região, milhões de anos atrás. Por tal razão, incluímos a abordagem de alguns textos da história escrita araraquarense, para completar o quadro geral. Um *continuum*, portanto, que busca a origem dos marcos urbanos selecionados e induz a sua permanência na memória coletiva que buscamos identificar e preservar.

Observe-se que um aspecto não se confunde com o outro, embora se encadeiem. O início da cidade, seu desenvolvimento, com fatos que marcaram sua trajetória, pela época em que ocorreram, não foram vivenciados, por óbvio, pelos moradores atuais, mas estão na memória coletiva externa. Trata-se daquilo que já foi cristalizado (conhecido por aqueles que se interessam pelo assunto), às vezes (como veremos oportunamente) apresentando enganos de registro (*e.g.*, falta de datas específicas), mas, de regra, constituíram-se em fontes dos marcos urbanos de Araraquara (SP). Nesse enfoque, as entrevistas visaram não só à busca de fatos não registrados pela história, digamos, oficial, mas os eventualmente preservados pela tradição oral ou escrita (*e.g.*, o “buracão do São Geraldo” ou versões próprias acerca da chamada lenda da serpente).

Da análise metodológica do material, foram obtidos os parâmetros visados pelos objetivos do trabalho.

Calcados nesse caminhar, estabelecemos um eixo, um liame entre os acontecimentos, fatos e ocorrências com referência a marcos urbanos, procurando identificar motivos ou forças a influírem na conservação, destruição, modificação ou reconstrução da memória local.

De maneira ampla, insistimos no fato de que nos debruçamos sobre marcos urbanos que traduzam significância para a memória coletiva. Da seleção inicial, conforme já referido, emergiram, a partir das entrevistas, acréscimos ou supressões.

Reafirmamos, assim, que pretendemos não só obter melhor visada e compreensão do que ocorre com a construção/desconstrução da memória coletiva araraquarense, seus registros

e omissões, mas oferecer, também, sugestões acerca de políticas públicas sobre o patrimônio cultural, desenvolver estudos da cultura e memória locais, verificar a conscientização topofólica, assim como sugerir novos enfoques ao turismo.

Cabe, aqui, um parêntese para uma referência especial e importante, que é à figura do *mnemon*, que parece ter surgido, primeiramente, na justiça: “[o] *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de ‘memória’ se limite a uma operação ocasional” (LE GOFF, 2013, p. 399-400). Todavia, podem adquirir uma “função durável”:

O aparecimento destes funcionários da memória lembra os fenômenos que já evocamos: a relação com o mito, com a urbanização. Na mitologia e na lenda, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar, para lembrar-lhe uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte. Os *mnemones* são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita, estas “memórias vivas” transformaram-se em arquivistas. (LE GOFF, 2013, p. 400)

O termo *mnemon* foi adaptado por J. Le Goff, na obra *La nouvelle histoire*, Paris, 1978, para designar, atualmente, pessoas que guardam memórias acerca de dados ou fatos que viveram ou presenciaram. É significativo fazer, neste passo, uma referência ao Japão:

O Japão, que foi um dos primeiros países a adotar uma legislação de proteção das obras arquiteturais e artísticas antigas (a partir de 1868), avança uma etapa ao assimilar homens a “tesouros nacionais vivos” porque possuem competências e saberes artísticos de cuja transmissão são encarregados: desde 1950, “Ningen Kokuhô” é o título atribuído pelo governo japonês a esses artistas e artesãos detentores e transmissores de saberes e de bens culturais intangíveis. O patrimônio, assim, depende do passado, conta sua história e nos traz até o presente, cuja criatividade nutre. (BENHAMOU, 2016, p. 11)

Whitaker (2004, p. 18-19) ensina:

O que é um *mnemon*? Na Grécia arcaica, antes da invenção da escrita, os *mnemons* eram os homens-memória, capazes de lembrar os fatos importantes, com vistas ao calendário e às decisões da justiça. Se recuarmos ainda mais aos tempos do mito e da lenda, encontraremos o *mnemon*, como alguém que acompanha o herói, para evitar que ele esqueça a ordem divina, o que poderia causar-lhe a morte.

Entre os entrevistados, há *mnemons*. Por exemplo, Domingos Carnesseca Neto, sempre preocupado com a memória araraquarense; Teresa Cristina Telarolli, historiadora, cuja trajetória esteve sempre associada a lembranças e acontecimentos de nossa história; Marcos Valério Murad, com seu estabelecimento repleto de obras e gravações importantíssimas; Moacyr Marchesi, que foi uma das estrelas que mais brilharam no Teatro Experimental de Comédia de Araraquara - TECA; João Batista Ditodaro, o Caçulinha, ainda hoje conduzindo uma locadora de filmes, memória ambulante da projeção de filmes em Araraquara, entre outros. Merecem o nosso respeito e nossas homenagens por se constituírem

em *mnemons* de nossa coletividade. A eles, pedimos permissão de nos juntar. Na memória individual de todos nós e em nossas lutas para preservá-la mora a luz da reconstrução e manutenção da memória coletiva de Araraquara.

Por fim, dizemos que este trabalho divide-se em seis partes.

A primeira, como é lógico, começa com a Introdução, expondo-se a chegada ao tema, a hipótese, objetivos, metodologia, etc.

Na segunda parte, correspondente ao Capítulo I, está o inventário de marcos urbanos, referentes à memória araraquarense, com localização, história, dados e referenciais, permitindo que a exposição geral, na sequência, seja melhor acompanhada.

Na terceira (Capítulo II), percorremos o referencial teórico dos conceitos básicos que informaram o desenvolvimento do trabalho. Aspectos referentes à memória recebem atenção especial. Os conceitos, sempre que for pertinente, trazem o entrelaçamento com os marcos urbanos.

Na quarta parte (Capítulo III), comentam-se alguns registros escritos acerca da trajetória histórica da cidade, resgatando aspectos da memória coletiva. (A análise dos dados das entrevistas, precedidas, cada uma, pelo registro dos principais itens enfocados e de um resumo do que se comentou, está no Apêndice C, a partir das fls. 264.)

Na quinta (Capítulo IV), em rápidas considerações, são feitas observações sobre eventuais políticas públicas de conservação e restauração do patrimônio cultural de Araraquara (SP), bem como da exploração do turismo.

A sexta parte contém as considerações finais.

2. CAPÍTULO I – INVENTÁRIO DE MARCOS URBANOS

2.1 – Patrimonialismo¹⁵

Um instituto amplamente debatido no direito brasileiro é o do patrimônio, discussão que, em profundidade, foge ao nosso escopo¹⁶.

Todavia, como introdução, vale recordar algumas implicações técnicas, sem nos aprofundarmos demasiadamente. “A luta pelo patrimônio é de uma tensão permanente”, a qual “passa pela briga com o capital imobiliário e a lógica da especulação” (SANTOS, 1997, p. 24). Podemos nos recordar do episódio – até hoje, inconcluso – da remoção dos trilhos que cortam a cidade de Araraquara (SP). Tal interesse imobiliário está bastante presente naquele debate, conforme abordamos em nossa dissertação de mestrado¹⁷. “Prevalece, por vezes, a noção de que não há limites no exercício do direito de propriedade” (SANTOS, 1997, p. 25), quer seja o público, quer seja o privado.

O sentido comum de propriedade ignora que, juridicamente, ela se desdobra em uso, fruto e disposição. O uso está ligado à posse, que pode ser direta ou indireta. Por exemplo, se um imóvel é alugado, embora o proprietário mantenha a posse indireta, quem possui a direta é o locatário: tanto que aquele não pode adentrar a propriedade sem autorização deste último. Neste mesmo caso, o fruto do imóvel é o aluguel pago pelo locatário. A disposição estará sempre com o proprietário (neste caso, locador): somente ele tem o poder de venda do imóvel.

Esses princípios estão disciplinados no Código Civil Brasileiro, principalmente, nos artigos 1.228 e 1.232, *in verbis*:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

[...]

Art. 1.232. Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.

(BRASIL. Código Civil, *in* Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel, 2018, p. 204).

Todavia, é importante recordar os parágrafos 1º e 3º, do referido artigo 1.228, pois por ali se percebe que o direito de propriedade não é absoluto, devendo ser exercido com respeito ao meio ambiente e atender à sua função social, podendo o proprietário ver-se privado do seu domínio, embora ressarcido pelo poder público:

¹⁵ O termo pode significar o fenômeno referente à confusão entre o patrimônio público e o do governante, que o trata como se a ele pertencesse. Por óbvio, aqui, o sentido refere-se ao patrimônio cultural.

¹⁶ Para mais pormenores, ver o artigo de Thiago Meneses Rios, “Direito de propriedade, função social e limitações constitucionais”, de 2014, disponível em <<https://jus.com.br/artigos/27032/direito-de-propriedade-funcao-social-e-limitacoes-constitucionais>>.

¹⁷ Ver DEMARZO (2014, em especial, p. 112 a 119).

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

[...]

§ 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

(BRASIL. Código Civil, *in* Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel, 2018, p. 204).

A Constituição Federal, por sua vez, estabelece a propriedade como direito fundamental, advertindo, todavia, para a sua função social, conforme se pode verificar no artigo 5º, inciso XXIII, bem como no artigo 170, incisos II e III, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

(BRASIL, Constituição Federal, *in* Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel, p. 18 e 19)

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

(BRASIL, Constituição Federal, *in* Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel, 2018, p. 66)

Ainda, quanto ao patrimônio cultural e natural, a Constituição Federal traz definições e encargos aos governantes e à comunidade, na sua preservação, *in verbis*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

(BRASIL, Constituição Federal, *in* Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel, 2018, p. 75)

Assim sendo, modernamente, o direito de propriedade sofre restrições – e, entre elas, está seguramente a de representar algum valor ou interesse para a coletividade. Portanto, poderíamos completar o quadro dos aspectos do patrimônio, acrescentando mais um, da seguinte forma: uso, fruto, disposição e interesse coletivo. Se necessário, por exemplo, o imóvel pode ser desapropriado para o alargamento de uma avenida. Ou, por outra, havendo interesse estético e cultural, pode implicar no seu tombamento.

Aqui entra a questão da patrimonialidade, quando tratamos do patrimônio cultural.

O patrimônio é uma construção social. Sua “produção” depende dos agentes públicos e privados que concorrem na definição dos seus contornos. Uma grande parte dos bens só se reveste de seu caráter patrimonial “*ex post*”, quando se expressa a vontade de obstar o esquecimento e a destruição do que aparece como suporte de identidade, arte e história. (BENHAMOU, 2016, p. 15)

Hoje, talvez mais do que nunca, vale o dito de lord Charteris, primeiro presidente do National Heritage Memorial Fund, quando em 1980, instado a definir patrimônio, afirmou: “Tudo o que quiserem” (*apud* BENHAMOU, 2016, p. 18), sem todavia, cairmos em uma “inflação patrimonial”, conforme a mesma autora adverte às fls. 23.

“Os bens patrimoniais não possuem necessariamente um preço, mas possuem um valor” (BENHAMOU, 2016, p. 44). Existe um “consumo” dos bens patrimoniais, relacionado ao lazer e à educação. Insiste-se no valor de retorno dos investimentos feitos em bens patrimoniais, refletindo-se em diversos segmentos, como é o do turismo e da criação de empregos; “a tentação de referir-se a esses está sempre presente, e corre-se o risco, então, de instrumentalizar a cultura concebida como mera criadora de empregos e geradora de rendas” (BENHAMOU, 2016, p. 12). Todavia, parece não restar dúvidas de que, se não houver certo retorno pelos bens culturais, a sua conservação torna-se problemática.

Veja-se que, num bem patrimonial, distinguem-se o seu valor de uso e o valor de não uso (passivo):

Os economistas distinguem o valor de uso dos bens patrimoniais, que se traduz no mercado pelo valor mercantil (aluguéis, preço de venda) ou pela tarifa de ingresso, e o valor de não uso, ou valor passivo, que procede do caráter específico dos bens, encontrável nos bens ambientais: valor de existência, valor de opção e valor de transmissão para as gerações futuras. O valor de existência é a satisfação que se tem ao saber que existe, no próprio país ou em outro lugar, um grande monumento ou um grande museu, mesmo sem nunca visitá-lo. O valor de opção consiste na possibilidade de visitar tal ou qual monumento sem horizonte predefinido. O valor de herança é a fruição extraída pelos cidadãos da transferência do patrimônio para sua descendência. Esses três valores não se traduzem por um preço, que não ocasionam um consumo imediato. (BENHAMOU, 2016, p. 37)

Pode-se recordar de um conceito econômico importante, que é o de externalidade: “há externalidade positiva quando um indivíduo (ou uma pessoa jurídica) beneficia-se da ação de outro sem que haja remuneração cabível. Essa situação expressa falhas do mercado: o beneficiário não é necessariamente quem financiou a atividade” (BENHAMOU, 2016, p. 32).

De fato:

A cultura e, em especial, o patrimônio abundam de exemplos desse tipo: a proximidade de um monumento tombado cria valor para as outras habitações que o circundam. O tombamento traduz-se por uma melhoria do bem-estar coletivo. Os benefícios não mercantis do tombamento consistem na satisfação obtida por alguns graças à melhoria do meio ambiente urbano ou da paisagem. Provêm também da possibilidade de fruir da vista dos arredores e do orgulho que os habitantes podem sentir diante do que consideram como “seu” patrimônio, quem quer que seja o proprietário efetivo. (BENHAMOU, 2016, p. 32)

“O patrimônio é uma construção social” (BARRÈRE *et al.*, 2005, *apud* BENHAMOU, 2016, p. 16). Mas não se deve esquecer, conforme se registrou, de que significativa parcela de bens só revela seu caráter influenciador da identidade, como obra de arte e marco histórico, muito tempo depois (BENHAMOU, 2016, p. 15). Todavia, esse “*ex post*” pode não vir – ou vir tarde demais. Apesar da carga histórica e memorialística que impregnam os trilhos, a insistência em retirá-los de seu caminho, atravessando Araraquara, parece subsistir (cf. DEMARZO, 2014). Nem se considera, outrossim, o desastre ambiental implícito em sua remoção: sendo a Vila Xavier mais alta do que o centro da cidade, a área dos trilhos (mais de um milhão de metros quadrados de solo vivo) absorve a maior parte da água que, de outra forma, contribuiria para o aumento de enchentes (as quais já vêm ocorrendo, face à impermeabilização do solo em todas as partes da cidade, mormente na via expressa, Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira, que acompanha grande parte do traçado dos trilhos). Ou, como dissemos, o lamento vir tarde demais: já não há condições de resgate do antigo Teatro Municipal, cuja destruição é irreversível.

A UNESCO ampliou a abrangência do significado de patrimônio, no aspecto cultural, em 2003, com a inclusão das “expressões vivas, as tradições de inúmeros grupos e comunidades do mundo inteiro”¹⁸. Sua definição de patrimônio inclui dois componentes: a) – o patrimônio cultural (monumentos; “obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de caráter arqueológico, inscrições, grutas”), “conjuntos (grupos de construção) e sítios (obras do homem e/ou da natureza”); b) – o patrimônio natural (“sítios, ‘monumentos naturais’, formações geológicas, zonas constituindo o *habitat* de espécies ameaçadas”) (BENHAMOU, 2016, p. 18-19).

¹⁸ Disponível em <www.unesco.org/culture>

Embora se distinga o patrimônio material do imaterial (“normas, *savoir-faire*, costumes, músicas, línguas”), não se pode esquecer, todavia, de que “o patrimônio material só tem valor em razão de sua dimensão imaterial” (BENHAMOU, 2016, p.19), seu significado e sua pertinência para a comunidade, embora, em nosso caso, tal afirmação deva ser compreendida *cum granu salis*. A destruição do antigo Teatro Municipal, segundo registros, enfrentou alguma oposição da comunidade (conforme entrevistas) e ignorou um laudo técnico acerca de sua integridade (Domingos Carnesseca Neto, Entrevista). Sua demolição parece não ter afetado nem o seu significado nem sua pertinência – mas a grande verdade é que ele não existe mais, exceto em parte da memória araraquarense. Por outro lado, também os trilhos que cortam a cidade - apesar da luta de seus defensores – parecem fadados ao mesmo fim, pois não é entendido o seu significado histórico e não se atenta para o perigo de um desastre ambiental com sua remoção (Alcyr Azzoni e Domingos Carnesseca Neto, Entrevistas), além de se repassar ao público em geral a evidente falsa ideia de que sua remoção seria necessária para “reunificar” a cidade.

2.2 – Inventário de marcos urbanos araraquarenses

Afirma Françoise Benhamou (2016, p. 17): “Proteção e inventário estão ligados. O conhecimento¹⁹ é o primeiro tempo da preservação e uma condição do acesso ao patrimônio”. Portanto, um inventário dos marcos urbanos de Araraquara teria também a função de ser um instrumento de difusão, repositório e guia da memória coletiva.

Assim sendo – e postos, já na introdução, nossos motivos principais - um inventário de marcos urbanos que integram as referências de uma memória coletiva araraquarense abre nosso trabalho. Eles estão, necessariamente, insertos em álbuns da cidade, livros, artigos, revistas ou citados em entrevistas (ver Quadro 1, fls. 47, onde o “X” indica a ocorrência da citação do marco). Após uma seleção inicial, com base nas fontes explicitadas, partiu-se para a observação direta. Alguns só foram inicialmente lembrados por entrevistados, como o chamado “buracão do São Geraldo” e a existência do costume do *footing* (“fute”, na expressão da época) em tempo anterior àquele praticado na Esplanada das Rosas – o que será mencionado oportunamente.

Parece óbvio, em tempos de *internet*, que a busca para a maioria das referências ou informações seria hoje, embora em termos, facilitada. Dizemos em termos, porque pudemos verificar que muitas delas são contraditórias, quando não, incompletas, além de relativamente

¹⁹ Sobre conhecimento e mudança, ver, nas fls. 233, nossos comentários no item 5.1.2, acerca de políticas públicas.

dispersas. Por outro lado, organizadas, sistematizadas e expostas, certamente facilitarão o acompanhamento da exposição. Futuramente, não se deve esquecer, a versão final deste trabalho estará, por sua vez, também disponível na *internet*. A nossa convicção, de tal forma, é de que o itinerário desenvolvido será útil a todos aqueles que se interessarem pelo tema ou àqueles que precisarem compulsar este texto.

A seguir, o quadro-resumo e o mapa com a posição relativa dos principais marcos urbanos.

Quadro I – Quadro-resumo das referências aos principais marcos urbanos da cidade

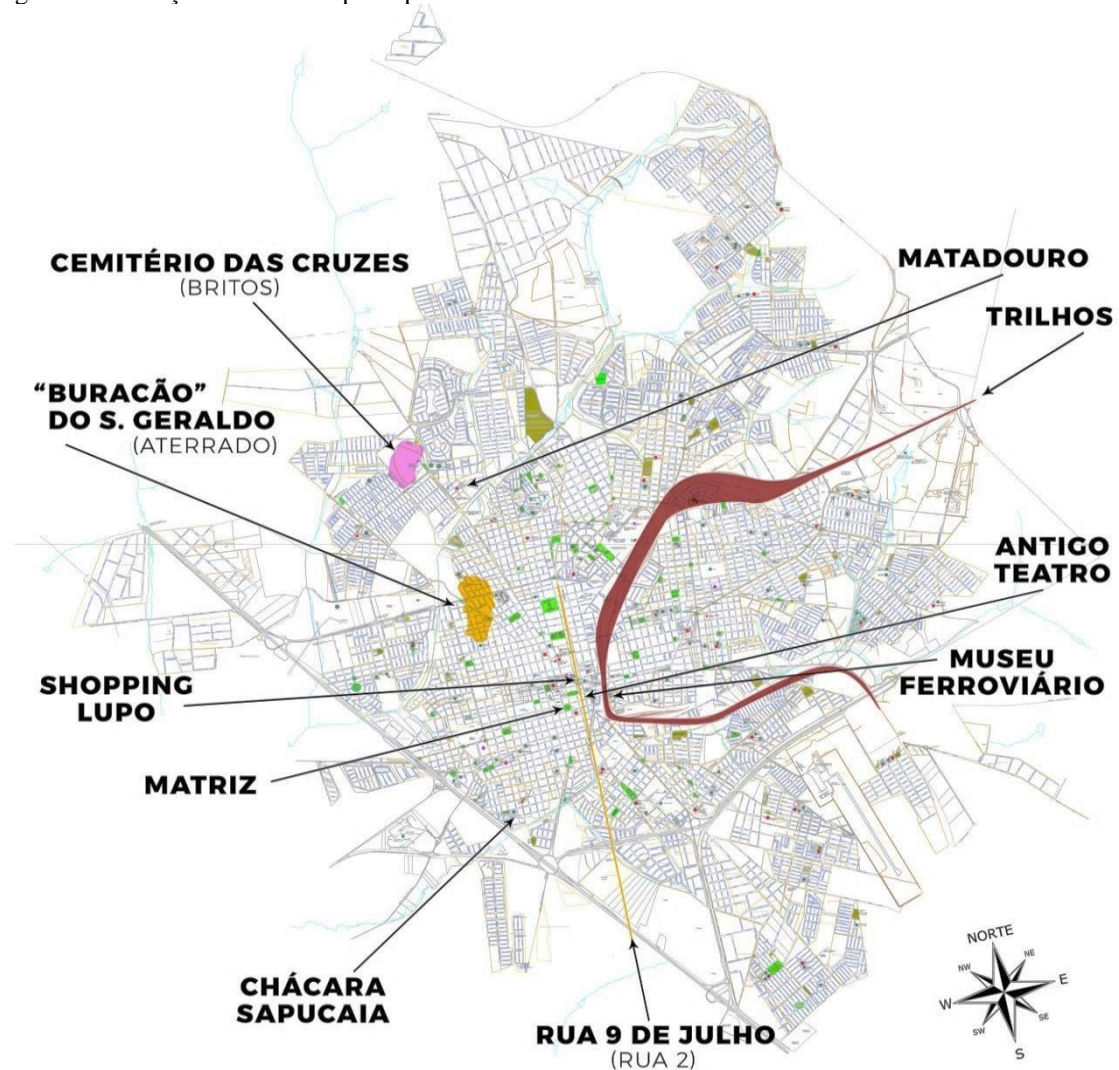
MARCO URBANO	REVISTA	LIVRO	ENTREVISTA	Observação direta²⁰	Outros: blogs, sites, filmes, documentários
Matriz	X	X	X	X	X
Britos	X	X	X	X	X
Chafariz	X	X	X	X	X
Lenda da Serpente	X	X	X		X
Buracão do S. Geraldo		X	X	X	
Romaria aos Britos		X	X	X	
Shopping Lupo	X	X	X	X	X
Igreja de Santa Cruz	X	X	X	X	X
Antigo Teatro	X	X	X	X	X
Trilhos	X	X	X	X	X
TECA	X	X	X		
Wallace L. Rodrigues	X	X	X		
Maestro Tescari	X	X	X		X
Ernesto Lia		X	X	X	
Mário I. Almeida			X		X
Pedras das calçadas	X	X	X	X	X
Museu Paleontológico	X	X	X	X	X
Museu Voluntários da Pátria	X	X	X	X	X
Farmácia “Internacional”	X	X	X	X	X
Rua “2”	X	X	X	X	
Rua “5”	X	X	X	X	
Rua Pe. Duarte		X	X	X	
Rua Pe. Cesarino		X	X	X	X
R. Manoel R. Jacob	X			X	
Matadouro		X	X	X	
Conde do Pinhal	X	X	X		
AFE	X	X	X	X	
Vila Ferroviária		X		X	
Museu Ferroviário	X	X	X	X	
Entorno (Museu Ferroviário)	X		X	X	
Antiga sede da EFA	X	X	X	X	
Sítio Sapucaia	X	X	X	X	
Beneficência Portuguesa	X	X	X	X	
Santa Casa	X	X	X	X	

Fonte: elaboração pelo Autor.

Segue-se um mapa (figura 06, abaixo) com a localização relativa dos principais marcos urbanos mencionados.

²⁰ Não só visitando ao local, mas tendo, em outras épocas, vivenciado o marco de que se trata.

Figura 06 – Posição relativa dos principais marcos urbanos mencionados²¹.



Fonte: elaboração do Autor, a partir do mapa da cidade (para o mapa, ver referências)

Uma série de informações sobre cada marco urbano vem a seguir. A decisão de situar o inventário no início e não, ao cabo, como diria Machado de Assis, deste trabalho, como já explicado, alinha-se à preocupação para que o leitor (mesmo não conhecendo Araraquara) se familiarize com referências feitas ao longo do texto e se localize, quando de eventuais citações. Portanto, em resumo, temos:

- a) – um quadro indicando, de forma esquemática, os marcos urbanos e onde apareceram referidos;
- b) – uma figura com a localização relativa dos principais marcos urbanos;
- c) – informações, abordando cada um dos marcos de que se trata.

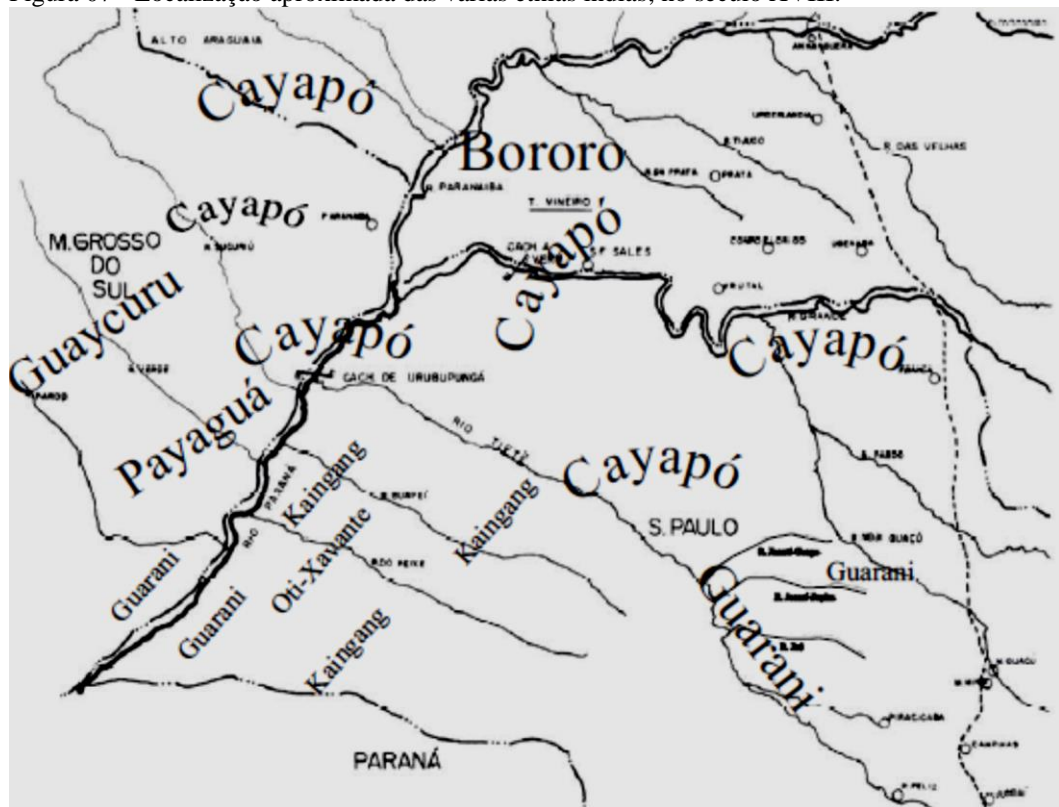
²¹ Relembremos que, ao adotarmos a terminologia “marcos urbanos”, alguns são imateriais, como, por exemplo, a memória de Wallace Leal Valentim Rodrigues, a “santificação” dos Britos ou a interferência do Conde do Pinhal na trajetória histórica da cidade e no seu desenho estrutural. Quanto a Wallace, embora seja o nome de um pequeno teatro que, pela “insignificância”, não lhe faz justiça, o fato é que sua memória na intelectualidade local lhe é anterior.

2.2.1 – Matriz de São Bento²²

Pedro José Neto, considerado o fundador de Araraquara, teria nascido em Barbacena (MG), em 1760. Todavia, conforme Aparecida J. G. Aguiar (2003), Pedro José Neto não era de Barbacena (MG), embora tenha morado lá. De acordo com a certidão de seu casamento com Ignácia Maria Rosa, em 12/08/1784, quando já residia nesta última cidade, ele nascera em “N. Senhora da Piedade de Inhomirim, Bispado do Rio de Janeiro”, enquanto Ignácia era de “N. Senhora do Pilar, Bispado do Rio de Janeiro” (AGUIAR, 2003, p.14-15).

Seria um participante sem grande importância da Inconfidência Mineira (CORREA, 2008, p. 31), evadindo-se, então, para a cidade de Itu (SP). Lá, por volta de 1790, também se teria incompatibilizado com autoridades, fugindo (quando era conduzido preso) para Piracicaba e, posteriormente, para os denominados Campos de Araraquara, os quais seriam habitados por negros fugidos e índios de várias etnias que perambulavam pela região.

Figura 07 - Localização aproximada das várias etnias índias, no século XVIII.



Fonte: Mano (2006, p. 311)

Em 1805, Pedro José Neto construiu, onde se estabelecera, uma capelinha, coberta de palha, com paredes de taipa, que destinou a São Bento, que seria o padroeiro daquele lugar. Quando o povoado se desenvolveu, a posição da capela ficou voltada para aquela que é, hoje, a Rua Padre Duarte. Na figura abaixo, temos uma ilustração de como seria referida capela.

²² A relação de bens tombados ou em estudo, em Araraquara, estão no Anexo C, fls. 342 e 343.

Figura 08 - Capelinha de São Bento (1805).



Fonte: carta de sesmaria (COSTA, 2015, p. 22)

Sua posição foi invertida ainda no século XIX (1817), passando a ter frente para a atual Rua São Bento. Porém, é interessante notar que, ainda hoje, mais de dois séculos depois, o endereço “oficial” e atual da igreja é Rua Padre Duarte, n.º 1308 - o que seriam os seus atuais fundos, mas que era a frente na época da construção inicial. Nas figuras seguintes temos, respectivamente, a porta do endereço da Matriz, na Rua Padre Duarte, um aspecto atual da referida rua e, finalmente, a capela de 1817, que já era voltada para a atual Rua São Bento.

Figura 09 – Porta da Matriz na R. Padre Duarte



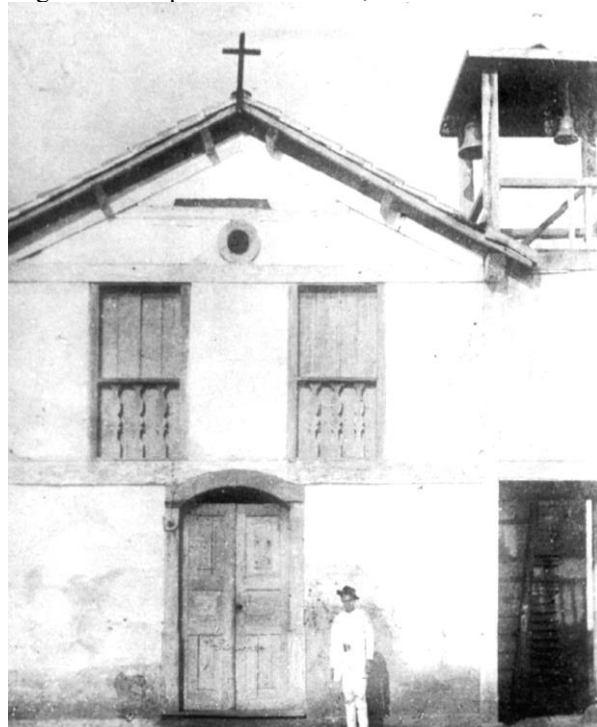
Fonte: acervo do Autor.

Figura 10 – A atual Rua Pe. Duarte, que passa pelos “fundos” da Matriz



Fonte: acervo do Autor

Figura 11 - Capela de São Bento, em 1817



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

A figura glamorosa de Pedro José Neto é contestada, entretanto, por Oswaldo Truzzi e Fransérgio Follis (2012). O único documento a respeito de que ele seria o fundador é aquele em que “o Vigário da Freguesia de Araraquara, Francisco Manoel Malachias, por despacho de 22 de setembro de 1818, ter acrescentado, no registro de morte de Pedro José Neto, o

seguinte: ‘fundador desta Matriz’” (p. 32)²³. Daí porque ele “ter sido eleito o fundador da cidade de Araraquara por aqueles que primeiro escreveram sobre o assunto” (p. 31). Os autores afirmam que não há comprovação documental de que tenha solicitado a “criação da freguesia”, nem seria o doador das terras para o patrimônio da igreja, pois tal ato se deve ao Padre Joaquim Duarte Novais (o Padre Duarte), o qual doou “400 braças em quadra dessa sesmaria²⁴” (CORREA, 2008, p. 40). Todavia, a propriedade da terra não se relaciona à fundação, que ocorrera muito antes, mas à construção de um novo prédio para a igreja. Afirmam, ainda, que não há comprovação de que Pedro José Neto seria foragido da justiça, tendo chegado aqui, com esposa, dois filhos e um agregado, em 1807 e, não, em 1790. Ora, como teria, então, construído a capela em 1805? Apoiam-se em Alberto Lemos (s/d, 1972[?], páginas 86-87 e 91), onde se afirma que “até hoje não foi encontrado processo criminal condenatório de Pedro José Neto em Itu, apesar de inúmeras buscas realizadas por vários pesquisadores e tudo quanto se propala a respeito é mera repetição, citada por ouvir dizer”, mas a ocorrência seria de delegacia, não de processo. Discordamos: os próprios autores reconhecem o registro no assentamento de óbito de Pedro José Neto.

A desconstrução da figura de Pedro José Neto, por lógico, não pode ser simpática aos Araraquarenses. Truzzi e Follis são de São Carlos e, até prova em contrário, seriam neutros. Mas a referência feita pelo Pe. Malachias, no assentamento de Pedro José Neto, não pode ser desprezada. Almeida (Álbum de 1948, citado pelos autores - p. 32-33), relata que o fundador veio fugido de Itu, em 1790 – sozinho. Teria estabelecido posses na região e, quando aparecem “outros exploradores”, acaba entregando parte das terras que encampara, estabelecendo a condição de que o livrassem dos problemas de Itu. Não se pode deixar de registrar que, em verdade, as terras seriam dos índios que habitavam a região. Todavia, Pedro José Neto dividiu as terras de que se apossara como representante dos “novos donos” do solo brasileiro e, assim, repartiu

[...] os seus domínios com a condição de o livrarem das justiças de Itu; cedeu a diversos a maior parte das terras que possuía; ao Major Duarte²⁵ vendeu Monte Alegre e fez doação das posses do Ouro, Cruzes e Rancho Queimando; a João Manoel do Amaral, a do Bonfim; a Domingos Soares de Barros, a do Lajeado e ao Coronel Joaquim de Moraes Leme, a de Cambuí. (ALMEIDA, 1948, p. 17)

Se veio para cá fugido, veio logicamente sozinho, sendo justo concluir-se que somente depois trouxe a família. No Brasil, temos o costume de destruir ou ignorar mitos e tradições e não as inventamos “com a mesma astúcia” de outros povos, “nem para o bem e

²³ Ver Anexo E, fls. 345.

²⁴ Ver Anexo D (fls. 344), com a transcrição da doação,

²⁵ O Major Duarte (Joaquim Duarte do Rego) foi o pai do Pe. Duarte (Joaquim Duarte Novais).

nem para o mal” (WHITAKER, 2010, p. 52). Se há referência a Pedro José Neto, como fundador da Matriz e, portanto, da cidade, para o bem ou para o mal, ficamos, portanto, com a tradição. Argumentamos, para respaldar nossa opinião, que, no presente caso, a) – não há provas objetivamente definitivas nem para uma hipótese, nem para a outra; e b) – respaldamos com o apoio de autores também respeitáveis (sem ofensas a Truzzi e Follis), como o são Rodolpho Telarolli, Anna Maria Martinez Correa e Dulce Consuelo A. Whitaker.

A capelinha inicialmente construída em 1805 permaneceu até 1816. Em 22 de agosto de 1817, D. João VI instituiu a Freguesia de São Bento de Araraquara e a capela foi reconstruída, em alvenaria, passando a Igreja Matriz e, conforme já registramos, mudou-se a sua frente para a atual Rua São Bento (Rua 3). Esta última data é considerada oficialmente a do aniversário da cidade. Consta que Pedro José Neto faleceu “em 19 de novembro de 1817, poucos dias depois da criação da freguesia, com a idade aproximada de 60 anos, ‘sem sacramento por falecer de um coice de burro, repentinamente’” e que teria sido “a quarta pessoa a ser sepultada na igreja de São Bento”, conforme o costume da época (TELAROLLI, 2003, p. 30).

A localidade passaria a distrito em 30 de Outubro de 1817, sendo o município criado em 10 de Julho de 1832. No local da capela sucederam-se diversas construções. Após a de 1817, mas agora com recursos oriundos de lotes vendidos a partir de doação de área pelo Padre Duarte, somente em 1866 construiu-se no local uma igreja maior. Na sua frente, que era um terreno baldio, ainda corria um rego d’água (Figura 12, a seguir). Defronte, quase na Rua São Bento havia uma construção que abrigava o fórum e a prisão.

Figura 12 - Igreja de 1866, com o rego d’água na frente.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

É interessante registrar que houve grande polêmica acerca do referido rego d'água. Ocorreu que, sob a presidência de Carlos José Botelho (o pai do Conde do Pinhal), a câmara municipal resolvera, em 01/01/1834, conceder “permissão para servidão desse rego”, cuja água serviu à população por 45 anos, até 1878, quando uma comissão da própria câmara determinou a extinção do rego (ALMEIDA, 1948, p. 24), embora ele tenha continuado a existir até o início do século XX. Acontecia que, apesar do uso da água do rego para a população, não havia muito respeito quanto à higiene, por parte de alguns munícipes, já que era necessário “um funcionário, de enxada no ombro e uma concha grande, de madeira de cabo comprido na mão” andar seguidamente por “todo o percurso do rego, do princípio ao fim, na mais esquisita das pescarias, a pesca de imundícies” (ALMEIDA, 1948, p. 38). Ora, houve desencontros entre os que desejavam a continuidade do serviço e os que repudiavam seu uso naquelas condições, por falta de higiene. A extinção do córrego somente viria a ocorrer, definitivamente, em 1909, quando a prefeitura perdeu o domínio da área das nascentes.

A igreja de 1866 foi demolida vinte anos depois (1886), iniciando-se no ano seguinte, em 13 de novembro de 1887, a construção de uma nova, inaugurada em 13 de novembro de 1891, a qual foi reformada entre 1908 e 1913, na esteira de uma remodelação geral da cidade. Foi demolida em 1956.

Figura 13 – Quarto templo da Igreja Matriz, de 1891.



Fonte: Lopes (1999 – CD-Rom)

Figura 14 – O templo de 1891, depois de reformado.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Finalmente, em 1958, foi inaugurado, mas de forma precária, o edifício do atual templo (João Batista Ditodaro, Entrevista; e blog “Patrimônio Histórico de Araraquara”), até hoje inconcluso, cuja imagem atual se encontra na figura 15, a seguir.

Figura 15 – Igreja Matriz de São Bento, em Araraquara (SP), em 2018.



Fonte: acervo do Autor

Pelas figuras 16 e 17, abaixo, vê-se que houve a troca de um interior gótico (templo de 1891) por um inteiramente desprovido de maiores preocupações estéticas, no atual.

Figura 16 –O opulento interior do templo anterior ao atual da Matriz, em outubro de 1891.²⁶



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 17 – Interior da Matriz, na construção atual.



Fonte: acervo do Autor.

²⁶ Na foto não se encontra visível, mas atrás do altar existia um órgão importado da Europa que, hoje, está numa igreja de Itápolis (SP), de “som sublime”, conforme depoimento de José de Campos Machado (v. fls. 310).

A Igreja Matriz, apesar de ter experimentado várias versões ao longo do tempo, pode-se dizer, é a fonte irradiadora de grande parte da memória coletiva de Araraquara, conforme se observará durante o desenrolar deste trabalho.

Os jardins da praça têm projeto do Engenheiro Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, nascido em Pindamonhangaba (SP), em 1892, e que morou em Araraquara na infância, falecendo em São Paulo (SP), em 1933. Além de engenheiro, encarnava a figura de um poeta, sob o pseudônimo de Juó Bananére, utilizando um dialeto inventado por ele, misturando a fala dos italianos com o português (FONSECA, 2001, p. 15 a 21). Esses jardins foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, em abril de 1.998. Registre-se, também, que, desde 07 de setembro de 1955, existe, na praça da Matriz, um busto do Maestro José Maria Tescari. No jardins, defronte à igreja, encontra-se, também, um obelisco para marcar os 100 anos do primeiro batizado em Araraquara, realizado em 1.817 (blog “Minha Araraquara”).

O Maestro José Maria Tescari, recorde-se, não só difundia a arte em si, mas compunha “missas, marchas nupciais, aves marias e réquiens – um estilo de músico, o mestre-capela, tal como existia na Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX” (WHITAKER, 2004, p. 29).

Finalmente, uma indagação, que consideramos importante: nessas várias construções, quem labutou diretamente? Não há registro sobre tal aspecto, mas não é difícil concluir que foi a camada mais pobre da população, incluindo escravos, antes da abolição.

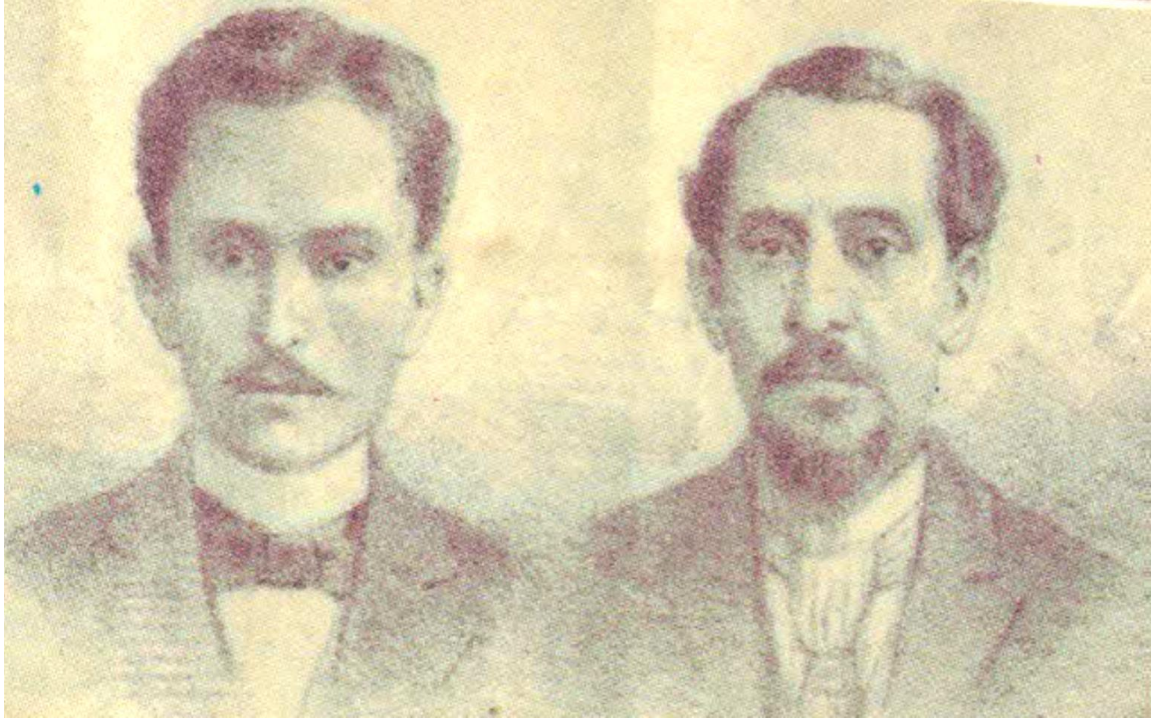
2.2.2 - Britos

O episódio dos Britos, na história araraquarense, é emblemático. Trata-se de fatos que, pela sua natureza e circunstâncias, representaram, entre o final do século XIX e início do XX, um exemplo de ofensa aos mais básicos direitos humanos (embora, na época, a expressão ainda não fosse empregada). As ocorrências tiveram lugar entre o final de 1896 e inícios de 1897. Rozendo de Souza Brito e seu tio Manuel de Souza Brito eram sergipanos que se estabeleceram em Araraquara.

Na época, a região Nordeste do Brasil era intelectualmente mais desenvolvida do que o sul do país e, assim, o pensamento dos sergipanos apresentava uma perspectiva um tanto diferente daquela dos “coronéis” que se imaginavam donos de tudo na cidade, inclusive das pessoas. Rozendo de Souza Brito foi trabalhar num cartório, por indicação do próprio Coronel Antônio Joaquim de Carvalho (cabeça das famílias dominantes em Araraquara). Mas exercia também o ofício de jornalista. Quando toma conhecimento de comportamentos do Coronel, os

quais desaprovava, começa a criticá-los pela imprensa, acabando por tornar-se um opositor do chefe local. Esse fato seria determinante no fluxo dos acontecimentos, acabando por envolver seu tio, Manuel de Souza Brito, que exercia a profissão de farmacêutico num estabelecimento da Praça da Matriz, na qual, também, estava localizada a residência do Coronel. A Figura 18 reproduz Rozendo e seu tio, Manuel.

Figura 18 - Rozendo de Souza Brito e seu tio, Manuel de Souza Brito (de cavanhaque).



Fonte: Telarolli (1997, capa)

Abaixo, reproduz-se a figura do Coronel Carvalho.

Figura 19 – Cel. Antônio J. de Carvalho



Fonte: FRANÇA (1915, p. 101)

O fato era que, “em 1890, o homem nordestino era política e intelectualmente mais bem formado do que o homem que morava em São Paulo”, sendo que mesmo “o Rio de Janeiro era uma pocilga”, antes da vinda do príncipe regente D. João VI:

Só que aqui [*rectius*: São Paulo] era muito atrasado e o Nordeste que tinha tido a presença dos holandeses, lá toda a costa do Nordeste, com sede em Recife, mas toda a costa tinha uma importância enorme. É o lugar mais próximo de Portugal. Então, o Nordeste era mais desenvolvido. A primeira escola de Direito foi lá em Recife, não foi? Os conventos que tinha lá, as escolas religiosas, então a formação do homem nordestino era muito maior. Quando o eixo do desenvolvimento do Brasil pulou do Nordeste pro Rio de Janeiro, em seguida do Rio de Janeiro pra São Paulo, o Nordeste ficou para trás. (Domingos Carnesseca Neto, Entrevista)

Os acontecimentos começam com a prisão efetuada pelo Tenente João Batista Soares, chefe de polícia local, também indicado pelo Coronel, de um cocheiro português, Francisco da Cunha Oliveira, de apelido Chico Viola, por causa de uma briga num bar. Chico Viola, por ocasião do surto de febre amarela que acometeu a cidade em 1895 e 1896,

[..] com sua carroça, prestava serviços à intendência na locomoção de doentes para o hospital de isolamento e dos cadáveres para o novo e distante cemitério, onde estavam se processando os sepultamentos que, como medida de precaução e saneamento, distava quatro quilômetros ao norte da cidade. (TELAROLLI, 1977, p. 51)

O Tenente tinha uma disputa amorosa com Chico Viola e acabou por torturá-lo “com crueza inquisitorial, digna somente dos tempos bárbaros e labregos da Idade Média” (Queixa-crime de Chico Viola contra o Tenente, *apud* TELAROLLI, 1977, p. 52). Chico Viola, depois de solto, abriu um processo contra o Tenente, criando-se duas alas: os opositores na política local apoiavam Viola, enquanto os da situação, comandados pelo Coronel Carvalho, ficaram ao lado do Tenente. “Quase todas as figuras proeminentes da vida local se envolveriam e marcariam sua passagem pelo processo, cada um deixando nitidamente assinalada a sua posição” (TELAROLLI, 1977, p. 51).

Rozendo, como jornalista, utiliza “os episódios como tema de seus escritos no jornal local, em ataques contra o grupo da situação, visando, mais especialmente, ao tenente e ao ‘coronel’ Carvalho” (TELAROLLI, 1977, p. 58). O tio de Rozendo, Manuel de Souza Brito, que possuía curso superior de Farmácia, trabalhava em uma botica, situada no Largo da Matriz e próxima da casa do Coronel. O proprietário, Francisco Amaral Barros, foi obrigado pelo chefe político a apresentar uma acusação falsa contra Rozendo, que lhe responde abrindo um processo. Manuel de Souza Brito, tentando acalmar os ânimos, marca um encontro entre o patrão e Rozendo, para o dia 30 de janeiro de 1897, um sábado, mas quando o sobrinho se dirige à farmácia, por volta das 5 horas da tarde, o Coronel Carvalho, de sua casa, quando acabara de ler no jornal mais um ataque de Rozendo, o vê e também vai para lá, desfere-lhe

várias bengaladas e fere Rozendo com um estoque (arma branca encaixada na bengala, camufladamente – TELAROLLI, 1977, nota 102, p. 58). Os dois iniciam uma luta e Manuel sai para pedir ajuda. Debaixo do Coronel, que o atacava, Rozendo, para se defender, saca sua pistola e dispara contra o agressor. Manuel, ao voltar à farmácia, deparando-se com a cena, sai novamente para avisar a família do Coronel. Atendido, Carvalho acaba por falecer uma hora depois, não sem antes acusar Manuel de Souza Brito de cumplicidade com o sobrinho para assassiná-lo.

Os Britos são encarcerados na cadeia que, à época, localizava-se onde hoje está o chafariz da Igreja Matriz, quase na atual Rua São Bento.

Na noite de 6 de fevereiro de 1897, após a missa de sétimo dia do Coronel, realizada na Matriz, os parentes do falecido encenaram uma “revolta popular” que, na verdade, era uma horda integrada por capangas a soldo dos filhos do Coronel e aliados, em especial Antônio Joaquim de Carvalho Filho (conhecido como Carvalho Filho) e seu genro, Teodoro Dias de Carvalho Júnior (o sobrenome é coincidência).

Os Britos são arrancados da cadeia, brutalmente espancados e assassinados a tiros e machadadas, sendo que os corpos foram encontrados, em estado deplorável, na manhã do dia 7 de fevereiro de 1897, pelo Pe. Antônio Cesarino, então responsável pela Matriz. Teria surgido, nessa data, a maldição da serpente, lançada pelo padre (v., no inventário, a Lenda da Serpente). Diante da revolta, agora verdadeiramente popular, seguiu-se um simulacro de julgamento dos responsáveis, mas sem punições. Alegando-se a ameaça do retorno da febre amarela, a sede do município foi transferida para o então distrito de Américo Brasiliense, com um júri escolhido a dedo e longe da população da cidade. O julgamento dos acusados pelo mando dos assassinatos foi um modelo de como o poder situacional da época encaminhou a absolvição de todos²⁷. O juiz inicialmente responsável pelo caso exonerou-se, alegando insegurança. Enquanto outro não se nomeava, todos os que deveriam responder pelo cargo foram se eximindo sucessivamente, alegando as mais variadas razões, numa escala de substituições “que descia até os juizes de Paz”, nem mesmo esses resistindo às pressões:

Culpabilidade por demais evidente, aliada à repercussão estrondosa do caso e o medo de consequências, foram as razões conjugadas que impediram a participação dos juizes de Paz, o que, é possível, fosse do interesse da própria facção dominante (à qual quase todos pertenciam), dadas as limitações desses improvisados magistrados para atuar em caso de tal envergadura. (TELAROLLI, 1977, p. 91)

²⁷ Ver TELAROLLI (1977, p. 79-117).

O juiz e o promotor que, afinal, presidiram o processo “chegavam de vésperas, encontrando o processo já concluído” (TELAROLLI, 1977, p. 89). Quanto à sede da Comarca, foi um recurso utilizado pela situação para favorecer a absolvição dos implicados, como se disse, com a alegação da volta da febre amarela à cidade. Todavia:

[...] o próprio e insuspeito noticiário da imprensa governista da capital se encarregaria de fornecer os dados comprobatórios de que, em meados de 1897, a situação sanitária de Araraquara era da maior normalidade, nada, portanto, justificando a mudança da sede da Comarca. (TELAROLLI, 1977, p. 109)

O jornal *A Platea* acusava: “É só para se realizar o júri em família, e nada mais” (TELAROLLI, 1977, p. 110).

Note-se que nem os advogados de acusação compareceram. Ficou registrado que, quando o acusado Dr. Teodoro se levantou para seu depoimento, “todo o auditório se levantou” também, reconhecendo o seu poder e a sua influência. Além do mais:

Despida das paixões e do partidarismo que suscitam a imprensa comprometida da época, a observação dos fatos leva hoje à conclusão, sem risco de enganos, que a transferência da sede da Comarca, às vésperas do julgamento, teve por escopo facilitar a absolvição. [...] As dificuldades de transporte e de acomodações alijavam do local a presença de grande público, que, no julgamento, teria as notícias através da ótica da imprensa partidária. (TELAROLLI, 1977, p. 111)²⁸

As previsões se confirmaram, com todos unanimemente absolvidos (exceção ao ex-tenente Soares, que o foi por sete a cinco). A última sessão de julgamento, aliás, teve lugar já em Araraquara, no Clube Araraquarense²⁹, sendo que um dos jurados foi o Major Dario Alves de Carvalho, adrede absolvido. Os acontecimentos receberam cobertura dos jornais (a única mídia da época), que os apelidaram de “Sucessos de Araraquara”, com ampla repercussão no Rio de Janeiro, São Paulo, no interior do estado, especialmente, em São Carlos, Jaboticabal, Monte Alto, Ribeirão Bonito, Santos, Franca, Ribeirão Preto, Rio Claro, e no estado de Sergipe, cuja Assembleia Estadual lavrou protesto público (TELAROLLI, 1977, p. 100).

A memória dos Britos, embora tenha se tornado tabu (Teresa Cristina Telarolli – Entrevista), permaneceu no imaginário popular. É o caso, aqui, de rememorar o conceito de “dizibilidade” (MENESES, 2007, p. 25), que corresponde aos “critérios, em uma sociedade ou grupo, pelos quais algumas coisas podem ser ditas e outras, não”. O poder do grupo

²⁸ Foram denunciados: Teodoro Dias de Carvalho Júnior, Antônio J. de Carvalho F^o., Major Dario Alves de Carvalho, Tito Ferraz de Carvalho, Juvenal de Carvalho, Cap. Teófilo Dias de Toledo, Joaquim Gabriel de Carvalho, Joaquim Liberato, o ex-tenente João Batista Soares, o ex-presidiário Francisco Rodrigues Coimbra, o empregado dos Carvalhos, João Bento e o Dr. João José de Araújo. Não foi recebida a denúncia contra o Cel. Germano Xavier de Mendonça, com fazenda em Américo Brasiliense.

²⁹ Na época ele ficava na Rua São Bento, entre as avenidas São João e Portugal, onde depois funcionou o Cine Paratodos e o Cine Capri (FRANCA, 1915, p. 53, e LOPES, 1999 – CD-Rom). A sede luxuosa, na Esplanada das Rosas, seria construída anos depois, ao lado do antigo Teatro Municipal.

dominante, apoiado em sua ideologia de serem os “donos” da opinião pública, pressionou para que o assunto dos Britos deixasse de ser mencionado.

Telarolli (1997, p. 193) afirma que “a abordagem do assunto sempre foi tema proibido e as crianças e os mais jovens, do começo do século, só tinham informações, em geral através de ‘pontas de conversas’ dos mais velhos , à meia voz e em grande sigilo”. E, adiante:

A repressão que os Carvalhos exerceram, durante longo período, enquanto detentores do poder, ou com influência sobre ele, tornando proibitivo o tratamento do assunto e a circulação do que sobre ele se escreveu, acabou condicionando uma autocensura. Se a força repressiva até 1930 era a família Carvalho no poder, após 30, apesar de declinante, a influência de Plínio permaneceu uma realidade, até o fim do período de Vargas e a ausência no comando do poder local esteve, eventualmente, compensada por extensão, pelo estado geral de repressão próprio do período de ditadura, que gera um “modo de vida” peculiar. (TELAROLLI, 1997, p.193-194)

Consta, igualmente, que dois livros, ambos com o título “O Crime de Araraquara”, escritos por Olympio Lima e por Fabrício Pierrot, foram proibidos ou destruídos. Da edição de 2.000 exemplares do livro de Fabrício,

“poucos exemplares escaparam à destruição, já que ‘teve suas edições compradas inteiramente, pela família do Dr. Antônio Joaquim de Carvalho’ (Diário de São Paulo, 08/11/1962), [...] um livro cuja circulação nesta cidade foi proibida, porque assim entenderam os parentes e amigos do senhor Antônio Joaquim de Souza Carvalho...’ [sic]” (TELAROLLI, 1997, p. 194).

Todavia, os Britos foram “santificados” e, hoje, existe, no local onde foram enterrados, no inicialmente chamado Cemitério das Cruzes, e que passou a ser conhecido como “Cemitério dos Britos” (atualmente, voltou ao nome original), uma capela e um anexo, com *ex-voto*³⁰ pelos “milagres” atribuídos a eles (Figuras 24-26, fls. 65-66). A respeito do nome do lugar, Whitaker (2004, p. 31), apoiando-se em testemunho do médico Otávio de Arruda Campos, registra:

Didaticamente explica-me porque o Cemitério dos Britos chamou-se inicialmente Cemitério das Cruzes. Localizava-se na Sesmaria das Cruzes, que recebeu esse nome porque ali, à beira do rio, acampava muita gente. E sempre alguém morria, ora de morte natural, ora por assassinatos. O hábito tradicional de colocar cruzes à beira dos caminhos, assinalando as mortes, forneceu o nome da sesmaria.

No sentido de que é possível aperfeiçoar – ou confrontar – tal informação acerca do emprego das cruzes, faz-se necessário recordar que Sérgio Buarque de Holanda (1994, p. 19), após comentar sobre a habilidade dos índios em se locomoverem nas florestas, inclusive

³⁰ Abreviação do latim “*ex-voto suspecto*” (o voto realizado): é o presente dado pelo fiel ao seu santo de devoção em consagração, renovação ou agradecimento de uma promessa, através de formas de gesso ou cera de partes do corpo, pinturas, desenhos e fotografias. (*Ex-voto*, Wikipédia). Segundo o Dicionário Houaiss, é, de forma geral, “quadro, pintura ou objeto a que se conferiu uma intenção votiva” (HOUAISS *et al.*, 2009, p. 864).

deixando marcas em árvores e arbustos para que se localizassem depois, anota que alguns desses sinais tiveram origem na tradição ibérica:

Outros processos não faltariam, inspirados provavelmente em tradições vindas da península. Um deles, o das cruzes de madeira chantadas nas veredas que saem das estradas gerais, a advertir o caminhante de que poucos passos depois encontrará um teto onde repouse, é claramente dessa espécie.

E, a seguir: “O barão de Piratininga procurando, numa das suas novelas, desmentir a versão corrente de que todos os cruzeiros existentes no interior eram testemunhos de crimes e tragédias, assinala, entre muitos outros, esse emprego do símbolo cristão na província de São Paulo” (ROSA, p. 15, *apud* HOLANDA, 1994, p. 20).

Antônio Joaquim da Rosa (1821-1886), o Barão de Piratininga, na obra referida, *A Cruz de Cedro*, reconhece que “uma ou outra cruz” realmente marque o local de morte. Todavia, registra que a maioria das cruzes têm outro significado. Além de avisar sobre a proximidade de abrigo ao viajante, afirma que, às vezes, três delas significam ponto de reunião de vizinhos ou que sete cruzes marcam o local “onde se reúnem os habitantes do bairro nas sextas-feiras da quaresma para correrem a via sacra” (ROSA, 1927, p. 6-7).

Nas figuras seguintes (20 e 21), podemos observar a capela de São Manuel, construída sobre o túmulo dos Britos, por volta de 1950, e uma vista dela, hoje.

Figura 20 – A capela de São Manoel (dos Britos), em finados (anos 1950).



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 21 – A Capela de S. Manoel (Britos), atualmente, de um outro ângulo.



Fonte: acervo do Autor.

Como não se trata de santos reconhecidos pela Igreja, a capela, construída sobre o local do sepultamento dos Britos, entre 1945 e 1952, por iniciativa de Raphael Narvais Penha, foi consagrada a São Manoel. Houve uma reforma em 2012 (conforme placas no local), mas após essa data, os *ex-voto* em cera ou gesso desapareceram, restando somente quadros, imagens e fotos.

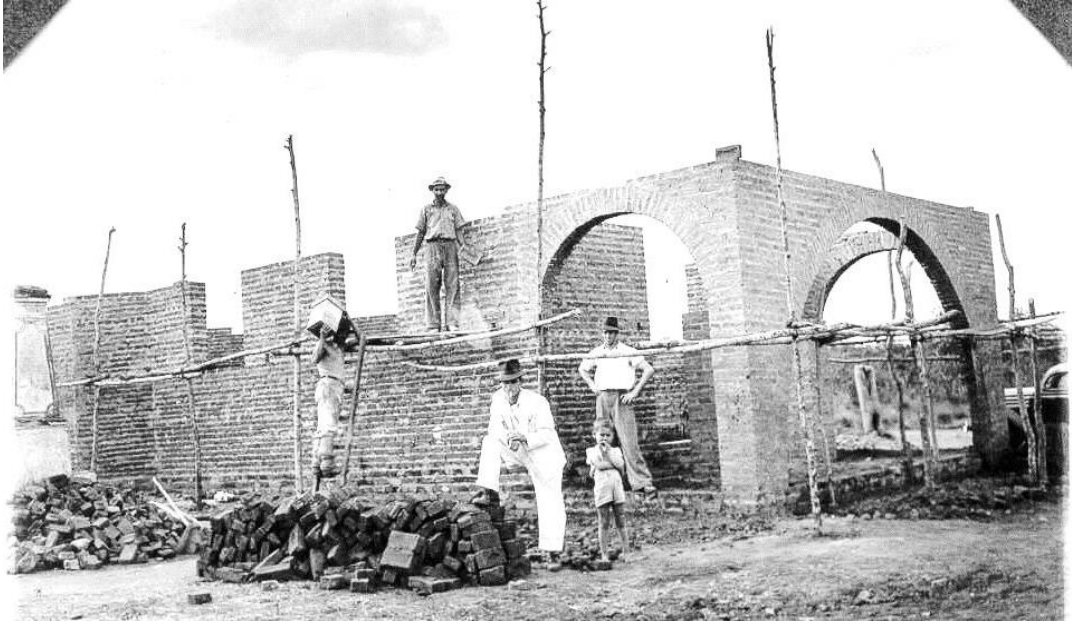
As figuras seguintes reproduzem, respectivamente: aspecto do interior da capela e seu altar (22), foto de sua construção (23), o anexo dos “milagres” (24) e o interior deste último (25 e 26).

Figura 22 – Interior atual da capela. Sobre o altar, bustos dos Britos



Fonte: acervo do Autor.

Figura 23 – Foto da construção da capela dos Britos (São Manoel), em agosto de 1945.



Fonte: LOPES (1999 - CD-Rom)

Figura 24 – Anexo à capela dos Britos, que abriga os *ex-voto*.



Fonte: Acervo do Autor

Figura 25 – Aspecto do interior do anexo dos *ex-voto*.³¹



Fonte: acervo do Autor.

³¹ A posição do quadro da capela com fotos dos Britos não deixa dúvidas acerca do centro das atenções.

Figura 26 – Outro ângulo do interior do anexo dos *ex-voto*



Fonte: acervo do Autor.

No dia de finados ou no de Todos os Santos, ia-se em romaria ao local, na época ainda longe do núcleo citadino: nos anos 1950 a 1960, para se ter uma ideia do local, ao lado de onde se localizam as sepulturas, o exército mantinha um estande de tiros para os recrutas³². A romaria continuou, cada vez com menos integrantes até, pelo menos, os anos 2000. Conta-nos Corrêa (2008) acerca do que ocorreu após o episódio do assassinato, com o povo mais humilde:

Os Britos passaram desde então a serem considerados “santos”, sendo-lhes atribuídos milagres. A insistência popular em venerar os mortos fez com que fosse mantido o cemitério onde foram enterrados, que já deveria ter desaparecido³³, a própria Igreja Católica foi obrigada a construir naquele local uma capela. As romarias ao cemitério são constantes, sendo ainda hoje, para um certo grupo da população, uma obrigação religiosa a visita ao cemitério “dos Britos”, principalmente no dia de Finados. Ao lado da capela foi construída a sala dos milagres, que se acha repleta de objetos comprobatórios das graças alcançadas. (CORREA, 2008, p. 184)

As evidências mostram a Igreja Católica, simplesmente, referendando a construção da capela: placa no local (Figura 27, abaixo) atesta que a igreja foi doação de particulares; o lugar fica sobre a sepultura dos Britos; as romarias tinham como objetivo homenagear tio e sobrinho, seus bustos estando sobre o altar; os *ex-voto* agradecem aos injustiçados e não, a São Manoel. Portanto, diante da realidade consumada, a Igreja Católica encampou esse sincretismo.

³² O Autor, inclusive, lá treinou, atirando com fuzil, durante o ano de 1964.

³³ Na época, não se utilizava o cemitério dos Britos para sepultamentos, que eram efetuados no Cemitério de São Bento, no centro da cidade. Consequentemente, não fosse o túmulo dos Britos, aquele cemitério tenderia a desaparecer.

Figura 27 – Placa afixada na parede da capela.



Fonte: acervo do Autor.

A santificação dos Britos foi “de certa forma uma atitude de protesto”, conforme nos conta Corrêa (2008):

Sendo o povo acusado de um crime que não cometera, vivendo na dependência dos fazendeiros que eram acusadores, não poderia se defender contra a tirania dos chefes locais e nem a lei os protegia. O apelo ao sobrenatural era a reação mais comum: oprimidos por um poder irremovível, procuravam, para vencê-lo, o poder sobrenatural, o único mais forte que conheciam. (CORRÊA, 2008, P. 184)

O historiador e memorialista araraquarense Domingos Canessecchia Neto (Entrevista) lembrou que o local do sepultamento foi escolhido propositalmente pelos então detentores do poder, pois só poderia ser alcançado atravessando-se um antigo cemitério indígena, que fora utilizado para o sepultamento das vítimas da febre amarela durante o surto de 1895 e 1896, ocorrida em Araraquara pouco antes do episódio dos Britos: ou seja, a intenção era afastar o público do local. Aliás, se no local, anteriormente, havia um cemitério dos índios, isso não foi respeitado ao utilizá-lo para um fim segregacionista, como eram os sepultamentos das vítimas daquele surto. O Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, todavia, foi sepultado normalmente no tradicional Cemitério de São Bento, mais próximo ao centro da cidade (Figura 28, a seguir).

Figura 28 – Túmulo do Cel. Carvalho, no cemitério de São Bento³⁴



Fonte: acervo do Autor.

O episódio dos Britos, aliás, juntou-se a outros, tanto anteriores como posteriores.

Por exemplo, o povo dera a denominação de “Praça da Boa Morte” àquela que depois foi denominada Jardim Público (atual Praça da Independência, no quadrilátero formado pelas Ruas 4 e 5 e as Avenidas XV de Novembro e D. Pedro II), bem como de “Rua da Forca” à atual Avenida D. Pedro II: “ali foi enforcado aos 09/12/1845 o negro Antonio Angola pelo assassinato de seu dono e senhor Antonio de Oliveira Matosinho. Condenado, sua sentença foi confirmada pelo imperador D. Pedro II” (SOUZA, 2003a, p. 43).

Outra ocorrência diz respeito aos negros Guilherme e Veríssimo, “um ano e meio depois da abolição e 5 dias antes da Proclamação da República” (TELAROLLI, 2003, p. 79), que estavam presos na mesma cadeia onde os Britos foram assassinados, tendo sido acusados de atentar contra duas mulheres (uma branca e outra parda), mas sem aparente fundamento. Todavia, à semelhança do que ocorria, à época, no Sul dos Estados Unidos, os acusados foram linchados, conforme o relato dos acontecimentos, com nítida nuance discriminatória:

Acabada a missa da manhã de domingo, 10 de novembro de 1889, foi-se formando um ajuntamento de povo em frente da cadeia. Um grupo de 400 pessoas olhavam um pequeno grupo hostil que exigia a entrega dos dois presos, com a tácita aprovação dos que olhavam indiferentes a sorte dos negros. Depois de duas horas de ataques à cadeia com pedras, paus, tiros e machados, o grupo fez os soldados fugirem. Em seguida, na sua sanha, arrombaram as celas e mataram os dois com golpes de machado, faca e cacete. Depois, arrastaram os cadáveres e penduraram numa paineira do largo, ali os deixando expostos durante toda a tarde. Os réus foram absolvidos, sob o falso argumento de que o crime teria sido praticado pela multidão, ou seja, que teria havido um linchamento, e neste caso seria impossível responsabilizar os autores. (TELAROLLI, 2003, p. 79)

³⁴ O cemitério de São Bento situa-se na Rua Humaitá (Rua 9). O túmulo do Coronel fica na Rua 1 do cemitério, quadra 1A, defronte à antiga entrada (ainda existente).

Um episódio pouco lembrado na história araraquarense é o da família Longaretti, o qual teria ficado “mais famoso na mídia do Brasil e do mundo que o Crime dos Britos” (SOUZA, 2003a, p. 50), provavelmente também reforçando a fama de “Linchaquara” dada à cidade. Trata-se de episódio onde se percebe a presença do poder político e da ideologia de classe dominante, com a permanência da concepção de que seus integrantes tudo podem. Nos anos 1900, a fazenda Nova América, na nossa zona rural, pertencia a Diogo Salles (irmão do então presidente da República, Manoel Ferraz de Campos Salles). Pois o filho de Diogo, de nome Raul Salles – numa atitude típica da época da escravidão e do coronelismo -, assediou as moças da família Longaretti, de imigrantes italianos, que trabalhavam na fazenda e não foi correspondido. Passou, então, a perseguir a família, mas a colônia italiana se revoltou e fez uma greve, resultando na dispensa de todos os Longaretti, sem direito algum. Estes não quiseram deixar a fazenda e, numa discussão, o dono das terras, Diogo Salles, agrediu violentamente o velho Longaretti. Em revidar, o filho, Ângelo Longaretti, matou o agressor, o que se transformou numa polêmica de dimensão internacional, com a intervenção das embaixadas brasileira e italiana. Ângelo, inicialmente condenado, foi, depois, absolvido (SOUZA, 2003a, p. 50-51).

Ora, todas essas ocorrências acabaram por render a Araraquara, como se notou, o epíteto de “Linchaquara” – muito embora haja quem o atribua exclusivamente ao episódio dos Britos:

Uma atmosfera de pavor recaiu sobre a cidade após o assassinato dos Britos. Os fatos eram narrados em surdina. Todos evitavam se envolver no caso. Aos poucos, o protesto mudo transformou-se em manifestações ruidosas, como comícios em praça pública, vaias dirigidas às autoridades, principalmente a João Batista Soares e a Vicente Lucidoro de Oliveira³⁵, responsáveis pela ordem, naquele momento. Outro protesto foi uma espécie de luto adotado por alguns moradores em suas casas. O Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz³⁶, em sinal de protesto, mandou pintar uma barra exterior de sua casa, de piche. Imediatamente, outros imitaram esse gesto ficando patente a repulsa do povo araraquarense àquela violência, a que injustamente se deu o nome de “linchamento”. (CORRÊA, 2008, p. 178)

Por que justamente os acontecimentos de Araraquara acabaram tendo uma “imprevisível repercussão” (SOUZA, 2003b, p. 24), já que linchamentos eram comuns na região, “pois conforme analisa o historiador Rodolpho Telarolli, tais sucessos ocorriam em muitas cidades”? “Tal como araras e periquitos, linchamentos e assassinatos não eram apanágio de Araraquara, mas sim manifestações doentias de uma violência geral que emanava do coronelismo enquanto sistema político” (WHITAKER, 2004, p. 28).

³⁵ Respectivamente, o conhecido Tenente Soares, chefe de polícia, e o delegado em comissão na época do assassinato dos Britos.

³⁶ Chefe da ala política opositora aos Carvalhos.

Oportuno, assim, que analisemos as possíveis causas.

Em primeiro lugar, as atenções se voltaram para Araraquara pelo fato de que as ligações entre os chefes locais e o governador da época, Campos Salles (futuro presidente da República) eram estreitas: o Cel. Carvalho e Campos Salles haviam sido colegas na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Fora também colega do Cel. Carvalho, na mesma oportunidade, Prudente de Moraes, que era o então presidente da República. A mãe de Rozendo Brito, D. Rosa de Brito, efetuou diversas viagens a São Paulo, mesmo antes dos assassinatos, por “saber de fonte limpa que meu filho será linchado” (O Commercio de São Paulo, 13/02/1897, *apud* TELAROLLI, 1977, p. 62) e, numa dessas inúmeras viagens de trem para São Paulo, esteve em 06/02/1897, com Campos Salles, sem êxito. Numa ocasião, acompanhada do Juiz do caso³⁷, a parada do trem em São Carlos, cidade vizinha a Araraquara, arrastou para a gare uma multidão. O Juiz fez inflamado discurso, interrompido por vivas e aplausos. Outros oradores também discursaram: “usaram da palavra, na ocasião, o Dr. Leal da Cunha, em nome do povo e o Sr. Felício Beltrame, pela colônia italiana” (jornal *A Platea*, 13/03/1897, *apud* TELAROLLI, 1977, p. 95). Em diversas estações, ao longo do percurso do trem, o povo “se concentrou para manifestações de louvor e, principalmente, de repulsa a passageiros envolvidos nos acontecimentos”:

Assim, d. Rosa de Brito, no dia 11 de fevereiro, ao passar por São Carlos, não podia responder, debilhada em pranto, soluçante, acobalhada, às pessoas que foram abraçá-la. Voltando de São Paulo, o dr. Fontes receberia, nas estações de Visconde do Pinhal e de São Carlos, calorosas manifestações. Em São Carlos, “o povo, em massa, aglomerado na Estação, recebeu-o debaixo de palmas e ergue-lhe calorosos vivas”. (TELAROLLI, 1977, p. 94-95)

A repercussão disso tudo acabou por aumentar, cada vez mais, a atenção dos jornais, ocasião em que o nome de Araraquara, destacando-se, serviu de mote para lhe atribuir a alcunha de “Linchaquara”, ecoando por todos os lugares onde os periódicos chegavam.

Em segundo lugar, devemos abrir nossa lente de análise para a situação então reinante no País, que, como recorda Souza (2003b, p. 24), apresentava-se com um panorama geral de “efervescência política”, em decorrência de “decepções com relação aos rumos ‘duvidosos’ da República”. Com a nova ordem, os grupos políticos, vindos do Império, não haviam conseguido ainda construir “uma base sólida de ‘sustentação’”, competindo “entre si pelo poder”, o que acabou causando “conflitos sangrentos” (Brasil – 500 anos, vol. 2, Abril: São Paulo, 2000, p. 577, *apud* SOUZA, 2003b, p. 24), tais como a Revolução Federalista, no

³⁷ Dr. Joaquim Martins Fontes da Silva, Juiz de Direito por ocasião dos assassinatos dos Britos, deixou o caso, aparentemente por força de uma conspiração arquitetada pelos acusados do crime, membros da elite araraquarense da época (TELAROLLI, 1977, p. 79).

Rio Grande do Sul, a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, a sucessão de Floriano Peixoto e a Revolta de Canudos. Ora, os sentimentos contra a prática coronelista exacerbaram-se em Araraquara, diante do ocorrido com os Britos, “em repúdio aos atos de mandonismo e coronelismo”, pois aqui “uma família protegia os amigos e perseguia os inimigos e desafetos com o sacrifício da vida, se fosse necessário” (Dicionário de Ciências Sociais, 2ª e., FGV/MEC: Rio de Janeiro, 1987, p. 275, *apud* SOUZA, 2003b, p. 25).

Afirma Telarolli (2003, p. 121):

Não fossem os episódios de Araraquara, onde se contrapunham republicanos e monarquistas, e não existisse ainda no Brasil uma forte aspiração pela restauração do antigo regime decaído e os episódios, apesar da selvageria e da brutalidade, não teriam a repercussão que tiveram, especialmente pelo apaixonado noticiário da imprensa, que provocou comícios e reuniões de protestos em muitos lugares, inclusive em São Paulo.

Existe um outro fator a influenciar a repercussão dos “Sucessos de Araraquara” e que se refere à vida pública do Dr. Teodoro Dias de Carvalho Júnior, genro do Cel. Carvalho, o que é comentado por Telarolli (1997, p. 42-47). Ocorre que ele foi o chefe de Polícia de São Paulo, a partir de fevereiro de 1892, posto que era “de vital importância para a manutenção do poder”, tendo atuado com rigor ao sufocar a “Conspiração de Março” do mesmo ano, que tentou destituir o presidente do Estado (Cerqueira César) e impedir que o Congresso Estadual se reunisse, movimento que pretendia desembocar na deposição de Floriano Peixoto, da Presidência. Também se atritou com a colônia italiana, a qual protestava contra a prepotência da polícia paulista. Em 1893, já sob a presidência estadual de Bernardino de Campos, atuou em apoio a Floriano nos episódios da Revolta da Armada e na Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, cedendo armamentos e tropas. Em 1894, estando o país em estado de sítio, suspendeu vários jornais como “subversivos à ordem”, destacando-se O Commercio de São Paulo, A Platea, bem como a Tribuna do Povo, de Santos. Esses jornais tiveram protagonismo importante nos “Sucessos de Araraquara”. Em 27/02/1895, ele se exonerou e passou aos cargos de Secretário de Justiça e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Neste último cargo, que era a pasta mais importante do governo, na época, foi acusado pelo Diário Popular (edição de 17/12/1895), o qual, ironicamente, homenageou “a sua estada ali, à frente dos serviços que mais dinheiro comem ao tesouro, em São Paulo”.

Em suma, “mercê dos cargos que ocupou, a assumir posições e a desenvolver atuação que lhe valeram muitos inimigos” (TELAROLLI, 1997, p. 47), O Estado de São Paulo, em edição de 09/03/1897, afirmou que ele possuía “mais inimigos do que poderia fazer em toda sua vida, se continuasse afastado da política”.

Ora, ao se envolver no assassinato dos Britos, a imprensa aproveitou-se dos acontecimentos para, difundindo-os, atingir também ao Dr. Teodoro, o que se constituiu, como dissemos, em mais um fator para a repercussão que o caso teve.

Tendo em vista que o poder local era dominado pelos coronéis, esclareça-se que, quanto às iniciativas de reação, foram, na cidade, de três tipos (CORRÊA, 2008):

- a) – dos coronéis opositores aos Carvalho (p. 178);
- b) – do povo mais simples, que reagiu com a “santificação” dos Britos (p. 184);
- c) – dos italianos (o “imigrante, dotado de formação diferente, em geral politizado”) que foram os responsáveis pela “maior parte dos protestos de rua”, embora “sua condição de estrangeiros” limitasse sua ação (p. 184).

A repercussão atingiu a presença de araraquarenses, onde quer que estivessem:

A maioria dos jornais do país trouxe textos e charges reprovando e ridicularizando o que consideravam desmandos coronelistas. A situação chegou a tal ponto que os moradores de Araraquara, independentemente do lado em que estivessem, eram discriminados em viagens pelo Brasil. As pessoas não recebiam os que moravam em “Linchaquara”, como a cidade ficou conhecida pela opinião pública. Todos sofriam discriminações. (SOUZA, 2003b, p. 25)

Um dos entrevistados pela historiadora Anna Maria Martinez Corrêa (2008, p. 184), de nome Teófilo Antônio Machado, contou que

[...] em viagem pelo interior de Minas, chegou a uma pousada num ponto muito distante de Araraquara. Pedindo alojamento, ao dizer que era de Araraquara, numa sala onde havia muitas pessoas, todas se voltaram para ele e o proprietário disse que não abrigava gente de Linchaquara, ao que o entrevistado respondeu que era parente dos linchados. Todos então se solidarizaram com ele e o proprietário pediu que ficasse, mas ele recusou o convite. Em outra ocasião, o mesmo senhor, em viagem pelo interior de Mato Grosso, teve a oportunidade de ouvir numa roda de violeiros, uma “modinha” sobre o “linchamento dos Britos”, dizendo:

Veja o povo de Araraquara
Êta povo marvado
Lincharo tio e sobrinho
Quando um só era curpado.

Outrossim, a mesma autora registra:

Contam ainda alguns moradores antigos que quando visitavam outras cidades em seus automóveis, era frequente encontrarem, numa atitude provocativa, transcrito na poeira do carro: “Linchaquara”. Ficou assim a cidade marcada pela violência e pelo terror que atingiu sua população. Conta-se que, nessa ocasião, muitas famílias abandonaram a cidade. (CORRÊA, 2008, p. 185)

A expressão persistiu. Nosso entrevistado João Batista Ditodaro conta que nos “anos sessenta e tantos”, foi, com seu pai, de trem, assistir a um jogo da Ferroviária (time de futebol de Araraquara), em Bragança Paulista e, mesmo nessa época, foram recebidos pelos torcedores da equipe de lá, batendo umas tabuinhas e, para provocar, gritavam “Linchaquara, Linchaquara”.

Na época dos “Sucessos de Araraquara”, a situação somente seria combatida a partir da ocorrência da implantação da chamada “ideologia da cidade-modelo”, conforme se comentará no item seguinte. Registre-se, por outro lado, que o Coronel Antônio Joaquim de Carvalho é o nome de um estabelecimento oficial de ensino, na Praça Pedro de Toledo³⁸ (antigo Largo da Câmara) e seu filho, Antônio Joaquim de Carvalho Filho, que, segundo consta, seria um dos organizadores do linchamento, é nome de uma rua importante no centro da cidade, a Rua Carvalho Filho (a chamada Rua Zero).

Todavia, nenhuma lembrança oficial no centro de Araraquara foi dedicada, até hoje, aos Britos, cruelmente assassinados pelos Carvalho, estes absolvidos do crime em julgamento fraudado.

2.2.3 – O Chafariz

O projeto do chafariz é de autoria desconhecida.

José Maria Viana de Souza, em “A Ideologia da Cidade-Modelo” (2003b), aborda um tema já iniciado no seu livro “Araraquara, 212 anos de história” (2003a). Trata-se, em resumo, do movimento para recuperar a imagem da cidade, diante da fama de “Linchaquara”. O autor inicia dizendo que teria havido três etapas no desenvolvimento econômico de Araraquara: a *primeira*, a etapa do povoamento, inicia-se com a economia de subsistência, passa pelo café (a partir de 1850) e vai até a crise mundial de 1929³⁹; a segunda, intermediária e de adaptação, com o café sendo substituído por outras culturas, vai até a década de 1950; a *terceira* é a da implantação da agricultura canavieira e de agroindústrias açucareira e cítrica, além do início de industrialização mais intensa (SOUZA, 2003b, p. 11 a 13).

O autor prossegue explicando que o coronelismo (dominante na última parte da primeira fase)

[...] seria uma prática política baseada num compromisso entre o ‘coronel’ e as oligarquias centrais em que um dá o voto e os outros poder político” [...] A patente de ‘coronel’ dos proprietários rurais vinha da participação na Guarda Nacional, criada em 1831, pelo padre e regente Antônio Diogo Feijó para contrabalançar a ação do Exército. (SOUZA, 2003b, p. 15)

³⁸ Interventor em São Paulo, em 1932, Pedro Manuel de Toledo liderou o estado durante a Revolução Constitucionalista daquele ano. (Wikipédia)

³⁹ Ver o livro “1929 – *Quebra da Bolsa de Nova York: a História real dos que viveram um dos eventos mais impactantes do século*”, de Ivan Sant’anna. Objetiva: Rio de Janeiro, 2014. Segundo o autor, na ocasião as perdas acumuladas na Bolsa de Nova Iorque, somaram “50 bilhões de dólares, dez vezes a quantidade de moeda em circulação nos Estados Unidos naquela época” (p. 305).

Esses coronéis dominaram a política araraquarense por décadas. Por volta dos anos 1830, predominaram, por aqui, aqueles ligados à família Botelho⁴⁰. No Império e início da República, competiram as alas do Coronel Antonio Joaquim de Carvalho (o mesmo do episódio dos Britos) e do Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz (SOUZA, 2003b, p. 14 a 17) – este último fora aquele que mandara pintar uma faixa de piche em sua casa, em protesto contra o assassinato dos Britos.

Assinala Telarolli (1977, p. 33), inclusive citando Leôncio Basbaum (História Sincera da República, vol. 2, p. 279, Edições LB: São Paulo, 1962):

É, pois, a posse da terra o alicerce onde se assenta o mandonismo. O fazendeiro de café, que governava o país, não se mantinha no poder pela força militar, mas se “eternizava no governo graças a uma máquina eleitoral que se estendia por todo o país, mergulhando suas raízes na terra. Era como uma pirâmide em cujo ápice se encontrava o presidente da República, vindo logo abaixo o Partido Republicano Paulista [...] e na base do arcabouço, o ‘coronel’ e a sua família, parentes e dependentes, constituindo as famosas oligarquias estaduais”.

Ora, em função da má fama da cidade, o que, inclusive, vinha prejudicando os negócios, houve um “afã de destruição dos testemunhos”, tentando melhorar sua aparência e apagando os vestígios do que ocorrera. “A preocupação de fazer dela uma cidade agradável levou a Câmara a instituir prêmios aos moradores que construíssem bonitas casas. Esperavam, dessa maneira, que o século XX fizesse renascer uma cidade bela que não pudesse ser identificada com a Linchaquara” (CORRÊA, 2008, p. 185).

Todavia, era preciso mais. Ações que realmente mudassem a face da cidade.

A fama que Araraquara adquirira incomodava um grupo político que foi liderado pelo fazendeiro Carlos Baptista Magalhães (vereador em Araraquara, desde 1877 – ver figura 29, abaixo) - mais tarde homenageado com seu nome na primeira escola primária da cidade -, com a colaboração dos mais novos (Figura 30, a seguir) Bento de Abreu Sampaio Vidal (nascido em 1872) e que aos 22 anos casara-se com Maria Izabel de Arruda Botelho, filha de Bento Carlos de Arruda Botelho e sobrinha-neta do Conde do Pinhal, passando a pertencer ao clã Arruda Botelho (MANÉCOLO, 2016) e Plínio de Carvalho (nascido em 1884), este último filho do Cel. Carvalho, grupo que resolveu mudar aquele estado de coisas (SOUZA, 2003b, p. 31). A reversão da imagem da cidade, portanto, começaria logo após os acontecimentos que macularam sua população (SOUZA, 2003b, p. 31), acusada de conluio com os assassinatos. Tal imagem não favorecia aqueles que viajassem para outras cidades, nem interessava à economia do município, visto com reservas por toda parte.

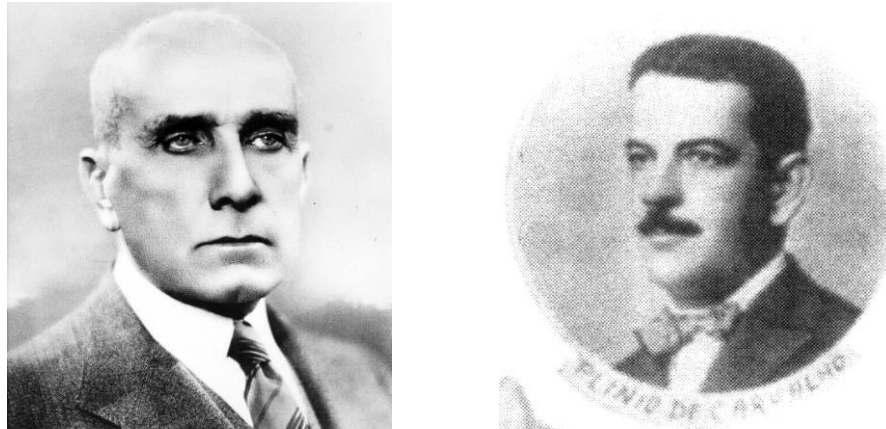
⁴⁰ Um dos Botelho foi o Conde do Pinhal (Antônio Carlos de Arruda Botelho), responsável pela vinda dos trilhos a Araraquara, tendo sido, também, um dos fundadores da cidade vizinha de São Carlos. (Ver: CORREA, 2008; MARTINS E BERGAMIN, 2012 e FRANÇA, 1915).

Figura 29 – Carlos Baptista Magalhães



Fonte: FRANÇA (1915, p. LVIII)

Figura 30 – Bento de Abreu (esquerda) e Plínio de Carvalho (direita)



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Assim, esse grupo político liderou um movimento para transformar Araraquara numa cidade-modelo (SOUZA, 2003b, p. 30-40), iniciando com luz elétrica, já em 1909, de tal forma que, até 1929, Araraquara

[...] possuía todos os serviços urbanos civilizados de uma das melhores cidades de São Paulo. A elite do café fizera da Morada do Sol um sonho de cidade. Criou a ideologia que determina o comportamento da comunidade e que explica a identidade comum das pessoas, os sentimentos e os valores que professam. (SOUZA, 2003b, p. 39-40).

Nesse movimento, a praça da Matriz foi remodelada, totalmente arborizada, a antiga cadeia e a câmara demolidas, a igreja reformada, o rego d'água aterrado e construiu-se um chafariz no local do suplício dos Britos. O irônico é que o chafariz, embora não ostente nenhuma indicação direta do ocorrido, remete indiretamente ao episódio, pois apresenta ornamentos bastante significativos, conforme se pode notar na figura 31, abaixo: na base do pedestal que lhe ocupa o centro, há várias serpentes (brancas) e, no topo, uma águia, tudo

remetendo à lenda da serpente (ver item específico, a seguir), que teve origem no assassinato dos Britos.

Figura 31 – O chafariz, com seus ornamentos: as serpentes e a águia.



Fonte: acervo do Autor

2.2.4 - Três Lendas

2.2.4.1 – A lenda da serpente

Essa lenda é das mais persistentes na memória araraquarense. Tanto a serpente como a águia têm longa tradição de significados na tradição heráldica. Já no Antigo Egito, a águia, - onde o “*udyat*” (“Olho de Hórus” em hieróglifos) era “um símbolo mitológico do Egito antigo e significava “proteção, restabelecimento da saúde, intuição e visão”. Em heráldica, a águia alastrou-se abundantemente em símbolos e escudos (Águia, Wikipedia).

Já a serpente, simbolicamente, se possui, por um lado, um “aspecto positivo” associado “à sabedoria, à ascensão e à força espiritual”⁴¹, apresenta também um “aspecto negativo”, estando “relacionada com traição e falsidade” (Serpente - site Greenme). Aliás, na própria Bíblia, a serpente é o animal que tenta Eva e acaba ocasionando a expulsão do paraíso.

Na heráldica, é famoso o “*biscione*” (cobra grande), também conhecido como “*vipera*” (víbora), que “representa uma serpente azul, dando à luz um ser humano;

⁴¹ Inclusive, como é sabido, junto à civilização dos maias, para os quais a serpente era um deus. “**Kukulkán** era a versão maia do deus asteca Quetzalcóatl, a serpente emplumada. Para os maias “*kukul*” significa sagrado ou divino e “*kan*” significa serpente” (Wikipedia).

geralmente uma criança por vezes descrita como moura. É o brasão da Casa de Visconti há mais de mil anos. As suas origens são desconhecidas (Serpente – *biscione*, Wikipedia).

Ora, tal oposição entre a “maldade” da serpente e a “proteção” da águia estão presentes na lenda da serpente.

Não se deve esquecer de uma crença registrada pelo Professor Alcyr Azzoni, em seu acervo particular. Trata-se daquela que afirma ser, a invocação a São Bento, um poderoso auxílio para afugentar cobras, derivada do seguinte episódio da história do Santo:

Mandaram duas garrafas de vinho ao Santo e o portador só entregou uma, escondendo a outra para bebê-la no regresso. São Bento recomendou ao jovem que não bebesse a garrafa oculta antes de ver o que continha. Ao voltar, o rapaz assim o fez e uma grande serpente saiu de dentro da garrafa.

A Professora Aparecida J.G. Aguiar também registra que, “na credence do povo, São Bento é o santo que consegue domesticar as cobras, daí podemos entender como surgiu a Lenda da Serpente” (AGUIAR, 2003, p. 87).

Como se sabe, havia um rego d’água (ver figura 12, fls. 53) que, de acordo com o entrevistado Domingos Carnesseca Neto, vinha de uma fonte situada na altura de onde se encontra o Colégio Progresso, na atual Rua Padre Duarte, descia pela frente da Matriz, seguia pela atual Rua Maria Janasi Biagioni⁴² para, finalmente, desaguar no que se conhece como Córrego da Servidão (hoje, canalizado em sua maior extensão e sobre o qual está a Via Expressa (Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira), paralela aos trilhos que cortam a cidade). Supõe-se que haveria a ocorrência de cobras, como é normal em locais semelhantes.

Ocorre que “uma mulher teve um filho indesejado e o jogou no córrego”, tendo a criança se transformado “numa serpente, que estaria vivendo no porão da igreja” (blog “Patrimônio Histórico”).

Entre as lendas do imaginário popular araraquarense está aquela da serpente gigante que dorme no subsolo da cidade, com a cabeça sob as estruturas da Igreja Matriz de São Bento e o corpo se estenderia até a igreja de Nossa Senhora do Carmo. No dia em que a igreja for concluída da sua obra monumental, a serpente acordará e destruirá Araraquara, reza uma das versões mais populares. (SOUZA, 2003a, p. 30)

Se o rego d’água se originava na altura do atual Colégio Progresso, não era de uma nascente que existisse naquele local. Informações em artigo do jornal Tribuna Imprensa, de 22/08/1999, de autoria de Bento Caloni, questionava que, se a comissão da Câmara, de 1878, teria determinado que o córrego fosse “extinto”, ele não nasceria numa mina. O autor diz que a explicação viria da edição de outro jornal, de “julho de 1909”, quando

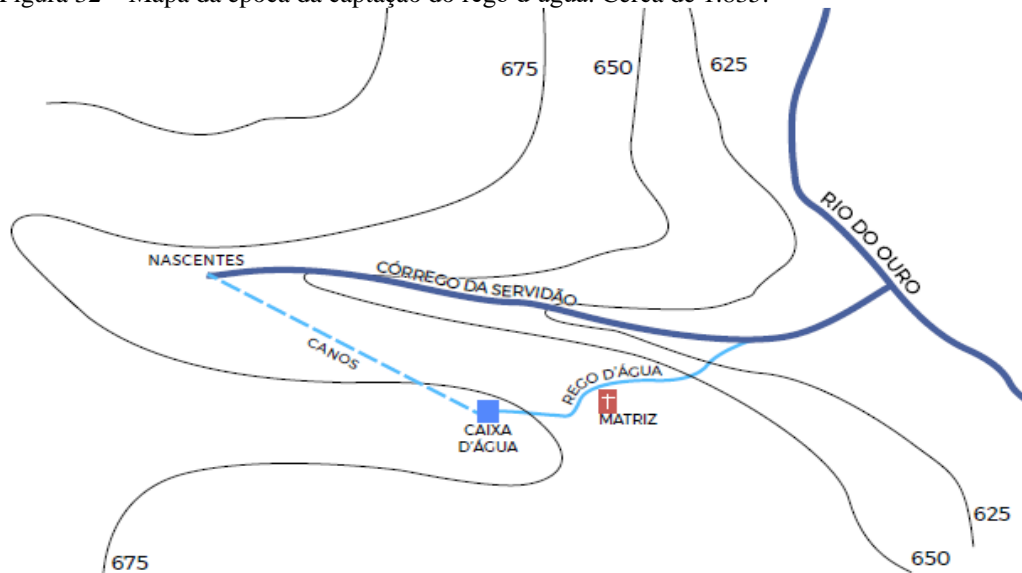
[...] o jornal O Popular, noticiando as diversas melhorias que aconteciam na cidade, revela a origem do córrego [...]. O córrego nascia, enfim, numa caixa construída na

⁴² Essa rua é a continuação da Rua 3, após um pequeno desvio – fato derivado do antigo curso do rego d’água.

esquina da rua Quatro com a avenida Duque de Caxias (onde está o Banco Mercantil⁴³). Essa caixa era abastecida pelas minas da nascente do córrego da Servidão, que na época tinha o nome, e era, Formoso. (CALONI, 1999)⁴⁴

A água, assim, era captada e conduzida por “cerca de dois quilômetros de canos” até a caixa referida (Figura 32). “A água que não era usada na caixa, corria pelo rego artificial, que atravessava o pátio da igreja” (CALONI, 1999).

Figura 32 – Mapa da época da captação do rego d’água. Cerca de 1.835.



Fonte: elaborado pelo autor, a partir de mapas de CALONI (1999)⁴⁵

Tal informação também é corroborada pelo Professor Alcyr Azzoni (Entrevista).

Por outro lado, ainda com referência à lenda da serpente, querem alguns que o atual edifício da Matriz lembraria uma águia e que a salvação da cidade estaria, portanto, numa “enorme águia formada pela arquitetura do suntuoso edifício e cuja visão imaginária é notória de um determinado ângulo frontal do prédio”, a qual devoraria a serpente “assim que ela surja do subsolo” (SOUZA, 2003a, p. 30). Esta última opinião deve ser confrontada com o fato de que a atual igreja (o “suntuoso edifício”) foi inaugurado 1958, portanto, muitíssimo posterior à origem da lenda, ocasião em que havia, no local, um outro templo, que fora inaugurado em 1891 e demolido em 1956.

Enfim, o mito da serpente teria seu ponto inicial numa praga rogada por um padre da igreja Matriz – provavelmente aproveitando a fábula da criança indesejada que se transformara em serpente – ou, mesmo, da invocação a São Bento, acerca de cobras - em episódio relacionado ao massacre dos Britos:

⁴³ Atualmente, agência do Banco Bradesco. Portanto, o local não estaria exatamente no atual Colégio Progresso, mas numa esquina defronte a ele.

⁴⁴ Ver, também, ALMEIDA, 1948, p. 24 e 38 (conforme comentamos nas fls. 54, deste trabalho).

⁴⁵ A fonte encontra-se no acervo do Prof. Alcyr Azzoni.

Reza a lenda que na manhã do dia 7 de fevereiro de 1897, ao sair da Matriz de São Bento e encontrar os corpos esquartejados de Rozendo e Manuel de Brito na praça, o padre Antonio Cesarino teria rogado a praga de que, caso a obra da igreja fosse terminada nos próximos 100 anos, a serpente que habitava seus porões acordaria e destruiria a cidade. Caberia à águia, repousada na praça, salvar o povoado da maldição. (FERNANDES, 2013, p. 41)

Na Figura 33, abaixo, vê-se o Padre Cesarino. Se pessoas haviam massacrado outras pessoas, por óbvio que não temiam a Deus: quem sabe, então, passassem a temer uma “maldição”?

Figura 33 – O Pe. Antônio Braz Cesarino⁴⁶



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Outras versões dizem que a serpente acorda “a cada oito anos” e que, durante sete minutos, derruba um pedaço da igreja. “A mesma lenda conta ainda que a cabeça da serpente se encontra na própria igreja e o rabo se estende até o Cemitério dos Britos. Esse é um dos motivos pelo qual há uma águia na frente da igreja. O animal estaria ali para caçar a serpente quando ela acordasse” (blog “Patrimônio Histórico”). A entrevistada Isabel P. Brunetti afirmou que, em sua infância, acreditava-se que a tal serpente era a responsável pelo “buracão do São Geraldo” e que a cabeça estaria debaixo da Matriz. Uma versão acerca da praga de a igreja nunca terminar é apresentada pela entrevistada Teresa Cristina Telarolli: a mãe de Rozendo Brito teria amaldiçoado o lugar, ao saber do assassinato do filho. Telarolli (Entrevista) também conta que existe a crença de que um túnel ligaria o subsolo da Matriz ao da sede da Chácara Sapucaia, que foi propriedade de Pio Lourenço Correa (entre outros papéis, participou do júri dos

⁴⁶ O padre foi vigário da Matriz entre 31/03/1896 a 11/07/1911, nascera em Sapri, na Itália, e lá também faleceu em 16/07/1913 (fonte: LOPES, 1999- CD-Rom).

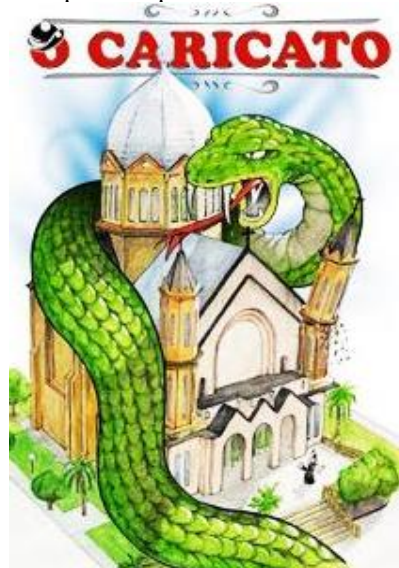
acusados pelas mortes dos Britos), onde foi escrita a obra *Macunaíma*, por Mário de Andrade. Tais desencontros, além de enriquecerem o trabalho, confirmam as afirmações de Bergson e Halbwachs, de que cada pessoa vê a realidade de forma diferente e a memória de um nem sempre corresponde à memória dos outros.

O padre Marcelo Aparecido de Souza, que responde atualmente pela Matriz, apresenta uma explicação para as rachaduras que realmente aparecem na igreja, de tempos em tempos:

Segundo ele, a igreja foi construída sobre sapatatas, que é a parte inferior do alicerce e pode ser uma peça de madeira, metal ou concreto colocada sob o pilar que suporta o peso da construção. O problema é que aquela região central tem solo argiloso, até por consequência de ali ter um córrego, que foi canalizado. Por isso, a constante acomodação do solo argiloso é o que provoca certa movimentação no prédio e surgem as rachaduras. (blog “Patrimônio Histórico”).

O fato de que o córrego, na realidade, não foi canalizado, mas sim “extinto”, como se viu, corrói em parte a explicação do padre Marcelo, pois se realmente ali houve um rego d’água, nunca existiu, todavia, um córrego, nem mesmo canalizado. Na Figura a seguir, uma concepção artística da serpente.

Figura 34 - Desenho de Lucas Lima, da suposta serpente.



Fonte: blog Patrimônio Histórico.

2.2.4.2 – Nossa Senhora do Carmo e sua festa

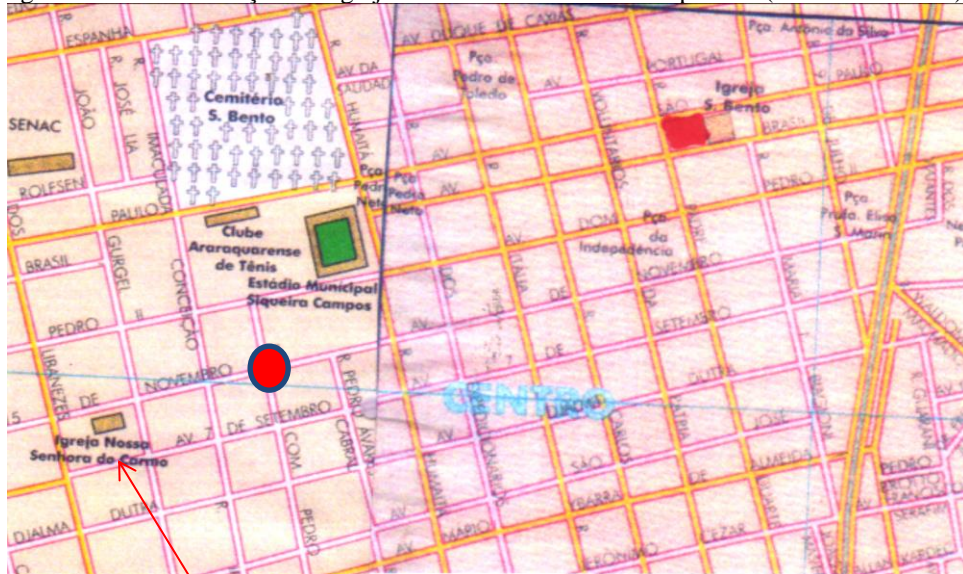
Outra lenda, porém menos divulgada, também ligada a uma igreja, refere-se à de Nossa Senhora do Carmo. Consta que, no local onde hoje está o templo, havia um grande matagal, onde foi encontrada uma imagem daquela santa. As pessoas que a encontraram resolveram erguer-lhe uma capelinha num local com menos arborização, o que fizeram onde

hoje é o cruzamento da Avenida 15 de Novembro com a Rua Comendador Pedro Morganti⁴⁷, lá colocando a imagem encontrada. Todavia:

No dia seguinte, quando chegaram à Capelinha, a santa tinha desaparecido; foram para o local onde a imagem tinha sido achada e ela estava lá. Trouxeram novamente a santa para a capelinha e, no dia seguinte, novamente a santa sumira, sendo encontrada de novo no local onde fora achada. A população, então, procurou as autoridades religiosas, contando o que tinha acontecido e, diante dos fatos, resolveu-se construir a igreja no local onde a santa foi achada e queria ficar. (AGUIAR, 2003, p. 87)

As figuras 35 e 36 mostram os locais referidos na lenda e a atual igreja do Carmo .

Figura 35 – As localizações da igreja do Carmo e do local da capelinha (circulo vermelho).



Fonte: elaboração do Autor, a partir de mapa da cidade.

Figura 36 - A igreja de Nossa Senhora do Carmo, atualmente.



Fonte: acervo do Autor.

⁴⁷ Sobre o Comendador Pedro Morganti comentaremos às fls. 137.

Intimamente conectada à igreja, existe a realização de uma tradicional festa: a Festa do Carmo, anualmente, no mês de julho, evento ligado originalmente à cultura negra. Desde 09/10/2002⁴⁸, faz parte dos eventos oficiais de Araraquara (SP), embora venha sendo comemorada há cerca de 130 anos (em 2017, não foi realizada).

Fernanda Manécolo (2018, Site AcidadeOn) afirma que não se conhece exatamente a data do seu início e, com depoimento do presidente do Baile do Carmo, dá notícia da sua origem:

A data real em que a festa nasceu é realmente um enigma, porque não há documentos que comprovem. Fato é que no calendário oficial a festa completa 130 anos em 2018. Daniel Amadeu Martins Filho, o Costa, o presidente do Baile do Carmo é um dos que defendem que a festa começou ainda na época dos quilombos. “No bairro do Carmo, onde hoje é o Sesc havia um quilombo e lá vivia o negro Damião. Damião era escravo e sonhou que Nossa Senhora do Carmo dizia para ele parar de sofrer e festejar. Uma festa foi criada para os negros dançarem e cantarem, porém, quando o capitão do mato descobriu, mandou cortar as pernas de Damião, para que ele não dançasse mais”.

O relato, verdade ou não, traduz a absurda visão de que o escravo seria uma “coisa”, da qual se poderia cortar um ou mais pedaços.

A festa estaria sendo realizada desde a época da escravidão e fora “iniciada a partir de uma reunião de escravos dançando umbigada na data de aniversário de Nossa Senhora do Carmo, 16 de julho, próximo à igreja de mesmo nome” (TENÓRIO, 2010, p. 63).

A mesma autora relata que episódios de violência eram comuns, inclusive contra os ex-senhores, citando depoimento de Pio Lourenço Correa (o primeiro proprietário da Chácara Sapucaia) no Álbum de Araraquara, 1948:

Lembro-me, por exemplo, de que seis negros picaram à enxada, na beira do rego d’água que estavam limpando numa fazenda no Chibarro, o seu feitor, que era genro do fazendeiro. Esse ambiente – digamos, de guerra social - em 1888 estava já alastrado por toda a zona rural do município, principalmente incentivado por um certo Dr. Fonseca⁴⁹, baiano que foi enviado pelos abolicionistas de São Paulo, para fazer propaganda de liberdade e até de violência, entre os escravos de Araraquara. (Pio Lourenço Correa, 1948, p.27, *apud* TENÓRIO, 2010, p. 37-38).

Aliás, pelo que relata Pio Lourenço Correa, confirmam-se as palavras de Tenório (2010, p. 44), de que “o pensamento da elite da época” exalava discriminação, uma vez que o texto era “recorrentemente publicado e mencionado quando o assunto é a abolição”. Leia-se este trecho, em que o autor parece esquecer-se da responsabilidade dos ex-senhores, que tomavam a lei nas mãos:

O negro, depois que “nóis fiquemo tudo iguá”, não queria mais trabalhar! Pois, se era igual ao ex-senhor!... Bronco, mal aconselhado pelos demolidores do regime,

⁴⁸ Lei Municipal 5.920/02, v. Anexo B, fls. 341.

⁴⁹ Trata-se do Dr. Antônio Henrique da Fonseca, advogado abolicionista que, vindo a Araraquara, alforriava escravos, porém dentro da lei. Ver fls. 214.

não trabalhava. Bebia e dançava. Os batuques eram coisa diária nos arrabaldes da cidade. Assim, eram também os furtos de galinhas, de cabras, de gêneros alimentícios. O homem branco reagiu irado: - a sova de pau e rebenque nos libertos era igualmente diária. (CORRÊA, 1948, p. 27).

Todos esses relatos são, obviamente, revoltantes, em particular por atribuírem, de pronto, ao escravo, uma culpabilidade sem exame dos fatos e circunstâncias envolvidos.

Todavia, conforme Tenório (2010, p. 50), em antítese àquelas afirmações discriminatórias, “a população negra do início do século XX não abandonou o trabalho; ela convivia com a escassez de oportunidades, com a competição por emprego juntamente com os imigrantes e com a discriminação por parte da elite araraquarense”. No começo do século XX, o bairro do Carmo era distante do centro da cidade, pouco habitado e desvalorizado, facilitando que famílias negras lá se fixassem, incluindo chácaras e sítios, existindo até uma porteira na igreja (TENÓRIO, 2010, p. 48).

A Festa do Carmo surge, então, como “um momento importante de protagonismo, de criação de laços, de aprender a negociar e desafiar”, e que, a exemplo das festas religiosas de Minas Gerais, no século XVIII, apresenta-se como um evento em que “o aspecto lúdico e de encontro” acaba sobrepujando “o sentido religioso”, conforme Laura de M. Souza (O falso fausto, p. 20 e 21, *in* Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII, Graal: Rio de Janeiro, 1985, 1985, *apud* TENÓRIO, 2010, p. 62 e 63).

Hoje em dia, a Festa do Carmo é desfrutada democraticamente por toda a população, tendo como ponto alto o Baile do Carmo, o qual encerra as festividades.

2.2.4.3 – O Tesouro

Alberto Lemos (s/d) registra uma lenda acerca de um tesouro enterrado pelo bandeirante Diogo Gonçalves Laço. Por volta de 1733, a rota dos bandeirantes por Araraquara (SP) fora proibida, pois vinha sendo utilizada para contrabandear ouro escondido da tributação da coroa, tendo em vista que “o solo araraquarense, no século XVIII”, se tonara “palco de aventuras de contrabandistas de ouro” (LEMOS, s/d, p. 34). O episódio ficou esquecido por muito tempo, até que,

[...] por volta de 1940, não se sabe como, espalhou-se por Araraquara a notícia da existência de um tesouro oculto em terreno localizado na Vila Xavier, nas proximidades de onde se situa a atual Rua Bento de Barros, anteriormente denominada rua do Tesouro. De uma hora para outra, o boato ganhou vulto e, alastrando-se intensamente pela cidade, atraiu ao local verdadeira multidão de curiosos. Muitos foram os que se puseram a escavar o solo, na esperança do encontro do fabuloso tesouro e, conseqüentemente, de um enriquecimento repentino, da noite para o dia. [...] Nada se encontrou. Não havia nenhum tesouro. [...] Entretanto, imaginação ou verdade, bem poderia ser que, há duzentos ou mais anos, mineradores contrabandistas, empenhados em escapar das garras rapaces dos arrecadadores de tributos, tivessem enterrado nas entranhas da terra araraquarense,

no todo ou em parte, um carregamento aurífero, dos muitos vindos das minas goianas, à espera de que, dissipados o receio e os perigos, pudessem posteriormente transportá-lo ao seu destino, cercado das necessárias garantias. (LEMOS, s/d, p. 35)

Até recentemente, o episódio ainda era lembrado:

O que se sabe é que hoje a Rua Bento de Barros ainda tem moradores que se lembram ou ouviram falar dessa história. Não com muitos detalhes, mas segue no imaginário popular do bairro. Maria Celina Simões Ferraz, de 75 anos, se mudou para a rua aos nove anos de idade. Ela lembra que, naquela época, ainda se falava “Rua do Tesouro”: “Meu pai contava essa história. Nessa época já era Bento de Barros, mas não tinha placa; nada. Eles diziam que uma pessoa qualquer havia enterrado um tesouro aqui. Mas eu nunca vi ninguém abrir o chão atrás desse tesouro”, diz ela, sorridente, reconhecendo que os mais novos moradores dificilmente vão ouvir e transmitir essa lenda. (OLIVEIRA, site AcidadeOn/Araraquara, 2017)

No filme “Santo Antônio e a Vaca”, realizado em Araraquara (SP), em 1958, sob a direção de Wallace Leal Valentim Rodrigues (ver fls. 134), com artistas integrantes do famoso Teatro Experimental de Comédia de Araraquara - TECA, coincidentemente (ou inspiradoramente) uma das linhas da história refere-se exatamente a um suposto tesouro, um pote cheio de moedas de ouro, que estaria enterrado nas terras do sítio habitado pelos personagens. Na trama, o pote acaba sendo encontrado pelo figurante Tonho, quando, então, a riqueza chega para todos. Não se tem notícia das histórias contadas a Wallace por Ináh Perez Bitencourt, que foi sua consultora para a trama do filme. Não fica fora de propósito que a lenda do tesouro inserida na trama tenha origem ali.

A Rua Bento de Barros, a antiga Rua do Tesouro, localiza-se na Vila Xavier, paralela à linha dos trilhos, na altura da antiga estação.

2.2.5 – O antigo Teatro Municipal

Tratava-se de prédio, sempre referido como construído em estilo mourisco (FRANÇA, 1915, p. 29), com excepcional qualidade acústica e integrante de belíssimo conjunto arquitetônico ao lado do edifício que hoje hospeda a Secretaria de Cultura de Araraquara. Uma análise mais detida da aparência daquele imóvel (ver figura 38, adiante), parece sugerir que sua construção apresentaria, em verdade, não um estilo mourisco puro, mas eclético.

Não somos, por evidente, especialistas em estilos arquitetônicos. Porém, segundo Koch (1996, p. 176) o estilo mourisco se refere a uma decoração “composta por plantas extremamente estilizadas, de origem islâmica e segundo modelos helenísticos”.

Como alguns observadores nos apontaram (por exemplo, a Professora Dra. Dóris Accioly e Silva⁵⁰, da Universidade de São Paulo), o antigo teatro apresentaria muito mais características de arquitetura eclética do que mourisca.

O fato de vir-se apontando o edifício como “em estilo mourisco” viria, em especial, mais da tradição do que da realidade dos fatos.

A observação atual, direta, é impossível, já que o prédio foi demolido. Mas, pelas fotos do antigo teatro municipal seria possível, talvez, dar razão a quem defende, portanto, um estilo eclético, termo que é utilizado “em referência aos estilos que exibiam combinações de elementos que podiam vir da arquitetura clássica, medieval, renascentista, barroca e neoclássica, entre outras”, com que se pretendia romper com a tradição portuguesa, buscando “novas fontes de culturas, como a França e a Itália” (site ARQBRASIL10, s/p). Isso se adapta às intenções daqueles que empreenderam a repaginação da cidade, pós-episódio dos Britos.

Assim, na Figura 38 (fls. 86), do antigo teatro municipal, embora, no geral, possamos admitir o mourisco, verificamos que o telhado da parte anterior apresenta nítida feição românica, como, por exemplo, na Igreja de Santo André de Telões, enquanto o da frente lembra as absides e cobertura da Igreja do Monastério Ribeira Sacra, na Galiza (Espanha), também de estilo românico. Já as janelas superiores têm nítida inspiração *art deco* com seus contornos retos, mas arredondados nas pontas, enquanto as inferiores parecem apresentar-se com elementos neoclássicos. Tudo isso tende a nos levar, em tese, a admitir um estilo eclético no seu todo, mormente se atentarmos para o frontão e suas colunas⁵¹. Houve o emprego maciço de madeira (fato que favoreceria, mais tarde, parte de sua decadência, frente à falta de manutenção e seu uso indiscriminado para outros fins, como bailes de carnaval, conferências e formaturas com bailes, em geral – TELAROLLI, 1997, p. 207). O entrevistado Moacyr Marchesi (ver citação na análise de sua entrevista, no Apêndice C, fls. 319), afirmava que o teatro era “inteiramente construído em madeira”.

Lembra Nestor Goulart Reis Filho (1970, p. 158) que, no ecletismo, “o uso da madeira era tão frequente quanto possível. Além de pisos e forros, das portas e janelas, surgia também no arremate dos telhados, com peças de acabamento decorativo, serreadas ou torneadas”. Tal também se aplica, portanto, ao antigo teatro municipal. O mesmo autor, ainda, quanto ao ecletismo, traz as seguintes observações:

⁵⁰ Informação oral (26/04/2019).

⁵¹ Para figuras referentes às observações arquitetônicas, ver Anexo F (fls. 346).

O ecletismo propunha a todos os sistemas um tratado de paz. Ele deveria conciliá-los, guardando deles aquilo que possuíssem de precioso, do mesmo modo que o governo representativo deveria ser um governo misto, que satisfizesse a todos os elementos da sociedade. [...] O Ecletismo na arquitetura seguiu caminho semelhante, propondo uma conciliação nas polêmicas sobre os estilos históricos. (REIS FILHO, 1970, p.182)

Já Owen Hopkins nos apresenta uma descrição do estilo mourisco puro (Figura 37):

Arcos em ferradura, fachadas em camadas e tijolos dispostos em padrões abstratos: esses traços da arquitetura islâmica moura, visíveis no grande palácio da Alhambra, do século XIV, em Granada, Espanha, despertaram um fascínio particular nos arquitetos americanos e europeus no século XIX e início do século XX. Cúpulas e minaretes, símbolos de luxo e glamour, enfeitaram vários hotéis e teatros nos Estados Unidos. (HOPKINS, 2017, p. 130)

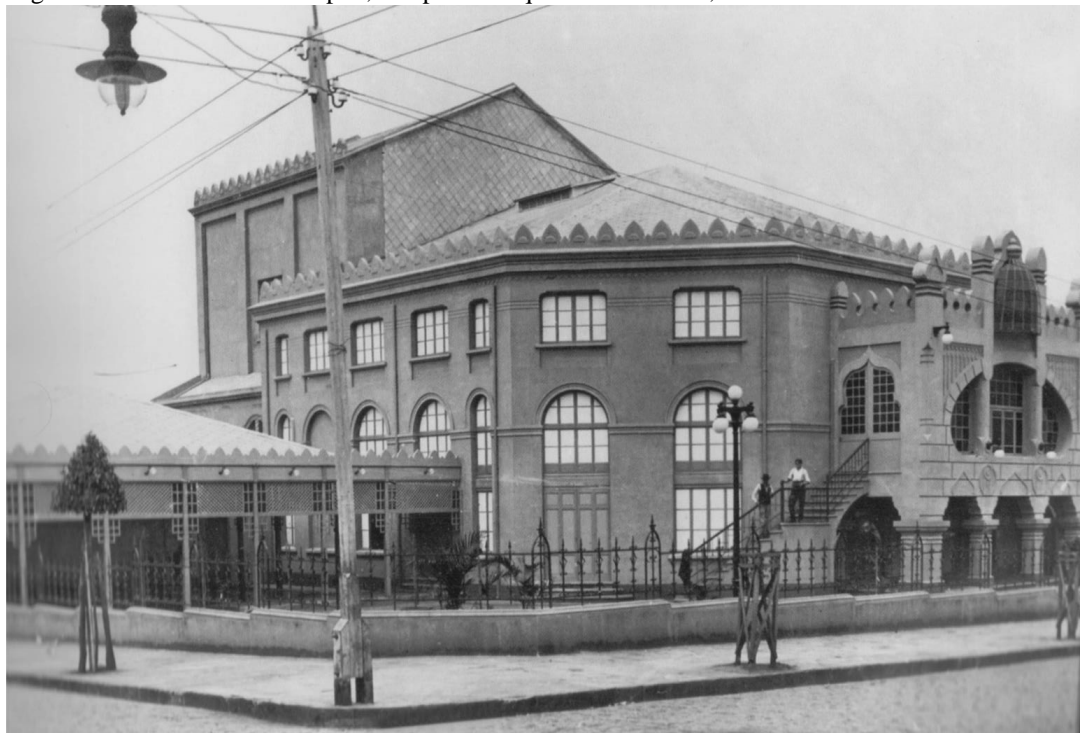
Figura 37 – Palácio de Alhambra, edifício símbolo do estilo mourisco.



Fonte: Granada, Espanha. (site)

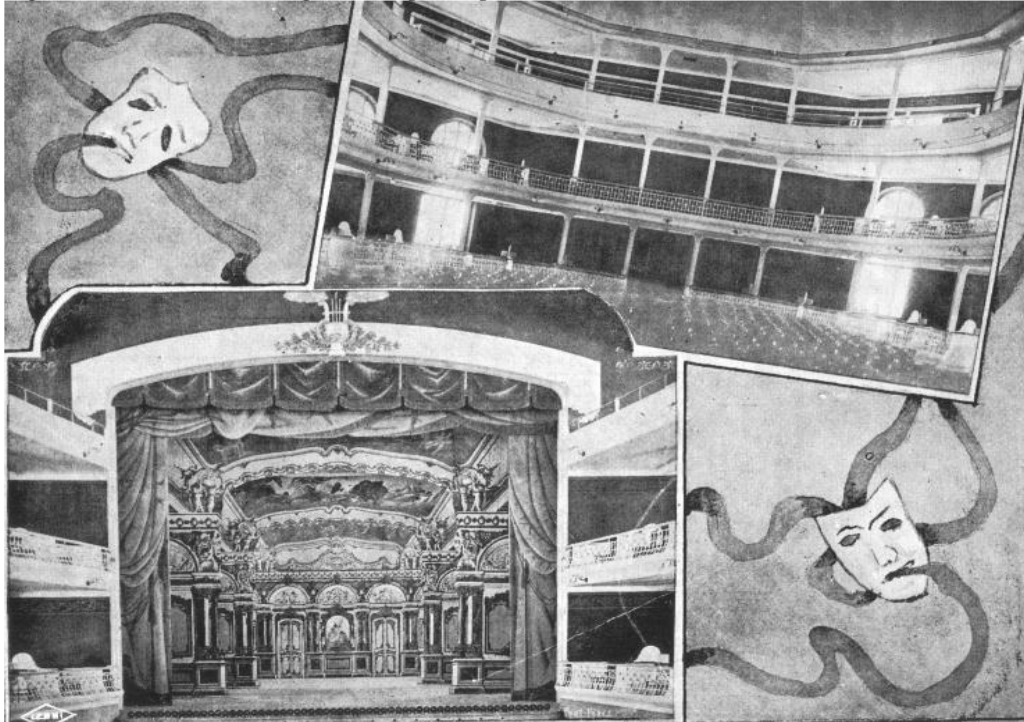
Nas duas figuras seguintes, vemos o antigo teatro e aspectos do seu interior:

Figura 38 - O Teatro Municipal , na época em que foi terminado, em 1914



Fonte: MEDINA JR. (2012, p. 23).

Figura 39 – Interior do antigo teatro: palco, plateia, frisas e camarotes



Fonte: FRANÇA (1915, p. 31)

Uma cerca de ferro fundido que, anteriormente, o delimitava, está hoje no prédio da Fundação Gota de Leite, na Rua Carlos Gomes, esquina da Av. Duque de Caxias (antiga Rua da Forca), ao lado da Praça Pedro de Toledo (conhecida como “Largo da Câmara”), conforme se observa na figura abaixo.

Figura 40 – Atual localização das grades da mureta do antigo Teatro, na Fundação Gota de Leite.



Fonte: acervo do Autor.

De acordo com Telaarolli (1997, p. 203-207), a prefeitura comprara o terreno para o teatro em 1911, porém não tinha recursos para construí-lo. A solução encontrada foi a criação da Sociedade Anonyma Theatro de Araraquara, com capital dividido em ações adquiridas pelos mais abastados, entre os quais se distinguiu Bento de Abreu. O prédio foi concluído em 1914,

mas, segundo o autor, por problemas na cobertura, somente foi inaugurado em 1916, quando a sociedade, imersa em dívidas, o vendeu para a Prefeitura. Sua estrutura apresentava três pisos e a capacidade total era de 918 pessoas. O salão da plateia comportava 334 espectadores em “cadeiras móveis, de palhinha, importadas da Áustria”, sendo que o piso permitia inclinação, através de um mecanismo, a fim de proporcionar melhor visão dos espetáculos. Havia frisas, com capacidade para 110 pessoas, num nível mais elevado, em torno do salão. Escadas internas e externas davam acesso aos demais andares, com balcão, camarotes e galeria. Nos 22 camarotes cabiam 106 espectadores, enquanto a galeria comportava o restante da capacidade. O projeto do engenheiro e arquiteto Alexandre de Albuquerque incluiu as comodidades possíveis na época, inclusive ventiladores.

Todavia, a maioria das fontes indica que o teatro teria sido inaugurado mesmo em 1914, tal como: “Em setembro de 1914, inaugurou-se oficialmente o Teatro Municipal de Araraquara, com uma série de magníficos espetáculos da Companhia de Operetas Clara Weiss, uma companhia lírica de revistas” (MEDINA JÚNIOR, 2012, p. 22).

Nunca é demais lembrar o emblemático episódio da destruição do antigo Teatro Municipal de Araraquara:

Como um fantasma que resiste, o teatro frequenta todas as *memórias vivas* das classes privilegiadas da cidade. O que acontece na memória das outras classes sociais? Há evidentemente outras perdas essenciais. [...] Quase posso sentir o baque das picaretas que o destruíram naquele especialmente dolorido momento da História do Brasil. (WHITAKER, 2004, p. 44 – grifos no original)

A perda do Municipal teria sido evitável? Veio abaixo, talvez, em nome de uma pretensa “modernidade”? “Por isso costumo dizer que o moderno é o inimigo de todas as classes sociais, já que destrói o patrimônio histórico, sem contemplação com os oprimidos ou consideração com os poderosos” (WHITAKER, 2004, p. 45 e 46).

No local encontra-se, hoje, o prédio da Prefeitura (Figura 41, abaixo). A destruição do teatro, como outros fatos, se deu “dentro de um quadro político de autoritarismo e militarismo, o que também ajuda a compreender muita coisa” (WHITAKER, 2004, p. 46).

O antigo Teatro Municipal fora erguido dentro do movimento de reforma da cidade empreendida pelo grupo de Plínio de Carvalho e Bento de Abreu Sampaio Vidal (a chamada “ideologia da cidade-modelo”), para resgatar o nome de Araraquara, então conhecida pela alcunha de “Linchaquara”, mormente em função do episódio dos Britos.

Sua inauguração se deu, conforme vimos, com a Companhia de Opereta Clara Weiss (MEDINA JÚNIOR, 2012, p. 22). Na figura abaixo, podemos observar o prédio que abriga

atualmente a Prefeitura Municipal, no lugar onde, anteriormente, existiu o antigo teatro municipal.

Figura 41 – Prefeitura Municipal, em 2018. Ao fundo, a atual Secretaria da Cultura, contemporânea do antigo teatro.



Fonte: acervo do Autor.

O antigo teatro foi utilizado, como já se registrou, para atividades que, em princípio, nada tinham com sua função. Como possuía a área principal, da plateia, com mecanismo de elevação, esta era trazida para o nível do palco, por ocasião, por exemplo, de bailes de carnaval. O edifício, por falta de manutenção, por vinte anos, a partir de 1946, acabou com sérias avarias e infestação de cupins, sendo demolido em 1966.

O prédio do teatro veio abaixo para que ali fosse erguido, por concessão, “um condomínio residencial de vinte andares, denominado Paço das Artes” (MEDINA JÚNIOR, 2012, p. 26), o que incluiria um novo teatro, no subsolo. Todavia, a empresa encarregada do empreendimento (Paes de Barros Ltda.) acabou falindo. Para solucionar o problema, a prefeitura rescindiu o contrato de construção (Lei 1703/69, Anexo A - continuação, fls. 340), aproveitando-o para a sua atual sede, mas jamais construiu o teatro no subsolo.

O historiador Rogério Belmiro Tampellini, aponta, em artigo (jornal “Folha da Cidade”, 14 de março de 2014), o prefeito municipal da época, Rômulo Lupo, como sendo o responsável direto pela perda do teatro, embora autorizado a demoli-lo pela Lei 1.459, de

07/07/1965⁵². Um processo que correu pela 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, na época, reconheceu que os acontecimentos teriam “atropelado as cláusulas da escritura que visavam à preservação e perpetuidade do local para o futuro, acordada na ocasião em que o município assumiu plenamente a propriedade da então Sociedade Anonyma Theatro de Araraquara”. Mas o antigo teatro já não mais existia.

Domingos Carnesseca Neto também conta o que ocorreu com a construção iniciada no local do antigo teatro:

[...] em 1965 [...], eles resolveram no lugar do teatro municipal construir um prédio de apartamentos. “Vamos privatizar esse espaço.” Então, estava sendo construído nesse local o edifício Passo das Artes [...] Ao chegar ao nono andar, a construtora faliu, por volta de sessenta e oito, sessenta e nove, por aí. A construtora faliu e o prefeito da época, Rubens Cruz (fora o prefeito anterior, Rômulo Lupo, que derrubara o teatro e feito a concessão para construir o prédio), numa visão muito boa, falou “não, o prédio já é uma situação dada, já não existe mais o teatro [...]”. Ele desapropriou o prédio e transformou um prédio de apartamentos na prefeitura.

Observe-se que havia o compromisso de fazer um novo teatro na área, mas seria subterrâneo. “Então existiria o teatro escondidinho. Esse teatro não foi feito” (Domingos Carnesseca Neto, Entrevista).

Moacyr Marchesi (Entrevista) afirma que, por causa do regime militar, a ocorrência da censura representou forte desestímulo às atividades cênicas – em nosso caso, fortemente centrada no antigo teatro. Mas, igualmente, declara que o prédio deveria mesmo ser demolido, “pois não oferecia mais segurança”, uma opinião que vai contra aquela geralmente aceita, em sentido contrário. Entre outras declarações, ele revela (aliás, equivocando-se quanto ao ano da demolição, que diz ter sido em 1962, quando, em verdade, foi em 1966), que o regime militar iniciado em 1964, através da censura desestimulou as artes, especialmente a produção teatral (v. fls. 319). Todavia, Domingos Carnesseca Neto afirma que a Prefeitura, não tendo, à época, engenheiros, encomendou, em 1965, à Estrada de Ferro Araraquara, laudo das condições do teatro, função atribuída a Antônio Tavares Pereira Lima (que já havia sido prefeito da cidade e renunciado para voltar a ser engenheiro)⁵³. No laudo, ele teria afirmado que “a estrutura do prédio etc., está em perfeitas condições, que o prédio precisaria de serviços de manutenção elétrica, hidráulica, no madeiramento do telhado, coisa simples”. Mas, a prefeitura demoliu o prédio, pois havia sérias questões ideológicas e políticas

⁵² A lei não autorizou a demolição diretamente, mas a desincorporação de “bem de uso comum do povo” e dispôs “sobre a construção por incorporação de edifício em Condomínio e de Centro de Arte e Cultura de Araraquara” (ver Anexo A, fls. 339). Parte dessa lei foi revogada pela Lei 1.703/69 (Anexo A - continuação, fls. 340).

⁵³ O entrevistado diz que o “personagem que foi colocado de lado na história de Araraquara”. Foi prefeito, fundou a AFE – Associação Ferroviária de Esportes, iniciou a construção do estádio, fundou a ADA – Associação Desportiva Araraquara. Antes, fundara o América Futebol Clube, de São José do Rio Preto. Todas essas associações dedicavam-se ao lazer dos ferroviários.

envolvidas: era a época dos militares e os artistas eram muito críticos. Pesava, igualmente, a conferência proferida ali por Jean-Paul Sartre (intelectual de esquerda), em 1960, acompanhado de Jorge Amado (ex-deputado do Partido Comunista Brasileiro), com elogios à Revolução Cubana, de 1959: o local representava uma “reunião de comunistas e depravados artistas”⁵⁴. Se o teatro tivesse sido preservado, além do patrimônio e de extraordinária casa de arte, a cidade desfrutaria da existência de um soberbo conjunto arquitetônico (Figura 42).

Figura 42 – Conjunto do Teatro Municipal, Clube Araraquarense e Hotel Municipal (foto da “*década de 40*” - MEDINA JÚNIOR, 2012) . Defronte, a Esplanada das Rosas.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom).

Os fatos que envolvem a perda do antigo teatro, portanto, embora perpassados de abuso de poder, desrespeito ao patrimônio histórico da cidade, enganos e “ânsia de modernidade”, não impediram que sua lembrança ainda se mantenha na memória da cidade, como um espaço público impregnado de tradição.

2.2.6 – Os trilhos que cortam a cidade⁵⁵.

Os trilhos que cortam o centro da cidade são outro tópico importante da memória coletiva araraquarense (v. ALMEIDA, 1948, p. 114-118 e DEMARZO, 2014, p. 78-82), impregnados de fatos notáveis não só para Araraquara, mas para todo o oeste paulista, que a EFA – Estrada de Ferro Araraquara ajudou a desbravar.

⁵⁴ A conferência teve lugar em 04/09/1960, na Faculdade de Filosofia, hoje Casa da Cultura. No mesmo dia, ocorreu o encontro “com estudantes e trabalhadores rurais, no antigo Teatro Municipal”. Como dado curioso, naquele dia a AFE venceu o time do Santos de Pelé, por 4 x 0 e a agitação na cidade foi atribuída, por Sartre, à sua presença (PORTALDAMORADA, site de notícias, 2016).

⁵⁵ Para pormenores sobre a polêmica da retirada dos trilhos, ver: Demarzo (2014).

Na figura abaixo, observamos parte do trajeto dos trilhos, o viaduto Leonardo Barbieri, que liga o centro à Vila Xavier (que fica em plano mais elevado), bem como trecho da via expressa que ladeia os trilhos por quase todo o seu caminho.

Figura 43 –Linhas férreas: a Vila Xavier, à direita, mais elevada do que o centro da cidade .



Fonte: 200 Anos de Araraquara (site g1. Globo, 2017)

A antiga estação ferroviária de Araraquara (de onde partiam os trilhos da EFA) encontra-se relativamente bem conservada, transformada que foi em museu ferroviário, conforme se vê na próxima figura. Como já tivemos oportunidade de externar em outra oportunidade, talvez não esteja conseguindo cumprir com êxito integral o seu papel. Se hoje é objeto de visita de grande parte da população às quintas-feiras, é porque ocorre no local uma feira-livre. Apesar de tudo, acreditamos que o museu poderia ser utilizado muito mais em sua função primordial, como importante marco urbano da memória coletiva.

Figura 44 – Antiga estação ferroviária, atual Museu Ferroviário.



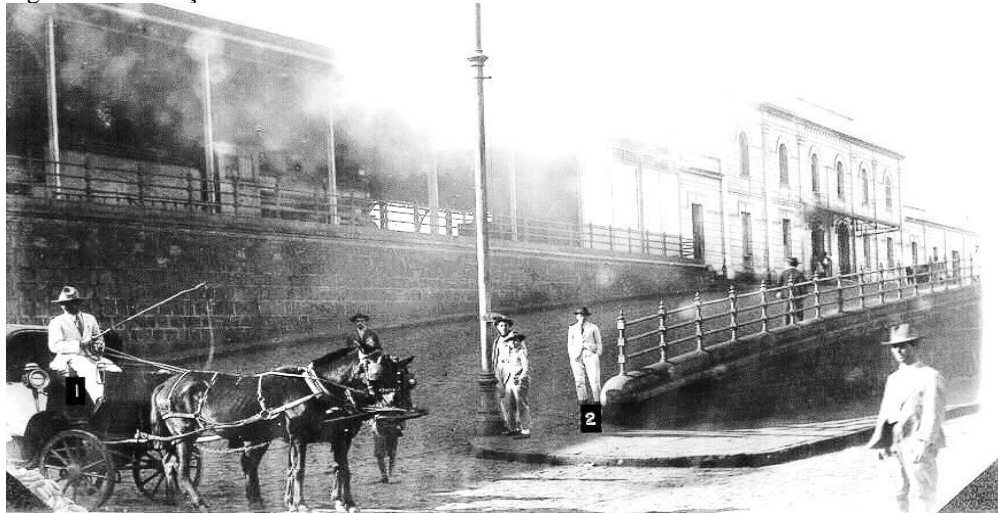
Fonte: acervo do Autor.

Anderson Ivanhoé Brunetti (entrevista), mesmo sendo de uma família de ferroviários, falando sobre o Museu que, como se sabe, foi outrora a estação da estrada de ferro, apresenta uma visão pessimista sobre o local, dizendo que lá existe uma “feirinha”, música ao vivo e exposição de ferroramas sem ligação com a ferrovia, nada tendo observado que julgasse significativo:

Outro dia eu estive na estação, naquela feirinha. É um lugar bem legal, tinha música ao vivo, mas abandonado.[...] Mesmo sendo de uma família de ferroviários... o que tinha aberto no dia que eu fui lá eram aqueles ferroramas, acho que o museu não deve ser isso, não é? Aí eu vi lá uns ferroramas, numa porta que estava aberta à noite, entrei, olhei e saí, mas não vi nada relacionado ao museu. [...] Nada relacionado ao museu, tipo "Olha isso aqui é algo..." Significativo, não tinha nada disso.

Na foto abaixo, verificamos que, anteriormente, havia um acesso viário pela esquerda do prédio, o que, atualmente, não existe mais.

Figura 45 – Estação ferroviária em 1920



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

A implantação, em 1868, da Estrada de Ferro Santos a Jundiá ligou o planalto paulista com o litoral, criando um corredor de exportação ao café, pelo porto de Santos. Os ingleses financiaram o projeto, exigindo que a mão-de-obra não poderia ser escrava, o que foi atendido pela Lei n.º 641/1852 (artigo primeiro, nono parágrafo), *in verbis*:

A companhia se obrigará a não possuir escravos, a não empregar no serviço de construção e custeio do caminho de ferro senão pessoas livres que, sendo nacionais, poderão gozar da isenção do recrutamento, bem como do serviço activo da Guarda Nacional, e sendo estrangeiros, participarão de todas as vantagens que por lei forem concedidas aos colonos uteis e industriais. (LARA, 1988, p. 18)

Tal fato não pode ser aceito sem devida observação de que, à época, a Inglaterra entendia que necessitava do maior número possível de consumidores, a fim de colocar, em todo o mundo, de modo especial, seus produtos têxteis, após o advento da Revolução

Industrial – escravos não eram consumidores diretos e “recebiam apenas uma muda de roupa por ano” (SCHWARCZ, 2019, p. 29).

Facilitar a exportação do café não foi uma questão resolvida a contento, já que o grosso da produção cafeeira estava além de Jundiaí (SP), no rumo do interior, no município de Campinas (SP). Ademais, havia locais produtores ainda mais distantes – como, por exemplo, Araraquara (SP) -, de tal sorte que o produto, para ser embarcado, precisava ser transportado por escravos e no lombo de mulas até onde os trilhos haviam parado, ou seja, em Jundiaí. “Nesse momento, o café já integrava a pauta das exportações brasileiras como elemento de primeira grandeza. Com o advento da ferrovia não se abrirão mais novas estradas de rodagem, e as existentes foram relegadas ao abandono” (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 60).

A estrada de ferro tendo ido somente até determinado ponto, ficara, na opinião dos produtores, incompleta, já que a concessão a autorizava seguir até Rio Claro. Os ingleses, todavia, haviam se desinteressado em prosseguir, em grande parte porque já possuíam o monopólio do transporte de cargas para Santos, que fora uma das exigências para o financiamento. Trata-se de um caso explícito de chantagem comercial. Para termos a dimensão do problema, na época, somente o município de Campinas (SP) já se apresentava com 500.000 sacas anuais para exportação de café (SEGNINI, s/d [1982?], p. 27). Os produtores, assim, lutavam para que os trilhos fossem estendidos, não só para baratear e facilitar o transporte do grão (de Campinas a Jundiaí, “o preço do transporte de uma arroba cairia de 440 para 140 reis” - SEGNINI, s/d [1982?], p. 27), mas também porque, se tal extensão acontecesse, poderiam realocar a mão-de-obra escrava utilizada no transporte do produto até onde estava a estrada de ferro. Vê-se, também, que o lucro era a visão principal dos produtores, inclusive pelo preço dos escravos, na época. De qualquer forma, por interferência dos fazendeiros de café, em 1872, os trilhos alcançaram Campinas (ABPF – Site, 2012).

Rebatizada de Cia. Paulista de Estradas de Ferro, os trilhos chegaram a Araraquara. Um filho do primeiro presidente da Câmara Municipal de Araraquara (Ten. Cel. Carlos José Botelho⁵⁶) era Antônio Carlos de Arruda Botelho, o futuro Conde do Pinhal. Morava em Araraquara, mas nascera em Piracicaba (23/08/1827), de onde veio com apenas cinco anos de idade. Faleceu em 1901, numa de suas fazendas, em São Carlos (cidade, aliás, que ajudara a fundar em 1856). Durante sua vida alcançou grande poder econômico e político:

⁵⁶ Carlos José Botelho era, por sua vez, filho de Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, de quem herdara a Sesmaria do Pinhal. “Segundo Braga (1893/1997, p. 9), essa sesmaria foi mais tarde vendida ‘ao capitão Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, da villa de Ytú, por ecriptura de 30 de março de 1786’” (sic). Essa sesmaria, chamada do Pinhal pelos muitos pinheiros ali encontrados, só seria ocupada, no entanto, no começo do século XIX dando origem à cidade de São Carlos do Pinhal (desmembrada de Araraquara em 1865). (MANO, 2006, p. 86, grifos nossos)

Organizou a Companhia de Estrada de Ferro Rio Claro, que constitui a estrada de Rio Claro a Araraquara e Jahú, organizou bancos, abriu e formou várias fazendas de café, foi chefe proeminente do partido Liberal da Província, deputado Provincial da Assembléia, Deputado Geral, Senador Estadual, etc. (FRANÇA, 1905, p. 67)

Antônio Carlos foi criado numa casa demolida no ano de 1936, que se localizava na atual Rua Padre Duarte, bem atrás da Matriz de São Bento, e que se vê na Figura 46, abaixo⁵⁷.

Figura 46 – A casa onde viveu o Conde do Pinhal, em Araraquara.⁵⁸



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, com sua influência trouxe os trilhos até Araraquara, ajudando a tirar a região do isolamento, ligando-a com o mercado internacional e aos grandes centros consumidores de café (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 74), atendendo, assim, aos anseios da classe então dominante, a oligarquia do café. Na figura abaixo, vemos Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal.

Figura 47 – O Conde do Pinhal



Fonte: TRUZZI *et al.* (2008, p. 22)

⁵⁷ O local fica exatamente atrás da Matriz de São Bento. Ali, depois, foi construído o edifício do fórum da cidade. Atualmente, tal prédio é ocupado por uma delegacia de polícia.

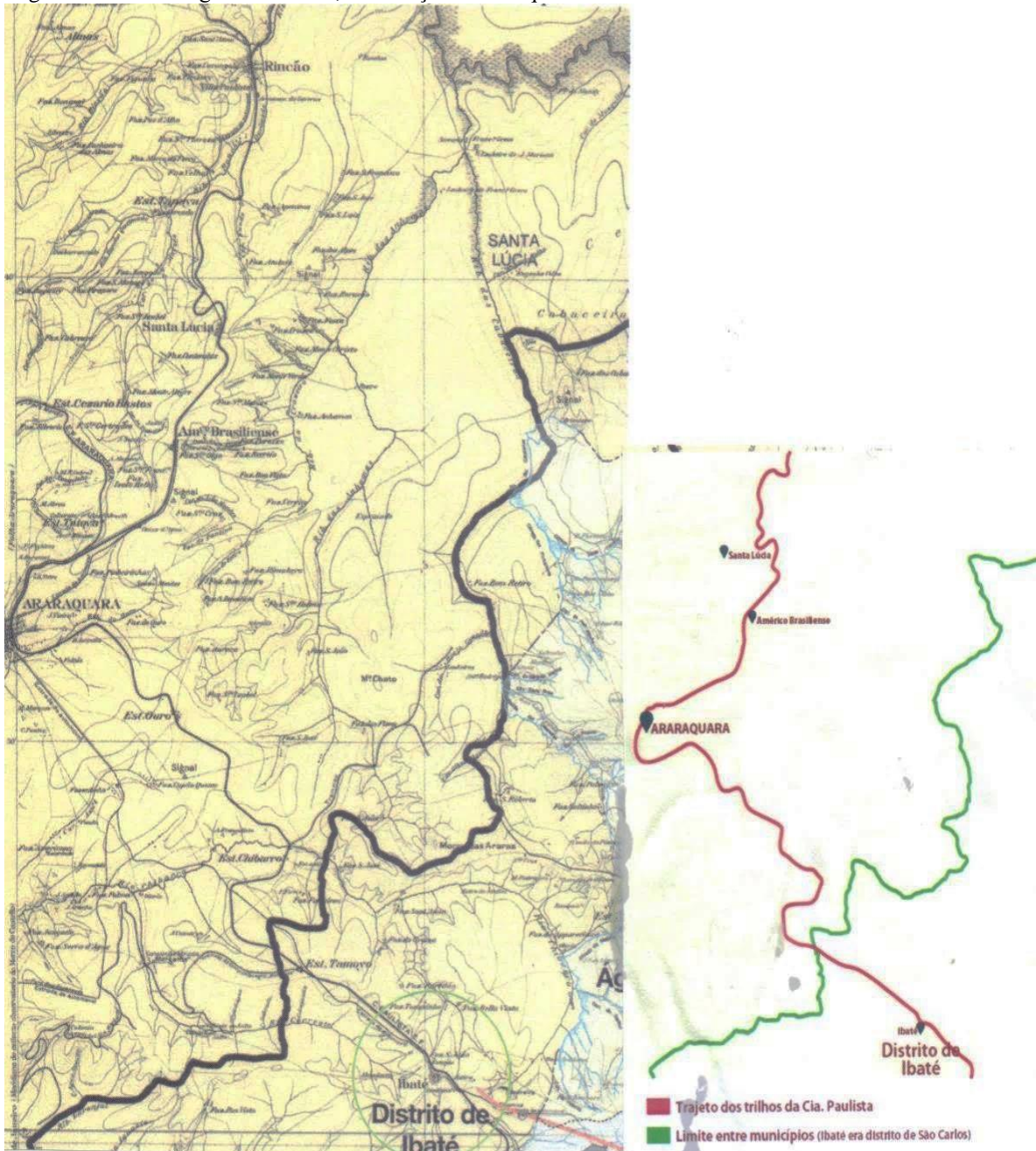
⁵⁸ Entretanto, duas residências do Conde do Pinhal, na vizinha São Carlos, foram mantidas conservadas.

Para entender como a ferrovia marcou o desenho citadino, faz-se necessário recuar à origem do caminhar dos trilhos em direção a Araraquara. No seu plano inicial, a Companhia Paulista, a partir de Campinas, seguiria em direção a Moji Mirim (CORREA, 2008, p. 149). Mas o Conde do Pinhal interferiu para que os trilhos rumassem para Rio Claro, onde a ferrovia, de novo, parou. Todavia, “[d]e Araraquara a Rio Claro, a estrada era tão ruim e a viagem tão penosa a ponto de ser preciso, em alguns pontos, que os carreiros e tropeiros levassem a carga às costas” (CORREA, 2008, p. 148). Os trilhos precisariam ser trazidos até as propriedades do Conde do Pinhal e de seus correligionários, pois aquela situação vinha a “encarecer o transporte aos moradores de São Carlos, Araraquara e Jaboticabal, em 30 a 40 réis por arroba” (O Correio Paulistano, São Paulo, 15/01/1880, *apud* CORREA, 2008, p. 148).

Assim, pelos esforços do Conde do Pinhal, a Paulista atingiu São Carlos do Pinhal a 15 de outubro de 1884 e, no mês de novembro do mesmo ano, a localidade do Chibarro, no município de Araraquara, porém ainda a 20 quilômetros da cidade, aqui chegando somente em 18 de janeiro de 1885, o que aumentou a receita do município em 2.100%, entre 1889 e 1896 (TELAROLLI, 1977, p. 22), levantando-se, lateralmente, a questão de quem se teria beneficiado mais com tais números. O Conde do Pinhal empenhou-se pessoalmente no traçado dos trilhos, fazendo com que se aproximasse o mais possível do centro da cidade, cujo ponto principal era a Matriz. A “curva forçada” em direção à cidade só não foi mais acentuada, por questões técnicas. Quando se examina o traçado da ferrovia, observa-se uma verdadeira “barriga” (ver figura 48, a seguir), aquela “curva forçada” que marcou profunda e definitivamente o desenvolvimento posterior da urbe.

Quando a ferrovia chegou em Araraquara, a ferrovia ela tem como característica técnica, ela não pode ter uma aclividade muito alta e nem uma declividade muito baixa. Então, uma rampa de trem é algo em torno de cinco por cento. [...] Então, a cada cem metros você pode subir cinco metros. [...] Então, quando chega aqui em Araraquara, a linha de trem veio de São Carlos para cá, ela chega no ponto mais alto da cidade, que é na Vila Xavier, no alto da Vila, onde hoje é o cruzamento da SP-255 [*rectius*: Via Washington Luiz] com o viaduto que liga o Parque São Paulo, etc. Ali era um ponto alto. [...] Eles vão procurar trazer a ferrovia o mais perto possível do núcleo urbano que existia, que era em torno da Matriz, da igreja que tinha lá, da capelinha que tinha lá. Então ele para, essa barriga vem até a estação de trem e volta. Faz uma barriga, se pegar o mapa da cidade. [...] Parece um “U”, um “U” desenhado. Né? Por que ela não chegou até a igreja? Porque ali, justamente, tem aquela diferença topográfica provocada pelo rio, basta ver a altura onde está o trilho na estação e a altura que está a via expressa, que o rio passava ali. Então, não se conseguiu vencer aquele rio. Então, foi o mais próximo, o ponto mais próximo possível do centro da cidade. (Domingos Carnesseca Neto, Entrevista).

Figura 48 – A “barriga” dos trilhos, em direção a Araraquara.



Fonte: adaptação a partir de TRUZI *et al.*, (2008, pg. 29)

Outra iniciativa dos produtores de café de Araraquara, que marcou nossa história e está intimamente ligada à estação ferroviária, refere-se à constituição da EFA - Estrada de Ferro Araraquara.

A Estrada de Ferro Araraquara começa sua linha no lado norte da estação ferroviária de Araraquara, ao lado da linha da Companhia Paulista, exatamente sobre a passagem para a Vila Xavier, em frente a uma tradicional cantina da estação, que servia um famoso pão com mortadela. (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 108).

Com permissão do então governador do estado, Bernardino de Campos, em 1895, e traçado do engenheiro Bueno de Andrada (CALONI, 1997b, p. C-5), a estrada iniciou-se em .

09 de novembro de 1896 (na Figura 49 vemos seu ponto inicial), atingindo, inicialmente, a localidade de Cruzes (hoje, Cesário Bastos) e Itaquerê (hoje, substrito de Bueno de Andrada); Capela de Matão em 16/03/1889 (atualmente, Matão); Santa Ernestina (01/04/1901); Ribeirãozinho, em 07/12/1901 (hoje, Taquaritinga); Cândido Rodrigues (1908); São José do Rio Preto (1912); Mirassol (1933); até que, em 1952, chega a Porto Presidente Vargas, no Rio Paraná, na cidade de Rubineia. Todavia, com o fechamento da barragem de Ilha Solteira (na divisa entre o Estado de São Paulo, município de Castilho, e Mato Grosso do Sul, município de Três Lagoas) em 1973, o local foi inundado, recuando-se o ponto final da EFA para Santa Fé do Sul. Uma epopéia traçada a partir de nosso atual Museu Ferroviário.

Figura 49 - O “ponto zero” da EFA, na estação de trem, atual Museu Ferroviário (com a famosa locomotiva n.º 9, hoje em Jaguariúna/SP).



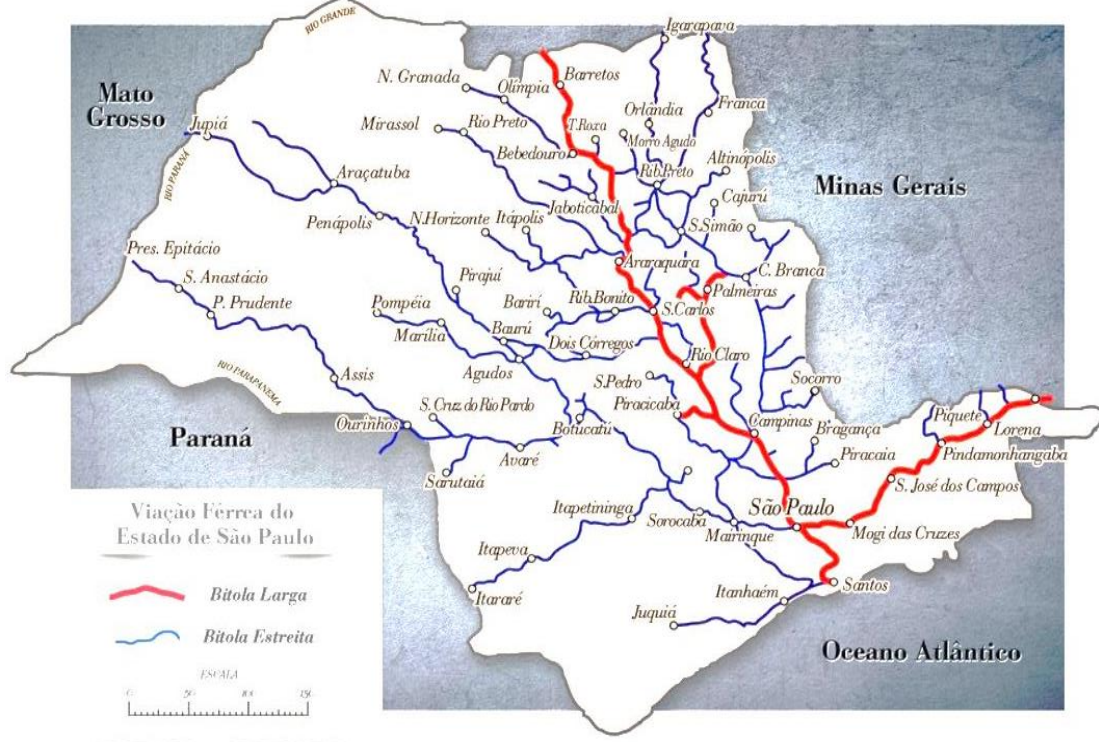
Fonte: acervo da UAPA, s/d.

A história da EFA marca não só Araraquara, mas praticamente todo o noroeste paulista, que ficou conhecido como a região da “araraquarense”.

Ocorre que a presença da ferrovia, na cidade, sempre foi além dos trilhos que ocupam uma grande área central. A EFA gerou prédios imponentes, bairros (como a Vila Ferroviária, em 1948), o clube esportivo, o time de futebol, gerou empregos para várias gerações de araraquarenses e emprestou nosso gentílico para denominar a força produtiva do alto planalto. Por tudo isso, os trilhos estão impregnados na pele da cidade, como uma cicatriz que não nos deixa esquecer o tempo em que todos os caminhos levavam a Araraquara. (CALONI, 1997b, p. C-5).

No mapa, a seguir (Figura 50), observamos a malha ferroviária paulista em 1950.

Figura 50 – Mapa Ferroviário do Estado de São Paulo, em 1950



Fonte: adaptado de AZEVEDO (1950, p. 57)

O simbolismo dos trilhos que cortam Araraquara é inegável, com grande carga memorialista. Subsiste uma grande polêmica acerca de sua remoção, como vem sendo seguidamente noticiado. Em nossa dissertação de mestrado, defendemos a sua manutenção. Mas há quem seja mais enfático, afirmando que a remoção dos trilhos foi plantada no inconsciente das pessoas, criando-se uma divisão entre a Vila Xavier e o centro da cidade, divisão que somente desapareceria com a retirada dos trilhos. Repete-se tantas vezes uma mentira que ela acaba sendo considerada verdade.

Então, vendeu-se essa idéia dos trilhos. É impossível retirar os trilhos da cidade e fazer a integração. Você pode até retirar os trilhos, mas a integração não vai acontecer. Por quê? Porque existe um desnível topográfico entre a Vila e o centro da cidade. [...], a ideia que se vende para a população é que todas as ruas da Vila Xavier seriam integradas às ruas do centro. [...] Em linha reta. Não dá certo. Segundo, se fizerem isso vai ser um grande desastre ambiental, porque a área dos trilhos, que é dita de um milhão de metros quadrados [...] serve como uma grande esponja onde a permeabilidade do solo, que é terra, absorve toda a água que desce das chuvas das ruas calçadas da Vila, que chegam a esse local. Se fizer loteamento, haverá a impermeabilização do solo [...] com construções e a água vai simplesmente transformar a atual via expressa num rio. (Domingos Carneseca Neto – Entrevista)

Conforme explicações do Professor Alcyr Azzoni⁵⁹ (que reproduzimos, simplificadamente), quando o continente sul-americano se separou do africano, arrastou

⁵⁹ O Professor Alcyr Azzoni, além de entrevista, cedeu-nos importantes documentos de seu acervo. Apresentou-nos, também, ao livro da Professora Aparecida J.G. Aguiar (2003), com importantes dados e documentos históricos de Araraquara.

rochas do fundo do oceano - origem dos Andes -, o que deteve o avanço da placa continental: todavia, ao parar, esta inclinou-se um direção ao maciço andino. A consequência foi uma fratura na borda atlântica, chamada impropriamente de “serra” do Mar. Qual a importância para Araraquara? A placa que se deslocou era composta basicamente de arenito (rocha porosa), ocorrendo muitíssimas fraturas. Por estas liberou-se o magma, origem do basalto, rocha impermeável, sobre e sob o arenito. A região mais alta de Araraquara é a Vila Xavier, composta basicamente de arenito, sendo que, por baixo e em volta, está o basalto. Isso explica porque os ambientalistas defendem a manutenção inteiramente descoberta da área dos trilhos que corta a cidade, entre a Vila Xavier, mais alta, e o centro, mais baixo: a maior parte da água da Vila Xavier, corre pelo subsolo basáltico (impermeável) e, hoje, juntando-se às águas superficiais (face à impermeabilização do solo, extensa) somente é detida por absorção, em grande parte, pela área dos trilhos. Nesse sentido, retirá-los é decretar a seguida inundação da cidade, pois sua área certamente será invadida por construções. Aliás, já vêm ocorrendo enchentes na via expressa, construída sobre o Córrego da Servidão, encanado, localizada ao lado dos trilhos, ao menos desde 2014, somente com água do centro (Figura 51, abaixo).

Figura 51 – Enchentes na via paralela aos trilhos, em fevereiro de 2014.



Fonte: DE OLHO NO TEMPO METEOROLOGIA (site – 2014)

Abordando o caso, ainda, por um outro aspecto, Domingos Carnesecca Neto, afirma que “é um absurdo tirar os trilhos. Todas as cidades civilizadas do mundo ou todas as cidades do mundo civilizado têm o trem no centro da cidade”. Polêmicas à parte, não subsistem dúvidas de que os trilhos integram nossa memória coletiva e, mesmo que venham a ser removidos, deixarão, para sempre, seu traçado impresso no desenho da cidade.

2.2.7 – A torre do relógio

A torre (Figura 52) do *Shopping Lupo* (Figura 53), antiga indústria têxtil, é um marco urbano significativo: “Quem chega a Araraquara, de longe avista o prédio que, no alto de seus nove andares, exhibe o relógio que por muito tempo marcou as horas e o ritmo da vida na cidade”. A Lupo foi fundada em 21/03/1921, por Henrique Lupo (Figura 54), um italiano de Strigno, que entrou no país em 12/05/1888, véspera da abolição dos escravos. Chegou a Araraquara no dia 13, continuando com a profissão do pai, ourives e relojheiro, por trinta anos. (CAIRES, 2015a, p. 28). Domingos Carnesecca Neto, um dos entrevistados, conta:

Então o Henrique Lupo tinha habilidade de mexer naquelas pequenas engrenagens e fazer o relógio funcionar [...]. Um belo dia alguém levou para ele uma máquina de tecer meias, um tear [...]. Ele viu naquilo uma máquina que conseguia dominar, pelas engrenagens, pelo funcionamento dela, e resolveu montar a fábrica. [D]o prédio original da relojoaria [...], ele ocupou o quarteirão [...], a fábrica foi construída atrás e a rádio Cultura no mesmo terreno. [...] A fábrica cresceu muito [...] e eu acho que seria uma ofensa muito grande pra cidade derrubar, e uma visão talvez da família Lupo de preservar o local dando um novo uso. [...] Mas, [...] cometeram, no meu modo de entender, um erro grande. Eles destruíram o auditório da antiga rádio Cultura. O auditório recebeu Tito Schipa que era um tenor, um cantor de ópera do padrão global, como é o Pavarotti, talvez tivesse uma técnica até mais apurada [...] que percorreu o mundo todo, veio até aqui. [...] e eles derrubaram também a casa original que era do Henrique Lupo.

Figura 52 – A torre do relógio da Lupo



Fonte: acervo do Prof. Alcyr Azzoni

Figura 53 – O *Shopping Lupo*, em Araraquara, atualmente. (No prédio à direita, funcionava a Rádio Cultura.)



Fonte: acervo do Autor.

Figura 54 – Henrique Lupo.



Fonte: SILVA (1974, p. 168)

O relógio na torre da Lupo foi instalado em 1955. “O relógio é brasileiro e foi feito por um amigo do Sr. Henrique Lupo, que era de família de relojoeiros e joalheiros” (Leandro Cesar Rodrigues, em depoimento a FERNANDES, 2016, p.17).

Ângela Cristina Ribeiro Caires (2015a) explica de maneira mais elaborada a expansão no início da história da fábrica, com base em depoimento de Élvio Lupo, um dos filhos do fundador, segundo o qual “no início, as vendas das meias, tingidas na banheira de sua mãe, não eram fáceis”. A solução foi, inicialmente, deixar a mercadoria com alguns

comerciantes em consignação. Depois, utilizaram-se vendedoras oferecendo o produto de porta em porta. Com o sucesso das vendas, adquiriu-se um grande terreno “que fazia fundos com sua casa [*rectius*: da família Lupo] – terreno de uma chácara-, no qual passou a ser erguida, a partir de 1924, a fábrica. Nesse terreno, no qual existia um pomar, a paisagem foi aos poucos se transformando” (CAIRES, 2015a, p. 29 e 30).

O prédio foi crescendo e, em 1938, já contava com quatro andares. Sobre eles foi erguida a torre, onde, inclusive, havia apartamentos para abrigar dirigentes de outras empresas ou visitantes: “O grande relógio, no ápice de uma torre de nove andares, cuja conclusão ocorreu em 1953, foi uma homenagem ao fundador da empresa e à sua antiga profissão” (CAIRES, 2015a, p. 30).

A transferência das instalações para outro local (“construída em área pertencente a uma propriedade territorial da empresa – parte de uma fazenda – próxima a um dos distritos industriais da cidade”⁶⁰), começou em 1980, sendo concluída inteiramente em 1994 (CAIRES, 2015a, p. 31).

Em 1966, a fábrica, que terceirizava grande parte de sua produção, resolveu acabar com essa prática. Ocorre que os terceirizados operavam com máquinas cedidas pela empresa. Sob o pretexto de “ter adquirido tecnologia moderna”, produzindo com “custo muito menor”, a Lupo não se contentou com o simples rompimento dos contratos, mas confiscou as máquinas e as destruiu:

Conforme descrição de um dos “empresários” terceiristas que teve “sua” fábrica fechada [...] o processo de destruição dos meios de produção aconteceu no próprio local de trabalho da seguinte forma: as máquinas foram derrubadas ao chão, amassadas, com martelos e outros instrumentos, retorcidas, apanhadas por um guindaste e jogadas em cima de um caminhão que as transportou diretamente para a fundição. (CAIRES, 1999, p. 284 e 285).

Sem entrar no mérito da questão, embora consideremos o fato uma arbitrariedade, em termos de memória verifica-se que, à época, não se reservou ao menos algumas das máquinas para um eventual museu da história da tecelagem em Araraquara.

O episódio remete a outra arbitrariedade, lembrada pelo entrevistado Domingos Carnesseca Neto, (fls. 114 e 285) e que diz respeito ao destino dado a um grande número de locomotivas a vapor, as quais foram impiedosamente picadas e vendidas por peso, esquecendo-se também, os protagonistas, de que a memória coletiva haveria de cobrar-lhes a imprevidência, ao não perceberem que essas máquinas valiam mais pelo que representavam no seu valor histórico e cultural, do que pela quantia recebida no seu desmanche.

⁶⁰ A fazenda, denominada “Salto Grande”, com 266 alqueires, localizada ao sul/sudoeste da cidade, foi adquirida pela empresa em 1936.

2.2.8 - A Chácara Sapucaia e Mário de Andrade

A Chácara Sapucaia tem ligação com o Modernismo brasileiro, pois foi lá que Mário de Andrade escreveu o livro *Macunaíma, o Herói sem Caráter*⁶¹, o que teria feito sentado em uma banheira cheia de água, até hoje conservada no mesmo lugar (ver figura 57, na página 105). Na época o local era retirado da cidade. Como esta cresceu, a chácara tem hoje um endereço urbano: Rua dos Libaneses, n.º 1.111, que é o final da Rua 14, enquanto que, por volta de 1920, a última rua era a 6 (atual Rua Carlos Gomes). O nome da propriedade deriva da árvore sapucaia, que existia em grande número no local. Possui grande porte e produz bolotas cheias de castanhas. Como as bolotas caem ao chão quando amadurecem e são grandes e pesadas, representavam perigo aos visitantes da chácara – razão pela qual todas as árvores da espécie, de lá, foram cortadas. Como isso contribuía para o esquecimento da origem do nome, plantou-se somente uma muda, ainda em desenvolvimento, diante da sede, em local onde não oferece perigo. Essa muda veio do campus da UNESP, atual proprietária da chácara. Informados disso, procuramos, indo até lá, localizá-las, no que fomos auxiliados por um jardineiro o qual, inclusive, nos forneceu alguns frutos de uma delas. Realmente, lá existe grande número de exemplares. Nas figuras abaixo, podemos ver um fruto antigo, já seco, na própria Chácara, e aqueles que obtivemos na UNESP.

Figura 55 – O fruto da sapucaia e a única árvore da espécie, na chácara.



Fonte: acervo do Autor.

⁶¹ Livro de 1928, considerada a obra prima do escritor. Baseia-se nas pesquisas sobre as origens e aspectos da cultura e do povo brasileiro. Conta a história do herói índio Macunaíma, desde seu nascimento na selva até sua morte, em busca de uma pedra mágica, o *muiiraquitã*, que recebera de seu grande amor, Ci, a Mãe do Mato, mas perdera e acabara em posse de Piaimã, um gigante comedor de gente que vivia em São Paulo.

Figura 56 – Frutos da sapucaia, colhidos no *campus* da UNESP⁶².



Fonte: acervo do Autor.

Mário de Andrade, o autor modernista, tinha ligações de parentesco em Araraquara:

Seu avô materno, Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, advogou na cidade e participou da sua vida política sob a liderança do tio afim e chefe liberal Comendador Joaquim Lourenço Correa, com cujo filho, Cândido Lourenço Correa da Rocha, casou a sua filha mais velha, Isabel Maria. Uma filha do casal, Zulmira, casou por sua vez com o filho único do segundo casamento do já velho Comendador: Pio Lourenço Correa. Este não apenas era afilhado do Dr. Leite Moraes, mas viveu na sua casa em São Paulo, quando estudante; e nela se tornou amigo e admirador de outro genro dele, Carlos Augusto de Andrade, marido de sua filha Maria Luísa. São estes os pais de Mário de Andrade. (SILVA, 1974, p. 149).

Figura 57 – A banheira na sede da Chácara Sapucaia, onde Mário de Andrade escreveu *Macunaíma*.



Fonte: acervo do Autor.

⁶² O fruto maior pesou 2,648 kg, tendo 15 cm de diâmetro, 51 cm de circunferência e 18 cm de comprimento.

O memorialista Domingos Carnesseca Neto e a historiadora Teresa Cristina Telarolli, quando entrevistados, deram pormenores acerca da história da Chácara Sapucaia, o que completamos com a visita ao local e acesso a alguns dados ali conservados. Há uma equipe operando ali, atualmente, organizando e catalogando os objetos e documentos, mas o trabalho ainda não está terminado.

A chácara mantém ligações com a memória araraquarense, também por outras razões. Pertencia ao já citado Pio Lourenço Correa (12/05/1875 – 12/06/1957), articulista e filólogo autodidata, que escreveu uma monografia acerca do nome da cidade⁶³. Era casado com Zulmira Correa da Rocha. Zulmira e Mário de Andrade eram netos de Joaquim de Almeida Leite Moraes (1835-1895), que foi presidente da Câmara Municipal de Araraquara. Joaquim era, também, padrinho de Pio Lourenço Correa⁶⁴. A chácara ficou com a família até por volta dos anos 1970, quando foi vendida para o professor Waldemar Saffioti. Depois da morte do professor Saffioti, sua viúva, a também professora Heleieth Bongiovani Saffioti doou a propriedade para a UNESP, em 2001, a partir do que, a área passou a constituir o Centro Cultural Professores Waldemar e Heleieth Saffioti - CCPWHS.

Mário de Andrade, aliás, Mário Raul de Moraes Andrade (1893-1945) foi, como se sabe, um dos idealizadores da Semana da Arte Moderna, em 1922, figura importante do modernismo brasileiro, sendo que o livro *Macunaíma* é considerado sua obra-prima. Por sua ligação com a família de Pio Lourenço Correa, acabou escrevendo o livro em Araraquara.

Era uma amizade muito grande, muito improvável porque o Pio Lourenço era um homem muito conservador, muito rígido; e o Mário era um rapaz que veio de São Paulo, modernista. Então eles tinham alguns embates de ordem intelectual mesmo, mas uma ligação, um afeto que, e um respeito, que passava e superava essas diferenças. E aí, [...] o Mário ele vem pela primeira vez pra cá quando ele tem uma depressão na mais tenra juventude, morreu um irmão e ele tinha quinze, dezesseis anos, teve uma depressão. [...] E aí o Pio pega e fala assim, era muito amigo do pai do Mário, ele falou "ó Carlos, manda o Mário pra cá, manda o menino pra cá que eu dou um jeito nele". E pegou o Mário, tirou do trem [...] levou numa fazenda dele, "ó, fica aí pra você curar as suas dores". [...] Ia pra lá, levava comida pra ele, conversava um pouco, e aquilo de alguma maneira funcionou pro Mário. E o Mário [...] ficava já na chácara onde morava o Pio e a esposa, e [...] fez desse espaço uma reserva de tranquilidade, [...] todos os anos ele vinha, era um momento dele de [...] descansar, de relaxar. (Teresa Cristina Telarolli, Entrevista)

⁶³ Trata-se da “*Monografia da palavra Araraquara – Um pouco de história e um pouco de tupi*”. Possuímos um exemplar da 4ª edição, “revista e refundida pelo autor”. Gráfica Fernando Camargo & Cia. Ltda.: São Paulo, 1952.

⁶⁴ Há um episódio referente a Pio Lourenço Correa, muito pouco comentado: Telarolli (1977) toca no mesmo somente em nota de rodapé. Pio integrara o corpo de 12 jurados em Américo Brasiliense, quando do episódio dos Britos. Segundo Telarolli (1977), escreveu, a respeito, um documento se defendendo que, ainda em 1977, estava inédito e em poder de um amigo, o Dr. Olivério Mário de Oliveira Pinto, zoólogo (TELAROLLI, 1977, p. 158, nota n.º 27). Todavia, em Telarolli (1997, p. 209 a 216) o documento foi revelado e, lá, Pio atribui principalmente à redação dos quesitos o fato de que os jurados foram “praticamente obrigados” a votar pela absolvição dos acusados.

Mário de Andrade chegou a estampar uma nota de 500 mil cruzeiros, que circulou entre 1990 e 1993, conforme se vê na Figura abaixo.

Figura 58 - A antiga nota de 500.000 cruzeiros, com Mário de Andrade, que circulou entre 1990 e 1993.



Fonte: acervo do Autor.

Domingos Carnesseca Neto defende maior valorização, aqui em Araraquara, da figura de Mário de Andrade. Ele lembra que na cidade de Baltimore, nos Estados Unidos, morreu o escritor Edgar Allan Poe, a três passos de um bar: o local é indicado como ponto turístico da cidade. Aqui no Brasil, por exemplo, a cidade de São José do Rio Pardo preservou com uma cúpula de vidro a cabana em que Euclides da Cunha (Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha era de Cantagalo, Rio de Janeiro) veio a escrever “Os Sertões”, quando lá trabalhou como engenheiro, a partir de anotações do tempo em que cobriu, como repórter, a Guerra de Canudos. A cidade organiza, anualmente, a Semana Euclidiana. Pelo que representa na memória de Araraquara, Mário de Andrade estaria a merecer também uma semana com seu nome. Nas figuras abaixo (59 a 62), vê-se Pio Lourenço Correa e sua mulher, Zulmira Correa da Rocha; Joaquim de Almeida Leite Moraes, avô de Zulmira e Mario de Andrade (e padrinho de Pio Lourenço Correa); a sede da Chácara Sapucaia e sua entrada; além de uma famosa foto de Mário, na mesma Chácara Sapucaia.

Figura 59 – Pio Lourenço e a esposa, Zulmira (11/03/1939)



Fonte: acervo da Chácara Sapucaia (CCPWHS).

Figura 60 – Joaquim de Almeida Leite Moraes, avô de Zulmira e Mario, e padrinho de Pio.



Fonte: acervo da Sapucaia (CCPWHS).

Figura 61 – A sede e a entrada da Chácara Sapucaia.



Fonte: acervo do Autor.

Figura 62 – Mário de Andrade, em foto na Sapucaia, em 1937.



Fonte: acervo da Sapucaia (CCPWHS).

2.2.9 – Outros marcos

2.2.9.1 – O “fute” (*footing*)

O costume do “fute” (pronunciado, normalmente, como “fute”, por muitos araraquarenses) foi tradicional na cidade. Tratava-se de costume representado pelo caminhar das mulheres, ao longo da Esplanada das Rosas, enquanto os homens ficavam olhando o desfilar. Segundo a historiadora Teresa Cristina Telarolli (Entrevista), não se trata de algo exclusivo de Araraquara, outras cidades também tiveram essa tradição. Inclusive, antes do *footing* da Esplanada das Rosas⁶⁵, havia um anterior, no Jardim Público, atual Praça da Independência⁶⁶, com nítida ocorrência de segregação social:

Primeiro que é uma memória na área dos costumes mesmo. E é uma memória efetiva. Então, é um costume que existia, não era só aqui. Há alguns anos, eu fui a Poços de Caldas, passei por ali, fiz um pernoite e tinha o *footing*, você percebia claramente esse desenho dos jovens passeando em volta e a gente chama hoje em dia de azaração, com os namoricos, essas coisas... Mas se tinha isso. Aqui tinha, antes de ser aqui, esse *footing* acontecia antes, na Praça Independência.. [...] Tinha um coreto, no começo do século e ali você tinha inclusive uma questão de estratificação social muito clara. Eles faziam num raio. Então aqueles que circulavam em volta do coreto, no raio menor, eram os jovens de mais recursos. [...] Aquele passeio lateral, eram os trabalhadores bem colocados, digamos, que vivam na burguesia, que tem comércio, professores, filhos de professores. [...] E aí aqueles que faziam o *footing* na calçada, quer dizer, na área externa, eram os negros e imigrantes, que eram os mais pobres. [...] E aí, em algum momento, migra, sai de lá, e esse *footing*, ele passa a ser feito aqui, nesse perímetro. [...] De uma maneira, digamos assim, mais democrática.

A afirmação de que outras cidades também praticavam o *footing*, ganha respaldo, por exemplo, na fotografia abaixo (Figura 63), de *footing* em São Carlos (SP):

Figura 63 – O *footing* em São Carlos, na praça Cel. Salles.



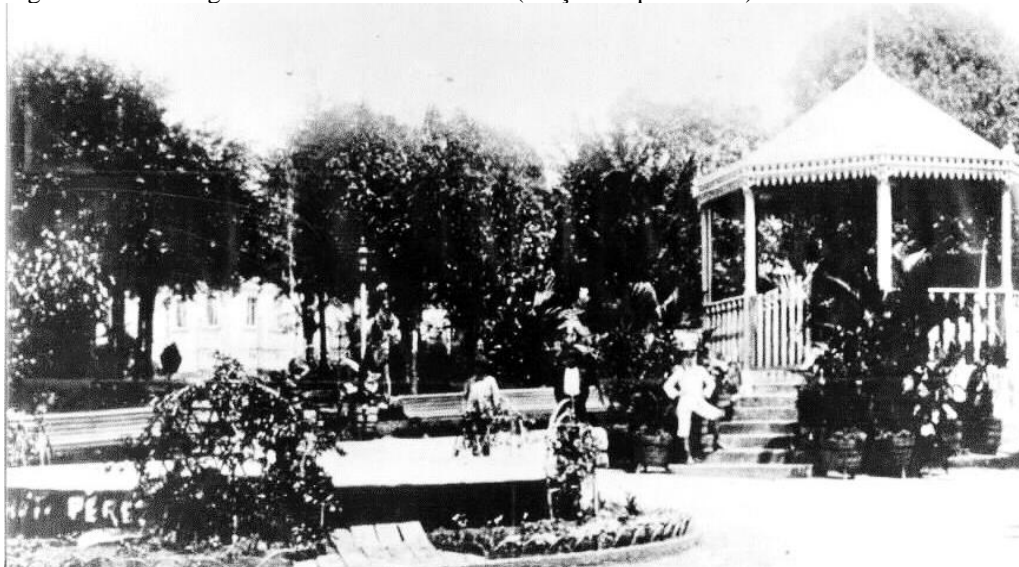
Fonte: GASPAR e AFRAM (2000, p. 46)

⁶⁵ A entrevista acontecia no histórico Palacete das Rosas, antiga sede do Clube Araraquarense, ocupado pela Secretaria da Cultura, diante da antiga Esplanada das Rosas.

⁶⁶ Nesse *footing*, meus pais se conheceram, no distante ano de 1929.

Abaixo, o velho coreto e, na figura seguinte, a praça onde ocorria o antigo *footing*.

Figura 64 – O antigo coreto do Jardim Público (Praça Independência)



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 65 – O então Jardim Público, em 1899, com as calçadas do *footing* antigo.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 66 – Aspecto atual da Praça da Independência (antigo Jardim Público).



Fonte: acervo do Autor.

Outro entrevistado conta a respeito do *footing* da Esplanada das Rosas, em pleno centro da cidade, quando o trânsito no local ficava interrompido, havendo o funcionamento de um serviço de autofalantes, oferecendo músicas aos participantes, sendo que muitos futuros locutores de rádio ali aprenderam a profissão (DITODARO, entrevista).

Hoje, soa meio estranha aquela comunicação, mas à época era do que se dispunha:

“Dando início à programação desta noite vamos ouvir na voz de Ângela Maria, Babalu, que o rapaz de camisa azul oferece à moça de vestido rosa como prova de admiração e muito interesse.” Era assim que iniciávamos os trabalhos no serviço de alto-falante em Araraquara até meados dos anos 60. Tudo muito simples, primário, ingênuo, bem de acordo com a vida tranquila e sem sofisticação que se levava no interior. A comunicação perfeita para a época certa. [...] O “*footing*” começava por volta das 19h e terminava no máximo às 22h30. Os rapazes enfileiravam-se dos dois lados da calçada, enquanto as moças, como se fosse um cortejo, em duplas ou em trios, de braços dados, passeavam entre eles, fazendo o mesmo trajeto o tempo todo. Nessa caminhada elas “flertavam” com aqueles que lhes despertavam interesse, e como não fazia parte do costume a mulher tomar a iniciativa de conversar com os rapazes, ficavam na torcida para que eles as procurassem. Por isso, os mais tímidos usavam o recurso do alto-falante para revelar suas intenções. (REINALDO POLITO – site)

O costume do *footing* não se restringia ao centro da cidade. Na verdade, ele também ocorria pelo menos em dois outros lugares: a praça da Igreja do Carmo e a praça da Igreja de São Geraldo⁶⁷. Nos dias atuais, nenhum deles subsistiu.

2.2.9.2 – Construções

Um imóvel que também guarda memórias é o do antigo abatedouro municipal, localizado depois do bairro Santa Angelina, no caminho das romarias para o Cemitério das Cruzes (“dos Britos”). Atualmente, pode não se perceber a importância de um matadouro municipal, pois os frigoríficos abastecem os supermercados. No entanto, ao final do século XIX e início do XX, constituía-se num importante avanço para fornecer alimentos à comunidade, com um mínimo de higiene. A construção do matadouro de Araraquara é de 1884. Embora tenha havido um movimento para sua preservação, liderado, entre outros, pelo historiador, advogado e jornalista Rogério Belmiro Tampellini, o fato é que, após uma pequena restauração, voltou a ficar abandonado, mesmo tendo sido o prédio tombado pelo COMPPHARA – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Paleontológico, Etnográfico, Arquivístico, Bibliográfico, Artístico, Paisagístico, Cultural e Ambiental de Araraquara, em outubro de 2015. Nas figuras 67 a 69, a seguir, conhece-se acerca do imóvel.

⁶⁷ No *footing* da praça de São Geraldo, aliás, foi onde o Autor conheceu, em 1966, sua primeira esposa (já falecida).

Figura 67 – Rua José Palamone Lepre (antigo caminho da romaria aos Britos) e a entrada do prédio do matadouro, na mesma avenida (primeiro grupo de árvores, à direita).



Fonte: acervo do Autor

Figura 68 – O Matadouro, em 1915



Fonte: FRANÇA (1915, p. 57)

Figura 69 – O prédio do Matadouro, em 2017.



Fonte: acervo do Autor.

De que vale tal “preservação”, se não há notícias, no local, da função que foi exercida pelo prédio? Com Ecléa Bosi (2003, p. 24) poderíamos lembrar de que, neste caso, temos um exemplo de um marco ou vivência da cidade “que nos trazem acúmulo de signos de mera informação, no melhor dos casos; tais percursos sem significação biográfica, são cada vez mais invasivos”. Não basta preservar; faz-se necessário datar, historiar e significar – ou teremos apenas um “acúmulo de coisas”.

Veja-se, igualmente, o edifício que sediou as estradas de ferro em Araraquara, na Av. Espanha, onde hoje funciona a Secretaria da Fazenda Estadual.

Trata-se de imóvel sem rosto quanto à sua história, sem referência ao que desempenhou. Outrora, havia uma locomotiva a vapor, a número 09, ao lado do prédio (v. figura 70, abaixo). Não há mais notícia dela em Araraquara⁶⁸, sinal do desapego à história ferroviária da cidade.

Figura 70 – A locomotiva n.º 9 ao lado da antiga sede da EFA.



Fonte: acervo do Prof. Alcyr Azzoni.

Segundo Domingos Carnesseca Neto (Entrevista), a máquina foi tirada do local, restaurada pela Equipamentos Villares (na época), mas o então prefeito, Waldemar De Santi (que exercia seu primeiro mandato – 1977/1982), atendendo a um pedido da FERROBAN,

⁶⁸ Desprezada aqui, a velha Maria Fumaça (termo carinhoso com que se tratam as locomotivas a vapor) encontrou boa acolhida em Campinas (SP), onde, restaurada, opera no trajeto turístico de lá até Jaguariúna, localidade próxima daquela cidade.

empresa que administrava, na ocasião, as vias férreas da cidade, subordinada à FEPASA, determinou que a locomotiva fosse descartada, estando hoje ainda em funcionamento em Jaguariúna, para passeios turísticos, conforme já se registrou.

O episódio contrasta com outra locomotiva levada de Araraquara e, atualmente, exposta no centro de Ribeirão Preto, com a caldeira cheia de concreto, para que não possa ser removida. Sabe-se que muitíssimas locomotivas a vapor foram picadas para obter verba a fim de construir uma arquibancada no estádio da AFE:

Foi levada para Campinas; em Campinas essa locomotiva chamada locomotiva número nove, roda na linha de Jaguariúna, fazendo passeios turísticos. Mas essa não foi a única locomotiva. Defronte ao pronto socorro municipal de Ribeirão Preto, ali passava uma linha de trem naquela região, próximo de onde é a câmara municipal, o mercado de Ribeirão; o pronto-socorro tem uma praça com uma locomotiva da Estrada de Ferro Araraquara. Até hoje. Está lá. Dizem que a caldeira dela está cheia de concreto, o que impossibilita alguém de retirá-la do local. Então, fizeram de um jeito tal que nunca vai ser retirada. [...] Por volta de 1975, no governo de Paulo Maluf, foram doadas para a Associação Ferroviária de Esportes, dezenas de locomotivas a vapor. Ficaram todas estacionadas aqui. E foram vendidas a quilo. Foram picadas para que, com o dinheiro, a Ferroviária conseguisse construir o chamado Ferrão, que é o lance de arquibancada lá do gol do fundo da Ferroviária. Então, o dinheiro de dezenas de locomotivas, não sei se foram mais de vinte ou mais de trinta locomotivas, mas mais de dez foram, foi gerar verba para construção de arquibancadas da Ferroviária. O valor dela como peça de museu, peça de colecionador, etc., seria muito maior do que o valor da saca de cimento, mas a cabeça da época não pensou nisso. (Domingos Carnesseca Neto, Entrevista)

Este último fato já fora registrado por nós em 2014 (DEMARZO, 2014, p. 136), pelo ex-ferroviário (Lauro Luciano), citando a Dedini S.A. Indústrias de Base, de Piracicaba (SP):

Na época em que a FEPASA assumiu o controle das linhas, muitas locomotivas foram divididas em pedaços e “vendidas para o Dedini, de Piracicaba” (LUCIANO, 2014 – entrevista); ele afirma que “eu carreguei muitos caminhões no CEAGESP, carreguei mais de uns cinquenta caminhões para o Dedini. Picava com maçarico, pesava e ia embora para o Dedini”.

Esse descaso com o antigo patrimônio ferroviário fica igualmente claro quando se percebe que em nosso Museu Ferroviário não há, em exibição, nenhuma locomotiva ou vagão, enquanto a cerca de cem metros dali, eles apodreçam a céu aberto, em franca deterioração (Figura 71, abaixo).

Observe-se que a maioria das fotos que compõem a figura foram obtidas em 2014. Todavia, em 2018, quando por lá retornamos, muitas dessas peças – incluindo o vagão da turma de manutenção - já não existiam mais, completamente deterioradas. Pura desconstrução de nossa memória coletiva.

Figura 71 – Locomotivas e vagões apodrecendo a poucos metros do Museu Ferroviário, incluindo um histórico vagão da “Turma de Manutenção e Eletrificação do Ar” (embaixo, à direita).



Fonte: Acervo do autor .

Na Rua Voluntários da Pátria (a famosa Rua 5, com oitis protegidos por lei - paralela à Padre Duarte), na esquina com Av. Espanha, há um museu, o MAPA – Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara, cujo nome oficial inclui “Maestro José Tescari”. Mas não se sinaliza, em local visível (por exemplo, na entrada) que abrigou o Conservatório do Maestro José Tescari e, para descobrir que seu nome também faz parte daquele do museu é preciso ir até os fundos do mesmo e ler uma placa da reforma do prédio. O imóvel foi recuperado, porém sem maiores registros do que se refere à sua verdadeira história, como um conservatório musical dirigido por um grande mestre da composição. Acrescente-se que, como outros museus da cidade, também o Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara – MAPA não abre suas portas nos fins-de-semana, exceto sábado pela manhã. Obviamente, isso interfere na disponibilidade do acervo tanto aos araraquarenses, como àqueles que, oriundos de outros lugares, em visita a Araraquara, pretendem visitar o prédio e seu acervo.

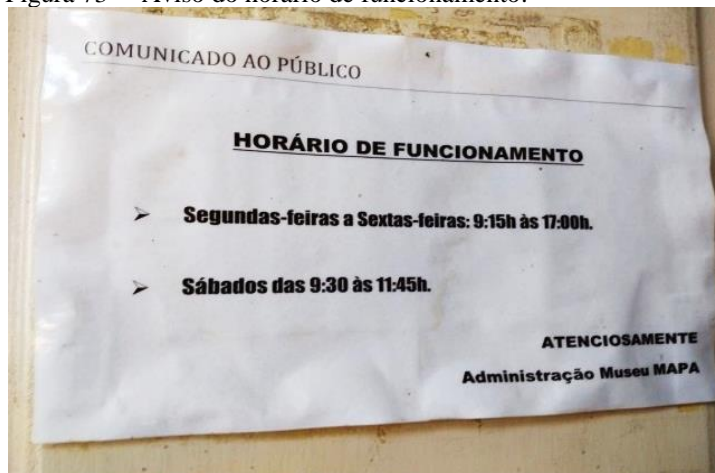
Nas figuras seguintes, vemos, respectivamente, o Museu de Arqueologia e Paleontologia – MAPA Maestro José Tescari (72), o comunicado sobre o horário do museu (73), os paleontólogos Giuseppe Leonardi e Marcelo Fernandes (74) examinando marcas em calçada de Araraquara, a placa do museu, no seu interior (75), a entrada do museu (76), e peças lá expostas (77 e 78), bem como e exemplo de uma laje ainda existente no calçamento da cidade (79).

Figura 72 – Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara



Fonte: acervo do Autor.

Figura 73 – Aviso do horário de funcionamento.



Fonte: acervo do Autor.

Figura 74 – Giuseppe Leonardi e Marcelo A. Fernandes.



Fonte: acervo do MAPA.

Figura 75 – Placa, no interior do MAPA, mostrando o nome do Maestro José Tescari.



4

Fonte: acervo do Autor

Figura 76 – A entrada do museu (não há referência ao Maestro Tescari).



Fonte: acervo do Autor.

No MAPA estão peças referentes aos dinossauros que habitaram nossa região, como se vê nas Figuras 77 e 78:

Figura 77 – Laje exposta no MAPA



Fonte: acervo do MAPA

Figura 78 – Outra laje exposta no MAPA



Fonte: acervo do MAPA.

Mas, ainda se pode encontrá-las nas calçadas da cidade, pisadas distraidamente pelos transeuntes, que se exemplifica pela Figura 79:

Figura 79 – Laje na calçada (Rua Voluntários da Pátria – Jardim Independência).



Fonte: acervo do Autor.

Numa obra de José Maria Viana de Souza, verificamos referências à pré-história na região de Araraquara (SP), com vestígios em diversos pontos do calçamento de nossas ruas, fato que foi descoberto indiretamente:

Em 1910, o geólogo Joviano Pacheco descobre marcas numa laje da Catedral de São Carlos. Em 1931, Von Huene divulga o achado como pegada de dinossauro de uma pedreira de Araraquara. De 1976 até 1986, o paleontólogo Giuseppe Leonardi estuda e identifica as pegadas de dinossauros nas calçadas e praças da cidade e também na pedreira São Bento. (SOUZA, 2003a, p. 11).

Leonardi e Carvalho (2002, p. 40), todavia, informam que a descoberta ocorreu em 1911, que Joviano Pacheco era engenheiro de minas, e que os vestígios de dinossauros foram identificados numa calçada de São Carlos, pois o que se encontrou na Catedral eram traços de invertebrados.

Fora realizado um inventário dos locais onde as calçadas apresentavam esses rastros, pelo padre Giuseppe Leonardi (Figura 74, p. 116, retro), publicado em novembro/dezembro de 1984 (LEONARDI, p. 48 a 60, *apud* SOUZA, 2003a, p. 12).

Porém:

A maioria das pegadas, cujos endereços foram citados pelo padre Leonardi, não existe mais (as lajes foram arrancadas ou substituídas). Para registrar, o próprio Leonardi arrancou dezenas de lajes das calçadas para estudar, levando-as para museus de universidades e para o DNPM do Rio de Janeiro” (SOUZA, 2003a, p. 12).

Embora existam, como se viu, alguns exemplares exibidos no MAPA - Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara, o certo é que muito de nossa pré-história nos deixou sem que ao menos se percebesse o que ocorria.

Abaixo, vemos a reconstituição de um dos dinossauros que habitaram a região de Araraquara.

Figura 80 - Reconstituição de esqueleto de dinossauro da região de Araraquara.



Fonte: acervo do MAPA.

Quando se fala em dinossauros (do grego “deinos”, terrível, e “sauro”, lagarto), não é incomum que se pense em grandes feras com enormes dentes. No caso de Araraquara, nem tanto. A imensa maioria de nossos dinossauros, além de pertencerem a uma era em que esses animais ainda não haviam se tornado inteiramente dominantes⁶⁹, eram mais modestos, pois conforme os estudos do citado Giuseppe Leonardi, constatou-se

[...] que há 180 milhões de anos, a pedreira São Bento, no distrito do Ouro, era uma duna de areia com 17 metros de altura e 500 metros de comprimento, que fazia parte de uma região desértica, no sul do Brasil, onde habitavam diversas espécies animais, inclusive os tritilodontes. Esses dinossauros, cujas pegadas estão impressas nas paredes da pedreira eram pequenos répteis, bípedes, com longas caudas, medindo cerca de 30 cm de altura e pesando aproximadamente um quilo. (CALONI, 1997a, Caderno C, p. 01)⁷⁰

Na verdade, as lajes expostas no museu são poucas. Isso não impede, todavia, que o fato esteja inserido na memória de entrevistados, embora existam comentários contrapostos sobre o aproveitamento do prédio do MAPA, da maneira como foi feito, como se pode verificar nos seguintes depoimentos:

Aquele prédio, ele foi originalmente conservatório do maestro Tescari. Então o Museu da Imagem e do Som, que tem o nome Tescari também, que funciona no subsolo, deveria estar ocupando aquele prédio. Da Casa da Cultura. Que é o Museu da Imagem e do Som é... Tem o acervo da rádio Cultura, é uma coisa relegada ao nono plano. Dos cinco museus e dos dois arquivos, o sétimo plano, não o nono, é o Museu da Imagem e do Som. [...] É o menos dado atenção. E tem um acervo importante. [...] E o museu de Arqueologia e Paleontologia deveria ser num prédio que estava intacto por ocasião de 2003, 2004, que era a subestação elétrica da estação do ouro, que é de onde vêm as pedras com as pegadas de dinossauro. Vêm lá da pedreira do ouro, que é próxima. Na época, eu defendi essa tese, que obviamente não teve ouvidos, apesar de eu ter sido coordenador, na época, mas a secretária de então não me ouvia, o prefeito não me ouvia [...], o Marcelo Barbieri. (Domingos Carneseca Neto, Entrevista).

Por sua vez, diz outra entrevistada, inclusive se referindo à então ministra Marta Suplicy:

Aquela casa, ela está totalmente preservada. [...] Essa casa, ela foi desapropriada e adquirida pelo município em 2007 ou 2008, justamente quando eu estava na coordenação de patrimônio. Ela estava caindo, o maestro já tinha morrido há muitos anos, a família não era proprietária daquele imóvel. O imóvel passou por várias mãos [...] estava caindo, ninguém investia recurso nenhum nele [...]. Naquele momento, no curto prazo, ela ia virar um estacionamento, era isso que a gente ouvia. E aí nós tínhamos o projeto da criação do museu, do MAPA, Museu de Arqueologia e Paleontologia, e mapeamos essa edificação [...]. E, aí, conseguimos fazer uma desapropriação muito justa [...] Não foi nada de leonino na relação com a iniciativa

⁶⁹ Conforme Brusatte (2019, p. 80 e 81), “ao final do Triássico, 201 milhões de anos atrás, o mundo foi violentamente refeito”, sendo que “30% de todas as espécies, e talvez muito mais”, foram extintas. “Paradoxalmente, entretanto, essa extinção em massa também ajudou os dinossauros a avançarem de sua modesta origem e se tornarem os animais imensos e dominantes que mexem com as nossas imaginações”.

⁷⁰ Leonardi e Carvalho (2002, p. 46) registram que, igualmente, foram encontrados vestígios fósseis em calçadas de São Carlos, Rifaina, Franca, no estado de São Paulo, em Sacramento e Frutal, em Minas Gerais, em Ponta Grossa, no Paraná, em Taquari e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, em Murtinho, no Mato Grosso do Sul e, até, em Assunção, no Paraguai.

privada. E fizemos um trabalho de recuperação, não foi restauro, porque muita coisa já não tinha como, por exemplo, o piso [...] era um buraco. Tem um porão embaixo. A cobertura também, madeiramento podre. Enfim, ela estava muito, muito deteriorada. Então [...], nós conseguimos, tínhamos um recurso, tinha conseguido por um projeto que eu entreguei na mão da ministra na época; ela veio fazer uma visita aqui em Araraquara, falei "ah, eu pegó". A ministra do turismo, e eu entreguei, chamava Parque dos Museus, que era criar esse circuito de museus. (Teresa Cristina Telaarolli, Entrevista)

O MAPA exhibe, também, peças atribuídas a índios que teriam habitado a região.

Há quem não veja utilidade prática nos museus de Araraquara (SP), principalmente porque não abrem em fim-de-semana, quando as pessoas teriam tempo para visitá-los.

Ah, o Museu Ferroviário, eu acho uma bobagem. Gastando dinheiro à toa. Esse museu na Rua Cinco, Museu de Paleontologia, eu também acho bobagem, é um dinheiro gasto. E o museu não funciona no fim-de-semana, quer dizer, quando a pessoa tem horário livre pra ir ao Museu, não está aberto. [...] É, o Museu Voluntários da Pátria, poderia ser um bom museu, mas também não abre de fim-de-semana, [...] quer dizer, eles funcionam em horário comercial. Era preferível até que [...] fechassem durante a semana e abrissem no fim-de-semana. (Marcos Valério Murad, Entrevista)

O prédio do Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, no antigo Largo da Câmara, encontra-se fisicamente restaurado (Figura 81, abaixo).

Figura 81 - Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria..



Fonte: acervo do Autor.

Conforme documentação do acervo do Professor Alcyr Azzoni, o prédio foi inaugurado em outubro de 1898, como cadeia e sede do fórum. Entre 1911 e 1942, ali funcionou a Câmara de Vereadores. Foi Conservatório Musical de 1943 a 1954, que acumulou, entre 1947 a 1954, com a Escola de Belas Artes, até 1963. Voltou a Câmara

Municipal, até 1974. O Museu ficava, antes, na Avenida Espanha, 470, desde março de 1970, e passou a ocupar o imóvel em 05/04/1975. O nome é homenagem aos voluntários de Araraquara, que participaram da Guerra do Paraguai, em 1865. Defronte, um bebedouro de animais remete a outros séculos e histórias – mas foi removido de sua posição original. A cidade utilizou o prédio para as mais variadas finalidades, o que se constitui, por si só, num atestado da carga histórica e memorialista que acumulou.

Colocamos, a seguir, diversas fotos: primeiramente, o prédio do Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, ainda quando abrigava a Câmara Municipal de Araraquara, em foto na qual se vê também, ao fundo, a Maternidade Gota de Leite.

Figura 82 – O Museu Voluntários da Pátria, quando abrigava a Câmara (ao fundo, o prédio da Maternidade Gota de Leite).



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

No lado oposto da atual Praça Pedro de Toledo, está o prédio do antigo Grupo Escolar Antônio J. de Carvalho, coronel que foi um dos protagonistas do episódio dos Britos. Se tal homenagem ao Coronel foi feita, não há busto, rua ou escola com referência aos Britos e o que significaram na luta por direitos fundamentais no final do século XIX, na história araraquarense. Se, no local onde foram enterrados, há uma capela (consagrada a São Manoel), com *ex voto* expostos por seus supostos milagres, nenhuma palavra ou referência a eles existe em toda a cidade.

Figura 83 – Grupo Escolar Antônio J. de Carvalho, em 1927.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Mas não são somente prédios públicos que referenciam a memória da cidade. Existem, particulares, como o que abrigou uma máquina de beneficiamento de café e, depois, a primeira leiteria de Araraquara, bem defronte à antiga Estação (para facilitar o embarque no trem), hoje, um bar. Nas três figuras seguintes, vai-se observar sua trajetória, através do tempo.

Figura 84 – Primeira leiteria de Araraquara, defronte à então Estação Ferroviária.
Ao fundo, vê-se o edifício da Matriz, inaugurado em 1891 e demolido em 1956.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 85 - A leiteria reformada (cerca de 1920)



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 86 – Vista, em 2018⁷¹, do local das fotos anteriores.



Fonte: acervo do Autor.

Ora, todo o entorno do atual Museu Ferroviário é tombado e, portanto, não haveria condições de o referido prédio da antiga leiteria apresentar-se desfigurado. Aliás, outras construções, naquele entorno, além de desfiguradas estão em abandono, conforme se observa nas duas figuras a seguir.

Figura 87 – Construções, no entorno do Museu Ferroviário (em 2018).



Fonte: acervo do Autor.

⁷¹ Em janeiro de 2019, o Autor surpreendeu-se com a nova pintura do prédio, em tom azul.

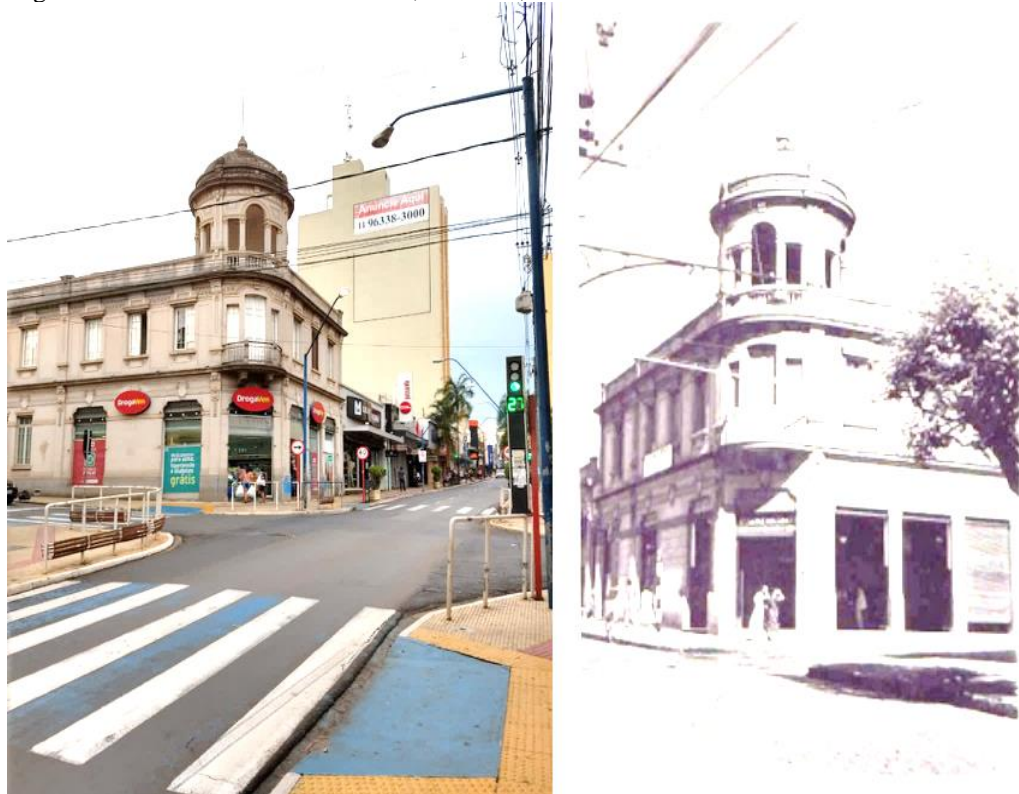
Figura 88 – Prédios anexos ao Museu Ferroviário, deteriorados.
À direita, a caixa d'água que abastecia as caldeiras das locomotivas a vapor.



Fonte: acervo do Autor.

Por outro lado, o prédio da antiga “Farmácia Internacional” (fundada em 1890, segundo ALMEIDA, 1948, p. 150), no mesmo estilo do desaparecido Teatro Municipal e localizado na esquina da Rua 9 de Julho com a Av. Espanha, ostenta característico mirante, bem no centro da cidade (Figura 89). Embora um tanto desfigurado nas laterais, encontra-se relativamente preservado, mas se posta como um enigma bem no centro da cidade, um farol apagado num mar de esquecimento.

Figura 89 – A Farmácia Internacional, em 2018, e na década de 1950.



Fonte: respectivamente, acervo do Autor e do Prof. Alcyr Azzoni.

Um dos entrevistados, ao comentar sobre a falta de referências em lugares de memória de Araraquara, lembrou de uma construção antiga (Figura 90), mas de grande beleza, a qual é, hoje, uma dependência da UNIARA (Figura 91):

Aquela casa muito bonita aqui na esquina da Dom Pedro com a Cinco poderia ter uma plaquinha ali. “Essa casa foi construída pelo engenheiro alemão Carlos Necke⁷²; quando começou a estrada de ferro [...]”. Podia ter um “foi feito em 1896, 97” [...]. (Marcos Valério Murad, Entrevista)

Figura 90 – A residência de Carlos Necke.



Fonte: LOPES (1999)

Figura 91 – A casa de Carlos Necke, hoje, integrada a UNIARA, mas houve alteração no muro.



Fonte: acervo do Autor.

⁷² O Engenheiro Carlos Necke era o Superintendente da estrada de ferro (FRANÇA, 1915, p. 28).

A grande verdade é que a moderna dinâmica dos centros urbanos determina um apressamento da vida, reflexo da globalização que impõe uma competição desenfreada entre pessoas, empresas e prestadores de serviço. A tal fator soma-se o imenso progresso das novas tecnologias de mídia. É difícil encontrar quem, mesmo diante da correria diária, não esteja conectado numa rede. Em tal sentido, os espaços públicos perdem lugar para as realidades virtuais.

Inúmeros prédios do centro histórico de Araraquara encontram-se desfigurados, mas ainda com possibilidades de recuperação, mormente nas proximidades do Terminal Municipal Rodoviário. Mas a memória da cidade parece passar ao largo deles e o seu fim será, quase certamente, a especulação imobiliária.

Também o entorno de imóveis mais importantes, dentro da perspectiva histórica e memorialística, como é a antiga estação ferroviária, deve ser entendido como um prolongamento de sua conservação. A respeito de providências para a proteção do patrimônio cultural da França, em 1983 eram criadas “zonas de proteção”:

Em 1983, as ZPPAUP (Zonas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico) são instauradas e posteriormente substituídas pelas áreas de valorização da arquitetura e do patrimônio. Submetidas à iniciativa dos municípios, destinam-se a proteger as zonas de visibilidade ao redor dos locais inscritos ou tombados. (BENHAMOU, 2016, p. 16)

Registros do comércio e da indústria araraquarenses igualmente trazem contribuições para a memória da cidade. Para tanto, basta uma rápida consulta aos Álbuns de Araraquara (o de 1915 e o de 1948), bem como algumas publicações como as “Memórias do Comércio: os caminhos do interior” (Júlio Dias Gaspar e Silvana Issa Afram – editores) ou Araraquara – 1974 (publicação de “O Imparcial”, que pode ser considerada mais um “álbum” da cidade).

Alguns estabelecimentos fazem parte da memória dos antigos moradores, mas os atuais provavelmente deles não têm notícias: Padaria Perez, Casa Nazarian, Alfaiataria Ipiranga, Indústria Palamone Lepre, Confeitaria Lauand, a fábrica de linho Irmãos Lia, Casa Texidal⁷³, Sabão Masiero, Bebidas Ciominio, Bebidas Cotuba. Na maioria, empreendimentos de “imigrantes que adotaram o Brasil”, no caso, mais especificamente, Araraquara, representando “a matéria-prima preciosa que são as lembranças daqueles que ajudaram a construir o comércio em suas cidades” (SZAJMAN, 2000, p. 07).

⁷³ Na Casa Texidal trabalhou Wallace Leal Valentim Rodrigues (ver fls. 124, adiante). Ele era um dos sócios, juntamente com o irmão mais velho, Sebastião Leal. Wallace é um dos grandes expoentes da arte araraquarenses. A irmã mais velha do autor, Meres Demarzo (falecida aos 88 anos, em 2018), era costureira e o levava junto, às compras, ainda muito pequeno, quando ia adquirir tecidos na Texidal, que se localizava na Rua Padre Duarte, entre as Avenidas D. Pedro II e Brasil.

A Vila Ferroviária (ao lado do antigo estádio da AFE, no bairro da Fonte Luminosa), era um conjunto de residências dos funcionários da EFA. Quase nada resta de tais casas, na esmagadora maioria modificadas. O conjunto resultara de uma ação planejada pela companhia em 1938. A construção dos imóveis se deu nos anos de 1947 e 1948 (SILVA e REIS, 1999, p. 84 e 85). Teve um claro componente ideológico porque as casas, que se destinavam a ser adquiridas através de financiamento, acabaram sendo construídas pela EFA “com recursos próprios, para serem alugadas”, tendo em vista “que a fixação da mão-de-obra pelas empresas, atende a indicações de cálculos econômicos”. Assim sendo, o aluguel perdurava enquanto o ocupante se mantinha na empresa, sendo despejado para dar lugar a outro, assim que houvesse a troca de empregados: “a ideologia apresenta como atitude humanitária as medidas que, na realidade, são tomadas para garantir a disponibilidade de mão-de-obra” (SILVA e REIS, 1999, p. 87). De certa forma, apresentava-se como um diferencial para os ferroviários, assim como a disponibilização de um clube para seu lazer. Era a EFA também quem patrocinava o time de futebol da Associação Ferroviária de Esportes, que muito difundiu o nome de Araraquara (SP).

2.2.9.3 - Ruas

Como em toda cidade, há miríades de nomes de ruas em Araraquara. Algumas, todavia, referem-se a fatos ou personagens ligados à memória da cidade. Deveriam, portanto, ser referenciadas – ou seja, que se disponibilizassem informações acerca delas.

A atual Rua 9 de Julho era conhecida, nos primórdios do povoado, quando era afastada do núcleo da vila, como “picadão de Cuiabá” (CORREA, 2008, p. 69). Isso se dava porque a estrada que seguia de Piracicaba para Cuiabá, passando a cerca de 5 léguas do povoado de Araraquara, e conhecida como “picadão”, estava em péssimas condições. E, assim, “as pessoas que se dirigiam a Mato Grosso preferiam passar pela vila de Araraquara” (CORREA, 2008, p. 81).

A descoberta de minas de ouro resultou em maior movimentação no trecho terrestre que passava por aqui, em função de uma série de necessidades e dos perigos do caminho fluvial seguido pelas monções, face ao ataque de índios que estavam, logicamente, defendendo seu espaço:

Para abrir caminho era preciso mão de obra e instrumentos de trabalho. Para o sustento das pessoas era preciso que houvesse alimentos cultivados pelo caminho. A criação de gado era necessária, não só para a alimentação, mas também para o transporte. Esse círculo vicioso foi o processo inicial da construção das primeiras estradas que ligaram Araraquara à civilização. O caminho pelo Rio Tietê mostrava-se inconveniente porque deixava os viajantes vulneráveis aos ataques dos índios.

Melhor era transferir a rota pela via dos Campos de Araraquara. Foi com o objetivo de ir atrás do ouro de Cuiabá, sempre por terra, que o caminho foi aberto. (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 33)

Veja-se o caso da Rua Manoel Rodrigues Jacob. Provavelmente, poucas pessoas sabem de quem se trata. D. Pedro II visitou Araraquara em 1886, vindo de trem, a partir de Rio Claro (SP). Na época, a locomotiva era a maior e mais potente máquina terrestre fabricada pelo ser humano, daí a importância de quem a conduzia. Manoel Rodrigues Jacob, que era português descendente de árabes, foi o maquinista. A certa altura, tendo o Imperador se declarado sedento, deteve o trem, colheu água em uma mina ao lado da linha e ofereceu-a ao Imperador, o qual insistiu para que Manoel guardasse a moringa utilizada, como lembrança. Ele se estabeleceu em Araraquara, em 1890⁷⁴, onde ingressou na Guarda Nacional, foi negociante de terras e comercializou cereais, tendo sido o primeiro fiscal da Prefeitura, na época do episódio dos Britos e ajudou a fundar a Sociedade Beneficência Portuguesa (BUENO, 2017, *in* Revista Comércio e Indústria e Agronegócio, p. 48-49).

A Rua Padre Duarte, na qual está a entrada “oficial” da Matriz, é via percorrida diariamente por centenas de moradores. Mas nenhuma referência existe acerca desse padre nas placas que identificam o logradouro. Mas já o conhecemos: chamava-se Padre Joaquim Duarte Novais (o Padre Duarte), proprietário de uma sesmaria, da qual separou “400 braças em quadra dessa sesmaria⁷⁵” (CORREA, 2008, p. 40), que doou, por sua vez, à Igreja, área em que foi construído um novo prédio para a Matriz.

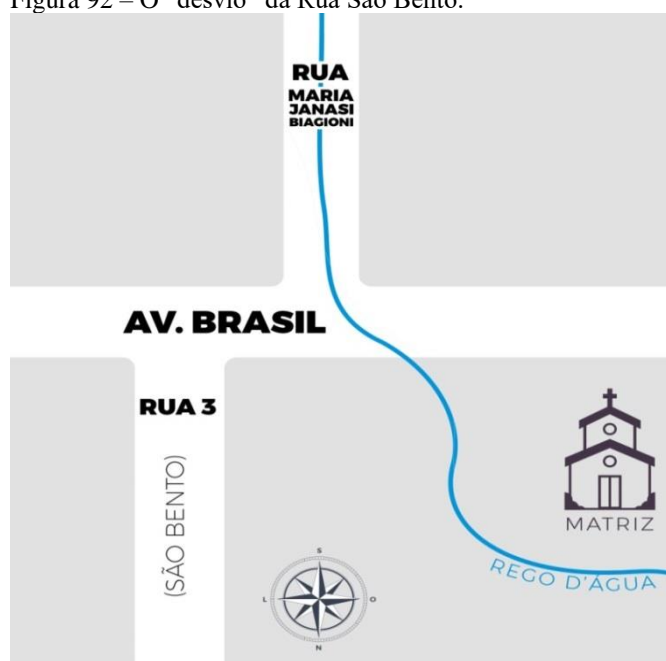
Na Vila Xavier existe uma importante avenida, a Padre Cesarino. Também nenhum registro nas placas. Como recordamos, o Padre Antônio Braz Cesarino foi vigário da Matriz entre 1896 e 1911, estando, segundo a tradição, na origem da lenda da serpente.

Um fato talvez desconhecido da maioria dos araraquarenses refere-se à Rua Maria Janasi Biagioni, que seria uma continuação da Rua 3 (São Bento). Ocorre que o rego d’água que corria pela frente da matriz, no século XIX, descia pelo que é hoje aquela rua. Assim é que quem transita pela Rua São Bento acredita que ela, simplesmente, termina na Avenida Brasil. Na verdade, sua continuação é a Rua Maria Janasi Biagioni: como não havia condições de construir sobre o rego, quem por ali edificou, na época, o fez acompanhando o rego d’água. Eis aí, a razão daquele “desvio”, conforme se verifica no esquema a seguir.

⁷⁴ Um dos netos de Manoel, chamado Dorival da Silva, deixou viúva a Dra. Haydée Manelli da Silva, advogada em Araraquara. Haydée é filha do casal Arcélio e Ercília Mannelli, padrinhos de batismo do irmão caçula do autor, Mauro Augusto Demarzo, residente em São Carlos (SP).

⁷⁵ Sesmaria do Ribeirão do Ouro, de propriedade do Padre Duarte.

Figura 92 – O “desvio” da Rua São Bento.



Fonte: esquema elaborado pelo Autor.

Aliás, registre-se que em nenhuma das ruas de Araraquara existe referência alguma ao que representa o homenageado com seu nome no logradouro. Às vezes, mudam-se os nomes das ruas, sem atentar ao que o antigo nome representava – o que pode ocasionar um problema duplo. O novo nome pode não ter relações com qualquer aspecto de Araraquara (SP) – enquanto o antigo pensava homenagear uma entidade ligada à nossa história, mas que, em verdade, não correspondia à intenção. Por exemplo, existe hoje uma Avenida com o nome de Djalma Dutra. Ele era mineiro, integrou a revolução de 1922 e a Coluna Prestes (1925 a 1927)⁷⁶, nada tendo, portanto, a ver diretamente com nossa cidade. Seu nome substituiu o da Avenida Guaianases, denominação que corresponderia a uma tribo de índios que habitava nossa região, antes da chegada dos europeus. Todavia, pesquisas recentes mostram que nunca existiu uma etnia indígena chamada Guaianases. Marcel Mano (2018), professor da Universidade de Uberlândia, explica que, até o século XVIII, quando foi banida pelo governo do Marquês de Pombal, a língua mais usada no Brasil era a “língua geral brasílica ou nheengatu”, a qual não era nem o tupi antigo, nem o português. Era utilizada pelos paulistas na sua comunicação entre si e com outros grupos, inclusive inventando nomes de lugares e de povos.

Corroboram com isso dois fatos. Primeiro, o de que a identidade na sociedade colonial opunha não-índios e índios mansos (escravizados e/ou catequisados) a índios bárbaros e hostis, cujo homólogo seria uma falsa e aleatória oposição entre Tupi e Tapuia. Segundo, de que os termos “Guayaná” e “Cayapó” não correspondem a uma etnotaxinomia social porque correspondem, respectivamente, a

⁷⁶ Wikipedia (2016).

termos como “gente selvagem” e como “macaco”. [...] Por isso [...] nunca existiu um grupo indígena Guayaná nos Campos de Araraquara. (TURNER, 1992, p. 311, *apud* MANO, 2018, p. 67)

Uma outra rua integrante da memória araraquarense é, sem dúvida, a Rua Voluntários da Pátria, a emblemática Rua Cinco. O centro de Araraquara é caracterizado pela tradição de se denominar por números as ruas e avenidas, que se cortam perpendicularmente. Assim, embora a rua se constitua numa homenagem aos combatentes da cidade que lutaram na Guerra do Paraguai, em 1865, sua referência mais lembrada é como Rua Cinco. Com seu tombamento pela Prefeitura (Lei Municipal n.º 3.556, de 12/12/1988), ficou conhecida, também como Bulevar dos Oitis, por causa das árvores que lá estão plantadas, há mais de 100 anos. A arborização tombada refere-se ao trecho entre a Av. Djalma Dutra (a antiga Rua dos Guaianases) e a Avenida José Bonifácio, exigindo-se um estilo de poda dos oitis para manter o túnel verde que forma (Figura 93, adiante). Também a manutenção do piso de paralelepípedos é obrigatória. Mas a maneira como foi efetuada a restauração pode representar insatisfações.

Aqui, em Araraquara, os paralelepípedos, a Rua Cinco foi reformada - tombada pelo Edinho. Só que quando ele mexeu nos paralelepípedos, ele deixou os paralelepípedos irregulares. Hoje é impossível passar pela Rua Cinco, está tão mal feita a restauração, que é impossível. Eles fizeram aquelas ilhas também, porque aquilo não vale pra nada, é uma bobagem. Deveriam ter mantido só calçada larga e o paralelepípedo certinho, bem lisinho. Então, é isso, as iniciativas para preservação acabam sendo piores do que [a situação original]. (Marcos Valério Murad, Entrevista)

Figura 93 – A Rua Cinco (Voluntários da Pátria).



Fonte: acervo do Autor.

De qualquer forma, acreditamos que seja lícito acreditar que mais vale uma restauração não inteiramente a contento, do que a perda do espaço – em que pese, por analogia, o registro de que para Ruskin⁷⁷, “é preferível abandonar à morte um edifício a roubar-lhe a alma com tantas restaurações” (BENHAMOU, 2016, p. 25).

Em Araraquara (SP), desde o princípio do século XX, foi costume nomear as ruas (sentido sul-norte) e as avenidas (perpendiculares às ruas) com números. Verifica-se a persistência de tal memória nas denominações utilizadas pelos moradores até hoje, apesar dos nomes oficiais: Rua Zero (Carvalho Filho), Rua 1 (Gonçalves Dias), Rua 2 (9 de Julho), Rua 3 (São Bento), Rua 4 (Padre Duarte), Rua 5 (Voluntários da Pátria), Rua 6 (Carlos Gomes) etc. É interessante, igualmente, notar a numeração das avenidas (embora menos usada do que a das ruas), que têm como ponto de partida a Matriz de São Bento, como se estivéssemos defronte a ela, sendo que, à esquerda (sentido sul) obedecem a uma numeração ímpar, enquanto à direita (sentido norte), a uma numeração par:

Porque todos os nomes de avenida eles são a partir da matriz de Araraquara. Então, se você pegar a Avenida Brasil, e assim desce, até lá embaixo, é ímpar, até vinte e sete. Se você pegar a partir da Matriz, da São Paulo pra lá, é par, então, dois, quatro, seis, oito, tem a trinta e seis. Se você contar, vai dar certinho, trinta e seis e vai embora. (Luiz Antônio Alberto, Entrevista)

Esse sistema de numeração foi, por assim dizer, oficializado em 1914:

A partir de 1914, o prefeito Dario Alves de Carvalho decide enumerar ruas e avenidas. Desta forma, a contagem das ruas começou com a Major Carvalho Filho (0), que na época se chamava “Rua Antônio Prado”, e seguiu sentido oeste, chegando à Rua Pedro Álvares Cabral (10). Já as avenidas foram enumeradas de forma cruzada, usando os números pares para as que seguem no sentido norte e, ímpares, para as do sentido sul. (FERNANDES, 2016, p. 20)

No quadro abaixo, podemos conferir os nomes de algumas ruas hoje e suas denominações antigas. É interessante notar que as Ruas 3 (hoje, São Bento) e a 2 (hoje, 9 de Julho) tiveram, em épocas diferentes, o mesmo nome: Rua do Comércio.

Quadro II – Nomes de ruas hoje e suas denominações em outras épocas

HOJE	ANTIGAMENTE
Rua Gonçalves Dias	Rua Ipiranga (1870)
Rua São Bento	Rua Ignácio Batista (1871), Rua do Comércio (1877)
Rua 9 de Julho	Rua de Baixo (1865), Rua Santa Cruz (1870), Rua do Comércio (1914)
Rua Padre Duarte	Rua Manoel Silveira (1860), Rua Formosa (1870)
Rua Voluntários da Pátria	Rua Alegre (1877)
Rua Carlos Gomes	Rua Boa Vista (1877)
Rua Itália	Rua São João (1877), Rua Cruzeiro do Sul (1914)
Rua Expedicionários do Brasil	Rua Aurora (1914), Rua Joaquim Távora (1930)
Av. Brasil	Rua São Lourenço (1870)
Av. São Paulo	Rua da Direita (1860), Rua Luiz Pinto (1870)

⁷⁷ J. Ruskin, Les Sept Lampes de l'architecture. Paris: M. Houdiar, 2011.

Av. Dom Pedro II	Rua da Forca (1860), Rua Santo Antônio (1870), Rua da Boa Morte (1877)
Av. Portugal	Rua 7 de Setembro (1870)
Av. Duque de Caxias	Rua das Flores (1870), Av. Itália (1914)
Av. Djalma Dutra	Rua São Joaquim (1893), Av. Guaianases (1914)
Av. Feijó	Rua São Felipe (1870)
Av. José Bonifácio	Rua Padre Inocêncio(1870), Rua 28 de Setembro (1893)
Av. Barroso	Rua Aurora (1893)

Fonte: FERNANDES (2016, p. 20)

Como se pode verificar, houve, através do tempo, certa confusão na mudança dos nomes das ruas, principalmente em função de interesses políticos. Por exemplo, a Rua 9 de Julho deve seu nome à Revolução Constitucionalista, enquanto a atual Rua Itália (Rua 7) somente passou a se chamar assim, depois do término da II Grande Guerra, isso porque perdera esse nome para a Av. Duque de Caxias ao início do conflito. Tais mudanças de nomenclatura acabam por causar certa confusão: isso explica a manutenção do costume, pela população, de chamar as ruas por sua designação numérica, que é estável. Por exemplo, a atual Rua 9 de Julho, depois de ter sido, nos primórdios da cidade, o “picadão de Cuiabá”, foi a Rua de Baixo, depois Rua Santa Cruz e, finalmente, Rua do Comércio, nome que herdou da denominação anterior da São Bento. A D. Pedro II, como já se comentou, era a Rua da Forca, passou a Santo Antônio e, a seguir, Rua da Boa Morte, antes do nome atual. A Rua 3, atual Rua São Bento, já foi Rua Ignácio Batista e, antes da rua 2 se chamar Rua do Comércio, também ostentou essa denominação. A Rua 1, a Rua Gonçalves Dias, era Rua Ipiranga e a Rua Antônio Prado, defronte à antiga estação ferroviária, tinha o óbvio nome de Rua da Estação. A rua que passa pelos fundos da Matriz, a atual Rua Padre Duarte, chamava-se Rua Formosa.

2.2.9.4 – Artes e personagens

Entre os personagens mais ligados à nossa história está aquele que foi um expoente nas artes, Wallace Leal Valentim Rodrigues, deixando seu nome na memória araraquarense.

O grupo “Teatro Experimental de Comédia de Araraquara”, o TECA iniciou suas atividades em 1955, apresentando-se tanto em teatro de arena, como em teatro de caixa, tendo sido Wallace seu grande mentor.

Sob a direção de Wallace Leal Valentim Rodrigues, iniciou suas atividades em 1955, vindo a se apresentar com regularidade até 1962. [...] O TECA se apresentou ainda em São Carlos, Catanduva, Taquaritinga, Poços de Caldas, Santos e Porto Alegre e teve uma temporada de grande sucesso no Rio de Janeiro. O TECA foi um grupo amador de teatro que deixou uma história de realizações, sendo até hoje

lembrado pela qualidade do repertório e das produções apresentadas, em sua maioria em teatro de arena, no Teatro Municipal local. (MEDINA JÚNIOR, 2012, p. 11)

Figura 94 – Wallace Leal



Fonte: MEDINA JR. (2012, p. 5)

Medina Júnior, a seguir, explica como eram entendidas as expressões “teatro de arena” e “em teatro de caixa”:

A expressão “em teatro de arena” era utilizada pelo grupo para se referir à forma que a peça era apresentada, com a plateia circundando os atores em um palco, e não a um espaço físico específico. Espetáculos em teatro de arena eram apresentados no centro da plateia do próprio Municipal com suas cadeiras retiradas e reagrupadas em círculo. Já uma peça apresentada em cena do palco, com o público sentado na plateia da maneira convencional, era referida como “em teatro de caixa”. (MEDINA JÚNIOR, 2012, p. 11)

Na década de 1950, Wallace realizou o filme *Santo Antônio e a Vaca: Ináh Perez Bittencourt*, uma bibliotecária, “foi a responsável pelo pontapé inicial, relatando a ele histórias simples dos araraquarenses; aliás, já em 1953, Wallace realizara um documentário (*Aurora de uma Cidade*), do qual não existem vestígios (PERONI, 2018, p. 41). Mas, a dedicação ao cinema aliada à formatura dos atores amadores (eram estudantes de odontologia) foram causas que começaram a dispersar o grupo.

Mas, em 1958, o Wallace quis dar um lance maior: ele achava que poderia fazer teatro de cinema. E eu creio que aí então começou a perecer o TECA, ele resolveu fazer um filme por todos conhecido: *Santo Antônio e a Vaca*. Ficávamos o ano todo filmando [...] também de forma amadorística. Nos filmávamos somente aos sábados, feriados e domingos, se não chovesse. Porque se havia chuva, não havia filmagem. O nosso equipamento era bem artesanal e dependia do sol. [...] Deixamos o teatro [...] totalmente. [...] E o filme deu [...] um belo resultado por todos conhecido. Mas, a vida continua e, então, como [...] eu disse [...] esses alunos de odontologia, que faziam parte do elenco, chegaram às suas formaturas e deixaram Araraquara. Aí começou a queda do TECA, porque não houve uma renovação de atores. (Moacyr Marchesi, Entrevista)

De Wallace Leal Valentim Rodrigues não há estátua ou busto, apesar do traço cultural que imprimiu à nossa história, nem é nome de rua. Existe um teatro, de dimensões extremamente reduzidas, uma ironia ao tamanho de seu talento, com o seu nome, na Avenida Espanha, 485, a dois quarteirões da antiga Esplanada das Rosas. Sobre a memória de Wallace é extremamente significativo o que se lê em artigo publicado pela Revista UNIARA, em julho de 2015, quando a autora se confessa chocada com contradições reveladas em suas pesquisas, principalmente quanto à clamorosa omissão do nome de Wallace Leal Valentim Rodrigues (o diretor que recebeu o prêmio de maior revelação de direção teatral do ano):

Ela se refere à excelente publicação do O Imparcial, “Araraquara, 1974”. São 200 páginas em formato de revista, um substancial acervo de dados históricos, geográficos, políticos e culturais sobre a cidade. O levantamento realizado sobre a Escola de Belas Artes ignora olímpicamente o nome do Comendador Hélio Morganti, cujo mecenato constitui peça fundamental de seu prestígio (O IMPARCIAL, 1974, p.18). O mais chocante, no entanto, está à página 100: no excelente levantamento sobre o TECA, ainda mais detalhado do que pude fazer até aqui, não encontrei o nome de Wallace Leal. Ao descrever os gloriosos momentos vividos pelo grupo no Rio de Janeiro – quando o Diretor foi premiado – o trecho diz apenas: “O resultado foi que a crítica carioca premiou o grupo como o melhor do Brasil e concedeu ao seu diretor o prêmio relativo à maior revelação de direção teatral do ano”. (O IMPARCIAL, 1974d, p. 100, grifo nosso) (WHITAKER, 2015, p. 23)

O enredo do filme é resumido da seguinte forma:

Trata-se da historietta de uma família de irmãos adultos que depois da morte dos pais estão envoltos em uma paralisante preguiça, deixando ao Deus-dará o sítio que herdaram. Os cinco irmãos são apresentados assim: Zica, a mais velha e solteira, que só pensa em casar; Rita, a mais nova, que tem como grande desejo um vestido novo ‘bordado e muito enfeitado’; Tonho, que passa o dia “pitando” o seu cigarro de palha e matutando sobre suposto pote de ouro que o seu avô teria deixado enterrado no sítio; Mané, que é apaixonado por Joanelinha, a filha do sitiante vizinho que não lhe admite o namoro, e passa o tempo em entrevero com o pai da moça. E, por fim, Izabelinha, ou Zabé, que nunca deseja nada para si, cuida de todos e da casa, além da vaca Mimosa que é considerada parte da família. (TOLENTINO, 2003, p. 113)

Nas figuras abaixo observamos uma cena do filme e uma das filmagens.

Figura 95 – A morte da vaca Mimosa (Santo Antonio e a Vaca)



Fonte: MEDINA JÚNIOR (2012, p. 123)

Figura 96 – Wallace Leal (esquerda) e Edward Freund (cameraman), nas filmagens de *Santo Antônio e a Vaca*



Fonte: MEDINA JÚNIOR (2012, p. 106)

Wallace Leal Valentim Rodrigues nasceu em 11/12/1924, na cidade de Divisa (ES), mudando-se para Araraquara, por volta de 1930. Faleceu, aqui, em 13/09/1988. Estudou Ciências Econômicas em Ribeirão Preto (SP), mas sua paixão eram as artes e a cidade de Araraquara, que

[...] desejava transformar em influente centro cultural. Para isso, escreveu um texto, em 1964, intitulado *Araraquara – Ano 2017*, para quando a cidade completasse duzentos anos. Idealizava-a futurista com seu patrimônio histórico preservado, viva e atuante nas artes a ponto de fazer inveja às demais cidades. (YSHIYAMA, 2018, artigo em site, s/p)

Wallace era adepto do Espiritismo desde os 16 anos, tendo convivido com “Caibar Schutel, fundador do jornal *O Clarim* e da *Revista Internacional de Espiritismo*”. Quando Caibar faleceu, “Wallace assumiu o jornal e a revista como redator-chefe, por vinte e cinco anos (YSHIYAMA, 2018, s/p).

Foi um artista extremamente versátil:

Wallace era um multimídia precoce: escrevia bem, era poeta, compunha música e além do teatro, atuava junto ao grupo de rádio teatro. Em 1958, teve a ousadia de escrever, produzir e dirigir um filme: *Santo Antônio e a Vaca*, rodado na região, sobre o folclore regional. Para tanto, criou a *Arabela Filmes* em meados de outubro desse ano. O trabalho de pesquisa e levantamento levou seis meses, de janeiro a maio de 1960[sic]. A trilha sonora, em estilo folclórico, também foi composta por ele. Em junho, já com o *script* pronto, tiveram início as filmagens em locação. Os interiores foram reconstituídos e filmados num casarão do Senac. Os atores eram do TECA e se propuseram a estudar, com afinco, seus papéis, observando a novidade da técnica cinematográfica, já que vinham do teatro. Toda a produção contou com a participação voluntariosa de pessoas locais. Apenas o câmara e o iluminador eram de fora (poloneses). A revelação, corte e montagem foram feitos em São Paulo. (Site FEPARANA, s/p, 2008)

Uma omissão na história da cidade de Araraquara (SP) se refere a Antônio Carlos de Arruda Botelho: “o Conde do Pinhal fez mais ainda por Araraquara, e ainda fez surgir outra, a vizinha São Carlos, mas a história atual da cidade insiste em rejeitá-lo” (MARTINS e BERGAMIN, 2012, p. 74), como já notamos, quando comentamos os trilhos.

Ao contar a lenda de Nossa Senhora do Carmo (fls. 80), vimos que a capelinha inicial fora construída no cruzamento da Av. 15 de Novembro com a Rua Comendador Pedro Morganti. Andressa Fernandes (Revista Kappa Magazine, de 17/06/2015) conta que Pedro Morganti iniciou seu império na Usina Monte Alegre, em Piracicaba (SP). A Usina Tamoio, em Araraquara (SP), era exemplo de produtividade, integrando a Refinadora Paulista, com o recorde continental de produção de açúcar (1946). No seu auge, possuía 30 mil hectares de terras, incluindo uma estrada de ferro particular. Quando o Comendador Pedro Morganti faleceu em 1941, a chefia da família passou para o filho Hélio Morganti (Figura 97, abaixo), que residia em Araraquara e teve marcante atuação como mecenas:

O apoio às artes, expresso na significativa contribuição prestada ao Núcleo de Belas Artes de Araraquara, os sucessivos salões de fotografias organizados na sede da usina, a exibição de peças teatrais, entre outros eventos artísticos e culturais marcaram o caráter aristocrático dos Morganti. O mecenato promovido por Hélio Morganti, nos anos 1940 e 1950, serviu para reforçar os vínculos entre a família Morganti e a cidade de Araraquara. Não foram raros os eventos cívicos e sociais, particularmente, formaturas, que Hélio Morganti foi convidado a paraninftar. As ações deste empresário, seu caráter solidário e, sobretudo, o incentivo à religião católica promovida na Usina Tamoio conferiram-lhe, em 1949, o título de Comendador concedido pela Comenda de São Gregório Magno, pelo Papa Pio XII. (CAIRES, 2015b, p. 51)

Figura 97 – Hélio Morganti com JK e Jânio Quadros



Fonte: Blog do Ronco (2017)

Um personagem contraditório, imprimindo sua figura na história araraquarense, foi Rômulo Lupo (01/02/1902 – 24/04/1976), cuja imagem vemos na figura a seguir.

Figura 98 – Rômulo Lupo



Fonte: site da CÂMARA

Primeiro filho do patriarca Henrique Lupo, iniciou-se nos negócios da Lupo como vendedor na cidade e região e, posteriormente, em todo o país. Quando a indústria cresceu, integrou o corpo diretivo da fábrica (site do arquivo da Câmara, 2018, s/p). Aos 29 anos, participou da Revolução Constitucionalista de 1932, juntamente com o irmão, Aldo Lupo (SOUZA, 2003c, p. 30). Foi o implantador – em contraponto à ideologia da cidade-modelo de Bento de Abreu e seu grupo – da ideologia da Cidade-Empresa, liderando um conjunto de famílias de grandes posses: ”Lupo-Morganti-Barbieri-Gravina-Pavan-Affonso” (SOUZA, 2003c, p. 40), “pela qual somente empresários ricos e bem-sucedidos seriam prefeitos de Araraquara” (SOUZA, 2003c, p. 38). Esse movimento, elitista como o outro, emprestava-lhe “a filosofia de uma cidade melhor para todos os que aqui moram” (SOUZA, 2003c, p. 39). É de indagar quem decidiu por tal estratégia, pois não consta que a população tivesse sido consultada. A ideologia da cidade-empresa girava em torno da ideia de que o chefe do executivo não precisaria ter “experiência política”, mas, “experiência administrativa, saber calcular o custo, o lucro e o preço” e - igualmente importante - “ter posses para não depender do salário público ou ceder à tentação de fazer uso privado dos recursos públicos”. Foi vereador em 1936 (quando apoiava o Governo Vargas e hostilizava o ex-prefeito, então vereador como ele, Plínio de Carvalho, aquele da cidade-modelo – SOUZA, 2003c, p. 28) e prefeito por dois mandatos (1956-1959 e 1964-1968), tendo tirado a cidade de uma situação calamitosa.

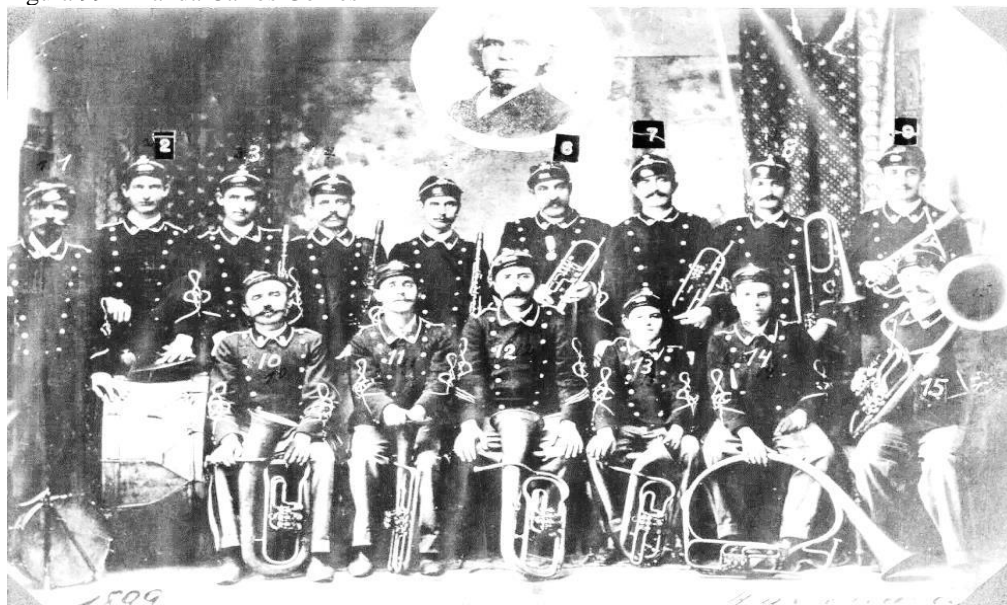
Sem recursos e na lama, sem modernidade e perspectivas, tinha que começar por arrecadar, fazendo com que qualquer serviço desse lucro. Conter despesas, usando toco de lápis, economizando cano e papel; discutindo preços e fazendo a máquina pública funcionar com premiações como na sua empresa era a lei. Assim conseguiu canalizar 65 km de redes de esgotos, 52 km de redes de água e 30 km de pavimentação asfáltica. A cidade estava atolada na lama. Foi mais longe e dotou a cidade de telefone automático e ônibus elétricos, criando a Tróleibus. Terminou o Mercado Municipal, reformulou o matadouro e tapou o buracão do São Geraldo.

Construiu a Rodoviária⁷⁸ e trouxe a imagem da televisão à cidade, em 1963⁷⁹. Desapropriou imóveis para construir a Biblioteca Pública e o cemitério dos Britos. (SOUZA, 2003c, p. 63)

Todavia, ficou marcado por ter mandado demolir o antigo teatro municipal, cedendo o terreno para a iniciativa privada construir um prédio de apartamentos, empreendimento que, já se comentou, restou frustrado, face à falência da firma construtora. “Tachado de sovina, poucos sabiam que seu salário era distribuído às entidades assistenciais da cidade. Viajava, alimentava-se e hospedava-se às próprias custas, numa demonstração de rigor para com os recursos públicos” (SOUZA, 2003c, p. 41).

Já na música, tivemos, em outros tempos, diversas agremiações, como, por exemplo, a “Banda Carlos Gomes” (Figura 99), a “Lyra Araraquarense”, além da “Orquestra 7 de Setembro”, a “Banda Ítalo Brasileira” (inícios do século XX) e mesmo uma banda infantil de escola estadual (fins do século XIX)⁸⁰, isso sem falar no Conservatório Musical do Maestro José Tescari, em prédio hoje abrigando o Museu Arqueológico e Paleontológico de Araraquara – MAPA Maestro José Tescari, que recebe o seu nome (embora, sem grande destaque). Na segunda década do século XX havia, em Araraquara (SP), três teatros em funcionamento, sendo que somente o Theatro Polytheama (Figura 100, fl. 140, seguinte) possuía capacidade para 1.400 lugares (WHITAKER, 2004, p. 44).

Figura 99 – Banda Carlos Gomes



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

⁷⁸ Essa estação rodoviária ficava sob o atual Terminal de ônibus urbanos, entre a Av. São João e a Portugal.

⁷⁹ Autorizou a instalação de antenas repetidoras no alto da torre da Lupo. Ainda não havia sido eleito para o segundo mandato.

⁸⁰ V. Álbum de Araraquara – 1948 (org. por Néelson Martins de Almeida: Empreza O Papel: São Paulo, 1948), p. 41 a 43.

Figura 100 – O Theatro Polytheama, depois São Bento. Demolido, virou cinema (Cine Odeon, depois Cine Veneza). Hoje é loja de departamentos.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Sobre bustos e estátuas não há muito que dizer – ou talvez, pelo contrário, haja muito: a ausência de tais marcos a sinalizar a história araraquarense é notória. Há, por exemplo, o busto de Antônio A.C.Silva (Figura 101), fundador do jornal “O Imparcial”, na Esplanada das Rosas; a estátua a Bento de Abreu Sampaio Vidal⁸¹ (Figura 102), um dos idealizadores do movimento para resgatar a imagem da cidade, após o episódio dos Britos; ou o monumento aos combatentes da Revolução de 1932 (Figura 103), mas são exceções.

Figura 101 – O busto de Antônio A. Correia da Silva.



Fonte: acervo do Autor.

⁸¹ Além de avenida com seu nome, em Araraquara (SP) – onde, aliás, está a estátua em sua homenagem -, dá nome ao IEEBA – Instituto de Educação Estadual Bento de Abreu, onde o Autor cursou os antigos ginásio e colégio.

Figura 102 – Monumento a Bento de Abreu
na avenida com seu nome.



Fonte: acervo do Autor

Figura 103 – Monumento aos combatentes da Revolução de 1932
(Av. Bento de Abreu), inaugurado em 02/12/1934.



Fonte: acervo do Autor.

O primeiro e único presidente brasileiro no exercício do poder a visitar Araraquara foi Luís Inácio Lula da Silva. O outro governante nacional a nos visitar, quando ainda detinha o poder, foi D. Pedro II. Tais ocorrências remetem, também, a lendárias visitas do folclórico governador Adhemar de Barros à nossa cidade, hospedando-se em imóvel da Rua Voluntários da Pátria – hoje uma clínica. Desconhecido de muitos é o fato de que o então futuro presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, hospedava-se quase todo fim-de-semana no conhecido Hotel Municipal (ao lado do Palacete das Rosas, atual Secretaria da Cultura), pois vinha para cá noivar com sua falecida esposa, Ruth Cardoso, que era araraquarense.

Ernesto Lia, prestigioso pintor araraquarense, está a merecer maior atenção pelo que representa em nossa memória cultural. “É acadêmico *Honoris Causa* da Academia Brasileira de Belas Artes e membro do *Centre International d’Art* de Paris. Consagrado internacionalmente, conquistou prêmios em vários salões do mundo”, tendo sido “selecionado entre os 100 maiores pintores internacionais pela *Who’s Who in the International Art*”, no ano de 2000, em Genebra, na Suíça (SOUZA, 2003a, p. 71). A Wikipedia registra que ele é membro da “*Accademia Mondiale degli Artisti e Professionisti da Accademia Tiberiana*, de Roma”. Conforme informações da entrevistada Inayá Bitencourt Silva, a situação de Ernesto Lia é constrangedora, pois se encontra em casa para idosos e apresenta sinais de profunda depressão. O retrato de Inayá, pintado por ele, foi um dos premiados em Genebra, conforme informa Souza (2003a, p. 71). Reproduz-se, na Figura 104, abaixo, o referido quadro:

Figura 104 – Reprodução de quadro de Ernesto Lia⁸², premiado em Genebra.



Fonte: *Who’s Who in International Art* (2000, p.48).

⁸² Retrato de Inayá Bittencourt e Silva.

Terminamos, aqui, o inventário anunciado, não sem antes nos declararmos convencidos de ter demonstrado que a maioria dos marcos urbanos da cidade encontra-se em deterioração ou ao abandono, muito embora constituam um rico acervo sobre o qual o povo deveria se debruçar, a fim de que a memória coletiva de Araraquara (SP) não venha a se perder pelo passar inexorável do tempo, ante o olhar indiferente daqueles que deveriam zelar por eles.

Acreditamos que se nada pudermos fazer a respeito, as gerações futuras haverão de nos cobrar, assim como, por exemplo, hoje cobramos a inércia diante da demolição do antigo teatro municipal ou da destruição de inúmeras marias-fumaça.

A partir da próxima página, passaremos aos comentários acerca das balizas teóricas que informaram nosso trabalho.

3. CAPÍTULO II – BALIZAS TEÓRICAS

Iniciemos com algumas ideias ou conceitos implícitos no desenvolvimento do tema. Entretanto, além deles, seria importante – já que se fala, por exemplo, em cultura, memória e história, abordar, ao menos ligeira e introdutoriamente, as categorias de espaço e tempo.

Beatriz Bissio (2012), nesse sentido, traz importantes observações a respeito. Inicia observando que “espaço e tempo são conceitos que têm desafiado o ser humano e foram objeto de especulação filosófica ao longo de milênios” (BISSIO, 2012, p. 21).

Citando Aristóteles, afirma que aquele filósofo “entendia espaço e tempo como categorias mediante as quais os seres humanos classificam os fatos sensíveis”; todavia observa que “tempo e espaço são formas puras que independem da experiência sensível” (BISSIO, 2012, p. 21) e que “o espaço é a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, enquanto o tempo é a forma das percepções internas” (BISSIO, 2012, p. 21-22).

Compreende-se, assim, a operacionalidade da cultura e da memória.

Segundo Clifford Geertz, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tece, e a cultura seria uma delas. Assim, a cultura deve ser vista como um conjunto de mecanismos de controle que governa o comportamento: regras, instruções. A cultura não é apenas um ornamento da existência humana, mas condição essencial para ela. (GEERTZ, 1989, *apud* BISSIO, 2012, p. 22).

Consultando o original, *Interpretação da Cultura* (GEERTZ, 2008), lê-se que “a cultura é melhor vista não como complexos de padrões de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos -, como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções” (GEERTZ, 2008, p. 32) e que não poderia “existir o que chamamos de natureza humana independente da cultura” (GEERTZ, 2008, p. 35)

Assim, “para o homem tornar-se ‘humano’, o ponto de inflexão seria o momento em que ele ‘domesticou’ o tempo e o espaço” (BISSIO, 2012, p. 24), apoderando-se das noções de lugar, de pertencimento e da comunhão, pelo grupo, de um passado comum.

Se “o espaço interiorizado no dispositivo simbólico” deve conduzir “ao conceito de lugar”, como consequência temos a “noção de pertencimento” (BISSIO, 2012, p. 25). Ou seja, chega-se ao conceito que envolve a noção de que este é o nosso lugar, diferente dos outros lugares ou classes e as pessoas que aqui estão pertencem à nossa comunidade, com suas características, marcas e passado comum.

A partir do momento em que o espaço é interiorizado no dispositivo simbólico, são tecidas relações e aparece o conceito de lugar. Portanto, o lugar é antropológico, pois, além de ser estabelecido, também é simbolizado. E lugar remete à noção de pertencimento, que por sua vez conduz à ideia de limite, de linha divisória entre quem está dentro e quem está fora. (BISSIO, 2012, p. 24-25)

Por outro lado, Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010, p. 17) assinala que:

História, tempo e memória são processos integrados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre, por exemplo, de lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades. (grifos nossos)

Pertencimento a um lugar e a uma comunidade, portanto, implica também a comunhão de um passado comum. Adquire, portanto, importância, a memória externa, que registra os fatos comunitários do passado – como os livros sobre a história local –, já que é fundamental que as pessoas possam vivenciar os vários tempos do lugar que habitam, inclusive como direito de cidadania.

Será lógico, tendo em vista os objetivos propostos que história e memória são categorias que devem ocupar nossa atenção, em especial esta última.

A História é, por excelência, um repositório de memórias. Em perspectiva, por outro lado, estudar a Cultura como categoria ou, mais especificamente, uma cultura em particular, não deixa de ser, ao cabo, buscar, recuperar e registrar memórias.

Mas o fenômeno cultural não está isento de influências dos grupos dominantes em determinado contexto. Portanto, o quadro não se completa, exceto se a ele acrescentarmos cultura, ideologia e poder. Tais fatores estiveram presentes, por exemplo, no rapto das lajes, no episódio dos Britos, nas implantações das ideologias da cidade-modelo e da cidade-empresa.

Daí que, para o desenvolvimento posterior de nosso trabalho, justifica-se revisitar os conceitos de cultura, história, poder, memória e topofilia, a importância da cidade. Serão esses os caminhos que, por ora, percorreremos.

3.1 - História

Eclea Bosi (2003, p. 13), assinala que não é o passado recente que se ensina na escola. Os fatos do cotidiano (“os microcomportamentos”) são deixados de lado, mas na Idade Média eram objeto da crônica (“anedótica, tecida de pequenos sucessos, de episódios breves da família, de cenas de rua vividas por anônimos”).

A História é, portanto, memória, mas, muitas vezes, encontra-se perdida.

Sobre a importância da tradição oral, a autora assinala:

A memória oral é um instrumento precioso se desejarmos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa “ideologização” da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica. (BOSI, 2003, p. 15)

Ou seja, é preciso cuidado para que não se caia na armadilha de valorizar um aspecto em detrimento do outro, até porque a memória oral abriga seus próprios demônios:

A memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade. Exemplos não faltam: como a dos franceses que colaboraram com os nazistas durante a guerra. E dos alemães durante a ascensão de Hitler. Quem aclamava o Führer nos estádios? [...] E alguns judeus ao relembrar o Holocausto esquecem os vinte milhões de soviéticos sacrificados pelo nazismo. (BOSI, 2003, p. 18)

Provavelmente, ao indagarmos o que é a História, obteremos como resposta que se trata do registro dos grandes feitos do passado, como forma dominante: “a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis” (BURKE, 2010, p.17).

Todavia, há diversas interpretações do que seja a História.

Haveria uma mais exata? É mesmo importante conhecer o passado?

Há, sem dúvida, várias interpretações da história, nenhuma delas definitiva – mas apenas um passado. E, embora o passado esteja encerrado, há duas razões pelas quais ele é indispensável para que possamos compreender o que vivenciamos hoje e o que há diante de nós amanhã e depois. Primeiro, a atual população mundial corresponde a aproximadamente 7% de todos os seres humanos que já viveram. Há muito mais mortos do que vivos, em outras palavras, 14 para 1, e ignoramos a experiência acumulada de uma enorme maioria da humanidade por nossa conta e risco. Segundo, o passado é, com efeito, nossa única fonte de conhecimento confiável sobre o presente efêmero e os vários futuros à nossa frente, só um dos quais irá de fato acontecer. A história não é apenas como estudamos o passado; é também como estudamos nosso próprio tempo. (FERGUSON, 2012, p. 17-18)

Nunca se deve esquecer de que mais se beneficia do futuro, quem ajuda a construí-lo – e da melhor maneira possível, o que implica conhecer suficientemente o passado.

Duas questões se apresentam. A primeira é a de que a história não deve ser apenas um depósito de fatos em que, normalmente, uma ou mais personagens se destacam: Napoleão, Luís XV, Colombo, Pedro Álvares Cabral, D. Pedro I e D. Pedro II. A outra é que, submersos no imenso turbilhão dos chamados fatos históricos, milhares de outras histórias acontecem e desaparecem sem deixar vestígios ou muito poucos. Há, certamente, um repositório expressivo de tais pequenos fatos em registros cartorários, arquivos de museus e/ou universidades e relatos de viajantes, por exemplo, sem nos esquecermos de que a história guardada pelos particulares, pela memória individual em cada comunidade, guarda fatos que necessitam ser resgatados, registrados e transpostos para a memória coletiva.

Alguns dos entrevistados, por exemplo, referiram-se ao córrego que, outrora, correu à frente da Matriz. Todavia, conforme se viu, os registros de Caloni (1999) e do Professor Alcyr Azzoni (Entrevista), embora não neguem a existência do rego d’água, esclarecem que se tratava de uma captação de água para uma caixa situada na atual Rua Padre Duarte, cujo

excesso corria passando pela frente da igreja. Também, quase todas as fontes do trabalho referem-se à lenda da serpente, mas somente uma registrava a história referente à igreja de Nossa Senhora do Carmo. Enfim, cada um vê suas lembranças sob um ponto de vista particular, presentes as afirmações tanto de Bergson, como de Halbwachs.

No passado, a História foi encarada como um “paradigma”, tendo Leopold von Ranke afirmado que “fazer a história”, vale dizer, registrá-la, se traduzia numa

[...] visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado como a maneira de se fazer história, em vez de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. (*apud* BURKE, 2011, p. 10)

Não foi por outra razão que a história acabou por se fragmentar em vários campos, como a história da arte, a história econômica, etc.

Historiadores franceses avançaram: reconheceram como tópicos históricos aquilo que “anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos ” etc. (BURKE, org., 2011, p. 11).

Tal avanço foi a assim chamada Escola dos Annales, que floresceu entre 1929 e 1989, quando se passou a dar ênfase também às chamadas histórias subalternas a chefes militares e reis, introduzindo, assim, o que se convencionou denominar “Nova História”.

Impõe-se, aqui, o fato de que aquelas que, antes, poderiam ser consideradas histórias “menores”, passam, também, a protagonistas, como forma importante de estudar o passado, entender melhor o presente e tentar projetar o futuro.

No Brasil, é interessante visitar o que talvez seja o melhor exemplo de trazer o cotidiano para a “grande história”, como na trilogia de Mary Del Priore (“Histórias da Gente Brasileira”: 1 – Colônia; 2 – Império; 3 – República), onde se pode conferir, por exemplo, determinados enganos sobre os primeiros habitantes do Brasil. Em 1.500, com referência a uma suposta ausência de conhecimento agrícola, relatada por Caminha, ficamos sabendo que os portugueses, no dia-a-dia,

[...] foram favorecidos pela elaborada agricultura e o conhecimento sofisticado que os índios tinham sobre as espécies animais e vegetais. Raízes como a mandioca e a batata-doce, as abóboras, o milho, o mel das abelhas selvagens ou mesmo a larva de taquara e a bunda da formiga tanajura faziam parte do cardápio substantivo que os mantinha. Os portugueses aprenderam também a abater árvores, fazer coivara queimando troncos, limpar os terrenos e depois o plantio, a erradicação de ervas e a colheita do nutritivo tubérculo. (DEL PRIORE, 2016a, p. 23)

Ou aprendiam lições mais simples das práticas do cotidiano, pois os índios

[...] ensinaram os portugueses a utilizar a flora variada na vida prática: folhas de capim selvagem serviam de lâminas de barbear; o fruto da bignoniácea era usado

como pente; o capim-flecha se transformava em delicadas pinças para arrancar pelos. As castanhas-de-caju, como afirma um viajante de passagem na Pernambuco seiscentista, serviam de calendários: “Quanto aos algarismos, não passam de cinco. Devido a isso, utilizam-se de castanhas-de-caju – cujo fruto torna-se maduro apenas uma vez por ano – em vez de calendário, para marcar o ano [...] Por isso, quando se deseja saber deles há quanto tempo aconteceu isso ou aquilo ou a idade desta pessoa, tem que se perguntar pelo número de castanhas”. (DEL PRIORE, 2016a, p. 24)

No início do Império, por exemplo, os costumes mais triviais mudaram por influência dos estrangeiros: o uso do espelho, de comer com garfo e faca, beber *champagne* e *whisky* e, no final do século XIX, o *football*, o *WC* e o trem, além de significativas mudanças na arquitetura, com os cafés e confeitarias, novas modas de vestir, água encanada, a telegrafia, a iluminação pública, bem como a sujidade das calçadas garantindo “a perpetuidade de epidemias” (DEL PRIORE, 2016b, p. 16-17).

E conclui, trazendo uma justificativa definitiva para o estudo das memórias: “tantas informações iluminam as práticas e os gestos individuais ou coletivos, a memória e a transmissão de atitudes e hábitos que estruturam o universo onde evoluiu a gente brasileira” (DEL PRIORE, 2016b, p. 17).

Em outro passo, verificamos que, no início do ciclo do café, os “nobres” não eram tão nobres assim, no sentido europeu de proprietários das terras e do trabalho dos servos, pois “nos maços de recenseamento da Mooca, a baronesa de Monte Santo figurava como analfabeta; o barão de Figueiredo, suando para plantar seus cafezais, abria as terras do sertão dos rios Pardo e Grande” (DEL PRIORE, 2016b, p. 49).

Em 1878, D. Pedro II, imitando o pai, percorreu o Vale do Paraíba, escrevendo entusiasmado à Imperatriz. A observação da historiadora sobre isso é interessante: “mulheres bem vestidas, o som das valsas, a imponência das missas, tudo embalou a farta distribuição de comendas. Honrarias, brasões que deram origem aos ‘barões do café’” (DEL PRIORE, 2016b, p. 64).

Em outra obra, vemos que o Império, precisando, em desespero, do apoio dos fazendeiros, que dominaram as respectivas políticas locais, inundou o país de “nobres”:

Com o objetivo de viabilizar essa política de cooptação, o reinado de d. Pedro II também distribuiu prodigamente títulos de nobreza. Assim, enquanto d. Pedro I concedeu dois a cinco títulos de barão por ano, seu sucessor elevou essa média para dezoito títulos. É possível dizer, portanto, que durante o Segundo Reinado (1840-89), a cada dois meses tínhamos três novos barões; muitos deles mulatos endinheirados pelo café, que causavam escândalo entre viajantes europeus racistas. (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2010, p. 178)

Na corriqueira atividade da criação dos filhos, é interessante que os ingleses, em visita ao Brasil, chocavam-se com o que viam. A seguinte passagem, já passados quase dois séculos do que se narra, pode parecer-nos bastante familiar, lembrando-nos a falta da cultura

como instrumento civilizatório⁸³, pois as crianças muito jovens, embora sejam “indivíduos biologicamente hominizados” (VIERTLER, 1988, p. 08-09), ainda necessitam ser moldados pela ação das gerações anteriores pois o “ser humano não nasce homem; é a cultura que o humaniza, que programa (quase num sentido cibernético) o homem, (WHITAKER, 2012 – aula), não se quedando inertes diante de comportamentos indesejáveis. Em termos mais simples, a falta de limites aos pequenos pode ensejar a manutenção de um verdadeiro estado “selvagem”:

Nos anos 1860, foi a vez de James Wells, em viagem pelo Norte, se chocar. Mimadas pela mãe branca e pela preta, segundo ele, as crianças “gritam à menor provocação, mordem, arranham e ainda insultam as pacientes negras que cuidam deles”. Às lamúrias da mãe, do tipo: “Ai! Meu Deus! Não faça isso, meu bem. Não chora, benzinho! Ai, meu Deus!” o pequeno redobrava a gritaria e era levado chutando e mordendo. (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2010, p. 328)

Costumes de meados do século passado, na República, dão-nos notícia acerca da posição subalterna enfrentada pelo sexo feminino, através de uma mulher sem expressão histórica, escrevendo para uma revista da época:

Insatisfações femininas eram desqualificadas. Certa Yolanda dos Santos escreveu para O Cruzeiro queixando-se da falta de assistência do marido. Eis que obteve como resposta: “É da natureza do homem, principalmente daquele que é bem-sucedido em seu trabalho, viver mais para a carreira do que para o lar. Procure suprir com seu equilíbrio e bom senso a lacuna deixada pela falta de assistência do marido”. (DEL PRIORE, 2017, p. 475)

Eis, por esses exemplos, o cotidiano das gentes comuns trazido ao proscênio da “grande história”.

Mas passemos, retornando, assim, à citada afirmação de Niall Ferguson (2012, p. 17-18), retromencionada na fl. 146, para compreender que a história das cidades, incluindo, portanto, sua memória coletiva, adquire grande importância, até porque se não colhermos os depoimentos daqueles que vivenciaram o passado recente, *e.g.*, o século passado, corre-se o risco de perder certa experiência acumulada. Em nosso caso, em particular, identificar como a cultura coletiva araraquarense vem-se comportando.

Deve haver a busca e valoração da história oral como base de tais reflexões, já que assim se viabiliza registrar outras visões “dos problemas estabelecidos” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 32).

Astor Antônio Diehl (2002, p. 21-31) debate a interessante perspectiva de que, muitas vezes, a visão do passado é a de que lá deveríamos buscar uma sequência de erros a serem evitados, muitas vezes desejando-se apagá-lo, o que acaba por enfraquecer a memória. O progresso, baseado nas ciências, seria a chave para todos os problemas que afligem a

⁸³ A categoria cultura, tal como a empregamos, será desenvolvida a partir das fls. 175.

humanidade. Uma visão linear do tempo vê o passado “como sendo caos e desordem”. Assim, no sentido inverso da humanidade, sempre voltada para o futuro,” a história se desloca para o passado, procurando expurgar o caos, a desordem e o terror que pudesse ali ser encontrado e assim legitimar o olhar, o caminhar para o futuro”. Mas isso seria alienação, pois o mergulho único no passado pode ser uma atividade “absolutamente gratuita” (DIEHL, 2002, p. 27).

No caso de Araraquara, a ideologia da cidade-modelo procurou, exatamente, a reprodução de tais ideias – destruir o que passou. O nosso passado estaria crivado de erros, como aqueles referentes ao episódio dos Britos e, se quiséssemos percorrer os caminhos do futuro, seria preciso apagar os vestígios. Seria uma visão altruísta, mas não estava firmemente escorada em arrependimentos ou pelo sofrer da consciência. Fora a pressão presente, vinda de fora, o estigma de “Linchaquara”, a prejudicar os negócios e as viagens, que guiou a modernização da urbe. A intenção foi, não de aproveitar o ocorrido no passado como lição para o futuro, mas, simplesmente, de apagá-lo da memória coletiva.

Como a escrita surge em época posterior ao início das sociedades, a história oral é anterior à história escrita. O que se busca, no presente caso, é o resgate, ao lado da recuperação de marcos urbanos, de experiências e conhecimentos das pessoas que guardam informações não necessariamente materializadas em texto, resgatando-os e impedindo a sua perda.

Em nosso caso particular, procuramos verificar, portanto, a presença de referências aos marcos urbanos integrantes de nossa memória coletiva, enquanto se procurou rastrear o que ocorre com os mesmos.

3.2 - Falando de memória

“Nossa existência não é mais que um curto-circuito de luz entre duas eternidades de escuridão.”

Vladimir Nabokov, *escritor*.

“O conceito de memória é crucial” (LE GOFF, 2013, p. 387).

Talvez não seja fácil entender como transmitir histórias e tradições através de gerações, sem o auxílio da escrita. Mas a época de oralidade do ser humano chegou até nós pelo trabalho de memorização daqueles tempos. O que se indaga é como foi possível. As referências começam apontando para o recurso aos versos. O imperador romano César registra, a respeito dos druidas gauleses, que “aí aprendem de cor, segundo o que se diz, um grande número de versos. Por isso, alguns permanecem vinte anos nessa aprendizagem” (De Bello Gallico, VI, 14, p. 3-4, *apud* LE GOFF, 2013, p. 394).

Nas sociedades sem escrita, a memória era crucial para a manutenção da identidade, girando em torno de três eixos: a idade coletiva do grupo, o prestígio de famílias dominantes e o saber técnico. “O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva” (LE GOFF, 2013, p. 394).

Podemos, por analogia, afirmar que a disseminação das mídias portáteis também a estão transformando. De qualquer forma, a marcha da evolução para fixar em artefatos externos os dados da memória, acabam por fazer declinar o uso dos meios anteriores de mantê-la. Por isso, hoje está praticamente esquecida a chamada arte da memória que, durante muito tempo, enquanto não apareciam outras opções de memória externa, como a difusão dos livros, implantação de museus ou o recurso de computadores, ocupou atenções e suscitou teorias, despertando dúvidas acerca da sanidade de alguns praticantes da técnica, embora haja registros de casos patológicos.

A afirmação é a seguinte: não há razão para duvidar da realidade dos feitos de que se vangloriavam os mnemonistas dos séculos XV, XVI e XVII. Os relatos deles eram “verídicos”, e suas realizações, efetivas. De modo quase idêntico, tais realizações foram repetidas, em nosso tempo, por indivíduos examinados pelos pesquisadores de neurologia e de psicologia. E o problema é este: os artistas da memória do Quatrocentos ao Seiscentos, diversamente dos praticantes contemporâneos da mnemônica, não são marginais e tampouco parecem sofrer muito: escrevem livros, suscitam consenso e admiração, expõem publicamente seu método, apresentando-o como uma técnica transmissível. (ROSSI, 2010, p. 56)

O mesmo autor anota:

A ideia da memória como um armazém é muito antiga, e igualmente tão antiga é a ideia de uma arte que ajude o armazenamento com acuidade, fazendo as opções necessárias mediante rápida percepção das mercadorias acumuladas. O armazém, em todos os textos da *ars memorativa*, é apresentado como bastante ampliável. Em lugar das poucas coisas que ali conservamos, é possível conseguir, mediante a Arte, nele acumular uma quantidade imensa de noções. (ROSSI, 2010, p. 89 e 90)

As artes mnemônicas permitiam uma memorização aprendida “que os psicólogos e neurologistas hoje chamam de ‘memória fotográfica’” (ROSSI, 2010, p. 57). Mas parece claro, todavia, que a humanidade extrai muita informação memorialística do passado através de monumentos, pois desde “o ‘Paleolítico Médio’, aparecem figuras nas quais se propôs ver ‘mitogramas’, paralelos à ‘mitologia’, que se desenvolve na ordem verbal” (LE GOFF, 2013, p. 394). Quando surge a escrita, ocorre na “memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória”: uma primeira forma foi a “comemoração” através de um monumento com inscrições e desenhos comemorando um grande feito (objeto “de uma ciência auxiliar da história, a epigrafia”); a outra foi a aparição do “documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita” (LE GOFF, 2013, p. 394-396).

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em

vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2013, p. 435)

Esse aspecto de depositários da memória é extremamente importante, na medida que a memória coletiva, quando ignorada por grande parte da população, fragiliza-se e, no limite, pode determinar a sua eliminação, de que são exemplo os etruscos, onde a memória coletiva estava confinada à classe dominante. Quando essa desaparece, com ela desaparece a própria nação como entidade de memória, de pertencimento, e sua lembrança somente pode ser recuperável por outras vias – se estas existirem:

Não conhecemos os etruscos, no plano literário, a não ser por intermédio dos gregos e dos romanos: não nos chegou nenhuma relação histórica, admitindo que esta tenha existido. Talvez as suas tradições históricas ou para-históricas nacionais tenham desaparecido com a aristocracia, que parece ter sido a depositária do patrimônio moral, jurídico e religioso da sua nação. Quando esta deixou de existir enquanto nação autônoma, os etruscos perderam, ao que parece, a consciência do seu passado, ou seja, de si mesmos. (MANSUELLI, p. 139-140, *apud* LE GOFF, 2013, p. 435-436)

Portanto, são cruciais a organização e registro da memória coletiva, seja de um povo, seja de uma comunidade – como reivindicamos, de Araraquara.

Pode-se afirmar que em qualquer estudo, principalmente de ordem social, falar da memória adquire grande relevância, pois se faz necessária sua presença nas diversas áreas do conhecimento, mormente quando se trata das denominadas ciências sociais, tais quais a Sociologia e a História.

Da mesma forma, ao debruçar-se sobre o fenômeno do Poder ou da Ideologia, é preciso que se aborde o tema da memória. A Psicologia e a Medicina buscam, nela, entender e tratar inúmeros desvios de conduta. “Desse ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria” (MEUDLERS, BRION e LIEURY, 1971; FLORÈS, 1972, *apud* LE GOFF, 2013, p. 387).

A memória sendo, pois, transdisciplinar, estende seus tentáculos para os mais variados campos do conhecimento:

Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumula objetos: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagem e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo. As direções atuais da memória estão, pois, profundamente ligadas às novas técnicas de cálculo, de manipulação da informação, do uso de máquinas e instrumentos cada vez mais complexos. (LE GOFF, 2013, p. 387, nota de rodapé)

A memória, como “fenômeno individual” está na base da memória coletiva, tema que, depois, será referenciado. Mas, por ora, no plano individual, pode-se, por exemplo, observar que a pessoa separada de sua memória torna-se um simples apêndice social, como se pode verificar com os portadores do Mal de Alzheimer. O sentimento do que realmente somos, de nos apoderamos da consciência de ser, corresponde às nossas memórias, conforme Ecléa Bosi (1994, p. 44).

A memória não se refere somente a recordações. Em nosso cotidiano, nós a utilizamos mesmo em atividades tão corriqueiras como ler, escrever, andar ou preparar alimentos (a chamada memória não declarativa). Sem a memória, teríamos uma vida de Sísifo, recomeçando nosso aprendizado, sempre e novamente. Há registro de que, a quem se retirou regiões do cérebro (para contornar epilepsia, procedimento médico comum nos anos 1950 e 1960) “já não memorizava as suas experiências quotidianas (ele esquecia-se, por exemplo, de que tinha acabado de comer)” (CANDAUI, 2005, p. 28).

Há, portanto, vários tipos de memória, com naturezas diferentes. Busca-se, aqui, uma aproximação a tais questões, revendo autores fundamentais no seu trato, sem, evidentemente, tentar esgotar o tema.

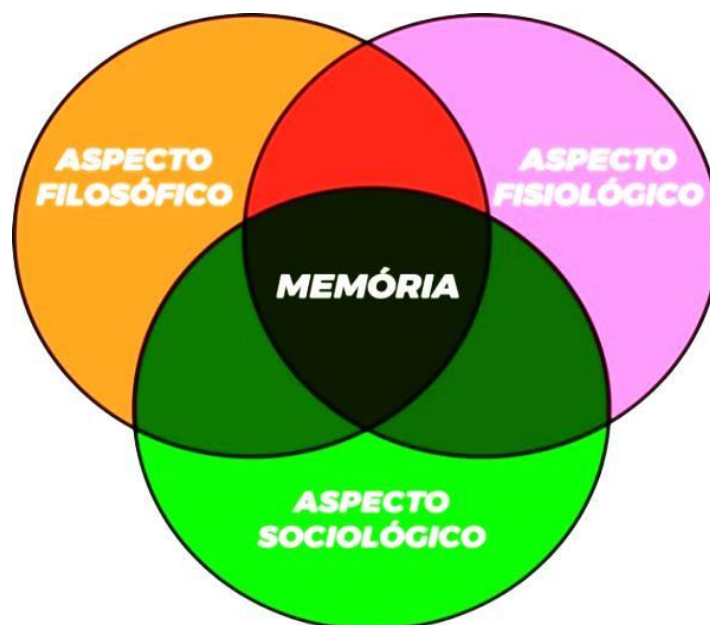
De alguns autores, deve-se tratar, por evidência: Henri Bergson, centrado mais num caráter filosófico, Maurice Halbwachs, num prisma sociológico, enquanto Joel Candau traz registros acerca do aspecto fisiológico da memória. Entre nós, Ecléa Bosi apresenta uma visão didática muito objetiva, principalmente a partir de Bergson. Importante, também, o pensamento de Ulpiano Bezerra de Meneses, para uma perspectiva um tanto diversa ou mais recente sobre o assunto. Busca-se, assim, obter uma visão panorâmica de aspectos básicos da memória, categoria complexa por si mesma. Dados da memória são objeto, amiúde, como se disse, de estudos que foquem perspectivas sobre qualquer sociedade.

Vê-se, portanto, que as concepções do que seja a memória mereceram diversas abordagens através dos tempos, procurando desvendar sua complexidade. Foi para caminharmos com um mínimo de coerência quanto a esta última, que procuramos trazer aqueles enfoques sobre a memória, os quais se cruzam, em nossa opinião, em sua essência, quais sejam, como notamos, nas visões filosófica, sociológica e fisiológica apresentadas pelos autores citados, recordando que, em contraponto à visão sociológica de Halbwachs, está a ótica de Ulpiano Bezerra de Meneses.

Ao nos aproximarmos de tal complexidade, devemos revê-la minimamente, aproveitando-nos, de modo mais claro, da compreensão dos informantes ou entrevistados, suas contradições e idiossincrasias, a partir de sua formação pessoal, participação social,

capital cultural e nível intelectual, quando nos oferecem o que relatam em termos individuais ou coletivos. Esses principais enfoques, que selecionamos, obviamente se interseccionam, conforme afirmamos e, agora, tentamos sintetizar na Figura 105, a seguir.

Figura 105 – Principais aspectos da memória abordados



Fonte: elaboração pelo Autor.

Importante recordar que “o homem é o que seu trabalho for, somos uma espécie que se diferencia de todas as outras, na medida em que nós mesmos produzimos o nosso meio ambiente” e que somos capazes “de fazer história [...] de ‘eternizar’ a nós mesmos” (CODO, 1986, p. 32 e 33). Todavia, a alienação é um fato “quando o nosso produto se rompe, se separa, se apresenta como estranho a nós mesmos, nos distanciamos, nos estranhemos, nos alienamos da nossa própria humanidade” (CODO, 1986, p. 34).

Ora, aparentemente, não há campo da atividade humana de que a memória esteja ausente, pois o ser humano somente é, existe, atua socialmente, se tiver memória ou, antes, dominar sua memória. Já houve quem dissesse que se quisermos observar a dinâmica da vida, bastaria olhar para um corpo sem ela. Recorde-se a seguinte observação:

Devido ao fato de que nossas espécies dependem mais da experiência do que do instinto, a vida não pode ser vivida sem a consciência de um passado pessoal; e alguém que a tenha perdido devido a uma doença ou envelhecimento é geralmente considerado como desqualificado para uma vida normal. (TOSH, 2011, p. 15)

Mas não se trata somente de memórias individuais. O mesmo autor completa: “Todas as sociedades têm uma memória coletiva, um depósito de experiência que é delineada para oferecer certo sentido de identidade e um sentido de direção” (TOSH, 2011, p. 15). A propósito, a “faculdade da memória, essencial ao indivíduo em todos os instantes da sua vida privada, desempenha um papel ainda maior na vida social” (CANDAU, 2005, p. 10).

Também o esquecimento – contraponto da memória – será oportunamente referido.

A memória, embora possa ter por base os sentidos, armazena-se no cérebro e por ele é processada. Afecções e percepções - no sentido bergsoniano - não interessam diretamente, ao menos na acepção de que não representam imagens, mas experiências quotidianas, aptas ao desenrolar normal da vida (a denominada memória não declarativa, que constituem, por exemplo, nossas capacidades motoras e perceptivas). Todavia, as recordações representam papel fundamental na individualidade. Esta última, por sua vez, reforça-se através do apoio de outras memórias individuais – como também, em especial, nas denominadas memórias externas -, resultando, em suma, no sentido do pertencimento. As memórias individuais experimentadas devem ser consideradas como memórias primárias. Mas elas são enriquecidas não só pelo referenciamento a memórias individuais experimentadas concomitante ou contemporaneamente por outros, mas também por aquelas memórias que poderíamos rotular de secundárias ou externas: museus, referências em locais históricos, jornais, revistas, aulas, mídias, museus, livros sobre a história do local.

Fica claro, entretanto, que a complexidade da memória há de exigir, sempre, um preparo especial de quem deseja operar com ela em seus estudos, pois “a fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa” (BOSI, 2003, p. 20).

Encontramo-nos, atualmente, “condenados pelo sistema econômico à extrema mobilidade, perdemos a crônica da família e da cidade mesma em nosso percurso errante”. Fato que nos é perigoso, pois “o desenraizamento é condição desagregadora da memória”. (BOSI, 2003, p. 27-28). Emigra-se, estuda-se em diferentes países ou locais distantes de nossa origem.

Já se disse que cada ser humano é um milagre que nunca mais se repete, tal como as memórias em relação aos outros.

3.2.1 - Bergson e o aspecto filosófico da memória

Henry Bergson (1859 - 1941), defendia que a memória estabelecia uma relação entre a “realidade do espírito” e a “realidade da matéria”. Segundo ele, tanto “é falso reduzir a matéria à representação que temos dela”, como, também, “fazer da matéria algo que produziria em nós ‘representações’ diferentes de sua natureza”, pois “a matéria, para nós, é um conjunto de ‘imagens’”, entendendo-se que uma imagem não é uma representação (visão idealista), nem uma coisa (visão realista), mas tem sua “existência situada a meio caminho entre a ‘coisa’ e a ‘representação’” (BERGSON, 1999, p. 1-2).

Assim é que “um homem estranho às especulações científicas” provavelmente se espantaria tanto com a afirmação de que o objeto existente diante de si somente existe em seu espírito, como, por outro lado, que ele seria bem diferente de sua cor ou a resistência que oferece (BERGSON, 1999, p. 2). Para o leigo, o objeto existe por si e a imagem que dele temos existe em si. A intermediação entre o conjunto de imagens que compõem o universo e o cérebro é o corpo: “tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que chamo universo, nada pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo” (BERGSON, 1999, p. 12).

Examinando o que ocorre, encontraremos “nervos aferentes que transmitem estímulos aos centros nervosos”, bem como “nervos eferentes que partem do centro, conduzem estímulos à periferia e põem em movimento partes do corpo ou o corpo inteiro”: os movimentos centrípetos nos dão a “representação do mundo exterior”, enquanto os movimentos centrífugos provocam “o deslocamento do corpo ou das partes do corpo” (BERGSON, 1999, p. 13).

Haveria um sistema de imagens correspondente à “minha concepção do universo” e um sistema de imagens, elas mesmas relacionadas umas às outras, que “chamo de universo” (BERGSON, 1999, p. 20).

Ora, se cada indivíduo tem sua própria percepção do universo, enquanto esse universo é um só, torna-se lícito concluir que a memória de uma pessoa pode não corresponder inteiramente à memória de outra, embora o universo particular e específico compartilhado seja coincidente.

Esta seria uma primeira compreensão a ser adquirida pelo pesquisador no estudo da memória de um grupo, pois é normal que não haja perfeita coincidência nos vários depoimentos sobre o mesmo assunto. Veja-se, por exemplo, as diversas versões sobre a serpente que habitaria o subsolo da Matriz de São Bento.

Ecléa Bosi registrou interessar-se por Bergson, pela sua “rica fenomenologia da lembrança” e suas “distinções de caráter analítico”, verificando “sua adequação”, a qual pode ser comprovada “ao longo das narrativas registradas” em seu trabalho (BOSI, 1994, p. 43).

Ela recorda que o caminho dos estímulos referido por Bergson, a partir dos “nervos aferentes”, nem sempre retornam pelos “eferentes”, de tal sorte que, quando tais estímulos “param” ou “duram” no cérebro, não há como consequência uma **ação**, mas o estabelecimento de uma **representação**. Vale dizer que temos um *esquema motor* (imagem-cérebro-ação) e um *esquema perceptivo* (imagem-cérebro-representação). Tais sistemas de ação e percepção “dependem, fundamentalmente, de um esquema corporal que vive sempre no momento atual,

imediatamente, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente” (BOSI, 1994, p. 43).

Portanto, a **percepção** obtida junto ao universo, percorrendo seu caminho no corpo, resulta numa **ação** - ou numa **representação**.

Bergson afirma que existem duas memórias. A primeira, “fixada no organismo” corresponderia a um “conjunto de mecanismos”, o qual permite uma ação diante de quaisquer “interpelações possíveis” do ambiente, sejam “nascentes” ou decorrentes de ações já “sofridas por nós”, as quais são “sempre mais ou menos apropriadas”. Tal tipo de memória seria “antes hábito do que memória” e, embora represente “nossa experiência passada”, ela “não evoca sua imagem” (BERGSON, 1999, p. 176-177).

A ação praticada depende da manutenção, na memória, de estímulos externos, para uso posterior. Cortar-se com a borda de uma folha de papel e não com uma faca, por exemplo, faz parte da memória, uma percepção que se transforma em representação e, não necessariamente, numa ação, sendo que tanto a ação como a representação “estariam ligadas ao esquema geral corpo-ambiente: positivamente, a ação; negativamente, a representação” (BOSI, 1994, p. 45).

Assim, um outro tipo seria considerada a verdadeira memória, a qual, coexistindo com a consciência, “retém e alinha uns após outros todos os nossos estados à medida que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar e conseqüentemente marcando-lhe a data, movendo-se efetivamente no passado definitivo, e não, como a primeira, num presente que recomeça a todo instante”, mas ambas se fundem, na medida em que “nunca percebemos outra coisa que não nosso passado imediato”, pois “nossa consciência do presente já é memória”. O corpo, movendo-se num corte do universo, é “o lugar de passagem dos movimentos recebidos e devolvidos” (BERGSON, 1999, p. 177).

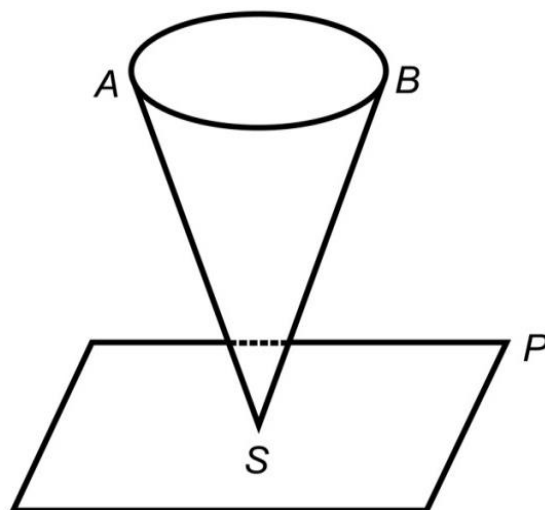
Para Bergson, esquematicamente, com a passagem do tempo, há um “lugar” que “conserva” as representações, uma “área que vai sendo alimentada pelas percepções”, e “a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida” (BERGSON, 1999, p. 47).

Bergson elaborou um esquema para esclarecer melhor suas ponderações.

Trata-se da figura 106, a seguir, onde o cone **SAB** corresponde “à totalidade das lembranças acumuladas” na memória. A base **AB** se assenta imóvel no passado, mas o vértice **S** (a imagem do corpo), move-se sem cessar, ao mesmo tempo fazendo parte e percorrendo o plano **P** (“representação atual do universo” para a pessoa). Assim sendo, “a memória do corpo, constituída pelo conjunto dos sistemas sensório-motores que o hábito organizou é,

portanto, uma memória quase instantânea, à qual a verdadeira memória do passado serve de base”, as duas memórias apoiando-se mutuamente (BERGSON, 1999, p. 179).

Figura 106 – O cone da memória (Bergson)



Fonte: Henri Bergson (1999, p. 178)

Em tal sentido, Bergson classifica como “um homem de ação”, um “impulsivo”, aquele que utiliza, de pronto, numa dada situação, “todas as lembranças a ela relacionadas”; todavia, descarta igualmente, aquelas que considera “inúteis ou indiferentes”. Por outro lado, quem “vive no passado por mero prazer, e no qual as lembranças emergem à luz da consciência sem proveito para a situação atual”, seria um “sonhador”. No equilíbrio entre tais extremos residiria o “bom senso, ou senso prático” (BERGSON, 1999, p. 179).

Se “em termos de percepção pura, só existe o presente do corpo, ou, mais rigorosamente, a imagem aqui e agora do corpo [...] Bergson vai opor vigorosamente a percepção atual àquilo que, logo adiante, chamará de *lembrança*” (BOSI, 1994, p. 45 – grifos no original). E, adiante:

[...] para Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das ideias. Todo o esforço científico e especulativo de Bergson está centrado no princípio da diferença: de um lado, o par percepção-ideia, par nascido no coração de um presente corporal contínuo; de outro, o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é descrito e explicado por outros meios. Essa oposição entre o perceber e o lembrar é o eixo do livro, que já traz no título o selo da diferença: matéria/memória. (BOSI, 1994, p. 46)

Eclea Bosi registra, também, que, de Bergson, “importa, porém, reter o seu princípio central da memória como *conservação do passado*; este sobrevive, quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente” (BOSI, 1994, p. 53 – grifos no original).

O pesquisador ou estudioso deve, finalmente, procurar distinguir, em seu informante, qual daqueles estados (*impulsivo* ou *sonhador*) apontados por Bergson pode influir no que se informa ou depõe: “podemos colher enorme quantidade de informações factuais mas o que importa é delas fazer emergir uma visão do mundo” (BOSI, 2003, p. 19). Ou seja, deve-se procurar reconstruir, seja uma história de vida, seja uma história de coletividade, com uma análise do contexto *pessoa/fatos* em que os informes são colhidos. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas” (NORA, 1984, vol. I, p. XIX, *apud* BOSI, 2003, p. 16).

3.2.2 Halbwachs e o aspecto sociológico: a memória coletiva.

Se, para Bergson, “falta, a rigor, um tratamento da memória como fenômeno social. Nada como um sociólogo para se propor a preencher esse vazio”:

Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os “quadros sociais da memória”. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão: enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. (BOSI, 1994, p. 54)

Maurice Halbwachs (1877-1945), assim, contribui aos nossos estudos, com visões mais sociológicas da memória.

Segundo ele, as lembranças poderiam “se organizar de duas maneiras”. Uma delas, quando agrupadas em “uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista”. A outra, distribuindo-se “dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual [as primeiras] são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas”, sendo que o indivíduo participa das duas organizações (HALBWACHS, 2003, p. 71).

As duas memórias não se confundem, embora se influenciem mutuamente, podendo a coletiva evoluir autonomamente, adquirindo vida própria num conjunto que não é mais, simplesmente, uma consciência individual. Esta última permanece, todavia, como a base da outra.

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2003, p. 72)

Embora a memória individual não se confunda com a dos outros, tal como a coletiva ela está “limitada no espaço e no tempo”, pois a memória de uma comunidade não foi experimentada inteiramente por uma só pessoa, a qual precisa remeter-se à dos outros ou ao registro de outras memórias. Estas últimas não são memórias do indivíduo, mas são uma “memória tomada de empréstimo”. As lembranças históricas marcam profundamente o coletivo (região, grupo, partido político, classe profissional ou uma família) uma vez que “as instituições foram modificadas por elas” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Diz Halbwachs que, embora dirijamos, frequentemente, nossa atenção para a memória individual, é inegável que “frequentemente reintegramos nossas lembranças em um espaço e em um tempo sobre cujas divisões nos entendemos com os outros”, com referência a datas “que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazíamos parte”. (HALBWACHS, 2003, p. 76).

O coletivo invade o individual e vice-versa, pois “as obras que transformam as ruas de uma cidade podem ser pensadas de dois pontos de vista diferentes. São fatos singulares em seu gênero, que modificam a existência de um grupo. Entretanto, por outro lado, esses fatos se transformam em uma série de imagens que trespassam as consciências individuais” (HALBWACHS, p. 79). A ideologia da cidade-modelo, pelo grupo de Plínio de Carvalho, alterou a aparência material de Araraquara, interferindo no cotidiano das pessoas, com energia elétrica, novos prédios, calçamento nas ruas etc. Porém, a estrutura e forma de governar se mantiveram iguais ao tempo final do império e início da república: a classe dominante continuou a mandar com discricionariedade. Plínio de Carvalho, nascido em 1884 (portanto era ainda criança à época dos acontecimentos dos Britos, em 1897) e que, como se sabe, era filho do Cel. Antônio J. de Carvalho, morto por Rosendo de Souza Brito, continuou com o mesmo tipo de domínio sobre a comunidade, à exemplo do pai:

Plínio era filho do segundo casamento do coronel Carvalho e sua longa permanência no supremo posto do Executivo Municipal seria ligada a frequentes atos de capangismo, arbitrariedades e intolerância a qualquer manifestação de oposição política. São ainda bem frequentes, nas reminiscências da velha geração araraquarense, as múltiplas histórias de surras exemplares aplicadas pelos truculentos fiscais municipais, “os capangas de Plínio”, sempre portando armas na cintura, ostensivamente, e intimidando adversários que, publicamente, nunca ousavam afrontar o chefe do executivo, sequer pela mais amena crítica aos serviços municipais. (TELAROLLI, 1997, p. 189)

Quando recordamos a filosofia de Bergson, concluíamos que “se cada indivíduo tem sua própria percepção do universo, enquanto esse universo é um só, torna-se lícito concluir que a memória de uma pessoa pode não corresponder inteiramente à memória de outra”, conclusão que se parece confirmar, agora, sob um ponto de vista sociológico, em Halbwachs:

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que jamais teremos nada a tirar nem a acrescentar, e nela jamais haverá nada de mais ou de menos a compreender. No entanto, se encontramos alguém que nela estivesse envolvido ou a ela tenha assistido, que a evoca e conta – depois de escutar sua história já não estaremos tão certos quanto antes estivemos de não podermos nos enganar sobre a ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do acontecimento: é impossível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato o reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempo depois. (HALBWACHS, 2003, p. 95-96)

Afirma Eclea Bosi, comentando Halbwachs: “A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo, e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade” (BOSI, 1994, p. 55). Assim sendo, a memória individual de um depende da de outros, seja por narrativas individuais específicas, seja pelo registro (de alguma forma) do que ocorreu. Para o homem, como ser social, faz-se necessária a presença de outras referências pessoais externas, pois é “difícil conceber como despertaria em uma consciência isolada o sentimento da identidade pessoal, talvez porque nos parece que um homem inteiramente só não poderia se lembrar de modo algum” (HALBWACHS, 2003, 110).

As lembranças individuais somente fariam sentido, assim, quando apoiadas e referendadas pelas dos outros. Daí, a importância do pesquisador analisar com cuidado um depoimento isolado: sua visão, digamos, externa, não deve prescindir, sempre que possível, ou da procura de outras narrativas ou do apoio em referências concretas que possam apresentar sinais de autenticidade. A escolha de informantes e depoentes transforma-se, neste caso, em fator crítico de êxito na busca da veracidade dos fatos.

Halbwachs, abordando a questão da memória, não só e especificamente em termos sociológicos, mas também em termos da história, afirma que não “a devemos entender” como “uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros” e se desejarmos debruçar-nos sobre a memória coletiva, devemos observar, por exemplo, como já se notou, que transformar o aspecto das ruas da cidade, pode significar uma intervenção direta na memória coletiva (HALBWACHS, 2003, p. 79).

3.2.2.1 – Ulpiano Bezerra de Meneses: os paradoxos da memória

Ulpiano Bezerra de Meneses aborda aspectos da memória, começando por relacioná-la com a cultura, através do “processo de hominização, pelo qual os primatas superiores chegaram até o *Homo sapiens* e hoje na variedade *sapiens sapiens* que nos caracteriza”, enfatizando que a memória, em tal evolução, ocupa “lugar visceral” (MENESES, 2007, p. 14). Em referido processo, são básicas duas faculdades ou aptidões mentais: a abstração e a

articulação, as quais estão ligadas ao “desenvolvimento da capacidade craniana”, o que incluiu “mudanças corporais e hábitos de vida” (MENESES, 2007, p. 15).

Notícias de tais mudanças podemos buscar em Cyril Aydon. Vestígios de criaturas semelhantes ao *homo sapiens sapiens* surgem, na África, por volta de 150 mil a 120 mil anos atrás (AYDON, 2011, p. 23). Porém, muito antes, nossos ancestrais já haviam começado a adotar a postura ereta (com a conseqüente diminuição da cintura pélvica), entre outras razões porque “o andar ereto consome apenas cerca da metade da energia de locomoção sobre os quatro membros” (AYDON, 2011, p. 19). O cérebro, que também já vinha aumentando, desde, aproximadamente, dois e meio milhões de anos atrás (AYDON, 2011, p. 20) exige o aumento do tamanho da cabeça. “Mas uma cabeça grande acarreta dificuldades, como qualquer mãe pode verificar. Em um macaco adepto do bipedalismo, há um limite no tamanho de cabeça que se permite passar pela cintura pélvica” (AYDON, 2011, p. 22). Os nascimentos passam a ser prematuros:

O resultado dessa disputa de mão dupla entre as vantagens de um cérebro grande para a criança e as de uma cabeça de bebê pequena para a mãe foi, na prática, um nascimento prematuro. A gravidez de nove meses foi seguida pelo surgimento de uma prole cujo cérebro teria de completar seu desenvolvimento ao longo de um período de muitos meses, durante o qual a criança fica totalmente dependente de sua mãe ou responsável. Nenhum outro mamífero nasce num estágio tão prematuro. Se os bebês humanos nascessem no mesmo estágio de desenvolvimento de cérebro de outros mamíferos, eles permaneceriam no útero por no mínimo 20 meses. (AYDON, 2011, p. 22)

Aquela dependência acarretará, por isso mesmo, a transmissão de experiências e técnicas de sobrevivência.

Meneses, como Henri Bergson, coloca a percepção como resultante dos sentidos, pelos quais se entra em contato com o que Bergson chamava de “universo”. Através da abstração, a partir das percepções, criam-se “categorias de eventos”. Por exemplo, a partir de todas as formas e maneiras de furar experimentadas, torna-se possível a categoria furar, eliminando o que não é essencial e mantendo o cerne do significado. A partir daí, surge a articulação: relações de causa e efeito em cada categoria permitem prever, projetar e programar ações fundamentais “para a construção da cultura e da vida humana” (MENESES, 2007, p. 15). Assim, a causa “perfurante” relaciona-se com a categoria “furar”.

Todavia, elas precisam da memória, ou o processo necessitaria começar de novo, indefinidamente. Com a memória, possibilita-se “que as respostas satisfatórias possam ser utilizadas em todas as situações similares” (MENESES, 2007, p. 16). Porém, se o indivíduo operar somente ao seu nível, não consegue ir além do individualismo. A superação de tal impasse está na linguagem, a qual “permite que a memória seja um veículo de socialização

das experiências individuais”, isto é, passam ao domínio de “uma comunidade de pessoas” (MENESES, 2007, p. 16). Diferentemente do que ocorre com outros animais (quando “o essencial dos comportamentos é previsto em um programa biológico”), no ser humano “o problema da memória está dominado pelo problema da linguagem”, ocorrendo “a possibilidade de escolha, a possibilidade de diversificação: a memória e a linguagem são fatores que permitiram aos homens” a capacidade de “definir escolhas e, por isso, instituir e difundir significados e valores” (MENESES, 2007, p. 16).

Além de sua história, há, igualmente, as “teorias e conceitos sobre a memória” (MENESES, 2007, p. 18). Como já se referiu, para Meneses, os conceitos de Maurice Halbwachs (final do século XIX, início do XX) estariam, atualmente, superados, pois aquele sociólogo “diz que a memória somente pode ser entendida a partir das condições preexistentes na sociedade, para que determinadas lembranças possam estabelecer a coesão social” – o que somente se pode admitir para aquela época, quando “a sociedade era nacional”, uma vez que os reinos eram constituídos, anteriormente, de regra, por vários povos, mas a nação começava a se construir como uma unidade de povo, língua e a comunhão de um passado comum.

Hoje, essa problemática está um pouco fora de horizonte. Hoje, quando se fala em sociedade, a última coisa em que se pensa é coesão, integração. Nem é mais politicamente correto falar de unidade ou coesão social. Hoje, a ideia de sociedade é a da fragmentação, do conflito, e não o contrário. Nosso problema é: apesar do conflito, como manter laços de interação? (MENESES, 2007, p. 18).

E enfatiza: “Não é possível imaginar que um mesmo conceito de memória possa explicar coisas em uma sociedade de comunicação oral e na nossa sociedade de comunicação cibernética” (MENESES, 2007, p. 19). Reconhece-se, hoje, em função da extrema fragmentação da sociedade, que o entendimento de memória individual mudou e é necessário operar com as “identidades multifrênicas” (do grego *phrén*, entendimento, conhecimento, tendência):

A identidade do indivíduo, hoje, se define de formas múltiplas, no interior da própria subjetividade. A multifrenia se expressa pelo fato de que agora cada um tem tantos passados quanto diferentes empregos ou desempregos, cônjuges, parentes – principalmente os parentes por afinidade, os filhos dos novos parceiros -, residências e assim por diante. Portanto, não é apenas no nível coletivo e social que a fragmentação é o suporte de operação da memória, mas até no nível individual. Em consequência, seria vão apresentar qualquer conceito unificado da memória. (MENESES, 2007, p. 19-20)

Em função de tudo isso, apresenta o que define como os cinco paradoxos da memória (do grego *para*, algo paralelo ou em direção contrária, e *doxa*, opinião).

Primeiro Paradoxo – Se a coesão social teria como causa a memória coletiva – e se a última coisa sobre o que se possa falar na fragmentada sociedade moderna é exatamente a coesão, há uma contradição no fato de que a “memória está na ordem do dia”, em museus, arquivos de empresas, igrejas, famílias, na chamada moda retrô, em “movimentos sociais de preservação de bens culturais, reivindicações de identidade e cidadania etc. – são todos recursos mobilizadores de memória”, a que se podem acrescentar “a preservação de áreas urbanas” e tantos outros (MENESES, 2007, p. 20).

Nessa perspectiva, experimenta-se o perigo do exagero, com o risco de arquivar-se compulsivamente tudo, sem proveito objetivo, às vezes com certa insanidade:

Recentemente tive a prova de que essa situação existe de verdade e até ocorre com conhecidos. Uma colega da USP foi a uma biblioteca universitária e solicitou um livro pertencente a uma coleção importante, que fora doada e mantida como um fundo à parte. O livro, da década de 1940, era uma brochura com as páginas ainda fechadas. A colega teve as maiores dificuldades para conseguir a autorização oficial de abrir as páginas com uma espátula, porque se alegava que a brochura devia ser mantida em sua situação original – que impedia a leitura... (MENESES, 2007, p. 21)

Realmente, torna-se incompreensível o guardar, sem que haja proveito objetivo. Para leitores que não viveram a experiência, a figura abaixo dá uma ideia do que eram tais brochuras, que vinham da editora com as páginas ainda fechadas, até um passado não tão distante.

Figura 107 – Uma brochura, ainda com páginas a serem abertas.⁸⁴



Fonte: acervo do Autor.

Meneses questiona “se essa efervescência toda representaria alguma consistência da memória nos dias que correm”, ou, por outra, se ela seria “capaz de produzir consciência

⁸⁴ Exemplar da Teoria da Linguagem, em dois volumes, de José G. Herculano de Carvalho, Atlântida Editora: Coimbra, 1973.

histórica”, pois uma função da memória seria a de “aumentar a capacidade de perceber as transformações da sociedade pela ação humana” (MENESES, 2007, p. 21). O autor relata uma experiência conduzida por René Dubos, “um importante biólogo franco-americano”, nos Estados Unidos, entre 1950 e 1970 (época da eleição e do assassinato de Kennedy, da crise dos mísseis em Cuba, Guerra da Coréia, revolução cubana, episódio da Baía dos Porcos, etc.), demonstrou que, entre jovens de 14 a 20 anos, com acesso a essas informações pela TV, durante 6 horas diárias, não resultou numa “consciência dessa realidade toda”, uma vez que “do bombardeamento de informações sobre uma história em curso, nada ficou: a hiperinformação produz desinformação”. Conclui-se que “é a noção de passado corrente entre nós e as relações com ele tecidas que estão em crise”. (MENESES, 2007, p. 21-22).

A partir do século XVIII, “o tempo vai se transformar”, deixando de possuir um sentido linear, com ruptura de “estruturas sociais consideradas eternas”, ruptura e descontinuidade que serão “fundamentais para definir o passado”, o que acaba por produzir uma “crise da memória”:

Coincidentemente, é a partir do mesmo século XVIII que surgem formalmente organizadas as instituições da memória – o museu moderno data daí. Quer dizer, o museu é um sintoma da crise da memória, resposta possível à crise da memória, e não fruto da descoberta da memória. (MENESES, 2007, p. 22 e 23).

Concluimos que, realmente, “são as relações” estabelecidas com o passado que estão em crise, com reflexos na memória. Mas se a hiperinformação produz desinformação, esta também é produzida pela falta de informação. Como lembra antiga parêmia, “nem tanto ao mar, nem tanto à terra”. Se a fragmentação da sociedade moderna é causa de “identidades multifrênicas”, traz, em si, sua antítese, ou seja, a busca de referências que lhes dê um sentido de pertencimento, o que estaria no cerne desse primeiro paradoxo.

Segundo Paradoxo – A referência mais comum à memória parece levar ao sentido “de retenção, de registro, de depósito de informações, conhecimento ou experiências”, mas a memória não pode ser somente isso, pois ela possui “um mecanismo de seleção, de descarte, de eliminação”, constituindo-se num “mecanismo de esquecimento programado” (MENESES, 2007, p. 23). A existência das bibliotecas seria a prova maior de que “o conhecimento se perderá”, enquanto o museu, “muitas vezes chamado de casa da memória, poderia igualmente ser chamado de casa do esquecimento”: haveria mais o que conservar fora dele, do que dentro (MENESES, 2007, p. 24).

A amnésia, todavia, é, muitas vezes, provocada. Não faltam exemplos na história da humanidade, quer longínqua, quer recente, quer diretamente, quer indiretamente. “Parece

evidente, pois, que o processo de memorização é indissociável do processo de amnésia” (MENESES, 2007, p. 24).

Hoje, referem-se, em ciências sociais, aos conceitos de dizibilidade (“critérios, em uma sociedade ou grupo, pelos quais algumas coisas podem ser ditas e outras, não”) e visibilidade (“há coisas que são invisíveis, não porque estejam fora do campo visual, mas porque não devem ser vistas. É o secretismo, a interdição do segredo”), noções a que se pode acrescentar a memorabilidade: “nem sempre é o Estado o elemento repressor, são também os grupos sociais menores - inclusive a própria família – que definem o que convém e o que não convém ser objeto de memória” (MENESES, 2007, p. 25). Essas referências, por exemplo, no caso de Araraquara, aplicar-se-iam, ao menos, no episódio dos Britos, quando um grupo de famílias poderosas tentou apagar o que havia patrocinado, no clima de temor que se instalou a quem a ele se referisse⁸⁵ e no movimento da ideologia da cidade modelo, para esconder os traços do passado.

De qualquer forma, o paradoxo apontado por Meneses é palpável: o esquecimento está sempre interligado a questões da memória, mas não se submete a uma total manipulação.

Terceiro Paradoxo - A memória individual somente emerge quando é socializada – mesmo que através de depoimento autobiográfico. A memória coletiva que deve interessar não é aquela compreendida como a somatória das individuais, “mas aquela que se fundamenta nas redes de interação, redes estruturadas e imbricadas em circuitos de comunicação”, de tal forma que “a perda da memória” não deve ser tratada como uma “perda de uma substância vulnerável”. A “perda efetiva” é, na verdade, a “perda dos elos comunitários” (MENESES, 2007, p. 26).

A esse respeito, dois exemplos são trazidos. O primeiro refere-se a coleções particulares, narrando-se, inclusive, o caso de um colecionador que comprou uma peça idêntica à sua e a mandou incinerar, a fim de ser o possuidor do único exemplar. Outro exemplo é o souvenir, do francês “*souvenir*”, que “significa lembrar, e substantivada, lembrança”. As reproduções da Torre Eiffel, que se adquirem em suas proximidades, são fabricadas como todas “as mercadorias – pela alienação dos sujeitos”, daí que a memória, neste último caso, depende da linguagem: “o souvenir da Torre Eiffel é apenas a referência de que necessito para a narração da minha experiência individual”, concluindo-se que a

⁸⁵ Quando pequenos, nossos pais nos levavam a participar da romaria ao cemitério dos Britos. Todavia, em casa, se, com nossos irmãos, perguntássemos acerca do que os Britos significavam, éramos instados a “não tocar no assunto” (isso, em meados da década de 1950).

“subjetividade e a objetividade não podem ser tidas como excludentes, quanto à memória” – razão pela qual “a polaridade entre memória individual e memória coletiva é aparente” (MENESES, 2007, p. 26 e 27). Aliás, Halbwachs já preconizava que a memória individual necessita de referenciais externos.

A questão, então, é como aderir a memórias que não são nossas, mas da coletividade, pois há um obstáculo importante na transferência de memória, “nos casos de comemoração”:

Como sabemos, comemoração é um dos eventos de memória que não se fundamenta essencialmente na lembrança, na rememoração dos participantes, mas em uma memória já constituída à qual se adere. Este é também o caso do monumento, como forma objetiva de comemoração. Houve momentos em que se podia imaginar o monumento como a cristalização física da memória coletiva. (MENESES, 2007, p. 28)

A situação é diferente, hoje, quando “os monumentos perderam muitíssimo de sua natureza coletiva”, mormente em função de que “o habitante da cidade passou de cidadão a passante” e, a seguir, a simples “passageiro”, deslocando-se de carro ou por transporte coletivo, eliminando “o intervalo”. O monumento, atualmente, sofreu mutações, sendo, por exemplo, ponto de referência: “‘antes’ ou ‘depois’ do monumento” tal, ou defronte ao prédio “x” (MENESES, 2007, p. 28).

Há, inclusive, casos de antimonumento, como o da cidade de Harburg, na Alemanha, a vítimas do nazismo. Trata-se de um buraco no chão, constituído de uma espécie de bacia, com uma lâmina de chumbo na entrada que, à medida em que recebe as inscrições de memórias individuais, vai sendo enterrada na bacia, paradoxalmente impedindo que outros as leiam.

Ou seja, no vórtice do movimento pela busca de referências coletivas, composta por reminiscências individuais, estas últimas podem ser enterradas, numa contradição entre o lembrar individual e a sua socialização.

Quarto Paradoxo - Este se refere à oposição subjetividade/objetividade. A ocorrência do antimonumento leva à ideia da “subjetivação do que já foi memória coletiva”, estabelecendo uma contradição entre a subjetividade e a objetividade. Explica-se: comemorar, no sentido já exposto, importa na participação com outros, enquanto recordar é experiência individual. Todavia, “memória como ação e como representação não podem ser compartimentadas”. Como exemplo, temos o chamado “rito de fogo novo”, praticado na Grécia, por volta do século VI a.C. Um tronco era transformado numa imagem humana e, depois queimado. O significado referia-se ao renascimento da natureza, ligado à fertilidade humana. Ao longo do tempo, os gregos continuaram a praticá-lo (permanência da memória como ação), mas foram perdendo os significados originais, até que estes desapareceram (perda da memória como

representação). Os gregos acabaram atribuindo ao ato outro significado: seria uma das “escapadelas de Zeus”, em traição a sua esposa Hera – mas, na verdade, ele brincava com uma boneca que, ao final, era consumida em fogo (MENESES, 2007, p. 29-30).

A memória depende de suportes objetivos, “porém não se confunde com eles”, de tal forma que, “quando se trata apenas de resgatar, recuperar, trazer à tona o que já existia objetivamente, concretamente, só podemos resgatar suportes da memória: fotografias, objetos, cadernos de anotações ou relatos, outros documentos” (MENESES, 2007, p. 30). Daí que histórias escritas ou orais, fotos e referências a objetos devem integrar a construção/desconstrução da memória araraquarense, como vimos fazendo.

Uma questão decorrente é a exteriorização da memória, opondo a memória vivida e a externalizada: uma subjetiva e outra objetiva. A memória, originalmente uma experiência internalizada, vai, progressivamente se tornando externa, de tal forma que passamos do que se entende por “ambientes da memória” a “lugares da memória”, como são “espaços, coisas, pessoas, instituições, cerimônias, símbolos, etc., que condensam memória”. Esta, portanto, deixa de estar “difusa nas pessoas”, aparecendo “sintetizada em plataformas precisas e limitadas, os lugares de memória” (MENESES, 2007, p. 31). Essa caminhada ocorre, principalmente, com a invenção da escrita e, depois, com as mídias eletrônicas, passando por museus, bibliotecas e instituições dedicadas à memória. Chega-se, nesse caminho, à ocorrência de um paradoxo: “um homem totalmente desmemoriado, mas tendo à sua disposição uma memória artificial fabulosa” (MENESES, 2007, p. 31), teria, ao mesmo tempo, uma falta e um excesso de posse da memória. Mas tal excesso não significa uma internalização da consciência de pertencimento, que se situa num degrau além do simples acesso a informações. Embora subjetividade e objetividade possam coexistir, com referência à memória, “essa memória externalizada” reflete uma objetivação que, no fundo, não pode, por si só, interferir “no conteúdo” (na verdade, o sujeito, a subjetivação da memória) – observação pertinente. (MENESES, 2007, p. 32).

Diga-se, nesse sentido, que sempre defendemos o referenciamento de quaisquer tipos de memória externa, sejam monumentos, ruas ou edifícios. Transitar pela Rua Padre Duarte ou pela Rua 2, desfrutar da visão do chafariz da praça da Matriz, porém sem referenciamento, nada nos diz, além da informação de onde se está, seja como simples caminho, seja em atividade de lazer. A memória externa necessita de referenciamento, se desejarmos que seja introjetada – e cumpra sua função.

Quinto Paradoxo – Quando se indaga acerca do “tempo natural da memória”, normalmente a resposta seria o passado. Meneses afirma que não: o “tempo da memória é o presente, porque

é no presente que se constrói a memória”. Além do mais, a memória do passado se justificaria em resposta a necessidades do presente” (MENESES, 2007, p. 32). Num outro patamar, “os usos todos da memória são usos no presente – tradição só existe no presente das sociedades”, pois ela somente ocorre se for recebida do passado - recepção que se dá no presente. (MENESES, 2007, p. 32). A memória opera num “tempo sincrônico com múltiplas temporalidades” e a “inteligibilidade das transformações da vida [...] precisa do passado para ser identificada e entendida” (MENESES, 2007, p. 32-33).

3.2.3 - Candau e o aspecto fisiológico

Joel Candau (2005) mostra, com base em diversos autores, as sedes das operações de memória no cérebro: a espacial, “na região do hipocampo e do córtex cerebral”; a memória explícita “principalmente no lobo temporal, o córtex pré-frontal e o hipocampo”; a memória de trabalho em “áreas das regiões corticais pré-frontais tais como os córtex cingular anterior, parietal e occipital”; memórias não declarativas, como “capacidades motoras e perceptivas, os hábitos” nas regiões do cérebro como “amígdala, cerebelo e gânglios da base”, além de registrar que existe uma “lateralização hemisférica das nossas capacidades memoriais” (CANDAU, 2005, p. 18)⁸⁶.

Bergson afirmara que “não há nem pode haver no cérebro uma região onde as lembranças se fixem e acumulem” (BERGSON, 1999, p. 146). Candau, todavia, dá-nos notícia de pesquisas fisiológicas que apontam as sedes de processamento das memórias. Entretanto, ele adverte:

Se este órgão complexo está longe de ter revelado todos os segredos da memória, as ligações entre certas regiões do cérebro e as aptidões mnésicas específicas foram cientificamente estabelecidas desde meados do século XIX, no seguimento das experiências de Paul Pierre Broca. Na maior parte das vezes, o avanço dos conhecimentos veio da patologia. (CANDAU, 2005, p. 17)

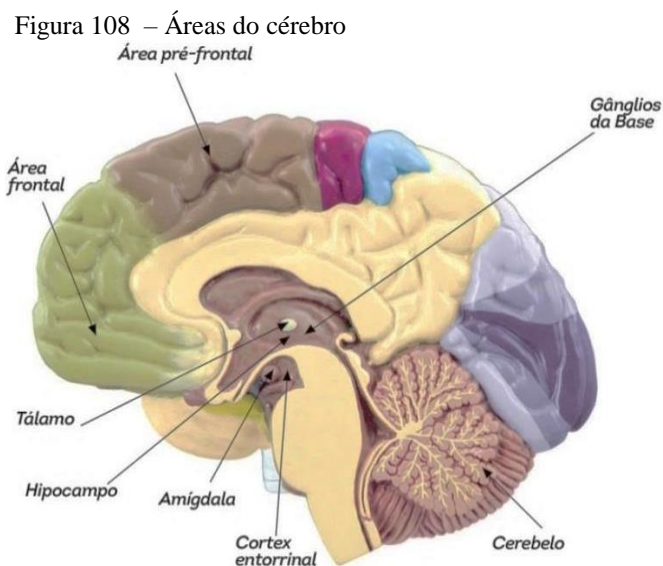
E, adiante, registra:

Graças às técnicas modernas de obtenção de imagens cerebrais [...], à visualização *in vitro* e não invasiva dos cérebros humanos no decurso de uma atividade cognitiva é possível atualmente saber-se muito mais acerca do funcionamento da nossa memória, mesmo que não sejam ainda totalmente dominados os efeitos de definição (em termos de resolução de imagens). (CANDAU, 2005, p. 18)

Entre os exemplos de tais avanços, aliás, já referidos de modo geral, estão, agora relacionados, abaixo, de modo mais específico (CANDAU, 2005, p. 18):

⁸⁶ A “sabedoria” popular recomenda que se conte até 10, antes de tomar uma decisão precipitada, a fim de transferir a operação mental, em andamento, de um hemisfério para outro: o lado esquerdo do cérebro lidaria com a razão (contar) e, o direito, com as emoções (vivenciadas na ocasião).

- as bases neurais da nossa memória espacial ficam na região do hipocampo e do córtex entorrinal (FYHN *et al.*, 2004; LEUTGEB *et al.*, 2004, *apud* CANDAU, 2005);
- o hipocampo desempenha papel importante na memorização, consolidando a memória de curto em longo prazo, ao transferi-las para o córtex cerebral (EDELMAN e TONONI, 2000, p. 64, *apud* CANDAU, 2005);
- há reforço dessa consolidação durante o período de sono (WAGNER *et al.*, 2004; GAIS *et al.*; MARQUET *et al.*, 2000, *apud* CANDAU, 2005);
- a memória explícita tem base no lobo temporal, córtex pré-frontal e hipocampo;
- a memória de trabalho ocupa áreas das regiões corticais pré-frontais, como córtex cingular anterior, parietal e occipital (LAROCHE, 2003: 23, *apud* CANDAU, 2005);
- regiões como a amígdala, cerebelo e gânglios da base operam formas de memória não declarativa (por exemplo, as capacidades motoras e perceptivas, os hábitos).



Fonte: elaborado pelo Autor (arte final de Miguel A. F. Demarzo)

Esses aspectos físicos trazidos por Candau, evidentemente não invalidam os estudos clássicos de Bergson e de Halbwachs ou as ponderações de Meneses: simplesmente nos dão elementos da localização de onde opera a memória no cérebro.

Candau conclui: “desta apresentação sucinta do suporte anatômico da memória deduz-se uma concepção politópica desta faculdade. Existe um grande número de áreas implicadas nos diferentes tipos de memória” (CANDAU, 2005, p. 18).

3.2.4 – Esquecimento

“Memória e esquecimento são faces do mesmo processo de rememoração, que se dá no entrelaçar de lembranças”, afirma Whitaker (2010, p. 47).

Bosi (1994, p. 46), ao discutir aspectos da memória, nos diz, a respeito do enriquecimento da percepção, que esta seria “o mero resultado de uma interação de ambiente com o sistema nervoso”, entrando, igualmente, “no jogo perceptivo: a lembrança que ‘impregna’ as representações”. E registra que “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 1994, p. 47 – grifos no original).

Portanto, ao se discorrer acerca de memória, seria aconselhável referir-se ao esquecimento.

Whitaker *et al.* (2010, p. 12) registram a “destruição de registros, prática comum no passado, baseada em argumentos hipócritas de que se precisava proteger a reputação do país” e que “o esquecimento acontece muito mais por processos e motivos ideológicos, do que por espontâneos movimentos da memória coletiva”.

E acrescentam:

A função do esquecimento, na maioria dos casos, é de impedir tomadas de consciência que derrubariam barreiras e colocariam reivindicações indesejáveis para as classes dominantes. Ou seja, o esquecimento, nesses casos, é um instrumento de poder. [...] É muito recente no Brasil, a consciência da preservação e restauração dos monumentos históricos. Muitos deles, porém, são destituídos de significados, já que não existe a preocupação de inseri-los no quadro histórico que lhes daria sentido. Não esquecer que os heróis populares raramente são homenageados com qualquer menção. Onde estão as estátuas de Zumbi ou do “almirante negro”, por exemplo? (WHITAKER *et al.*, 2010, p. 12 e 13 – grifos nossos)

Acrescentaríamos, perguntando: e as estátuas de Wallace Leal e dos Britos?

Se, quanto à memória individual, “o esquecimento é inevitável [...] na medida em que a memória não pode ficar saturada de fatos, o que no limite a impediria de funcionar” (ISQUIERDO, 2003, *apud* WHITAKER, 2010, p. 47), ou, mesmo, por questões patológicas, quanto à memória coletiva, “o esquecimento se alimenta das angústias que provocam certas lembranças, e nesse caso, as relações com a [memória] individual são intensas e evidentes, ou são fruto da ideologia (no sentido marxista de falsa consciência)” (WHITAKER, 2010, p. 48).

A autora apresenta, então, uma “tipologia para o esquecimento coletivo” (WHITAKER, 2010, p. 48-49):

- a) – esquecimento por “impossibilidade de ‘lembrar’, obstacularizado pela ideologia”, (exemplificamos com o caso dos Britos, cujo suplício virou tabu);
- b) – “destruição deliberada da memória”, por “mudança violenta no regime político” com destruição de monumentos (exemplificamos com a ordem de queimar arquivos, por Rui Barbosa - v. fls. 172-173);

- c) – “descaso com o patrimônio histórico, seja arquitetônico, seja paisagístico” , o qual “acompanha a expansão do Capitalismo” (exemplificamos com a deterioração de nossos marcos urbanos);
- d) – o que a autora batiza de “desinvenção da tradição” (exemplificamos com a empreendida por Truzzi e Follis, comentada nas fls. 51 a 53, em face de Pedro José Neto como fundador de Araraquara).

Whitaker refere-se, também, ao que é trazido na obra “A Invenção das Tradições” (HOBSBAWM e RANGER, 2006), em que são narradas “algumas estratégias inventadas por colonizadores europeus com supostas raízes em tempos imemoriais” (HOBSBAWM e RANGER, 2006, *apud* WHITAKER, 2010, p. 48), como, por exemplo, os famosos “padrões de xadrez” que “representariam os clãs da Escócia” (WHITAKER, 2010, p. 49), além de “rituais impostos aos chefes locais na Índia e na África” (WHITAKER, 2010, p. 50), embora nem todas as “invenções”, sejam más, como “indica a ‘invenção’ do 1º de maio” (WHITAKER, 2010, p. 51).

A diferença entre as ideologias e as tradições inventadas está no fato de que aquelas “são complexos de ideias altamente elaboradas” e “que mergulham raízes na estrutura e jamais poderíamos saber exatamente quando foram ‘inventadas’”, enquanto “as tradições inventadas têm data e local de nascimento” (WHITAKER, 2010, p. 51-52).

Enquanto isso, nós, no Brasil, “nem cultivamos a memória histórica com a mesma veneração, nem inventamos tradições com a mesma astúcia – nem para o bem e nem para o mal” (WHITAKER, 2010, p. 52), embora não nos falem exemplos que poderiam ser aproveitados: a Cabanagem (Pará) e a Cabanada (Pernambuco)⁸⁷, a epopeia dos Quilombos, os rituais da Igreja, a família real brasileira (Orleans e Bragança), quase desconhecida do público, as igrejas barrocas de Minas Gerais, etc. Chega-se a afirmar, inclusive, que Zumbi nunca existiu ou se destrói o Mito dos Bandeirantes (seja isso bom ou não), esquece-se da epopeia do Caçador de Esmeraldas, “estão querendo desinventar o Aleijadinho” etc (WHITAKER, 2010, p. 56-61).

Aqui vale recordar aquele registro especial acerca de documentos da escravidão. Quando da Abolição, não houve pagamento de quaisquer indenizações aos donos de negros escravizados, muito embora isso tenha sido cogitado. Aliás, por que se deveria indenizar os donos? O certo seria indenizar os próprios negros escravizados.

⁸⁷ Como se sabe, a Cabanagem ocorreu em 1835 e se inspirou na Cabanada (ou Revolta dos Cabanos), que ocorrera em 1832. Os nomes fazem referência às habitações simples dos revoltosos, as cabanas (DEL PRIORE, 2016b, p. 27-30).

Porém, o preço para que tal indenização absurda não fosse paga foi enorme. Afinal, teria sido justamente para evitar que qualquer petição pudesse ser feita pelos escravocratas que Rui Barbosa, ministro das Finanças do primeiro governo republicano, assinou o despacho de 14 de dezembro de 1890, determinando que todos os livros e documentos referentes à escravidão existentes no Ministério das Finanças fossem recolhidos e queimados na sala das caldeiras da Alfândega do Rio de Janeiro. Seis dias mais tarde, em 20 de dezembro, a decisão foi aprovada com a seguinte moção: “O Congresso Nacional felicita o Governo Provisório por ter ordenado a eliminação nos arquivos nacionais dos vestígios da escravatura no Brasil”. (BUENO, 2012, p. 20-21)

Porém, tais vestígios cobram contas sociais até hoje. O Brasil, de qualquer forma, ficou privado, assim, de fundamental documentação acerca do período escravocrata.

Outro exemplo, de que se toma conhecimento mais recentemente, sobre a tentativa de poderosos interferirem na memória dos povos, refere-se a Felipe II, rei da Espanha que, em 1577, determinou a “apreensão e proibiu que se empreendessem trabalhos semelhantes no futuro”, da obra do frei franciscano Bernardino de Sahagún, que, com base em documentos e relatos registrara – do ponto de vista dos vencidos – a invasão espanhola ao México (BAUDOT, 2019, p. 30)⁸⁸, o que depunha contra os espanhóis.

No tocante a Araraquara, recorde-se que, após o episódio dos Britos⁸⁹, ao qual iremos nos referir seguidamente, a cidade passou a ser discriminada por quase todo o Brasil, razão pela qual um grupo de políticos (precedidos por movimentos populares) empreendeu uma espécie de reforma na cidade, a fim de transformá-la num modelo, removendo marcas dos acontecimentos, por exemplo, “durante o governo de Dario de Carvalho⁹⁰, quando ele promoveu a urbanização do largo da Matriz, apagando, como diz Telarolli, os vestígios que lembravam a cena do crime” (SOUZA, 2003b, p. 33), uma vez que tio e o sobrinho haviam sido assassinados naquele largo.

Em Araraquara, igualmente, persiste o olvido de personagens, como o Conde do Pinhal (responsável pelo movimento que trouxe a estrada de ferro, marco fundamental da história de Araraquara), sem qualquer homenagem à sua memória. Também, parcialmente, Antônio Tavares Pereira Lima (1918-1977), Figura 109, a seguir, o segundo prefeito eleito em Araraquara (1951-1955), embora seja nome de rua no Jardim das Estações e de uma escola no Jardim Pinheiros, engenheiro da EFA, fundador da AFE, de um antigo clube de Araraquara, já extinto, a Associação Desportiva Araraquara – ADA, além do time de futebol do América, de São José do Rio Preto (SP) onde, inclusive, foi vereador. Segundo o entrevistado Domingos

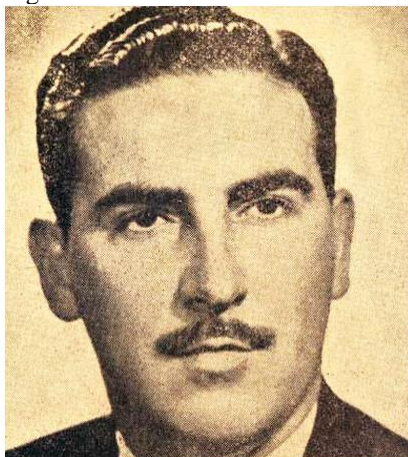
⁸⁸ O documento foi salvo pelo Superior de Frei Sahagún, Rodrigo de Sequera, que o escondeu, inclusive do próprio autor (BAUDOT, 2019, p. 29-30).

⁸⁹ Ver TELAROLLI, 1997, principalmente pp. 66-77.

⁹⁰ Dario Alves de Carvalho (prefeito 1911-1913 e 1914-1916) era um dos filhos do Cel. Antônio J. de Carvalho e esteve envolvido no assassinato dos Britos, tendo sido absolvido em julgamento fraudado (v. Britos, fls. 57 a 73, neste trabalho).

Carnesseca Neto teria elaborado, em 1965, a pedido da Prefeitura de Araraquara, um laudo acerca do antigo Teatro Municipal, atestando que não necessitaria ser demolido (v. fls. 90 e 285). Mas há o esquecimento, também, de uma figura de menor importância, mas folclórica: Osvaldo Salvador, o Lua, hoje com 80 anos, torcedor-símbolo da AFE (Figura 110), homenageado por um grafite sob o Terminal Rodoviário da cidade.

Figura 109 – Pereira Lima



Fonte: Site da Câmara

Figura 110 - O Lua



Fonte: Peroni (2016, p. 65)

O esquecimento, como fenômeno social, pode ser entendido como o esmaecer de memórias importantes na trajetória histórico-cultural de uma comunidade. Se aí houver intenção de “desocupar espaço”, tanto poderia ser por motivos ideológicos ou por desconhecimento do que representam certos marcos culturais. O resgate de tais fatos ou marcos tem, igualmente, a vantagem de valorizar aquelas pessoas que vivenciaram a história e o destino de tais referências.

A primeira medida prática seria resgatar, do passado, a valorização da sabedoria dos mais velhos, que já foi tão intensa antes da modernização do país. Esta medida é fundamental para elevar a autoestima dos idosos, oprimidos, muitas vezes, por suas dificuldades em lidar com as modernas tecnologias. (WHITAKER, 2007, p. 154)

Uma das funções do pesquisador social seria, pois, traçar a fronteira entre os motivos ideológicos, daqueles oriundos do simples desconhecimento.

3.3 Cultura

O termo “cultura” pode assumir inúmeros significados. Talvez seja uma das palavras mais impregnada de polissemia. Ela possuía, em sua origem, o significado de “tendência a crescimento natural”, porém a partir do século XIX foi adquirindo outros significados (WILLIAMS, 2011, p. 18). Stuart Hall (2016, p. 19) confirma que “‘cultura’ é um dos conceitos mais complexos das ciências humanas e sociais, e há varias maneiras de precisá-lo”. Pode ser compreendido como “‘o que de melhor foi pensado e dito’ numa sociedade”, como “obras clássicas” das diversas artes e da filosofia (“alta cultura”), ou das variantes populares (música popular, publicações diversas etc.) – e aí, teríamos a “cultura de massa” ou “popular”.

Por outro lado, respeitar a cultura do “outro” é atitude que, apesar de ser reconhecida como democrática e humana, pode não ser uma opção válida ao aceitar-se como sendo “cultura” (ao menos na acepção que aqui acataremos) aquilo que, na verdade, não o é: cultura da corrupção, da repetência etc. (WHITAKER e BEZZON, 2006, p. 60 e 61), pois reconhecendo tais desvirtuamento como válidos, sem os combater, corre-se o risco, não de reconhecimento e tolerância, mas de dominação pelo “outro”.

No sentido de “tudo o que seja característico sobre o ‘modo de vida’ de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social” (definição antropológica): “afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro”, sendo que “a cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento” (WHITAKER e BEZZON, 2006, p. 20 - grifos nossos).

Portanto, a cultura pode ser definida como “o sistema integrado de padrões de comportamento aprendidos, os quais são característicos dos membros de uma sociedade e não o resultado de herança biológica” (HOEBEL e FROST, s/d., p. 03-04).

Na mesma direção, temos, portanto, que:

Cultura deve ser entendida como um complexo estruturado, formado, não só de técnicas e práticas materiais, como também de valores, normas de conduta, juízos, leis, moral, artes e, principalmente, padrões de comportamento, tudo compondo uma trama de símbolos que dá significado às ações dos seres humanos que vivem essa cultura. (WHITAKER e BEZZON, 2006, p. 65)

Por aí se vê que a memória desempenha papel fundamental na cultura, a qual é a responsável pelo processo de *socialização* e que transforma o *animal* humano num *ser* humano.

Os bebês, apesar de não serem humanos, são indivíduos biologicamente *hominizados*, descendentes de populações pertencentes ao gênero *Homo* e à espécie *Homo sapiens sapiens*. (VIERTLER, 1988, pp. 08-09)

Em tal sentido, a linguagem é o veículo por excelência de transmissão da cultura, o que não se operaria sem a memória.

Se a cultura nos permite ser civilizados – um dos traços distintivos do ser humano -, deve dar-nos a consciência de espécie, de responsabilidade com os demais, a compreensão de que formamos, todos, um único sistema e que a alteração de uma das partes repercute nas demais.

Roy Wagner (2012, p. 195) relembra que “normalmente não pensamos no eu como produto da ação humana, e menos ainda da sua própria ação”. Ou seja, em geral não temos consciência de que somos o produto da imersão na cultura e que esta nos molda, influenciando o próprio eu.

Todavia, é bom recordar que não se trata de uma “fabricação em série”. Há sempre espaço para a invenção, não nos devendo esquecer de que, ao cabo, ainda possuímos “impulsos naturais, tais como ‘instintos’, ‘propensões’ e uma ‘necessidade de gratificação’” (elogios são sempre bem vindos) – sendo, necessário, todavia, mantermo-nos alertas ao fato de “quão facilmente ‘necessidades’ são criadas pela propaganda” (WAGNER, 2012, p. 196).

Segundo Hall, existe uma conexão “entre ‘representação’ e ‘cultura’”, e “colocando em termos simples, cultura diz respeito a ‘significados compartilhados’” (HALL, 2016, p.17), reforçando a concepção de ser a linguagem o meio por excelência de compartilhar significados, ou melhor dizendo, em nosso caso, a cultura:

Ora, a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório-chave de valores e significados culturais. (HALL, 2016, p. 17)

A cultura, de tal forma, é apanágio do ser humano, que nela mergulha desde o momento evolutivo em que se vai transformando de símio em ser humano:

Cresce o neocortex cerebral, há a modificação da pélvis, até que, há cerca de 200 mil anos, surge o *homo sapiens sapiens*. Temos, em verdade, dois cérebros: um animal, límbico, e o neocortex, **desesperadamente necessitado de cultura. O ser humano não nasce homem; é a cultura que o humaniza**, que programa (quase num sentido cibernético) o homem, de tal sorte que **se a cultura se desarticula, desarticula-se a humanidade, mesmo que seja a de um só grupo**. Num conceito antropológico, a cultura nos produz e produzimos a cultura. Se se altera algo (principalmente na técnica) há um rebote nas demais áreas. (WHITAKER, 2012 – aula, informação oral – grifos nossos)

Clifford Geertz registra que “o cérebro do *Homo sapiens* é três vezes maior que o dos Australopithecíneos” e que “a maior parte da expansão cortical humana seguiu, e não precedeu, o ‘início’ da cultura” (GEERTZ, 2008, p. 47). Portanto, o crescimento do cérebro humano vai ocorrendo enquanto o conjunto de saberes é ampliado e desenvolvido geração após geração.

O êxito da espécie humana ocorre, por consequência, em função de um diferencial: o homem “difere dos outros animais por ser o único que possui cultura” (LARAIA, 1986, p. 24), o que está longe de ser um processo isento de traumas:

O contato com o meio cultural não se faz sem dor. A todo momento, a sociedade é invadida por pequenos bárbaros e a adolescência é o embate maior. O aculturando não recebe passivamente a cultura, mas dialoga com ela, que se vai transformando. O ser vai adquirindo personalidade, havendo uma dialética entre cultura e indivíduo. (WHITAKER, 2012- aula, informação oral - grifos nossos)

Sem a ação civilizadora da cultura, os seres humanos

[...] seriam monstruosidades incontroláveis, com muito pouco instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos. Como nosso sistema nervoso central – e principalmente a maldição e glória que o coroam, o neocortex – crescem, em sua maior parte em interação com a cultura, ele é incapaz de dirigir nosso comportamento ou organizar nossa experiência sem a orientação fornecida por sistemas de símbolos significantes. (GEERTZ, 2008, p. 35)

A cultura deve, sobretudo, dar-nos a consciência de que o seu acúmulo através das gerações permitiu-nos ter um poder sem precedentes, tanto para o bem, quanto para o mal. A escolha será nossa. Se o homem, subitamente, deixasse de existir, provavelmente não se notaria a sua ausência, a não ser, provavelmente, por uma melhora da situação do planeta – que seguiria indiferente a tal conclusão. A responsabilidade do homem, como é evidente, ultrapassa sua existência como espécie e somente a cultura pode lhe valer como porto seguro.

Assim, estando envoltos pela cultura, haveremos de obter o sentido de pertencimento, cultivando “a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a que ‘pertencemos’” (HALL, 2016, p. 21). Todavia, no caso de Araraquara, a cultura, em termos de memória, vem sendo abandonada com a deterioração e esmaecimento da maioria dos seus marcos urbanos.

3.4 - Ideologia e Poder

Quando relatamos o caso dos Britos e seus desdobramentos, incluindo o movimento da chamada “Ideologia da Cidade Modelo”, observamos a atuação de campos de forças, às vezes explícitos, outras, nem tanto.

Por exemplo, no embate entre Rozendo Brito e o Coronel Antonio J. Carvalho, percebe-se que se digladiam uma facção da classe dominante (os Carvalho) de um lado e, de outro, Rozendo e a opinião pública, além de uma outra facção da classe dominante (mas não detentora do poder político, os Pinto Ferraz). Quanto à “cidade-modelo”, que defendia a reforma completa do espaço urbano para erradicar a fama de “Linchaquara” que tanto incomodava, deve-se indagar se o grupo que liderou tal movimento ouviu, antes, o povo. Pois eram políticos detentores do poder que impuseram seu pensamento na remodelação da Praça da Matriz e na construção de inúmeros prédios e serviços: não importa se toda essa movimentação pode ter trazido benefícios ou não – o que importa que foi um movimento decidido e levado adiante pelas classes dominantes.

Abramos um parênteses, para que não se passe, eventualmente, a acreditar que, antes da “repaginação” referida, a cidade pudesse ser um local despido de vida. Apele-se, por exemplo, para Telarolli (1997, p. 27), ao citar a edição de O Estado de São Paulo, de 28/01/1897, acerca da “próspera Araraquara”, poucos dias antes dos acontecimentos dos Britos:

Em fins de janeiro de 1897, acaba de viver a cidade as festas religiosas do Divino e de São Sebastião, “que estiveram brilhantíssimas”, graças aos esforços do padre Cesarino e de outras prestigiosas pessoas da comunidade. “Cerimônias corretas, procissões concorridas, orquestras e bandas de música muito razoáveis, leilões muito disputados, fogos de artifícios esplêndidos, cosmoramas com vistas sobre a revolta de 6 de setembro⁹¹, circo equestre, ginástico, acrobático, com leão, onça, cachorros e outros bicharocos, fonógrafos em duplicata e, como nota dissonante, para fazer realçar o resto, um desconcerto de cítara executado por um professor (?) que tinha a habilidade de nos fazer arrepiar os cabelos com os irritantes sons que conseguiu tirar de tão delicado instrumento. Bailes, dois no Clube Araraquarense, que estiveram magníficos. Povo em quantidade. Ordem completa. Não se podia desejar mais.”

Porém, voltemos. Numa acepção mais ampla, ideologia pode significar “conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos” (HOUAISS *et al*, 2009, p. 1043). No sentido que nos interessa, verificaremos que, embora guarde algumas semelhanças com a concepção de cultura que adotamos, a ideologia opera de forma diversa, servindo muito mais ao poder:

Todos os processos de dominação, de poder, não são processos de cultura, mas de ideologia, embora haja quem a considere como parte da cultura. A ideologia é um processo de poder, que pode interseccionar com a cultura. Esta última é prazerosa, lúdica. (WHITAKER, 2012 – aula, informação oral).

⁹¹ Refere-se à Revolta da Armada (06/09/1893), da marinha brasileira, ao que consta com o apoio de monarquistas descontentes com os rumos da república.

A classe que possui o poder material passa a pretender, também, dominar o poder espiritual e o intelectual, tentando transportar seus pensamentos dominantes para as demais (MARX e ENGELS, 2007, p. 48).

No caso de Araraquara, em fins do século XIX e início do século XX, os coronéis da chamada Guarda Nacional tinham as rédeas do poder, num sistema de trocas de favores para governar encampado pelo chamado “coronelismo”. Conforme Telarolli (2003, p. 120), os municípios – no caso, especificamente, Araraquara -, eram localidades normalmente sem recursos e se valiam do prestígio dos detentores do poder para construir um canal de reivindicações junto ao governo geral. Atendido, o chefe político local crescia em prestígio, com o qual manipulava os eleitores a fim de perpetuar o *status quo*, num círculo vicioso de troca de favores. Porém, de regra, tais coronéis eram “homens truculentos”, não admitindo oposições, embora favorecessem os seus partidários. Ao mesmo tempo, a massa assim conduzida, tocava seu dia-a-dia crendo ser normal a situação das coisas com estavam.

As justificativas, portanto, para desvendar e explicar todos os aspectos da vida, são aquelas fornecidas pelas classes dominantes, que delas se servem para manter o poder, esmaecendo as perspectivas dos dominados, já que

[...] em termos do materialismo histórico e dialético [...] a ideologia é um dos instrumentos da dominação de classe e uma das formas da luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados. (CHAUÍ, 2008, p. 82)

Essa estrutura de dominação e poder procura apontar como “naturais”, ou “justas” ou “legais”, privilégios das classes dominantes, encasteladas nos poderes do Estado e no funcionamento das suas denominadas instituições, como, por exemplo, o legislativo, o executivo e o judiciário. Modificá-la é extremamente difícil, embora possível, através de revoluções ou reformas que venham a atender reivindicações das classes dominadas, quando, por alguma forma, passam a perceber a real dimensão do domínio a que estão submetidas (exemplificadamente, através do trabalho de uma imprensa livre). Trata-se, assim, de um disvirtuamento de perspectivas, fazendo “com que os homens criam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem, e os preguiçosos empobrecem”, sendo que a sociedade “permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar”. Sabe-se, porém, que as tais “chances”, em realidade dependem “de quem possui os meios e as condições do trabalho” (CHAUÍ, 2008, p. 76). Em tal sentido, a ideologia afirma que existiria um igualdade entre os

seres humanos “perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes” (CHAUÍ, 2008, p. 77).

No caso dos Britos, foi a imprensa, através da sequência de notícias que acompanhou os episódios, que levou à luz do dia as intenções dos coronéis em encampar um esquecimento dos fatos, no que se julgaram exitosos. Debalde: a consciência do que realmente ocorrera veio à tona e acompanha a memória coletiva de Araraquara (SP).

Quanto ao poder, em especial, encontramos uma definição aceitável em Moisés Naím (2013, p. 35 e 36): “Poder é a capacidade de dirigir ou evitar ações futuras de outros grupos e indivíduos. Ou, dito de outra forma, poder é aquilo que exercemos sobre os outros para que tenham condutas que, de outro modo, não adotariam” (grifos no original).

Aqueles que detêm o poder têm a perspectiva de mantê-lo. Já em sua época, Aristóteles admitia um “sintoma patológico” no exercício do poder político, qual seja, que “devido às vantagens materiais que se tira dos bens do Estado ou que se alcança pelo exercício da *archein*⁹², os homens desejam permanecer continuamente em suas funções” (Aristóteles *apud* LEBRUN, 1984, p. 26). Tal poder, entendida a política como a “atividade social que se propõe a garantir pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular” (FREUND, p. 177, *apud* LEBRUN, 1984, p. 11) está presente na história. De regra, nesse sentido, a “força não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios de influir no comportamento de outra pessoa” (LEBRUN, 1984, p. 11 e 12). A força seria a “canalização da potência, é a sua determinação”, sendo potência “toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social” (LEBRUN, 1984, p. 12). Como já referimos, no caso do coronelismo mandante em Araraquara, a situação da estrutura do poder era mantida por troca de favores entre o município e o governo do Estado, bem como entre o chefe político e seus partidários. Mas não hesitavam em usar de força bruta contra aqueles que, acaso, fugissem de sua influência ou lhes exercessem oposição.

Se examinarmos a História, verificaremos que, no início, o poder advinha primordialmente da terra. Era a propriedade que dava ao possuidor a influência sobre o destino dos não-possuidores, determinando alternativas na evolução social. Foi esse o tipo de poder que estava na base do coronelismo. Com o tempo, a partir, principalmente, da Revolução Industrial, o acúmulo de capital passou a ser uma das molas propulsoras do poder:

⁹² De “*arché politiké*”, “o princípio e direção da Pólis”, a cidade grega. (LEBRUN, 1984, p. 16).

o dono da fábrica, por exemplo, podia não só comprar a terra, mas fabricar e vender as máquinas.

Na sociedade contemporânea o poder deslocou-se para o conhecimento:

Cada vez mais vastas áreas da vida humana foram governadas pela difusão sistemática de conhecimento, determinando a grande expansão econômica da segunda metade do século XX. As mais esotéricas inovações da ciência foram se transformando quase imediatamente em tecnologias práticas. Os *lasers*, apenas vinte anos após pesquisados nos laboratórios, chegaram ao consumidor como *compact discs*. Menos tempo se passou entre a descoberta do DNA e o uso corriqueiro da biotecnologia na medicina e na agricultura. (DUPAS, 2001, p. 14)

Não se quer afirmar que o poder do patrimônio, ou do conhecimento, ou da informação, sejam excludentes. Todavia, faz-se necessário registrar que a difusão do uso das redes sociais estaria causando certa alienação estrutural da sociedade.

Poder, assim, seria entendido como uma assimetria de influências entre dois grupos, ou entre uma pessoa e um grupo (ou vice-versa), principalmente por força do conhecimento – seja de cultura, seja de capital social, construído por coleguismo e amizade. O grupo dominante em Araraquara por ocasião do episódio dos Britos era liderado pelo Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, o qual fizera o curso na Faculdade de Direito de São Paulo com, entre outros, dois futuros presidentes da República, passando antes pelo governo do Estado (Campos Salles e Prudente de Moraes).

Anthony Giddens (1991, p. 54) afirma que a “apropriação do conhecimento não ocorre de uma maneira homogênea, mas é com frequência diferencialmente disponível para aqueles em posição de poder, que são capazes de colocá-lo a serviço de interesses seccionais”. Ora, se assim é, a parte mais forte na assimetria do poder tenderia a possuir conhecimento mais abrangente e profundo do que a parte mais fraca. Veja-se o poder de conhecimento no caso de Rozendo Brito, o que o levou a não aceitar passivamente o que enxergava como desmandos da família Carvalho, em especial do seu anterior protetor, Antônio J. de Carvalho. Este, por sua vez, como já referido, tendo sido colega de Campos Salles e Prudente de Moraes (CORREA, 2008, p. 164), tinha o poder do relacionamento político, integrando uma elite de governantes.

Todavia, como assinala Alvin Toffler (1990, p. 28), “[o] chefe do escritório e o supervisor da fábrica estão descobrindo que os operários já não aceitam ordens cegamente, como faziam antigamente”, ou que “os oficiais militares estão aprendendo a mesma coisa com relação aos seus soldados. Os chefes de polícia, com relação aos seus policiais. Os professores, cada vez mais, a respeito de seus estudantes”. Ao tempo do Coronel Carvalho,

todavia, o Tenente Soares, escorado no poder do chefe, praticou desmandos que resultaram em acontecimentos importantes na história araraquarense.

Portanto, no episódio dos Britos, o poder induziu os acontecimentos (Rozendo desafiava o poder político local), o seu desdobramento (assassinato do Coronel Carvalho e, posteriormente, do tio e sobrinho), encenou uma “solução” (atribuir ao “povo” o linchamento, quando se tratava de empregados da família Carvalho, dominante na política), criou um cenário de impunidade aos poderosos (transferiu-se a sede para Américo Brasiliense, com um júri escolhido a dedo, longe da população da cidade) e, finalmente, tentou influir para o “esquecimento” do caso.

Concluindo, pode-se afirmar que o poder é um desequilíbrio num determinado campo de ação, podendo não só apresentar-se em vários graus de intensidade, como também, concomitantemente, em direções opostas ou concorrentes, conforme as disponibilidades de forças incidentes e disponíveis pela natureza daquele referido campo de forças. Podemos ser eleitos ou votar, podemos obrigar, como policiais, que a corrente de trânsito se desvie ou, mesmo, aplicar multas. Podemos submeter uma comunidade ou toda uma nação à nossa vontade, como também sermos depostos, dependendo do campo de forças que atuem numa dada situação.

Em todos esses casos, faz-se necessário reconhecer as forças incidentes e disponíveis nos respectivos campos de ação.

Daí, defendermos a proposição de que o poder e a ideologia são, também, fatores a serem considerados como indutores da construção e da desconstrução da memória coletiva. Foi o sistema de poder operante no final do século XIX e início do XX que engendrou os acontecimentos que resultaram na morte dos Britos. Rozendo Brito desejou alterar o equilíbrio de forças, mas o sistema era-lhe desfavorável. Os idealizadores da chamada “ideologia da cidade-modelo”, quando decidem remodelar Araraquara, têm os meios e poderes que permitem fazê-lo – daí, por exemplo, a construção do conjunto arquitetônico que era integrado pelo antigo Teatro Municipal, cuja demolição, por sua vez, em antítese, foi propiciada (apesar de forças contrárias tentarem impedir a ação) pela supremacia do poder interessado na sua destruição.

3.5 - Topofilia e Oikophilia

Esses dois conceitos trazem contribuições para o nosso estudo, pois se referem às ligações desenvolvidas entre o ser humano e o lugar que habita – seja o espaço físico como

um todo, seja, em especial, o seu lar. Assim, diz respeito a pertencimento, fazer parte de algo que se respeita e com que se sente prazer.

Embora o ser humano entre em contato com “o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos” (TUAN, 2012, p. 28), as exigências do ambiente influenciam a cultura local (os esquimós Aivilik, por exemplo, utilizam “pelo menos doze termos independentes para os vários ventos”) (TUAN, p. 29). Duas pessoas não enxergam a mesma realidade, “nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente” (TUAN, p. 21), mas o fato é que nossa ligação com o que nos cerca, através dos sentidos, opera numa faixa conhecida de percepção. Não fica difícil, aqui, ver-se as concepções de Halbwachs ou de Bergson, quando mencionam que as memórias individuais diferem de pessoa para pessoa. Segundo Tuan (2012, p. 21-30), é possível a alguém entrar no mundo de outra (empatia), “apesar de diferenças de idade, temperamento e cultura”, mas não pode fazê-lo com relação, por exemplo, a um cão, que contata uma realidade construída de “cheiros, sons e visões”, bem diversa da nossa (TUAN, 2012, p. 21).

De nossos sentidos, o mais usado parece ser a visão, pois somos “predominantemente um animal visual”, sendo que, dos mamíferos, “só o homem e alguns primatas desfrutam de visão colorida” (TUAN, 2012, p. 22). Nossa capacidade de perceber detalhes de objetos fixos (monumentos, por exemplo) é maior do que a dos outros mamíferos (TUAN, 2012, p. 23). Explica-se, assim, a importância dos marcos urbanos concretos e a necessidade de a eles juntarmos referências, principalmente placas informando do que se trata ou o que ocorreu ali, e a época. O tato é um sentido importante (TUAN, 2012, p. 24); por outro lado, embora sensíveis aos sons, nossa audição não é tão boa, com uma observação, até certo ponto, jocosa, do autor: “talvez porque não podemos fechar nossos ouvidos como podemos fechar os olhos” (TUAN, 2012, p. 25). O ser humano, de regra, não tem olfato apurado, mas reconhece várias categorias de cheiros: o que ocorre é que, hoje, a preocupação, na verdade, está em afastar quaisquer tipos de odores (TUAN, 2012, p. 26).

De qualquer forma, há uma lacuna entre a mente humana e a dos animais que parece residir numa “capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico”, sendo que a existência de uma “linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana” (TUAN, 2012, p. 31). Tal fato, por óbvio, influencia diretamente a memória coletiva e as tradições, propiciando, inclusive, sua manipulação e invenção. Um dos exemplos mais emblemáticos desse fato e que, por certo, envolve grande carga histórica e social (revolta contra os irlandeses e unificação com a Inglaterra), refere-se à “tradição” escocesa do uso do “saiote (*kilt*), feito de um tecido de lã axadrezado (*tartan*) cuja cor e padrão indicam o ‘clã’ a

que pertencem, e quando se entregam ao prazer da música, o instrumento utilizado é a gaita” (TREVOR-ROPER, 2014, p. 27). Essas “tradições” afrontam a verdadeira, que é considerar aqueles padrões e acessórios “como símbolo de barbarismo: o distintivo de montanhese velhacos, indolentes, rapaces e chantagistas” (TREVOR-ROPE, 2014, p. 27). A mudança foi “inventada” entre os séculos XVIII e início do século XIX (TREVOR-ROPE, 2014, p. 29). No Brasil, apesar da disponibilidade de opções, disso não se aproveita, como, inclusive, já registramos, de acordo com Whitaker (2010, p. 52 e 56 -61).

Existem, assim, “semelhanças subjacentes” entre os seres humanos, muito embora “os povos, em diferentes épocas e lugares, construíram seus mundos de maneira muito diferente”, pois uma de suas características é a “multiplicidade de culturas” (TUAN, 2012, p. 31).

Em outras palavras, a sensibilidade humana permite que as pessoas sintam o meio em que atuam utilizando, como dissemos, um equipamento perceptivo básico, comum a todos, embora as características e os marcos dos lugares influenciem, em grande parte, a sua maneira de atuação.

Quanto ao ambiente, o ser humano, hoje, de regra vive, em sua maioria, nas cidades.

Portanto, quando nos referimos a uma ligação entre o habitante da cidade e Araraquara, por certo que haveremos de considerar como impregnados, em seus sentidos, marcos urbanos que caracterizem o lugar. No mundo físico, em Araraquara estarão os trilhos a marcar o centro da cidade e a Vila Xavier, a estação ferroviária, hoje um museu, a igreja matriz que domina o horizonte do centro e o prédio da antiga fábrica de meias Lupo (hoje, um *shopping*), o prédio que abrigou o instituto José Tescari (hoje, museu paleontológico), o antigo matadouro municipal, o conjunto de casarios no perímetro central próximo à antiga estação rodoviária, para ficarmos em alguns exemplos, sem nos esquecermos dos marcos imateriais, como a lenda da serpente, o suplício dos Britos, o lamento pela perda do antigo Teatro Municipal ou a memória de Mário de Andrade escrevendo a obra *Macunaíma* no Sítio Sapucaia.

Ao lado da topofilia, corre o conceito de *oikophilia*, a respeito do qual já nos referimos nas fls. 23:

O amor ao lar – *oikophilia* – tem origem em nossa sociedade na busca por alimento e segurança, mas ele se dissemina em nosso ambiente, em modos mais misteriosos e menos notadamente interesseiros. Caracteriza-se como um chamado à responsabilidade, e reprovava o cálculo. Exorta-nos a amar, em vez de usar; a respeitar, em vez de explorar. Convida-nos a perceber o “doce lar” [*rectius*: nosso meio] da mesma maneira que percebemos as pessoas, não somente como meios, mas como fins. Ele absorve e transforma as motivações auxiliares, duas das quais merecem nossa atenção, uma vez que inspiram a maioria dos mais expressivos

movimentos de preservação em nossos tempos: o amor à beleza e o respeito ao sagrado. (SCRUTON, 2016, p. 227)

E, a seguir, quanto à beleza, o Autor afirma:

Apreciar a beleza de algo é dar-lhe valor pelo que é, e não pelo que faz ou pelos propósitos a que serve. Disso não decorre que o belo seja inútil. Pelo contrário, é o valor intrínseco das coisas belas que as torna úteis. Isso se compara à amizade. Um amigo é valioso pelo que é. Tratá-lo como meio – usá-lo para propósitos específicos – significa exatamente desfazer uma genuína amizade. [...] Portanto, a amizade é algo supremamente útil, desde que não a tenhamos por sua utilidade. (SCRUTON, 2016, p. 228)

Portanto, quando se trata o meio ambiente como um instrumento, como uma ferramenta, como algo descartável, por certo que desaparece o seu “bom uso e o mau uso”, o que parece ter despertado uma nova consciência entre os jovens: “A visão instrumental da natureza, ao colocar um preço sobre tudo, acabou por gerar uma profunda repulsa entre os mais jovens, cujo sentido de sacrilégio foi despertado, em contraste com os hábitos exploradores de um mundo utilitarista” (SCRUTON, 2016, p. 228).

Daí, a importância de emprestar ao meio ambiente – no caso, estamos falando da cidade e dos seus marcos urbanos – o mesmo tratamento não utilitarista:

O sentimento de *oikophilia* caminha nessa direção, o que não nos causa surpresa, uma vez que compartilha as raízes morais da amizade. Ele compreende as formas em que consideramos as coisas ao nosso redor como repletas de significado próprio e insubstituíveis; ou seja, quando não são avaliadas em termos de seus substitutos, mas sim quando são vistas como vemos as pessoas: de um (eu) para outro (eu). (SCRUTON, 2016, p. 229)

Pode-se concluir que marcos urbanos, como índices de memória coletiva, podem despertar aquele sentimento de reverência ao sagrado, desde que referenciados, ou seja, desde que seu significado seja conhecido como um patrimônio cultural comum. O levantamento de marcos urbanos, sua história e seu destino adquirem, de tal forma, grande proeminência.

3.6 - A cidade

Nosso recorte de abordagem da memória coletiva é a cidade, no caso, a de Araraquara (SP). Segundo informações que nos foram passadas pela nossa orientadora, Dra. Dulce C.A. Whitaker (informação oral), existe, atualmente, um forte movimento nos países escandinavos, mormente, na Dinamarca e na Noruega, de uma volta ao viver nas áreas rurais.

Embora seja notória a quantidade de agrotóxicos utilizada nas monoculturas que dominam grande parte da ruralidade no Brasil, também nas cidades os problemas se avolumam. Água tratada é problema mundial. A poluição do ar “mata indiretamente oito pessoas por dia na cidade de São Paulo” (SCHIVARTCHE, 2005, p. 12). O lixo doméstico é outra aflição das cidades: cada pessoa produz “algo em torno de 1,5 quilo por dia”, todos os

dias do ano, ou seja, cerca de 550 quilos por ano (mais de meia tonelada). Para uma cidade como Araraquara, com cerca de 200.000 habitantes, teremos 109.500.000 quilos/ano de lixo doméstico – sem contar com os demais tipos de resíduos, como o industrial, o de saúde, o do comércio - ficando “fácil perceber por que a disposição do lixo doméstico tem se tornado um problema cada vez maior” (SCHIVARTCHE, 2005, p. 37).

As preocupações com tais problemas, na cidade ou no campo, com o meio ambiente, jamais devem ser abandonadas. Todavia, hoje, uma visão macro dos problemas parece remeter a discussão para outro patamar, nomeadamente à deterioração causada pelo avanço do capitalismo.

O agronegócio se tornou um dos maiores fatores da economia nacional. Não é preciso discorrer acerca das implicações da monocultura e da expulsão do pequeno agricultor do seu meio. A agricultura familiar está prejudicada pela industrialização da agricultura. Inúmeros movimentos buscam, todavia, resistir a essa avalanche, lutando por dar lugar, novamente, no campo, ao ser humano que lá deixara suas raízes.

Mas, como já se notou, acerca da preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva nos municípios brasileiros, ao que consta, poucas vozes se levantam.

3.6.1 O fenômeno da urbanização

O século XX foi, de certa maneira, o “século da urbanização”. Globalmente falando, é a partir daí que se pode dizer que a maior parte da população mundial passou a viver essencialmente em centros urbanos de diversos tipos (BARROS, 2007, p. 07).

Assim sendo, “as cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global desde 1950 e hoje o crescimento é de 1 milhão de bebês e migrantes por dia” (DAVIS, 2006, p. 13 e 14). Para se ter uma ideia comparativa, a população urbana hoje “é maior do que a população total do mundo quando John F. Kennedy tomou posse” (DAVIS, 2006, p. 14), em janeiro de 1961.

Fábio Schivartche (2005, p. 11-12) afirma que, quanto ao Brasil, foi na década de 1970 que o país “consolidou seu processo de urbanização, quando o número de moradores das cidades definitivamente ultrapassou os do campo”.

Sem demora, nunca é demais recordar que, em questão organizacional e política, quanto às cidades, “uma primeira questão refere-se à dicotomia entre ‘público’ e ‘privado’, dois níveis em que tende a ser organizada a cidade” (BARROS, 2007, p. 69), o que nos remeteria a questões como o patrimonialismo, na acepção de que se confunde o “público”

com o particular. O que é de todos não pode ser, por definição, entendido como já registramos (fls. 31) como “de ninguém” e, assim, ser destruído ou desprezado.

Se ficam esmaecidos os contornos entre o “comum a todos” e o “somente meu”, esse fato pode contaminar a preservação da memória comum – um pilar do pertencimento – e a consequente valorização do individualismo. Recorde-se, aqui, o episódio da demolição do antigo Teatro Municipal. Mas, com as transformações de cidades de menor porte em grandes aglomerações urbanas, a importância do público e do privado cresce:

Mas a própria noção de “público” e “privado” tem a sua historicidade. É bastante reconhecer, contudo, que quanto mais heterogêneas forem as suas populações, e quanto mais denso for o aglomerado, costuma acentuar-se nas formações urbanas o estabelecimento simultâneo de um espaço público, que pode ser teoricamente de todos, e das reentrâncias privadas, que irão abrigar a diversidade humana da qual se alimenta a própria vida cidadina. (BARROS, 2007, p. 70)

O público e o privado podem, de tal sorte, ser compreendidos como uma crescente desvalorização das ruas. Hoje, a rua não é mais um local de socialização (Figura 111, abaixo), mas simplesmente um meio de se ir de um lugar a outro, um caminho, deslocando a vivência pública para a intimidade dos lares.

No que concerne à história da delimitação entre espaço público e espaço privado, ela correspondeu no urbanismo ocidental à história do moderno confinamento da família na intimidade do lar, esta mesma ligada à história do declínio do espaço da rua como lugar de trocas cotidianas e espaço de socialização. Neste longo percurso do urbanismo ocidental, as ruas vão gradualmente se redefinindo como vias de passagem de pedestres e de veículos – meros fios condutores destinados a conduzir os indivíduos de um espaço privado a outro – e nesta redefinição vão deixando para trás o seu caráter de lugar da socialização. “Rua” e “casa” tornam-se dois polos em franca oposição, tornando-se a última um território íntimo e exclusivo – domínio da vida privada no núcleo familiar – e que não cessa de se subdividir em lugares ainda mais privativos. (BARROS, 2007, p 77)

Figura 111 – A rua como espaço de sociabilização: a atual R. 9 de Julho (1922).



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Veja-se o depoimento de João Batista Ditodaro acerca de sua infância, quando os pais e os vizinhos costumavam sentar-se em cadeiras nas ruas (v. fls. 290). Em contraposição, o prefeito Waldemar de Santi, preocupado com o aumento do trânsito, mandou estreitar as ruas do centro em seu segundo mandato (1989-1992). O antigo Código de Posturas da cidade (1902), determinara que a largura das ruas deveria ser de um metro e sessenta centímetros, no mínimo (TELAROLLI, 2003, p. 125).

O moderno pensar da cidade lança “as bases para uma reflexão sobre a relação dinâmica entre a cidade e o campo”, colocando “a história no centro das possibilidades de compreender a trajetória e os destinos da humanidade” (BARROS, 2007, p. 13).

3.6.2 Outras visões para a cidade

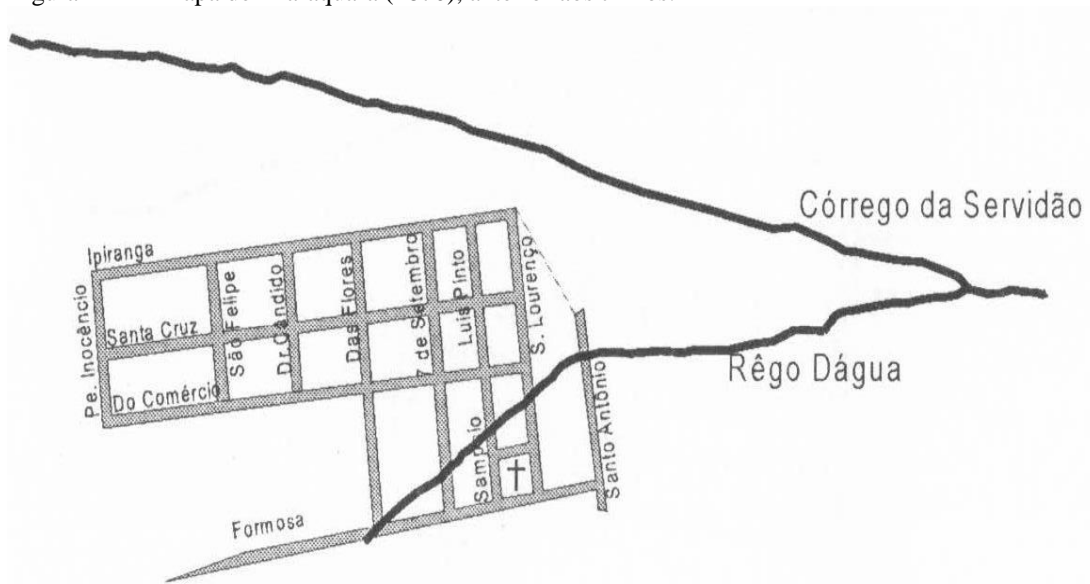
No século XX, “aparecem notadamente as preocupações com a função econômica, com o modo de vida do cidadão, com a forma urbana e sua organização social, com a representação e com o imaginário da cidade, com as relações entre o ‘público e o privado” (BARROS, 2007, p. 17). Conforme os critérios das análises, “[a] cidade torna-se simultaneamente ‘artefato’, ‘produto da terra’, ‘ambiente’, ‘sistema’, ‘ecossistema’, ‘máquina’, ‘empresa’, ‘obra de arte’, ou mesmo um ‘texto’ onde podem ser lidos os códigos mais amplos da sociedade”, culminando com a noção de que “a cidade revela a sua interação com outras cidades, com o campo que a circunda, com o sistema estatal mais amplo”, vale dizer, uma visão sistêmica (BARROS, 2007, p. 17). Em particular, quanto à cidade como *texto*, pode-se entender a expressão como

a escrita produzida pelo desenho das ruas, monumentos e habitações – em duas palavras: a escrita arquitetônica de uma cidade. Trata-se de uma escrita sincrônica, que nos fala daqueles que a habitam, e também de uma escrita diacrônica, que nos permite decifrar a “história” da cidade que é lida. A cidade, em muitos casos, vai superpondo temporalidades, permitindo que habitações mais antigas convivam com as mais modernas. (BARROS, 2007, p. 41)

Araraquara (SP) iniciou-se com um desenho de grade, a oeste do Córrego da Servidão. Com os trilhos, em 1885, muda seu desenvolvimento para leste, até para além da linha férrea; com o tempo, as construções foram mudando, até que com a ideologia da cidade modelo, no início do século XX, há inúmeros melhoramentos e edifícios, dos quais a maioria integrou-se definitivamente à memória coletiva. Ora, isso pode ser lido como um *texto*: a Matriz (ao que parece, interminável), o antigo teatro (que não pode mais ser “lido” ao vivo), o Palacete São Bento (atual Palacete das Rosas e antiga sede do Clube Araraquarense), os atuais Museus MAPA e Voluntários, etc. Nas figuras abaixo, com mapas de 1870, 1877, 1893 e

1908, os dois primeiros anteriores à chegada dos trilhos, pode-se “ler” a sua influência na evolução do desenho da urbe. Nas duas primeiras, os trilhos ainda não haviam chegado.

Figura 112 – Mapa de Araraquara (1870), anterior aos trilhos.



Fonte: CORREA (2008, p. 319)

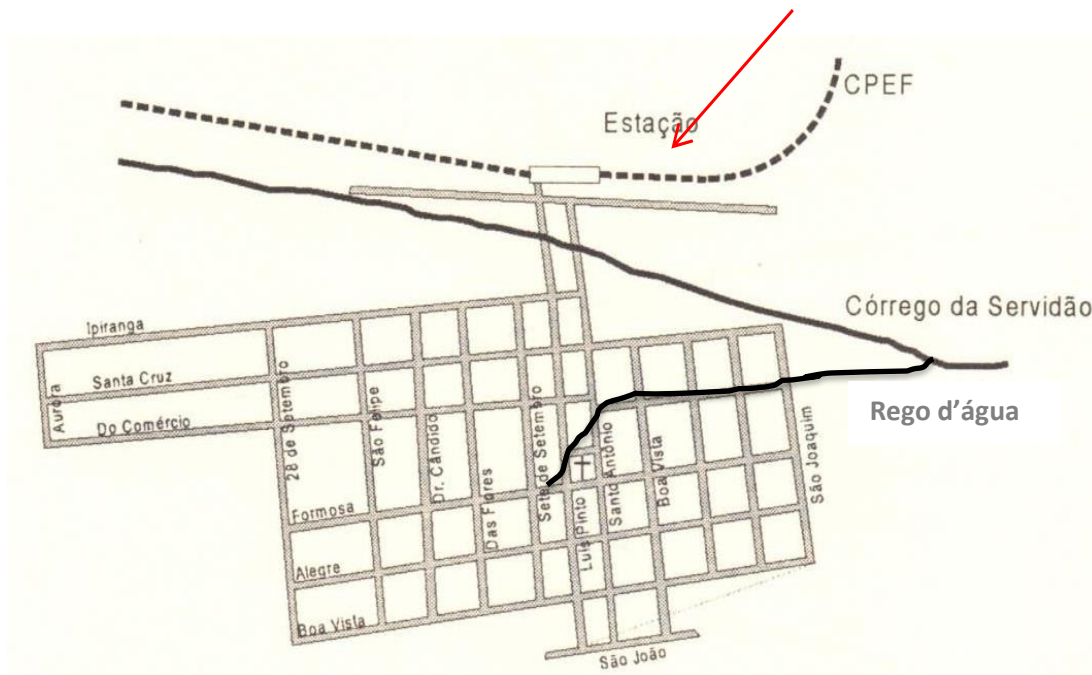
Figura 113 – Mapa de Araraquara (1877), ainda sem a Estrada de Ferro, com evolução na direção oposta àquela do futuro traçado dos trilhos (seta pelo autor).



Fonte: CORREA (2008, p. 319)

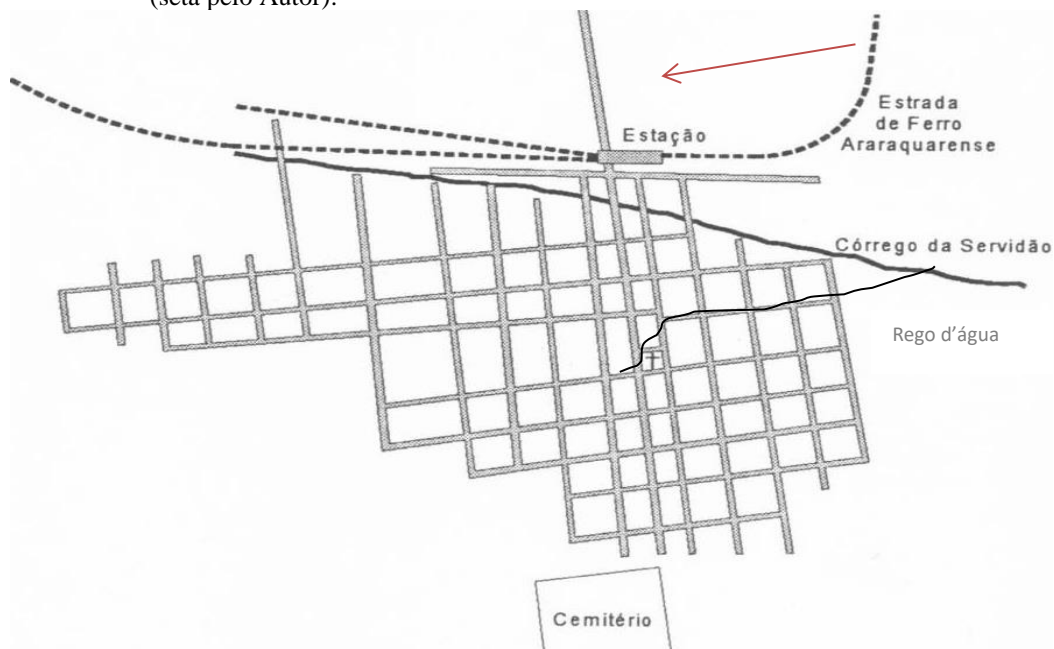
Todavia, quando a estrada de ferro passa a ser uma realidade na economia local, a evolução e desenvolvimento da cidade se movem em direção aos trilhos, conforme se observa nas duas figuras a seguir, entre o final do século XIX e o início do XX.

Figura 114 – Mapa de Araraquara (1893), já com a estrada de ferro, em cuja direção a cidade evoluiu (seta pelo autor).



Fonte: CORREA (2008, p. 320)

Figura 115 – Mapa de Araraquara (1908). A cidade evoluiu, inclusive, para além dos trilhos (seta pelo Autor).



Fonte: CORREA (2008, p. 320)

“Ler” a cidade pode ser um empreendimento entendido de várias maneiras. Assim, o que podemos dizer dos seus habitantes ou os seus marcos urbanos: os trilhos do trem também nos contam a interiorização pela epopeia do café, ou um prédio que nos conta acerca da chegada da Revolução Industrial, ou a história da destruição de centros de cultura. Pode-se,

também, admitir que os habitantes da cidade, “lendo-a” quotidianamente, nela se movem com a segurança e a certeza negada aos estranhos. As ruas numeradas são elemento útil na tarefa, inclusive para informar forasteiros. Mesmo hoje, com a moderna tecnologia do GPS (localização por satélite), não são poucos os relatos daqueles que, guiados por esse dispositivo, viram-se em dificuldade pelo fato de serem conduzidos para locais em que a segurança dos passantes é ameaçada (o GPS, por exemplo, indica que o “melhor” caminho para atingir o local desejado é atravessando uma favela dominada por marginais). Como moradores de Araraquara (SP), por exemplo, não aconselharíamos atravessar certos bairros, discernimento que o aparelho não possui.

Kelvin Linch (*apud* BARROS, 2007, p. 23), classifica as cidades em três categorias:

- a) – “cósmicas”, originadas e traçadas a partir “de algum sentido mítico” ou alguma ideia matriz, como as antigas cidades indianas, ou Brasília;
- b) – “práticas”, desenvolvidas “conforme suas necessidades materiais”, acrescentando-se novas partes e/ou modificando as antigas;
- c) – “orgânicas”, que se desenvolvem sem planejamento, conforme a imprevisibilidade da vida, por exemplo adaptando-se a um rio, conformando-se a uma estrada, subindo ou descendo ladeiras.

Araraquara ao, aparentemente, menosprezar a conservação de conjuntos arquitetônicos, como o do entorno da antiga estação ferroviária, ou ao destruir seu antigo teatro, ou ao canalizar a maior parte do Córrego da Servidão para sobre ele pavimentar uma “via expressa”, parece estar na classificação “b”, sem deixar de ter características da “c”. Essas questões ligam-se à da construção/desconstrução de sua memória coletiva, ao destruir ou ocultar marcos urbanos referenciais, ou deixar de assinalá-los.

Quando uma cidade ganha maior incidência de indústrias maiores, pode fechar-se. Notadamente, Araraquara, em relação a indústrias “de fora”, sob a égide dos industriais locais, em meados do Século XX, a fim, pretensamente, de uma “reserva de mercado” quanto à mão-de-obra disponível (v. fls. 270, depoimento de Alcyr Azzoni).

Aspectos antigos de fechamento das cidades passam a ser índice de abertura e atração:

A muralha que antes servia para a defesa, e que constituía nos tempos medievais a resistente armadura de um ‘artefato bélico’, torna-se nos tempos modernos a principal atração de um ‘artefato turístico’, pronto não mais para repelir, mas sim para seduzir o visitante que para ela corre com as suas máquinas fotográficas. (BARROS, 2007, p. 25)

Acrescentaríamos, hoje: com seus celulares. Aquilo que outrora fora motivo de vergonha ou índice de incivilidade, pode, agora, perfeitamente, passar a atração turística, gerando renda e emprego e, por consequência, contribuindo para preservar e difundir marcos urbanos. No caso de Araraquara, é emblemático o chamado episódio dos Britos. Houvera, todavia, casos semelhantes, conforme relatamos, acerca de negros linchados ou enforcados sem prova de culpa, ou o assassinato do irmão de Campos Salles, acontecimentos que renderam a Araraquara o apelido de “Linchaquara”, maculando a imagem da cidade por décadas. Tudo virou história. Muito tempo depois, a verdade emergiu. Porém, aparentemente, até hoje, ao menos quanto aos Britos, sua memória parece não ter sido devidamente justificada. Nenhum desses acontecimentos, apesar de o tempo tê-los coberto pelo manto da memória, ao mesmo tempo em que os desnudou pela verdade dos fatos, mereceu ser referendado como dado turístico. Até o cemitério onde foram enterrados os Britos, teve a denominação mudada oficialmente para a denominação original, antes dos acontecimentos, ou seja, “das Cruzes”. Quanto aos escravizados, também nenhuma menção. Se os Britos foram mortos por desafiarem o poder despótico local, os ex-escravos Guilherme e Veríssimo sucumbiram pelo “desapreço que continuou a ter a vida do negro após a abolição” (TELAROLLI, 2003, p. 79). Ora, esses episódios poderiam, muito bem, com todos os detalhes dos acontecimentos, tornar-se motivo de reverência e aprendizado cultural.

Toda cidade também é um *produto da terra*, aspecto a que já tivemos oportunidade de nos referir. Araraquara nasceu como entreposto de alimentos para os que demandavam aos sertões de Mato Grosso e Goiás. Hoje, apresenta significativa produção de cana e laranja⁹³.

Enxergar a cidade como produto da terra é direcionar o olhar para um aspecto bastante específico de suas origens: cidade simultaneamente povoada por homens provenientes dos campos circundantes e mantida pela produção daqueles que permaneceram no ambiente rural. (BARROS, 2007, p. 26 e 27)

Aspecto a ser registrado é que, nos tempos presentes, o nível de vida não pode ser medido apenas pelo viés econômico, mas o bem-estar das pessoas como um todo deve ser levado em conta. Considerando a cidade como uma obra de arte coletiva, o autor, recordando Camillo Sitte (1843-1903) anota:

O seu modelo era o da cidade culturalista, que se opunha radicalmente ao urbanismo geométrico e utilitário que passava a privilegiar precisamente a cidade que abre espaço para a imprevisibilidade estética, mas também atentando para a necessidade de assegurar um ambiente que fosse favorável à saúde psicológica de seus habitantes. (BARROS, 2007, p. 27)

⁹³ A indústria Citrosuco Cutrale, com sede em Araraquara (SP), é a maior produtora mundial de suco de laranja, detendo 25% do mercado global desse produto (Cutrale, Wikipédia, 2019).

Não se precisa chegar ao ponto de propugnar por construções somente de verdadeiras obras de arte, tais como as mansões da antiga Avenida Paulista, entre o final do século XIX e início do século XX, “assinadas por arquitetos famosos”. Todavia:

Ao lado da cidade “obra de arte”, afirma-se a cidade como *registro* concreto e quase imperecível da memória humana. Ou, por fim, a cidade pode ser lida como um *texto* que registra as atitudes de uma sociedade perante os fatos mais elementares de sua existência. (BARROS, 2007, p. 28-29).

Na medida em que conhecemos os marcos urbanos da cidade de Araraquara (ou de qualquer outra) podemos “lê-la”, em nosso caso, na construção interminável da Matriz, no desenho da cidade influenciado pelos trilhos, na luta entre os Carvalho e os Britos, no esforço de reverter a imagem de Linchaquara, no desinteresse por preservar diversos aspectos da cidade.

Em tal sentido, surgem os denominados “modelos biológicos” emprestados à cidade e que são de dois tipos: um primeiro como um organismo vivo, com órgãos, células e processos de crescimento. Mas

[...] de outro lado, a cidade pode ser enquadrada como ambiente ecológico, uma vez concebida a ecologia como um estudo dos seres vivos em relação com o seu ambiente. Assim, este último modelo abarca a interação dos seres vivos não apenas uns com os outros, mas também a sua interação com o ambiente inorgânico. (BARROS, 2007, p. 29)

Essa “interação com o ambiente inorgânico” significa, certamente, a relação dos seus habitantes com os marcos urbanos, aspecto que não deve ser negligenciado quando se estuda a cidade, sua cultura e sua memória.

3.6.3 - A cidade como sistema e registro da memória coletiva

Porém, “a cidade também tem sido modernamente compreendida (ou visualizada) como um sistema”, seja circulatório, ecológico ou, mesmo, “um sistema no sentido informático” (BARROS, 2007, p. 36), o que nos pode fazer pensar, atualmente, ao caminhar por qualquer parte ou ambiente da cidade, o quanto seus habitantes estão voltados ao seu próprio individualismo e observar que, se se encontram interligados, é via redes sociais.

De qualquer forma, as transformações da cidade e a consciência de suas mudanças despertam a necessidade de conservar marcos arquitetônicos do passado citadino:

Enfim, de múltiplas maneiras o próprio espaço e a materialidade de uma cidade se convertem em narradores da sua história. Diante desta percepção da cidade como uma escrita que tem algo a dizer, surgiu concomitantemente um esforço de conservação do patrimônio arquitetônico que encontra uma de suas expressões nos tombamentos históricos. Os monumentos e as construções antigas passam a ser considerados, nestes casos, como registros da memória coletiva. (BARROS, 2007, p. 42 – grifos nossos)

Acerca dos caminhos da cidade, observa-se que caminhar por ela deveria ser um ato com conhecimento de sua memória, dos antepassados que também por ela caminharam, porém, sem referências nos marcos urbanos – como ocorre, especificamente, em Araraquara (SP) - , tal consciência é dificultada.

Se a cidade é um texto que pode ser lido a partir da materialidade urbana, e se é possível imaginar os pedestres do passado que percorriam este texto em pontilhado – ou seja, percursos - , é preciso lembrar que o ato de caminhar através de uma cidade é uma operação complexa que envolve muitos outros gestos e sentidos para além do movimento das pernas e do deslocamento no espaço. (BARROS, 2007, p. 44)

Comentemos um exemplo local de provável desconhecimento de onde se caminha. Quem percorre, hoje, a Rua 9 de Julho (a famosa rua dois) no centro de Araraquara – aspecto a que já nos referimos – talvez desconheça aquele fato de que por ali caminharam bandeirantes, no rumo das minas de ouro de Goiás, tanto que era conhecida como “Picadão de Cuiabá” (CORREA, 2008, p. 69). Como já registramos (fls. 128), era assim que a ela se referiam quando, partindo de São Paulo, percorriam as terras do interior. Passavam por ali porque o caminho normal (localizado a cerca de cinco léguas do então povoado de Araraquara) encontrava-se em péssimas condições de conservação, mas os moradores mantinham conservada uma picada ao lado da povoação. Não há, na Rua 9 de Julho, referências a esse fato nas placas que informam sobre a sua recuperação. Como, transitando por ali, ter, então, consciência de tais acontecimentos?

Outrossim, “a cidade também fala aos seus habitantes e aos seus visitantes através dos nomes próprios que ela abriga: dos nomes de ruas, de edifícios, de monumentos” (BARROS, 2007, p. 45). Mas não existem, por exemplo, em Araraquara, marcos para homenagear os Britos. Não basta, também, simplesmente nomear um logradouro com um nome. Se não houver registro sobre de quem se trata, a homenagem pode se tornar inócua.

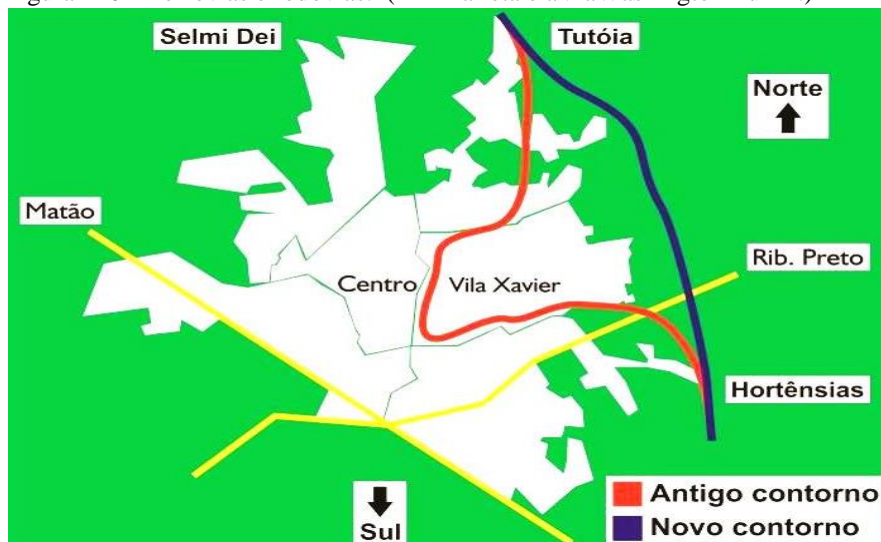
3.6.4 - Comentando as mudanças morfológicas das cidades

Recorde-se que “as formas urbanas são produtos da história” (BARROS, 2007, p. 52). A dimensão morfológica da cidade é um fator a ser considerado: “a cidade tem necessariamente uma forma, uma estrutura física e concreta sobre a qual se estabelece uma sociedade que, por outro lado, atua permanentemente na reconstrução e reapropriação desta estrutura urbana” (BARROS, 2007, p. 71).

Observando a evolução urbana de Araraquara, vê-se que somente nos últimos tempos ela se desenvolveu para além da Rodovia Washington Luís, a sul/sudoeste. Com a Vila Xavier, há inúmeras formas de acesso, o que não acontece no lado oposto, sobre a Via Washington Luiz (sentido sudeste-noroeste, onde existe somente uma passagem - continuação

da Av. Presidente Vargas, juntamente com a Rodovia Antonio Machado Sant'Anna, que demanda Ribeirão Preto – sentido sudoeste-leste), a menos que se contorne os extremos de Araraquara (SP).

Figura 116 – Ferrovias e rodovias. (A linha reta é a Via Washington Luiz⁹⁴.)



Fonte: MACHADO (2009, CD-Rom) e Anexo C (TENÓRIO, 2010)⁹⁵

Portanto, se os trilhos imprimiram sua marca no mapa da cidade, aquela massa de terras representada pelas propriedades da Lupo, por assim dizer, espremeu o desenvolvimento da cidade para outras direções.

O mesmo autor (BARROS, 2007, p. 72) assinala: “Uma muralha depois demolida, ou uma ferrovia que mais tarde desaparece, perpetuam-se no traçado das ruas ao mesmo tempo em que nos contam algo acerca do crescimento e das mudanças ocorridas na cidade”. O traçado dos trilhos pelo centro de Araraquara, influenciou definitivamente o seu desenho. A “muralha” das terras além da Via Washington Luiz está sendo “demolida”, pois a área vai, paulatinamente, recebendo condomínios e indústrias. Mas o crescimento da cidade experimentou outros desenhos, expandindo-se para o norte e, um pouco menos, para o sul.

Apesar do empenho de muitos em fazer desaparecer os trilhos que atravessam o centro de Araraquara (e cujo valor histórico já demonstramos em nossa dissertação de mestrado – DEMARZO, 2014), o certo é que tal remoção não parece ser de fácil solução face aos interesses imobiliários envolvidos e ao fato de que a área é federal: de qualquer modo, insistimos em que o traçado dos trilhos marcam de forma permanente a morfologia da cidade.

Atualmente, outra grande preocupação relativamente à expansão de Araraquara é que, promovendo a urbanização da área ao norte, há impermeabilização do solo e

⁹⁴ Ao longo dessa estrada, localizavam-se as propriedades da família Lupo.

⁹⁵ As linhas amarelas representam rodovias. A que corta a Via Washington Luiz e que demanda a Ribeirão Preto (SP) é a citada Antônio Machado Sant'Anna.

consequências imprevisíveis, pois lá se encontram nascentes importantes para o abastecimento da cidade.

As mudanças morfológicas podem ser, muitas vezes, radicais. Paris, por exemplo, nem sempre foi caracterizada pela Torre Eiffel ou pela Place d’Etoile, para a qual convergem grandes avenidas. Houve uma transformação praticamente abrupta daquela cidade, em decorrência da crise de 1848, quando uma revolução de operários foi violentamente repelida. O poder passou para “Luís Bonaparte, que deu um golpe de Estado em 1851 e proclamou-se imperador em 1852” (HARVEY, 2014, p. 33). Napoleão nomeou Georges-Eugène Haussmann prefeito do departamento do Sena, que inclui Paris, o qual empreendeu obras urbanas que revolucionaram o aspecto da capital:

Para a reconfiguração de Paris, Haussmann recorreu aos projetos utópicos [...] que haviam sido debatidos na década de 1840, mas com uma grande diferença: ele transformou a escala concebida para aquele processo urbano. Quando o arquiteto Hittorf mostrou a Haussmann seus projetos para um novo bulevar, Haussmann os devolveu de imediato, dizendo-lhe “Não é suficientemente amplo [...] seu projeto tem 40 m de largura, e eu quero 120”. Haussmann concebia a cidade em muito maior escala, agregou os subúrbios e reformulou bairros inteiros (como Les Halles), em vez de apenas pedaços do tecido urbano. Ele mudou a cidade de uma só vez, e não aos poucos. (HARVEY, 2014, pp. 34-35)

Schivartche (2005, p. 54), registra, a respeito das mudanças em Paris:

Em Paris, o conceito adotado foi o da reurbanização. O mote de seu idealizador, o Barão Haussman, era a higienização, o saneamento. A premissa básica era construir habitações com mais ar e sol e melhorar a acessibilidade aos diversos setores da cidade. Diversas regiões da velha Paris foram remanejadas, dando lugar aos bairros de classe média e alta, com amplas vias arborizadas, com sistema de grandes avenidas pavimentadas e parques regionais.

A cidade do Rio de Janeiro, a exemplo de Paris, também conheceu uma reurbanização abrupta no início do século XX, ainda como capital da República, para lhe dar “uma conformação mais saudável”, uma vez que era “conhecida como o ‘túmulo dos estrangeiros’, por causa do alto índice de contágio de doenças como a febre amarela, a malária, a varíola e a peste bubônica, entre outros males” (SCHIVARTCHE, 2005, p. 54).

Portanto, a história das cidades nem sempre se desenvolve sem sobressaltos. Às vezes, ocorrem mudanças de uma só vez. Aquelas imprimidas à cidade de Araraquara (SP), no início do século XX, com o objetivo de remodelá-la, na tentativa de afastar a alcunha de “Linchaquara” que lhe fora impingida após os acontecimentos dos Britos, também modificou bastante o seu aspecto, embora nem tanto o seu desenho. Mas, sendo inevitável que sofram mudanças, sua história diz muito do que elas são ou naquilo em que se transformaram.

No século XX ganha importância, igualmente, a “dimensão econômica da cidade” (BARROS, 2007, p. 52), a qual acaba determinando mudanças de ordem também

populacional. Mas, “[o] econômico implica em ‘produção, distribuição e consumo’. Ou dito de outra forma, “em atividades industriais, atividades comerciais, e relações de consumo” (BARROS, 2007, p. 59). No caso de Araraquara, por exemplo, o grande lucro trazido pela implantação da estrada de ferro ia, na verdade, para os fazendeiros: a um tempo, produtores, comerciantes e industriais, quando não, também políticos.

A revolução econômica resultante da chegada dos trilhos em Araraquara, no dia 18 de janeiro de 1885, quando foi inaugurada a estação ferroviária. foi enorme, com a receita do município crescendo cerca de 2.100% nos anos entre 1889 e 1896:

Assim, em 1895, a produção do café fora de 700.000 arrobas e do total do valor da produção agrícola do Município, 8 570:000\$000, [cerca de] 8 400:000\$000 referiam-se ao café. Do total de sessenta e nove Municípios que enviaram os dados solicitados pela Repartição de Estatística do Estado, os números só foram menos eloquentes, tanto no total geral da produção, quanto no que se prende ao café, ao Município de Campinas. Em 1897 “o município que mais concorreu com sua produção agrícola para a riqueza do Estado foi o de Araraquara” (Relatório da Repartição de Estatística e Arquivo, ano de 1895, mapa n.º 1, *apud* TELAROLLI, 1977, p. 22-23).

É, sem dúvida, um fato, que “os processos de urbanização enfrentam a cada período histórico limites técnicos e demográficos diferenciados” e que é “óbvio que uma grande metrópole da Antiguidade ou do período medieval está associada a limites demográficos que, para o período moderno, tenderiam a definir apenas uma pequena formação urbana” (BARROS, 2007, p. 53). O que se refere à população é, portanto, uma “relatividade histórica”, em termos numéricos, pois “a dimensão populacional constituiu precisamente o primeiro foco de atenções para os modernos estudiosos do fenômeno urbano – tanto no que se refere ao quantitativo como ao qualitativo humano” (TELAROLLI, 1977, p. 54).

Pode-se, assim, aceitar que “a urbanidade deveria ser entendida como um conjunto de instituições e atitudes sociais que seria encontrado sempre que as pessoas se estabelecessem em grandes agrupamentos permanentes, densos e heterogêneos” (TELAROLLI, 1977, p. 54-55). A longo prazo, com o aumento desmedido das aglomerações humanas, essa heterogeneidade poderia alcançar dimensões incontroláveis, como é o caso das megalópoles.

3.6.5 - O crescimento desmedido das cidades

Muitos aglomerados urbanos vão experimentando um crescimento desmedido. Hoje há “megacidades com mais de 8 milhões de habitantes e, ainda mais espetaculares, hipercidades com mais de 20 milhões de habitantes – população urbana mundial estimada na época da Revolução Francesa” (DAVIS, 2006, p. 15-16). Megalópoles surgem na África, junto ao Golfo da Guiné e na China, “no delta dos rios Pérola (Hong Kong-Catão) e Yang-tsé

(Xangai)” (DAVIS, 2006, p.17). Aliás, na esteira da grande urbanização da China, a região asiática do Pacífico pode “ser apenas o primeiro estágio do surgimento de ‘um corredor urbano contínuo que se estenda do Japão/Coréia do Norte até o oeste de Java’” (YUE-MAN e FU-CHEN LO, p. 41, *apud* DAVIS, 2006, p. 17 – grifos nossos). Ora, em megacidades, se não houver uma base cultural comum, a heterogeneidade triunfará e a vida cidadina, como produto de convergências comuns e pertencimento, poderá deixar de existir. Essa preocupação com o desmantelamento da unidade cultural vem de algum tempo:

O pensamento combativo e inovador dos referidos personagens⁹⁶ contribuíram [sic] para deflagrar novas preocupações, que motivaram a organização de eventos internacionais com o intuito de buscar soluções adequadas para os impasses da preservação do patrimônio diante da expansão urbana e industrial. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 30-31)

Há exemplos recentes de preocupação com o desaparecimento de bairros inteiros, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial:

O impacto da destruição causada pelos bombardeios decorrentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) catalisou as atenções dos estudiosos, tornando peremptória a reconstrução das cidades e a restauração dos monumentos. Tal desafio contribuiu para a conscientização acerca dos valores identitários dos bairros antigos, como lugares socialmente produzidos, privilegiados pelo acúmulo de experiências humanas e de vestígios da cultura material, resultante da permanente apropriação das coisas do passado. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 31)

A destruição também pode se produzir pela falta de preservação. Por exemplo, no caso de Araraquara (SP), no entorno do atual Museu Ferroviário, local que é tombado.

Esse entorno apresenta-se em estado de permanente deterioração. Como já referimos, a primeira leiteria da cidade (Figura 84, fls. 123), estrategicamente situada defronte à antiga estação, para facilitar o embarque do leite nos trens (não existiam os caminhões refrigerados de hoje) não guarda referências do que foi nem como foi, nem do que significou em termos práticos para o escoamento daquele produto, nem de sua história. No seu exame, verifica-se, de modo claro, que os proprietários desconhecem completamente o seu valor histórico intrínseco – ou o desprezam enfaticamente -, pouco se importando com o fato de que se trata de imóvel tombado. Evidencia-se, também, que os órgãos que seriam responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fato estão completamente inoperantes. Atualmente, o imóvel encontra-se pintado numa cor azul que, por evidente, não tem relação alguma com sua aparência original.

O Hotel São Bento (Figura 117, abaixo), ao seu lado – igualmente situado defronte à antiga estação ferroviária, para melhor servir aos viajantes daqueles tempos –, submerge no esquecimento e abandono, levando consigo suas histórias e memórias. Whitaker (2004) relata

⁹⁶ William Morris (1834-1896), John Ruskin (1819-1900), Camilo Sitte (1843-1903), entre outros – ver Funari e Pelegrini (2006, p.30).

ter colhido junto à Prof. Maria Aparecida Lima Grande, do Departamento de Ciências da Educação da UNESP, entre outros fatos, uma história acerca da avó desta última, Maria Odete, com “todos os ingredientes de um romance do século XIX”, conforme relata a Professora Maria Aparecida:

Ela tinha tido um grande amor quando mocinha, assim 14/15 anos... Um grande amor... assim, com um tom geográfico.... porque os pais dela dirigiam um grande hotel, em frente à estação dos trens. Então, ali era um lugar importante. A ferrovia desempenhava um grande papel, não é? E um certo dia... parece que, do trem de luxo, como ela dizia, desceu uma família: um casal e um rapaz muito bonito. Hospedaram-se no hotel por três meses. Ele fazia medicina, estava tuberculoso e Araraquara já era considerada lugar bom pelo clima... Depois até viemos ter o hospital aqui não é? (Maria Aparecida Lima Grande, *apud* Whitaker, 2004, p. 39)

E, prossegue Whitaker: “Cidinha conta, então, que houve um *certo início de romance*, totalmente podado pela família dele. *Houve um sentimento bonito* e... promessas que *não se efetivaram*. Conta ainda que as cartas de ambos eram censuradas pela família dele e *ela veio a saber depois que ele faleceu*” (Whitaker, 2004, fls. 39 – grifos no original).

Figura 117 – O Hotel São Bento, abandonado, defronte à antiga estação ferroviária.



Fonte: acervo do Autor.

Por outro lado, poder-se-ia admitir uma cultura da cidade, entendida como uma região inteira, bastante extensa? Aparentemente sim, se consideramos partes dela (como os bairros das cidades, atualmente) tendo sua própria identidade. Mas esta somente existirá se, de alguma forma, os marcos urbanos locais, ainda restantes ou indutores da memória coletiva, forem preservados e referenciados. Esta é uma função nossa, de agora, de que não podemos abdicar, antes que eles se percam definitivamente. Caso contrário, provavelmente, a noção de pertencimento estaria, senão perdida, irremediavelmente comprometida.

Daí a relevância da concepção de cidade como um *fator* de cultura. Por um lado, “a cidade é frequentemente considerada como o ‘lugar da cultura’, aqui se remetendo ao aspecto da ‘produção cultural’ que encontra, nos meios urbanos multipolos, formas de concretização e

circulação” (BARROS, 2007, p. 81-82). Por outro lado, faz-se necessário entender a cidade como “fator de cultura” também em outro sentido:

Mas é também a cidade a sede de uma cultura material específica. Sinais, placas de trânsito, bancas de jornal, postes, viadutos, arranha-céus – são estes os artefatos da cidade moderna, da mesma forma que a cidade antiga ou a cidade medieval teriam os seus próprios artefatos urbanos, tornando-se também a sede de uma cultura material singular. (BARROS, 2007, p. 83)

Alguns aspectos das cidades medievais permanecem no imaginário, como as muralhas e as portas da cidade, e “ainda hoje se fala simbolicamente em entregar a alguma pessoa ilustre a ‘chave da cidade’” (BARROS, 2007, p. 83). Se concebermos cultura como um conjunto ou padrões de comportamento que nos transformam em seres civilizados, podemos acompanhar o autor, quando afirma, quanto à cultura cidadina, que “se definimos cultura como um conjunto de comportamentos e atitudes geradores de um modo de vida específico – são também definidores de cultura e de subculturas urbanas” (BARROS, 2007, p. 90). Seria decisivo o conceito de “ponto focal”, que tanto pode ser um bairro (um centro de negócios, por exemplo), como, em relação ao próprio bairro, “uma avenida ou uma grande praça” (BARROS, 2007, p. 97). Em Araraquara, são “pontos focais” a Alameda Paulista, com duas pistas e grande concentração comercial, que atravessa a Vila Xavier no sentido norte-sul; ou a Avenida 7 de Setembro, também um núcleo comercial, que liga o centro ao bairro do Carmo.

Mas, ao lado de tais “pontos focais”, que se referem mais a atividades ou caminhos, é importante a noção de “marcos visuais”, ou ícones urbanos, como quer Shibaki (2011):

Os “marcos visuais” (*landmarks*), por fim, constituiriam pontos de referência externa ao observador. Se os “pontos focais” se apresentam como lugares que permitem ou até exigem a penetração do observador, já os “marcos visuais” são elementos impenetráveis pela trajetória imaginativa, funcionando apenas como pontuadores desta trajetória. Os marcos visuais seriam “chaves de identidade” para a construção mental da forma urbana, permitindo precisamente a leitura e orientação da estrutura espacial. Apenas para dar um exemplo, as duas torres gêmeas da cidade de Nova York constituíam um poderoso marco visual até antes do atentado de setembro de 2001. Com a sua destruição, a imaginação urbana do nova-iorquino se viu seriamente abalada com a impressão de uma perda de identidade. (BARROS, 2007, p. 97 – grifos nossos)

No caso de Araraquara (SP) qual seria o impacto produzido na população pelo desaparecimento súbito da Matriz e sua praça, ou da torre do relógio da Lupo, ou da área dos trilhos – supondo-se que desaparecessem de uma hora para outra? Não nos preocupa alcançar a afirmação, convicta, que o impacto resultante abalaria profundamente a identidade local. Tal assertiva poderia, sem receio, ser estendida a qualquer outra cidade, se perdessem marcos significativos de sua memória, mesmo que os habitantes, diariamente, passem por eles sem demonstrar maiores emoções.

3.6.5.1 Envelhecimento

Uma vez que abordamos o crescimento desmedido de aglomerados urbanos, um outro fato emerge em função de tratarmos de memória, cultura e história: o envelhecimento da população.

Whitaker (2007) insiste no fato de que ficar velho custa caro, é preciso muito dinheiro. Ela foi premonitória, em 2007, ao investir contra “essa onda liberal, que reduz o montante da aposentadorias no mundo todo” (WHITAKER, 2007, p. 11). A argumentação é a de que, se a tecnologia aumentou a expectativa de vida e, por consequência, existem muito mais idosos, é função do Estado providenciar para que essa etapa da vida seja atravessada com dignidade. Quando havia grande disponibilidade de adultos jovens para cuidar dos mais velhos, a vida seguia um ritmo mais calmo.

Hoje em dia, com o envelhecimento da população e a mudança do ritmo da vida para um andamento mais rápido, parece existir a tendência de se abandonar a velhice à sua própria sorte, proliferando-se casas de idosos ou de “repouso”, ao lado dos antigos asilos. Ser velho, hoje, é praticamente um estorvo, esquecendo-se os jovens e adultos de agora que, se tiverem sorte, serão idosos algum dia, pois a humanidade, a rigor, “pode ser dividida em duas grandes categorias: a dos idosos atuais e a dos futuros idosos” (WHITAKER, 2007, p. 13).

Na prática, a preocupação com aqueles assim chamados “em estado de vulnerabilidade” – categoria que, de resto, inclui a dos idosos - não parece ocorrer em nível aceitável, prejudicando-lhes a qualidade de vida.

Vejam: se o número de idosos aumentou, por que razão as vagas de estacionamento para idosos não é maior? Por exemplo, ao redor do Jardim da Independência, em Araraquara (Av. XV de Novembro, Rua Pe. Duarte, Av. Brasil e Rua Expedicionários do Brasil) existem somente duas vagas para idosos e nenhuma para cadeirantes. Com uma agravante: aquela da Rua Pe. Duarte está localizada exatamente ao lado da pior parte da calçada, uma verdadeira armadilha para qualquer um, quanto mais para um idoso. Isso sem se mencionar que, para utilizar tais vagas é necessário deixar exibida na frente do veículo uma licença da prefeitura. A autora exige “calçadas mais adequadas ao caminhar dos velhos” (WHITAKER, 2007, p. 16). Mas não só dos velhos. Transeunte é, hoje, ofendido em seus direitos de caminhar, ao menos em certas calçadas. Em Araraquara é frequente encontrar exemplos desse fato, como se demonstra nas fotos abaixo.

Figura 118 - Calçada ao lado de vaga para idoso – Rua Pe. Duarte



Fonte: acervo do autor

Figura 119 – Estreitamento de calçada, com poste
– Rua Pe. Duarte



Fonte: acervo do autor

A autora investe contra os “parquímetros” da modernidade: “um deles a 50 metros mais ou menos” do local da vaga. Sobre esse tipo de vaga diz que “o problema é que tais

estacionamentos nem sempre estão nos locais em que precisamos estacionar” (WHITAKER, 2007, p. 95).

Lembra que houve uma inversão “da relação rural-urbano na população brasileira, fenômeno que ocorreu nas duas décadas posteriores à segunda Guerra Mundial”.

Grosso modo, tal inversão pode ser resumida como segue: nos anos 30/40 do século passado, o Brasil possuía 70% da população em zonas rurais, e apenas 30% em cidades; no pós-guerra, com a industrialização, principalmente após o governo JK, o êxodo rural se acelerou, também, a partir da concentração da posse da terra; já no final dos anos 60, tínhamos apenas 30% residindo no campo e 70% em cidades. Inverteram-se, portanto, as porcentagens da relação referida. (WHITAKER, 2007, p. 58)

E continua:

O formidável impacto dessa inversão não pode ser desprezado. O êxodo rural transformou pequenos sítios em moradores de espaços exíguos nas cidades. Desprovidos dos seus territórios, partem à busca de empregos. Ninguém mais reside em fazendas e as classes médias vão se comprimindo em cidades que crescem e se verticalizam, enquanto ocorre a separação definitiva entre o local de moradia e o local de trabalho para todas as camadas sociais e profissões. Encolhe a pequena burguesia com seus “territórios” baseados na propriedade e, em lugar desses “territórios”, vai crescendo a estrutura de empregos. (WHITAKER, 2007, p. 58)

As experiências vivenciadas pelos mais velhos e os conhecimentos que acumularam são, por si sós, uma credencial para que sejam respeitados e reverenciados.

4. CAPÍTULO III – MEMÓRIA ESCRITA

4.1 – Memória escrita araraquarense

A história de uma cidade ultrapassa a duração de várias gerações, de tal forma que aquelas publicações que tratam dela representam, sem dúvida, um repositório de fatos considerados significativos. Pode-se dizer que cumprem a função de guardar uma memória coletiva estratificada no passado, que pode ser recordada pelos que agora as leem. Uma memória coletiva externa, servindo à comunidade.

Como já registramos nas fls. 160, as lembranças históricas marcam profundamente o coletivo (região, grupo, partido político, classe profissional ou uma família) uma vez que “as instituições foram modificadas por elas” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Por tal razão, comentamos alguns pontos de obras que abordam a história araraquarense, principalmente nas referências aos marcos urbanos assinalados neste trabalho, escolhidas porque abrangem, de forma geral, o trajeto da história cidadina em toda a sua extensão. São focadas quatro obras, todas apresentando a trajetória da cidade, desde a sua fundação. As três primeiras, num estilo mais ligeiro, percorrem a história araraquarense, com o registro do que consideramos fatos importantes no seu desenrolar. A derradeira, mais extensa, apresenta análises mais demoradas dos acontecimentos que narra. Todas as obras, principalmente as três primeiras, do historiador José Maria Viana de Souza, são bastante conhecidas e de consulta certa a quem desejar conhecer os episódios que caracterizam o nascer e o desenvolver da cidade. Como quaisquer outras, apresentam, às vezes, alguma inconsistência, porém sem comprometer o panorama geral. Por exemplo, na primeira delas, ao narrar o episódio dos Britos, citam-se datas, mas não o ano – o que precisa ser deduzido do contexto geral. Na última obra comentada, esta já do respeitável historiador Rodolpho Telarolli, também exemplificando, quanto ao mesmo episódio e narrando a luta entre o Coronel Carvalho e Rozendo de Souza Brito, afirma-se: “Tirando uma garrucha do bolso, caídos ao chão, Rozendo atingiu com um tiro o coração do coronel, que teve morte instantânea” [grifos nossos] (TELAROLLI, 2003, p. 118). Ora, o próprio autor, na sua já clássica obra “Poder Local na República Velha”, de 1977 (com origem em sua dissertação de mestrado, na USP, em 1975), registrava que a morte não foi instantânea (até porque esse fato é um dos pontos de inflexão dos acontecimentos):

Rozendo disparou dois a quatro tiros, com uma garrucha, um deles com endereço mortal. Uma hora após, o “coronel” Antônio Joaquim de Carvalho chegaria ao fim da existência, aos cinquenta e nove anos de idade, vítima de “hemorragia grave

consecutiva a ferimento por arma de fogo⁹⁷. [grifos nossos] (TELAROLLI, 1977, p. 58)

Dissemos que é um ponto de inflexão, porque o Dr. Américo Francklin de Meneses Dória, médico e delegado de Polícia em 1897, sabendo do ocorrido, foi à casa do Coronel Carvalho e “ainda teve tempo de ouvir dele, dentre outras coisas, que o seu ofensor tinha sido Rozendo ‘ajudado por seu tio, o farmacêutico Manuel de Sousa Brito’⁹⁸”. Ou seja, se o Coronel houvesse morrido “instantaneamente”, não teria havido tempo para envolver o tio de Rozendo, Manuel, o qual, por sua vez, não estaria preso junto com o sobrinho, quando da farsa do linchamento, alterando-se grande parte do episódio.

Os três primeiros livros a que nos referimos são, portanto a trilogia de José Maria Viana de Souza: **Araraquara. 212 anos de história; A ideologia da cidade-modelo;** e **Araraquara. 170 anos de política**, todas de 2003. A outra obra é o livro do celebrado historiador Rodolpho Telarolli (**Para uma história de Araraquara – 1800-2000**).

4.1.2 – Araraquara – 212 anos de história

Nesse livro, José Maria Viana de Souza, como já notamos (fls. 119), traz notícias da nossa pré-história, revelada pelos vestígios em pontos do calçamento (SOUZA, 2003a. p. 11), com exemplares expostos no MAPA – Museu Arqueológico e Paleontológico de Araraquara. Todavia, muitas lajes foram levadas para museus de universidade e para o Rio de Janeiro (SOUZA, 2003a. p. 12). Assim, como registrado (fls. 119), a descoberta teria sido feita pelo geólogo Joviano Pacheco numa laje da Catedral de São Carlos. Todavia, conforme também já referimos, Leonardi e Carvalho (2002, p. 40) afirmam que Joviano não era geólogo, mas engenheiro de minas, e fez a descoberta não em 1910, mas em 1911, e numa laje de calçada em São Carlos, “com uma pista de tetrápode” pois, nas lajes da Catedral, o que identificara foram sinais de invertebrados.

Souza afirma que a região de Araraquara era habitada pelos índios “Guayanás” (ou “Guaianases”), antropófagos, entre os séculos XVI e XVII (SOUZA, 2003a, p. 16) – informação que se mostrou incorreta, face a pesquisas recentes (ver fls. 130 e 131). Relata a fundação da cidade em 1790, por Pedro José Neto, nascido em 1760 e falecido em Araraquara, em 19/11/1817, “do coice de um burro” (SOUZA, 2003a, p. 20).

O autor também se refere à lenda da serpente, já comentada no inventário.

⁹⁷ Livro de Registro de Óbitos, 1897 – Registro n.º C-10, fl. 26-V (*apud* TELAROLLI, 1977, p. 58, nota 103)

⁹⁸ Jornal “O Estado de S. Paulo”, de 10.02.1897 (*apud* TELAROLLI, 1977, p. 60).

Há aqui uma certa contradição, pois Souza (2003a), como visto, diz que a águia estaria na própria Matriz, enquanto Fernandes (2013, p. 41) se refere a uma águia “repousada na praça”. Enfim, pormenores que não interferem na essência da lenda.

Aliás, esta também é lembrada por entrevistados, os quais se referem à interminável obra da igreja, às vezes com versões diferentes sobre a história, como a trazida pela entrevistada Isabel Pelegrino Brunetti (Apêndice “C”, fls. 303), que coloca a serpente no “buracão do São Geraldo” e somente sua cabeça na Matriz.

Outro fato trazido pelo historiador Souza (2003a) refere-se à participação de voluntários araraquarenses na Guerra do Paraguai (1864-1869). A então vila de Araraquara era a “mais próxima do conflito e passagem obrigatória das vítimas, dos fugitivos e esmolambados”. Com receio, as autoridades “pediram ao governo central a transferência do regimento de Itapura para Araraquara, cobrando a contrapartida dos filhos que cedera” (CORREA *apud* SOUZA, 2003a, p. 36).

Registra também a chegada da ferrovia (SOUZA, 2003a, p. 38-39). Anota que o nome de Praça da Boa Morte foi dado pelo povo ao atual Jardim da Independência – e de Rua da Força à atual Avenida D. Pedro II.

Outra referência é aos três surtos seguidos de febre amarela, de 1895 e 1896, embora já houvesse alguns casos desde 1890, sendo que o último ocorreu em 1897, arrasando com a cidade: “aqui, no lapso de três anos, atacou a quase totalidade da população urbana, causando alarmante letalidade e desorganizando o arcabouço político, social e administrativo da cidade” (SOUZA, 2003a, p. 44).

No relato do episódio dos Britos, que o autor situa ao “final do século XIX” (SOUZA, 2003a, p. 48), registra as datas de “30 de dezembro” como aquela em que o Coronel Antônio Joaquim de Carvalho foi ferido e da “noite de 6 para 7 de fevereiro, depois da missa de sétimo dia”, em que Rozendo de Souza Brito e o tio Manuel de Souza Brito foram assassinados (SOUZA, 2003a, p. 49), porém não anota os anos e se equivoca quanto à data do ferimento e morte do Coronel. Vejamos: aquele “30 dezembro” seria de 1896: engano evidente, pois os fatos narrados se deram em 30 de janeiro de 1897, tanto que se registra que o assassinato dos Britos se deu na noite de 06 para 07 de fevereiro (ainda não citando o ano, de 1897, mas sim o mês correto). No dia 06 de fevereiro, aliás, ocorreu a missa de sétimo dia pelo falecimento do Cel. Carvalho.

O episódio na história araraquarenses da família Longaretti, o qual teria ficado “mais famoso na mídia do Brasil e do mundo que o Crime dos Britos” (SOUZA, 2003a, p. 49 e 50), também é lembrado. Na sequência, trata da “ideologia da cidade-modelo”, tema que seria

mais amplamente desenvolvido no segundo livro de sua trilogia. Termina com comentários (SOUZA, 2003a, p. 54), acerca de prédios de Araraquara (entre outros, Teatro Municipal, de 1914; Hotel Municipal, 1916 e palacete do Clube Araraquarense, 1925). Fala da obra “Macunaíma”, de Mário de Andrade, escrita na Chácara Sapucaí. Há mais dados econômicos sobre a cidade, bem como referências a personalidades e políticos, além de discorrer sobre o time de futebol da Associação Ferroviária de Esportes - AFE.

4.1.3 – A Ideologia da cidade-modelo

Nesse livro, Souza (2003b) desenvolve o tema já iniciado no livro anterior, Araraquara, 212 anos de história (SOUZA, 2003a). Trata-se – já o dissemos - de movimento para afastar da cidade a fama de “Linchaquara”, principalmente após o assassinato dos Britos, que, como se sabe, teve ampla repercussão. No primeiro capítulo, reproduz resumo histórico da cidade, sua localização e termina nas três etapas de seu desenvolvimento econômico (SOUZA, 2003b, p. 11-13). Explica o fenômeno do “coronelismo” (ver, neste trabalho, fls. 73-74). No capítulo 3 recorda o episódio dos Britos e, no 4, as consequências da fama de “Linchaquara” (SOUZA, 2003b, p. 30-40).

Entre os melhoramentos trazidos, iniciados ou induzidos pelo grupo de Bento de Abreu Sampaio Vidal, no intuito de reformar a cidade, Souza (2003b, p. 35) relaciona:

- a luz elétrica;
- o calçamento de ruas;
- a arborização da cidade;
- o prolongamento da estrada de ferro (1908);
- o Banco de Araraquara (1911);
- o Teatro Municipal e a Beneficência Portuguesa (1914);
- o Hotel Municipal (1916);
- a Maternidade e Gota de Leite (1916);
- o Asilo de Mendicidade (1917);
- a União Operária (1919);
- o Ginásio Municipal (1920);
- a Escola de Farmácia e Odontologia e a Fábrica de Laticínios (1923);
- o Colégio Progresso (1924);
- a sede social do Clube Araraquarense (1925);
- a Escola Técnica de Comércio e o Conservatório Musical (1928);
- a Escola de Agrimensura; a de Artes e Ofícios; e a Escola Profissional Feminina (1934);

- a Escola de Belas Artes (1936).

Assim é que, “a reação das elites à mancha que se impusera à cidade, criara um mundo novo, uma ideologia para perseguir no bojo do primeiro ciclo de industrialização e modernização”, de tal forma que “na primeira metade dos anos 20, antes da grande crise do café, em 1929, Araraquara, com 50 mil habitantes, possuía todos os serviços urbanos civilizados de uma das melhores cidades de São Paulo” (SOUZA, 2003b, p. 39).

4.1.4 – Araraquara – 170 anos de política

No terceiro volume da trilogia, Souza (2003c) recorda que, entre 1908, quando o grupo de Bento de Abreu e Plínio de Carvalho inicia o movimento de repaginação da cidade, e 1930, quando da ascensão de Getúlio Vargas, a cidade “não viveu apenas flores”.

Esse recorte do grupo de 1908 é necessário para mostrar dialeticamente o outro lado, ou seja, a realização plástica e social de um lado e a tez autoritária do outro, num testemunho de que Araraquara não viveu apenas flores nesses quase 23 anos em que as oligarquias da ideologia da Cidade-Modelo governaram (1908-1930). Ela transformou a cara e o conceito da cidade, mas nem tudo foi alegria como diz o historiador Rodolpho Telarolli (SOUZA, 2003c, p. 25): “Plínio era filho do segundo casamento do coronel Carvalho e sua longa permanência no supremo posto do Executivo Municipal seria ligada a frequentes atos de capangismo, arbitrariedades e intolerância a qualquer manifestação de oposição política. São ainda bem frequentes, nas reminiscências da velha geração araraquarense, as múltiplas histórias de surras exemplares aplicadas pelos truculentos fiscais municipais, ‘os capangas de Plínio’.” (TELAROLLI, 1997, p. 189, *apud* SOUZA, 2003c, p. 25)

Com a revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, a Câmara é fechada e somente reaberta em 1936. Bento de Abreu é cassado e Plínio de Carvalho afastado, mas ainda conseguiu ser vereador na reabertura do Legislativo de 1936, sendo definitivamente cassado em 1937, quando a Câmara é novamente fechada. Em 1947, Plínio de Carvalho é eleito vereador, mais uma vez. A redemocratização acontecera em 1945, com a queda de Vargas, mas “o período getulista“, segundo Souza (2003c, p. 34), foi politicamente apagado em Araraquara.

A chamada ideologia da Cidade-Empresa começa a nascer em 1947, com os irmãos Rômulo e Aldo Lupo (este último perde a eleição para José dos Santos) e se implanta com a eleição de Antônio Tavares Pereira Lima, em 1951, engenheiro da EFA, apoiado pela família Lupo, mas que não corresponde ao que dele se esperava (SOUZA, 2003c, p. 38), de tal forma que, a partir de 1955, com a eleição do próprio Rômulo Lupo, a nova ideologia cristaliza-se. A ideologia da cidade-modelo fora conduzida por uma elite de origem portuguesa; esta, agora, é liderada por “descendentes de imigrantes italianos que fizeram a América” (SOUZA, 2003c, p. 40). Já comentamos que, pela ideologia da Cidade-Empresa (v. fls. 138), “somente empresários ricos e bem-sucedidos seriam prefeitos de Araraquara” (SOUZA, 2003c, p. 38),

tendo como mote que um prefeito não necessitaria de “experiência política”, mas, da “experiência administrativa”, necessitando ser rico para não viver do salário de chefe do Executivo, nem ser seduzido pelo patrimonialismo (SOUZA, 2003c, p. 41), conforme já comentado nas mesmas fls. 138. No final do segundo mandato de Rômulo Lupo, “a ideia estava cristalizada: Araraquara deveria ser administrada como uma empresa, por alguém sem vícios políticos, que não fosse carreirista ou que não visse na política um meio de tirar proveito do cargo” (SOUZA, 2003c, p. 43).

Mesmo vivendo discordâncias internas, a ideologia da Cidade-Empresa enfileira os mandatos de Benedito de Oliveira, Rubens Cruz, Clodoaldo Medina (dois mandatos), Waldemar De Santi (três mandatos) e Roberto Massafera, o qual governa até 1996. A sequência é quebrada pela ascensão do PT, com Edson Antonio Edinho da Silva em 2001, mas retoma com Marcelo Barbieri, até 2016, quando Edinho volta à Prefeitura.

4.1.5 – Para uma história de Araraquara (1800-2000)

O livro de Rodolpho Telarolli, publicado em 2003, apesar do título despretensioso, é obra de envergadura. Segundo o autor, aborda três “tempos”: 1º - 1800 a 1850 – isolamento, agricultura e pastoreio, até a primeira câmara de vereadores; 2º - 1851 a 1900 – a economia do café, a chegada dos trilhos (fim do isolamento), a imigração substitui a mão-de-obra escrava; 3º - 1901 a 1950 – o café dinamiza a economia até a crise de 1930, prosperidade e urbanização⁹⁹, seguindo-se a industrialização e o êxodo rural, primeiras eleições diretas para prefeito e vereadores; 4º tempo – 1951 a 2000 – inchaço, com crescimento descontrolado e verticalização imobiliária da cidade, agroindústria sucroalcooleira e citrícola.

Registraremos os pontos que nos dizem respeito mais diretamente.

1º - 1800 a 1850 – isolamento, agricultura e pastoreio, até a primeira câmara de vereadores

Ao comentar a fundação da cidade, que ocorrera cerca de 1790, por Pedro José Neto, considerado o fundador porque foi “o primeiro homem branco que se fixou no lugar onde, bem depois, se formaria o povoado”, registra:

Dando asas à imaginação, não é absurdo supor-se que, sendo o aventureiro nascido em São João Del Rei¹⁰⁰, de Minas Gerais, e sabendo-se que sua fuga deu-se por volta de 1790, a desavença política em que estivera metido tenha sido a Inconfidência Mineira. Afinal, foram fatos ocorridos em Vila Rica, atual Ouro Preto, no ano de 1789, que levariam Tiradentes à forca no dia 21 de abril de 1792. Não há, porém, registros oficiais que permitam defender a hipótese desse nobre motivo de fuga. (TELAROLLI, 2003, p. 24)

⁹⁹ Refere-se à época da repaginação da cidade, empreendida pelo grupo de Bento de Abreu e Plínio de Carvalho.

¹⁰⁰ Correa (2008, p. 31) dá como local de nascimento a cidade de Barbacena (MG), em 1.760.

A cidade se tornou a “Freguesia de São Bento de Araraquara, subordinada à Vila de Itu, no dia 22 de agosto de 1817” (TELAROLLI, 2003, p. 26).

As primeiras sesmarias foram concedidas entre 1812 e 1819, sendo que uma delas era do Padre Joaquim Duarte Novais, que dá nome à Rua Padre Duarte. Ele doou parte para a Freguesia de São Bento, repartida em lotes e, com o produto, construiu-se uma nova igreja, em lugar daquela coberta de palha que fora erguida por Pedro José Neto (TELAROLLI, 2003, p. 30). Registre-se que, em verdade, a igreja construída com os recursos oriundos da venda da área cedida pelo Pe. Duarte foi a de 1866, pois a doação ocorreu em 1832 (v. Anexo D, fls. 344).

Algumas áreas eram muito extensas: a sesmaria do Rancho Queimado, adquirida na segunda metade do século XIX por Germano Xavier de Mendonça, tinha 3.600 alqueires paulistas (cada um com 24.200 m²) e dela se destacaram, muito mais tarde, os municípios de Américo Brasiliense e Santa Lúcia.

Quando a freguesia foi elevada a vila, por decreto de 1832, a primeira câmara, que foi empossada em 24/08/1833, tinha como primeiro presidente Carlos José Botelho, pai do futuro Conde do Pinhal, Antônio Carlos de Arruda Botelho, o qual também foi vereador e presidente da câmara entre 1857 e 1860 (TELAROLLI, 2003, p. 41-43).

Como os mortos eram enterrados no piso e no largo da igreja, normalmente construções precárias, as covas não eram profundas, causando mal cheiro e perigo de contaminação. Por isso, uma lei de 01/10/1828 proibira a prática. Mas a câmara de Araraquara resistiu, causando-lhe seguidas cobranças, até 1834. A câmara contemporizou mais um pouco e, por fim, escolheu “um terreno em frente à porteira da chácara de José Manoel Ferraz” (TELAROLLI, 2003, p.43), onde hoje está a Praça Pedro de Toledo (TELAROLLI, 2003, p. 64), a que a população costuma se referir como Largo da Câmara. Todavia, quando Carlos José Botelho veio a falecer, no decênio de 1850, foi sepultado na Matriz (TELAROLLI, 2003, p. 43).

Nos primeiros tempos, em Araraquara, somente se tinha a prática de criar “animais e plantavam o necessário para o viver no dia a dia”. Todavia, já em 1817, havia escravos, o que durou 150 anos. Mas eram caros e, por isso, utilizavam-se agregados, brancos que trocavam seu serviço pelo sustento. No ano de 1811, contavam-se 12 escravos e 17 agregados, que aumentam para 54 e 100, em 1817. A terra quase não tinha valor, mas a situação muda quando, “entre 1830 e 1860”, passa a haver um “incremento da produção de cana-de-açúcar” (TELAROLLI, 2003, p. 49-50). Vê-se, portanto, que a vocação para essa cultura nesta região é muito antiga.

Em 1833, as casas eram de barro e cobertas de palha ou sapé, sendo que a capela era o “ponto de irradiação” do povoado e a cadeia “servia também como câmara de vereadores”. Como o Córrego da Servidão já se encontrava poluído, a população buscava água numa bica ou “no rego de águas limpas que vinha das redondezas de onde hoje é a igreja de Santa Cruz, passando pelo largo da matriz”. Todavia, pelo seu mau uso, houve muito atrito, tentando-se contornar o problema com a construção de uma caixa d’água, mas o córrego acabou “sendo aterrado” (TELAROLLI, 2003, p. 51). Trata-se do rego d’água que passava diante da Matriz, cuja verdadeira história já comentamos (ver fls. 77-78).

2º - 1851 a 1900 – a economia do café, a chegada dos trilhos (fim do isolamento), a imigração substitui a mão-de-obra escrava

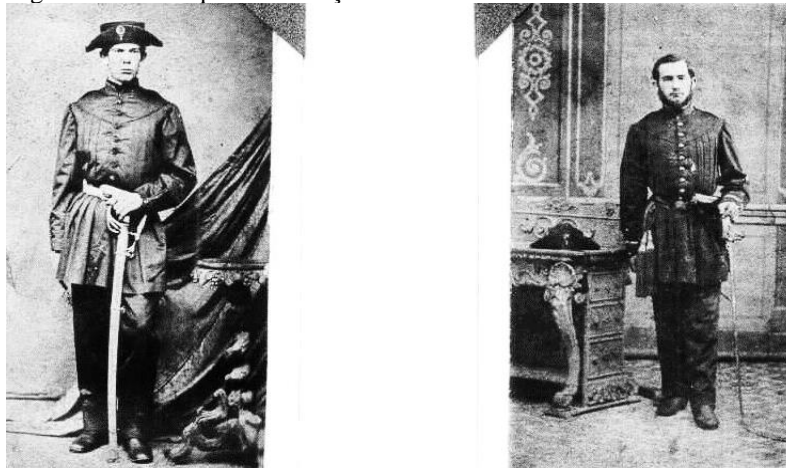
O cultivo de café, no início pouco se desenvolveu, porque era preciso levá-lo por 400 km, até o porto de Santos e o caminho de terra “não era mais do que uma picada, sendo necessário atravessar rios e morros, havendo trechos em que não passavam o carro de boi nem as tropas que levavam mercadorias no lombo” (TELAROLLI, 2003, p. 40). Somente com a construção da ferrovia Santos a Jundiaí, em 1868, a situação melhorou, com sucessivas extensões dos trilhos que, finalmente, chegaram a Araraquara em 1885, mudando a história da cidade e imprimindo-lhe, para sempre, um desenho recortado pelo traçado da estrada de ferro.

Araraquara também ficou ligada à Guerra do Paraguai (1864-1870), pois “o velho caminho que levava ao norte do Estado, atravessando Mato Grosso, para finalmente chegar ao Paraguai”, cortava a Vila de Araraquara, por onde era levado o alimento para as tropas. O trajeto se fazia pela futura Rua 9 de Julho¹⁰¹. Tal fato amedrontou os araraquarenses, pois na fase inicial da guerra os brasileiros estavam sendo derrotados e, se recuassem, temia-se uma batalha em Araraquara, de tal sorte que apareceram voluntários para ir à guerra, em número de trinta (TELAROLLI, 2003, p. 59), chamados de “Voluntários da Pátria” pelo Dr. Joaquim de Almeida Leite de Moraes, presidente da Câmara, em 10/03/1866, epíteto com que passaram para a história. A icônica Rua 5 tem o nome de Voluntários da Pátria, em sua homenagem. Entre os voluntários estavam dois filhos do Coronel Joaquim Lourenço Correa, que “remetia com frequência gêneros para a alimentação das tropas”. Dos seus filhos, Joaquim Lourenço Correa Filho e o tenente Pio Correa da Rocha, o último morreu (TELAROLLI, 2003, p. 60-61), na batalha de Corupaiti, em 24/07/1866 (LOPES, 1999). Os dois voluntários estão na Figura 120, da página seguinte.

¹⁰¹ V. fls. 128. Era o conhecido “Picadão de Cuiabá”, anteriormente utilizado pelos bandeirantes (CORREA, 2008, p. 69-81).

Recorde-se, aqui, que Joaquim Lourenço Correa, pai dos voluntários citados, era, também, pai de Cândido Lourenço Correa da Rocha, o qual veio a ser, por sua vez, o pai de Zulmira Correa da Rocha, mulher do nosso conhecido Pio Lourenço Correa, participante do júri dos acusados pelo assassinato dos Britos e dono da Chácara Sapucaia, onde Mário de Andrade, primo de Zulmira Correa da Rocha e participante da Semana da Arte Moderna de 1922, escrevera sua obra-prima, *Macunaíma* (conforme já comentado nas fls. 106).

Figura 120 – Joaquim Lourenço Correa Filho e Pio Correa da Rocha.

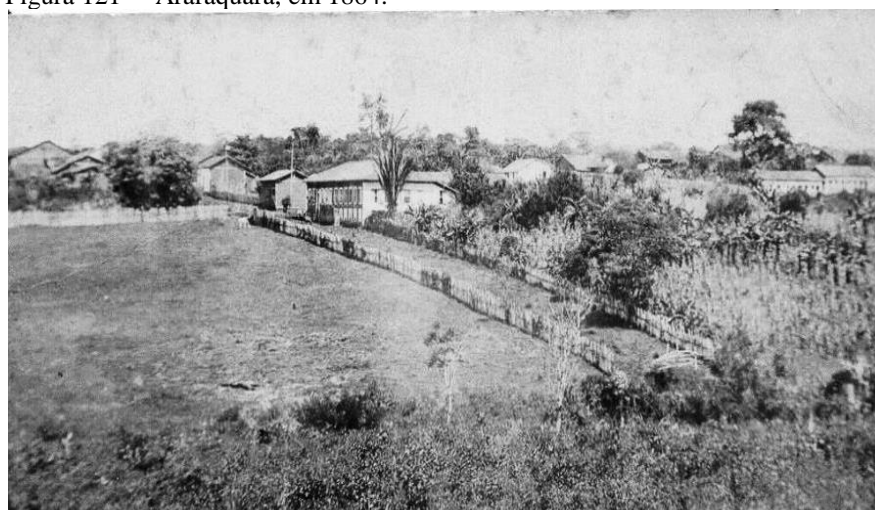


Fonte: LOPES (1999 – CD –Rom)

Além de Pio, o voluntário Francisco Ribeiro do Amaral morreu de varíola, Adam Pinto de Arruda perdeu um olho em combate e Bento Dias Ferraz de Arruda, um braço.

Na figura abaixo, uma visão de Araraquara, em 1864, quando a Guerra do Paraguai teve início.

Figura 121 – Araraquara, em 1864.



Fonte: LOPES (1999 - CD-Rom)

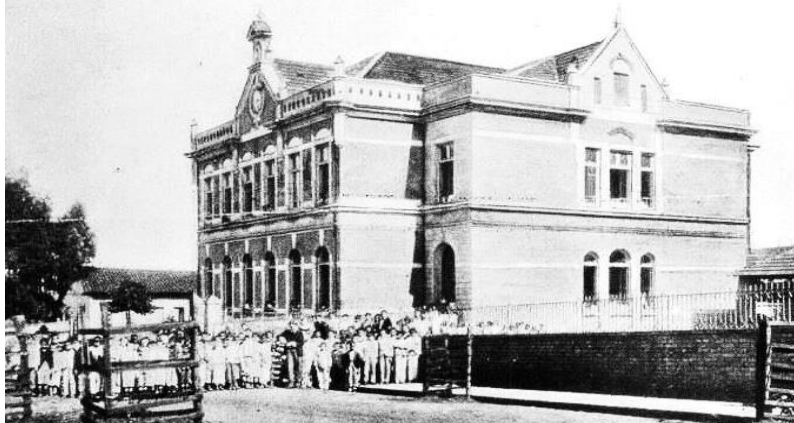
Com as más notícias, muitos se escondiam no mato, para não ser convocados, enquanto outros, para não passar como “antipatriotas ou omissos”, mandavam seus escravos no lugar dos filhos, inclusive alforriando alguns (TELAROLLI, 2003, p. 61). No final da

guerra, começaram a se formar “as primeiras fazendas de café em escala comercial”, o que acabaria por mudar a economia da cidade (TELAROLLI, 2003, p. 62). Consta que, tendo sofrido falta de água na fazenda e, portanto, não podendo “mover a roda para moer a cana e fazer açúcar”, Joaquim Sampaio Peixoto e Francisco de Paula Correa iniciaram uma plantação “de café na década de 1860” (TELAROLLI, 2003, p. 64). Como nota curiosa, na época havia um carpinteiro, Cezário, que fabricava caixões e, para tanto, “tinha riscado no assoalho de sua sala um caixão com as dimensões adequadas”, razão pela qual não havia menino que entrasse ali (TELAROLLI, 2003, p. 64).

Mas, depois, “em 18 de janeiro de 1885”, por influência do Conde do Pinhal, o araraquarense viu pela primeira vez os vagões chegarem na ainda improvisada estação, com orgulho e pasmo”, sendo que, em 1898, seria formada, sob a liderança de Carlos Baptista Magalhães¹⁰², a sociedade que iniciaria a abertura da Estrada de Ferro Araraquara - EFA (TELAROLLI, 2003, p. 69-70).

Com o capital trazido pelo café, havia dois extremos: muitos fazendeiros ou faziam viagens à Europa ou grandes sacrifícios para estudar. O antigo proprietário da Fazenda Salto Grande, que viria a pertencer à família Lupo, Carlos de Almeida Prado, ficou doente em Paris e, de lá, em 1914, fez o inventário da divisão de seus bens; Cândido Lourenço Correa da Rocha, nascido em 1852, estudou em Pouso Alegre, no sul de Minas (distante mais de 300 km), para onde foi a cavalo. Estudava-se em Itu (SP), em Ouro Preto (MG) e em São Paulo. O Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, protagonista no episódio dos Britos, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde, como se sabe, foi colega de Campos Salles e Prudente de Moraes, depois presidentes da República (TELAROLLI, 2003, p. 72) – conexões que lhe garantiram poder político significativo.

Figura 122 – Escola Carlos Baptista Magalhães



Fonte: Lopes (1999 – CD-Rom)

¹⁰² Carlos Baptista Magalhães, depois, faria parte do grupo de Bento de Abreu, o qual reformulou a cidade, no início do século XX.

A primeira escola de 1º Grau, em Araraquara, denominada Carlos Baptista Magalhães (Figura 122, página anterior), cujo prédio existe ainda, foi construída em terreno doado pelo Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz, em 1894. (TELAROLLI, 2003, p. 72). Depois dos acontecimentos dos Britos, a família Carvalho doou área onde foi construído o novo prédio da 2ª escola, o Grupo Escolar Antônio J. de Carvalho (Figura abaixo).

Figura 123 – Escola Antônio J. de Carvalho



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Quando houve a proibição do tráfico de escravos, os fazendeiros começaram a trazê-los do nordeste do Brasil. A Lei do Ventre Livre, de 28/09/1871 e a dos Sexagenários, de 28/09/1885, fizeram os produtores se prevenirem, de tal forma que, com a Lei Área, de 13/05/1888, a imigração europeia já havia colocado “milhares de homens brancos” trabalhando “nas fazendas de café de Araraquara” (TELAROLLI, 2003, p. 75-76).

Digno de nota é um fato ocorrido em 1833, que lembra bastante a farsa do linchamento dos Britos. Um grupo de coronéis, entre os quais Antônio Joaquim de Carvalho, seu oponente político, Joaquim Duarte Pinto Ferraz e também Carlos Baptista Magalhães, reuniram-se para planejar a expulsão “à força” do advogado Antônio Henrique da Fonseca, “mesmo que fosse a poder de porrete, como sabiam muito bem fazer”, o que foi marcado para o dia 28/10/1833. O advogado, enviado dos abolicionistas, atuava juridicamente, alforriando escravos, sempre que a lei o permitisse. Mas, avisado do que se estava planejando, abandonou o lugar, de madrugada, sem ser visto. No dia aprazado,

[...] a cavalo e a pé, reuniram-se mais de 200 pessoas no largo da Matriz, em frente da casa do coronel Carvalho. Eram os fazendeiros e seus agregados que, em grande algazarra, foram até a casa do advogado, certificando-se de que ele não mais se encontrava na cidade. O juiz de direito acabou também deixando o seu cargo, retirando-se. O grupo percorreu as ruas com gritos de “viva” em meio a muitos foguetes. (TELAROLLI, 2003, p. 77)

Várias ocorrências críticas envolveram escravos. Já em 1845, houvera o assassinato do senhor (em termos da época) por um escravo; em 1886, no bairro do Chibarro, um escravo trucidou, com uma foice, o administrador da fazenda do sogro. Outro escravo, Antônio Angola, foi condenado ao enforcamento pelo assassinato de (em termos da época) seu dono, Antônio de Oliveira Matosinhos. Para o mister, veio um carrasco de São Paulo, cumprindo-se a pena em 09/12/1845. A forca foi erguida perto de onde está o Jardim da Independência. À rua onde isso ocorreu, o povo deu o nome de Rua da Forca ou Rua da Boa Morte (atual Av. D. Pedro II), enquanto o Jardim Independência (anteriormente, Jardim Público) “ficou conhecido como Largo da Boa Morte” (TELAROLLI, 2003, p. 77-78).

Também já citamos (fls. 68) o caso dos escravos Guilherme e Veríssimo, linchados em 10/11/1889 (TELAROLLI, 2003, p. 79). A respeito desse caso, o já citado “Pio Lourenço Correa diria que havia sido um ‘ato de saudável expurgo’” (TELAROLLI, 2003, p. 83).

Ora, se por um lado a pressão injusta sobre os escravos, com cuja existência não se pode concordar, acabava por causar reações extremas, por outro lado, igualmente, não haveria de se admitir a justiça pelas próprias mãos. Todavia, há de se considerar que aos escravos, considerados como “propriedades”, não era reconhecido direito algum.

Desde algum tempo, os fazendeiros de Araraquara passaram a preferir o trabalho dos imigrantes ao dos escravos. O investimento no escravo era alto¹⁰³, devia ser efetuado antecipadamente e sem garantia de retorno. Já o imigrante trazia a família, tinha experiência nos afazeres do campo, trabalhava antes e recebia depois, com desconto do que lhe fora fornecido (TELAROLLI, 2003, p. 82).

Há relatos de imigrantes ludibriados pelos fazendeiros, com atritos e violência, porque “no acerto de contas, pouco sabendo da língua nacional, eram sempre debitados por valores maiores do que os que teriam por receber no acerto da safra”. Mas o trabalho remunerado nas fazendas “promovia a circulação da riqueza”, pois as fazendas não eram completamente autossuficientes, de tal forma que muita coisa era comprada na cidade, com as “casas comerciais crescendo em número e importância” (TELAROLLI, 2003, p. 88-89).

Araraquara viveu alguns surtos de doenças, como a febre amarela, em 1895 e 1896, com “a transferência da administração e da sede da Comarca” para a “estação da estrada de ferro em Américo Brasiliense”. A causa da doença só foi identificada depois do surto, em 1901, dando ensejo, anteriormente, a diversas teorias sobre sua origem, “como a transmissão pela água contaminada, por frutas e outros alimentos e até pela simples propagação do ar”

¹⁰³ “[...] dez escravos, conforme o tempo e o lugar, podiam valer tanto quanto uma fazenda de bom tamanho” (TELAROLLI, 2003, p. 82).

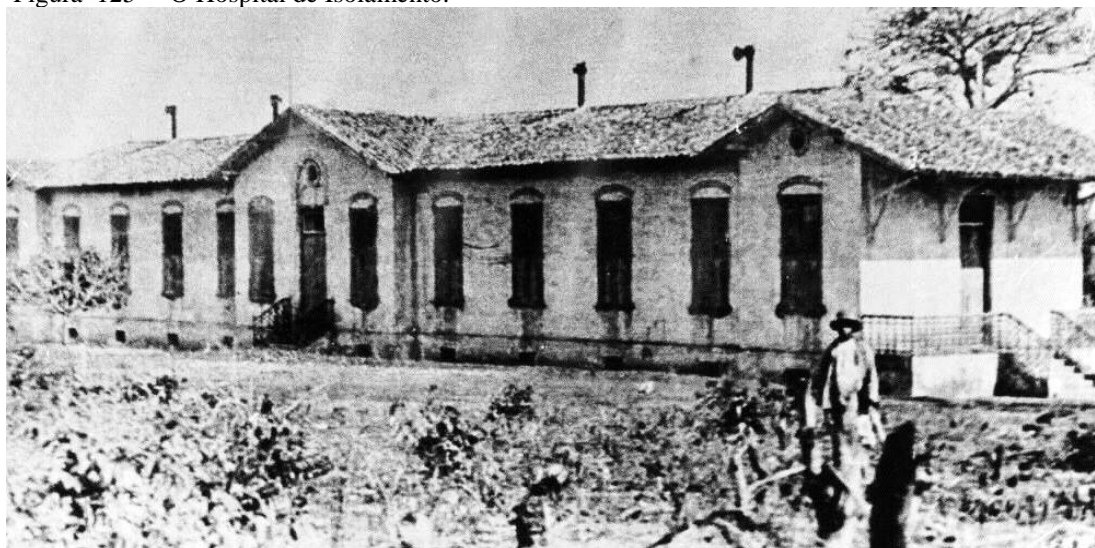
(TELAROLLI, 2003, p. 99). A população urbana, de 4.000 habitantes, sofreu 800 mortes. Para atendimento, usava-se o Hospital de Isolamento, existente desde 1890, quando da epidemia de varíola. Adotaram-se medidas como cair “cercas, paredes de casa, espalhada a cal na terra das ruas, jogada cal nos poços d’água, plantados eucaliptos nas ruas e praças, pensando assim purificar o ar” (TELAROLLI, 2003, p. 100). Uma antiga foto da igreja de Santa Cruz exibe um dos eucaliptos então plantados.

Figura 124 – Igreja de Santa Cruz, com eucalipto ao lado (cerca de 1908)



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 125 – O Hospital de Isolamento.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Tanto as vítimas da epidemia de varíola, de 1890, como as da febre amarela, eram enterradas no local onde, depois, foi o cemitério dos Britos. O local foi escolhido, a cerca de 5 km na direção oeste do núcleo citadino, num bairro rural (denominado das Cruzes), porque

“os ventos predominantes na cidade não vêm daquela região” e, assim, “acreditava-se tornar mais difícil o contágio, que pensavam vir do restos mortais enterrados”. No local “ainda é possível ver-se ruínas de túmulos de mais de 100 anos atrás, de sepultamentos dos tempos da febre amarela” (TELAROLLI, 2003, p.101).

Figura 126 – Túmulos centenários no cemitério dos Britos.



Fonte: acervo do Autor.

Quando, no início de 1896, as autoridades sanitárias ordenaram o fechamento do Hospital de Isolamento - entre outras razões, porque não havia mais nenhum interno e, daqueles lá tratados 72% haviam falecido, enquanto que os tratados em casa sobreviviam em 70% dos casos -, os coronéis¹⁰⁴, que ainda se mantinham em Américo Brasiliense, responderam que não o fariam, até que a epidemia fosse debelada, mas foram obrigados a cumprir a determinação. Um outro imóvel, no bairro de São Geraldo, depois, foi transformado em isolamento (TELAROLLI, 2003, p. 105-106).

Além da febre amarela e da varíola, Araraquara sofreu outra epidemia, em 1918 e 1919: a chamada febre espanhola, com centenas de mortes. Na ocasião foram vítimas, também, o presidente eleito Rodrigues Alves, que faleceu na véspera da posse, e o conhecido poeta Olavo Bilac (TELAROLLI, 2003, p. 107). Nos dias atuais, a cidade, apesar de todo o progresso da medicina, vive uma epidemia de dengue.

Em 1896 foram plantados cerca de 5.000 exemplares de eucaliptos, por ocasião da epidemia de febre amarela, árvores que não seriam as mais adequadas para a arborização da cidade, face ao porte que alcançam e os estragos que podem causar ao calçamento com suas fortes raízes, mas que se acreditava contribuiriam para melhorar os ares. Em 1911, o prefeito

¹⁰⁴ A comissão de higiene da Câmara era composta pelos coronéis João de Almeida Leite de Moraes, Joaquim Duarte Pinto Ferraz e Germano Xavier de Mendonça.

Dário Alves de Carvalho “mandou vir do Rio de Janeiro 400 mudas de oitis”, as quais foram plantadas nas Ruas 3 (São Bento) e 5 (Voluntários da Pátria). Estes últimos ainda sobrevivem entre as Avenidas Djalma Dutra e José Bonifácio (TELAROLLI, 2003, p. 109-110).

3º - 1901 a 1950 – o café dinamiza a economia até a crise de 1930, prosperidade e urbanização

A riqueza trazida pelo café influenciou de modo decisivo o desenvolvimento da cidade. Já em 1893 havia um Banco de Araraquara e um outro, com o mesmo nome, foi fundado em 1911. Deste último, era presidente Antônio Joaquim de Carvalho Filho, sendo um dos diretores, Bento de Abreu Sampaio Vidal. Como se sabe, os trilhos chegaram a Araraquara pelo capital dos fazendeiros capitaneados pelo Conde do Pinhal, em 1885. No ano seguinte, fundou-se a Estrada de Ferro Araraquara - EFA, responsável por propiciar o desbravamento de todo o noroeste do Estado. (TELAROLLI, 2003, p. 113-114).

Os fazendeiros contribuíram para inúmeros empreendimentos na cidade: a construção do Jardim Público, em janeiro de 1899; a compra do sino de bronze da Matriz, em 1893, financiada por Mafalda Pinto Ferraz; a imagem de São Sebastião, doada por Sebastião Machado de Barros, e a de São Bento por Mariquinha Vaz; o órgão da Matriz¹⁰⁵ veio da Europa, doado por Tito de Carvalho (apelido de Antônio Joaquim de Carvalho Filho); foram também doações de fazendeiros o relógio da torre, de 4 faces, e o altar. Os terrenos para construção das escolas de 1º grau também foram doações de produtores de café (TELAROLLI, 2003, p. 115). Todavia, são esquecidos os escravos, certamente utilizados como mão-de-obra em todos os trabalhos.

Nesse “desprendimento que os fazia gastar em benefício de toda a coletividade, havia um sincero amor pela cidade e preocupação com o interesse público” – sentimento topofílico. Além disso, havia “o desejo de ostentação de poder em relação aos conterrâneos e também a visitantes ilustres e políticos regionais”, ou seja, “a busca de *status* social” (TELAROLLI, 2003, p. 116).

O historiador dá-nos notícia de que “o povo assistiu bestificado” à Proclamação da República, sendo que “o golpe de Deodoro” foi uma surpresa¹⁰⁶. Pio Lourenço Correa, que no julgamento dos assassinos dos Britos era jurado, escreveu sobre os mais diversos assuntos, mas não deixou uma única linha acerca da Proclamação.

¹⁰⁵ Esse órgão, segundo depoimento de José de Campos Machado (ver fls. 310), “sumiu” durante a demolição do templo anterior da Matriz e se encontraria, hoje, na cidade de Itápolis (SP).

¹⁰⁶ Depoimento de Domingos Carnesseca Neto, citação de fls. 289.

Em Araraquara, havia duas correntes quando do Império: uma, liderada pelo Coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz, era monarquista; a outra, republicana, tinha como figura mais proeminente o Coronel Antônio Joaquim de Carvalho. As duas facções, em geral, tinham um convívio harmônico. Quando D. Pedro II visitou Araraquara, em 1886, por exemplo, foi um republicano que cedeu sua casa “para a recepção ao monarca, retirando-se para sua fazenda”. Todavia, as oposições entre monarquistas e republicanos explodiram com o episódio dos Britos (TELAROLLI, 2003, p. 85).

A epidemia de febre amarela, inclusive, foi utilizada, também, para transferir o julgamento dos acusados pelos assassinatos à estação de Américo Brasiliense.

Nesse caso a doença foi usada como pretexto dos donos do poder para facilitar a absolvição dos réus. O julgamento foi feito em julho de 1897, quando não mais ocorria epidemia da febre em Araraquara. Feitas as reuniões do júri num local distante e isolado, próximo de fazendas de aliados políticos, isso servia para intimidar os acusadores, o promotor, advogados e principalmente os 12 jurados que deram a palavra final, absolvendo todos os acusados. (TELAROLLI, 2003, p. 100-101)

Em 30 de janeiro de 1897, numa farmácia do Largo da Matriz, Rozendo de Brito, em função de divergências com seu ex-protetor, o Coronel Antônio J. de Carvalho, matou-o, ao que tudo indica, em legítima defesa. “O assassino e seu tio, que nada tivera com o caso, foram presos na cadeia muito precária, no largo da Matriz, em frente à igreja, onde atualmente fica o chafariz no centro da praça” (TELAROLLI, 2003, p. 118). No noite da missa do sétimo dia, 06 de fevereiro de 1897, os Britos foram arrancados da cadeia e brutalmente assassinados. “A ação, ao que tudo indica, foi coordenada pelo Dr. Theodoro Dias de Carvalho Júnior”, que apesar do sobrenome não era parente do coronel, mas casado com uma filha dele. Pela brutalidade, o caso passou “a ocupar grande espaço nos jornais de São Paulo, repercutindo em todo o Brasil”, com os monarquistas atribuindo a culpa à “república e aos republicanos” (TELAROLLI, 2003, p. 119). Sobre a cidade baixou o estigma de Linchaquara “e a fama de gente de sangue ruim, ou seja, sem qualquer princípio de civilização”. O episódio “deve ser compreendido “à luz do coronelismo, o sistema político que vigorava então” (TELAROLLI, 2003, p. 120).

Esses homens tinham as portas do governo abertas em São Paulo e era por intermédio deles que os municípios eram atendidos em seus pedidos, que eram frequentes, devido à pobreza do erário municipal. Em troca, o coronel ganhava prestígio perante os seus conterrâneos e, assim, por ocasião das eleições, comandava os eleitores para a direção desejada, perpetuando o poder em todas as esferas. As vilas e cidades muito deviam a eles, mas eram quase sempre homens truculentos, não hesitando em eliminar o inimigo a quem perseguiram, dando aos amigos tudo o que precisassem. (TELAROLLI, 2003, p. 120)

Entre os artistas, são destacados os da família de Vincenzo Abramo, italiano que “viveu em Araraquara, nos fins do século XIX e início do XX”. Teve cinco filhos, dois dos quais nascidos aqui, Lívio e Athos. Nasceram em São Paulo, Fúlvio, Cláudio e Lélia. Esta última, Lélia Abramo (1911-2004), foi uma conhecida artista que, antes da II Guerra foi-se tratar na Itália e de lá só pode voltar em 1950, atuando no cinema e na televisão. Por ser uma ativista, foi perseguida e boicotada pela Globo. Em 1999 recebeu o título de “Cidadã Benemerita de Araraquara”. “Athos foi crítico de teatro e poeta” enquanto Cláudio, jornalista com coluna na Folha de São Paulo. (TELAROLLI, 2003, p. 123).

Fica interessante recordar que o código de posturas, da Prefeitura, de 1902, estabelecia que as ruas deveriam ter 16 metros de largura, no mínimo e, as calçadas, 1,60 metros¹⁰⁷. O leito carroçável, sempre abaulado para facilitar o escoamento das águas, foi coberto com paralelepípedos, que vieram de Jundiaí, por trem (TELAROLLI, 2003, p. 125-126). Esse calçamento ainda subsiste em vários pontos da cidade, como é o caso da Rua Cinco. Como anota Telarolli (2003, p. 125-128), as praças e cruzamentos das ruas deviam ser arborizadas, sendo proibidos dispositivos onde se pudesse amarrar cavalos, para evitar seus dejetos. Todos os logradouros públicos deveriam ser identificados por placas – providência que nos falta nos dias atuais. As construções deveriam ter 4,40 m de altura no térreo e 4,20 no andar superior, a fim de garantir boa ventilação. As casas comerciais, para atender ao público rural, fechavam às 21 h, no outono/inverno (abril a setembro) e às 22 h na primavera/verão (outubro a março). Ou seja, pode-se dizer que, no início do século XX, Araraquara já adotava uma espécie de “horário de verão”.

No início daquele século, grandes boiadas ainda cruzavam a cidade¹⁰⁸, através da rua atualmente denominada Djalma Dutra e das ruas 6 (atual Carlos Gomes) e 9 (atual Humaitá). A rua 2 (hoje, 9 de Julho) também era utilizada, uma vez que sempre fez parte do caminho utilizado desde os tempos dos bandeirantes (TELAROLLI, 2003, p. 128-129).

No começo do século passado, “as avenidas eram denominadas com números pares a partir da atual Av. São Paulo, para os lados do norte, começando do 2. E para o lado sul, a numeração era ímpar, começando do 1, que era a atual avenida Brasil. Quanto às ruas, a

¹⁰⁷ Quase a totalidade das calçadas do centro da cidade foram estreitadas no segundo mandato de Waldemar De Santi (1989-1992), por causa do volume de tráfego. A Rua 4 (Pe. Duarte), curiosamente manteve uma das calçadas com essa largura porque sob ela passa uma galeria com fios de telefone (entrevista de João B. Ditodaro, em declaração das fls. 307).

¹⁰⁸ Domingos Carnesseca Neto recorda de boiadas atravessando a cidade ainda na década de 1960 (v. parte final de seu depoimento, p. 295). Este Autor também recorda delas na mesma época.

numeração era sequente começando do 1, atual rua Gonçalves Dias”¹⁰⁹(TELAROLLI, 2003, p. 126).

O Jardim Público (atual Independência), pouco depois de inaugurado, em 1899, era cercado para evitar estragos por animais, com dois portões (fechados à noite), nas esquinas da Rua Pe. Duarte com a D. Pedro II (a antiga Rua da Forca) e na Voluntários da Pátria (rua 5) com a XV de Novembro. Acidentes com fogos de artifício determinaram que os mesmos somente poderiam ser utilizados em locais amplos e abertos. Surgiu, então, o ofício de fogueteiro¹¹⁰, o qual era encarregado de soltar os fogos e também de fabricá-los (TELAROLLI, 2003, p. 135-136).

Durante algum tempo, a Prefeitura mandou cerrar as portas do cemitério “velho”, no prolongamento da Avenida 2 (atual Av. São Paulo), hoje conhecido como Cemitério de São Bento, por causa da febre amarela, epidemia de 1895 e 1896, já que se acreditava que “os ares pestilentos emanados das sepulturas pudessem ser formas de transmissão do mal”. Os sepultamentos deveriam ocorrer

num cemitério improvisado, distante 5 quilômetros da cidade, no norte, local que era então zona rural, no bairro das Cruzes, razão pela qual se denominava Cemitério das Cruzes, depois conhecido como Cemitério dos Britos, abandonado por muitos anos e, depois, reativado pela prefeitura, como Cemitério das Cruzes novamente”. TELAROLLI, 2003, p. 136).

Só se permitiam exceções se “os serviços não resultassem no revolvimento do solo”. (TELAROLLI, 2003, p. 136).

Outrossim – o que nos dá ensejo a uma conclusão no mínimo macabra – era estipulada “pesada multa e cinco dias de prisão para todo aquele que abandonasse cadáveres nas portas das igrejas, no cemitério ou em outros lugares públicos” (TELAROLLI, 2003, p. 137).

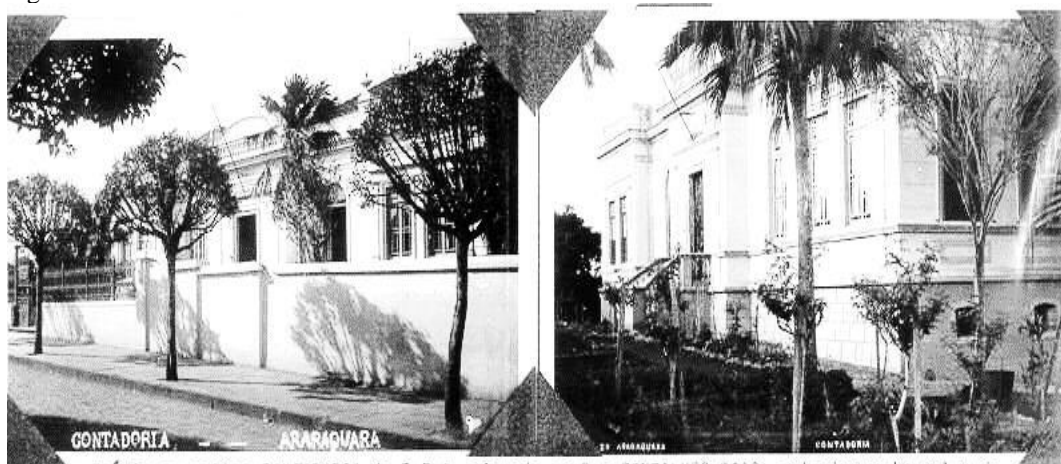
Em 1902, somente o núcleo em volta da Matriz era densamente habitado. Em direção radial, havia cada vez menos edificações, sem arruamento (TELAROLLI, 2003, p. 139). Onde existiam mais habitantes era na Rua do Comércio, a Rua 2 (atual 9 de Julho), onde moravam 623 pessoas em 124 casas. A população, na época, era de 4.046 pessoas. Na Rua 2 moravam e/ou negociavam pessoas que dariam origem a tradicionais famílias de Araraquara, como Francisco Lia, Francisco e José Barbieri, João e Henrique Lupo, o maestro José Tescari, Vicente Cesarino (irmão do padre Antônio Cesarino, da “maldição da serpente”), Casemiro

¹⁰⁹ V. fls. 312, depoimento de Luiz Antonio Alberto.

¹¹⁰ O Autor teve um cunhado, Paulo Diogo Ramos da Costa, falecido em 1999, de alcunha “Paulo Fogueteiro”, que exercera esse ofício, tendo sido, também, proprietário de uma fábrica de fogos (Fogos Triumpho), localizada nas margens da Via Washington Luiz.

Perez (dono de uma das mais antigas padarias de Araraquara e avô de nossa entrevistada Inayá Bittencourt e Silva). Entre outros habitantes ilustres da cidade estavam o próprio padre Antônio Cesarino, morando na Rua 3, defronte à Matriz; Carlos Baptista Magalhães morava na Rua 1, numa chácara, defronte de onde seria a Fábrica Lupo, e, na qual, posteriormente, foi erguida a sede da EFA, edifício conhecido como “Contadoria” (atualmente, abriga a Coletoria Estadual) (TELAROLLI, 2003, p. 139-142).

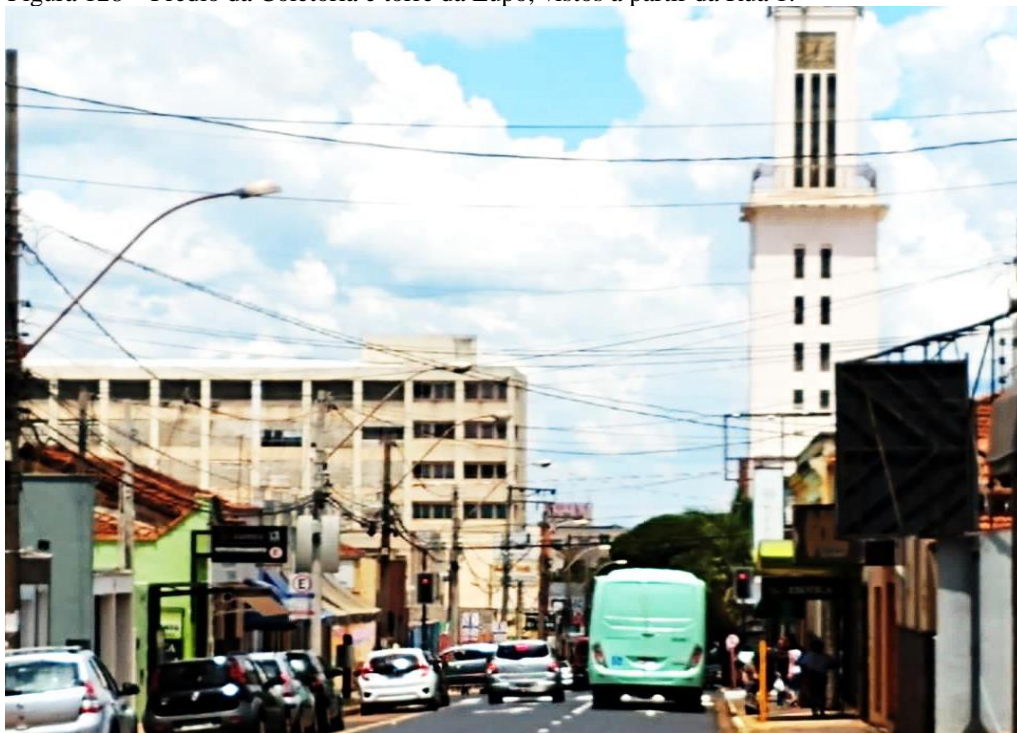
Figura 127 - Contadoria da EFA.



Prédio da antiga CONTADORIA da E.F.A. situado na Rua GONÇALVES DIAS, anteriormente solar da família CARLOS BAPTISTA MAGALHÃES, um dos fundadores da CIA. ESTRADA DE FERRO ARARAQUARA

Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura 128 – Prédio da Coletoria e torre da Lupo, vistos a partir da Rua 1.



Fonte: acervo do Autor.

Outro morador ilustre da cidade era o engenheiro alemão Carlos Necke, que ocupava a chefia do tráfego da estrada de ferro. Ele “construiu uma casa na esquina da rua 5 com avenida D. Pedro, com frente para a Praça da Independência, uma casa luxuosa e singular pelo estilo europeu do telhado, todo feito com ardósia escura, e um acabamento em forma de torre” (TELAROLLI, 2003, p. 142). Essa residência, atualmente, pertence à UNIARA (ver fls. 126).

Foi em 1909 que o então prefeito Américo Danieli negociou com a Cia. Paulista de Estradas de Ferro para que esta “construísse um túnel sob os trilhos, estabelecendo uma ligação direta com a Vila Xavier. Até então, no cruzamento da avenida São Paulo com os trilhos, havia uma porteira que se fechava com a passagem das composições”. A prefeitura fez a remoção de 7.000 m³ de terra e efetuou o rebaixamento dos encanamentos de água e esgoto. Havia um tal aumento de composições que as porteiros “fatalmente ficariam fechadas durante o dia todo”, fato que impediria “a comunicação da parte central da cidade com a Vila Xavier”. Essa continuaria a ser, durante 50 anos, a única comunicação com a Vila Xavier, tendo a Prefeitura calçado com paralelepípedos a atual Av. São Paulo, desde a Rua 3 (São Bento), para facilitar o embarque do café. Na década de 1960, construiu-se um viaduto ligando a Av. Barroso, no centro, com a Pe. Antônio Cesarino, na Vila Xavier, bem como outro ligando a Rua Duque de Caxias com a 22 de Agosto, esta na Vila Xavier (TELAROLLI, 2003, p.147-152). O relato da segregação da cidade pelos trens nos recorda outro, bem recente, verificado durante nosso mestrado, com referência ao distrito de Bueno de Andrada, quando o entrevistado Geraldo Solcia (gerente administrativo do subdistrito e subprefeito por 18 anos), reclamava dos trens que estacionavam por lá e impediam a circulação das pessoas entre as duas partes da cidade:

Quando o trem da ALL¹¹¹ se detém em Bueno de Andrada, fica-se até duas horas esperando que se movimente e não dá para passar de um lado para o outro da cidade: por exemplo, de um lado fica o posto de saúde; do outro, está a creche e a rodovia por onde passam os ônibus. Para atravessarem de um lado a outro, as pessoas acabam passando por sob o trem. Já aconteceu de doente no Posto de Saúde precisar ser levado por baixo do trem a fim de seguir na ambulância. Através do Ministério Público, a ALL foi notificada de que deverá pagar uma multa se a composição ficar mais do que quinze minutos parada, mas não adiantou. (DEMARZO, 2014, p. 153-154)

Já no terreno onde se formou o Praça Pedro de Toledo, durante muito tempo conhecida por Largo da Câmara, existia, desde 1898 o sobrado hoje ocupado pelo Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria. Lá funcionou a cadeia e o fórum, que se mudaram, em 1914, para a esquina da Av. José Bonifácio com a Rua Pe. Duarte.

¹¹¹ Sigla da América Latina Logística, então concessionária dos trilhos.

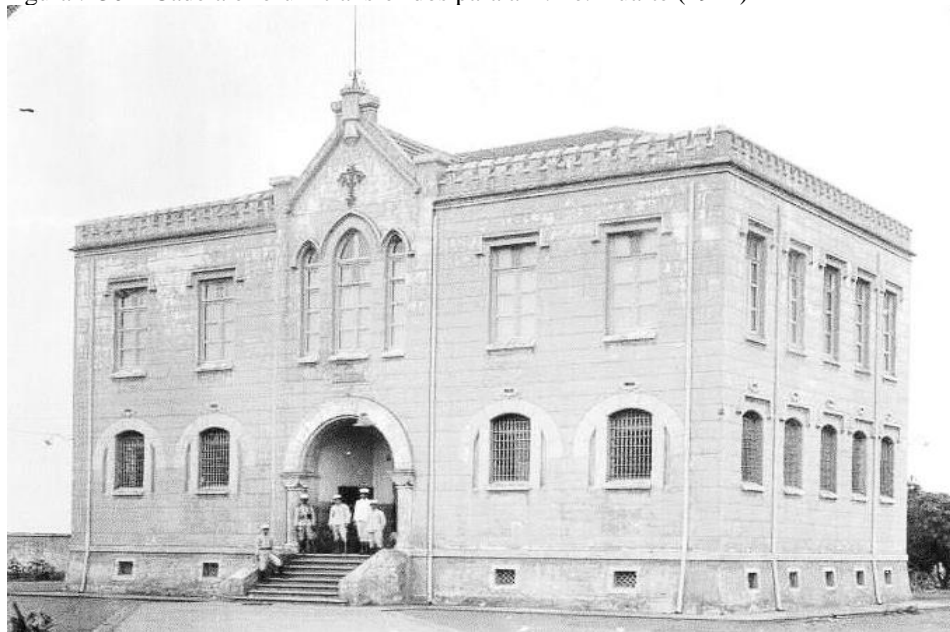
Nas figuras abaixo estão o prédio do atual Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, em 1910, ao tempo em que funcionou como cadeia e fórum, bem como o prédio para onde se mudaram essas instituições, na esquina da Rua Padre Duarte com a Avenida José Bonifácio.

Figura 129 – Cadeia e fórum em 1910.



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Figura .130 – Cadeia e fórum transferidos para a R. Pe. Duarte (1914)



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

O único beco da cidade tornou-se a Av. 14, atual Osório (que possui a particularidade de ter um só quarteirão), quando se adquiriu uma casa existente nos fundos da Igreja de Santa Cruz, em 1909. Em 1911 comprou-se o terreno da Rua 3 (Rua São Bento),

onde seria erguido o antigo teatro municipal. O largo da Matriz foi ajardinado, construindo-se um tanque ovalado onde se instalaria o chafariz. (TELAROLLI, 2003, p. 153-154). Este, aliás, foi o local em que estivera a primitiva cadeia da cidade, palco do assassinato dos Britos.

O Cemitério das Cruzes continuava fechado, mas as vítimas de doenças contagiosas ainda eram sepultadas ao lado. Todavia, seu fechamento, em verdade,

[...] ligava-se à intenção de impedir o culto que já se formara na visitação aos túmulos de Manoel e Rozendo de Brito. Apesar da intensa repressão exercida sobre o cultivo da memória dos episódios de 1897, pois filhos do Coronel Carvalho eram influentes na política da cidade, nada conseguiu impedir que se fortalecesse, com o passar dos anos, a crença no “poder milagroso” de tio e sobrinho, criando-se uma mística dos “santos Britos”. (TELAROLLI, 2003, p. 154)

Em 1908, o comando da política local passou para a liderança do fazendeiro Bento de Abreu Sampaio Vidal¹¹², com um grupo que dominará a administração de Araraquara até a Revolução de 1930. Ligavam-se a Bento de Abreu, dois filhos do Coronel Carvalho, Dario e Plínio de Carvalho, além de Carlos Baptista Magalhães e Américo Danieli. É importante registrar que, ao tempo, era possível acumular cargos legislativos e executivos, de tal sorte que Bento de Abreu e Plínio de Carvalho, a fim de conseguirem melhores canais com o governo do estado, “chegaram a exercer vários mandatos como deputados estaduais, ao mesmo tempo que ocupavam em Araraquara, respectivamente, os cargos de presidente da Câmara Municipal e prefeito” (TELAROLLI, 2003, p. 169). Enquanto Plínio notabilizou-se, também, por “inúmeros casos de violência física cometida contra adversários que ousaram contestar o grupo no poder”, Bento de Abreu silenciava-se em conveniente partidário, jamais se envolvendo com tais fatos. Era empresário muito rico, com fazendas em Araraquara, Jaboticabal, Pirajuí e Marília, da qual, inclusive, era dono da maior parte da área urbana. Sempre pregou a diversificação, propugnando que, ao lado do café, se desenvolvesse a criação de gado para corte e leite, produção de vinho, bicho da seda, fruticultura em geral, além de criação de porcos e galinhas – estes últimos produtos requeridos para exportação pela Companhia Armour (TELAROLLI, 2003, p. 169-171).

A decadência do café acentuou-se, paulatinamente, a partir dos anos 1920. A Prefeitura ofereceu uma alternativa, dando 20 anos de isenção de impostos municipais à Fábrica Diana Lopez, nos anos 1930, que produzia óleo comestível de caroço de algodão. Isso estimulou seu plantio, de tal forma que outra indústria, a Anderson Clayton, também aqui se instalou: a produção de algodão era grande, pois atendia às duas fábricas e ainda exportava para outras cidades (TELAROLLI, 2003, p. 179-181).

¹¹² Na sua Fazenda Alpes, no então distrito de Santa Lúcia, ele mantinha 355.000 cafeeiros e 400 cabeças de gado (TELAROLLI, 2003, p. 167)

Na metade do século XIX, prosperou a produção de mandioca para a indústria, arroz, feijão, milho e cítricos, principalmente laranjas, além de produção pecuária (TELAROLLI, 2003, p. 177)

Nos anos 1940, o município ainda compreendia distritos que, depois, se tornaram municípios: Rincão, Gavião Peixoto, Motuca, Américo Brasileiro e Santa Lúcia, além de Bueno de Andrada que ainda hoje se mantém como distrito. Para se ir de Motuca a Gavião Peixoto são 80 quilômetros – ou seja, o município era muito grande. A ligação com São Paulo fazia-se pela estrada de ferro, mas havia uma opção rodoviária que “dava a volta por Porto Ferreira, a fim de evitar a serra de Rio Claro” (TELAROLLI, 2003, p. 179). O abastecimento de carne era feito através do matadouro local, mas o Frigorífico Anglo, de Barretos, já começava a mandar seu produto para cá (TELAROLLI, 2003, p. 182).

O transporte na cidade era efetuado principalmente através dos táxis, então chamados de “carros de aluguel”. As cargas circulavam, a partir da estação ferroviária, também por caminhões de aluguel, que lotavam os espaços defronte à estação ferroviária (conforme se vê na Figura 131, abaixo), principalmente por empresas, pois o custo era menor do que investir em caminhão próprio (TELAROLLI, 2003, p. 183).

Figura 131 – Caminhões de aluguel, defronte à estação ferroviária



Fonte: LOPES (1999 – CD-Rom)

Nos anos 1940 florescia o *footing* na Rua 3, ainda com oitões e “milhares de rosas de todas as cores, num clima de lirismo e romance”. Quase não havia calçamento, além das ruas do centro, e a Casa Barbieri, na rua 2 (9 de Julho), era a principal loja, inclusive da região, com compradores de outras cidades, pois exibia uma variedade imensa de produtos: “cristais e perfumarias, chapéus e sapatos, brinquedos de mola e discos, casimira inglesa e perfumes franceses” (TELAROLLI, 2003, p. 187-186). Na figura a seguir, a Casa Barbieri enfeitada, no natal de 1955.

Figura 132 – Casa Barbieri, Natal de 1955.



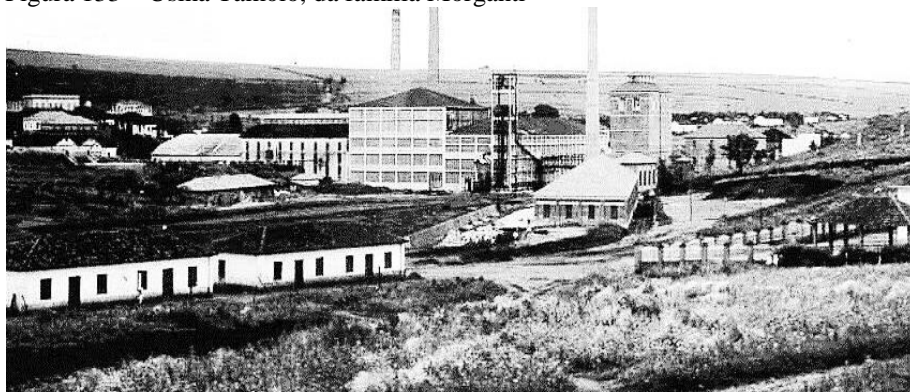
Fone: Museu da Pessoa

Telarolli (2003, p. 191) diz que a Fábrica Lupo foi “o mais antigo empreendimento de grande porte que funciona em Araraquara por uma iniciativa familiar, que não se liga à agroindústria”. Começou com duas máquinas usadas, na própria casa de Henrique Lupo, sendo que “a banheira da casa servia como tinturaria das meias”. Embora fosse relojeiro, também se dedicava “a próteses dentárias”. A Lupo “foi e continua sendo um referencial de Araraquara”.

Nos anos 1950 instalou-se aqui a Usina Tamoio (Figura 126, abaixo), que “era frequentemente referida como a maior do continente”, integrando a Refinaria Paulista, criada pelo imigrante Pedro Morganti, também com unidades em Guatapar e Ribeirão Preto.

Suas terras cultivadas abrangiam uma área de 5 mil alqueires. O transporte da cana cortada, até a Usina, era feito por uma malha ferroviária com a extensão de 100 quilômetros de trilhos, com bitola de um metro, sobre os quais rodavam vagões puxados por locomotivas. Milhões de eucaliptos formavam sua reserva de combustível. Pelas terras dos Morganti passavam os trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que vinham e iam rumo à capital e faziam parada na Esto Tamoio, não longe da sede. (TELAROLLI, 2003, p. 194).

Figura 133 – Usina Tamoio, da família Morganti



Fonte: LOPES (1999 - CD-Rom)

Quando Pedro Morganti faleceu, os negócios passaram para seus filhos, entre os quais, Hélio Morganti, que manteve grandes laços com a cidade, até falecer em 1995. Foi um grande mecenas das artes em Araraquara (TELAROLLI, 2003, p. 194).

Além das indústrias de óleo de algodão, da Tamoio e da Lupo, já ao final dos anos 1940, instalou-se em Araraquara, a Nestlé, uma das maiores indústrias do mundo no ramo de processamento de leite (TELAROLLI, 2003, p. 197-198).

A decadência do café promoveu o retorno da cultura da cana, a qual se utilizou muito dos chamados “boias-frias”, trabalhadores rurais que moravam nos arredores da cidade ou improvisamente em alojamentos, pois grande parte vinha do nordeste e regiões mais pobres de Minas Gerais, durante os meses da safra (maio a novembro). A indústria sucroalcooleira promoveu, durante muito tempo, as queimadas da cana e teve grande impulso com o programa do “Pro-Álcool”, face à crise do petróleo dos anos 1970. Aos poucos, foi-se passando para a colheita mecanizada (TELAROLLI, 2003, p. 199-201).

O livro não poderia se encerrar, sem se referir ao antigo teatro municipal, o que é feito nas páginas 203 a 207. Trata-se da perda mais lembrada e lamentada. Além dos espetáculos que promoveu, em teatro e ópera, foi palco de conferências, formaturas, reuniões, bailes de todos os tipos, inclusive de carnaval. A prefeitura comprara o terreno em 1911, mas para a sua construção não havia recursos, de tal forma que foi criada a Sociedade Teatro Municipal de Araraquara, com subscrição de 1600 ações, num grupo de 100 acionistas. Somente Bento de Abreu foi subscritor de 120. O prédio ficou pronto em 1914, mas como apresentou problemas na cobertura, somente pode ser inaugurado em 1916, ano em que a sociedade o vendeu para a Prefeitura por 73 contos de réis, destinados integralmente a cobrir despesas pendentes com a construção. Dizia-se que era suplantado somente pelo Teatro Municipal de São Paulo. Tinha uma estrutura invejável, com três pisos e capacidade para 918 pessoas, sendo que somente o palco comportava 334 espectadores em “cadeiras móveis, de palhinha, importadas da Áustria”. O nível da plateia podia ser modificado através de um mecanismo que permitia sua inclinação para dar melhor visão aos espetáculos. Quando estes não ocorriam, ele era nivelado. Havia uma orla em toda a volta do salão, num nível um pouco mais elevado, com compartimentos de frisas. Através de escadas, tanto internas como externas, atingiam-se dois outros andares, com balcão, camarotes e galerias. Nas frisas cabiam 110 pessoas e 106 nos 22 camarotes. Na galeria havia espaço para mais 300 pessoas. O projeto do engenheiro e arquiteto Alexandre de Albuquerque ergueu-o, segundo o autor, em

estilo mourisco – porém, já vimos que existe polêmica a respeito¹¹³, com todas as comodidades possíveis na época, incluindo o emprego de ventiladores. O presidente da sociedade era Bento de Abreu, sendo Carlos Necke o vice-presidente. O prédio foi demolido no segundo mandato de Rômulo Lupo, em 1966, após 20 anos sem conservação. Na época, houve “poucos adeptos da demolição e a maioria dos envolvidos, propondo a reforma”. Todas as demais observações repetem o que já se disse a respeito durante todo esse trabalho.

Porém, não há referência à Citrosuco Cutrale, a maior fabricante global de suco de laranja, instalada próximo ao centro da cidade, no bairro Melhado, dominando 25% do mercado mundial nesse segmento (Cutrale, Wikipédia, 2019).

Assim, como se vê, o livro de Telarolli (2003) é um importante repositório de fatos acerca da história de Araraquara e, conseqüentemente, valioso auxiliar da memória coletiva da cidade.

¹¹³ Ver comentários nas fls. 85 e 86. O estilo do teatro seria, em verdade, eclético, com elementos mouriscos, românicos, *art deco* e neoclássicos.

5. CAPÍTULO IV – POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO

Dentro de nossos objetivos não se inclui o desenvolvimento específico e exaustivo do tema de políticas públicas – neste caso, aquelas referentes tanto à restauração e conservação do patrimônio histórico-memorialístico, quanto ao turismo.

Todavia, diante do roteiro dos monumentos envolvidos no presente trabalho, acreditávamos, desde o início, que nos faltam, em Araraquara (SP), políticas públicas concretas e efetivas que nos proporcionem o restauro e a conservação do patrimônio cultural da cidade, não só como medida de interesse da comunidade, mas também como forma de atrair maior volume de turismo, retorno social e aumentar o dinamismo nesta última área.

Essa lacuna ficou mais clara, principalmente, pelo que ouvimos nas entrevistas, de leigos a técnicos. Teresa Cristina Telaaroli afirmou que políticas públicas devem incluir incentivos aos proprietários e que o setor artístico deve apresentar iniciativas. Haveria necessidade de envolver um tripé formado pelo poder público (sem recursos), o setor privado e a população. O tempo é inexorável e haverá de destruir os locais de memória. Com poucos recursos disponíveis (e qualquer política pública, especialmente nesta área precisa deles), o poder público é obrigado a eleger prioridades, opção dolorosa em se tratando de preservação.

O Professor Alcyr Azzoni também afirma que as políticas públicas devem, necessariamente, estar presentes em questões de patrimônio histórico e que “secretarias da cultura e da educação deveriam ter projetos com calendários anuais”, porém faltaria “uma política pública de incentivo ao local e ao regional”, lembrando que tais políticas deveriam independe de quem ocupasse o executivo, ou seja, deveria haver continuidade.

Se faltam políticas públicas na área e requerem-se recursos, com renúncias por incentivos, por certo que as opções não devem ser limitadas à isenção de impostos – embora essa possa ser uma opção, até porque não se pode dar isenção “para todo mundo”, como lembra Domingos Carnesseca Neto, outro entrevistado. Mas a sabedoria popular lembra que se tivermos como única ferramenta um martelo, poderemos pensar que todo problema seja um prego. Todas as opções devem estar sobre a mesa, como hoje se tornou comum afirmar.

Colocaremos, portanto, as seguintes anotações:

- Recursos, se escassos, podem vir de diversas áreas. ONG's e associações (como a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF) devem ser convocadas; também deputados e senadores, acionados (deles dependem emendas com destinação de recursos), além de acessarem-se programas como o PROAC - ICMS (programa da Secretaria Estadual de Cultura que disponibiliza recursos tanto do orçamento estadual, doações

federais, entidades públicas ou privadas, além de destinar parte de arrecadação de ICMS das empresas, conforme a Lei Estadual 12.268/06) e o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura¹¹⁴, de âmbito federal, com base na chamada Lei Rouanet (Lei 8.313/91), que inclui incentivos de imposto de renda.

- Tudo, todavia, sempre dependerá de projetos bem elaborados, seguros, concretos, detalhistas, o que exige pessoal especializado. Em tal sentido, há de se convocarem valores atuantes dentro da própria Prefeitura e da Câmara e nos atreveríamos a citar, por exemplo, dois de nossos entrevistados, Domingos Carnesseca Neto e Teresa Cristina Telarolli, além daquilo que normalmente não se faz no Brasil, que é trazer a academia (onde pululam competências na área) para auxiliar nesse campo e em programas de treinamento.

Assim sendo, procuramos fazer algumas considerações focalizando tais temas, sempre recordando que os mesmos guardam relação lateral, mas importante, com a memória coletiva araraquarense, pois têm a ver com sua destruição e re-construção.

5.1 – Políticas Públicas

Quando se comenta acerca de conservação do patrimônio cultural, o que normalmente nos impacta é o arquitetônico, ou seja, conservar um imóvel com suas características, proceder a um tombamento, no sentido de “ato ou efeito de tombar, de fazer o tombo”, que é o “inventário dos bens de raiz com todas as demarcações” (HOUAISS *et al.*, 2009, p. 1853). Mas, para os eventuais proprietários particulares atingidos pelo tombamento de seu imóvel, trata-se de uma palavra assustadora, pois “significa, para muitos, ‘congelar’, perder negócios” (COISSI, 2012, s/p).

Às vezes, o particular se interessa pelo prédio; em outras, trata de demoli-lo antes que seja tombado. Juliana Coissi nos traz dois exemplos.

O primeiro é do prédio da antiga Farmácia Internacional, hoje uma unidade das farmácias DrogaVen, que foi adquirido, no ano de 2000, pelo empresário Mateus Antônio Estrella, dono da rede. Como “o prédio não é tombado por órgãos de proteção do patrimônio”, o adquirente poderia, simplesmente, tê-lo demolido. Todavia, decidiu “recuperar a fachada, a escadaria e inclusive o campanário”, o que lhe deu um retorno agregado, pois, “ao renovar a beleza do centro, também passou a ser associado positivamente à marca da drogaria”.

Abaixo, uma visão do minarete (campanário) da antiga Farmácia Internacional, atualmente DrogaVen.

¹¹⁴ Tem por finalidade, no que nos diz respeito, a ações de proteção e conservação do patrimônio histórico.

Figura 134 – O minarete da Farmácia Internacional



Fonte: COISSI, 2012 (não paginado).

Num outro extremo está a demolição do Cine Coral¹¹⁵, na Rua 7 de Setembro (a qual liga o centro à igreja do Carmo), demolido, apesar de protestos em contrário de um grupo de ambientalistas estendendo faixas com os dizeres “Salvemos o Cine Coral” e acendendo velas. A dona do imóvel, Walda Nice Affonso, não se manifestou, determinando sua derrubada “por dentro”. A Câmara e o Ministério Público intentaram uma ação para embargar a demolição, mas o embargo foi cassado. Marcos Valério Murad (um de nossos entrevistados¹¹⁶) dizia estar com “dor de estômago” ao ver o cinema ser demolido: “Lembro de minha infância, que sentávamos com meus amigos [*sic*] para ver o pessoal sair do cinema” (COISSI, 2012).

Figura 135 – Vista do interior do Cine Coral.



Fonte: COISSI, 2012 (não paginado).

Muitas vezes, a atitude do dono se resume a deixar o imóvel tombado definhando até que se consuma sozinho.

¹¹⁵ Inaugurado em 1964, o Cine Coral contava com mais de 1,2 mil assentos.

¹¹⁶ Apêndice C, item 11, fls. 320 e seguintes.

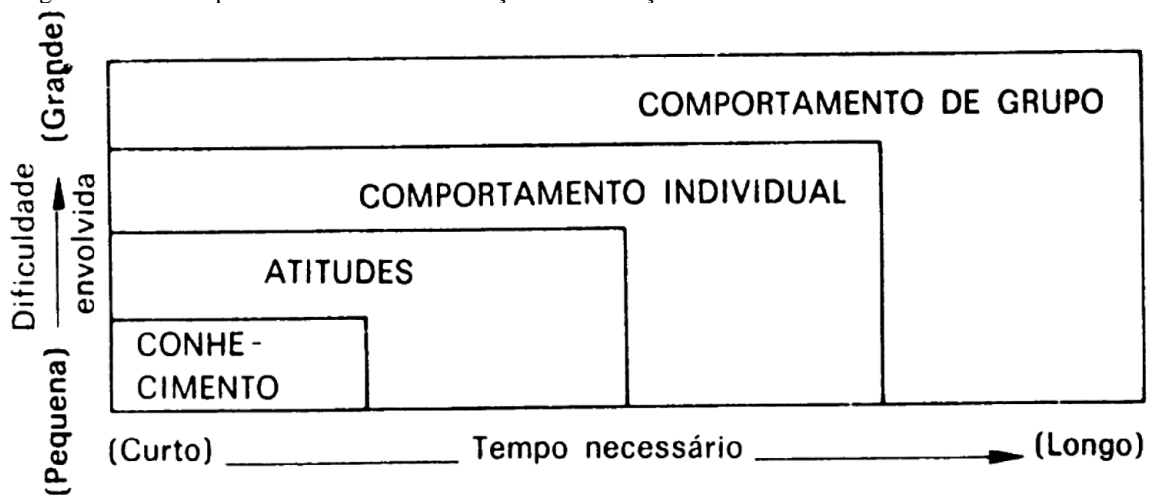
Não restam dúvidas de que são necessárias políticas públicas que preservem o patrimônio histórico, mas elas devem ser planejadas e executadas dentro da construção de um sistema integrado de programas que lhe sirvam de suporte. Analisemos tal aspecto.

5.1.2 – Analisando a construção de políticas públicas patrimoniais

Adotar uma política pública é somente uma das faces do processo. Faz-se necessária especial atenção à outra face, que nem sempre é convenientemente conduzida, até porque parece haver certa incompreensão de como fazê-lo. Não basta planejar, convocar os atores interessados (normalmente, só uma pequena parte da comunidade comparece), estabelecer a norma legal e esperar que as coisas caminhem, mesmo que (isto quando os recursos estão disponíveis) haja alguma fiscalização.

Uma política pública supõe a chamada “vontade política”, vale dizer, a determinação planejada de se chegar a determinado ponto. E, aqui, entra um complicador: a vontade política não basta por si só. Se não existe o comprometimento da comunidade, não se acaba chegando a parte alguma. E comprometimento envolve, basicamente, neste caso, mudança de comportamento. Tomemos, para melhor analisar esse aspecto, alguns dizeres de Hersey e Blanchard (1986), acerca desse tema. Examinemos a figura abaixo:

Figura 136 – Tempo e dificuldade na realização de mudanças



Fonte: HERSEY e BLANCHARD (1986, p. 03)

Inicialmente, deve-se esclarecer que o termo “atitude”, aqui, está empregado no seu conceito técnico, dentro da psicologia (o livro de que se trata desse assunto), ou seja, deve ser entendido como “disposição interna para mudar”, muito embora na linguagem comum possa significar comportamento (por exemplo: “Você não vai tomar uma atitude?”, ou seja, “Não vai fazer nada a respeito?”)¹¹⁷.

¹¹⁷ Ver nota do tradutor, p. 02 (HERSEY e BLANCHARD, 1986).

A mudança de comportamento grupal constitui-se no nó górdio da questão, pois provavelmente não se poderá esperar preservação de marcos urbanos, sem que a comunidade compreenda a sua importância e se disponha a defendê-los continuamente, pois “o grau de identificação coletiva com esses valores evidencia-se notadamente no voluntariado e na adesão a associações de defesa do patrimônio” (BENHAMOU, 2016, p. 23).

Isto posto, observa-se que uma mudança, para ser perene, exige algum tempo e é progressivamente difícil. Em primeiro lugar, muda-se o conhecimento. Se a pessoa conhecer, souber, entender, adquirir consciência da questão, poderá mudar sua atitude (no caso, ter a disposição para mudar). Essa disposição pode ser utilizada para que se altere o comportamento individual e, só depois, é que se atingirá a mudança no comportamento do grupo. Mudanças que percorram esse itinerário tendem a ser permanentes. Já aquelas que teimam em fazer o caminho inverso, ou seja, que tentam iniciar pela mudança forçada do comportamento do grupo até que, eventualmente, atinjam o conhecimento (“tomem consciência”), são mudanças instáveis: duram pouco ou nem chegam a acontecer (HERSEY e BLANCHARD, 1986, p. 02-03).

O site governamental Meio Ambiente define Políticas Públicas e sua composição:

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. [...] As políticas públicas normalmente estão constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, da seguinte forma: 1. Planos; 2. Programas; 3. Ações; 4. Atividades.

Vemos, portanto que, além de se constituir num conjunto de programas, as políticas públicas exigem a participação de todos. Assim sendo, uma política pública de conservação de nosso patrimônio, além de ser pensada para um tempo longo, melhor diríamos, com duração permanente, deve incluir programas com objetivos específicos e duração às vezes mais breve ou que acompanhem com mais rigor o desenrolar dos fatos e que se destinam a estruturar as condições para que a política se torne efetiva, através de ações. A mudança do comportamento do grupo, aqui, é fundamental. Quais, no caso, poderiam ser esses programas?

O conhecimento é o ponto de partida, como programas de esclarecimento acerca do que seja patrimônio histórico, do seu valor e de sua utilidade em geral. Retalhar locomotivas e vendê-las a quilo é menos rentável do que seu valor de museu. Patrimônio se deteriorando é capital que se vai perdendo. Não é necessário que um imóvel seja transformado num empreendimento de aparência moderna, até porque, no caso, interessa manter o aspecto original do lugar. O turismo, como depois comentaremos, é um auxiliar importante na

obtenção de recursos, criação de empregos, geração de impostos e movimentação econômica. Um imóvel, porque tombado, não se torna algo inservível. Ele pode dar maior retorno se mais conservada for sua estrutura antiga, se houver consciência e entendimento do fato – o que não parece estar ocorrendo. Mas, concomitantemente, deve estar em curso outro programa, que é o da formação da mão-de-obra. Garçons, administradores, guias turísticos, restauradores não se fazem do dia para a noite. Faz-se necessário treinamento, mormente se houver o envolvimento de clientela estrangeira¹¹⁸. Um programa de envolvimento das empresas de turismo, quer locais ou não, também deve ser implantado. Presidindo tudo deve-se esperar que haja transparência e prestação de contas. A própria Lei da Transparência (Lei Complementar n.º 131, de 27/05/2009) prevê a participação de todos e o direito da sociedade a todas as informações.

Tudo isso não prescinde de levar o conhecimento de nossa história, de nossos valores e de nosso patrimônio histórico, à população, de maneira geral, até porque possuímos muitíssimos habitantes que vieram de fora, a fim de que efetivamente tenham, aqui, uma comunidade de destino. O Professor Alcyr Azzoni, em sua entrevista, cita uma exposição realizada em 2000, nas dependências do Shopping Jaraguá, zona oeste da cidade, em que havia aproximadamente umas quinze maquetes dos marcos da cidade “porque a coisa lida com marcos”, diz ele. Há que haver referenciais nesses marcos, porque

[...] se as referências não são levadas para as pessoas, metade dos que moram aqui não são daqui, não é? Então uma quantidade enorme de mineiros, baianos, gente de tudo quanto é lugar, que veio para cá. Essas pessoas precisam ser incentivadas e estimuladas, convidadas a conhecer a cidade em que vieram morar. Políticas públicas, projetos, programas para um tempo longo e que independem de quem está no poder.

As crianças em idade escolar devem ser trazidas às realidades e aos fatos da memória, levando-as a ter contato com a história de onde moram. O conhecimento de muitos aspectos da cidade vai-se esmaecendo, dissolvendo-se com a memória daqueles que não mais estão entre nós.

Vai perdendo, as pessoas vão morrendo, quem tinha essas coisas na cabeça, as lembranças. Assim como nosso mestre Sidney Rodrigues, uma pessoa que sozinho praticamente caberia ter um museu. Aquelas ferragens que ele colocou em volta da igreja Nossa Senhora das Graças, só aquilo já é uma atração turística importantíssima, única. E assim, as coisas vão-se perdendo, porque se não [são] levadas as crianças para conhecer a cidade onde moram, não conhecem nem o bairro

¹¹⁸ Numa de nossas visitas ao Museu Ferroviário, perguntamos ao funcionário que estava na portaria, se não havia disponível, por exemplo, alguma publicação ou *folder*, com referência ao museu e seu objetivo, já que o material exposto era muito escasso e pobre. Espantado, ele observou: “Mas o senhor quer saber sobre trens e ferrovias? Ora, é melhor procurar na *internet*, porque aqui não vai encontrar, não”. Sem comentários, exceto que deve haver a compreensão de que o contato físico com o *monumenta* não se compara, nem remotamente, com sua observação numa tela de computador. Quem já visitou, por exemplo, ao menos um verdadeiro museu, sabe disso.

em que vivem, então essa coisa começa por aí, tem que cevar, tem que criar, construir uma cultura do lazer, do turismo como parte de educação, como parte de um conhecimento da história do lugar onde nasceu, em que vive.

Na Conferência Geral da Unesco, órgão da ONU, recomendou-se a conservação do patrimônio cultural e natural no mundo todo (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 25). A partir daí, na América Latina intensificaram-se políticas acerca do patrimônio.

Mas devemos ter em mente que as políticas de preservação do patrimônio cultural nos países da América Latina ainda são muito recentes. Em termos práticos, elas surgiram a partir do momento em que a Unesco reconheceu alguns bens culturais latino-americanos como patrimônio da humanidade. De fato, as políticas sistemáticas de proteção e recuperação de centros históricos são recentes até mesmo na Europa, e adquiriram maior ímpeto a partir das reflexões provocadas pelo desenvolvimento do urbanismo moderno – estudo interdisciplinar da cidade e da questão urbana, que inclui o conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento humano e ao crescimento ordenado da urbe. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 29-30).

Creemos que, pela situação em que se encontram os principais marcos urbanos da memória araraquarense, impõe-se a implantação de políticas públicas com esteio em programas, conforme propugnamos. Ainda há tempo, mas ele se esgota rapidamente.

Quando nos recordamos de nossas praças e jardins, também abandonados – e, em especial à praça Newton Prado, no entorno do atual Museu Ferroviário – não podemos deixar de mencionar o seguinte registro, ao reivindicar políticas públicas eficazes no trato de nossos espaços:

É chegada a hora de virar as costas ao urbanismo funcionalista. Para opor-se à característica inóspita e rígida dos cenários das cidades, uma verdadeira política urbana deve, por exemplo, devolver à praça pública toda a sua força de convívio. Figura a um só tempo da ágora em que se debatem os assuntos da cidade e do cantinho de felicidade coletiva de uso privado que é o jardim público ou a pracinha do bairro, a praça é um lugar de troca e encontros, da cidade com dimensão humana, do verde em um mundo de concreto e vidro. O equipamento das praças - bancos públicos, canteiros, fontes, estátuas – mais que se reduzir frequentemente a mobiliário de série e a renovações de pacotilha, poderia representar, em vez disso, a oportunidade de uma verdadeira política de um maior bem-estar urbano através de obras originais, encomendadas diretamente aos artistas. (LIPOVESTSKY e SERROY, 2011, p. 175-176)

Afirma Benhamou (2016, p. 23) que “o patrimônio associa-se a valores sociais: é um elemento da coesão social, da adesão coletiva a referências culturais”. Somente para refletir e comparar, a área do estado de São Paulo é de 248.209 km², inferior (mas com um total próximo) à área da Alemanha, que é de 357.051 km², porém este país possui “um milhão de monumentos históricos” (BENHAMOU, 2016, p. 27).

5.2 – Comentando o turismo

Conforme se observa na Tabela abaixo, os valores referentes a atividades ligadas ao turismo, no Brasil, até 2009, permanecem praticamente constantes. A questão que se levanta é

se Araraquara teria condições de buscar uma parte dessa movimentação e, inclusive, contribuir para o seu incremento.

Tabela – Total de valores nas atividades de turismo, de 2003 a 2009 (em 1.000.000 R\$) - Brasil

Atividades	Total de ocupações						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Atividades Características do Turismo	5 355 783	5 262 595	5 387 826	5 714 669	5 872 612	5 841 001	5 919 199
Serviços de alojamento	305 144	324 294	344 572	352 419	346 900	369 633	379 870
Serviços de alimentação	2 867 418	2 673 934	2 696 587	2 857 677	2 887 001	2 881 449	3 001 594
Transporte ferroviário	433	501	349	572	400	412	426
Transporte rodoviário	1 003 364	1 052 444	1 064 644	1 079 351	1 176 476	1 120 225	1 062 387
Transporte aéreo	45 878	35 254	36 966	37 642	44 472	52 571	57 020
Transporte aquaviário e serviços auxiliares dos transportes	185 661	205 837	203 771	221 207	216 460	242 887	242 359
Atividades de agências e organizadores de viagens	107 594	106 314	110 619	118 891	118 983	123 242	121 228
Aluguel de bens móveis	29 698	34 606	36 271	32 923	41 886	54 327	50 029
Atividades recreativas, culturais e desportivas	810 593	829 411	894 047	1 013 987	1 040 034	996 255	1 004 286

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Sempre é bom recordar que, de regra, “os turistas atribuem uma atenção secundária ao preço de suas visitas culturais e que “os ‘turistas culturais’ são mais idosos e mais abastados do que a média da população” (BENHAMOU, 2016, p. 47).

Todavia, o incremento do turismo, vale lembrar, não pode ser encarado unicamente como uma solução milagrosa para atrair recursos e criar empregos, pois exige sempre a presença de uma infraestrutura especial para sua exploração, sob pena de que, em lugar de auxiliar a conservação dos marcos urbanos, o efeito pode ser exatamente o contrário:

O turismo ameaça a preservação e enfraquece a emoção patrimonial quando os estacionamentos caóticos e a degradação do meio ambiente se acentuam. Cada sítio natural ou cultural pode alcançar um número ótimo de usuários além do qual seu estado se deteriora. Em Angkor, remanescente das capitais reais *khmers* construídas entre os séculos IX e XIII, o consumo excessivo de água contribuiu para secar os lençóis freáticos, a tal ponto que as fundações dos seus templos estão prestes a desmoronar. (BENHAMOU, 2016, p. 67)

Há, igualmente, outro aspecto a ser considerado:

Os efeitos do turismo sobre o resto da economia são mais abrangentes do que geralmente se diz. Se, de um lado, ele cria empregos, do outro, provoca uma alta dos preços de alguns bens de consumo (cafés, restaurantes, hotéis, estacionamentos etc) e uma atração por atividades eventualmente menos produtivas e socialmente menos úteis do que outras. Neste sentido, o argumento dos impactos econômicos positivos via turismo cultural deve ser aprimorado. (BENHAMOU, 2016, p. 85)

Havendo, assim, a comentada vontade política, a qual pretendemos sensibilizar, acompanhada de políticas públicas voltadas para a restauração e conservação de nosso

patrimônio histórico, a resposta seria afirmativa à questão de se incentivar o turismo. Por certo, não há como trazer turistas para conhecerem e admirarem, por exemplo, um imóvel significativo de nossa memória, como é aquele da primeira leiteria, já desfigurado, mas conservando sua estrutura original, e a que já nos referimos, estrategicamente situada defronte à antiga estação ferroviária, cuja foto atual reproduzimos abaixo para exemplificar a total ausência de conhecimento e respeito ao seu significado. O local, além de abrigar um bar frequentado por atividades ligadas ao meretrício, foi “conservado” através de uma pintura ilegal, uma vez que o espaço é tombado, pois integra o entorno da antiga estação ferroviária (Plano Diretor, Lei complementar n.º 350, de 27 de dezembro de 2005), e não poderia receber tal tratamento. Ao que consta, nenhuma providência foi tomada.

Figura 137 – O histórico prédio da leiteria, pintado de azul, em janeiro de 2019



Fonte: acervo do autor.

A busca para tornar um sítio patrimônio mundial pode atrair não só capitais como prestígio internacional, o que se constituiria numa difusão extraordinária.

A chancela da Unesco dá aos sítios um emblema de patrimônio mundial que constitui um atrativo cultural e econômico, tanto para as regiões e países em que os sítios se localizam, como para o importante fluxo de turismo cultural e ecológico. O turismo cultural é um dos principais subprodutos da classificação de um sítio como patrimônio da humanidade. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 26).

É lógico – aliás, como já o notamos – que se faz necessária uma política pública efetiva levando à recuperação e conservação de nossos marcos, o que está em perfeita sintonia com o desenvolvimento sustentável das cidades, com incremento da chamada “indústria turística”.

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. Vista por esse

ângulo, a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda, otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infraestrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 29).

O turismo – área na qual o entrevistado Alcyr Azzoni atuou como professor – é abordado por ele sob dois aspectos: a demanda a partir de Araraquara e na indicação da potencialidade atrativa do turismo em nosso município, como o turismo religioso, a gastronomia das várias culturas aqui instaladas, o turismo rural, o esportivo, o turismo de negócios, fazendo notar - fato muitíssimo significativo - que muitas atrações turísticas de outras cidades utilizam o sistema de hotelaria araraquarense como âncora.

O turismo é uma face da cultura que tem que fazer parte da vida das pessoas. Araraquara tem uma quantidade muito grande de agências de turismo que promovem, por exemplo, o Nordeste, outras empresas que têm ônibus [...], o litoral [...] do Estado. E além de Nordeste e do litoral do Estado, algumas poucas coisas que ganharam um certo prestígio, um certo nome na região, eu diria que Brotas, com mais de trinta anos lidando com isto, criou uma estrutura e criou um conjunto de atrativo muito interessante. Araraquara tem [...] umas dez diferentes opções de turismo [...], na área do turismo religioso, a arquitetura religiosa, uma Santa Cruz [...], a igreja Presbiteriana, Nossa Senhora das Graças, enfim. Há alguns exemplos de arquitetura, particularmente com o seu entorno, com o seu acabamento, a própria Capela dentro da Santa Casa, uma Capela que havia lá no asilo que foi demolida. Enfim, [...] há um conjunto de possibilidades, umas datas festivas de cada paróquia, mobilizam muita gente, Nossa Senhora Aparecida e quantas outras. Então a gente percebe que, por um lado, o turismo religioso, [...] como um exemplo, a gastronomia, [...] várias culturas instaladas aqui, japoneses, italianos, espanhóis, enfim, tem um pouco de tudo. Então o setor da gastronomia [...] é um apoio importante para algumas outras áreas. Enfim, [...] fazendas [...] como a Atalaia em Santa Lúcia, que tem [...] um minimuseu na sede, que criou uma história [...] arrendando a sede [...] para a Globo fazer novela, enfim, essas coisas deixam rastro, deixam possibilidades, [...] fazenda Alpes, fazenda Salto Grande, que tem uma tradição muito boa nisso, enfim, o turismo rural, turismo religioso, a gastronomia, [e] o mais importante [...], o turismo de negócios [...], gente vem da área médica, de mil outras áreas, tem que se hospedar.[...] [O] setor esportivo da cidade com a Ferroviária, os clubes que vêm de fora, tem que se hospedar. [...] É um conjunto de condições [...] que poderia ser considerado para se chegar numa política pública de incentivo ao turismo local, regional. Assim como tem *Corpus Christi* em Matão e as pessoas se hospedam aqui, porque lá não dá conta, Peão de Boiadeiros em Barretos, as pessoas se hospedam aqui, porque tudo o mais em volta também lota.

Não se explora com adequação a potencialidade turística de Araraquara, porque lhe faltam políticas públicas adequadas. O Professor Alcyr Azzoni sugere atividades que aproveitem tal potencial, conjugando os trilhos e turismo rural.

Então, essas possibilidades [...] poderiam [...] criar [...] um conjunto de pacotes que incentivem o descobrir aquela fazenda, o que foi uma fazenda Alpes, Atalaia, que ainda é uma coisa muito modesta. Uma ferrovia como a nossa, ter Maria Fumaça, alguns vagões em fim-de-semana circular, para na estaçãozinha, visita a fazenda, almoça na fazenda, conhece tudo o que tinha numa fazenda de café, volta para o trem, enfim, um turismo escolar para criar um hábito, criar uma cultura. Alguns segmentos da população não têm a menor oportunidade, nem cultura, nem condições

monetárias, para participar disso, então há projetos que precisariam ser estimulados, de políticas públicas para criar um hábito de colocar o turismo, o lazer e o turismo como uma parte da vida das pessoas. Hoje você tem praticamente o *shopping* Jaraguá como o grande coringa, você vê as placas dos carros da região inteira num Jaraguá. Então [...], criou[-se] um conjunto de alternativas interessantes na área da cultura, o cinema, o da alimentação, do comércio, tudo isso tem um potencial que eu diria que precisaria ser estimulado para cada um, dentro das suas possibilidades, embutir na sua vida semanal, mensal, o hábito de fazer alguma coisa no lazer e da cultura, [pois] essa cidade tem um potencial muito grande. [O] turismo, o lazer, [...], cria oportunidades de emprego, empreendimento. Então, entra o lado [...] da ciência, o especialista desenvolvendo coisas paralelas que vão ajudar a resolver o outro lado.

Entre as potencialidades do nosso turismo estão as artes. Domingos Carnesseca Neto sugere que, a exemplo de São José do Rio Pardo (SP), que promove uma semana euclidiana, tendo em vista que Euclides da Cunha lá escreveu *Os Sertões*, poderíamos perfeitamente ter uma Semana Mário de Andrade, que produziu o seu *Macunaíma* numa chácara da cidade, a Sapucaia. O Professor Alcyr Azzoni pensa da mesma forma.

Eu tenho pronto um pacotinho de anotações de quando eu estava na UNIARA, ainda [...] lecionando no turismo e fiz, durante aqueles anos, noventa viagens com os alunos, [...] para que eles conhecessem o potencial da região em que eles próprios moram. [...] E naquele momento eu criei também uma espécie de "semana Macunaíma", em que a UNESP e o Poder Público Municipal criassem alguma coisa do tipo de Semana Euclidiana e quantas outras têm por aí, Monteiro Lobato e tal. Fantástico seria, porque poderia ter apresentações de teatro, a parte de literatura, fazer em volta do tema central e criar um conjunto de coisas, a culinária da época. É o ponto de apoio. É, [o Ignácio de Loyola Brandão] ele próprio poderia merecer uma semana, por tudo o que ele publicou [...]. A Sapucaia, o Macunaíma, seria um coringa interessante envolvendo até mesmo o tio, o Pio Lourenço Correa, que também tinha relação com fazenda. Então, a coisa não ficaria só na chácara Sapucaia, como iria a alguma fazenda e ali teria todo um conjunto de coisas acontecendo, [...] há um potencial imenso em torno da história, da memória, [...] de coisas muito importantes na parte de literatura, de artes plásticas, maravilhas.

O mesmo entrevistado se declara de uma família de ferroviários, relata suas viagens numa Maria Fumaça e lamenta que não tenhamos uma em Araraquara. Insiste em que seja um desperdício o não aproveitamento de diversas opções de transporte, como temos aqui.

A pessoa visitaria o museu e faria um passeio, [...] que poderia passar lá pelo Pinheirinho e chegar numa fazenda, conhecer uma fazenda. Por que só Jaguariúna pode ter isso? Eu tenho foto dela [antiga locomotiva] no dia em que ela foi reinaugurada, a locomotiva Maria Fumaça número nove, eu estava lá, quando a ABPF fez 25 anos, eu fui lá com mais dois, três amigos, até ferroviários, e eu peguei a número nove sendo reinaugurada brilhando mais do que quando nova. Nós [...] não somos do tempo do sindicato dos metalúrgicos, que nunca souberam o que é um trem, para que serve um trem, [...] então lamentavelmente nós somos a geração da Maria Fumaça e eu sou de Campinas, aí minha família, na guerra, foi para Catanduva, pegava Maria Fumaça até aqui para ir de Paulista até Campinas. Então, vez em quando, a gente sentia queimar assim, cheirinho de fumaça de camisa queimando. Então [...] meu tio, meu padrinho de batizado, mestre das oficinas da Mojiana em Campinas, [...] tudo isso tem a ver com a gente [...], não só [...] gostar de ferrovia, [...] é saber que para cada tipo de transporte há uma necessidade própria. Se eu tenho uma hidrovia e não uso, não faz sentido, se eu tenho uma rodovia e uso errado, não faz sentido; por que que eu ponho cem caminhões de soja, se um trem leva mais que isto? Então, [...] cada mercadoria, [...] cada uso, há um meio de transporte corretamente escolhido para atender. Em Araraquara, tem um aeroporto

abandonado, o trilho do lado e a rodovia na frente, três meios de transporte que, se fossem conectados, Araraquara, hoje, teria realmente um porto seco com as proporções que pode ter, teria centrais de logística como tantas cidades já têm. A posição geográfica de Araraquara é maltratada.

Como conta, o Professor esteve presente na reinauguração da famosa locomotiva n.º 9 (v. Figura 138, abaixo), a qual, durante muito tempo, foi exibida ao lado da antiga sede da EFA – Estrada de Ferro Araraquara (atualmente, Coletoria Estadual) e foi levada para Campinas, por ordem do então prefeito Waldemar De Santi (após uma pequena primeira restauração), a pedido da concessionária da estrada de ferro, a qual julgava que a locomotiva, trafegando nos trilhos, poderia interferir na operação de seus trens.

Figura 138 – A locomotiva n.º 9, na sua reinauguração¹¹⁹.



Fonte: acervo do Prof. Alcyr Azzoni.

A conclusão se impõe: existe a necessidade de políticas públicas que visem à restauração e manutenção de nossos marcos históricos, bem como que o turismo se ofereça como uma alternativa válida a se acrescentar ao desenvolvimento sustentável de Araraquara (SP).

¹¹⁹ O acontecimento ocorreu em 21/12/2005, no 25º aniversário da ABPF, na estação Carlos Gomes, em Campinas (SP)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos depoimentos e observações empreendidas, verifica-se que vem ocorrendo uma deterioração progressiva dos marcos urbanos e, portanto, de nossa memória. Se faltam até placas para a simples identificação dos logradouros públicos, não surpreende que inexistam referenciais acerca do que ocorreu, quais personagens envolvidos e a época em que se deram alguns dos acontecimentos marcantes de nossa história.

Houve tentativas de apagar episódios, no passado, como foi a ação dos coronéis em relação ao assassinato dos Britos. Mas o essencial permaneceu. O antigo teatro foi demolido, nossa arte foi agredida, mas há um lamento surdo percorrendo as lembranças dos araraquarenses.

A mudança nas cidades é inevitável, mas a consciência de sua identidade não deve ser, necessariamente, destruída, embora, muitas vezes, a marcação temporal determine que destruições, numa determinada quadra histórica, tornem-se irreversíveis. De qualquer forma, com a decisão de repaginar a cidade, em reação ao estigma de Linchaquara, se por um lado foram varridos vários aspectos da antiga vila, a verdade é que o desenho da urbe já estava, no essencial, determinado: o centro irradiador da Matriz, com a maldição da serpente, os trilhos determinando uma marca que não será removida, mesmo que venham a ser retirados, a espacialidade das ruas e avenidas em grade, numeradas por critérios diversos para umas e outras, o picadão de Cuiabá mantendo-se como um lugar especial no contexto citadino. Mas há desconstrução dessa memória, falta-lhe consciência por parte de governantes e governados, não há referenciais que indiquem onde se está ou o porquê de onde se pisa. Houve desconstrução da memória anterior em vários aspectos, mas legou-se uma nova, que, bem ou mal, juntamente com aqueles pontos anteriores, subsistiu em muitos aspectos até hoje, muito embora esteja, em seus diversos pontos, desaparecendo, desconstruindo-se diante de nossos olhos. O antigo teatro, se não desapareceu completamente de nossa memória, desconstruiu-se fisicamente por circunstâncias da época. Mas os cupins que devoram prédios de valor cultural e memorialístico, e que caem nas cabeças desavisadas, como granizo, conforme relato no depoimento do Prof. Alcyr Azzoni (v. fls. 274), dão a metáfora perfeita do que vai acontecendo com nossos marcos urbanos. Os cupins da indiferença e do esquecimento desconstroem, pouco a pouco, as marcas e os locais de memória.

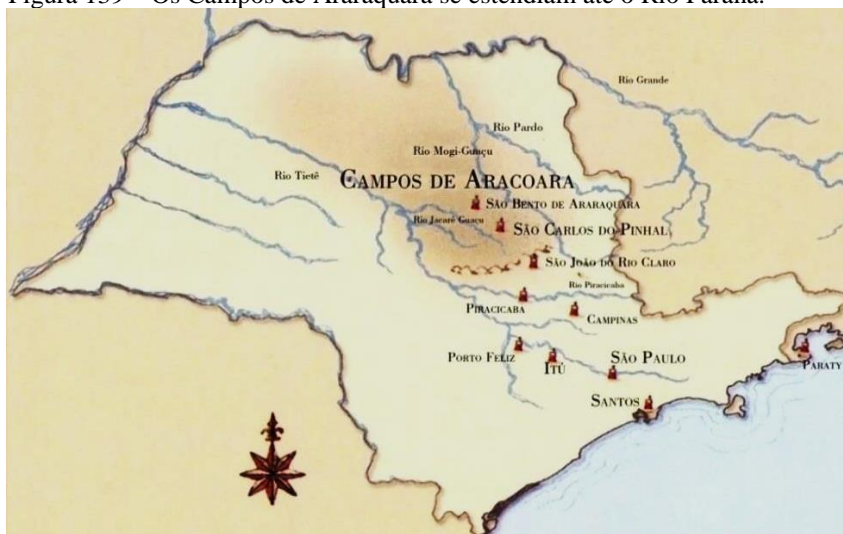
Mas o tempo é implacável, como implacável é o desconhecimento de muitos acerca do significado de inúmeros fatos marcantes que deveriam estar sendo revividos e enfatizados

por todos os que realmente compreendem o significado agregador e fator de desenvolvimento sustentável que existe na preservação da memória coletiva.

Não sem razão, a Matriz é a metáfora da cidade, que quer ser, mas não é e nunca se completa. Sua importância é de tal ordem que, mesmo destruída seguidamente, é um ícone araraquarense incontestado.

Mas há muitas contradições. Os trilhos, como marcos urbanos: tiramos ou não tiramos? Aos coronéis houve submissão, mas se Rozendo Brito aceita a proteção inicial, revolta-se contra desmandos. Ninguém impediu o infortúnio dos injustiçados, mas os santifica (revolta “oculta”). A cidade, que foi “privilegiada, recebendo e conservando um nome que se referia a uma inteira região” (WHITAKER, 2004, p. 26), podia querer tudo, dominava a maior parte do território paulista (ver figura 139, abaixo), desencadeou progresso no rumo do caminho do Sol, batizando de araraquarense todo o noroeste do Estado, mas ficou para trás das comunidades do entorno e das urbes, cujo nascimento induziu quando levou seus trilhos até as barrancas do Paraná, porque no meio do caminho havia uma pedra: a oposição dos industriais da cidade (teoricamente símbolos de progresso) à vinda de novas empresas, pelo temor da concorrência, principalmente quanto a mão-de-obra (exemplo de pensamento retrógrado), com uma desconstrução sutil da marcha de nossa história. Aqui, museu fecha no fim-de-semana ou é frequentado porque organiza uma feira de alimentos. A cidade está incompleta e é, muitas vezes, portanto, contraditória.. A serpente está sempre à espreita. A água a salvará, numa crença talvez bebida num sebastianismo tardio?

Figura 139 – Os Campos de Araraquara se estendiam até o Rio Paraná.



Fonte: TRUZZI *et al.* (2008, p. 19).

A Matriz é dialética. Foi mudando, refletindo a trajetória histórica da cidade e – provável ou obviamente – por isso mesmo vai continuar sem se completar. O solo onde ela se

assenta é movediço: se não plantar raízes físicas, necessitaria desesperadamente ater-se a uma memória coletiva. Como em outras cidades, deixa-se tudo apodrecer, mas, evidentemente, precisará se reinventar, re-construir-se.

Marcos urbanos são fundamentais na estruturação de uma memória coletiva, indo além da duração da vida humana, representando, no espaço, uma continuidade do tempo:

A arquitetura e a escrita aspiram, de certa forma, uma vitória sobre o tempo, uma permanência e estabilidade. Em termos gerais, a arquitetura inscreve no espaço uma forma que aspira à durabilidade, exceção feita às chamadas arquiteturas do efêmero, presentes na nossa contemporaneidade. (PESAVENTO, 2005, p. 15)

Em tal sentido, tais permanência e estabilidade ligam-se, diretamente, à memória:

A memória é, por definição, uma luta contra o esquecimento. Nesta medida, arquitetura, memória e história poderiam ser definidas como atividades humanas marcadas pelo enfrentamento com o tempo, assegurando registros voltados para a durabilidade. (PESAVENTO, 2005, p. 15)

Como dissemos, se as modificações urbanas são inevitáveis, isso não deve refletir-se no abandono de sua memória. Paris, como se sabe, foi completamente remodelada, mas se reinventou e, no Brasil, “ocorreram destruições na cidade do Rio de Janeiro que só foram possíveis em épocas ditatoriais e de pleno arbítrio no exercício da administração pública e que, hoje, certamente, não seriam mais possíveis” (SANTOS, 1997, p. 22).

O caso de Araraquara passa-se num plano próprio: de uma vila sem importância, o estigma de Linhaquara (que lhe fora imposto em decorrência, principalmente, do episódio dos Britos) acabou propiciando uma remodelação que lhe deu feições de uma cidade moderna e progressista. Não se pense, todavia, que tal remodelação foi acompanhada pela reforma na estrutura do poder. Trata-se de algo que deve ficar marcado em nossa lembrança, pois a ideologia de uma classe dominante não é fator que desapareça sem causas profundas. É significativo que um dos líderes da remodelação da cidade, o prefeito de então, Plínio de Carvalho, que dominou a política por décadas, ao início do século XX, era filho do Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, tendo mantido os métodos de não admitir divergências, apoiar-se na força bruta de capangas e ter como correligionários aqueles que o circundavam, não se opondo aos seus métodos, como Bento de Abreu e Carlos Baptista Magalhães. Desconstruiu-se a cidade antiga, mas manteve-se o sistema do mandonismo coronelista. Para pavimentar os canais com instâncias mais elevadas do poder (características do coronelismo), Plínio e Bento, foram, ao mesmo tempo (o que era permitido pela legislação da época), respectivamente, prefeito e vereador, além de deputados estaduais.

Com o que se mostrou neste trabalho, evidencia-se um núcleo duro na origem de nossa história e memória. Em torno da Matriz, giram os coronéis produtores de café; estes

trazem os trilhos; a cidade cresce, e estende sua malha ferroviária para outras terras; a estrutura do poder não admitia divergências explícitas, mas estas se materializam em Rozendo de Brito, consciência intelectual estranha ao lugar, com consequências que repercutem negativamente em todo o país; limpar o estrago implica em re-construir a cidade; um componente da elite é parente de um escritor famoso que, trazido pelos trilhos, produz aqui sua obra-prima; um ícone da nova cidade é demolido; os novos industriais impedem o desenvolvimento da cidade, por decisão calcada em interesses próprios, mas têm como símbolo fálico um relógio que marca o tempo da comunidade; a memória nos marcos urbanos históricos oscila e vem perdendo a batalha contra a má conservação, que se alia ao tempo passando inexoravelmente.

Todavia, os que possuem consciência de tudo o que está envolvido nessa trama necessitam re-construir essa memória, seja para os próprios araraquenses, seja para aqueles que nos escolheram como comunidade de destino. Esses também têm o direito de conscientizarem-se de que chegam a um local que tem algo a lhes dizer, ensinar e com o que possam trocar respeito.

Teresa Cristina Telarolli afirma que Araraquara não teria uma “autopercepção muito clara da sua própria história, nem uma, de maneira constante, valorização da importância dessa memória”. Ocorre que as pessoas desconhecem a memória da cidade: “acontece é que as pessoas não saibam que existe, não têm, não dimensionem exatamente, essa memória”. Portanto, é preciso recuperar e referenciar os marcos, para que tais pessoas conheçam acerca da história do lugar, solidifiquem a memória coletiva, criem consciência do local, de pertencimento e do momento que integram.

Os marcos urbanos não podem ser abandonados à própria sorte, pois o “monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 2013, p. 486).

Se, como afirma Giddens (2009, p. 52-53), ao se examinar o que é memória, têm-se que, ou ela “refere-se simplesmente ao passado”, permanecendo “de algum modo, no organismo”; ou se constitui num “dispositivo de lembrança” destinado a “recuperar informação”, o fato é que sem um “preceptor como processador” teríamos “um vazio enorme”. Trata-se, em nossa interpretação, no primeiro caso, da memória individual e, no segundo, da memória coletiva, mas se exige um “preceptor como processador”, isto é, referenciais apontando marcos urbanos significativos da memória coletiva – ou ela virá a se perder.

Chega-se, portanto, à óbvia constatação de que, abstraídos outros organismos vivos, sem o indivíduo, não existiria memória, sem sua combinação ativa e consciente. Vale dizer, sem comunidade, não há memória coletiva, ocorra o que houver: dinossauros podem ou não ter existido há milhares de anos, terras poderiam ou não ser ocupadas ou quaisquer outras ocorrências. Numa floresta, não existindo pessoa alguma, a percepção de som não existe: o deslocamento do ar não sensibilizará ouvido algum. Uma terrível tempestade, ali, seria, nesses termos, completamente silenciosa.

Tomemos as seguintes considerações, acerca da transmissão da memória entre as gerações:

Essa transmissão da memória, fruto do enraizamento, tem sido perdida no Brasil, principalmente pelas classes dominadas. As perdas materiais, a miséria do cotidiano obrigam a partir. É a miséria das migrações internas. A memória vai se fragmentando e a cultura nacional se desarticulando. Quem tem posses, quando se muda, carrega consigo seus pertences e a recordação dos seus mortos. Para os despossuídos, a fome e o desespero vão apagando a memória. (WHITAKER, 2004, p. 33-34)

Afirma Benhamou (2016, p. 30) que no “caso de bens únicos, a não preservação constitui uma perda irreversível”, como foi o caso da perda do antigo teatro municipal. É indispensável que se conservem os marcos urbanos: “Cada geração oferece uma interpretação diferente do passado e depreende dela ideias novas. Toda diminuição desse capital leva a um empobrecimento cuja perda é tão sensível que não pode ser compensada, nem mesmo por criações de alta qualidade.” (LENIAUD, 1992, p. 57, *apud* BENHAMOU, 2016, p. 30).

Essas afirmações nos conduzem a reflexões sobre o fato de que, se não há preservação de marcos urbanos, adicionando-se o fato de que inexitem neles, em Araraquara, referenciais do que são e representam, por certo que se nega à cidade o direito de refletir sobre seu passado, seu presente e seu futuro. Mesmo a “repaginação” da urbe por ocasião da ideologia da cidade-modelo, apesar de suas “criações de alta qualidade” não pode ocultar os fatos, estruturas e história dos costumes que existiam na era anterior. De qualquer maneira,

Malgrado as inúmeras vezes que se levantaram contra as degradações dos patrimônio, consideradas todas como injúrias à identidade dos povos e à arte, as destruições nunca cessaram, por vezes motivadas pelos caprichos da moda e pelas exigências da vida contemporânea, e muitas vezes lamentadas com o passar do tempo. (BENHAMOU, 2016, p. 30)

Ao início deste trabalho dizíamos que, em ocorrendo destruição patrimonial, a memória coletiva fica prejudicada. Não referenciar marcos urbanos (indicando do que se trata, o que significam, qual ocorrência teve lugar em determinado sítio, por exemplo) e, ainda mais grave, permitir a sua progressiva deterioração e destruição constituem-se, de maneira clara,

em ações que, com o passar do tempo, conduzem à destruição dos referenciais memorialísticos de uma comunidade. Sem marcos, a memória coletiva tende a desaparecer.

Indagávamos, também, da existência de uma memória coletiva na comunidade araraquarense e, para além da coerção social de que nos fala Durkheim e da coesão social de Halbwachs, se existe a consciência bem definida de um passado comum. Perguntávamos, também, que, em existindo, se apresentaria difusa, com desinteresse e falta de informação quanto aos nossos marcos urbanos. Nossa hipótese se traduzia na suspeita de que haveria desconhecimento acerca de pontos importantes da história local e que os marcos urbanos eram desprezados ou ignorados.

Além disso, buscávamos a necessidade de defender, do ponto de vista social, histórico, memorialista e turístico, que nossos marcos urbanos fossem assinalados, difundidos e valorizados, já que se constituem em esteio importante de nossa memória coletiva, por sua vez a base do sentido de pertencimento, o qual é uma das alavancagens do exercício da cidadania. Tal visão permite a compreensão do respeito aos outros e ao espaço onde se habita, conservando-o como legado às futuras gerações.

Sim, dizemos que há uma memória coletiva araraquarense, mas difusa, esgarçada, contraditória, em fase de deterioração e, por consequência, em processo de progressivo esmaecimento. Acreditamos que urge defendê-la através de uma mudança de comportamento relativamente aos nossos marcos urbanos, num movimento que deve partir como um alerta claro por parte da academia, mas que não prescinde da determinação política em implantar a respectiva consciência do seu valor, nem da participação ativa da sociedade.

Assim, se pudemos constatar um encadeamento de fatos num determinado lugar deste Planalto Ocidental Paulista, numa “porção do planalto arenítico basáltico” brasileiro (CORRÊA, 2008, p. 21), localização de Araraquara (SP), não se pode admitir a completa inexistência de uma memória coletiva, mesmo difusa, mesmo quase desconhecida de muitos e abandonada por tantos. Faz-se necessário – na continuação da metáfora do som – aumentar a capacidade de ouvir da comunidade, reconstruí-la no que for necessário. Isso não se faz pela inércia, mas pela ação concreta e combinada de governo, de historiadores, memorialistas, enfim, daqueles que se debruçam sobre os interesses maiores da qualidade de vida das pessoas, o que inclui – insistimos - incorporar a noção de pertencimento, consideração ao meio em que se vive e, principalmente, respeito e proteção ao outro. Deixamos, aqui, simplesmente, uma contribuição. Assim sendo, não haveremos de ter, obviamente, um capítulo final. Mas outros capítulos, mais encorpados, por certo haverão de ser escritos acerca da destruição/re-construção da história e da memória coletiva de Araraquara (SP).

Procedemos a uma re-construção da estrutura do que identificamos como os principais marcos urbanos assinaladores de nossa história. Talvez nosso trabalho possa se resumir em dar à cidade, recapturando, em re-construção, aspectos de sua memória, o direito de vivenciá-la em vários tempos, despertar-lhe a possibilidade de exercitar a cidadania, o que, provavelmente poderia ser resumido numa observação de Sandra Jatahy Pesavento:

Renovar e reabilitar, jogando, desde o presente, as dimensões do passado e do futuro de uma cidade, seria uma outra forma de exercer a cidadania, entendendo que habitar a cidade implica dotar seus habitantes deste direito de usufruir vários tempos. O direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade. (PESAVENTO, 2005, p. 14).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Aparecida J. G. **Araraquara** – Aspectos de sua História. Edição da autora: Araraquara (SP), 2003. 245 p.
- ALMEIDA, Nelson Martins de (organizador). **Álbum de Araraquara – 1948**. Empresa “O Papel”: São Paulo, 1948. 150 p.
- AYDON, Cyril. **A História do Homem**. Uma introdução a 150 mil anos de história da humanidade. Record: Rio de Janeiro, 2011. 419 p.
- AZEVEDO, Fernando de. **Um Trem Corre Para o Oeste**. Martins: São Paulo, 1950.
- BAUDOT, Georges. **O contexto etno-histórico** (prefácio), fls. 13 a 63, *in* Relatos Astecas da conquista, BAUDOT, Georges, e TODOROV, Tzvetan (orgs.). Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. Editora UNESP: São Paulo, 2019.
- BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Vozes: Petrópolis (RJ), 2007. 124 p.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2ª. e. Tradução: Paulo Neves. Martins Fontes: São Paulo, 1999. 294 p.
- BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. Tradução de Fernando Kolleritz. Edições SESC: São Paulo, 2016. 144 p.
- BISSIO, Beatriz. **O mundo falava árabe**. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2012. 347 p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** – Lembranças de velhos. 18ª e. Companhia das Letras: São Paulo, 1994. 484 p.
- _____. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaio de Psicologia Social. 3ª e. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003. 219 p.
- BRASIL. **Código Civil** (p. 132 a 241), *in* Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel, 27ª e., Editora Rideel: São Paulo, 2018. 2452 p.
- BRASIL. **Constituição Federal** (p. 1 a 126), *in* Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel, 27ª e., Editora Rideel: São Paulo, 2018. 2452 p.
- BRUSATTE, Steve. **Ascensão e queda dos dinossauros**: uma nova história de um mundo perdido. 1ª e. Tradução de Catharina Pinheiro. Record: Rio de Janeiro, 2019. 335 p.
- BUENO, Eduardo. **Brasil Uma História** – Cinco Séculos de um País em Construção. 1ª reimpressão. Texto Editores Ltda.: São Paulo, 2012. 479 p.
- BUENO, Samuel Brasil. **Seu nome está na rua**. Manoel Rodrigues Jacob, *in* Revista Comércio, Indústria e Agronegócio, fevereiro de 2017, ano 12, n.º139. JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo: Araraquara (SP), 2017.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução: Magda Lopes. Editora UNESP: São Paulo, 2010. 172 p.

_____. (org.). **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. Tradução: Magda Lopes. Editora UNESP: 2011, São Paulo. 368 p.

CANDAU, Joel. **Antropologia da Memória**. Tradução: Miriam Lopes. Instituto Piaget: São Paulo, 2005. 236 p.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. **Fios Tecidos**: a malha da terceirização no setor têxtil em Araraquara. Tese de Doutorado. UNESP: Araraquara (SP), 1999. 333 f.

_____. **A Lupo em Araraquara**: Revivendo a Memória, Retecendo a História (1921 a 1980). Artigo. Revista Uniara, volume 18, nº 1, junho de 2015, fls. 25 a 42: Araraquara (SP), 2015a.

_____. **Usina Tamoio**: Lugar de Trabalho e de Vida. Artigo. Revista Uniara, volume 18, nº 1, junho de 2015, fls. 43 a 63: Araraquara (SP), 2015b.

CALONI, Beto. **Pegadas do Passado**. (Artigo). Tribuna Imprensa. Edição de 22/08/1997, Caderno C, p. 1. Araraquara (SP), 1997a.

_____. **Ferrovia impulsionou progresso**. (Artigo). Tribuna Imprensa. Edição de 22/08/1997, Caderno C, p. 5. Araraquara (SP), 1997b.

_____. **O mistério das águas que cortavam o pátio**. (Artigo). Jornal Tribuna Imprensa, edição de 22.08.1999, p. 12. Araraquara (SP), 1999.

CAPELINI, Helena Maria de Andrade. **Ferrovários no País do Automóvel: Trilhas da Resistência**. Dissertação de Mestrado. UNESP: 1986, Araraquara (SP). 376 f.

_____. **Próxima Parada: Comunidade de Destino** – A Modernidade e seu Duplo em um Bairro Ferroviário. Tese de Doutorado. UNESP: 1998, Araraquara (SP). 229 f.

CHAROUX, Ofélia Maria Guazzelli. **Metodologia**. Processo de Produção, Registro e Relato do Conhecimento. 2ª e., revisada. DVS Editora: São Paulo, 2006. 127 p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª e. (9ª reimpressão). Brasiliense: São Paulo, 2008. 123 p.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. Nova Cultural/Brasiliense: São Paulo, 1986. 96 p.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Araraquara, 1790-1930** – Um Capítulo da História do Café em São Paulo. Acadêmica: Araraquara (SP), 2008. 320 p.

CORRÊA, Pio Lourenço. **A abolição em Araraquara** (p. 27 E 28) In: Nelson Martins de (organizador), *Álbum de Araraquara – 1948*. Empresa “O Papel”: São Paulo, 1948. 150p.

_____. **Monografia da palavra Araraquara**. 4ª ed. Edição pelo autor: São Paulo, 1952. 76 p.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **Fotografia e memória em Araraquara**. 1ª e. Cultura Acadêmica Editora: São Paulo, 2015. 209 p.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. Editora Boitempo: São Paulo. 2006. 272 p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral – Memória, tempo, identidades**. 2ª e. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2010. 136 p.

DEL PRIORE, Mary, e VENÂNCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. Editora Planeta do Brasil: São Paulo, 2010. 319 p.

DEL PRIORE, Mary. **História da Gente Brasileira**. Volume 1. Colônia. Leya Editora: São Paulo, 2016a. 432 p.

_____. **História da Gente Brasileira**. Volume 2. Império. Leya Editora: São Paulo, 2016b. 520 p.

_____. **História da Gente Brasileira**. Volume 3. República. Memórias (1889-1950). Editora Casa da Palavra: Rio de Janeiro, 2017. 572 p.

DEMARZO, Mário Sérgio. **Remoção dos Trilhos Ferroviários em Araraquara**: Aspectos Históricos e Culturais. Dissertação de Mestrado. UNIARA: Araraquara, 2014. 196 f. (Disponível em <<https://www.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2014/mario-sergio-demarzo.pdf>>.)

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. Editora Atlas: São Paulo, 1983. 118 p.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. EDUSC: Bauri (SP), 2002. 222 p.

DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. 2ª e. Editora UNESP: São Paulo, 2001. 134 p.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 2ª e. Tradução de Paulo Neves e revisão de Eduardo Brandão. Martins Fontes: São Paulo, 1999. 165 p.

FERGUSON, Niall. **Civilização – Ocidente X Oriente**. Planeta: 2012, São Paulo. 431 p.

FERNANDES, Andressa. **Sim, a serpente da Matriz existe**. (Artigo, p. 40 a 44). In Kappa Magazine. Revista publicada por Abelhaneda Editora e Serviços de Comunicação Ltda., Ano 3, Edição 71, nº 22: Araraquara (SP), 19 de agosto de 2013.

_____. **Comendador Pedro Morganti: o Rei do Açúcar**. (Artigo, p. 62 a 65). In Kappa Magazine. Revista publicada por Abelhaneda Editora e Serviços de Comunicação Ltda., Ano 5, Edição 106: Araraquara (SP), 17 de junho de 2015.

_____. **Centro: mais de 200 anos de história.** (Artigo, p. 16 a 20). In Kappa Magazine. Revista publicada por Abelhaneda Editora e Serviços de Comunicação Ltda., Ano 6, Edição 116: Araraquara (SP), 29 de janeiro de 2016.

FRANÇA, Antônio M. (organizador). **Álbum de Araraquara -1915.** João Silveira, Editor: Araraquara (SP), 1915. 343 p.

FONSECA, Cristina. **Juó Bananére.** O abuso em blague. Editora 34: São Paulo, 2001. 205 p.

FUNARI, Pedro Paulo, e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** Zahar: Rio de Janeiro, 2006. 72 p.

GASPAR, Julio Dias, e AFRAM, Silvana Issa (editores). **Memórias do Comércio: os caminhos do interior** – Araraquara, São Carlos e região. Museu da Pessoa: São Paulo, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Editora LTC: Rio de Janeiro, 2008. 323 p.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** Editora UNESP: 1991, São Paulo. 199 p.

_____. **A constituição da sociedade.** 3ª e. Tradução de Álvaro Cabral. Editora WMF Martins Fontes: São Paulo, 2009. 458 p.

GOMES, Thauana Paiva de Souza. **De saberes não oficiais a lugares da patrimonialidade imaterial:** um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural. Dissertação de Mestrado. UNESP: Araraquara (SP), 2011. 138 f.

_____. **Do sonho à realidade:** um estudo da trajetória de mulheres assentadas na constituição de práticas agroecológicas através do resgate de saberes tradicionais. Tese de Doutorado. UNESP: Araraquara (SP), 2018. 224 f.

HABERMAS, Jürgens. **O Ocidente dividido:** pequenos escritos políticos. 1ª e. Editora UNESP: São Paulo, 2016. 281 p.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Editora PUC Rio: Rio de Janeiro, 2016. 260 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. Centauro Editora: São Paulo, 2003. 224 p.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. Martins Fontes: 2014, São Paulo. 294 p.

HERSEY, Paul, e BLANCHARD, Kenneth H. **Psicologia para Administradores.** A Teoria e as Técnicas da Liderança Situacional. 1ª reimpressão. Tradução e revisão técnica: Equipe do CPB – Edwino A. Royer. EPU - Editora Pedagógica e Universitária: São Paulo, 1986. 428 p.

HOBWBAWN, Eric, e RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições.** Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 9ª e. Paz e Terra: São Paulo, 2014. 395 p.

HOEBEL, E. Adamson, e FROST, Everett L. **Antropologia Cultural e Social**. Cultrix: São Paulo, [s.d.].

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª e. Companhia das Letras: São Paulo, 1994. 301 p.

HOPKINS, Owen. **Arquitetura**: guia visual de estilos arquitetônicos ocidentais do período clássico até o século XXI. Tradução: Gil Reyes. PUBLIFOLHA: São Paulo, 2017. 240 p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles e FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1ª reimpressão. Objetiva: Rio de Janeiro, 2009. 1986 p.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos**. 2ª e. Tradução de Neide Luzia de Rezende. Martins Fontes: São Paulo, 1996. 231 p.

LARA, José. **Ferrovia Pitoresca**. RFFSA, Superintendência Regional de Belo Horizonte: Belo Horizonte, 1988. 93 p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um Conceito Antropológico**. 24ª reimpressão. Zahar: Rio de Janeiro, 1986. 117 p.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Sílvia Lara Ribeiro. Abril Cultural/Brasiliense: São Paulo, 1984. 122 p.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. 7ª e., revista. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Editora da Unicamp: Campinas (SP), 2013. 499 p.

LEONARDI, Giuseppe e CARVALHO, Ismar de Souza. **Jazigo Icnofossilífero do Ouro, Araraquara, SP**. Ricas pistas de tetrápodes do Jurássico. (artigo, p. 39-47), disponível em <<http://sigep.cprm.gov.br/sitio079/sitio079.pdf>>. Acesso em 20 de jan. 2019. In SIGEP – Sítios Geológicos e Paleontológicos, Schobbenhaus, Carlos et al. (orgs.). Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil (SIGEP): Brasília, 2002. 554 p.

LE MOS, Alberto. **História de Araraquara**. Edição do Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria e Prefeitura Municipal de Araraquara: Araraquara (SP), [s/d – 1972?]. 262 p.

LIPOVETSKY, Gilles, e SERROY, Jean. **A cultura-mundo**. Resposta a uma sociedade desorientada. 1ª. reimpressão. Tradução de Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras: São Paulo, 2011. 207 p.

MANO, Marcel. **Os Campos de Araraquara**: um estudo de história indígena no interior paulista. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (SP), 2006. 357 f. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280084/1/Mano_Marcel_D.pdf> Acesso em 25 jan. 2018.

_____. **Memória e Esquecimento:** formação histórica e ocupações humanas no centro-norte paulista. Artigo. *In Revista Brasileira Multidisciplinar – ReBraM*. Vol. 21, n. 3, 2018. UNIARA – Universidade de Araraquara: Araraquara (SP), 2018, p. 59 a 69

MARTINS, Felipe Turioni, e BERGAMIN, Francisco de Assis. **Máquina estranha que consumia água e carvão e cuspiu fumaça.** Contribuições para a história da ferrovia em Araraquara. TCC, Curso de Comunicação Social. Edição dos autores: Araraquara (SP), 2012. 204 p.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3ª e. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. Martins Fontes: São Paulo, 2007. 119 p.

MEDINA JÚNIOR, Clodoaldo. **Histórias do TECA** – Teatro Experimental de Comédia de Araraquara. DBA Editora: São Paulo, 2012. 197 p.

MEIHY, José Carlos Sebe B., e RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia Prático de História Oral.** Editora Contexto: 2011, São Paulo. 198 p.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Os Paradoxos da Memória.** *In Memória e Cultura – A importância da memória na Formação Cultural Humana*, Danilo Santos de Miranda (org.). Páginas 13 a 33. Edições SESC: São Paulo, 2007. 304 p.

NAÍN, Moisés. **O Fim do Poder.** 1ª reimpressão. Texto Editores: São Paulo, 2013. 389 p.

QUEIROZ, Daniela de Almeida. **A Influência das Narrativas Cotidianas como (des)estímulo para a Participação Política.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2013. 218 f. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-28012014-091841/pt-br.php>> Acesso em 23 de mar. 2015

PERONI, Ivan Roberto (Diretor Editorial). **Lua.** Seção “Curiosidades” (fls. 64 e 65), *in Revista Comércio, Indústria e Agronegócio*, dezembro de 2016, ano 12, n.º 137. JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo: Araraquara (SP), 2016.

_____. **Um verdadeiro cinema caipira,** (fls. 41 a 43), *in Revista Comércio, Indústria e Agronegócio*, janeiro de 2018, ano 12, n.º150. JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo: Araraquara (SP), 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Cidade, Espaço e Tempo:** reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. (Artigo, p. 9 a 17). *Cadernos do LEPAARQ*, Volume II, n..4, Editora da UFPEL: Pelotas (RS), ago/dez 2003

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** Editora Perspectiva: São Paulo, 1970. 211 p.

ROSA, Antônio Joaquim da. **A Cruz de Cedro.** 9ª e. Livraria Teixeira: São Paulo, 1927.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento:** seis ensaios da história das ideias. Editora UNESP: São Paulo, 2010. 240 p.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o Debate** (p. 16-27). In “Memória, Cidade e Cultura”, Cléia Schiavo e Jayme Zettel (coord.), EdUERJ: Rio de Janeiro, 1997. 140 p.

SCHIVARTCHE, Fábio. **As grandes cidades morrem. Você pode salvá-las.** Editora Terceiro Nome/Mostarda Editora: São Paulo, 2005. 86 p.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1ª e. Cia. das Letras: São Paulo, 2019. 273 p.

SCRUTON, Roger. **Filosofia Verde.** Como Pensar Seriamente o Planeta. 1ª e. É Realizações Editora: São Paulo, 2016. 416 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24ª e. ver e atualiz. Cortez Editora: São Paulo, 2016. 315 p.

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. **Ferrovias e Ferroviários** (edição da dissertação de Mestrado – PUC/SP, de 1981). Cortez: São Paulo, s/d [1982?]. 103 p.

SILVA, Paulo A.C. e SILVA, Cecília A.C. (editores). **Araraquara – 1974.** Publicação da empresa “O Imparcial Ltda.”: Araraquara (SP), 1974. 199 p.

SILVA, Inayá Bittencourt e, e REIS, Sandra Alvarenga. **Vila Ferroviária: Memória Viva.** p. 77-92. In REVISTA UNIARA, n. 6, 1999. Centro Universitário de Araraquara: Araraquara (SP), 1999.

SHIBAKI, Viviane Veiga. **Ícones Urbanos na Metrópole de São Paulo.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP: São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06072011-085731/pt-br.php> Acesso: 26 de fev. 2015. 235 f.

SOUZA, José Maria Viana de. **Araraquara.** 212 anos de história. Editora Compacta: São Carlos (SP), 2003a. 79 p.

_____. **A ideologia da cidade-modelo.** Editora Compacta: São Carlos (SP), 2003b. 63 p.

_____. **Araraquara.** 170 anos de política. Editora Compacta: São Carlos (SP), 2003c. 88 p.

SZAJMAN, Abram. **Apresentação.** In Memórias do Comércio: os caminhos do interior – Araraquara, São Carlos e Região. Júlio Dias Gaspar e Silvana Issa Afram (editores). Museu da Pessoa: São Paulo, 2000. 112p.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na República Velha.** Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1977. 222 p.

_____. **Britos – República de Sangue.** Reedição. Edições Macunaíma: Araraquara (SP), 1997. 231 p.

_____. **Para uma história de Araraquara** (1800 a 2000). Laboratório Editorial, UNESP Araraquara: Araraquara (SP), 2003. 230 p.

TENÓRIO, Valquíria Pereira. **Baile do Carmo: Festa, Movimento Negro e Política das Identidades Negras em Araraquara (SP)**. Tese de Doutorado. UFSCar: São Carlos (SP), 2010. 236 f.

TOFFLER, Alvin. **Powershift** – As mudanças do poder. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Revisão Técnica de Marcus da Costa Moraes. Editora Record: Rio de Janeiro, 1990. 613 p.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. **Santo Antônio e a Vaca**, um verdadeiro cinema caipira em Araraquara. (Artigo, p. 111 a 124). *In* revista *Perspectivas*, n. 26: São Paulo, 2003.

TOSH, John. **A Busca da História**. Objetivos, métodos e as tendências da história moderna. Editora Vozes: Petrópolis (RJ), 2011. 336 p.

TREVOR-ROPER, Hugh. **A invenção das tradições**: a tradição das Terras Altas (Highlands) da Escócia. (p. 27-60). *In* *A Invenção das Tradições*, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (org.). Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 9ª e. Paz e Terra: São Paulo, 2014. 395p.

TRUZZI, Osvaldo Mario Serra *et al.* **Café, Indústria e Conhecimento** – São Carlos, uma história de 150 anos. Edufscar/Imprensa Oficial: São Carlos (SP)/São Paulo, 2008. 200 p.

_____, e FOLLIS, Fransérgio. **A Ocupação dos Sertões de Araraquara** – das Sesmarias e Assentamentos à Lei de Terras de 1850. EdUFSCar: São Carlos (SP), 2012. 268p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia** - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução: Livia de Oliveira. Difel: São Paulo, 1980. 342 p.

VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia Cultural**. Uma Antropologia da Mudança. Editora Ática: São Paulo, 1988. 61 p.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. 1ª e. Cosac Naify: São Paulo, 2012. 384 p.

WHITAKER, Dulce C.A. **Histórias não Reveladas**. Letras à Margem: Presidente Venceslau (SP), 2004. 173 p.

_____. **Envelhecimento e Poder**. Alínea Editora: Campinas (SP), 2007. 180 p.

_____. **Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente**. Aula sobre Conhecimento Científico. UNIARA: Araraquara (SP), 27/04/2012.

_____. **A desinvenção da Tradição: esquecimento e memória na História do Brasil** – Ensaio de Interpretação Sociológica. (p. 47-67). *In* “Ideologia & Esquecimento” (Whitaker, D.C.A, Fiamengue, E.C. e Velôso, T.M.G, organizadoras). Letras à Margem: Presidente Venceslau (SP), 2010. 271 p.

_____ e BEZZON, Lara A. Crevelaro. **A Cultura e o Ecossistema**, reflexões a partir de um diálogo. Alínea: Campinas (SP), 2006. 89 p.

_____ *et al.* **O Caleidoscópio da memória e suas miríades** (Introdução, pp. 11 a 15). In “Ideologia & Esquecimento” (Whitaker, D.C.A, Fiamengue, E.C. e Velôso, T.M.G, organizadoras). Letras à Margem: Presidente Venceslau (SP), 2010. 271 p.

_____. **Aspectos Artísticos da História Cultural de Araraquara**. In Revista Uniara, Volume 18, n.º 1, julho de 2015, p. 13 a 24. Uniara – Universidade de Araraquara: Araraquara (SP), 2015.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell**. Tradução de Vera Joscelyne. Vozes: 2011, Petrópolis (RJ). 380 p.

Who’s Who in International Art. Internacional Biographical Art Dictionary: Lausanne (Suíça), 2000.

Mídia Gravada.

BARBIERI, Renato. **Araraquara** – memórias de uma cidade. Documentário. 76 minutos. Gaya Filmes: Manaus, 2013.

FREUND, Edward. **Férias no Arraial**. Filme. Araraquara (SP) [p. 1960]

LOPES, Eduardo Luiz Veiga. **Memória Fotográfica de Araraquara “... 100 anos de fotografias ...”** (CD-Rom – repositório de fotos do Museu da Imagem e do Som - MIS). Divisão de Informática da Prefeitura do Município de Araraquara: Araraquara (SP), 1999.

RODRIGUES, Wallace Leal Valentim. **Santo Antônio e a Vaca** (A Proteção de Santo Antônio). Filme. 77 minutos. Preto e Branco. Araraquara (SP), 1958.

WEBGRAFIA

Águia. Disponível em < [https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81guia_\(her%C3%A1ldica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81guia_(her%C3%A1ldica))> Acesso em 25 de jul. 2018

ANTÔNIO TAVARES PEREIRA LIMA. Disponível em: < <http://www.camara-arq.sp.gov.br/site/index.php/biografia-do-2o-prefeito-eleito-pelo-povo-engenheiro-antonio-tavares-pereira-lima/>>. Acesso em 18 de set. 2018

ARQBRASIL10 (site acerca de estilos arquitetônicos, s/p). Disponível em <<https://arqbrasil10.wordpress.com/arquitetura-ecletica/>> Acesso em 26 de abr. 2019

CASA BARBIERI. (Foto do Museu da Pessoa). Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/imagem/fachada-da-casa-barbieri-67517>> Acesso em 25 de set. 2017.

CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (site). **Município de Araraquara**. Disponível em: <<http://cepam.org/municipios/municipios-paulistas/araraquara.aspx#ad-image-0>>. Acesso em 17 de abr. 2014

COISSI, Juliana. **Aos 195, Araraquara (SP) busca resgatar sua história.** (Artigo, 19/08/12.) Disponível em <<http://m.noticias.uol.com.br/cotidiano/2012/08/19/aos-195-araraquara-sp-busca-resgatar-sua-historia.htm>> Acesso em 26 de nov. 2017

CUTRALE. Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cutrale>> Acesso em 20 fev. 2019

DE OLHO NO TEMPO METEOROLOGIA (portal de informações meteorológicas – site). **Chuva de quase 100 mm provoca alagamentos em Araraquara** (nota de 16.02.14). Disponível em: <<http://deolhonotempo.com.br/site/chuva-de-quase-100-mm-provoca-alagamentos-em-araraquara-sp/>>. Acesso: 14 de abr. 2014.

DJALMA DUTRA. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Djalma_Dutra > Acesso em 19 de dez. 2016.

EX-VOTO. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ex-voto>> Acesso em 12 de dez. 2016

200 Anos de Araraquara (Site). Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/200-anos-de-araraquara-conheca-fatos-e-curiosidades-sobre-a-morada-do-sol.ghtml>> Acesso em 30 de set. 2017.

FEPARANA. Wallace Leal Valentim Rodrigues. (Site, s/p, 2008). Disponível em: <<http://feparana.com.br/topico/?topico=729>>. Acesso em 12 dez. 2018.

FERROVIÁRIA EM CAMPO (blog). Disponível em: <<http://ferroviariaemcampo.blogspot.com/2018/12/o-primeiro-acesso-da-ferroviaria-foi.html>> Acesso em 20 dez. 2018.

FORMAS DE AMOSTRAGEM – (Publicação). IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Campus de São José do Rio Preto. Disponível em <<file:///C:/Users/Usuario/Documents/DOUTORADO%20-%202015-18%20-%20%20II/Amostragem%20prob%20e%20n%C3%A3o-probabl.pdf>>. s/d e s/p. Acesso em 12 dez. 2018.

GRANADA, Espanha. Disponível em <<https://granadainfo.com/alhambra/>>. Site. Acesso em 25 de maio 2018.

GONDWANA (ou Gondwana). Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gondwana> > Acesso em 10 nov. 2018

HÉLIO MORGANTI, com Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros (Blog do Ronco). Disponível em: <<http://blogdoronco.blogspot.com/2010/09/helio-morganti-uma-das-maiores.html>> Acesso em 15 jul.2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Turismo. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/turismo/9081-economia-do-turismo.html?=&t=o-que-e>> Acesso em 14 de dez. 2018.

LEI MUNICIPAL n.º 1.459, de 07 de julho de 1.965. Disponível em <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/arquivo?Id=102303>> Acesso em 20 de jan. 2019.

LEI MUNICIPAL n.º 1.703, de 12 de agosto de 1.969. Disponível em <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/documento?sigla=lo&numero=1703>> Acesso em 20 de jan. 2019.

Macunaíma. (Informações acerca da obra de Mário de Andrade). Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macuna%C3%ADma>>. Acesso em 18 de set. 2017.

MANÉCOLO, Fernanda. Um Visionário Chamado Bento de Abreu. (Artigo de 16.08.2016). Site ACidadeON. Disponível em <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/NOT,3,7,1190492,Um+visionario+chamado+Bento+de+Abreu.aspx>> Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Estátuas contam a história de Araraquara** (Artigo de 31.01.2017, s/p). Site ACidadeOn/Araraquara. Disponível em <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,3,7,1224310,Estatuas+conta+m+a+historia+de+Araraquara.aspx>> Acesso em 25 de ago. 2018.

_____. **Baile do Carmo comemora 130 anos de luta e resistência negra.** (Artigo de 10.07.2018, s/p). Site ACidadeOn/Araraquara. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1346525,baile+do+carmo+comemora+130+anos+de+luta+e+resistencia+negra.aspx>> Acesso em 30 de set. 2018.

MINHA ARARAQUARA. Blog. Disponível em: <http://minhaararaquara.blogspot.com/2012/09/igreja-matriz-de-sao-bento.html>> Acesso em: 12 dez. 2017

MISSA DO GALO. Blog Aleteia. Disponível em < <https://pt.aleteia.org/2016/12/23/voce-sabe-como-surgiu-a-expressao-missa-do-galo/>> Acesso em: 12 jan 2017. Informação em 23 de dez. 2016.

MMDC. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/M.M.D.C.>> . Acesso em 28 dez 2018

OLIVEIRA, Tom. Lenda do tesouro enterrado em rua da Vila Xavier continua viva na memória dos moradores. Site ACidadeOn/Araraquara. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/NOT,3,7,1297130,Lenda+do+tesouro+enterrado+em+rua+da+Vila+Xavier+continua+viva+na+memoria+dos+moradores.aspx>> (Artigo de 25 dez 2017, s/d). Acesso em: 21 de jan. 2018

PASSOS, Matheus – Curso de Metodologia Científica (aula 6) – vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5p_nV95_3s8> – Acesso em 15 de jul. 2018

PATRIMÔNIO HISTÓRICO (blog). Disponível em: <http://patrimonioshistoricosdeararaquarasesi.blogspot.com/2016/08/igreja-matriz-de-sao-bento.html>> Acesso em 30 de out. 2018

PAULO FREIRE. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire> Acesso em 20 jan. 2019.

Pedro Manuel de Toledo. Wikipédia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Manuel_de_Toledo> Acesso em 25 nov. 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS (site governamental). Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf> Acesso em 12 dez. 2018.

PORTAL MORADA (site de notícias, s/p, 05.09.2016). **Há 56 anos, Sartre fazia conferência histórica em Araraquara** (artigo noticioso). Disponível em: <<http://www.portalmorada.com.br/noticias/geral/59330/ha-56-anos-sartre-fazia-conferencia-historica-em-araraquara>> Acesso em 29 nov. 2017

Praça Pedro de Toledo. (antigo Largo da Câmara). Disponível em <<http://minhaararaquara.blogspot.com/2013/01/praca-pedro-de-toledo.html>> Acesso em 25 nov. 2018

Reinaldo Polito. Site. Disponível em <<https://reinaldopolito.com.br/como-se-paquerava-em-araraquara/>> Acesso: 10 de out. 2017

RÔMULO LUPO. (site da Câmara) Disponível em : < <http://www.camara-arq.sp.gov.br/site/index.php/biografia-do-3o-prefeito-eleito-pelo-povo-o-industrial-romulo-lupo/>> Acesso em 30 de out. 2018

Serpente. Disponível em <<https://www.greenme.com.br/significados/6035-simbologia-da-cobra-e-seus-significados>> Acesso em 25 de out. 2018

Serpente (“*biscione*”). Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Biscione>> . Acesso em 25 de out.2018

Serpente (maias). Disponível em<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Kukulc%C3%A1n>>. Acesso em 20 de jan. 2019

SINFERP – Sindicato dos Ferroviários de Trens de Passageiros da Sorocabana, blog. 2012. Disponível em <http://saopaulotremjeito.blogspot.com.br/2012/01/e-la-se-vao-os-trilhos-de-araraquara-sp.html>. Acesso em 14 de set. 2012

YSHIYAMA, Mary. Wallace Leal Valentim Rodrigues. (Artigo não paginado, setembro/2018). Site. Disponível em: <<http://www.mundoespirita.com.br/?materia=wallace-leal-valentin-rodrigues>>. Acesso em: 12 out. 2018.

MAPA DA CIDADE - Prefeitura Municipal de Araraquara. Mapa disponível em <http://www3.araraquara.sp.gov.br/ImageBank/FCKEditor/file/administrador/Mapa%20da%20cidade/mapa_araraquara_atualizado_logradouros.pdf> Acesso em 25 jul.2017.

APÊNDICE A – Roteiro básico de entrevista

NOME

AUTORIZAÇÃO PARA USO

ESTADO CIVIL

IDADE

PROFISSÃO

LOCAL DE NASCIMENTO

UM POUCO DA HISTÓRIA DE VIDA

LUGARES ONDE MOROU

O QUE MAIS LEMBRA DE ARARAQUARA

(CONFORME O GRAU DE INSTRUÇÃO): [Araraquara possui memória?]

QUE CITE PONTOS CARACTERÍSTICOS DA CIDADE

DESSES, QUAIS INTEGRARIAM A MEMÓRIA DE ARARAQUARA

SE NÃO CITAR ALGUNS, PROVOCAR SUTILMENTE (exemplos):

- antigo teatro – “fute” - Wallace Leal Rodrigues– TECA - Santo Antônio e a Vaca
- matriz – chafariz – Britos - lenda da serpente - “buracão do São Geraldo”
- Linchaquara - praça da morte/força
- trilhos/Museu Ferroviário/Prédio da Coletoria Estadual
- Lupo – Rádio Cultura
- Farmácia Internacional - José Tescari - lajes da calçada (dinossauros)
- Macunaíma – Ernesto Lia
- Largo da Câmara – Fundação da Cidade – Ruas Pe. Duarte, Pe. Cesarino, Rua Cinco - Rua 2 (Picadão de Cuiabá)
- AFE - Vila Ferroviária
- Procissão do encontro- lendas e histórias
- Outros.

APÊNDICE B - Depoimento sobre Ináh Perez Bittencourt

(por INAYÁ BITTENCOURT E SILVA)

É, a Ináh; nós éramos três irmãs, Iara, Ináh e Inayá, nessa ordem de nascimento e idade, então eu era a caçula, né? E meu pai, ele queria ter tido um filho e não teve e, então, como a Ináh era assim uma moleca, ele acabou incentivando e estimulando, que ela se transformou num verdadeiro menino, ao ponto de, menina ainda, ela já fumava, entende? E nós, meu pai tinha uma padaria ali na rua Nove de Julho, em diagonal com o antigo Sé, onde é uma igreja e no local da padaria hoje é um estacionamento, que é da família. Ele...Perez, padaria Perez. Que era do meu avô, que era espanhol, [...] depois ficou para a minha mãe e meu pai tomando conta. Mas, então, meu pai estimulava e ela, bem pequena, já adotava todas as atitudes de moleca e fumava. Em Araraquara não tinha ônibus ainda, não tinha nada, à noite a gente brincava no meio da rua, [...] sempre ali naquele lugar. A Ruth Cardoso foi minha amicíssima, amicíssima, eu fui aluna da mãe dela, ela foi minha colega. Mas ela, a Ináh, era terrível, terrível. E os pães eram entregues a domicílio, com carinhos puxados por cavalos, [...] ela fazia tanta arte, tanta arte, que ela foi mordida por um cavalo. Bom, eu sei que [...] quando a gente entrou na escola, a gente estudou no colégio das freiras, estava sendo criado na ocasião, [o colégio] Santa Terezinha, que fica naquele quarteirão da Rua Cinco com a Avenida Barroso. No começo era só na Rua Quatro, a entrada era por ali, era bem menor, depois é que foi aumentando. Então, nós começamos a estudar lá, eu e Ináh. Bom, foi na década de 30. Provavelmente na década de 30. [...]. Bom, mas eu sei que lá no colégio das freiras, ela, para facilitar, a gente foi semi-interna, entrava às 8 e saía às 4, então a gente almoçava lá. [...] A candidata a freira (tinha a candidata, depois o nível superior era postulanda, que está pretendendo subir), eram candidatas, assim, a freiras, ficavam ali, tomando conta da gente na hora do almoço. E tinha um bife que vinha assim cheio de alho, cebola e a gente tinha os copos individuais que trazia de casa [...], não era a escola que fornecia. E aí, a Ináh [...] não queria comer e a candidata ia passar por ali, ela pegou e enfiou dentro d'água, a candidata acho que desconfiou, passou lá e ela fingiu que bebeu. [...] Bom, então, e ela era mais para a arte do que para estudar e eu consegui [...] ultrapassar um ano na frente dela. Então eu estava no quarto ano e ela estava no terceiro e a dona Mariquita, mãe da Ruth, era muito amiga da mamãe, [...] disse que ia preparar a Ruth para o curso ginásial, [...] se a mamãe não queria que eu fosse, [...] “mas tem a Ináh que é mais velha e está no terceiro ano”, a dona falou: “deixa, ela entra, a gente dá assim um reforço para ela”. Então nós duas entramos para fazer o cursinho. E fizemos o vestibular e passamos no Colégio Progresso. E fomos para a mesma classe, eu e ela passou também, ela conseguiu passar. [...] E sentávamos juntas, uma atrás da outra. E, por exemplo, às vezes eu derrubava a minha prova e ela também e a gente trocava. [...]. Chegou na terceira série do ginásio, [...] ela viu que ela ia tomar bomba [...] e [disse] “não vou mais sentar perto de você, você não está me ajudando”. [...] E de fato ela se separou de mim e aí tomou bomba mesmo. [...] A partir daí, [...] a gente [...] separou. [...] E ela conheceu a Maria Lúcia Galvão, [filha de] Inácio Galvão [...] Ele morava ali onde é o cartório na Avenida Brasil, do lado ali do Correio. [...] E ele [...] é fazendeiro de Rincão [...] Então, a Maria Lúcia, filha dele, foi para a mesma classe [da Ináh] e ficaram amigas [...]. Só que eles moravam na fazenda, então as filhas (eram três meninas) [...] ficavam internas no Colégio Progresso, certo? A mais velha foi minha colega, estava na minha classe, nós ficamos amigas, ela é madrinha de um dos meus filhos. A Maria Lúcia, segunda, ficou com a Ináh e a outra, mais nova, a única que é viva (mora em Bauru), ela não se ligou muito, quer dizer, a amizade foi eu e a Ângela e a Ináh e a Maria Lúcia. Eu sei que a Maria Lúcia namorava o Jobal Velosa, [...] vereador. Por acaso a Ináh [...] estava aprendendo a voar, [...] e ela conheceu o Jobal lá. [...] A Maria Lúcia era interna, pois ela quis [...] ficar interna no Colégio Progresso, para acompanhar e para ajudar no namoro: de noite o Jobal vinha ali na Rua Cinco, a Maria

Lúcia namorava o Jobal e ela, a Ináh, [...] não era interna ainda, [ficava vigiando]. Mas naquela época tinha só árvores, então eles combinavam e ela subiu na árvore lá para conversar com o Jobal, né? Sabe? [...] Mas [o Colégio Progresso] já está bem mudado [...], mas as salas de aula eram [...] em bloco e, lá no fundo, quase chegando na Rua Cinco, lá quando terminava o prédio, eram os banheiros [...] e as mesas para lanche, a gente sempre tomava lanche lá [...]. E começou a aparecer cigarro lá nos banheiros... e a Ináh sempre tinha os casos para contar [...]. E [...] morávamos em padaria, a gente levava sempre um sanduíche pronto, geralmente era uma omelete, alguma coisa assim com um pãozinho d'água. E a Ináh então, a gente sentada, a Ináh ficava de pé, [...] e ela ficava andando e contando os casos e ela comia e fazia assim, comia e fazia assim. [FAZ GESTO DE JOGAR AS CINZAS DE CIGARRO.][...] E como estávamos desconfiados que estavam fumando lá, a direção tinha colocado umas funcionárias para fiscalizar, para ver, descobriram, é a Ináh, cigarro. O gesto dela entregou. [...] E ela foi bibliotecária e ela trabalhava na padaria também, [...] a padaria fechou, então depois ela foi fazer curso, trabalhou, ajudava, [...] nessa ocasião também, [...] ela já estava também começando a pilotar [...] primeira mulher, primeira e única de Araraquara. Mas ela foi cassada. Foi cassada, um avião de dois, ela pôs três e caíram. [...] Maria de Lurdes Almeida, uma enfermeira preta do serviço especial de saúde, uma pessoa muito conhecida, ótima pessoa. A Maria Ferreira também era enfermeira lá do serviço especial de saúde e ela, teve uma fase que ela pediu para mamãe para morar lá em casa, então ela morou conosco uma temporada. Então nós ficamos muito amigas e o diretor do serviço especial de saúde, aqui de Araraquara, ele era de lá da Central do Brasil, não lembro de qual cidade. E parece que foi ele que morreu [...]. Então a Maria Ferreira, [...] era muito nossa amiga e até madrinha de uma das minhas filhas, [...] falou “Ináh, você não pode levar a gente até lá na cidade para o enterro do doutor Fulano, [...] eu e a Lurdes?” [A] Ináh falou “é só de dois lugares”, o que tinha aqui era teco-teco, né? Então ela [...] ela pensou um pouco e topou. [...] Então combinaram assim, a Maria Lúcia levaria as três, a Ináh e as outras duas de carro até o campo de aviação [...] e as duas e a Maria Ferreira subiriam no avião com a Ináh. Subiram a Ináh e a Maria Ferreira [...] e a Maria Lúcia foi escondida para não aparecer. Foram bem. Só que chegou ali por perto de Atibaia, Bragança, por ali, aquela região montanhosa [...] ela desceu, quando foi retomar, não conseguiu [...] e, caiu, quer dizer, o peso, no lugar mais difícil, descer tudo bem, mas para subir... E graças a Deus não aconteceu nada de grave, [e] a Lurdes Almeida [...] foi a pé para a cidade pedir socorro. E a Ináh foi cassada. [Ináh] passou muitas histórias para ele [Wallace]. Certeza, certeza. Eu não sei dizer quais. Não sei dizer, mas tenho a certeza que sim, que ela deve ter influenciado bem ele, entende? Que ela falava às vezes [...] não chegava a ser briga sabe, mas assim, ela corrigia umas coisas dele. [...] E depois disso [...], ela tinha horror de avião. [...] Tinha bom coração, mas aí, o bom senso não prevaleceu. [...]. Meu marido, ele foi instrutor de avião dela, ele era piloto também. E foi ele que veio aqui para Araraquara como instrutor de aviação, foi através dela que nós nos conhecemos. E ele [...] se chamava Jacinto Silva. E ele ficou desesperado, ele ficou louco quando soube [...]. Na ocasião, ele [...] estava se formando em farmácia e trabalhava na Farmácia Raia, naquela Farmácia Raia da avenida Brasil. Mas olha, foi um sofrimento para ele, para nós todos, mais ele, que ela aprendeu a voar com ele.

APÊNDICE C

Entrevistas

Quadro III – Resumo dos principais marcos urbanos citados nas entrevistas.

Entrevistados →													
↓ Marcos Urbanos	Alcyr Azzoni	Anderson Ivanhoé Brunetti	Domingos Carnesseca Neto	Elias Chedieck Neto	Inayá Bittencourt e Silva	Isabel Pelegrino Brunetti	João Batista Ditodaro	José de Campos Machado	Luis Antônio Alberto	Moacyr Marchesi	Marcos Valério Murad	Paulo de Rizzo	Teresa Cristina Telarolli
AFE		x	x				x					x	
Antiga sede da EFA			x	x									
Antigo Teatro	x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x
Britos	x	x	x	x	x	x	x		x		x	x	x
Buracão do S. Geraldo	x	x	x			x	x		x		x	x	
Chafariz	x		x				x		x				
Chácara Sapucaia	x		x	x							x		x
Conde do Pinhal			x								x		
Entorno (Museu Ferroviário)	x		x	x									x
Ernesto Lia	x		x		x				x				x
<i>Footing</i>		x	x		x		x		x		x	x	x
Farmácia “Internacional”			x								x	x	
Lenda da Serpente	x	x	x			x	x		x			x	x
Linhaquara	x		x				x		x		x		x
Maestro José Tescari	x		x				x				x		x
Mário I. Almeida	x												x
Matriz	x	x	x			x	x	x	x		x	x	x
Museu Ferroviário	x	x	x	x		x			x		x		x
Museu Paleontológico	x		x				x				x		x
Museu Voluntários da Pátria	x		x								x		x
Pedras das calçadas	x	x	x				x		x			x	x
Rego d’água	x		x										
Romaria aos Britos			x			x			x				
Rua “2”	x		x								x	x	
Rua “3”	x										x		
Rua “5”	x	x	x				x		x		x	x	
Rua Pe. Duarte			x				x		x				
Rômulo Lupo	x		x										x
Shopping Lupo	x		x			x	x		x		x	x	x
TECA	x		x					x		x			
Trilhos	x		x	x		x	x	x	x		x		x
Wallace L. Rodrigues	x		x	x	x		x		x	x			x

Fonte: elaboração pelo Autor.

Na estruturação final do trabalho, foram fundamentais as participações dos entrevistados. Assinalaremos, a seguir, os principais itens enfocados pelos depoimentos, muito embora alguns trechos já tenham sido referidos no decorrer da exposição, como, por

exemplo, quando contrapomos aspectos trazidos por Carnesseca e Telarolli acerca do prédio onde hoje se localiza o MAPA – Museu Arqueológico e Paleontológico de Araraquara “Maestro José Tescari”.

Eventualmente, tais passagens serão lembradas nas citações que se seguem. Nas transcrições, tomamos o cuidado de retirar o excesso de expressões fáticas (“né?”, “viu?”, “o senhor não concorda?”, “entendeu?”, etc) e de continuidade (“então”, “daí”, etc), características da linguagem oral, visando a facilitar a leitura. Os registros procuram focar trechos que abordam direta ou indiretamente, explicam ou esclarecem aspectos dos marcos urbanos da memória da cidade. A ordem é a alfabética, pelo primeiro nome do entrevistado.

Inicialmente, no QUADRO III, acima (fls. 264), apresentamos um resumo dos principais marcos urbanos citados pelos depoentes. A seguir, estão as observações e citações referentes às entrevistas, cada uma delas precedida da anotação dos principais itens enfocados e de um resumo geral dos pontos abordados pelos entrevistados.

1 – Alcyr Azzoni

Principais itens enfocados: Trilhos e a geologia da cidade; rego d’água; Lupo e o desenho da cidade; antigo teatro; Britos, Linchaquara e o grupo de Bento de Abreu; turismo; personagens e a Chácara Sapucaia; políticas públicas e conservação do patrimônio; referenciais; entorno do Museu Ferroviário, soluções para incentivar a história e a memória da cidade.

RESUMO: Explica que a retirada dos trilhos pode causar enchentes na cidade, porque a Vila Xavier é mais alta e sua água pluvial vai em direção à cidade, protegida pela área a céu aberto dos trilhos. Explica, geologicamente, a composição do solo, com funções de recarga do Aquífero Guarani. Projetos para aproveitar os trilhos precisariam incluir outras cidades. Seria inútil o desvio dos trilhos. Esclarece a história do rego d’água que corria diante da Matriz. Aborda o estilo de governar de Rômulo Lupo. Os industriais impediam o desenvolvimento da cidade por temerem concorrência sobre a mão-de-obra. A Via Washington Luiz influenciou o desenho da cidade: era uma barreira ao crescimento. Cita personagens: Ignácio de Loyola Brandão, Ernesto Lia, Mario Ibarra de Almeida, José Tescari, família Abramo, família Correia, Pio Lourenço Correa. Analisa os Britos, enfocando a fama de Linchaquara e a reforma posterior da cidade. Explica a época da cidade como “Capital da Cultura”. Critica o abandono do entorno do Museu Ferroviário, faltando vontade política para sua recuperação. Faltam referências aos fatos históricos e memorialísticos, sendo necessário cultivá-los junto à infância, via escola. (Comentários sobre turismo e políticas públicas foram aproveitados em capítulo próprio.)

O professor universitário aposentado de geografia (UNESP e UNIARA) Alcyr Azzoni, de 80 anos, é natural de Campinas (SP). Especialista em geografia, geologia e turismo, é dono de expressivo acervo de dados sobre Araraquara, do qual nos cedeu grande parte, com antigas edições de jornais, anotações de suas aulas e conferências, mapas geográficos e geológicos da cidade.

Uma importante abordagem com referência aos trilhos indica, principalmente, o problema que sua remoção traria à cidade, em termos de enchentes, mormente das águas vindas da Vila Xavier. Como já foi referido, o entrevistado explica que, há milhões de anos, uma massa de terra contendo o continente sul-americano se separou do africano, arrastando o fundo do mar e as rochas que iriam originar os Andes. Tal massa colossal, ao parar, inclinou-se num movimento basculante, ficando mais baixa aos pés dos Andes e elevando-se no lado do Oceano Atlântico. A fratura causada neste lado, pela parada, é conhecida como “serra” do Mar, quando, na verdade, é um penhasco: temos a subida do litoral para o planalto, mas, no interior, não há “descida”, o que seria de se esperar, se fosse, realmente, uma serra. A placa que se separou era composta basicamente de arenito (rocha porosa), ocorrendo fraturas, por onde o magma (origem do basalto, impermeável), foi liberado. A Vila Xavier, mais elevada do que o centro, é composta basicamente de arenito. Por baixo e em volta está o basalto. Daí que se defenda a manutenção da área dos trilhos sem impermeabilização. A Vila Xavier, mais alta, poderia causar grandes enchentes, pois a maior parte da água, correndo pelo subsolo basáltico, mais as águas pluviais (há grande impermeabilização do solo, na Vila Xavier), ao descer em direção à cidade, é absorvida, em sua maior parte, pela área dos trilhos, sem a qual as inundações seriam inevitáveis.

Uma das questões importantes [...] da área dos trilhos, como se separando a cidade em duas metades, [...] é a questão da topografia, principalmente, e a questão do terreno, do solo da região, [que] tem alguma importância quando a gente pensa na infiltração de água de chuva, particularmente. A Vila Xavier teve um crescimento mais lento no passado e numa certa altura, em torno dos anos 70 mais ou menos, a gente percebeu que houve uma multiplicação de bairros na parte leste da cidade e este crescimento de algum modo criou problemas para absorção da água de chuva, [...] a questão dos bairros aparece, e aí asfaltamento [...] Esse problema aumentou muito o volume de de águas pluviais, que passaram a descer de leste para oeste em direção à área dos trilhos, criando aí algumas situações importantes, porque também um córrego que corria no fundo desse relevo na divisão dessas duas partes da cidade, [...] passou a receber um volume de água mesmo depois de canalizado. [...] O sistema todo, a região toda, não podia comportar. Então aparece um fato novo das inundações: o problema de absorção dessa água, criando, assim, um fato importante, que a cidade não tem ainda conseguido resolver.

A questão do relevo da Vila e da cidade é especificada, inclusive referindo-se ao fato de que, aqui, há captação de água para o aquífero Guarani.

É [...] um relevo mais forte, [...], uma topografia mais acentuada, que isso ajuda muito o lençol freático, que [...] recebe a água da chuva, basicamente do arenito; a maior parte da Vila Xavier está em tipos de arenito que funcionam como se fossem uma esponja. E numa certa profundidade, que é variável, não é uma situação média [...], o basalto estaria em torno aí de 300 metros de profundidade; em alguns lugares ele aparece na superfície, em outros ele está a quase mil metros; então, [...] o basalto, que é uma rocha impermeável, mas ela é toda fraturada, permite também penetração de água. O basalto tem essas variações de profundidade, a água de chuva circula sobre o arenito penetra nele, formando aquela reserva [...], o aquífero Guarani. Então, [...] grande parte da área da cidade de Araraquara, [integra] essa captação de

água do aquífero Guarani, principalmente a região sudeste do município, aquela região do Ouro, que tem essa condição assim mais privilegiada de captação da água e participação dessa reserva do aquífero Guarani.

Sobre os solos araraquarenses, são citados o arenito e o basalto, em suas origens.

É um grande movimento, que durou milhões de anos, de uma época em que havia só dois continentes na superfície da Terra e, ao se separarem essas placas, criando a América do Sul, separando da África, [...] esse movimento de deslocar a placa geológica imensa para oeste, fez com que relevos antigos, áreas que estavam já geologicamente consolidadas, [...] foram reativadas. Então, o deslocamento da placa mexeu com as questões de altitude, a formação de oceanos na borda dessa placa. Nasceram, por exemplo, o Oceano Pacífico, o Oceano Atlântico. Enfim, o fato de que o derrame de lavas tinha acontecido enquanto essas placas se mexiam, [...] fez com que o relevo se movimentasse, essas placas fossem fraturadas, [o] deserto que havia na região também sofreu um pouco as consequências disto. Então a gente percebe que a história geológica da Terra, no caso da América do Sul, é uma história muito longe de se completar, de estar pronta; a gente percebe ainda que há vulcões ativos, ainda há tremores de terra na região dos Andes: tudo isso mostra que é um processo da história geológica, é um processo que, de uma certa forma, nunca vai estar terminado.

A natureza da Serra do Mar é de ser um penhasco, não uma serra:

[...] na verdade, [a Serra do Mar] é uma linha de falha e uma parte disso ficou lá embaixo no nível do mar, algumas ilhas, por exemplo, mostram isso. Estas ilhas que estão lá, hoje, na verdade eram picos de montanhas e a fratura que é a suposta Serra do Mar, que é uma escarpa de planalto, na verdade é um planalto; você sobe a Serra do Mar e não encontra o outro lado aqui em cima, então é um planalto que foi elevado naquele momento em que a placa do antigo continente de Gondwana¹²⁰ se separou e foi empurrando o relevo para cima, formando [...] esses planaltos, como nós temos aqui em Araraquara, um planalto que, aqui na região, tem seus setecentos metros, um pouco mais.

O movimento da parada da massa continental que se deslocava é explicado.

A formação dos Andes criou um peso muito grande do lado oeste dessa placa e ela então sofreu o que a gente chama assim, um basculamento: é como se fosse um caminhão basculante que está em operação. O peso dos Andes provocou essa mexida toda em grande parte do Brasil. A geologia sofreu, assim, muito impacto, muita movimentação e, daí, as fraturas que a gente observa.

Figura 140 – Gondwana e continentes há 200 milhões de anos (Era Triássica)



Fonte: Wikipédia

¹²⁰ O supercontinente **Gondwana** (ou Gondwana) incluía a maior parte da terra firme, hoje os continentes do hemisfério sul, incluindo, por exemplo, a Antártida, América do Sul, África, Madagascar, Índia, Oceania, Nova Guiné, Nova Zelândia. (Fonte: Wikipédia)

A intenção da retirada dos trilhos, na opinião do entrevistado, não é factível, principalmente em face dos custos, que seriam proibitivos, sem se contar com o problema da impermeabilização do solo.

Esse espaço dos trilhos, de um milhão de metros quadrados, [...] não há uma única solução [...] pronta. Aqui faz isto. Não vai ter [remoção dos trilhos]. Eu [...] creio que a opção [de deixar] em pedaços e pensar só em prédios públicos, o fórum novo, uma prefeitura nova, a Câmara nova, enfim, o olhar por esse caminho [...] está completamente fora de propósito pelo custo [...] e pela verdadeira revolução que isto vai [...] provocar, por exemplo, no traçado urbano, as conexões não são fáceis, [...], seria um custo astronômico, além dessas construções todas espalhadas por esse espaço e mais uma imensa área verde que, obrigatoriamente, tem que compor esse espaço por causa da água de chuva. As conexões com o sistema viário atual, a complexidade de fazer essas conexões, é uma coisa muito séria.

Quanto ao aproveitamento dos trilhos para trens de superfície, o projeto deveria incluir outras cidades, com a necessidade de se construir nova linha, se fosse a intenção de se ter maior velocidade de deslocamento.

Agora, a questão de botar um trem de superfície, isso é uma coisa que teria que envolver, [...] cem quilômetros, digamos, Matão-São Carlos, uma ideia. Isso envolveria fazer uma construção nova, quer dizer, trilhos novos, dormente novo, fazer uma linha com alguns desvios [...], desses VLT's e isto envolveria [...] pegar uma parte desse espaço e tratar a partir do zero, teria que fazer tudo novo ou não vai se ter alguma coisa de cem por hora, vai ser vinte por hora, [...] pega uma Maria Fumaça e põe os vagões [...]. Então eu penso assim, é preciso pensar no tamanho desse espaço e verificar nele o que é que poderia ser feito, que realmente acrescentasse alguma coisa.

A questão do desvio dos trilhos é abordada como inútil, será difícil ser completada, além do que, sendo a área federal, o entrevistado acredita que haverá enormes obstáculos políticos para que seja cedida ao Município, além do já citado aspecto financeiro dos custos.

É trocar seis por meia dúzia, eu tiro [...] onde ele está e ponho lá um novo, [...], o que vai se fazer [com] o que ficou para trás vai ser terrível. [...] O desvio [...] resolve um lado da questão, vão levar anos e anos e anos para resolver a questão dos armazéns da área de manobra, tirar daí, levar para outro lado. Enfim, nós percebemos que há custos aí e há questões políticas muito sérias, a área não é municipal e não vai cair no colo, você achar que o governo federal vai dar de bandeja, ceder essa área para o município, até porque isto daí seria uma pequenina fração do que isto envolve, o que fazer [...] depois? O que, com que dinheiro, com que endividamento e etc. Então eu vejo assim: os vagões estão aí, tira tudo o que está desmanchando com a ferrugem, [...] dá um trato nessa coisa e faz com que ela se viabilize, moderna, tecnicamente bem acabada, cria uma via expressa do lado da Vila, embute nisso a questão da drenagem, que é o fundamental. Esse espaço poderia perfeitamente continuar sendo usado para manobras de trem, cabem centenas e centenas deles, agora dar um trato em tudo, onde tem que deixar gramado faz, onde tem que drenar, drena, dá um acabamento nesse conjunto inteiro e usa também o desvio lá, a retificação que não é tão reta assim [...]. Tudo isso faz parte do quê? Da cidade ganhar novamente uma importância na logística, não só manobra de trem, para lá e para cá, aquela CEAGESP que está lá, imensa, ganhar mais condição. Então veja, é um conjunto de situações que podem perfeitamente ser reabilitadas, não são valorizadas, sem pensar em coisas faraônicas que eu não vejo de onde vai brotar dinheiro para fazer aqueles projetos [...]. Fazer essa maquiagem, trazer um aspecto moderno para esse conjunto, já é uma coisa astronômica. Pensar

no custo do chão que está ali, já é absurdo em termos de compromisso financeiro, a cidade não tem de onde tirar isto.

Lembra do passado em que se fabricavam trens em Araraquara, pelas Indústrias Villares e que, atualmente, há outra fabricante aqui instalada.

Temos aqui a fabricante dos trens. [...] No mínimo uma, não é, além de tudo, por que não usar essa fábrica, o canteiro de obras dela, fazer um para testar os trens, o nosso que está aí encostado na fábrica, na beira do trilho. [...] Aqueles galpões ali poderiam perfeitamente estar fabricando vagões e tem a antiga Villares, [...] lá ela fez reforma de um monte de vagões do metrô do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos. Quem sabe? Ninguém sabe, vieram aí para serem reformados dentro da Villares.

Refere-se ao rego d'água que começava na atual Rua Padre Duarte e corria por diante da Matriz, informando que servia ao abastecimento da cidade. Porém, por questões de higiene, foi extinto. Tal informação contraria a crença corrente de que o referido curso de água nasceria perto da Matriz.

É, a gente leu de outras informações, de pessoas que estudaram com mais profundidade esse problema, [...] é que havia uma nascente perto de onde está hoje a rotunda. Essa nascente foi captada para trazer água [para] umas poucas casas que ainda existiam, uns poucos quarteirões em torno da Matriz da antiga Vila no século XIX. Então [...] captaram água daquela nascente por alguma forma de canaleta ou bambu ou algum outro jeito, essa água cruzou o antigo Córrego da Servidão, que ainda existia, a nascente era do lado de lá, do lado oeste, do lado que seria onde estão os trilhos, essa nascente foi captada e por gravidade chegava até o centro. É um canal que [...] alguns sítios próximos da Vila utilizavam e reclamavam que até alguns animais utilizavam também a água dessa canalização e isto vinha para um tanque público perto de onde está o Colégio Progresso, hoje. [...] As pessoas recolhiam água desse tanque público e como era uma água corrente, ela saía do tanque, cruzava num rego d'água em frente à Matriz, que não tinha nem a praça ainda, era um terreno baldio, e retornava para o Córrego da Servidão, aqui abaixo, onde está hoje a via expressa, por perto talvez daquele balão que leva para a antiga Arauto. Por ali, essa água retornava ao Córrego da Servidão, que ainda existia a céu aberto. Então, captava água lá perto da rotunda, cruzava sobre o córrego e, por gravidade, vinha, aparentemente pela Rua Américo Brasiliense, cruzava em direção à Praça de Santa Cruz, digamos, e, por gravidade chegava até o tanque. Este tanque público funcionou por algum tempo, mas com essa história de animais usarem, [...] não levarem muito a sério a questão da higiene dessa água corrente, chegou um ponto em que o governo da província e pessoa da área médica quase que obrigaram a encerrar essa captação de água, e houve a captação, então, a partir de lá do Pinheirinho, também por gravidade, vinha lá do alto da Vila Xavier, na zona rural ainda, e também perto dos trilhos. É, de lá vinha por gravidade até o centro, então já [era] um sistema de encanamento de cobre, alguma coisa assim, trazia de lá do Pinheirinho em condições de higiene melhores, porque alegavam que essa água é que também poderia estar transmitindo alguns problemas que a cidade teve, de gripe espanhola e outros problemas.

Houve referência a Rômulo Lupo e à implantação de ônibus elétricos na cidade, quando, por conta de operacioná-los, foram cortados os oitis que existiam na Rua Três, a exemplo daqueles que, até hoje, ladeiam a Rua Cinco.

É, como eu te disse, a minha informação e mais de algumas coisas que eu tenho colecionado, [...] a respeito de opiniões do prefeito Rômulo Lupo, um período em que houve alguma inovação técnica com o ter ido à Itália e, na volta, trazer o

projeto do tróleibus, do ônibus elétrico. Isso tem uma face importante pela inovação, pela economia que trazia na época e, de outro lado, algumas perdas como, por exemplo, os oitis da Rua Três. A Rua São Bento tinha oitis como a Rua Voluntários da Pátria e, por causa dos postes e da rede elétrica do tróleibus, os oitis foram arrancados. Então foi uma perda importante porque [em] fotos antigas a gente vê que os oitis da Rua Três eram iguais aos da Cinco [...] tombados e quase 110 anos de vida. [...] Então, há esse contraste entre uma inovação que exigia algumas perdas e essas perdas aconteceram particularmente na arborização que era muito bonita.

Entre personagens de Araraquara, dá ênfase àqueles ligados às artes, como Ignácio de Loyola Brandão, na literatura, “ele próprio poderia merecer uma semana, por tudo o que ele publicou”, Ernesto Lia, Mario Ibarra de Almeida, etc., não olvidando o Maestro José Tescari e famílias cujos membros se distinguiram na arte cênica ou de gravação (família Abramo, família Correia, o fazendeiro Pio Lourenço Correa, que escreveu sobre o nome de Araraquara).

Importante referência é feita ao fato de que os industriais de Araraquara, de certa forma, impediram o seu crescimento, tendo em vista que o ingresso de novas empresas poderia trazer competição pela mão-de-obra ou – inclusive – trazer pessoas de fora da cidade. A projeção de crescimento urbano era de 300 mil habitantes por volta do ano 2000, o que não se confirmou, sendo que as cidades vizinhas dividiram seu crescimento conosco.

E de outro lado, a cidade tinha um certo tamanho e tinha algumas indústrias importantes, uma Diana Lopes, uma Nestlé, uma Nigro, enfim, a fábrica Lupo, e havia uma certa resistência, digamos assim, talvez não só da família Lupo, mas de outros empresários, uma certa resistência da entrada de mais indústrias que pudessem concorrer [...] pela mão-de-obra, [...] e isso talvez pudesse criar algum problema da cidade ter que crescer, trazer mais gente de fora, enfim, essas situações, como de um certo modo aconteceu numa EMBRAER, que precisou trazer muita gente de São José dos Campos e a arrebanhar aqui da região para poder compor o quadro de funcionários. Enfim, naquela época a coisa era mais limitada, a cidade tinha aquelas indústrias tradicionais e importantes e havia então, em tese, uma certa resistência a abrir mais competição e a cidade poder se desenvolver. Pensava-se até uma Araraquara para o ano 2000, que teria 300 mil habitantes, em função de planos diretores, lá para atrás no tempo, antes dos anos 70, em que essas coisas eram pensadas, propostas para o futuro. A gente sabe que isso não aconteceu, a cidade chegou a 230 mil habitantes porque São Carlos, Matão, Ibitinga, Américo, enfim, Ibaté, essas cidades todas repartiram um pouco do crescimento regional.

O entrevistado comenta que o estilo de governar de Rômulo Lupo era de contar somente com a Prefeitura, não mantendo contato com os deputados estaduais, de sorte que Araraquara acabou ficando sem nenhum deles.

Então era uma previsão um tanto arrojada para a época e do governo do Rômulo Lupo; que eu me lembre, havia a cidade de Araraquara e a cidade de Campinas, eram as duas que tinham quatro deputados estaduais, só essas duas. E o prefeito Romulo Lupo tinha um estilo de governo em torno dos recursos da Prefeitura. Então, ele não acionava os deputados estaduais para reivindicações junto ao governo do Estado [...]. Esse fato foi importante e a repercussão, no governo seguinte, é que Araraquara não elegeu nenhum deputado estadual, então ficou assim marcado esse intervalo; só depois é que outros deputados estaduais foram sendo eleitos e a cidade, de alguma forma, se beneficiou de projetos estaduais, de coisas que o governo do

Estado levava para os municípios do interior, particularmente as cidades médias, como era o caso de Araraquara.

Acerca do desenho da cidade, afirma que a Rodovia Washington Luiz (que passa por Araraquara numa verdadeira reta, no sentido sudeste-noroeste, cruzando terras da Fazenda Salto Grande, da família Lupo, e da Fazenda Tamoio, da família Morganti) teve grande influência no desenho da cidade, de tal forma que os novos bairros se instalaram junto à rodovia, mas não para além da pista (exceto recentemente).

Eu acredito que o traçado da Washington Luiz é, pela característica dele, uma rodovia praticamente reta, ela tem, [no] traçado inteiro, duas ou três mudanças pequenas de direção, ela certamente cruzou terras da Salto Grande como de outras fazendas, uma Tamoio, por exemplo, [...] o traçado não levou em conta nada além [...] de uma linha o mais possível reta. As lombadas, a gente vê que ela sobe e desce, tem muita, e trechos planos, longos. Então esse fato fez com que ela cruzasse terras, não só da Tamoio, [da] família Morganti, como, com certeza, uma boa parte da fazenda [dos Lupo] ficou do lado de cá da rodovia e, ao separar da parte principal das terras, inclusive terra roxa, que ficaram do lado de lá, do lado oeste da rodovia, isso, de algum modo, incentivou o loteamento [do lado de cá, a leste], o crescimento, porque parte dessas terras, que não eram muito grandes, ficou isolada da sede. Então, [surgiram] bairros como Quitandinha, por exemplo, bairros como Jardim Universal e, posteriormente, mais três ou quatro bairros, [...] ali por perto do Carmo [...]. Enfim, a gente percebe que Santana, Jardim Universal, o Morumbi de hoje, uma parte da Quitandinha, Vila Darci, enfim, uma faixa vizinha da rodovia Washington Luiz, provavelmente até chegar no Ribeirão do Ouro, [...] essa separação da sede fez com que as condições de crescimento da cidade para aquela área fosse de algum modo facilitada, incentivada até. Então esses bairros foram nascendo aos poucos, foram levando o limite da cidade até a rodovia.

Atualmente, tendo-se resolvido a questão de se fazer a ligação com o outro lado da rodovia, surgiram, por lá, nas antigas terras da Fazenda Salto Grande, diversos condomínios, que, na verdade, distam pouco do centro da cidade. Antes disso, a expansão da cidade havia tomado o rumo norte, com loteamentos mais distantes do núcleo citadino.

Como é que se resolveu a questão da cidade passar por cima da rodovia, [...] então os conjuntos habitacionais que agora já invadiram o lado de lá, também da Salto Grande, quatro, cinco condomínios. Tudo isso mostra uma tendência de desenvolvimento da cidade, a busca por áreas mais próximas do núcleo central. Esses condomínios dentro da Salto Grande se aproveitam muito dessa proximidade, enquanto você teve, num certo momento lá para atrás, [ao norte] Adalberto Roxo e outros, Cruzeiro do Sul, Iolanda, enfim, vários bairros nasceram isolados, distantes do antigo núcleo. Neste caso, a gente percebe que a tendência de lotear até a rodovia cumpriu uma etapa do crescimento da cidade mais próximo do centro antigo.

Para continuar justificando a barreira que a Via Washington Luiz tenha representado ao crescimento da cidade, o professor Alcyr Azzoni lembra que a rodovia, quando modernizada, sofreu um rebaixamento, com cortes no relevo, sendo que, quando a família Lupo resolveu transferir a fábrica para uma área da Fazenda Salto Grande, para além da pista, inclusive construindo os condomínios a que já se referira, a cidade começou a crescer também para o outro lado da pista (a oeste).

É, porque havia [...] uma questão aí importante: a rodovia ao se tornar essa pista dupla¹²¹ com mais espaço, ela sofreu esse rebaixamento. Ao ficar embutida no relevo, inclusive da terra roxa, [...] esse rebaixamento criou quase que uma fronteira natural. Quer dizer, para fazer pontilhões numerosos e em cima disto, [...] tem um custo, isso envolve problemas do acesso, uma [Avenida] Presidente Vargas levou naturalmente para esses condomínios. A gente percebe que o relevo condicionou, que algumas passagens são por baixo da rodovia, outras são por cima. Então essa dificuldade, digamos, técnica e de circulação, [...] em função de ter do lado de lá a fazenda, que era rural até há alguns anos, essa dificuldade porque a rodovia foi rebaixada, [embora] antigamente ela [...] era uma estradinha de terra, ela seguiu o relevo para cima e para baixo. Ao virar essa rodovia com duas pistas e mais moderna, ela cortou o relevo, ficou rebaixada e ficou naturalmente um limite para o crescimento da cidade para lá. Quando a [...] a família resolve deslocar para lá, por exemplo, a fábrica, [...] e depois criar os condomínios, [...] a gente percebe que o acesso por cima serviu para descolamento para Jaú, para pegar a pista do lado de lá, tem a rotatória também, da rodovia Ribeirão-Jaú. Enfim, a gente percebe que aquela dificuldade inicial [...] foi sendo superada com três, quatro construções, então, quer dizer, aquele limite natural do relevo, ele foi eliminado com essas passagens superiores.

Refere-se, outrossim, ao episódio da demolição do antigo teatro municipal: no lugar daquele prédio, seria erguido um prédio de apartamentos com teatro no subsolo, mas a firma faliu. Rubens Cruz, que sucedeu a Rômulo Lupo na Prefeitura, fez do imóvel a nova sede do poder executivo, sendo que o espaço onde haveria o teatro foi transformado em garagens.

Ali, havia sido pensado um prédio de apartamentos que no conjunto iria bancar a construção do teatro subterrâneo. [...] Quer dizer, o teatro foi demolido, segundo consta, com problemas estruturais, alguma coisa assim, eu realmente não conheço em detalhe a razão de ter que derrubar, mas a Esplanada das Rosas [...] perdeu realmente um dos elementos importantes daquele conjunto, que era o mais importante do espaço social da cidade. Mas a ideia de fazer um prédio de apartamentos, que ao serem vendidos, [...] bancariam a construção de um teatro novo no subsolo, isso daí complicou com a empresa [...], falindo [...]. Então aquilo ficou interrompido, inacabado e parece que Rubens Cruz, que vem em seguida, é que acabou encontrando um caminho para resolver o problema, que foi [...] transformar num prédio da prefeitura e aquilo que seria o teatro, até se não me engano, seriam dois, dois níveis diferentes. [...], o espaço foi transformado em garagens.

Aborda questões paralelas ao episódio dos Britos, registrando que o apelido dado a Araraquara, de Linchaquara, prejudicava a sua fama, de tal sorte que, com a necessidade de construir uma nova imagem e de acolher as pessoas que aqui demandavam para o comércio de café, foi feita uma remodelação da cidade.

Olha, um lado dessa questão é, de uma certa forma, algum resto de que sobrou de gripe espanhola e outros problemas [...] e a cidade crescendo em torno da cafeicultura, da produção de café e tudo mais, o trilho já tinha chegado. Estas, algumas questões [...] paralelas com a questão dos Britos. O apelido, [...] "Linchaquara", teve uma repercussão muito grande num certo momento que coincidiu com o crescimento da cafeicultura, [...] da importância da cidade produzindo café e a exportação via estrada de ferro. Esses dois fatos, quer dizer, era preciso virar a página da "Linchaquara" [...], com necessidades [da] cidade crescente e as fazendas ampliando a produção de café, a exportação, a presença de gente que vinha comprar café e visitar as fazendas. Enfim, esses dois fatos: o virar a

¹²¹ A duplicação da Rodovia Washington Luiz (SP-310) ocorreu no governo (1987-1991) de Orestes Quécia.

página do apelido complicado e as necessidades que a cidade passava a ter para poder hospedar, receber e dar conta de um novo padrão de circulação de pessoas [...].

Refere-se ao que se convencionou chamar de ideologia da cidade-modelo, com a criação de diversos melhoramentos, em infra-estrutura e serviços, a que os políticos – também fazendeiros – praticamente se viram obrigados a realizar.

E entra aquele conjunto de fazendeiros, que também eram os políticos, e que promoveram um verdadeiro impacto na zona central urbana, na qual faltava tudo. Então, calçamento, telefônica, correio, as praças, esplanadas, iluminação pública, enfim, um conjunto muito forte daquilo que se poderia chamar de uma "maquiagem europeia". Aquilo que acontecia, por exemplo, em algumas cidades como Paris, por exemplo, serviu de modelo para muitas outras cidades: arborização, a pavimentação, a construção de teatro, hotel, enfim, um conjunto de prédios públicos, as praças, fazer a Praça da Matriz, Praça Independência, as esplanadas com espaço de acesso, por exemplo, para quem frequentava o Clube Araraquarense, o teatro. Essas necessidades de hotel, espaços culturais e infra-estrutura urbana, equipamentos, a iluminação pública, telefone, enfim, há um conjunto de providências que esses políticos, que também eram os fazendeiros, se viram quase que obrigados a resolver para virar a página do "Linchaquara", de um lado, e para dar conta das necessidades que estavam surgindo da presença de comissários de café, gente que estava chegando, [...] em torno da cafeicultura. O fato era que a Estrada de Ferro Araraquara levava mais adiante as pessoas para novas fazendas, mais distantes, e trazia essas pessoas para cá para compras no comércio. Então a gente percebe que a cidade foi quase que forçada a resolver bem essa virada, o "Linchaquara" pesou por um bom tempo e a cidade precisou resolver as questões novas da vida urbana, virar a página daquela vila pequenina onde não havia nada de mais de importante, o pequeno comércio, alguma fabriquinha de alguma coisa. Então, o impacto aí era quase que necessário para a cidade não perder a vez de um centro regional importante pela presença das duas estradas de ferro, principalmente.

Aborda-se a condição de verdadeira “capital da cultura” que Araraquara ostentou, porque possuía infra-estrutura, hotelaria e canais de contato com a capital, de tal sorte que tudo aquilo a acontecer na cidade de São Paulo, acabava acontecendo aqui, também. Uma grande vantagem da cidade é sua posição geográfica privilegiada, bem no centro do Estado.

Essa coisa passa basicamente pela cultura. A cidade teve uma tradição no passado, diria que [...] com a presença da família Morganti, o Hélio Morgante particularmente era um mecenas. Então a Usina Tamoio era a principal produtora de açúcar do Brasil na época [...] e tinha na sede [...] uma pequena cidade, com tudo. Então, [...] família Morganti e o Hélio Morganti em particular, ter contatos com São Paulo, com outros mecenas, com outras pessoas da colônia italiana [...] traziam, por exemplo, tenores, orquestras, enfim. Esse fato criou uma certa fama da cidade, como havia o teatro, havia cinemas, havia hotelaria, quer dizer, a cidade tinha algumas condições para receber um tipo de apoio assim. Então, essa fase da capital da cultura, [...] criou uma certa [...] miragem, porque [...] uma parte dessa população participava desses eventos culturais e a cidade, em torno do Clube Araraquarense, particularmente, teve um tempo importante em que tudo aquilo que circulava em outras cidades e capital de São Paulo, acaba também aparecendo no teatro que havia [aqui]. Então essas condições deram para a cidade uma certa fama e que de um certo modo acabou também repercutindo com a criação da universidade, o curso de odontologia e farmácia primeiro, depois ciências e letras, enfim, e tudo mais que veio tem, como ponto de partida, uma cidade que tem um papel regional que foi rebaixado quando as delegacias regionais foram embora, mas não deixou de ter uma condição muito importante, que é a posição geográfica. Então a cidade tem uma localização [...] que independe de incentivos fiscais para que outros empreendedores, outros

investidores, fossem se instalando aqui. A posição da cidade, um entroncamento regional [...], criou uma condição de ela poder ganhar, também na área universitária, tudo isso que ela vem ganhando.

O entorno do Museu Ferroviário é analisado como um importante local da história de Araraquara e, portanto, também de sua memória, mas permanece sem conservação, em estado de abandono e tomado por atividades que não guardam relação com um ponto importante a ser reverenciado pelo município.

Você tem o pátio da estação, o largo, a Praça Newton Prado [...] e a Rua Antônio Prado. [...] Ali é a cidade de 1890 [...]. Hotéis, pensão, tudo se resumia no trem que chegou, as coisas se limitavam às imediações da estação ferroviária, é uma parte muito importante da cidade, aquela arquitetura que restou ali. Por exemplo, [...] o Sindicato de Hotéis e Similares era o Hotel Araraquara em 1930, porém [...] dentro da Praça Newton Prado havia, além do laticínio, em seguida, uma pensão, que é de 1894. Está lá ainda, acredito que, a qualquer hora, vai desabar todo o telhado, que [...] ali é mordomia para cupim. Ali, a última coisa que teve foi [...] um cemitério de azulejos antigos: eu fui pegar alguns lá uma vez e caía cupim que nem granizo. Então, de 1894, nós temos ali, naquele entorno, o Grande Hotel, [...] lindo, [...] aquele quarteirão inteiro, na verdade, merecia um olhar com muito carinho e refazer um projeto de reabilitar tudo. Do lado da [Avenida] Brasil, prostituição, antigos hotéis ali, lindos, fachadas lindas, completamente abandonadas. [...] Então, aquelas duas metades mereciam receber um trato de conjunto. [...] A cidade inteira iria se beneficiar disto, porque [...] é só espelunca, é só coisa de quinta categoria, como se estivesse tirando [...] o último suspiro, [mas] fica aqui esse brechó, fica aquele botequinho, ficam os problemas de prostituição. E a alma da cidade, do fim do século XIX, estava ali, os hotéis, as pensões, restaurantes, tudo em volta do trem que chegou - a verdade é esta.

O diagnóstico se completa, apontando-se que a degradação de uma área tem a ver com o tipo de utilização que nela opera.

São construções, algumas muito interessantes, muito bonitas. [...] Porque ali há coisas que precisariam ser removidas [...], mas a gente percebe que o que degrada [é] o tipo de uso da área, são algumas situações de prédios abandonados subutilizados, [...] quer dizer, a inércia é o pior fato para o conjunto da área, [...] uma crescente decadência dessa arquitetura, vamos criar condições num dado momento em que não resta nada, senão derrubar, demolir. Então a gente percebe que isso daí [...] é uma coisa encravada no centro histórico da cidade, o próprio [mercado municipal] ficou prejudicado em função desse entorno. As pessoas que frequentavam o mercado foram cada vez mais encontrando decadência, [...] subutilização desse espaço. Então a gente percebe que houve muito remendo, houve muita coisa [...] isolada, avulsa, mexe aqui e do lado ficou como está. Então essa coisa merece um olhar de conjunto, eu diria que dois, três quarteirões ali em volta do mercado e da estação e ao longo da Antônio Prado, grandes galpões, grandes espaços que precisariam também de uma reabilitação.

Todavia, apesar do diagnóstico da situação daquele conjunto, ele carece de atenção e de vontade política para ser conservado, do auxílio de especialistas para a sua recuperação. A empresa Rumo, que tem a concessão dos trilhos, não se interessa por mais nada, não tem ligação alguma com o que acontece ali.

Então, quer dizer, não há falta de alternativa, o que precisa é botar uma comissão de especialistas. [...] A vontade política de estabelecer algum tipo de incentivo e solução de conjunto, o que é que se pretende com esses quatro, cinco quarteirões perto da estrada de ferro. Ao lado do museu há um prédio ali, um galpão que está

desabando, e [...] aquilo ali tem alguma coisa também a ver com o museu. [...] É tudo assim, porque [...] a Rumo simplesmente tem arrendado o trilho, para botar os vagões. Então a responsabilidade sobre as locomotivas e vagões abandonados [perto do Museu] que poderiam estar sendo usados, poderiam ser restaurados, enfim, o fato de que a responsabilidade é só por manter o trilho um do lado do outro, para o trem passar em cima, essa coisa fica sem solução.

O entrevistado concorda com o fato de que faltam referências aos fatos que compõem a memória araraquarense, o que resulta em desconhecimento sobre os mesmos, até porque faltariam políticas públicas que incentivassem o conhecimento histórico da cidade. Não existiriam mais políticos do estofó de um Bento de Abreu, o qual, mesmo não sendo daqui (era campineiro), demonstrava uma concepção de desejar, realmente, o melhor para o local onde vivia.

Antigamente, a gente percebe que as escolas públicas incentivavam os alunos a pesquisarem [...] sobre esses pontos, os tempos de hoje, do jeito que as coisas caminharam politicamente, a gente percebe que o conhecer o pouquinho que fosse, por exemplo, dos Voluntários da Pátria, o que levou os políticos da época, que eram os fazendeiros da época, a pegarem às vezes até mesmo mais de um dos filhos e colocar nesses pelotões, nesses batalhões que foram para a Guerra do Paraguai e que morreram vários deles, [...] não interessa que seja valorizado, porque um monumento, “ah de quem que é isso aqui?, ah, de Bento de Abreu; ah, isso aqui?, ah, é MMDC¹²², a Revolução de 32, ninguém sabe de nada, [...] não há nenhuma política para realmente valorizar aquele busto de alguém [...]. Enfim, há muita munição para fazer parte de guias, de coisas bem mais completas; e despojando a questão da política, quem foi mais empreendedor do que um Bento de Abreu? Eu estou me referindo ao investidor, ao fazendeiro, ao político que teve discernimento para pensar em termos do teatro, do clube, da iluminação, do calçamento, da arborização. Enfim, um conjunto de políticos como ele, sintonizados, independe de que partido havia na época, que tipo de coisa, a pessoa vivia aqui e queria o melhor para sua cidade. [...] Ele era nascido em Campinas. Então a gente percebe que as pessoas, os políticos, os fazendeiros, tinham lá suas intenções, suas razões, mas eles queriam que o lugar fosse o melhor do mundo, o lugar onde eu estou tem que ser o mais completo para receber as pessoas, atender as pessoas. [...] Hoje isto está diluído, está completamente assim.

A única solução viável para que a história e a memória araraquarenses realmente se consolidassem entre a população seria através da escola. Esse problema é agravado pelo fato de que, por um lado, metade dos habitantes seria de outras cidades (portanto, sem maiores laços de pertencimento ao local) e, por outro, que grande parte dos araraquarenses emigram e não retornam.

Eu diria assim que a única chance de fazer com que em algum tempo isso se enriquecesse, se recuperasse, é pela escola, a bem dizer desde a creche, primário antigo. O único caminho [...]: teria que haver alguma coisa paralela com as aulas das disciplinas habituais, projetos de exposições itinerantes dessas escolas, com essas

¹²² As letras MMDC, como se sabe, referem-se a Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, estudantes mortos a tiros em manifestação de 23.05.1932, pávio da Revolução Constitucionalista. Embora sejam lembrados somente os quatro (Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade), havia um quinto estudante, Orlando de Oliveira Alvarenga, ferido na ocasião e que morreu meses depois, omitido naquele acrônimo. (Fonte: Wikipedia).

informações, palestras, criar meios, publicando textos apropriados [ao] nível escolar, porque, se não for por esse caminho, não vejo outra possibilidade, porque as pessoas idosas vão morrendo e a memória delas vai com elas. Então, [...] para resgatar a cultura, para criar mais empreendedores, para criar mais iniciativas, o caminho é a criança [...] conhecer essas coisas. A cidade tem outro problema paralelo, talvez metade das pessoas que more em Araraquara vieram para Araraquara e muita gente de Araraquara foi embora. Sobraram aqui os pais, os avós, [...] os filhos foram em frente, faz parte da vida [...]. Mas [...] é uma dificuldade, quer dizer, quem vem de fora, se não tem oportunidades, se não tem incentivo de conhecer o que foi essa Araraquara, o que é nas artes, na cultura, literatura, se não houver isto, quem veio de fora, quem veio para trabalhar numa EMBRAER, de São José dos Campos, não conhece e assim quantas outras situações.

O professor Alcyr também fez comentários sobre turismo (área em que foi professor) e sobre políticas públicas, os quais foram inseridos no capítulo que trata exatamente de tais itens (itens 5.1, fls. 231 e 5.2, fls. 236).

2 - Anderson Ivanhoé Brunetti

Principais itens enfocados: teatro municipal novo; igrejas da Matriz, Santa Cruz e Nossa Senhora Aparecida; trilhos; Museu Ferroviário; Britos; AFE; lenda da serpente; *footing*; captação de água do DAAE.

RESUMO: Cita, como marcos, o (novo) teatro municipal, igrejas (incluindo a Matriz), trilhos, represa do DAAE. Não citou o Lupo. O chafariz não lhe traz referências; conhece os Britos por ter assistido a uma peça. Britos e a serpente são misticismos. O pai, ferroviário, contava-lhe histórias dos italianos na estrada de ferro. Inclui, na nossa memória coletiva, os Britos, a AFE, a lenda da serpente. A cidade quase não teria memória. Cita o *footing* e o conjunto do antigo teatro e o Clube Araraquarense, a Rua Cinco, as pedras das calçadas com vestígios fósseis, a UNIARA como ícone araraquarense. Não mantém memória da estação ferroviária funcionando. Critica o conteúdo do Museu Ferroviário, com que se decepcionou.

Anderson Ivanhoé Brunetti, nascido e criado em Araraquara, declarou que conhece bem a cidade. Instado a relatar os seus pontos característicos, citou “o teatro Municipal [o novo], as duas igrejas, da Matriz e da Santa Cruz”, tendo grandes lembranças das linhas ferroviárias, por onde “andava de bicicleta” com o pai, que era ferroviário, com consciência de alguns dos principais marcos urbanos araraquarenses. Tem apreço pelo bairro da Vila Xavier, pela igreja de Nossa Senhora Aparecida, revelando uma faceta diferente dos demais entrevistados, ao se referir àquela parte da cidade. Citou, também, a “captação de água do DAAE”. Estimulado, declarou que a “torre do Lupo não lhe passou pela cabeça”, ao relatar pontos importantes de Araraquara.

Pra mim os pontos mais característicos da cidade são o Teatro Municipal. O novo. As duas igrejas: a Matriz e a Santa Cruz. Eu tenho recordações da linha do trem, bastante, porque meu pai era ferroviário, então a gente passeava bastante de bicicleta pela linha do trem. E eu gosto muito da Vila Xavier, do bairro em si, então eu tenho boas recordações, na igreja Nossa Senhora Aparecida por exemplo, pra mim [...] um marco da cidade, um ponto importante [...]. [Outro] lugar que [...] é ponto de

referência da cidade é a captação de água do DAAE. [...] O Shopping Lupo [...] não me passou pela cabeça.

Como se referiu à igreja matriz, foi indagado a respeito do chafariz que existe na praça defronte, afirmando que, a respeito, “assistiu a uma peça de teatro que contava a história dos Britos, relacionado à igreja, tem todo ali um misticismo, de uma serpente que mora embaixo da matriz, mas é tudo misticismo”. Afirmou que ao passar por lá se recorda mais da peça de teatro (autoria de um jornalista)¹²³ do que de qualquer outro fato, bem como que, em família, jamais houve referência a fatos específicos do episódio dos Britos, só que seria aquele “misticismo” e que a igreja jamais é terminada. Do episódio – mas, baseando-se na peça teatral –, diz que se resumiria a um entrevero entre duas famílias, terminando em morte dos dois lados.

Eu assisti a uma peça de teatro que contava a história dos Britos, relacionada à igreja. Tem todo ali um misticismo em torno desse chafariz que tem a serpente que mora embaixo da igreja. Mas é todo um misticismo, mas eu passando por lá me recordo mais da peça de teatro do que da história em si. Sei [dos Britos], que era uma briga entre duas famílias, e dali nasceu um entrevero grande na cidade toda, que terminou em morte pros dois lados, mas não sei te contar a história em detalhes. [Na minha família, comentou-se] só a questão do misticismo lá da serpente, que a igreja nunca acaba.

Observa-se, aqui, que a literatura, como memória escrita, pode desempenhar importante papel na sua preservação. Diz que o pai lhe contava uma história dos tempos do início da cidade, mas dela não se lembra. Como ele era italiano, contava mais aquelas ligadas aos seus patrícios, que trabalhavam na estrada de ferro. Recorde-se que a imigração italiana representou importante papel, quando da abolição da escravatura, suprimindo a mão-de-obra necessária à cultura do café. Paulatinamente, os italianos (e outros imigrantes) deslocaram-se para ocupações citadinas. O entrevistado, se fosse fazer um inventário da memória coletiva, incluiria a AFE, a história dos Britos, o caso da serpente. Afirma que a cidade quase não tem memória – e, no seu caso, diz que sua recordação é baseada numa peça de teatro.

Eu acredito que sim [haja outras histórias], meu pai contava uma história que o pai dele contava também, mas eu não me recordo. Meu pai era de descendência italiana e ele contava mais as histórias dos italianos. Ele contava uma história, mas eu confesso pra você que [...] não lembro, que era do começo de Araraquara. O que ele falava bastante assim, com frequência, era a questão dos italianos trabalhando na estrada de ferro [...], mas eu não sei te contar uma outra história curiosa sobre a fundação de Araraquara, [mas] eu incluiria esses pontos, essas histórias, o time de futebol da cidade, que já foi famoso, já foi importante, a Ferroviária, tem a história curiosa de igreja que tem a serpente que era da maldição dos Britos, mas basicamente isso, a gente pode dizer que Araraquara é uma cidade sem muitas memórias, pelo menos com o pessoal da minha idade a gente conversa quase nada sobre isso, tanto que a minha recordação mais clara sobre o assunto é uma peça de

¹²³ Peça baseada no livro “Um Século de Silêncio”, do jornalista José Carlos Magdalena, Senac: São Paulo, 1977, conto romanceado do episódio dos Britos.

teatro que, se eu não me engano era do Madalena, do livro lá, o Madalena escreveu o livro [e] a peça foi baseada no livro do Madalena. Foi visto no Teatro Municipal.

Referiu-se, também, ao relato dos pais acerca do antigo teatro, bem como do *footing* ou, na linguagem popular da época, do “fute”, que era uma espécie de “desfile” de jovens para se conhecerem, na Esplanada das Rosas (e em suas proximidades), onde imperava o conjunto arquitetônico composto pelos prédios do Teatro Municipal e do Clube Araraquarense (atualmente, Palacete das Rosas, ocupado pela Secretaria de Cultura), aparentemente confundindo os dois prédios.

Meus pais falavam que o antigo Teatro Municipal ficava no centro, que acho que é aquele prédio, era ou é, aquele prédio do lado da prefeitura, acho que era, acho que não tem mais esse teatro. Tem um prédio ali do lado da prefeitura, sabe? Não sei se é aquele prédio, se era outro, acho que era outro. Meus pais falavam que ali tinha um teatro, que ali tinha um negócio que chamava “fute”, acho que é isso que eles falavam. Aí as pessoas meio que ficavam andando ali pra ir se conhecendo. A gente vê isso como engraçado, mas acontece algo parecido hoje ali na fonte¹²⁴: as pessoas ficam circulando ali pra ir se vendo. Mas eles falavam bastante do “fute”, não sei se é “fute” ou *footing*, não sei o que é, eles falavam bastante coisa de quermesse, de ter as quermesses nas igrejas, mas do teatro antigo não tenho recordação nenhuma, nem nunca vi.

Afirmou que aprecia a Rua Cinco, onde há pedras com marcas de dinossauros e onde se reconhecem alguns ícones de Araraquara, como a Uniara e casas antigas.

Eu sei que ali na Rua Cinco, em tese, tem algumas pedras que são muito antigas, que teriam marcas de dinossauro, mas eu não sei muito bem identificar quais são. Uma rua que é muito bonita, acho que ela [...] deveria ser melhor administrada, eu não gosto de passar lá de carro, por exemplo, eu gosto de passar lá a pé, ela está arborizada, você passa na sombra, mas de carro eu não acho que é interessante, porque se está molhada, é mais perigoso andar nela¹²⁵, o trânsito nela não é bom, não tem onde estacionar, então do ponto de vista prático ela não é uma rua muito interessante; do ponto de vista da beleza ela é uma rua extremamente bonita, acho que é uma rua que representa um pouco de Araraquara também [...] Ela é uma rua onde você [...] reconhece [...] alguns ícones de Araraquara: a Uniara, tem algumas casas mais antigas.

Apesar de filho de ferroviário, pela sua idade tem pouca lembrança da estação ferroviária, mas os irmãos mais velhos andavam muito de trem. O pai lhe mostrava as oficinas onde trabalhara, mas tudo estava abandonado.

Tenho pouquíssimas recordações dela, eu me lembro mais de andar de bicicleta com meu pai na linha do que na estação. Os meus (eu sou mais novo), os meus irmãos falam, por exemplo, da estação, que eles andavam de trem, que eles tomavam guaraná, que eles iam de trem pra baixo e pra cima com o meu pai, eu não lembro da estação estar ativa, eu não lembro de ir lá pegar um trem e ir pra algum lugar. Eu lembro de passar lá de bicicleta, e meu pai falar que era a estação, que mais pra cá tinha a rotunda, aquele negócio que gira no chão. Aí ele me mostrava as oficinas em que ele trabalhou, tudo abandonado.

¹²⁴ Refere-se ao bairro da Fonte Luminosa, atravessado pela Avenida Bento de Abreu (homenagem ao político Bento de Abreu Sampaio Vidal, mencionado neste trabalho), com duas grandes pistas e muitos restaurantes

¹²⁵ O entrevistado se refere ao fato de que a Rua Cinco é calçada com paralelepípedos desgastados pelo uso no tempo (mais de século), muito lisos, dando pouca aderência aos pneus dos carros.

Quanto ao Museu Ferroviário, a antiga estação, foi até lá por causa da ocorrência uma “festinha”, mas se decepcionou com o museu em si, que só exibiria ferroramas.

Outro dia eu estive na estação, naquela feirinha. É um lugar bem legal, tinha música ao vivo, mas abandonado [...] Nem entrei [no Museu]. Mesmo sendo de uma família de ferroviários. O que tinha aberto no dia que eu fui lá, eram aqueles ferroramas, acho que o museu não deve ser isso, né? Aí, eu vi lá uns ferroramas, [na] porta que estava aberta, à noite, entrei olhei e saí, mas não vi nada relacionado ao museu. Nada relacionado ao museu, tipo "olha, isso aqui é algo significativo", não tinha nada disso.

Nas figuras abaixo, dois pontos citados pelo entrevistado: a captação de água do DAAE (antigo passeio da cidade) e o novo teatro, na Avenida Bento de Abreu.

Figura 141 - Captação de Água, DAAE – Represa das Cruzes (1946)¹²⁶.



Fonte: Acervo do Autor.

Figura 142 – O atual Teatro Municipal de Araraquara



Fonte: acervo do Autor.

¹²⁶ O autor, com um ano de idade, está no colo da mãe (segunda, à esquerda).

3 – Domingos Carnesseca Neto

Principais itens enfocados: memória araraquarense, museus, trilhos, antigo teatro municipal, construção do novo teatro, personagens das artes, rego d'água, desenho da cidade e os trilhos, Britos, Linchaquara, remodelação da cidade pelo grupo de Bento de Abreu, família Lupo, Farmácia Internacional, entorno do Museu Ferroviário, Mário de Andrade e a Chácara Sapucaia, construções, buracão do São Geraldo.

RESUMO: Faltam especialistas, os funcionários são nomeados sem critérios técnicos, embora tenhamos cinco museus. Os trilhos imprimiram um desenho particular à cidade. Diz que não acontecerá a remoção dos trilhos, com carga histórica desde 1885, que só atende a empresas de transporte. Admite uma solução negociada para o caso, integrando trilhos e ônibus. Desprezaram-se locomotivas, que foram vendidas a quilo para construir uma arquibancada. Havia um laudo atestando que o antigo teatro precisaria somente de alguns reparos, mas ele foi demolido, por motivos políticos, na época dos militares. No espaço dele foi construído um prédio de apartamentos, depois transformado na Prefeitura. Cita Wallace Leal e outros artistas. Refere-se ao rego d'água no início da cidade e à lenda da serpente. A ferrovia não chegou até a Matriz por dificuldades técnicas. Refere-se aos Britos (o nordestino, então, era superior, culturalmente) e a Linchaquara. O grupo de Bento de Abreu repagina a cidade, com melhorias, que hoje são marcos urbanos, incluindo o antigo teatro. Recorda a trajetória da família Lupo. Os antigos empresários construía prédios com os negócios em baixo e a residência em cima, como a Farmácia Internacional. Declara-se pessimista com a preservação da memória. Mário de Andrade (escreveu Macunaíma na Chácara Sapucaia) mereceria uma semana comemorativa anual. Refere-se ao matadouro municipal e à passagem de boiadas por dentro da cidade, além do buracão do São Geraldo.

O entrevistado, araraquarense, tem sessenta e um anos. Escritor, memorialista, historiador, economista, professor universitário e funcionário público, além de ter sido vereador, abordou inúmeros aspectos da memória coletiva de Araraquara. Está criando (ainda em fase embrionária) um espaço para arquivar seu acervo, com objetivo de cultuar a memória araraquarense, o que, por si só, atesta seu interesse, capacidade e desprendimento. Espera “acumular mais informações e, posteriormente, disponibilizar isso para instituições de pesquisa etc. e tal, pra que possam trabalhar a questão”.

Sobre a memória de Araraquara, declarou que a cidade teria condições de promover um melhor cuidado nesse aspecto, mas faltam funcionários especializados – o que constatou quando exerceu o cargo de Coordenador do Patrimônio Histórico -, sendo que o poder público, com critérios que fogem ao técnico, não se interessa pelo assunto, encarando cultura somente como gastos: faltaria vontade política para a preservação da cultura, de modo geral, apesar de termos cinco museus.

Araraquara tem algumas instituições que, se fossem bem geridas, bem trabalhadas, poderiam ser importantes para a memória. Então, por exemplo, nós temos [...] dois arquivos públicos, um arquivo público histórico e um outro arquivo público considerado aquele arquivo corrente, que está sendo preenchido ainda, né? Mas que ambos têm muitas informações históricas [...] o arquivo histórico pertence à

Secretaria da Cultura, o arquivo corrente, chamado arquivo público municipal, pertence à Secretaria de Gestão e Finanças. E infelizmente, por falta de visão, etc., muita coisa se perde nesses arquivos. O cuidado, a falta de pessoal especializado. Nós temos cinco museus, um museu dedicado à história da estrada de ferro, o Museu Ferroviário, um museu dedicado aos esportes, ao esporte profissional (Ferroviária) e aos esportes amadores praticados na cidade, amadores e olímpicos [...]. Temos o museu de arqueologia e paleontologia pra cuidar do passado pré-histórico. Temos o Museu da Imagem e do Som, cujo acervo foi composto em grande parte pela antiga discoteca da Rádio Cultura de Araraquara, [...], que é de 1.932. Então é uma das rádios mais antigas do Brasil. E o acervo, parte dele já se perdeu por falta de cuidado. [...] Eu tive o prazer, durante o início da gestão do prefeito Marcelo Barbieri, entre 2009 e 2011, [...] eu fui o Coordenador do Patrimônio Histórico [...] encarregado de cuidar desses espaços. Então, o que me chamou a atenção foi o seguinte: no quadro da prefeitura não tem nenhum historiador, [...] não tem geógrafo, e nós temos mapas, temos informações geográficas; no quadro da prefeitura nós não temos arquivologista, nós temos bibliotecário, que faz o papel de arquivologista e trabalha no arquivo histórico, mas nós não temos um arquivologista formado. Então, nos falta pessoal qualificado. Todas as tentativas de sensibilizar os poderes municipais para criar concurso para esses cargos foram em vão. Então, eu acho que nós temos uma estrutura que é [...] importante para preservar a história local, mas nós não temos a chamada disposição político-administrativa dos governantes de cuidar dessa parte. Então isso tudo fica relegado a um plano inferior e a composição do quadro de funcionários desses locais não é técnica [...]. Prevalece no Brasil, há algum tempo, uma visão de que o dinheiro é a coisa mais importante. Então preservar a história, preservar a cultura local significa um gasto que para mim é um investimento para o futuro da cidade. Quem conhece o seu passado, planeja melhor o seu futuro. Mas para os governantes, todos os que passaram nos últimos anos, sem exceção, isso daí é despesa.

O Museu Arqueológico e Paleontológico recebe críticas.

Então, eu acho que até o Museu de Arqueologia e Paleontologia, acho que chama José Tescari, que não tem nada a ver, [...] MAPA, mas tem o nome José Tescari. O nome oficial. Eu acho um absurdo. Eu fui contra aquilo lá. Eu vou te explicar por quê. Eu acho que você tem que buscar as tais vocações naturais. Aquele prédio, ele foi originalmente conservatório do maestro Tescari. Então o Museu da Imagem e do Som, que tem o nome Tescari também, que funciona no subsolo, deveria estar ocupando aquele prédio. Da Casa da Cultura, que é o Museu da Imagem e do Som é... Tem o acervo da Rádio Cultura, é uma coisa relegada ao nono plano. Dos cinco museus e dos dois arquivos, o sétimo plano, não o nono, é o Museu da Imagem e do Som. [...] É o menos dado atenção. E tem um acervo importante. [...] E o Museu de Arqueologia e Paleontologia deveria ser num prédio que estava intacto por ocasião de 2003, 2004, que era a subestação elétrica da Estação do Ouro, que é da onde vêm as pedras com as pegadas de dinossauro. Vêm lá da pedreira do Ouro, que é próxima. Na época, eu defendi essa tese, que obviamente não teve ouvidos, apesar de eu ter sido coordenador na época, mas a secretária de então não me ouvia, o prefeito não me ouvia... o Marcelo Barbieri. [...] Porque eu fui em Uberaba. Uberaba tem um museu em Peirópolis, que é um distrito [...] tão fora da cidade quanto é o Ouro. Pegaram a antiga estação, o armazém da antiga estação, fizeram o museu porque lá em Uberaba não tem pegadas, tinha esqueletos de dinossauros. Inteiros [...] ou pedaços. Fizeram um museu dedicado aos dinossauros e foi encontrado naquela região. Então eu acho que boas ideias a gente copia. Más ideias a gente não dá pra ninguém, né? Então eu quis, mas não... Não fui ouvido. Então não adiantava. Entendeu? Murro em ponta de faca. Então ali poderia ser perfeitamente o Museu da Imagem e do Som, seria muito adequado pro MIS.

Discorreu acerca da importância dos trilhos para a cidade – que lhe imprimiu um desenho particular – incluindo a criação de uma cidade para trabalhadores, a Vila Xavier. Refere-se à implantação de ônibus elétricos nos anos 1950, antecipando um cuidado

ambiental, bem como sua substituição por ônibus a diesel. Cita, também a arborização da cidade, muito importante no passado. Conclui que a falta de cuidado com o passado causa deterioração na qualidade de vida.

A principal característica da cidade é o fato dela ser uma cidade ferroviária. Araraquara se desenvolveu, ela é o que é graças [...] à chegada da estrada de ferro Companhia Paulista que, em 1.885 e, posteriormente, a criação da Estrada de Ferro Araraquara. Então a partir daí a cidade cresceu em torno disso. É isso que demarcou a cidade, que acabou dividindo a cidade. A cidade que existia e a cidade que foi criada para as [...] classes trabalhadoras, o chamado lado da Vila Xavier. Então isso é um ponto fundamental, pouco estudado, pouco preocupado em preservação. Mas é a característica principal [...] esta estrada de ferro. Um segundo aspecto que eu acho importante que [...] ainda tem o Museu Ferroviário, que alguma coisa mínima foi preservada, o segundo é a existência do tróleibus. Quando a cidade começou a ter uma dimensão nos anos cinquenta, houve a necessidade de um transporte coletivo que atendesse a cidade. Então houve uma visão do prefeito à época, Rômulo Lupo, que criou a Companhia Tróleibus Araraquara, que era uma empresa [...] privada, mas com uma participação do município, que a incentivou. Essa empresa acabou depois de longo tempo, de uma maneira muito complicada. Na verdade, até hoje existe a empresa [...]. Só não opera, porque [...] o passivo é tão grande que não se consegue fechar a empresa. Mas pouco se preservou dessa história. E qual a importância dessa história? Em 1959, Araraquara dava um passo no sentido de um transporte de massa com preocupação ambiental, mesmo que essa palavra não apareça. [...] Hoje, olhando aos olhos de hoje, a importância do ambiente, da preservação do meio ambiente, dos malefícios do aquecimento global, nós, que entre 1.959 e mil novecentos e noventa e pouquinho, mantivemos um transporte de excelente qualidade [...] passamos a contribuir com aquecimento global, instalando ônibus a diesel, que poluem, que são barulhentos, que são de péssima qualidade. [...] Então, são dois aspectos importantes que diferenciam Araraquara de outras cidades. A par disso, a arborização no passado foi muito importante. Os primeiros trinta anos do século vinte, a cidade foi pensada para ser uma cidade modelo e, posteriormente, isso daí tudo foi destruído e abandonado. [...] É a impressão que eu tenho, a falta de cuidado com o passado reflete na qualidade de vida atual da cidade.

Sobre a retirada dos trilhos, o entrevistado apresenta diversos argumentos sobre o fato que, segundo ele, não virá a acontecer:

Primeiro lugar, [...] existe no inconsciente das pessoas um desejo de retirada dos trilhos. Por quê? Porque isso foi plantado. Então, criou-se uma divisão artificial entre o lado da Vila Xavier e o lado do Centro e, portanto, se nós retirarmos os trilhos a cidade está unida. Então foi vendida esta lenda. Vendeu-se essa idéia dos trilhos. Aliás, hoje em dia tem até um nome, chama-se *fake news*, né? Você inventa uma história mentirosa e depois de repetidas vezes, ela passa a ser uma verdade. Isso daí é uma técnica que foi muito utilizada pelo Joseph Goebbels, que era o ideólogo do nazismo. Uma mentira repetidas vezes torna-se uma verdade. [...] É impossível retirar os trilhos da cidade e fazer a integração. Você pode até retirar os trilhos, porém a integração não vai acontecer. Por quê? Porque existe um desnível topográfico entre a vila e o centro da cidade. [...] A ideia que se vende para a população é que todas as ruas da Vila Xavier seriam integradas às ruas do Centro [...] às avenidas do Centro, em linha reta. Não dá certo. Segundo, se fizerem isso vai ser um grande desastre ambiental, porque a área dos trilhos, que é dita de um milhão de metros quadrados, [...] serve como uma grande esponja onde a permeabilidade do solo (porque é de terra), absorve toda a água das ruas calçadas da Vila, que chegam nesse local. Se fizer loteamentos, você fizer a impermeabilização do solo com ruas, com parques, etc., com construções, a água vai simplesmente transformar a atual via expressa num rio. Já tem um rio enterrado, vai ter um rio subterrâneo e um rio acima da água, coisa que já acontece em alguns pontos com água que só chega do Centro. Só a água do Centro. Então, é uma absurdo tirar os trilhos. Todas as cidades

civilizadas do mundo ou todas as cidades do mundo civilizado têm o trem no centro da cidade. Todas elas, seja nos Estados Unidos, seja Europa; infelizmente ou felizmente já tive a oportunidade de conhecer várias cidades, e todas elas têm o trem no centro da cidade. Nenhuma delas tirou, mesmo se você pegar Los Angeles, que é a capital do automóvel, a cidade do automóvel, com grandes vias expressas [...] é cortada pelo trem. Simplesmente desce a cancela quando o trem está passando, o trânsito para. Tive essa experiência, as pessoas param, ninguém xinga, ninguém buzina, o trem termina de passar, a cancela se levanta e aquela avenida de três, quatro pistas de cada lado, volta a fluir normalmente. Mas aqui não pode [...], eu tive uma experiência muito ruim. Eu escrevi dois ou três artigos sobre isso no [jornal] Imparcial, por volta de 96, 97. Estão aqui nos meus arquivos [...]. Eu tive uma experiência que eu fui num evento de uma instituição e fui interpelado por um morador de uma das travessas da rua Carvalho Filho, quase me agredindo, dizendo que eu era contra a retirada dos trilhos, etc. E no meu artigo, nos três artigos, eu escrevi justamente isso. Eu escrevi isso que eu acabei de dizer, que cidades civilizadas têm trilhos e têm ferrovias, que elas servem para o transporte de passageiro e para o transporte de carga. Que o plano diretor de [...] nossa cidade deveria obedecer o traçado do trilho como parte integrante desse plano. Então, se você plantar ao longo do trilho bairros e distritos industriais, você tem tranquilamente a possibilidade de uma ligação ferroviária, de uma VLT, como já foi dito por outros, [...] integrando, mas se você não tiver um plano dirigido para a ferrovia, como um eixo de desenvolvimento você vai estar olhando a ferrovia sempre como um estorvo [...], as pessoas não entendem. E explicar as coisas mais óbvias para quem já tem a cabeça feita com as coisas mais absurdas é muito difícil.

Carnesseca aduz que a retirada dos trilhos interessa a empresas de transporte privadas, que não os querem integrados ao sistema de transporte. A desativação do sistema de ônibus elétricos (os chamados tróleibus) também se deveria a tais interesses, esquecendo-se de que se caminhará para uma solução ferroviária para o transporte coletivo. Mas admite uma solução negociada para a área dos trilhos.

Isso que eu falo, é você integrar [...], admitir que existem os trilhos, admitir que esses trilhos não podem ser retirados e utilizar isso como um fator indutor do desenvolvimento. [...] Só que isso não interessa para as empresas de transporte coletivo. Os interesses das empresas de transporte coletivo são muito grandes. Se nós pesquisarmos, quando havia a CTA [...] estava [...] umbilicalmente ligada ao município, sendo ela semiprivada ou totalmente privada, [...] tinha uma enorme participação do município que era acionista também, era uma estatal municipal. Ela não tinha essa visão do lucro. [...] A retirada dos ônibus elétricos foi em função dos interesses das empresas privadas de transporte coletivo que vieram para Araraquara. Prevaleceu o interesse econômico em detrimento da qualidade de vida, da qualidade ambiental da cidade, e em detrimento de um planejamento que pensasse assim, integrar o transporte na ferrovia, [...] no transporte ferroviário de passageiros, seja ele de curta distância ou futuramente de longa distância. É inevitável que o Brasil vai ter trem. É impossível; com [...] uma recessão que, de uma certa maneira, a gente está vivendo, com treze milhões de desempregados, as grandes cidades se congestionam. As estradas se congestionam. Agora, se todas essas pessoas estivessem trabalhando, gerando um fluxo de produção industrial e comércio, e pessoas circulando de um lado para outro pra fazer compras etc., com dinheiro no bolso pra fazer turismo [...] haveria um enorme caos no Brasil. Que dizer, o congestionamento pra São Paulo, que hoje para lá em Perus, está chegando próximo da capital, [...] pararia em Campinas [...] teria um enorme congestionamento. Então, qual a solução disso? Transporte ferroviário. Um vagão de trem transporta centenas de pessoas. Então é inevitável. Eu gosto de frisar, eu não falo na preservação da manutenção desse um milhão de metros quadrados. Entendeu? De repente, pode-se estudar maneiras de parte dessa enorme faixa ser diminuída. Não tem necessidade. Já foi dado um passo nesse sentido com a construção do pátio de manobras em

Tutóia. Só que o projeto lá, que eu conheço bem o projeto, eu trabalhei na [...] Secretaria de Desenvolvimento Urbano, em 2003 [...], nós tínhamos um projeto que contemplava lá em Tutóia a manutenção elétrica, mecânica, a lubrificação, o posto de combustíveis das locomotivas, rotunda. Tudo em Tutóia. E nada disso foi construído. Só construíram um pátio com linhas onde as composições se formam ou se desmancham.

No caso de Araraquara (SP), deveria haver um projeto integrado entre o aproveitamento da estrutura das ferrovias que cortam a cidade, num sistema misto com o transporte coletivo por ônibus. Não é possível desconhecer a carga histórica dos trilhos, principalmente desde sua chegada em 1885.

Então os trens continuam vindo aqui para o centro. Nós poderíamos, num projeto bem feito, que eu não sei se [...] está na direção certa no sentido de preservar uma parte do pátio e com todas as precauções necessárias pra não haver um desastre ambiental, com todas as preocupações necessárias pra garantir o futuro do transporte ferroviário, que virá. O dia de amanhã virá independente de governos que querem ou não. [...] E a economia vai trazer o dia de amanhã, [...] vai colocar em primeiro plano a necessidade da ferrovia. [...] A cidade foi moldada a partir de 1885, ao longo dos trilhos. Então essa carga histórica existe. Você não pode desconhecer. Você não pode anular isso e falar "não, a cidade é diferente". Não, a cidade [...] já existia, mas era muito pequena, ela cresceu em volta dos trilhos. Então, esse é principal elemento que deveria nortear qualquer discussão sobre desenvolvimento urbano da cidade. E não falar em retirada. Falar em aproveitamento.

É lembrada a locomotiva que estava exposta junto à sede da EFA, prédio que hoje abriga a Coletoria Estadual, que foi desprezada em seu valor histórico pelo município, por influência – não das empresas de transporte coletivo, como no caso da CTA, mas porque atrapalharia os trens de carga. Mas Campinas (SP) a adotou e, hoje, ela ainda funciona em trajeto turístico próximo, em Jaguariúna. Outra locomotiva foi levada para Ribeirão Preto (SP) e, lá, continua exposta em praça pública, com o curioso detalhe de que sua caldeira foi enchida com concreto, a fim de não ser removida.

É, a locomotiva era uma peça histórica. Essa locomotiva foi retirada dali da frente do prédio, que era [...] o escritório central da Estrada de Ferro Araraquara. [...] Aquela locomotiva foi retirada dali num projeto de preservação. Foi levada para [...] a Villares, na época, antiga Equipamentos Villares. Foi uma restauração breve, não foi uma restauração a contento, [...] que a colocou em funcionamento. E ela circulou no pátio da Estrada de Ferro Araraquara, entre o café da estação e o viaduto da avenida Barroso, [...] num trecho de aproximadamente uns quinhentos metros, [...] levando passageiros. Aí, o prefeito que assumiu, falou que aquilo lá era desimportante, que ele queria que tirasse [...]. Por quê? Porque a empresa que estava utilizando a estação de trem como um escritório, chamava-se Ferrobán, que vem a ser uma sucedânea aí da Fepasa, ela se incomodava com aquilo lá. Então a Ferrobán, Ferrovias Bandeirantes [...] pediu para o prefeito da época, o doutor Valdemar De Santi, falou "não, pode levar embora", e foi levada embora. Foi levada para Campinas, em Campinas essa locomotiva chamada locomotiva número nove, roda na linha de Jaguariúna, fazendo passeios turísticos. Mas essa não foi a única locomotiva. Defronte ao pronto socorro municipal de Ribeirão Preto, ali passava uma linha de trem naquela região, próximo de onde é a câmara municipal, o mercado de Ribeirão; o pronto-socorro tem uma praça com uma locomotiva da

Estrada de Ferro Araraquara¹²⁷. Até hoje. Está lá. Dizem que a caldeira dela está cheia de concreto, o que impossibilita alguém de retirá-la do local. Então, fizeram de um jeito tal que nunca vai ser retirada.. Ela tem até um [...] escrito: Usina Santa Amália. Na verdade a Usina Santa Amália comprou a locomotiva da Estrada de Ferro Araraquara.

Recorda-se o episódio da doação de dezenas de locomotivas para a obtenção de fundos para construir arquibancadas em estádio de futebol. Desconheceu-se o seu valor histórico e memorialístico, sendo impiedosamente retalhadas.

Por volta de 1975, no governo de Paulo Maluf, foram doadas para a Associação Ferroviária de Esportes, dezenas de locomotivas a vapor. Ficaram todas estacionadas aqui. E foram vendidas a quilo. Foram picadas para que com o dinheiro a Ferroviária conseguisse construir o chamado Ferrão, que é o lance de arquibancada lá do gol do fundo da Ferroviária. Então, o dinheiro de dezenas de locomotivas, não sei se foram mais de vinte ou mais de trinta locomotivas, mas mais de dez foram, foi gerar verba para construção de arquibancadas da Ferroviária. O valor dela como peça de museu, peça de colecionador etc., seria muito maior do que o valor da saca de cimento, mas a cabeça da época não pensou nisso.

A EFA ajudava muito a Prefeitura, em várias áreas, pois esta última não tinha engenheiros em seus quadros. No episódio da demolição do antigo teatro municipal, um laudo foi encomendado à Estrada de Ferro, documento que atestou estar aquele prédio necessitando de uma manutenção, mas era sólido. Expõe-se o fato de que a demolição teria obedecido a interesses políticos: era preciso cercear a ação dos artistas – normalmente, muito críticos – e eliminar um ponto que representaria um símbolo de resistência comunista, fato que se provava pelo acolhimento a Jean-Paul Sartre, filósofo de esquerda, o qual era admirador da Revolução Cubana.

Eu tenho um documento original que eu peguei do lixo. Do lixo, tá? Desses descartes sem critério, que a Prefeitura encomenda... [...] A Estrada de Ferro Araraquara, ela auxiliava a Prefeitura muito. A Prefeitura não tinha um corpo técnico de engenheiros. [...] Então toda e qualquer necessidade, de abrir uma rua, de fazer um pontilhão, de levar iluminação pública, etc., era solicitada à Estrada de Ferro. Eu tenho documentos que comprovam isso. E num dos documentos, a Prefeitura pede à Estrada de Ferro pra fazer um laudo das condições do antigo teatro municipal. E o laudo foi feito pelo engenheiro Antônio Tavares Pereira Lima. [...] Ele fez esse laudo quinze anos depois que ele foi prefeito. [...] Antes de ser prefeito, em 1950, ele fundou a Associação Ferroviária de Esportes. Depois ele fundou ou antes, eu não me lembro bem, o América Futebol Clube em Rio Preto. Toda essa região, Araraquara, Matão, vou citar as cidades principais, Araraquara, Matão, Taquaritinga, Catanduva, São Jose do Rio Preto, todas elas tinham na Estrada de Ferro Araraquara o motor do seu crescimento. Todas elas cresceram e se transformaram no que são graças à Estrada de Ferro Araraquara. [...] Em 1965, a Prefeitura pede um laudo sobre o estado do teatro. E o Pereira Lima faz o laudo, onde ele diz que a estrutura do prédio etc. está em perfeitas condições, que o prédio precisaria de serviços de manutenção elétrica, hidráulica, no madeiramento do telhado, coisa simples. Optou-se pela derrubada do prédio. [...] Eu tenho esse laudo, original. Tirei do lixo. [...] Ignorou-se o laudo e foi derrubado. [...] O resto está ótimo [...] uma pintada e o teatro está em ordem. E foi ignorado. Por quê? Aí eu tenho uma interpretação. Nós estávamos em 1965, tinha acabado de ter, um ano antes, o golpe militar de sessenta e quatro. E o teatro tinha dois senões [...]: primeiro a classe artística, que é mal vista até hoje, [...] que a classe artística é composta de

¹²⁷ Conforme documento do acervo do Prof. Alcyr Azzoni, trata-se da locomotiva n.º 8, que lá está há 45 anos.

homossexuais, de depravados etc. Esse é um primeiro momento. A classe artística [...] em geral é sempre muito crítica aos que estão no poder e isso, pra uma ditadura, é inadmissível. Numa democracia, você tira de letra, fala a sua opinião é essa, a minha é outra. Numa ditadura você prende, mata, espanca, joga no mar o corpo, faz o que for possível, né? Então esse era um motivo, era preciso extirpar da sociedade araraquarense os malefícios de uma classe artística atuante. E o segundo lugar, que é pouco falado também, 1959, sessenta, eu não sei agora de cabeça a data, houve uma visita a Araraquara de Jean-Paul Sartre, um intelectual francês de esquerda, comunista, acompanhado de Simone de Beauvoir, uma feminista francesa, escritora, muito à frente do seu tempo, acompanhado de Jorge Amado, que tinha sido deputado constituinte em 1946, pelo Partido Comunista Brasileiro. [...] Eles vieram para Araraquara pra fazer dois [...] eventos. O primeiro chama-se Conferência de Araraquara. Foi lá [...] no auditório da Casa da Cultura, onde o Sartre falou de filosofia, respondeu a uma pergunta do filósofo Fausto Castilho, meu amigo, creio que já falecido, mas que à época era professor da [...] Faculdade de Ciências e Letras. Antiga Faculdade de Filosofia, que fez uma pergunta filosófica, aliás é uma conferência, é algo pra quem entende de filosofia, é um texto difícil de ler, enfim. Só que teve um segundo episódio, que foi no teatro municipal, um evento em defesa da Revolução Cubana, que tinha acabado de acontecer e, por isso, agora eu te dou a data precisa, 1960. Que eles estiveram aqui, porque a revolução cubana foi em [...] primeiro de janeiro de cinquenta e nove [...] se não me engano. E eles estiveram numa conferência sobre reforma agrária no Brasil e apoio à revolução cubana. Isso foi feito no teatro lotado. [...] Basta ler o livro do Sartre chamando “Um Furacão sobre Cuba” [...]. Na apresentação do livro, ele fala que esteve em Araraquara conversando sobre a Revolução Cubana. Então ali, pelo menos, tem uma fonte documental, [...], mas ele aconteceu. Foi no teatro. [...] Só fiz o grupo escolar no Florestano, o diretor da minha escola era o professor Aristides Bussadori. Aí você olha a palestra do Jean-Paul Sartre falando de filosofia, a foto da palestra, que existem várias fotos dessa palestra, inclusive estão lá na Casa da Cultura, em exposição permanente. O Aristides Bussadori estava na plateia. É inimaginável [...] pensar num diretor de uma escola primária assistindo uma palestra em francês de um filósofo mundial. Imagina o nível do professor Aristides Bussadori. Certo? É nível que hoje seria um reitor de uma universidade, o nível dele.

Em função de tudo isso, o destino do teatro municipal antigo estava traçado, com o Município entregando o espaço para o setor privado, sem se cogitar do aspecto patrimonial histórico do prédio. No espaço, seria construído um prédio de apartamentos – plano frustrado pela falência da firma encarregada -, de tal forma que o Município precisou assumir o local, de novo. Se havia planos de construir, ali, um novo teatro (que, aliás, seria subterrâneo, não exposto), eles não foram adiante.

Então, um ano depois, chegou o momento de extirpar a cidade de um local que poderia ser de reunião de comunistas e depravados artistas. [...] Puseram abaixo, bem antes dessas teses de neoliberalismo etc., entrarem à tona. Essas teses de neoliberalismo vão surgir no final dos anos setenta, comecinho de oitenta, com a Margaret Thatcher, que fala "o Estado tem que sair da economia, a iniciativa privada tem que dominar o Estado". E começou uma onda de privatização, de corte de benefícios, [...] na Inglaterra e isso se disseminou com Ronald Reagan pelos Estados Unidos, chegou no Brasil através de Fernando Collor de Melo. Pois bem, bem antes disso, em 1965, quinze anos antes disso daí, eles resolveram no lugar do teatro municipal, construir um prédio de apartamentos. “Vamos privatizar esse espaço”. Então, estava sendo construído nesse local o edifício Passo das Artes [...]. O prédio previsto para vinte e um andares Ao chegar no nono andar, a construtora faliu, por volta de sessenta e oito, sessenta e nove, por aí. A construtora faliu e o prefeito da época, Rubens Cruz (fora o prefeito anterior, Rômulo Lupo, que derrubara o teatro e feito a concessão para construir o prédio), numa visão muito boa, falou "não, o prédio já é uma situação dada, já não existe mais o teatro [...]. O prédio de

apartamento está parado na nona laje", ficou abandonado muito tempo, [...]. Ele desapropriou o prédio e transformou um prédio de apartamento na prefeitura. E o teatro, as pessoas que iam fazer o prédio de apartamento iriam fazer um teatro na praça, aí em frente à prefeitura, um teatro subterrâneo, [...] existiria o teatro escondidinho. Esse teatro não foi feito.

Um novo teatro seria construído muitos anos depois, na Avenida Bento de Abreu, pelo prefeito Clodoaldo Medina (parente de Wallace Leal Valentim Rodrigues, personagem icônico nas artes araraquarenses, já comentado), através de uma troca de terrenos com o INSS:

Onde há o teatro, onde existe o teatro hoje, lá na avenida Bento de Abreu, era um terreno do INSS. E onde é o INSS, ali ao lado da igreja Nossa Senhora das Graças, era um terreno da Prefeitura. Aí houve uma visão muito boa no prefeito da época, que já era o prefeito Clodoaldo Medina, que fez a permuta. Fez a permuta, e construiu o teatro municipal na Bento de Abreu, restabeleceu o teatro e deu para o INSS o terreno em que [...] construiu seus escritórios. [...] Agora, por que que o Clodoaldo Medina fez isso? O Clodoaldo Medina vem a ser parente do Wallace Leal Rodrigues, que era [...] mentor do TECA, [...], por essa ligação familiar com o teatro, ele decidiu restabelecer o teatro municipal em Araraquara. Porque a depender dos que vieram depois, talvez até hoje Araraquara não tivesse teatro. É, o Wallace, se a gente observar no livro do Clodô Junior, ele era um artista que não viveu como artista. Ele trabalhava na Texidal, que era da família também. Tinha parentesco lá, trabalhava vendendo tecidos. [...]. Porque era impossível viver de arte numa cidade do interior. Mas ele tinha uma cabeça muito boa. [...] Foi pro lado do teatro e pro lado do cinema.

Os elogios a Wallace, característica geral nos entrevistados, também são feitos, inclusive com referência ao seu trabalho cinematográfico. Citam-se outros artistas, como Mário Ibarra de Almeida, Campo Fiorito (italiano que se radicou em Araraquara), Lívio e Lélia Abramo, Aldo Malagodi.

Então o Wallace era um visionário, mas mais importante que Santo Antônio e a Vaca é um filme desaparecido dele que se chama Aurora de uma Cidade, onde ele conta a história de Araraquara. Esse filme existe documentado, mas sabe-se lá onde foi parar [...]. Era um personagem. Araraquara tinha pessoas das artes plásticas, nós tínhamos a escola de belas artes, que era uma coisa fantástica. Tinha uma tradição cultural muito grande em Araraquara e também, de uma certa maneira, isso desapareceu. O Mario Ibarra foi professor da Escola de Belas Artes [...], mas tem um pintor que retratou o homem paulista, chamado Almeida Júnior, [...] talvez tenha até parentesco com ele. Era um personagem, mas nós tivemos uma pessoa mais importante, um estrangeiro, o Campo Fiorito, que veio da Itália pra dirigir a Escola de Belas Artes. [...] Araraquara tem uma pessoa que nasceu aqui, não fez carreira aqui, que é o Lívio Abramo, considerado um dos maiores gravadores. Quando eu fui vereador, [...] eu fiz cinco homenagens com nome de rua, praças, cinco. E a praça em frente ao Teatro Municipal eu denominei Praça Lívio Abramo, em homenagem ao Lívio Abramo, que morreu no Paraguai. [...] O museu de arte do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, [...] chama-se Ado Malagodi. O Ado Malagodi é nascido em Araraquara, mas ele foi embora daqui criança. Mas eu vou dizer assim, os ares de Araraquara devem ter influenciado porque ele se tornou um artista plástico importante no Rio Grande do Sul [...] E em Araraquara, nem nome de rua para o Ado Malagodi tem. Lélia Abramo é irmã do Lívio Abramo. Essa tem nome aqui em Araraquara [...] mas ela morreu mais recentemente.

É relatado o início da cidade e a existência de um rego d'água atravessando a praça da Matriz, onde tudo começou. (Embora seja referido um olho d'água na origem, na verdade não se tratava de uma nascente, mas de excesso do líquido num reservatório¹²⁸). Refere-se também a cobras, no local, que estariam na origem da lenda da serpente.

Mas ali naquele local foi o início da cidade. Por quê? Porque nas proximidades ali onde hoje é o Colégio Progresso tinha uma nascente de água. A nascente de água descia e entrava no que hoje se chama Rua Maria Janasi Biagioni. Por isso que a Rua Três tem aquela quebradinha, porque na verdade começaram a construir, fazer o arruamento tendo o riozinho no meio, o corrego no meio, a nascente de água no meio. Ali é o começo da cidade. Então essa história de cobra tem a ver com o serpentear do rio, é uma lenda urbana derivada disso. Talvez até tivesse cobra, porque tinha um riozinho, um córrego de água [...]. Mas eu sou meio avesso a você transformar a história em espetáculo, criando lendas prosperando, então teve gente que já escreveu a respeito[...] É uma lenda. [...] Ela foi construída ali. Claro. Não existia água canalizada. Então uma nascente de água com água limpa as pessoas vão chegar próximo dela. Por isso que ali foi construída a cidade. Era um ponto alto. Você não ia fazer embaixo porque passava o rio. Onde hoje é a via expressa era um rio. Esse que nasce [...] e esse riozinho, esse pequeno córrego de água, que nascia ali nas proximidades do Colégio Progresso passava [...] até encontrar lá embaixo esse rio. Isso tudo foi aterrado. [...] Matou-se esse olho d'água, [...]. Então, aí que é o surgimento da cidade, o núcleo da cidade. Em torno dessa igreja foram-se construindo as primeiras casas.

O desenho dos trilhos através de Araraquara (SP) tem a ver com as dificuldades técnicas próprias de uma ferrovia, a qual não pode ser aclives ou declives superiores a 5%. Os trilhos tentaram chegar o mais perto possível do então centro da cidade. Porém a existência do Córrego da Servidão (então, denominado Formoso), formando um vale entre a parte mais alta da cidade, onde os trilhos chegaram, e o centro histórico, foi um entrave não superado.

Quando a ferrovia chegou, [...] ela tem como característica técnica, ela não pode ter uma aclividade muito alta e nem uma declividade muito baixa. Uma rampa de trem é algo em torno de cinco por cento, no máximo. Então, a cada cem metros, você pode subir cinco metros. Mais do que isso não dá certo. [...] Então, quando chega aqui em Araraquara (a linha de trem veio de São Carlos para cá), ela chega no ponto mais alto da cidade, que é na Vila Xavier, [...] onde hoje é o cruzamento da SP 255¹²⁹ com o viaduto que liga o Parque São Paulo. Ali era um ponto alto. [...] Eles vão procurar trazer a ferrovia o mais perto possível do núcleo urbano que existia, que era em torno da Matriz, da igreja que tinha lá [...]. Então ela para, [...] vem até a estação de trem e volta¹³⁰. Faz uma barriga, se pegar o mapa da cidade [...]. Parece um U, um U desenhado. Por que ela não chegou até a igreja? Porque ali, justamente, tem aquela diferença topográfica provocada pelo rio, basta ver a altura onde está o trilho na estação e a altura que está a via expressa, que o rio passava ali. Então não conseguia vencer aquele rio. Foi [...] o ponto mais próximo possível do centro da cidade. Ao chegar a ferrovia, aquela vila começou a se desenvolver mais do que existia. Então, no entorno da igreja foi construída a cadeia, que onde é hoje, aproximadamente, o ponto de ônibus [...] na rua São Bento, na Praça da Matriz. Ali tinha um prédio de uma cadeia. O resto era um terreno e a igreja lá atrás, e casa dos dois lados.

¹²⁸ Ver fls. 77 e 78, acerca do referido curso d'água.

¹²⁹ Rodovia Antônio Machado Sant'Anna, que liga Araraquara a Ribeirão Preto, perpendicular à Rodovia Washington Luiz. V., também, figura 116, fls. 195.

¹³⁰ V. Figura 48, fls. 97.

O episódio dos Britos é abordado, com referência, inclusive, a causas de sua repercussão.

Quando o episódio dos Britos acontece. O [Rozendo] Brito talvez fosse monarquista e o Antônio Joaquim de Carvalho fosse republicano. Eles brigaram por política e saiu uma morte. O Antônio Joaquim de Carvalho era um personagem com raízes na cidade e os Britos eram sergipanos. E um é jornalista, o outro era prático de farmácia, e aqui se estabeleceram. O crime foi ali, porque ali que havia o núcleo da cidade. E ali que foi preso e ali que foi levado pra cadeia o Rozendo de Brito e o outro Brito, [...] Manoel de Brito [...]. À noite, a cidade não tinha iluminação elétrica, apagaram-se lá [...] as tochas, os lampiões, e o Antonio Joaquim de Carvalho, o filho, que é o nosso nome da Rua Zero, a rua Carvalho Filho, com uma turma dele, fez a vingança com as próprias mãos. [...] Lincharam os Britos. Então eu vou parar por aqui [...], só pra dizer o seguinte: a partir desse linchamento, houve o julgamento dos autores e mandantes e participantes do crime. Por não haver clima político na cidade, esse julgamento foi em Américo Brasiliense. E pra esse julgamento vieram jornalistas [...], era um embate entre republicanos e monarquistas. Era um embate prático em que tinha havido uma morte numa situação poucos anos após a Proclamação da República, que, cá entre nós, a Proclamação da República foi um golpe militar contra o imperador Dom Pedro II. [...] O Dom Pedro governava com tranquilidade e não havia grandes questionamentos. O Marechal Deodoro era o comandante do exército do imperador [...], ele resolveu que tinha que botar o imperador pra correr e assumir o poder. Nada além de uma tradicional quartelada, como se diz aí nos acontecimentos dessa natureza.

Em Araraquara (SP) não existem referências a lugares de memória, fato que ocorre, por exemplo, em São Carlos (SP). Quanto ao episódio do sepultamento dos Britos, explica o porquê da escolha de um local distante do núcleo da cidade.

Várias cidades do mundo têm isso, inclusive São Carlos tem. Os imóveis tombados têm uma placa explicando o que que foi naquele local. [...] Você tem o Grupo Escolar Antônio Joaquim de Carvalho, mas você não tem nada sobre os Britos. Que é o cara que morreu [...] no confronto com os Britos. [...] Então eu vou te falar uma coisa. Faz de conta que aqui é a avenida Trinta e Seis, aqui é o tal do Buracão. E aqui em cima é o cemitério dos Britos. [...] Nem o nome se preservou. Aí é o seguinte: a cidade terminava onde é o bar do Zinho, na Cinco com a Bandeirantes. Não ia muito além em 1940, por aí. Então imagina em 1900. [...], lá embaixo tem um rio que passa do lado do matadouro, que é o Ribeirão das Cruzes. [...] nesta subida onde é o parque Igaçaba, do lado esquerdo. Ali, nos primórdios, era um cemitério indígena. Depois, com a febre amarela que assolou Araraquara no final do século dezanove começo do vinte, os que morriam de febre amarela eram enterrados nessa região. Por quê? Porque se temia uma contaminação. Então era o mais longe possível. E os Britos foram enterrados atrás do cemitério da febre amarela. Dos indígenas e da febre amarela. Mais longe ainda. Por quê? Pra que ninguém tivesse a coragem de atravessar a região do cemitério da febre amarela. Porque, inclusive, o julgamento foi em Américo Brasiliense, uma das razões é a questão da segurança local, a outra é porque Araraquara tinha uma epidemia de febre amarela. Então você não queria nem passar perto. As pessoas paravam ali na José Bonifácio, no que hoje é [a Avenida] José Bonifácio, talvez, e dali não ia mais ninguém pra frente. Então enterraram os caras num lugar mais longe possível.

A diferença – na época – entre o desenvolvimento cultural (maior) do nordeste e o sul do país, em especial São Paulo e Araraquara é lembrada. Daí, se explica a insubmissão de Rozendo Brito em relação ao chefe político local, o Coronel Antônio J. de Carvalho.

São Paulo era o fim da picada. A capital do Brasil era inicialmente Salvador, [...] com a Proclamação da Independência foi pro Rio de Janeiro. [...] O Rio de Janeiro

se desenvolveu. O Dom João chegou aqui em 1808, com a sua fuga das tropas do Napoleão Bonaparte. [...] Talvez uma grande fuga, uma grande estratégia dos portugueses de ter mandado emissários falar pro Napoleão "a gente vai se entregar", enquanto isso subiram no navio e vieram. Transformaram o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro era uma pocilga. Não tinha nada a ver com o Rio de Janeiro de hoje. [...]. São Paulo era um lugar marginalizado. Tinha lá a cidade de São Paulo, o caminho dos bandeirantes, algumas cidades do interior. Aí, no final do século XIX chega a estrada de ferro. E vencida a Serra do Mar, a hora que chega no planalto paulista, na cidade de São Paulo, ficou fácil ir pro interior. Em busca de terras férteis para o plantio de café, abriram-se todas as estradas de ferro. Ao abrirem as estradas de ferro, São Paulo ficou um lugar [...] desenvolvido. Acolheu os imigrantes europeus em grande [...] escala, mais do que outros lugares. [...] Os imigrantes europeus não foram pro Nordeste, não foram pro Rio de Janeiro. Vieram pra cá. Porque aqui que estava o El Dorado, lugar onde eles iam conseguir sobreviver. [...] Só que, até então, aqui era muito atrasado e o Nordeste que tinha tido a presença dos holandeses, lá toda a costa do Nordeste, com sede em Recife, mas toda a costa, tinha uma importância enorme. [...] Então o Nordeste era mais desenvolvido [...] A primeira escola de direito foi lá em Recife [...]. Os conventos que tinham de lá, as escolas religiosas, então a formação do homem nordestino era muito maior. Quando o eixo do desenvolvimento do Brasil pulou do Nordeste pro Rio de Janeiro, em seguida do Rio de Janeiro pra São Paulo, o Nordeste ficou pra trás. [...] Em 1890, o homem nordestino era culturalmente mais bem formado do que o homem que morava em São Paulo. [...] Ninguém mais pensa nos Britos. Os Britos são tema de araraquense antigo que lembra do nome dos Britos. Os novos não lembram, vai falar que é cemitério do lado do Vale do Sol, do lado do Dahma¹³¹, pra ficar mais chique, né?

Em função do assassinato dos Britos, a cidade ganhou o apelido de “Linchaquara”, incomodando a população. Em virtude disso, um grupo resolve embelezar a cidade, transformando-a em um exemplo. As grandes construções levadas a efeito – como, especificamente, o prédio do antigo teatro municipal – estão ligadas à memória histórica e cultural de Araraquara (SP).

Para limpar esse nome [...], em torno de 1906 assume o grupo político do Bento de Abreu Sampaio Vidal, que era o político desse começo do século XX mais importante de Araraquara [...]. Ele morava em Santa Lúcia, na fazenda Alpes. Santa Lúcia era um distrito de Araraquara. Passava a linha do trem do lado. Então ele não residia [...] no pequeno núcleo urbano. [...] Ele tinha vindo de Campinas, tinha estudado no colégio Culto à Ciência, que com certeza o nível de um colégio desse é melhor que muitas faculdades atuais. [...] Pra apagar a fama de "Linchaquara", o Bento de Abreu e seu grupo político, Dorival Alves, Plínio de Carvalho, etc., [...] resolveram dar um trato em Araraquara. Trouxeram mudas de planta dos chamados oitís, que ainda resistem na rua Voluntários da Pátria, e plantaram em todo o centro da cidade [...] que aos poucos foram sendo suprimidos, só sobrou o da Rua Cinco. Plantaram tipuanas na avenida Espanha. [...] Os plantios são tombados por leis municipais. [...] Havia uma praça pública, o chamado Jardim Público, que é o também chamado Jardim da Independência, que ganhou esse nome [...] quando se comemoraram cem anos da Proclamação da Independência, em 1922. [...] E ali foi urbanizada a Praça da Matriz, [...] foi instalado o chafariz, ficou um local de passeio, ao estilo dos jardins parisienses. Era uma maneira de apagar a imagem de uma cidade que matava os opositores. [...] Do Teatro Municipal, Estádio Municipal, que foi demolido, Palacete das Rosas, que era o [...] Clube Araraquense, um pouquinho antes, [...] Hotel Municipal, Asilo de Mendicidade, Esplanada das Rosas. Esse grupo político embelezou a cidade, fez da cidade um cartão postal pra apagar o nome. Isso foi muito bom pra Araraquara. Então, a nossa memória preservada por lei, é a memória desse período [...] rico de intervenção do setor público na cidade.

¹³¹ Condomínio de alto padrão, além do cemitério onde estão sepultados os Britos.

A construção de outros prédios, da mesma época, é recordada, incluindo o da cadeia em uma praça (da República), que foi cercada. Recorda que, com a revolução de 1930, o grupo de Bento de Abreu perde o poder e sai de cena, causando mudanças na destinação de vários edifícios que haviam sido construídos, lamentando o destino das esplanadas Santos Dumont e das Rosas.

Também a Gota de Leite é dessa época [...] o grupo escolar da Rua Um. [...] Posteriormente, onde é o edifício Vila do Sol... [Av. José Bonifácio] com a Quatro, ali chamava-se Praça da República. No fundo da Praça da República [...] instalaram lá a cadeia, com a destruição dessa cadeia aqui da Matriz [...], cercaram a praça, deixou de ser praça, [...] e depois lá foi instalado o 13º Batalhão da Força Pública [...]. Ali tinha o corpo de bombeiros, o começo do corpo de bombeiros, então ali era uma guarnição da polícia que cercou uma área... Uma área pública. E aqui onde hoje tem a Casa da Cultura, que é a chamada Esplanada Santos Dumont, [...], eram três prédios propostos. Um era uma escola feminina, que foi construída e nunca foi ocupada, que [hoje] é o Prédio da Câmara. [...]. O prédio da Casa da Cultura foi instalada com uma escola masculina, [...] o Colégio do Estado. Depois, foi a escola de filosofia. [...] E havia uma escola de artes, que foi projetada e nunca [...] saiu do papel. [...] Porque veio a revolução de trinta [...] e Bento de Abreu, Dorival Alves, Plínio de Carvalho perderam poder. Então o que eles tinham feito ficou, a escola masculina foi transformada num Colégio do Estado, a escola feminina foi transformada em prefeitura, sede da prefeitura. [...] Entre 1930 e 1946, quarenta e oito, na verdade, não [...] havia câmara municipal. Então naquele local fez-se uma Escola de Belas Artes, escola disso, escola daquilo, foi outras atividades menos [...] câmara e antes tinha sido a sede da prefeitura. Então com a mudança de trinta, a prefeitura veio pra esse prédio e lá ficou com outras atividades. Em quarenta e oito, a câmara assumiu aquele prédio. Inicialmente, a câmara assumiu o porão da prefeitura. Depois, foi pra aquele prédio. Em setenta e um, setenta e dois, quando foi inaugurado o prédio novo da prefeitura no lugar do antigo teatro, a prefeitura foi para esse prédio e a câmara saiu de lá e veio para cá, cedendo as instalações pra implantação do museu. Então foi em função de alguns arranjos e [...] pelas mudanças ocasionadas que [...] fizeram essa ocupação desses prédios. Hoje, a Esplanada Santos Dumont está tremendamente descaracterizada com a implantação de abrigos de ônibus, com destruição da vegetação, sem nenhuma preocupação histórica. Não é um local adequado. [...] A Esplanada das Rosas como existia não existe mais. O Clube Araraquarense que se transformou em Palacete das Rosas também sofre com as mazelas do desleixo. E o Hotel Municipal se salvou, milagrosamente. Foi vendido e com o tombamento houve uma razoável manutenção de seu aspecto externo. Não total, também não foi lá muito bem cuidado.

A história dos Lupos é rememorada, com pormenores interessantes, como a coincidência ocorrida na origem da tecelagem: Henrique Lupo era relojoeiro e se interessou pelas engrenagens de um tear de meia. Compara a torre do relógio a empreendimentos que os antigos capitalistas ofereciam à comunidade e que, no fundo, nada têm a ver com suas atividades principais.

A Fábrica Lupo começou com Henrique Lupo [...] tinha uma relojoaria [...] eram relógios mecânicos, aqueles relógios cheios de engrenagem. Então o Henrique Lupo tinha habilidade de mexer naquelas pequenas engrenagens e fazer o relógio funcionar certinho [...]. Um belo dia, alguém levou pra ele uma máquina de tecer meias, um tear. E ele viu uma visão empresarial boa. [...] Ele viu naquilo uma máquina que conseguia dominar, pelas engrenagens, etc. e tal, pelo funcionamento dela, e resolveu montar a fábrica. [...] A partir da casa do Henrique Lupo, [...]

ocupou o quarteirão. [...] Ao lado da casa dele se construiu um edifício [...]. Então a fábrica foi construída atrás e a Rádio Cultura no mesmo terreno. [...] A fábrica cresceu muito, chegou um momento em que era impossível permanecer no centro da cidade. Então ela mudou [...]. E aí vai num misto de uma certa preocupação da cidade [...] com a história, que acho que seria uma ofensa muito grande pra cidade derrubar, e uma visão talvez da família Lupo de preservar o local dando um novo uso, reciclou o uso. Mas, quando eles transformaram, cometeram, no meu modo de entender, um erro grande. Eles destruíram o auditório da antiga Rádio Cultura. O auditório recebeu Tito Schipa na década de trinta. [...] Era um tenor, um cantor de ópera do padrão global, como é o Pavarotti [...], talvez tivesse uma técnica mais apurada [...], que percorreu o mundo todo e ele veio aqui. Além disso [...], as rádios antigas tinham teatro. A Rádio Cultura é de 1932. É uma das primeiras rádios do Brasil, PRD-4. Eram dadas concessões e normalmente elas tinham esse nome: Cultura, Difusora, Educadora, eram os nomes das rádios da época. [...] Eles derrubaram a casa original que era do Henrique Lupo [...] nos anos noventa, talvez. E derrubaram o auditório da Rádio Cultura. [...] Poderia ter permanecido o auditório, poderia ser um auditório de uso até pra treinamento. [...] O relógio é tombado pelo município, por lei municipal. [...] Eu pensei nele como um símbolo visível na época por toda a cidade. [Por ele] a gente regulava [...] nossos relógios, os nossos horários [...]. A origem de relojoeiro do Henrique Lupo fez com que ele fizesse [...] a torre do relógio. Porque do ponto de vista de negócio enquanto fábrica de meia, não tem sentido nenhum. Foi um baita dum investimento, coisa que os capitalistas atuais nenhum faz. Então, se você pensar os prédios icônicos aí, o Empire State Building, o Terraço Itália em São Paulo, que lá no alto o cara põe um restaurante, são prédios que numa época as pessoas faziam e tinham o gosto de oferecer pra cidade, pra sua comunidade aquele edifício, como atrativo.

Entre outros prédios da cidade, como o significativo edifício da antiga Farmácia Internacional, relata o costume de os proprietários edificassem suas residências no andar superior àquele em que mantinham seus negócios.

Era um solar, morava a família em cima. Tinha lá um mirante que a família admirava a cidade. Não existiam prédios altos. Então, com certeza [...] daquele mirante ali se via muita coisa. E o mobiliário da farmácia era muito bonito. Infelizmente, nas transformações, conseguiu-se preservar o prédio, mas internamente perdeu-se o mobiliário e tudo. Houve uma troca de [...] argamassa das paredes por algo parecido com o que existia. Mas ele está bem. É um exemplo legal de prédio. Na frente, na diagonal, tem [...] outro imóvel que tem características de uma residência de uma família sírio-libanesa, pelo tipo de janela. Ainda existe, está ali bem na diagonal. Não existe nenhuma lei que preserva aquele prédio, mas por um acaso ele até hoje está milagrosamente de pé. E lá funciona um restaurante [...]. Havia vários prédios em Araraquara em que [...] era uma tradição, não só de Araraquara, mas da época, de todas as cidades, os proprietários moravam em cima e no térreo mantinham o seu comércio. Não era alugado pra ninguém. Eles mantinham o comércio próprio. Era assim a casa Barbieri, era assim a farmácia, era assim esse edifício aí da família sírio-libanesa que eu citei. Era assim na Feijó com a Dois, tinha uma casa maravilhosa de uma família também sírio-libanesa, em que na parte de cima era residência e embaixo tinham vários comércios. Foi derrubado pra construir o Terra-Torra¹³².

Sobre a recuperação do entorno do Museu Ferroviário, acredita que mereceria certo cuidado, mas mantém dúvidas, que são maiores ainda, quando se pensa na preservação da memória de Araraquara, como um todo, declarando-se, a respeito, como um pessimista.

¹³² Loja de artigos populares, principalmente roupas.

Mas extremamente o entorno do Museu Ferroviário mereceria um cuidado, mas eu não sei. Aí você tem que pensar na [...] teoria na economia que fala assim "a necessidade da escolha". Você tem um recurso limitado, você tem que escolher aonde vai colocar aquele recurso. Se você colocar o recurso espalhado, talvez você não preserve nada. Então, ali, eu acho mais importante é o prédio do hotel na esquina. O Hotel São Bento. O restante [...] Laticínio de Araraquara. Poderia ser [...] ponto turístico. Nesse quarteirão existiu a primeira livraria de Araraquara. É na avenida Brasil, passa a Rua Um, [...], o sobrado, era uma livraria de um italiano chamado Domenico qualquer coisa, agora eu não vou me lembrar. [...] Embaixo era a livraria e em cima era a residência do Domênico. [...] Tá lá intacto [...] em termos, mas é passível de uma recuperação. [...]. Eu tenho dúvida só naquela frente da estação [...]. Eu tenho muita dúvida se vale a pena investir ali, porque ali são fachadas dos anos trinta. [...] Porque quando você faz um projeto da iniciativa privada aportar dinheiro, você vai dar como contrapartida o desconto do imposto. E não dá pra dar desconto de imposto pra todo mundo. Então você tem que escolher bem. [...] Mas uma coisa é a gente achar e outra coisa é os poderosos, os que mandam na cidade, câmara de vereadores e prefeito e grupos econômicos que influenciam os vereadores e o prefeito, concordarem com isso. Aí, eu fico numa coisa muito difícil. Eu estou extremamente pessimista com a preservação da memória de Araraquara. Sou muito pessimista. Por tudo que eu já vi e vivi, eu acho que é quase como uma luta inglória.

Figura 143 – O prédio da primeira livraria.



Fonte: acervo do Autor.

O episódio de Mário de Andrade escrevendo *Macunaíma* na Chácara Sapucaia é motivo para diversos comentários, incluindo a sugestão de se realizar uma semana em homenagem a esse autor, citando exemplos do Brasil e do exterior, onde episódios semelhantes servem não só para a divulgação cultural, mas também como atrativo turístico.

Tirando círculos universitários que comentam isso daí, ninguém sabe aproveitar. O Mário de Andrade era parente do Pio Lourenço Correa [...], um paulista quatrocentão. É rico desde o século XIX. E acolhia na sua fazenda, cuja sede era a chamada Chácara Sapucaia [...], uma área grande. Fica na rua dos Libaneses, [...] pra baixo da Mario Ibarra de Almeida. Parte da área [...] tinha sido doada pro Estado pra construir a escola Vitor Lacorte. [...] A chácara Sapucaia ficou com a família do Pio Lourenço Correa até os anos setenta. Aí foi vendida pro professor Saffioti. [...] O Mário de Andrade vinha passar as férias e lá ele se internava na casa e ficava escrevendo, como todo intelectual excêntrico, né? Dizem que ele [...] enchia a banheira de água, uma lamparina e ficava escrevendo dentro da piscina, dentro da piscina que era a banheira. E escreveu o *Macunaíma*[...] E ele vinha pra cá [...] de trem, se estabelecia na chácara do tio. E lá ficava, [...] era no fim do mundo. A cidade em 1920 [...] talvez não chegasse na Avenida Sete com a Rua Sete. Então o resto era mato[...] em 1940, atrás do cemitério era mato. Hoje a Rua dos Libaneses é

Quatorze, é a rua do fórum. Então, quando o Saffioti morreu [...], um bom professor de química, um cientista [...], ficou com a professora Heleieth Saffioti, que é esposa dele, que era uma socióloga, e ambos tinham fama de serem comunistas. E ela doou a chácara toda pra a Unesp. Imagina o valor daquilo lá. Eles tinham um filho único, o Serginho, que faleceu em circunstância trágica, que era meu colega de infância, teria a mesma idade do que eu, sessenta e um. [...]. A Unesp instalou lá um centro cultural, que eles chamam de Centro Cultural Chácara Sapucaia. Funciona, tem uma biblioteca, tem alguma atividade, muito pouca. [...] Eu já disse antes, eu gosto de viajar e viajo [...] sozinho [...] . Tem uma cidade nos Estados Unidos chamada Baltimore, perto da região de Washington, que é [...] berço da Independência americana, onde teve a luta contra as ingleses naquela região. E lá morreu um escritor chamado Edgar Allan Poe. Viveu e morreu. [...] Então você passa na rua do antigo porto, que não é mais porto, [...] onde tem o bar que o Edgar Allan Poe bebeu até morrer, deu três passos fora do bar e caiu duro, é um passeio turístico. Então poderia ser um passeio turístico a casa em que o Mário de Andrade escreveu Macunaíma. Hoje, [...] descobriram novos escritos do Mário de Andrade. Não publicados. Então o Mário de Andrade é notícia. Existem pessoas que seguem a trajetória do artista. Vou dar um exemplo, a cidade de São José do Rio Pardo. Ao lado de São João da Boa Vista, aqui próximo da fronteira de Minas Gerais. Lá o Euclides da Cunha era engenheiro da construção da ferrovia, [...] morava num [...] barracão de zinco. E lá ele escreveu o Sertões. Que ele acompanhou a questão de Canudos como correspondente do jornal Estado de São Paulo. [...] Ele era um engenheiro como profissão, mas também tinha atuado como repórter, e era um intelectual, um escritor. Todo ano, em São José do Rio Pardo tem a Semana Euclidiana. Então eles fazem uma semana dedicada a homenagear o cara que sentou na cidade e escreveu Os Sertões. Essa cabana é envolvida por uma cúpula de vidro. Tá lá. Em Araraquara nós não conseguimos fazer isso. A gente não consegue. Então uma semana dessa tem palestras [...], apresentações culturais, o mote, o motivo do evento é o Euclides da Cunha. E não quer dizer que só vão falar do Euclides da Cunha no evento, entendeu? Gera turismo. [...] Sai o nome da cidade na EPTV, sai no jornal Estado, na Folha, as palestras [...], os eventos, o fulano que foi lá, o lançamento do livro. Vai turista pra cidade. Então a gente tem exemplos internacionais e exemplos nacionais que preservam um fato histórico, que relacionam isso com a cidade e transformam numa mercadoria cultural e turística. O mundo capitalista precisa de mercadoria, não é? Nós não conseguimos fazer isso.

Há lamento em relação a não se fazer nada em Araraquara, a respeito de preservar e divulgar fatos da memória e da história. Há comparação com a vizinha cidade de São Carlos (SP), com o relato de perda de oportunidade de se fazer algo mais aqui.

Então eu sou muito cético em relação ao futuro. E essas pessoas, entra governo, sai governo, estão sempre por cima. [...] E às vezes não fazem porque não é nem questão ideológica. Às vezes é questão que fazer algo dá trabalho. [...] Nós vamos ficar sentados aqui duas horas. É um trabalho. [...] Eu poderia estar com as pernas pra cima no sofá de casa, você poderia estar fazendo o mesmo, né? Nós estamos aqui conversando seriamente sobre a história da cidade. Tem gente que prefere não fazer nada porque isso dá trabalho. E cuida da vida. Mas ganha do Estado, [...] do Município pra fazer alguma coisa, e não faz. [...] Fora daqui, em alguns lugares, conseguem fazer. Você pega, por exemplo, São Carlos. São Carlos tem uma Fundação Patrimônio Histórico que cuida do arquivo histórico muito bem cuidado, que transforma o material do arquivo histórico em livros, que são editados em parceria com a UFSCar, e a história de São Carlos está disponível. Eu tentei fazer algo semelhante com isso. Tive até um respaldo de uma editora, posso até citar. Existe uma editora chamado Ouro Sobre Azul, do Rio de Janeiro, cuja proprietária é a filha do Antonio Candido de Melo e Sousa [...] um dos maiores intelectuais da história do Brasil. Todos os estudantes de letras do Brasil inteiro estudaram no livro História da Literatura Brasileira, do Antônio Cândido. Todos os estudantes de ciências sociais do Brasil, de sociologia ou coisa parecida, estudaram num livro chamado “Os Parceiros do Rio Bonito”, que é do Antônio Cândido. Ele se casou

com uma araraquarense, que vem a ser sobrinha do Pio Lourenço, portanto araraquarense que é prima de Mário de Andrade. Que foi professora da USP. E a filha do casal tem a editora lá no Rio de Janeiro. Ana Luísa, a editora do Rio de Janeiro, que tem livros de arte e escreveu a história do tio Pio, a correspondência do tio Pio com o Mário de Andrade. Tem um livro sobre isso, por iniciativa dela. Ela toparia fazer uma parceria com Araraquara pra fazer livros da história da cidade, a exemplo do que é feito entre a Fundação Patrimônio Histórico de São Carlos, que é da Prefeitura, com a Universidade Federal. Eu não consegui interlocutor que me ouvisse, falar sobre isso. Aí, morreu o assunto. Entendeu? Por que existe esta sala que você tá conhecendo? Porque eu não confio no setor público, porque o setor público nunca vai fazer um negócio decente. Os interesses são outros, aqui em Araraquara. Então eu prefiro trabalhar com recursos limitados, privados, não públicos, pra poder tentar fazer algum tipo de trabalho aqui. [...] Eu apenas vou preservar aquilo que está disponível pra preservação, antes que se perca.

Entre outras lembranças, são referidos o prédio do matadouro, a passagem de boiadas pelo centro da cidade e o chamado buracão do São Geraldo.

Quanto ao matadouro, o matadouro tinha um prédio extremamente interessante. Ao lado do matadouro, tinha um horto florestal. O horto florestal foi abandonado a tal ponto que as árvores, as mudas que estavam em saquinhos de muda enraizaram. Formou-se uma floresta densa de árvores [...]. Em São Paulo, o antigo matadouro se transformou na Cinemateca Brasileira. Então você tem o antigo matadouro, o prédio, as construções, fizeram uma reforma, adequaram por dentro, mantiveram a estrutura externa, a aparência externa, é a Cinemateca. A gente poderia ter qualquer coisa num prédio daquele. É, não deve estar muito preservado. Mas tem história, faz parte da história. Não, mas nós não vamos preservar, nós vamos destruir, porque não interessa preservar. Faz parte da história e dizer que as pessoas de Araraquara comiam carne porque em algum momento se estabeleceu um matadouro pra dar o mínimo de tentativa de higiene no consumo de carne pelos habitantes. [...] Eu morava na avenida Mário Ibarra de Almeida, e por volta de sessenta e três, quatro, cinco, seis, sete, sei lá, nessa época, passavam boiadas gigantescas. Então nós estávamos brincando, era uma rua calçada já com paralelepípedo, era a última das ruas com paralelepípedo dali do Carmo, depois a próxima era de terra, que era a Cônego Jerônimo Cezar. E a boiada vinha na Mário Ibarra, aquilo lá fazia um “tropé”, fazia um barulho. Não tem uma foto que registre essas boiadas [...] todos entrávamos pra dentro de casa. [...] Os de lá do Carmo, eles vinham lá da região da estrada de Jaú e seguiam em direção à estrada de Ribeirão, fazendas, mudavam de pastagem. Era o caminho. Vinha lá do Quitandinha, vinha pela Mário Ibarra, cruzava ali pela vila Melhado, por aquela região, e ia embora pra região de Ribeirão. Mudava a pastagem. Eram boiadas imensas, mas não tem registro disso.[...] Buracão do São Geraldo é onde aproximadamente é a avenida Adélia Izique, uma avenida que sai da rua Humaitá e ela desce fugindo do traçado quadrado da cidade, ela desce em diagonal até a Trinta e Seis [...] Ali era uma erosão. [...] Então esse era o famoso Buracão do São Geraldo. Uma voçoroca que [...] talvez tenha sido até o Rômulo Lupo que cuidou dessa situação no primeiro mandato dele.

4 - Elias Chedieck Neto

Principais itens enfocados: trilhos, referenciais, ruas, teatro Wallace Leal, lajes com vestígios fósseis, Chácara Sapucaia, conservação de áreas de entorno, turismo, Museu Ferroviário.

RESUMO: A remoção dos trilhos enfrenta dificuldades (a área é federal), falta muito no terminal de Tutóia. Para a impermeabilização do trecho, estudam-se alternativas, como a construção de “piscinões”. Faltam referências, como placas, nos locais históricos. Cita Wallace Leal e outros artistas, inclusive o pequeno teatro com o nome de Wallace. Os entornos enfrentam falta de recursos da Prefeitura e o desinteresse dos proprietários. Cita a falta de uma locomotiva a vapor em Araraquara e a devolução do Parque do Basalto (origem das lajes com fósseis) pela Uniara à Prefeitura. No Museu Ferroviário deveria haver mais material. Os museus fecham em Araraquara, nos fins-de-semana, por causa da legislação trabalhista. Embora Araraquara tenha memória, precisa ser melhor divulgada.

Logo ao início, o entrevistado, engenheiro ferroviário aposentado e, atualmente, vereador, ao saber dos motivos da entrevista, nos parabenizou pelo trabalho “que vai realmente enobrecer a cidade, vai dinamizar, eu acredito, muitas coisas aqui. São ideias excelentes que devem ser aproveitadas”, demonstrando interesse pela memória coletiva araraquarense.

Inicialmente, referindo-se à retirada dos trilhos, revelou que ainda faltam diversas providências e acontecimentos para que ela realmente se realize. A área é federal, precisa ser cedida à Prefeitura, existe, ainda, muita coisa a ser feita no terminal de Tutóia¹³³, no início do novo traçado dos trilhos.

Então, essa é uma teoria porque, por enquanto, todo mundo sabe, acredito que sim, a área pertence ao governo federal, todo o pátio, mais de um milhão de metros quadrados e não foi passado ainda para o município, existe um pedido [...] de todos os prefeitos, que assim que desativar o pátio e aguardar a construção da oficina em Tutoia, do abastecimento de locomotivas em Tutoia, da parte de administração toda em Tutoia, para que possa realmente desativar toda essa linha, quinze quilômetros aqui dentro da cidade. O que nós estamos fazendo: [...] um estudo de como ocupar essas áreas e os trilhos, [pois se] pretende permanecer [com] os trilhos necessários para praticamente duas linhas que seriam para o VLT, o Transporte de Veículos Leves sobre Trilhos, transporte de passageiros integrados aos ônibus. Então, [...] essa área aí, o que nós estamos fazendo como se fosse nossa ainda, mas também é do papel, um estudo, aguardando realmente quando vai ocorrer essa transferência para o município.

Inquirido sobre o fato de que na atual área dos trilhos ainda está a única rotunda¹³⁴ do trecho, indicando uma intenção de nele permanecer, foi esclarecido que a mesma pode ser substituída por um manobra, se houver a construção de uma triangulação de trilhos.

Eu acredito que não, porque no passado, inclusive, existia aí e existe em alguns lugares que você pode fazer reversão, virar a locomotiva, porque ela trafegando só numa situação, ela vai e volta sempre na mesma situação, então como as curvas nem sempre são iguais do lado direito e do lado esquerdo, existe um desgaste maior, então normalmente se costuma virar a locomotiva, umas até por conta da visibilidade, você fica com um motor muito grande na frente, você não tem a visão, mesmo que estivesse dirigindo de ré [...]. Então, existe um triangulo de reversão também que você pode fazer; como não foi feita a oficina ainda, eu acredito que

¹³³ Tutóia é localidade do município de Américo Brasiliense (SP), onde foi construído um terminal ferroviário, mas, ao que tudo indica, faltando, ainda, diversas instalações.

¹³⁴ A rotunda é uma construção arredondada, destinada a manobrar mecanicamente uma locomotiva, com um dispositivo que gira 360°, permitindo, inclusive, serviços de manutenção (v. DEMARZO, 2014, p. 151).

dentro da oficina quando for colocada a oficina em Tutoia, deve fazer (se é que já não fizeram) um triangulo de reversão, aí você consegue virar a locomotiva sem ter que fazer o virador, a rotunda em si.

Com referência ao problema de que a impermeabilização da área dos trilhos traria consequências para a cidade, mormente o seu centro, com enchentes, esclareceu que há projetos para a solução de tal possibilidade, inclusive, com a construção de “piscinões”.

O que se estuda são duas possibilidades. Uma, como a linha da Paulista, da antiga Paulista que margeia a Vila Xavier é o primeiro contato da cidade e da Vila Xavier com a parte dos trilhos, a ideia era fazer uma outra galeria grande de água pluvial, captando toda a água da chuva e tentando levá-la para a frente ou o máximo que desse, [...] e talvez alargar ou juntar. É meio complicado fazer isso, então, outra possibilidade é fazer parte da área central [...] essa captação e despejar em algumas lagoas de retenção, “piscinões” que são chamados, seriam lagoas que podem ser abertas, como até uma maneira de ter lagos no meio desse parque, ou [...] caixas enterradas, mesmo subterrâneas, enfim. Então, esse estudo é o que está sendo feito, mas se prevê exatamente isso aí, você reter boa parte da água da Vila Xavier e depois, se for o caso, ir soltando de pouquinho em pouquinho, para que não cause enchente aqui, principalmente embaixo do terminal de integração.

Reconhece a necessidade de haver referenciais em lugares de memória, como placas contendo dados sobre fatos ali acontecidos, mas não se conseguiu, ainda, a adesão da Secretaria de Trânsito e Transporte e da Prefeitura, ao menos quanto aos logradouros públicos.

Com certeza, eu estou já no quinto mandato de vereador e é recorrendo a gente praticamente todo ano, cobrando da Secretaria de Trânsito e Transporte, a colocação de placas, cobrando da prefeitura a colocação de placa, porque ainda quem mora na cidade, mais ou menos ainda conhece, dependendo do lugar que ele vai, não sabe onde ele está indo, porque não tem placa com nome de rua. E, vira e mexe, a cobrança, [com a desculpa de que] “não, nós estamos, vamos providenciar”, [mas] colocam uma ou duas e para, é difícil, além do que, [...] seria excelente que qualquer pessoa pudesse ver lá o nome do Fulano de Tal, nome, e ter um breve histórico, muito curto, mas dizendo quem é a pessoa, [...] tem que incentivar ideias a respeito disso e que a gente possa viabilizar financeiramente para que seja implantado. Sim, inclusive uma das ideias [...] é realmente de ter em cada edifício, [...] ter lá em cada placa uma descrição, mínima que seja, de conhecimento de quem é aquela pessoa.

Enfatiza a necessidade de haver tais referências em pontos de interesse de nossa história.

Tem pontos, que ela merece ter lá um breve histórico para até vender essa imagem para quem vem visitar a cidade, saber onde é que está, saber quem foi aquela pessoa e assim por diante, o local, o que aconteceu nesse local, [...] porque [...] não [se] imagina alguém que chega para visitar, [deseja saber] mas quem é essa cara, o que é isso aqui, onde é que nós estamos, é realmente, então, essas falhas. [...] [Mas] tenho certeza agora nesse trabalho, vai chamar a atenção para uma série de coisas que nós estamos discutindo aqui, que você está levando e que vai servir de subsídio para melhorar todo esse aspecto.

Inquirido acerca da inexistência de ruas em homenagem a Rozendo e Manuel de Brito, ou de Wallace Leal Valentim Rodrigues, concordou com o fato, recordando que mesmo o Conde do Pinhal, que tanto fez por Araraquara (SP), não é nome de rua.

Exatamente. Isso já foi abordado inclusive por um jornalista uma época, eu pedi que, se conhecesse alguém da família, que trouxesse alguma documentação para a gente

dar andamento ao processo. Agora também como é um caso [...] muito antigo, não sei nem se vai precisar, se precisaria o atestado de óbito, porque até de livros históricos [...] a gente possa solicitar isso pelo Executivo.

Foi lembrado o Teatro Wallace Leal, que é de tamanho bastante reduzido, utilizado para reuniões de artistas e peças simples.

Ele é usado, é pequeno mesmo como você falou, do lado aqui da antiga Filosofia, antigo IEBA, atual Casa da Cultura, é vizinho, faz parte, inclusive você entra pela quadra de esportes ali, você tem acesso ao teatro, tanto pela avenida quanto pela quadra, mas ele é pequeno no seu tamanho, não tem como aumentar [...] porque não há mais espaço físico, mas ele é usado muito para reuniões para parte artística. Ele é usado dentro da capacidade. Peças simples, poucas pessoas, uma juventude reúne lá, alguma coisa para idoso, para juventude, coisas médias e pequenas .

Refere-se, também, à Chácara Sapucaia, afirmando que pretende propor a criação de uma semana com o nome de Mário de Andrade, que lá escreveu Macunaíma. Recorda a criação da Bienal de Xilogravura, pois Lívio Abramo foi precursor de tal arte e é araraquarense.

Aliás não sei se teve ou não, mais no passado, eu desconheço também, mas é uma forma, porque agora você sabe que a casa, lá, está com a UNESP, a UNESP que toma conta, mas é questão agora de a gente propor isso [...], combinar com o pessoal da cultura e propor, é questão de relembrar, sempre, a memória de pessoas importantes que passaram por aqui ou que foram daqui. É, aqui mesmo, semelhante a isso, nós criamos a Bienal da Xilogravura, do Lívio Abramo, que é daqui e foi um precursor dessa arte [...] e esse ano, por exemplo, aconteceu a V Bienal e vem gente inclusive internacional, vem gente de tudo quanto é lugar expor; agora foi um pouco mais acanhado, da outra vez foi no Teatro Municipal e aí teve grande repercussão, mas agora também aconteceu.

As áreas de entorno, com os prédios tombados, vivem o dilema de que o poder público não tem recursos para revitalizá-los e nem os proprietários se disponibilizam a investir neles. Esses espaços ficam, portanto, cada vez mais, degradados.

Com certeza, como a Matriz é tombada, a Estação é tombada e o município praticamente congelou essa região toda, essa quadra desde a Rua Três aqui até lá embaixo em frente à Estação. [Não] se vê reforma, [...] ninguém pode mexer [...], realmente a rigor está tombado esse quarteirão, ninguém pode derrubar aqueles prédios velhos e fazer um novo. O certo era revitalizar; como não há dinheiro público e não há interesse do proprietário, porque ele não pode, ele teria que recuperar o prédio e dar uma ocupação [...], mas teria que ter um plano de chamar os proprietários, fazer uma proposta [...], talvez algum incentivo do próprio governo para que se recuperasse, [...] revitalizasse toda essa área, que está degradada.

Reclama da falta de planejamento para o setor de conservação e de que as pessoas não têm tempo para se envolverem em projetos desse tipo: deveria haver maior envolvimento da população e a existência de planejamento específico por parte da Prefeitura.

O próprio projeto do Parque dos Trilhos [...] está aí, dezesseis, dezoito anos batalhando, [...] a gente consegue fazer algumas reuniões, [...] estamos juntando pessoas e dando caráter oficial e global da cidade, a prefeitura participa, mas as pessoas vêm e dão um palpite, uma opinião e vão embora, eles têm os afazeres deles. É difícil você ter alguém que vá realmente se dedicar como nós fazemos quase que dia-a-dia [...]. Eu fiz questão de contratar uma arquiteta, para que nos auxiliasse

[...]. Isso vale para tudo, a prefeitura [...] podia ter um planejamento para essa área, mas [...] ninguém tem tempo para nada[...]. A pessoa de planejamento [...] tem que ter numa sala isolada, [...] antevendo o que pode acontecer e planejando [...] para que se desenvolvesse alguns projetos desse tipo.

Acerca do turismo, lembra que Araraquara se descuidou ao não ter uma locomotiva a vapor. Há grande dificuldades: por exemplo, o Parque do Basalto (de onde veio a maior parte das lajes com que as calçadas foram feitas – contendo sinais de dinossauros), que estava no setor privado, foi devolvido para a Prefeitura, que também está sem recursos.

A locomotiva nossa, aqui que seria uma da bitola estreita, da EFA, mas está operando lá em Jaguariúna, [...] então muitos turistas vão lá para andar com a Maria Fumaça. E nós estamos aqui, tentando recuperar duas locomotivas, recuperar por fora só, porque por dentro não tem como mais recuperar (uma locomotiva elétrica e uma a diesel, uma da Paulista e outra da EFA), com mais dois carros de passageiros. É uma dificuldade tremenda porque recuperar uma locomotiva dessas é 800, um milhão de reais, não é dinheiro fácil. Aí você pega o país que sucateou a empresa, a FEPASA, fechada assim do dia para a noite, então jogaram tudo fora, um monte de documentos, [...] queriam fechar [...] e passar para a iniciativa particular; quem assume quer ter o dinheiro dele, o lucro dele [...]. Então passa um maçarico em tudo e é difícil você recuperar, isso como um exemplo só, mas Araraquara é muito voltada para o turismo, nós temos já um centro de eventos que comporta mil pessoas, muito bem instalado, dá para incentivar essa parte, também a parte mais antiga nossa aqui da cidade mesmo que alguns pontos turísticos; [...] um deles seria o que estava com a UNIARA, [...] que entregou para o município, Parque do Basalto, que está lá, crescendo o mato, está meio abandonado, a prefeitura [...] está com dificuldade [...] para colocar em operação.

Insiste sobre o fato de que Araraquara (SP) não possui mais um exemplar de locomotiva a vapor, as chamadas “Maria Fumaça”, que existia uma, junto à antiga sede da EFA, que foi recuperada, mas está, hoje, em Jaguariúna (SP). Revela haver, em Brasília, plano para nos dotar de um trem de passageiros turístico.

É, pelo que eu sei, já nem existe mais Maria Fumaça, também perguntando aqui para o pessoal da ABPF, da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, que inclusive ela é proprietária daquela locomotiva nova, porque ela foi passada do governo para ela, lá atrás, e foi recuperada [...], mas que eu saiba já nem tem mais da bitola larga, esse tipo de locomotiva. Mas independente de ser uma Maria Fumaça, [...] não tem mais trem de passageiros. Então existe um projeto, lá em Brasília, de você por até uma a diesel com carro de passageiros e você poderia ir até Bueno [de Andrada]¹³⁵ ou, num primeiro instante, até o Parque Pinheirinho e [...] uma integração com ônibus [...], fazer um projeto de um passeio turístico, [...] talvez parando em alguns pontos, vendo a cidade. [...] Ela [locomotiva a vapor] estava ali [junto à sede da EFA], dali foi para [...] a antiga Villares [...] para fazer a recuperação, fizeram a recuperação dela e trabalhou um pouquinho aqui [...]. Fizeram um terceiro trilho aqui que já era bitola larga, [...]e ia e voltava ali perto da estação, aqui perto da [Avenida] Feijó e no fim, como o prefeito andou brigando com o pessoal da ABPF, acabaram tirando do museu [...] grande parte do acervo (era deles), tiraram e levaram. [...] Foi até na época [do] prefeito Edinho [...] essa briga e o prefeito inclusive fazendo uma bruta de uma escadaria, [...] no saguão de entrada [...], para subir no andar superior [...], uma escada metálica dentro do saguão [...]. E acabamos vendo que aquilo era uma aberração dentro de uma estação tombada, colocar uma escada daquele tipo.

¹³⁵ Distrito de Araraquara (SP), a noroeste da cidade, distando dela cerca de 17 km.

Assinala que deveria haver mais material ferroviário no Museu, sendo que, frequentemente, os ex-ferroviários trazem algumas peças, muito pouco, porque, quando do fechamento da ferrovia, muita coisa foi lançada fora, além de saques de pessoas interessadas.

Com certeza, vira e mexe, na semana do Dia do Ferroviário, a gente solta uma campanha, pelo menos pega os ferroviários antigos, quem tem algum material que traga e de pouquinho em pouquinho traga uma coisa, [...] mas muito pouco, porque o que nós tínhamos que ter feito era, [ao] fechar a ferrovia, [...] reter o que é de importância e, o que não é, [...] jogar fora, [...] jogaram praticamente tudo fora. Então se perdeu muita coisa além de saques de pessoas que levaram. Mas de quando em quando tem que ter realmente essa campanha para a gente melhorar o acervo.

Reconhece o fato de que os museus, em Araraquara, fecham nos fins-de-semana, atribuindo o fato à legislação trabalhista, cabendo ao Executivo resolver a questão, mas que os museus deveriam ter outras atrações, outras atividades, dando como exemplo o Museu Ferroviário.

Eu já questionei, é porque [...] não podemos pagar hora extra, [...] [para poder abrir] no fim-de-semana, [quando] as pessoas não estão trabalhando e que possam acessar ao museu e assim por diante. Essa mentalidade que é difícil e diz respeito ao Executivo, apesar de a gente [...] reclamar [...]. Mas temos realmente cinco, seis museus aí que, com certeza, contemplariam atração turística, mas você tem que trazer, por exemplo, [na] Estação Ferroviária, [...] ter lá uma lanchonete funcionando ali onde era a [...] da estação, [...] colocar uma iluminação adequada, por exemplo, à noite [...], ter um atrativo maior, eventualmente ou constantemente, [...] ter alguma [...] coisa que atraia além da beleza do museu em si, de ver as peças antigas, que você tenha essa alimentação, tenha a parte musical, [...] até pessoas vestidas de caráter da época [...] contando a história como é que foi, como é que não foi.

Conclui que Araraquara tem memória, inclusive registrada em livros, filmes e fotos. Todavia, falta sua exposição, sua divulgação.

Tem memória, não deixa de ter memória, não só memória, tem memória registrada inclusive em filmes, em livros, a gente tem duzentos anos de história, então tem muito. Você pega aí a parte fotográfica, principalmente, e alguns livros de historiadores, alguns deles, não deixa de ter a memória, mas ela tem que ser mais exposta, como você lembrou.

5 - Inayá Bittencourt e Silva

Principais itens enfocados: Ináh Perez Bittencourt, Britos, antigo teatro municipal, *footing*, procissão do encontro, Padaria Perez, Ernesto Lia.

RESUMO: Conta a história de Ináh Perez Bittencourt, sua irmã, inspiradora e consultora de Wallace Leal no filme “Santo Antônio e a Vaca”. Araraquara não é uma cidade politizada, no bom sentido, e possui uma memória desvirtuada. Refere o episódio dos Britos. Declara-se horrorizada com a demolição do antigo teatro. Explica o *footing*. Participou uma vez da procissão do encontro. Recorda da lendária Padaria Perez, que era da família. Tem grande ligação com o pintor Ernesto Lia, que ganhou um prêmio internacional com o seu retrato, relatando que a situação dele, atualmente, é de abandono.

A Doutora Inayá formou-se, inicialmente, em Ciências Sociais, tendo obtido o título de doutora com um trabalho sobre o racismo silencioso na escola pública. A seguir, cursou Pedagogia, além de se formar em Matemática. Atualmente, é professora aposentada do ensino secundário, como supervisora, mas continua lecionando no curso superior da UNIARA, onde ingressou como professora de matemática e, depois, de Estudos de Problemas Brasileiros. Já lecionou na Universidade Mackenzie, na UNESP de Araraquara, tendo sido criadora do ITES – Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior.

Recorda-se da irmã, Ináh Perez Bittencourt, que foi uma das inspiradoras, em termos de fornecimento de dados (era também bibliotecária) para o filme araraquarense “Santo Antônio e a Vaca”. Conta a história da irmã, que viveu muitas peripécias, começou a fumar desde pequena, foi a primeira mulher a tirar brevê de piloto em Araraquara. Depois, levando três pessoas num avião em que só cabiam duas, acabou caindo perto de Atibaia (SP), nunca mais gostando de avião. Trata-se de depoimento importante, sobre uma personagem quase desconhecida na história de Araraquara¹³⁶.

Declara que, em sua opinião, Araraquara não é uma cidade politizada no bom sentido, que os políticos não são confiáveis.

Diz que Araraquara “tem uma memória meio desvirtuada” e que os detentores do poder político fazem “coisas terríveis”.

No sentido de, por exemplo, um fato histórico, desvirtuam [...] os fatos, o que aconteceu. [...]. Por exemplo, o caso dos Britos, a história verdadeira deles não é conhecida, certo? Que eles têm, tiveram culpa, mas eles também foram [trucidados, linchados] [...] Então umas coisas assim. Agora, não sei se isso é de Araraquara, mas a gente sabe daqui, né? Porque, por exemplo, quem tem o poder político, pode fazer coisas terríveis. E distorcer as coisas, mudar, explicar de outra maneira. “Linchaquara”, exatamente.

Ouviu falar da romaria aos Britos: “nunca fui, nunca vi, mas sempre ouvi falar, isso sempre, sabia que existia isso, porque [...] foi um absurdo. Porque parece que eles tinham uma farmácia, era o tio e o sobrinho. E o político que criou caso, [...] e eles como criminosos”.

Declara-se horrorizada com a demolição do antigo teatro. Mas a reação contra o fato não foi muito efetiva.

Eu achei um horror, achei um horror [...] A minha formatura foi lá, do curso ginásial. A formatura da [...] Ruth Cardoso também, eu fiquei com ela na plateia, sabe? Foi assim, o chão levantava. É, porque era teatro, então tinha que fazer aquela inclinação; quando era baile, levantava, uma coisa impressionante, impressionante, as coisas eram muito bonitas, era assim um negócio muito bonito. [...] Houve [reação], mas assim, as pessoas não reagem, assim, não reagem com força.

¹³⁶ Ver APÊNDICE B (fls. 262) - Depoimento sobre Ináh Perez Bittencourt.

Explica o *footing*, acrescentando um dado diferente: que também era realizado de manhã, depois da missa.

Era a coisa que tinha depois do cinema, a gente tinha que dar a volta ali no *footing*, em frente ao Clube Araraquarense. Do lado de lá da calçada, [...], do lado do Clube Araraquarense mesmo, tinha movimento, mas fraco, mas era, sobe, desce, sobe, desce, sabe.... Ainda tem, faz tempo que eu não passo por lá, desde que eu tive o acidente de carro, não tenho saído mais, mas tinha um Café do Centro, [...] que tinha uma parte descoberta, tinha uma parte fechada do Café, depois as mesas ali no ar livre. [...] E então o pessoal, os namorados, ficavam ou os que pretendiam namorar, ficavam lá olhando e as meninas passando. Isso era à noite e de manhã também, depois da missa [...] das dez, mas bem mais fraco.

Afirmando que não se ligava muito a religião, conta que se lembra de ter participado uma vez da chamada procissão do encontro: “Eu participei só uma vez, minha mãe fez uma promessa e eu que tive que pagar. Sair descalça com uma roupa de anjo e [...] fiquei louca da vida, porque espinhei tudo o pé, foi uma procissão que puseram flores [no chão] e tinha espinhos”.

Recorda da padaria da família, a Padaria Perez, na rua “Nove de julho com a Barroso”.

A única coisa que eu posso falar é que, do que eu lembro da padaria, é que, depois que meu pai faleceu [em] [...] quarenta e três, [...], por aí, a mamãe que tomou conta da padaria e a mamãe sempre foi boa cozinheira, muito, muito. E ela tinha umas receitas muito boas, então ela fazia; tem gente que ainda fala, “ai, aquele aviãozinho, aquele pão Petrópolis”, sabe, ainda fala com saudade, eu também tenho.

Tendo grande ligação com o pintor Ernesto Lia (ganhou um prêmio em Paris, com o retrato pintado dela), descreve a situação atual do artista.

Domingo passado, eu levei o Ernesto para tomar sorvete, [...] o Ernesto está numa casa de repouso, eu estou nervosíssima com isso. Eu fui, me [...] indicaram a casa de repouso, fui ver, fiquei [...] horrorizada. Ele assim nem falava, [...], parecia que ele estava deficiente, mas não, era tristeza. Falei “preciso levar ele para tomar um sorvete, quando ele estava bom a gente ia tomar sorvete lá naquela sorveteria do Carmo”. [...] Eu fiquei sabendo pela [...] cuidadora dele, [...] que um dia ele precisou ser operado [...] e lá do hospital demitiram a guia dele, a acompanhante. Eu cruzava com ele quando eu ia no Banco do Brasil, ali na Rua Quatro, ela estava andando com ele, estava assim bem limitado, mas não nessa situação [...]. Você não pode imaginar a alegria dele, ele voltou a falar, tomou sorvete [...]. Na volta, quando parou lá, [ele perguntou] “que é isso aqui, onde nós estamos, o que que é isso aqui”, [...] como se estivesse [...] vendo o inferno.

Mostra seu retrato, na parede, que foi pintado por Ernesto Lia, continua se lastimando pela situação do pintor, enquanto conta alguma coisa da família dele.

É meu retrato. Ele ganhou prêmio em Paris [...] por esse retrato. [...] Porque Ernesto Lia está abandonado. Eu achei uma audácia [...] o fato de terem colocado ele lá, assim, sabe. Agora tem um primo dele, do Ernesto, primo-irmão, porque eram vários irmãos, o pai do Ernesto tinha vários irmãos. [...] É, tentaram uma vez uma fábrica, mas que não deu certo, mas o que eles tinham de bom, acho que era uma gráfica, [...] alguma coisa assim, isso foi importante. [...] Depois disso é que eles tentaram copiar a LUPO e acho que não deu certo. Mas esse primo dele de São Carlos, [...] é engenheiro e foi diretor da Estrada de Ferro Araraquara. José Savério Lia. [...] O pai

dele era dono da Farmácia São Geraldo, aquela da esquina da Quatro com a Feijó. [...] Savério era da turma da Ináh, era amigo do meu marido, aviador, aprendeu a voar com o meu marido. É padrinho dos meus filhos, temos assim muita ligação. [...] Pois é, acho que [vou] convidá-lo para vir fazer uma visita para o Ernesto. [...] É, mas eu tenho vontade de falar com o Savério, eu acho que preciso falar [...] “venha, vamos visitar o Ernesto” [...] Agora eu fico com medo de me envolver, mas eu acho que eu não posso [...], me dói a consciência, não posso ver o Ernesto assim.

6 - Isabel Pelegrino Brunetti

Principais itens enfocados: buracão do São Geraldo, lenda da serpente, *Shopping Lupo*, Britos, Matriz, estação ferroviária.

RESUMO: A primeira coisa que lhe vem à cabeça é o buracão do São Geraldo, tendo ouvido falar que era obra da serpente que habitava o subsolo da Matriz. Citou a Fábrica Lupo e seu relógio. Não gostava da estação ferroviária (atual Museu Ferroviário), pelo fato de que seu marido, ferroviário, se ausentava de casa pelo trem, só retornando semanalmente. Recorda da romaria ao cemitério dos Britos, no Dia de Todos os Santos. Nada sabe sobre o chafariz. O Museu Ferroviário não é significativo e diz ser a favor da volta da circulação dos trens. Afirma que o antigo teatro é melhor que o atual.

Dona Isabel, viúva de ferroviário, é mãe do entrevistado Anderson. Afirma que a primeira coisa de que se lembra, de Araraquara, é o buracão do São Geraldo (na verdade uma voçoroca situada onde hoje estão a UNIP e o Shopping Jaraguá), a noroeste da cidade, e que seria devida a uma serpente cuja cabeça estaria na Matriz.

Sim, a história que tem [...] é do buracão, não sei se o senhor ouviu falar. Pegava lá de baixo e vinha até na Rua 8. Né, é isso aqui que eu lembro bem. E bem profundo mesmo. Bem grande. Isso, onde [estão] aquelas duas pista, ali é onde era o buracão, antigamente, [...] lembro da Igreja Matriz´ também que eles até tinham comentado que o buracão ia dar lá na Igreja Matriz. [...] E depois [...] tampou tudo. Hoje são as duas pistas lá. Ia na Igreja Matriz, até falaram que era a cabeça de uma serpente, [...] que a cabeça estava na Matriz, que o buracão ia até lá.

Citou também o prédio da antiga Fábrica de meias Lupo, com seu relógio significativo, e a Estação Ferroviária, hoje Museu Ferroviário. Diz que não gostava dela, porque “levava meu marido embora” de trem, “parecia que o trem era contra a gente”.

É, tinha a Lupo, né. O prédio da Lupo. Isso sempre foi comentado, foi até uma pena sair dali, onde estava a Lupo, ir tão longe. E minhas sobrinhas, inclusive, todas as minhas sobrinhas trabalharam na Lupo, era bastante comentado. O relógio tem até hoje. Ó, daqui dá pra ver o relógio da Lupo. [...] A estação, ela é triste lembrança. [...] Ele [meu marido] trabalhava aqui nas oficinas. E depois ele foi trabalhar, um ano e oito meses [...], em São Paulo. Então ele vinha uma vez por semana. E esse bendito desse trem, dessa estação, que eu ia levar ele até a estação, esse bendito trem levava ele embora. Pra ir era rápido, mas demorava tanto pra voltar. Acho que o trem era contra a gente, ele demorava [...] pra voltar [...], pra trazer meu marido.

Sobre os Britos, recordou-se de uma romaria, quando era menina, todo ano, por ocasião do Dia de Todos os Santos, composta de pessoas a pé e conduções, até o local onde os

Britos foram enterrados. Na época, no local, não havia um cemitério, só onde os Britos haviam sido enterrados.

Sim, dos Britos. Muito falado também, muita romaria. Era romaria que tinha. Ah, ano assim não sei dizer pro senhor, eu era menina nessa época. Faz uns 60 anos mais ou menos. Eu tenho 65 anos. Faz uns 60 anos. Nossa, fazia romaria. Ia, vinha gente de fora, tudo pra ir. Vinham pessoas a pé [...] e muita, muita condução também, muito carro. Até houve um acidente lá, não sei se o senhor soube, [...], era uma estrada, não tinha asfalto, não tinha nada, e acho que a pessoa estava do lado de fora do carro, do caminhão, segurando na porta, foi imprensada numa árvore. Até ficou muitos anos lá [marcado] com [uma] cruz [...]. Mas tinha muita gente vindo, não sei se até hoje tem. Hoje deve ter, porque é muito movimentado e, naquele tempo, não tinha a questão de enterrar as pessoas lá, mas iam muitos visitantes. [...] Vinha, inclusive um tio do meu marido, ele vinha Dia de Todos os Santos, e dia 2 ele ia aqui no São Bento. Ele vinha mesmo, tinha bastante gente. Era terra.

Diz que a Matriz está sempre em reforma, jamais acaba. Afirma nada saber acerca do chafariz existente na praça defronte a essa igreja. Critica o Museu Ferroviário, dizendo que não é significativo e, em sua opinião, dever-se-ia voltar a usar o trem como meio de transporte, ao menos de carga. Chegou a conhecer o antigo Teatro Municipal, que afirma ser melhor do que o atual.

É, a Matriz é sempre [...] reforma, reforma e nunca saiu disso. Acho que até hoje. É, [a estação] hoje é um museu. Já fui visitar, [mas exhibe] pouca coisa. Por mim, voltam a rodar os trens [...] e tirar esses caminhões da estrada. Que é econômico, é menos perigo pras estradas, esses caminhões. Eu acho que seria uma excelente ideia voltar a rodar os trens. Não precisava ser de passageiro não, só trem de carga já era suficiente [...] pra tirar um pouco de caminhão da estrada. Ah sim, do teatro, onde é a prefeitura hoje. Cheguei a conhecer. Ah, era um bom teatro, melhor do que esse que tem agora. Tiraram para colocar a prefeitura, mas não sei porquê.

7 - João Batista Ditodaro (“Caçulinha”)

Principais itens enfocados: Teatro Municipal, Matriz, lenda da serpente, Britos, Linchaquara, Lupo, lajes da calçada com registros fósseis, Maestro José Tescari, buracão do São Geraldo, *footing*.

RESUMO: A maioria das lembranças de marcos urbanos foi-lhe transmitida pela mãe. Recorda das apresentações no antigo teatro, seus mecanismos e do movimento contra sua demolição. Lembra-se da construção do atual prédio da Matriz e que o pai escreveu uma mensagem colocada na pedra fundamental. Refere-se ao chafariz e à águia e que a lenda da serpente é folclore puro. Refere-se aos Britos e à persistência da fama de Linchaquara. Trabalhou na Lupo e viajou muito de trem. Foi amigo dos netos do Maestro José Tescari. Anota a existência de pedras com sinais fósseis. Diz que a Rua Cinco causa transtornos com os oitis. Foi contra o estreitamento das ruas, por causa do trânsito. Refere-se à Rua Padre Duarte, com as calçadas diminuídas só de um lado. Cita o buracão do São Geraldo e a AFE. Recorda o costume de se sentar em cadeiras nas ruas e do *footing*, que tinha um serviço de autofalantes, onde muitos aprenderam a ser locutores. Recorda o costume da mãe em preparar “cambuquira” (flores de abóbora com fubá), em tempos difíceis.

Tem 77 anos e, apesar de já ter retirado parte dos intestinos e um rim, de estar aposentado desde 2004, continua trabalhando e jogando futebol. Personagem muito conhecido

na cidade, o entrevistado é araraquarense, mantendo, até hoje, uma loja de locação de vídeos, “a primeira do interior do Brasil”, desde os anos 1980. Foi um pioneiro na projeção de filmes na cidade e região. Seu estabelecimento situa-se no estratégico local – ao menos em termos de memória araraquarense – situado na Rua Padre Duarte, entre as Avenidas Brasil e Dom Pedro II, próximo à icônica Matriz de São Bento, na mesma calçada e a poucos metros em que se localizava a loja Texidal, de que Wallace Leal Valentim Rodrigues foi sócio com o irmão mais velho. Herdou o apelido de Caçulinha do pai, “Seu” Amadeu, falecido, que foi obrigado a abandonar a profissão de alfaiate – face à invasão das roupas produzidas industrialmente – para abraçar a de vendedor de bilhetes de loteria (não sem antes tentar a venda de revistas): como era o mais novo na nova atividade (em que se destacou vendendo vários bilhetes premiados) ganhou a alcunha. Posteriormente, abriu uma loja lotérica, e verificando a mesmice do nome das demais (como “A Preferida”, “A Predileta”, “A Favorita”), batizou a sua com o próprio apelido, “Caçulinha Loterias”, fato que acabou por difundir ainda mais a alcunha.

Quando abriu a locadora de vídeos (também com venda de revistas), batizou como Caçulinha Revistas e Vídeo. No início do governo Sarney (1985-1990), remando contra a maré de aplicar em *overnight*, tomou empréstimo e construiu o prédio onde se encontra atualmente.

É significativo notar que muitas das histórias acerca dos marcos urbanos que o entrevistado refere foram-lhe contadas pela mãe.

Lembra do antigo teatro municipal, da apresentação do tenor Tito Schipa e outros cantores famosos. Impressionava-se com o mecanismo que fazia o palco do teatro movimentar-se para cima. Recorda-se do movimento que houve em favor do prédio, mas afirma que, com o tempo, tudo se “acomodou”.

Era famoso, porque ele tinha um mecanismo, levantava, subia, uns negócios assim, sabe? Tinha uns mecanismos [...]. Eu lembro que até o Tito Schipa veio. Que era um cantor italiano. [...] Veio um monte de cantores famosos, atração, né? As cortinas parece que eram importadas. E eu lembro que houve uma manifestação aí em torno dele, quando foram derrubar para fazer outro teatro, o pessoal deu contra, porque era histórico. Teve movimento, mas era difícil, o povão, por mais que ele faça movimento, os políticos sobrepõem, sabe como é? É coisa de madeira tudo em volta, sabe? [...] Eu não lembro muito bem da coisa. Eu sei de quando tinha e houve essa reação, do povo. Mas no fim, depois, já tudo se acomoda, né?

Diz que a atual Matriz começou a ser construída em 1.954 (e inaugurada em 1958), recordando o nome do construtor. Sendo que o pai do entrevistado, calígrafo, escreveu mensagem que foi deixada junto com a pedra fundamental. O entrevistado, posteriormente, também abraçou a arte da caligrafia, ensinado pelo pai.

Olha, em 1.954, foi quando começaram a construção, foi o compadre Orlando Garcia da Silveira. E o meu pai era calígrafo. Ele tinha aprendido caligrafia no De Franco por correspondência e tenho uma vaga lembrança quando foi colocada a pedra fundamental. Quem escreveu isso aí foi meu pai.

Refere-se à presença da figura da águia na praça da Matriz e diz que a lenda da serpente “é folclore puro” e que, logicamente, não existe tal fato, mas não se lembra de muitos pormenores sobre a história ou sua origem, mas que sua mãe fazia referência a ela.

E a minha mãe contou que tinha um tal padre Cesarino que era um vigário aí. Diz que ajoelhou, amaldiçoou, aquelas história toda, [...] da morte dos dois [Britos]. [...] Eu acho que é muito folclore ali também. Agora, como eles eram mais velhos, eles contavam para gente e passavam isso. [...] Porque ali eu tenho um filme [...] um dos Barbieri que fez esse filme e mostra as coisa dos Britos [...] o que aconteceu realmente, sabe? Essas coisa de linchamento e tal. [...] É o último que foi feito aqui sobre Araraquara.

O episódio dos Britos também foi-lhe contado pela mãe.

A história dos Britos? É. A gente ouve, eu ouço o que minha mãe contou. Porque foi o seguinte, aqui [...] era uma farmácia, aqui pegado à Igreja [...] E o atrito todo foi aí na farmácia. Ouvei falar que o cara era jornalista, né? E escrevia coisas, porque tinha o coronel Antônio Joaquim.. Então, começou coisa de política e em uma discussão lá, um acabou matando o outro. Aí parece que eles [...] pegaram esse rapaz e mais o dono da farmácia, né. E lincharam. Foi um linchamento [...], tanto é que Araraquara ficou um tempo aí com o nome de Linchaquara. Porque o coronel lá, o Carvalho lá, era o “dono da cocada” aqui. Porque era tudo nomeado, e aí tinha essas coisas de manda-chuva, porque o cara mandava, punha os capanga pra resolver os problemas. Tudo próprio da época. Tem o cemitério. Que foi criado. O cemitério dos Britos era separado do São Bento aqui, você vê que era [...] um pária. Eles eram pária da sociedade.

Como já se referiu, o nome Linchaquara persistiu no estado de São Paulo, até mesmo nos “anos sessenta e tantos”, quando o entrevistado foi assistir um jogo da Ferroviária em Bragança Paulista, quando ouviram, em provocação, entoarem o nome “Linchaquara”.

Eu me recordo que nós fomos uma vez [...] em um jogo da Ferroviária, em Bragança Paulista. Foi eu e meu pai. Meu pai era um fanático torcedor da Ferroviária. Fomos juntos e os caras começaram com [...] umas tabuinhas [...] “Linchaquara”. Aí deu um “guizo”, quase queriam virar o trem, aí foi em sessenta e tantos. Quando a Ferroviária caiu, em sessenta e seis, eu acho. [...] Ah, a gente entrou lá no estádio e os caras, lá: “Linchaquara”, “Linchaquara”. E ficou [...] uma má fama.

Numa determinada época trabalhou na fábrica de meias Lupo, durante oito meses, mas não se adaptou, pois o serviço era noturno.

Utilizava muito o transporte por trem, principalmente entre Araraquara e Santa Lúcia e Américo Brasiliense, onde arrendava cinemas – atividade que deixou por causa da decadência do uso de tal tipo de espetáculo, por volta dos anos 1960.

Lembra-se de ter ouvido falar do Maestro José Tescari, até porque foi amigo dos netos dele. Onde hoje está o MAPA, era a casa onde moravam. Refere-se às lajes da calçada

em Araraquara, com sinais de fósseis de dinossauros e externa sua opinião sobre a Rua Cinco, dizendo que, devido à presença dos oitis, há muita sujeira e entupimento de calhas.

Já ouvi [sobre o Maestro José Tescari]. Isso, eu tinha amizade com os netos dele, [...] era aqui onde hoje é o museu, era ali que eles moravam. [...] Foi a moradia dele. Isso aí [lajes com marcas de dinossauros] foi colocado posteriormente, foi achado aí no Rio do Ouro, sei lá onde. [...] Tá no museu. E aqui fora, nas calçadas da Rua Cinco, aqui, é uma tradicional. [...] Preservada, [...] eu acho que tem muita árvore lá. Faz uma sujeira do caramba nos carros. E cada vez, cresce mais. Entope calha. Eu não sei até que ponto que deve conservar isso aí. E não sou muito fã dessas coisas.

Afirma que liderou um movimento contra a implantação de área azul, de cobrança de estacionamento pela Prefeitura, porque diminui o movimento do comércio: defende que o espaço em volta do Jardim da Independência (antigo Jardim Público), deveria ser modificado e destinado a estacionamento dos carros em diagonal. Diz que, no Jardim, já há muitas calçadas internas, o que não prejudicaria os transeuntes. Compara com a Rua Padre Duarte, a qual, como outras da cidade, teve calçadas estreitadas para dar maior facilidade aos automóveis¹³⁷ – com uma particularidade, que é ter sido estreitada somente de um lado.

Agora [...] é um desperdício esse coisa aqui de estacionamento. Porque ninguém passa na calçada e [...] olha a incoerência, essa aqui não tem calçada. Por quê? Não previram. [...] E do outro lado tem. Então, o que eles fizeram? Ali bem rente [à outra calçada da Rua Padre Duarte] tem uma, da Telefônica, uma galeria. [...] Põe as coisas, cabo telefônico, essas coisas. E desse lado não puseram [...]. Na hora de tirar, eles não puderam tirar onde estava a galeria. Aí tiraram deste lado. Quer dizer, eu acho uma burrice, porque não ia alterar nada a calçada deste lado, esses vinte centímetros a mais, vinte a menos, não faz diferença nenhuma. [...] Porque a rua [...] é desse jeito. [...]. Então, ficou a rua Capilé¹³⁸, porque tem um braço só, o Capilé [...] eles brincavam ainda, eles apelidaram essa rua. Porque ele tinha um braço só, né? Foi técnico da Ferroviária. Então, ele mesmo tirava “sarro”.

Refere-se ao buracão do São Geraldo: “Ali [...] tiveram que aterrar tudo. Foi na época do Rômulo Lupo, se não me engano, que fez tudo, aquelas mudança [...], é onde é a igreja [...], tudo aquilo ali [...] era tudo [...] morro e de buracos.” Para ele, também é significativa a lembrança da Associação Ferroviária de Esportes – AFE, do qual era sócio, como o pai, sendo proprietários de cadeira cativa no estádio. Lamenta a perda da identidade do clube com a cidade e que não se revelam mais bons jogadores, o que ocorre em todo o Brasil.

Quando o meu pai faleceu, eu vendi a dele. [...] Ainda salvei alguma coisa, senão, eu ia perder as duas. Agora, não tem cabimento. Os caras te vendem um negócio e, depois, não compensa de alguma forma? Simplesmente sumiram. Agora, hoje, quem são os donos da Ferroviária? A Ferroviária era um clube de Araraquara, hoje, virou um clube “privê”. [...] Não tem um time, [...] só joga uma vez por ano para

¹³⁷ O estreitamento das calçadas deu-se no segundo mandato do prefeito Waldemar de Santi (1989-1992)

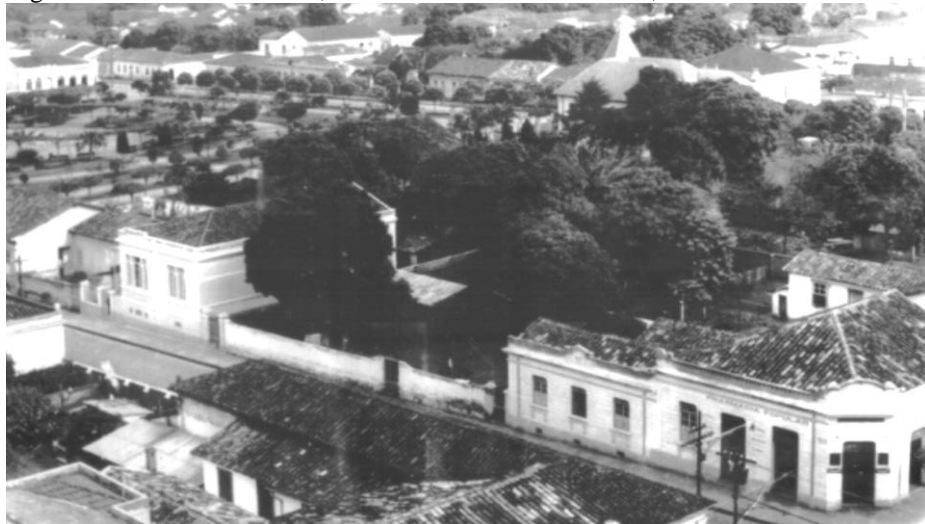
¹³⁸ Capilé (Clóvis Van Dick – 1916-1992) foi técnico do time de futebol da Ferroviária em 19955, 1956 e 1963. Perdera o braço esquerdo, amputado após um acidente com choque elétrico (fonte: Blog Ferroviária em Campo).

participar do campeonato paulista. E ainda quando dá. [...]. Mas, senão, nem isso [...], aí ficou um negócio “xoxo”. Aliás, acabaram com o futebol do interior. Não só de Araraquara. Ninguém mais revela jogador. O próprio Brasil, hoje, decaiu. Porque [...] não revela mais ninguém. Então, as coisas vão mudando.

Na infância e adolescência (anos 1940, 1950), quando morava no local onde hoje mantém a locadora de vídeos, havia mais contato com os vizinhos, incluindo o costume de se sentarem em cadeiras nas calçadas e as crianças brincavam, correndo. Um árabe, dono de uma loja vizinha, tinha um projetor e passava filmes na parede da calçada oposta.

Eu lembro, assim, outra coisa que mudou muito, a vizinhança. [...] A vizinha gritava: “Ó, menino, vem comer esfiha, vem comer não sei o quê”. Ela fazia as comidas árabes. [Colocavam cadeiras] na calçada e a meninada ficava brincando na frente, correndo [...]. Lembro que o pai [...] tinha [...] um projetor, ele passava filme, [...] projetava lá no outro lado da rua. Aí passava um ônibus na hora e interrompia.

Figura 144 – Rua Pe. Duarte, entre Avs. Brasil e Pedro II¹³⁹, em 1923.



Fonte: acervo de João Batista Ditodaro

Figura 145 – O mesmo trecho, hoje: a primeira loja à direita é a locadora de Ditodaro.



Fonte: acervo do Autor.

¹³⁹ A foto, pelo ângulo, deve ter sido tirada da torre da Matriz. Nesse trecho, o entrevistado passaria a infância e a adolescência. Na idade adulta, teria ali os seus negócios.

Outro costume recordado é o denominado “fute” (*footing*): movimento praticamente diário, nas ruas 2, 3 e 4, mas principalmente na 3, porque ali estavam os cinemas. No serviço de autofalante, muita gente aprendeu a profissão de radialista. Diz que houve um gerente de banco que entrou com um processo contra o barulho.

O fute foi um negócio assim que, acho que mais deu casamento aqui em Araraquara [...] Interrompia o trânsito na Rua Três. [...] Tinha o Café Municipal [...], na São Paulo, era geralmente o movimento, [...] tinha o Cine Paratodos aqui e o cinema Odeon, de cima. Depois, mudou para Cine Capri e Cine Veneza. É que o pessoal frequentava. [...] Às vezes, saía de um cinema e ia pro outro, tinha seções diferenciadas. E os homens ficavam na rua e as meninas passavam na calçada. Aí tinha as paquera. [...] Olhe, deu muito namoro e deu casamento também. Tinha ali na praça o serviço de autofalante que, depois, parece que um gerente de banco [...] entrou na justiça para proibir. Aí fechou a “Araraquara Repórter, Voz Sonora das Esplanadas”. O pessoal oferecia música [enquanto] acontecia o fute. Tocava a música, anunciava propaganda, como se fosse a rádio. [...] Eu não sei se fazia segunda, porque terça-feira é a seção das moças. Geralmente era quase todo dia. Era diferente, era movimentado, o Café Municipal era muito movimentado. Até hoje, é o Café Municipal ali. [...] E subindo [...], também tinha café na pracinha e [...] vários bares. [...] Então, o pessoal ia para o cinema e, era costume, saía do cinema e ia [...] comer cachorro quente e tomar vitaminado com abacate. Anos 1950, 1960. [...] O pessoal passava ali, e ficava tudo ali em volta. [...] E era a vida da cidade. [...] Fechava o trânsito ali. Todo dia. Porque tinha movimento, de noite, uma que também tinha pouco automóvel. Os caras passavam do lado. Subia a Rua Dois e a Rua Quatro. A Rua Três, especificamente, onde existe cinema, tinha [...] esse problema das ruas ali em frente, onde [...] ficava o serviço de autofalante. [...] E tinha muita gente que foi locutora de rádio e aprendeu a profissão ali. Depois, que passaram para a rádio. [...] Porque tinha vários caras que viraram repórter.

Na infância, passou por momentos difíceis. A mãe, então, plantava abóbora e, com as flores, preparava a “cambuquira”, cozinhando as flores com fubá. A mãe mandava não contar para ninguém e não pedir nada, o que ensinou os filhos a enfrentar a vida.

Uma luta difícil [...] uma fase difícil da vida. E minha mãe era enérgica, sabe? (risos). Eu lembro de uma vez que ela plantava aqui no fundo, [...]. abóbora. Ela tirava as flores de abóbora para fazer cambuquira, [...], fazer um angu, com fubá e falava: “Não é para falar nada para ninguém e nem pedir nada para ninguém”. [...] Eu gostei, porque [...] ensina a gente ir à luta e não pedir nada para ninguém. [...] “Vocês não estão doentes, vocês [...] são sãos, vão trabalhar, vão se virar”.

8 - José de Campos Machado

Principais itens enfocados: antigo teatro, Maestro Francesco Ferri, Matriz, decadência das artes em Araraquara.

RESUMO: Era cantor de ópera, apesar de ter-se formado dentista. Elogia o antigo teatro municipal e lamenta sua demolição. Cita o Maestro Francesco Ferri como motor do canto na cidade. Acredita que um dos fatores da decadência das artes na cidade foi o tempo decorrido entre a demolição do antigo e a construção do novo. Recordava-se do prédio anterior da Matriz e que o novo está sempre em obras (na demolição do anterior “sumiram” um lustre e o órgão). Diz estar havendo um ressurgimento da arte em Araraquara. O novo teatro é bom, mas não se compara ao antigo.

José de Campos Machado, formado em odontologia e dedicado ao canto operístico, valoriza o teatro demolido, que era “antigo e maravilhoso”, lá também se levando óperas e que ele ficava “passeando naquela boca-de-cena espetacular”. “Nós temos muito de nós voltado ao teatro, ao ex-teatro, [...] foi um pecado ter sido demolido.” Para as montagens, o patrocínio vinha de Rio Claro e de Piracicaba, respectivamente, da “Caracu e da Caninha Tatuzinho”. Provocado pela entrevistadora, dá sua opinião acerca do fato de que Araraquara, que já teve uma vida cultural agitada, não se apresenta mais assim, assinalando, entre outras, como uma das causas, o hiato entre a demolição do antigo teatro e a inauguração de outro, cerca de vinte anos. Refere-se ao maestro Ferri que, mesmo praticamente cego, continuou a dar aulas. O grupo conseguiu-lhe “um contrato junto à Prefeitura”, mas a remuneração era de tal forma aviltante, que ele foi para Tatuí (SP).

Recorda do prédio da Matriz, anterior ao atual, sendo que ela está sempre em obras e se refere a um enorme lustre de cristal e a um órgão que “sumiram”, sendo que este último estaria em Itápolis (SP).

Mas eu me lembro que já com doze, treze anos, olha, eu entrei no coro da Matriz, Matriz de São Bento, que hoje também já não existe mais; quem for ouvir vai pensar que eu tenho setenta e dois anos, já tá quase isso, mas o Mário tá rindo, mas na realidade nós tínhamos a Matriz aqui, que foi praticamente demolida e foi, tá sendo feita até hoje, vai levar muito tempo pra ser consertada. Mas naquela época era uma igreja menor, mas muito bonita, cheia de afrescos nas paredes, no teto, coisas lindas, tinha um lustre de cristal que misteriosamente (ainda estava falando outro dia sobre isso) sumiu. E nós temos um órgão de tubo que depois foi... existem algumas passagens que é que talvez nem bom citar, mas enfim... É, mas de qualquer forma o pároco daquela época, o padre, acabou doando ou vendendo, eu não sei bem qual foi a tramitação aí do negócio, pra Itápolis [...] eles têm um órgão daqueles bem, uma daquelas coisas lindas e um dos sons mais sublimes que já ouvi. Lá eles foram mais espertos do que nós. [...] E se não me engano ainda toca, é possível, porque foi reparado, [...] e as coisas necessárias que foram reparadas, e hoje está lá na igreja.

Cita o maestro Francesco Ferri que contribuiu muito para a arte do canto, em Araraquara, que veio para cá, embora aqui não fosse o seu destino:

O maestro Francesco Ferri aportou aqui em Araraquara, né?. Ele é húngaro de nascimento, estudou na Itália, na Hungria também, veio [...] pro Brasil, primeiramente se localizou em Santos, ele tinha um lugar lá onde ele dava aula aos alunos de São Paulo [...], depois [...] ficou residente em Piracicaba. E um dia, indo para [...] São José do Rio Preto, [...] onde ele tinha uma aluna de canto que teve aula com ele lá em Piracicaba, ele passou por aqui porque alguém disse a ele que Araraquara tinha um celeiro de vozes, de gente que gostava, e ele resolveu parar. [...] Quando ele chegou na estação de trem, [...] falava bem porque já estava aqui há algum tempo [...] No salão aqui que era do Colégio Progresso [...] tranquilo, longe do movimento e pegou um ou outro e tal e começou e, segundo ele mesmo, ficou encantado. E nós começamos a ter aula. [...] Eu comecei a ter aula com o maestro, na metade de 1966 ou por aí. [...] Só copiando, ou seja, você tem que tá no tom pra dar já a entrada pro tenor que já é o início da ópera, lá mesmo, que você gosta, né, Mário?, e conhece tão bem, é com o barítono começando e o tenor em seguida, que quadro maravilhoso. [...] E nós ficamos tão envolvidos com esse homem que ele era um bruxo, um bruxo no bom sentido, um mago.

Sobre a decadência das artes na cidade, há um ressurgimento, sem citar nomes:

Nós precisaríamos fazer realmente uma retrospectiva, fazer uma pesquisa pra saber porquê. Mas, talvez, [...] aquela época que nós tivemos praticamente oprimidos pelo regime de 64, até durante mais de vinte anos, a falta do teatro, do tempo que durou pra ter um outro teatro. Acho que uma série de coisas que acabaram, solapando ou pelo menos desviando isso aí, porque nós temos ainda viu, Dulce, até hoje tem, e tem grupos variados. Temos grupos de teatro amador, temos instrumentistas bons, nós temos cantores bons, nós temos tanto no lírico quanto no popular, tanto no erudito quanto no popular. Nós temos solistas, tanto em orquestra como em canto.

Refere-se ao fato de que, “nessa época quem patrocinou” foram “Caracu, foi de Rio Claro.[...] e Tatuzinho, de Piracicaba”. Acerca do novo teatro, declara que “é muito bom, mas não chega nem aos pés da acústica do antigo”.

9 - Luiz Antonio Alberto

Principais itens enfocados: Matriz, numeração das ruas, Britos, chafariz e praça, antigo teatro, *footing*, lenda da serpente, malhação do judas, trilhos, CTA, estação ferroviária, *shopping* Lupo, artistas, museus, Rua 5, referências, jogo de poder.

RESUMO: A Matriz é um símbolo da cidade, mas nunca acaba. Numeração de avenidas: para o sul, ímpares; para o norte, pares. Ruas têm números sequenciais, a partir da Zero. Britos é história conhecida de todos, mas têm um esquema que se repete. Não sabe da “Linchaquara”. Participava da romaria dos Britos. Lembra do treinamento do exército perto do cemitério dos Britos. Conhece o chafariz desde pequeno. A praça não mudou, mas o entorno está descaracterizado. Descreve o *footing*. Participava de bailes de carnaval no antigo teatro. Não se interessou pela lenda da serpente. Recorda da malhação do Judas, no sábado de carnaval. É a favor da retirada dos trilhos (que serão abandonados, como os ônibus elétricos), mas não sabe como se fará se os trens voltarem. Lamenta o abandono da estação ferroviária. Lupo é símbolo da cidade, como a Matriz. Conhece Ernesto Lia, mas pouco se lembra de Wallace Leal. Satiriza os museus fecharem nos fins-de-semana. A Rua 5 está abandonada. Não há cuidado com os jardins. Faltam referências nos nomes das ruas. O jogo do poder impede o trato da coisa pública: quem entra desfaz o que o anterior fez.

Luiz Antonio Alberto, de 72 anos, é araraquarense, tendo começado a estudar engenharia, mas abandonou o curso, em favor de um bom emprego na Cia. Paulista de Força e Luz - CPFL, como desenhista. Trabalhou lá por trinta anos e se aposentou em 1996, mas anteriormente montara a firma que hoje comanda, no ramo de plotagem e cópias, na Rua Padre Duarte, defronte à locadora de vídeos do entrevistado João Batista Ditodaro, o Caçulinha e, portanto, ao lado da Matriz. Acerca dela, afirma que é uma referência – na vida e nos lugares, sempre há uma referência – e um símbolo de Araraquara, embora nunca termine.

Porque é um ponto referencial, em todo lugar a gente tem que ter uma referência. Na vida, tudo quanto é lugar, você tem que ter uma referência. E a referência é a Matriz. Pena que, às vezes, foi cuidada mas não foi terminada por falta de alguma coisa que ficou. Mas ela é um símbolo de Araraquara. Produz. Então, o pessoal diz: tá aqui minha Matriz, não acaba nunca. Então, agora deram uma reformada, mas é um ponto, que eu falei pro senhor, no começo, é referência. Como o senhor tem uma referência, eu tenho, minha filha tem, todo mundo tem uma referência.

A seguir, explana sobre o sistema de numeração de avenidas e ruas, sendo que o número das avenidas é contado a partir da Matriz: para o sul, são números ímpares; para o norte, são números pares. Diferentemente, as ruas não seguem essa diferenciação e são numeradas a partir da Rua Zero, sendo que os fundos da Matriz (onde está o estabelecimento do entrevistado) é a Rua Quatro (Rua Padre Duarte). Informa morar na Rua Treze.

Porque todos os nomes de avenida eles são a partir da matriz de Araraquara. Então, se você pegar a Avenida Brasil, e assim desce, até lá embaixo, é ímpar, até vinte e sete. Se você pegar a partir da Matriz, da São Paulo pra lá, é par, então, dois, quatro, seis, oito, tem a trinta e seis. Se você contar, vai dar certinho, trinta e seis e vai embora. E as ruas, de baixo, começam na Rua Zero, né, Dois, Quatro, Cinco, aí já não é referência, mas nesse sentido, é assim. [...] Começa aqui, depois até a XV de Novembro, 7 de Setembro, aí depois, quando é pra baixo, você começa a perceber vindo da Dezenove, Vinte e Três, mas tem nome também, mas você não conhece por nome. A partir daqui é ímpar. E pra lá é par. Não usamos muito daqui pra cima [norte], mas usamos daqui pra baixo [sul], depois da 7 de Setembro, usa muito. Djalma Dutra, aí depois tem outra que tem nome, mas ainda prevalece o número. Como tem a Rua Um, Dois, Três, Quatro, Cinco, Seis, Sete, Oito... Aí são as ruas. E aqui é a Rua Quatro. Rua Cinco, Rua Seis. Minha rua vai pra Treze.

Comenta sobre a história dos Britos (sem esmiuçar pormenores, pois acredita que é conhecida de todos – ou seja, faz parte da memória araraquarense), afirmando que foi um episódio que sempre se repete, dando a entender, nas entrelinhas, que se tratou de uma luta de classes, com a menos favorecida em desunião, embora maioria. Mas desconhece o estigma de Linchaquara que acometeu a cidade, pois “Araraquara é uma cidade boa”.

Olha, o que eu conheço da história do Britos é o que todo mundo já sabe [...], que houve todo aquele problema aí, naquela época, os nacionalistas contra os pobres, como acontece hoje, [...] tudo se repete, [...] a mesma coisa aconteceu como acontece hoje [...], alguém tinha que pagar a conta [...], ser sacrificado [...], exatamente o que temos hoje em todo o sistema. É o rico na ponta do mirante, unido, e atrás vem a maioria, não unida, mas é maioria. Eu entendo assim. O rico é menor, mas eles são unidos. Por que eu entendo isso? As pessoas querem subir e pra isso elas não se unem umas às outras pra o que elas querem.

Recorda da romaria aos Britos, em finados, por um caminho que, então, era de terra, visitar a igreja repleta de coisas deixadas pelos romeiros e faz referência ao treinamento que o exército fazia nas proximidades do cemitério.

Dia de Finados, uma saía daqui, [...] ia lá em cima. Até na Trinta e Seis, acho que era terra, né? Pra trás já era cidade, então você descia pela Rua Cinco e Meio ali, era tudo terra, descia, subia, tudo terra. E iam nesse cemitério pra visitar [...], tinha uma Igreja e [...] dentro, aquele santuário, deixava muleta, deixava isso, deixava aquilo quem teve algum sucesso, algum milagre, sei lá. Então, atribuído a ele, tinha igreja cheia [...], [de] muleta, roupa, quadro. Só tinha isso também. E tinha lá [...] embaixo [...], o cemitério. [...] Tinha [alistamento para o exército] onde hoje é o Banco Itaú, você fazia alistamento ali, se apresentava na esquina da Avenida Feijó com a Rua Oito. Aí, se apresentava ali e você fazia o treinamento lá por cima do cemitério, [...] pra cima, pra lá, no sentido Parque Araraquara, [...] pro lado dos Britos. É, colado. Hoje [...] muda muito, você acaba perdendo a referência. Mas é a parte do cemitério agora, onde montaram o cemitério. Faz um leque, assim.

Diz que conhece o chafariz desde que “era moleque” e que o jardim da praça não mudou, exceto a frente da Matriz, onde construíram uma grande escada (o que condena) e de onde removeram, para mais distante, um marco, que estava perto da entrada, e o local de estacionamento, que foi modernizado. O entorno da praça é que foi descaracterizado e lamenta o seu abandono.

O chafariz [...], eu conheço ele de quando eu era moleque. Jogava água, ia passear nos Jardins das Rosas ali, a gente ficava brincando por ali. [...] Então, eu ia passear ali com meu pai. Agora, quanto ao jardim, chafariz da Matriz, ainda bem que preservaram, tem preservação, eu só lamento, hoje, [...] poderia estar funcionando [...], que o Poder Público hoje não tá nem aí pras coisas. Mas teve uma época, eu tenho a fotografia até da Igreja antiga, o senhor deve ter também, a única coisa que eu vi que mudaram uma época, fizeram uma reforma na Igreja e mudaram aquele marco ali, ele não era o original ali, era mais pra cima, mudaram. Alguém chegou pra fazer, sabe, uma escadona [...]. Era mais perto da Igreja. Botaram uma escadona. Não tem muito mais coisa referencial. [...] Não mudou nada. Abandonada, [...] no jardim não mudou nada. Do jeito que era, ela ficou hoje. Até [...], minha avó morava em São Paulo, num lugar chamado Sacomã e tinha uma cerâmica lá. Os tijolos que foi implantado, que tinha aí no chão, são cerâmicas sacomãs. Mas ela não mudou nada. [...] Ao menos só o entorno aqui, que mudou [...]. Tinha o estacionamento de carro, era antigo, tiraram e [...] mudaram o estacionamento aqui pra cima.

Descreve o costume do *footing* que, hoje, não vê em lugar nenhum, e que ocorria também diante do antigo Teatro Municipal.

Eu morava na Rua Xavier, eu [...] descia, vinha passear aí no centro. Não tinha outro lugar pra ir. Mas às vezes, tinha [...] esse *footing*. Era o quê? Ficavam girando ali, as moças caminhando e os caras na beira da calçada. Hoje eu não vejo mais em lugar nenhum isso daí. Na época era um costume, ficava por ali. [O trânsito de automóveis era interrompido], porque era muita gente. Inclusive, ali na avenida (ela tinha árvores), que passavam até em frente ao Teatro Municipal.

Lembra-se de que, com quinze anos, participava dos bailes de carnaval que aconteciam no antigo teatro, cuja demolição lamenta, porém afirma não se recordar se houve reação contra o fato.

[...] foi demolido, pra fazer a Prefeitura. Lembro, rapaz, eu era molecão, eu tinha uns quinze anos, era turma do carnaval. No teatro, o baile de carnaval era lá. Tinha à noite e tinha de dia. Eu era molecão, eu vinha de dia. Eu tinha quinze anos, hoje em dia, o cara não respeita mais, tem treze e quer entrar na fila de adulto. Aquele tempo você respeitava, era mais rígido, [...] era um lugar muito bonito, muito interessante, todo feito de madeira, escadaria, tipo uma frisa. Bem interessante mesmo. Eu lamento [...] ter desmanchado aquilo lá, mas o progresso, às vezes, ele vem. Nem é todo mundo que desmancha as coisas assim. Você olha todos os tipos que tem, de televisão, você olha as coisas que são preservadas. Talvez, aquilo foi um empecilho. Não me lembro [se houve reação contra a derrubada]. Porque, depois de um certo tempo, você vai trabalhar, então, isso aí, eu não me lembro.

Já ouviu referências sobre a lenda da serpente, mas não se interessou “porque eu acho ‘conversa mole’. Mas alguém falava isso.”

Recorda-se de outra tradição que havia em Araraquara: a malhação do judas, que ocorria em todos os lugares, às dez horas da manhã, no sábado de carnaval, o que ficou só na

lembrança. Era a ”molecada [que] fazia isso, em tudo quanto era lugar, um danado de um Judas e no dia, no sábado de carnaval, tinha hora certa, dez horas da manhã, a molecada sentava o pau. Depois, ia mudando esse negócio, foi acabando, não teve mais. Mas tem umas coisinhas que ficam na lembrança da gente”.

Quanto aos trilhos que atravessam a cidade, acredita ser necessário retirá-los, mas se mostra reticente quanto ao fato de que, futuramente, possa se aproveitar a área para ligação ferroviária tanto na cidade, quanto para outros pontos. Diz que vai acabar, como acabaram com os ônibus elétricos em Araraquara.

Eu acredito que o seguinte, na realidade, até tirar eu sou a favor. Eu não sou a favor de retirar a faixa da prefeitura existente. Porque eu acho que ainda, não vai ser da minha vez, mas ali pode se transformar numa verdadeira via ferroviária ligando os pontos mais longe, usar como o que é o pensamento de alguns políticos. Eu acho que não deve tá fácil, porque o mais difícil é você abrir a faixa. [...] Que nem tem hoje, esses trens leves. Eu acho que era uma referência e não acabar. Acabando com isso aí, já acabaram com ônibus elétrico. E, por bem ou por mal, tem que ter energia alternativa. Até pouco tempo, funcionava em Santos. São Paulo funciona, no mundo inteiro funciona e aqui não funcionou. [...] Então, é porque tinha problema, mas problemas são resolvidos. Tem uns problemas, transitar num lugar só, [...] você podia ter (quando quebrar um ônibus), um plano B. Tinha que fazer um ônibus diesel, mas aí é rapidinho, acabou, resolveu o problema. [...] Eu lembro que pelas primeiras vezes passava pela Barão do Rio Branco¹⁴⁰, morava ali perto, aqueles ônibus azuis e amarelos. [...] Eu achava muito interessante, muito legal. Araraquara inteira, era espetacular. Apesar de ter andado pouco com ônibus elétrico.

Sendo filho de ferroviário, lamenta o abandono da estação ferroviária, hoje Museu Ferroviário, lembrando que o pai, mesmo sendo conferente e autorizando a saída de vagões, trabalhava de terno e gravata.

[A estação ferroviária], em todos os lugares no Brasil, infelizmente essas coisas não são preservadas. Estão quebrando tudo, alguns interessados, algumas pessoas interessadas, então, infelizmente. Ah! Sim, meu pai trabalhou na Paulista, meu pai era conferente, trabalhava com o pessoal interno, trabalhava de terno e gravata. Rei dos trilhos, ali conferindo, soltando vagão. A Paulista era rigorosa nesse sentido, ele só entrava de boné porque tinha algumas categorias que podia, mas tinha que ser terno e gravata. Na estação, fazia o negócio lá. Então, eu acompanhava meu pai assim, ele trabalhava ali, depois ele trabalhou em Tutoia, tem um posto lá que hoje tem também, essa foi a trajetória do meu pai na empresa.

O Shopping Lupo também seria um símbolo de Araraquara, como o é a Matriz. Diz que hoje não se constrói mais um prédio como é o da torre do relógio.

Mas é um símbolo, é um marco também, como é a Igreja da Matiz, é um marco comercial, marco industrial. Então, tem o seu mérito. O *Shopping*, em si, qualquer um fazia, mas aquela torre, fazer aquilo na época, já é um grande passo pra um empreendedor que não faz isso mais. É, porque fazer isso, na realidade, o camarada só compra esse computador se der lucro pra ele. Fazer aquele negócio que não dava lucro, realmente, foi um marco que o cara fez. Ele podia ter feito a fábrica em baixo e ficado trabalhando, que hoje se faz só isso. Ele fez aquela torre, um negócio enorme, complicado, pra época. Mas é interessante. Eu acho que lá, aquilo,

¹⁴⁰ Importante Rua da Vila Xavier, no sentido norte-sul, em paralelo aos trilhos do centro da cidade e perpendicular à Av. Padre Antônio Cesarino.

realmente, também é outro referencial de Araraquara e merece ser preservado. Acho que vai ser preservado sempre.

Diz não ter conhecido o pintor Mário Ibarra de Almeida, conhece Ernesto Lia. Lembra-se pouco de Wallace Leal, com quem não fez amizade. Lamenta que a atividade teatral “não vai pra frente”.

Mário Ibarra [...] conheci por nome de rua, não conheci. Ernesto conheci, está sempre por aí, meu cliente por muito tempo. [Quanto ao Wallace Leal] eu lembro dele, que eu via, ele passava, quando trabalhava no centro, então eu via sempre ele passar por ali. Eu conheci ele assim, mas não fiz amizade, sabia que era o Wallace, mas não posso falar nada. [...] Famoso, na época também. Teatro experimental, com cinema experimental. Não muda esse negócio [...]. O teatro, infelizmente, ele não vai pra frente. É meio complicado.

Refere-se jocosamente ao fato de que os museus, em Araraquara, fecham nos fins-de-semana, quando, teoricamente, as pessoas teriam tempo de visitá-los. Diz que vários lugares estão fechados, quando se precisa deles.

É, eu acho que como um amigo meu do restaurante, fecha na hora do almoço. Devia ser aberto, devia estar disponível sábado e domingo. O cara folga na segunda e na terça, que não vem ninguém. Mas só mudando: a creche fecha na época de férias, [...] a mãe é obrigada a levar o moleque no serviço, no trabalho, porque a creche tá fechada, [o] poder público não confere. Esse é um caso [de incoerência]. Pouca gente sabe que tem esse museu paleontológico. Muita gente não sabe [das lajes com fósseis]. E andaram divulgando, preservar a Rua Cinco, algumas coisas.

Referindo-se à Rua Cinco, diz que não há conservação, que as pessoas não colaboram, não têm consciência acerca disso e deixam tudo para o Poder Público.

Eu acho que não adianta você fazer, tem que preservar. Não adianta você fazer e depois abandonar, como está abandonado. Tudo abandonado, quebrado, mostravam o que tinha naquele local, tinha coisa boa, tinha coisa quebrada. O cara tá em frente, a bicha tá seca e o cara não joga um balde água lá. Não era pra ele fazer, mas ele tá vendo o prédio dele, ao menos vamos deixar isso aqui bonito, vamos tomar conta, vamos encampar esse pedaço e [...] não deixar só o Poder Público. Eu sou meio saudosista, eu guardo muita coisa antiga.

Reclama da falta de manutenção dos jardins, nos quais acredita que deveria estar pessoal da Prefeitura cuidando diretamente, não os terceirizados que passam somente de vez em quando.

Não preserva o jardim aqui. Uma vez puseram uma pessoa aí pra tomar conta, aí passaram o dia todinho, aquele monte de folha. [...] É o mal, ele [o Prefeito] não quer ter esse custo, ele quer terceirizar, porque o terceiro sempre alguém sai bem. Então, aqui no jardim [Independência] tinha o jardineiro, bem ou mal, ele ficava o dia inteiro, oito horas por dia, ficava regando, cortando mato, era bom. Em todo lugar que ia, [...] tinha jardineiro, no Carmo tinha, acabaram com tudo. É um mês pra chegar lá [o serviço terceirizado], quando chega lá, [o mato] está desse tamanho. Falta de amor pelos caras que tomam conta, porque tudo é terceirizar. Eu sei que ter funcionário é difícil. [...] Agora, eles não fiscalizam, nem esse, nem aquele, ficam ao bel prazer. [...]. Então, isso foi acabando, essa cultura. A cultura da terceirização dá no que dá.

A respeito do cuidado com a coisa pública, recorda de um episódio no Rio Grande do Sul, quando não permitiram que um amigo se deitasse num banco de praça. Afirma que as pessoas vão-se acostumando com o que está errado, mas diz que é assim que as coisas funcionam.

Uma vez eu fui fazer um serviço no Rio Grande do Sul, deu a hora do almoço, nós paramos em uma praça lá, almoçamos, [...] descansar um pouquinho. Um amigo meu deitou no banco, [...] veio uma pessoa: “aqui, não é pra deitar no banco, é pra sentar”. Isso em mil novecentos e tarará. Existia quem cuidava. Hoje, não, pisa em cima, o banco é pra sentar, [...] o cara [...] quebra tudo. Mudou-se o mundo e a gente não vai percebendo isso daí. Eu falo sempre o seguinte: ali tem um buraco. A primeira vez que eu vi [...] [parecia] um buraco desse tamanho. Hoje, eu nem vejo mais. A gente se acostuma fácil com as coisas. Então, o que é errado, fica passando a ser certo, porque você vê que ninguém liga. Então, tem um monte de coisa errada que passa a ser certo. Não consigo entender, mas é assim que funciona.

Com respeito ao nome de ruas, afirma que faltam referências para se saber de quem se trata, atribuindo essa falha ao problema brasileiro, que seria “a política”.

Por exemplo, Padre Duarte, você não viu em lugar nenhum Padre Duarte. [...] Se você pedir referencial Padre Duarte, aí você encontra, Araraquara, aqui. Padre Cesarino, você vai encontrar um monte. Nove de julho, então. Bilhão. [...] Amaral Gurgel, ninguém sabe, moravam aí há quarenta e dois anos e não sabe, não tem referência. Tem a rua Luís Alberto, é o nome do meu avô [mas] [...] não sei quem é esse cara até hoje. É um negócio complicado, já tentaram fazer esse negócio aí. Mas o problema do Brasil é política. É isso que dorme atrás. Existe sequência em nada, não é perene em nada, porque a política não deixa isso.

Explica que há um jogo no poder político, não deixando que haja sequência no trato da coisa pública: um governante eleito tenta desfazer o que o anterior realizou – e, assim, sucessivamente.

E o que é de interesse para o governante, o próximo não é interessante pra ele. Aqui tem um caso típico recente. Um cara veio aí, colocou esses semáforos que muda de tempo [= com temporizador], [...] agora, depois que entrou o outro prefeito, o cara aqui do trânsito achou que não serve, está mudando tudo. Então, os que queimam, nem consertando estão. [...] O posto de saúde mudou lá pra [Via] Expressa, agora parece que vai mudar [...] de novo. Olha, eu acho [...] [que] tinha outros lugares pra ser feito e não ser lá. Porque o começo foi feito errado lá. Não devia estar perto do rio, cheio de pernilongo, mal cheiroso. Mas enfim, funcionou. Mudou pra lá, trocou seis por meia dúzia. Então, voltar pra cá, ouvi falar que é um centro [...] como se fosse hospital, internado [...], que é a coisa mais difícil você achar lugar em Araraquara. Você tentar achar um quarto, um leito, pra pessoa que tem um problema emergencial, lá no posto, levar pra internar, é complicadíssimo. Um monte de hospital fechado, [e o] poder público também abandonou. [...] Vamos ver o que é que vão fazer pra beneficiar. [...] Agora, eu acho que, já que está montado [o pronto-socorro], já que tem a estrutura feita, que se faça [...] [o] que nós estamos precisando, de posto de saúde. Então, esse que é o problema. [...] Tá lá, parado. [...] Capaz de alugar um lugar no centro pra por um posto de saúde aqui, pra poder pagar aluguel pra alguém. É o grande problema. [...] Olha, eu só protestei até agora. Eu sou inconformado.

Declara gostar da cidade (sentimento topofólico) e ter orgulho de seu trabalho (oicofólico), ser um prestador de serviço e que não pretende simplesmente vendê-lo para comprar outro.

Gosto [de Araraquara]. Eu tô aqui na minha firma já fazem trinta e seis anos. Qualquer capitalista, não ia ficar trabalhando aqui, porque não dá dinheiro. [...]. Mas eu tenho um negócio social muito importante, cada dia mais importante, tem o cara que [trabalha] há vinte e cinco anos pra mim, não posso largar esse moleque na rua[...]. Eu tenho que ficar aqui, trabalhando. [...] Então, eu vou comprando máquina, serviço é pouco, mas a gente vai tocando. [...] E eu faço de tudo pra [...] não fazer nada de errado contra a cidade. Eu espero fazer tudo direitinho [...]. Mas tudo que eu fiz, eu não me arrependo não, é legal. Não sou perverso com meu cliente, meu funcionário, não sou. Não me considero um comerciante, me considero mais um prestador de serviço, fazer alguma coisa diferente do que o simples comprar esse negócio aqui, vender e vai lá comprar o outro.

10 - Moacyr Marchesi

Principais itens enfocados: TECA, Wallace Leal, filme “Santo Antônio e a Vaca”, antigo teatro municipal, decadência das artes em Araraquara.

RESUMO: Foi ator do TECA, cujo início relata, e a figura extraordinária de Wallace Leal Valentim Rodrigues. Exalta a história do TECA, que expandiu suas atuações para fora da cidade (Rio de Janeiro), com grande reconhecimento, sem que acreditassem que a companhia era de Araraquara. As apresentações eram diárias (estimulando a sociabilidade) e havia subsídio para os ingressos, pela Prefeitura. Refere-se ao filme Santo Antônio e a Vaca. Os atores, estudantes, formavam-se ou iam para o profissionalismo e deixavam o TECA, que decaiu. Foi favorável à demolição do teatro, que era usado para inúmeras atividades fora de seus objetivos e não apresentava mais segurança. Os próprios atores eram os mecânicos, eletricitistas e pintores para manter a atividade teatral. O regime militar, com interesse em pouco pensar e pouca cultura, bem como o surgimento da televisão, contribuíram para a decadência das artes na cidade.

Moacyr Marchesi formou-se em odontologia e foi ator amador do Teatro Experimental de Comédia de Araraquara - TECA, informando sobre a data aproximada do início de suas atividades, a primeira peça e o figurino. Recorda, também, a figura de Wallace Leal Valentim Rodrigues, testemunhando a riqueza da personalidade do diretor, hoje na memória da cidade:

Em 1955, não me lembro exatamente o mês, [...] iniciava suas atividades o TECA, a sigla de Teatro Experimental de Comédia de Araraquara. Foi levada, na época, a peça “Uma Flor na Boca”, de Pirandello. Um grupo de muito bom gosto, quer nas vestimentas e uma sorte muito boa de encontrar bons atores, na época, isto porque, num golpe do destino favorável, eles eram na maioria universitários, da Odontologia de Araraquara, e já vinham com experiências amadorísticas de suas origens, o que facilitou o trabalho. A bem da verdade, Wallace Valentim Rodrigues Leal [sic], excelente pessoa, excelente diretor, inteligentíssimo, culto, procurava os melhores textos e sabia trabalhar esses textos, uma informação precisa, fazia os seus laboratórios e os atores imediatamente assimilavam e iam à cena. É notável e digno de se falar que era um teatro de arena, o que significa que era o segundo na América Latina. Nós tínhamos conhecimento de que o primeiro teatro de arena estava em

Santiago, no Chile. Anos mais tarde criou-se o teatro de arena de São Paulo, mas em segundo lugar estava o TECA.

Informa da regularidade das apresentações, pois “era de segunda a segunda, direto, todas as noites”, o que revela, na época, o interesse da população: havia público para teatro, diariamente. Como não havia televisão, esse tipo de atividade – como até hoje – estimulava a sociabilidade.

Refere-se a outras peças e da “descoberta” do TECA pelo Ministro da Cultura de Juscelino Kubitschek, e das excursões ao Rio de Janeiro

Por volta de 1956, no final dele e já iniciando 57, levamos também três peças, era O Urso, peça russa de Tchaikovsky, levamos Amigos de Viagem, uma comédia inglesa, e uma outra peça russa, Pedido de Casamento. Na ocasião, havia um juiz de direito residente em São Carlos, que era fã incondicional do TECA, não perdia suas apresentações, muito amigo do então ministro da cultura, Paschoal Carlos Magno. Era então o governo Kubitschek, se não me falha a memória. Esse juiz, recebendo a visita do ministro em São Carlos, disse “vamos a Araraquara, assistir a um teatro”. O ministro, que era muito voltado a teatro em todo o país, disse “não vou, você vai me lavar a uma chatice... teatro amador...”. O juiz disse “não, você vai e terá uma surpresa”. [...] O ministro pede a palavra, sobe na Arena, se identifica e faz um convite para representarmos no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Presidência da República. [...] Em agosto de 57 fomos ao Hotel Glória, no Rio de Janeiro... Na época não havia rádio... uma comunicação aberta como existe hoje. Muitos jornalistas começaram a escrever que éramos uma companhia profissional de São Paulo e que o Ministro estava fazendo uma brincadeira dizendo que era de Araraquara.

Conta que havia interesse da prefeitura na continuidade das peças teatrais, pois ela “subsidiava 80% dos ingressos e distribuía aos menos favorecidos, que tinham acesso ao teatro”. Em outras palavras, era o Estado encampando uma atividade cultural.

Outra referência de Moacyr Marchesi é ao filme “Santo Antônio e a Vaca”, realizado em Araraquara, pelo já citado Wallace Leal Valentim Rodrigues, bem como à decadência do TECA:

Em 1958 [...] Wallace [...] resolveu fazer cinema, o filme “Santo Antônio e a Vaca” e durante aquele ano, deixamos o teatro de lado. Em 59, 60, aqueles estudantes de odontologia se formaram e deixaram Araraquara e não houve renovação. Três ou quatro atores deixaram o TECA e foram para o profissionalismo. Isso já foi uma defasagem muito grande. Os demais tinham outras atividades e foram deixando o TECA. Por essa época, a, digamos, cafajestada de Araraquara ficava de fora das janelas gritando e dizendo palavrões, perturbando o espetáculo e o público.

Vê-se, por aí, que, apesar de todo o sucesso e o desenvolvimento daquele teatro, a atividade era amadora, de tal forma que os atores, estudantes, ao se formarem, abandonavam o que faziam, com poucas exceções, que se passaram para o profissionalismo.

Como já registramos em outra parte (fls. 85), o entrevistado externa sua opinião acerca da demolição do antigo Teatro Municipal de Araraquara, palco dos espetáculos, mas critica que o prédio era utilizado para outros fins (inclusive bailes de carnaval), acusa a censura durante o regime militar como fator de desestímulo, “e que o prédio deveria mesmo

ser demolido”, por não apresentar mais segurança. Essa última declaração, como se vê, vai contra a opinião, geralmente aceita, de que não deveria ocorrer a demolição:

Começou a surgir a ideia de demolir o teatro [...] que foi demolido aproximadamente em 1962 [...] com a entrada dos militares, a censura surgiu fortemente e todo texto escolhido ela colocava um dedinho e dizia não, não, não. Isso desestimulava quem queria fazer teatro. [...] Realmente o teatro não oferecia mais segurança [...] Só as paredes eram muito fortes, eram largas, muito fortes realmente [...] Ele era totalmente construído com madeira [...] em 1911 [...] e a madeira veio apodrecendo. [...] Mas o teatro foi muito estragado porque, conforme o prefeito, usava-se o teatro para bailes carnavalescos. Era tudo no teatro, formatura no teatro, baile carnavalesco, baile de debutantes. E o povo estragava, quebrava cadeiras, era muito peso. Teatro devia ser usado para seus fins [...].Mas, não deve ser usado nunca o teatro para baile e outras coisas que não sejam sua finalidade, mas ele tinha que ser demolido sim, devido ao problema de não consistência.

Relembra que eram os próprios atores que trabalhavam nas várias atividades de funcionamento do teatro: “éramos mecânicos, nós atores éramos eletricitistas, nós éramos pintores. Nós fazíamos de tudo. Nós pintamos o Teatro Municipal três vezes”, sempre com o Wallace na direção de tudo.

Nós nos redobrávamos. Aquele que ia para cena só era cuidado na leitura, no laboratório para ir à cena. Os demais trabalhavam na produção. Então, nós pintávamos o teatro, reformávamos as cadeiras, cuidávamos da iluminação. Nós mesmos. Bom, já em 1956, Wallace sentiu que podia ampliar o TECA. Isto é levar três peças simultaneamente, veja que beleza. Todo o teatro, todo na arena, o teatro. As três com duração máxima de 50 minutos.

Depois, o depoente faz uma análise sobre a decadência do interesse pelas artes cênicas, em Araraquara, com a influência do regime militar, a quem interessava pouca capacidade de pensar e pouca cultura, além do advento da televisão. Diz que, hoje, tudo é dinheiro.

Um dos motivos foi o movimento militar. Os militares asfixiaram qualquer movimento cultural. E também não é só o comportamento dos militares mas, para os políticos de modo geral é conveniente que as pessoas não aumentem a sua capacidade de pensar e não aumentem a sua cultura. E isso é muito importante pra todos os políticos. Para os militares foi importantíssimo. Bom, agora aliado a isso, a televisão foi um grande concorrente porque levando novela, o pessoal foi se acomodando em casa. Foram acabando as visitas familiares, as cadeiras nas calçadas. Como escreveu bem o Loiola em seu livro, tudo isso foi acabando. Mas, eu já acho que foi processo nacional que é claro que Araraquara tinha que ser atingida também. Mas, a dificuldade, hoje, que mais marca, o que eu percebo, é o dinheiro. Tudo é dinheiro. [...] O comércio de Araraquara não é aberto a essas colocações. É muito fechado. É muito difícil. Tudo é custo. Tudo é custo e o mais difícil mesmo, a dificuldade maior é o dinheiro, é a manutenção...

Revela grande admiração por Wallace Leal Valentim Rodrigues, que era o líder, idealizador e construtor do TECA:

O Wallace foi uma coisa maravilhosa na vida de todos nós. Araraquara teve a felicidade de tê-lo por muito tempo. Wallace, como frisei antes, inteligentíssimo, culto, de uma sensibilidade maravilhosa. Pena que muitas coisas aconteceram, como eu já citei, e esse moço não seguiu uma carreira profissional, a qual ele merecia. Ele iria ser excelente diretor em São Paulo. Mas, o Wallace sempre voltado a sua cidade,

a sua gente, ele não deixaria Araraquara nunca. Tanto é que ele fez o melhor que ele pode para Araraquara e queria fazer o melhor que pudesse para Araraquara até os seus últimos anos de vida. Wallace era tudo no teatro. Ele era a mola mestre, ele era a inteligência, ele era a letra, ele era o lápis, ele era o papel. Ele tinha um cuidado especial, principalmente com o elenco feminino. Aconselhava as moças, aconselhava os rapazes também. [...] E, principalmente, da sua muito boa escolha dos textos. Todos gostavam dos textos que o Wallace levava ao TECA. Realmente, foi uma pena chegarmos, atravessarmos a década de 60 onde o comportamento todo foi se mudando na política, nas artes, isso aí veio engasgar o nosso movimento. Mas, realmente, a gente lembra do Wallace com muita saudade, assim como o fator primordial de todo esse movimento, e não surgiu um novo Wallace.

11 - Marcos Valério Murad

Principais itens enfocados: Rua Cinco, memória araraquarense, prédios, antigo teatro, *footing*, Matriz, chafariz e entorno da praça, Britos, Linchaquara e grupo de Bento de Abreu, museus, trilhos, *Shopping* Lupo, Mário de Andrade e a Chácara Sapucaia, referências, Conde do Pinhal.

RESUMO: Primeiras imagens são a Rua Cinco e os jardins. A memória da cidade se perdeu. Critica a reforma da Rua Cinco, que não respeitou o acabamento uniforme dos paralelepípedos. Falta manutenção de prédios na cidade. Lamenta a destruição do antigo teatro. Participou do *footing*. O Palacete das Rosas precisa ser restaurado e ir para a iniciativa privada. Viu a atual Matriz ser erguida. O chafariz está conservado, mas o entorno pede restauração. Os Britos foram enterrados longe, mas o Cel. Carvalho o foi na cidade. Já ouviu sobre a lenda da serpente e o Pe. Cesarino. Conheceu a casa do Cel. Carvalho. Desconhece o rego diante da Matriz. Já ouviu sobre o buracão do São Geraldo. A Festa do Carmo é tradição antiga. Sabe do estigma de Linchaquara e da remodelação da cidade pelo grupo de Bento de Abreu. O dinheiro gasto com museus deveria ser aplicado na Casa da Cultura. É contra a retirada dos trilhos. Cita a Lupo, a Rádio Cultura e a Farmácia Internacional. Refere-se à obra Macunaíma e à Chácara Sapucaia, cuja história recorda e é hoje da UNESP. Faltam referências nos locais de memória. Lamenta o esquecimento do Conde do Pinhal por Araraquara.

Marcos Valério Murad tem 58 anos, é araraquarense e cursou Direito e Letras, possuindo Mestrado e Doutorado pela UNESP de São José do Rio Preto (SP). Sempre morou na cidade, principalmente nos bairros do Carmo e do São José, exceto no período em que estudou em Rio Preto. Sempre mantivemos contato, pois somos fregueses assíduos de sua loja de livros, discos e CD's usados, que mantém na Avenida Brasil, a um quarteirão da Matriz.

Diz que as primeiras imagens que lhe ocorrem sobre Araraquara são a Rua Cinco e as praças e jardins, mas acredita que a memória da cidade se perdeu: “Ah, o que eu mais me lembro é a Rua Cinco, as ruas arborizadas, as praças da cidade, o Jardim Público, o Parque Infantil. Esse jardim do mercado, do estádio, todos os jardins da cidade, é uma coisa que... Agora, a memória mesmo da cidade se perdeu”. Refere-se, em especial, à restauração (que chama de “reforma”) da Rua Cinco, considerando que não foi feita a contento.

Aqui, em Araraquara, os paralelepípedos, a Rua Cinco foi reformada - tombada pelo Edinho. Só que quando ele mexeu nos paralelepípedos, ele deixou os

paralelepípedos irregulares. Hoje é impossível passar pela Rua Cinco, está tão mal feita a restauração, que é impossível. Eles fizeram aquelas ilhas também, porque aquilo não vale pra nada, é uma bobagem. Deveriam ter mantido só calçada larga e o paralelepípedo certinho, bem lisinho. Então, é isso, as iniciativas para preservação, acabam sendo piores [do que a situação original].

Como, em sua opinião a memória araraquarense não mais existe, faz uma comparação com São Carlos (SP), que preservou muitos prédios históricos, enquanto falta manutenção em diversos imóveis de interesse, em Araraquara.

Eu acho que quase não existe mais, Mario. Se comparar com São Carlos, São Carlos tem vários casarões lá, preservados ainda e com a ajuda da Prefeitura, que ela isenta de IPTU. Tem vários casarões lá que são restaurados. Muita coisa. Tem o Palacete do Conde de Pinhal, tem o palacete do irmão dele, em frente ao Palacete que está preservadíssimo, a família do Conde de Pinhal restaurou, está todo bonito. E vários prédios tem São Carlos, inclusive o cinema. O cinema lá em São Carlos foi restaurado. A prefeitura comprou o prédio e entregou pra iniciativa privada, o cinema está funcionando com tudo lá. [Mas em Araraquara] o Hotel Municipal, o Palacete das Rosas, a Casa de Cultura, que está caindo aos pedaços, aquilo ninguém reforma, está muito feio. [...] Tem o Teatro Municipal [novo], também que é bonito, mas está caindo. [...] Tem uns casarões aqui na Avenida Espanha, onde é o Clube Náutico, tem aqui em volta do Jardim Público. Tem esse casarão [...] que hoje é da UNIARA [...], um curso de Medicina, não sei o que é ali, massagem, não sei. E tem outro casarão vizinho também desse palacete [...] onde é a Psicologia da UNIARA [...]. Em volta do quarteirão aqui do Parque Infantil, tem várias casas antigas, então é uma referência pra mim. [...] A minha opinião é que eles deveriam preservar os últimos casarões, dar um jeito de dar isenção de IPTU, dar alguma vantagem pros donos dos casarões, para restaurarem. Pra manter, pelo menos. Tem casarões bonitos, ainda. Antes que eles destruam tudo. Porque São Carlos ainda tem uns exemplos de casarões. É, eu acho isso. Preservar os últimos casarões, dar um jeito, não sei. Isentar de IPTU, incentivar as pessoas a restaurarem.

Quanto ao antigo teatro, não chegou a vê-lo inteiro, mas lamenta sua demolição.

Quando eu o conheci, ele estava com um cercado, tapume, [...], porque eles tinham acabado de demolir. Eu não me lembro, eu nasci em 1960, parece que derrubaram o Teatro em 64, 66. Eu não cheguei a conhecer, Mário. Mas eu lamento muito, foi um desastre. Poderia ter mantido esse Teatro aí, formaria um belo conjunto com a Casa de Cultura, com o Palacete das Rosas, com o Hotel Municipal. Era o Passeio Público, era um passeio ali.

Conta que chegou a participar do *footing* e que, em sua opinião, o Palacete das Rosas (o antigo Clube Araraquarense), na Esplanada de mesmo nome, necessita de restauração e deveria ser entregue à iniciativa privada.

Esplanada das Rosas: o pessoal fazia o “fute”, era o lugar onde os moços iam passear à noite. As moças subindo e descendo, os rapazes parados. É assim que era o “fute”. Eu peguei ainda o movimento na [Esplanada das] Rosas, quando tinha o Cine Plaza, o Coral, com o Cine Plaza e o Capri funcionando, o Veneza. Ali, tinha o Café Municipal, do Ademir, era movimentado, era cheio de vida. Era uma maravilha. Tinha o Clube Araraquarense (agora o Clube Araraquarense está tomado por repartição pública, Funarte da Secretaria da Cultura). O prédio está caindo, precisando ser restaurado. Eu, se fosse o Prefeito, [...] daria o prédio na mão de um empresário pra fazer um restaurante ali, pra iniciativa privada, pra fazer um restaurante bom, um lugar pra *shows*, pra eventos. Um empresário que restaurasse o prédio.

Assisti o atual prédio da Matriz ser erguido, mas o teto foi feito de PVC¹⁴¹, que não tem resistência. O chafariz está conservado, mas o entorno necessita restauração.

Quando era menino, eu vi levantar a Matriz,, [...] a igreja se erguendo aos pouquinhos. Eu acho uma bela igreja. Mas, também estão faltando recursos, porque o telhado foi feito de uma forma provisória, precária, PVC. Isso aí não dura nada. Então, daqui a pouco, já está precisando de uma nova reforma, [...] precisaria de investimento bom na Matriz. Seria um marco. O chafariz está bem preservado, é legal. Aquele quarteirão em frente à Matriz, aquele sobradinho que fica na esquina da São Paulo com a Três, também é um belo sobrado, precisaria ser restaurado. É uma lotérica, parece que é da família Xavier de Mendonça [...]. Precisaria de alguém restaurar aquilo ali, que é bonito também.

Diz que os Britos foram enterrados longe, enquanto o Cel. Carvalho, no cemitério de São Bento. Conheceu a casa onde residiu o Coronel Carvalho (Figura 146, abaixo).

Os Britos também são uma história notável. Tem o túmulo do Coronel [...] ali no Cemitério Municipal, ainda. [E o dos Britos] lá no Cemitério dos Britos [...]. E [havia] a Casa do Coronel Carvalho, aqui na São Paulo¹⁴² também; eu cheguei a conhecer a casa. Era um casarão com colunas grossas. Agora está tudo tomado por banco. Tinha dois casarões bonitos aqui, da Família Carvalho.

Figura 146 – Casa onde residiu o Cel. Antônio J. de Carvalho (marcada com “1”)



Fonte: Medina Júnior (2015, p. 66)

Diz desconhecer pormenores da lenda da serpente, de que já ouviu falar, bem como do Padre Cesarino, que teria lançado a “maldição da serpente”. Desconhece, também, que, outrora, corria um rego d’água defronte da Matriz. Afirma que já ouvira alguma coisa a respeito do chamado buracão do São Geraldo e que a Festa do Carmo é uma tradição bonita e antiga.

Sabe que, outrora, em função do assassinato dos Britos, Araraquara sofreu com o estigma de Linchaquara, mas o grupo político liderado pelo prefeito Plínio de Carvalho e por Bento de Abreu Sampaio Vidal remodelou a cidade.

¹⁴¹ Policloreto de polivinila (ou policloreto de vinil), uma espécie de plástico rígido.

¹⁴² Avenida que passa, ladeando a praça da Matriz, à direita e de onde o Coronel viu Rozendo de Brito dirigir-se à farmácia, na mesma praça, onde o tio, Manuel de Souza Brito, trabalhava.

A Linchaquara, [...] a cidade pegou essa má fama. Aí, quando o prefeito Plínio de Carvalho retomou a administração da cidade, ele contactou o Bento de Abril Sampaio Vidal, [...] reformou toda a cidade. Ele construiu aquela passarela da Rua 3 [...], Esplanada das Rosas. Arborizou toda a cidade. Aqui, a Brasil, por exemplo, tinha calçada larga. A Brasil inteirinha, você descia até a estação, tinha árvores. Eu me lembro disso, quando era paralelepípedo aqui, todas as avenidas do centro com paralelepípedos e uma alameda. Como a Rua Cinco. Todas as ruas do centro eram como a Rua Cinco. Então, era muito bonito. O prefeito, pra tirar essa fama de Linchaquara, o Plínio de Carvalho, e o Sampaio Vidal, fizeram essa reforma. Transformaram a cidade numa maravilha.

Critica os museus de Araraquara, entre outros motivos porque não funcionam nos fins-de-semana. Afirma ser um dinheiro mal gasto com eles, o qual poderia ser melhor aplicado, por exemplo, na Casa da Cultura e na reforma do teatro.

O Museu Ferroviário acho uma bobagem. Gastando dinheiro à toa. Esse museu, na Rua Cinco, Museu de Paleontologia, também acho bobagem, é um dinheiro [mal] gasto. E não funciona no fim-de-semana [...], quer dizer, quando a pessoa tem horário livre pra ir ao Museu, não está aberto. Então, fica aquilo ali gastando dinheiro, funcionário público, não tem nada pra mostrar, [era o Conservatório] do Maestro Tescari. Tem um museu [...] da Ferrovia, do Futebol também, que é outra coisa inútil, não sei porque funciona isso até hoje. Agora, dinheiro pra cultura mesmo, não tem, pra reformar a Casa da Cultura, pra reformar o teatro, não tem. O Museu Voluntários da Pátria poderia ser um bom museu, mas também não abre em fim-de-semana, eles funcionam em horário comercial. Era preferível até que não funcionassem durante a semana [...] e abrissem no fim-de-semana.

Declara-se contra a retirada dos trilhos, até porque todas as cidades da Europa possuem transporte ferroviário e acredita que este voltará a ser utilizado aqui, o que estaria prejudicado se os trilhos fossem, realmente, retirados.

Ah, eu acho outra bobagem tirar os trilhos daí. Toda cidade da Europa onde você vai, a estação de trem vai até o centro da cidade. Você desce em Veneza no centro da cidade, você desce em Roma, é no centro da cidade. Em Paris, é no centro da cidade. Em Portugal, Lisboa, é no centro da cidade. Agora, tiraram os trilhos [transferindo] lá pra Motuca. Se um dia a estrada de ferro pra passageiro for restabelecida, o passageiro tem [que ir] em direção a Motuca. Eu acho uma bobagem isso, como é que vai fazer? Eternamente, isso? Eles deviam fazer passagem subterrânea, outros viadutos pra ligar as ruas, não precisa tirar. Podiam fazer pontes ali, subterrâneos, passagem subterrânea, viaduto, não precisava gastar esse dinheiro que vão gastar aí pra não fazer, porque até hoje não foi feito, mas gastaram uma fortuna desapropriando bens, quer dizer, isso não vai dar em nada. Isso foi medida demagógica da prefeitura [enquanto trens apodrecem perto do Museu]. A estação [...] aqui é uma beleza. Se for restabelecido o transporte ferroviário, você desce aqui, está no centro da cidade, está no centrinho da cidade. Isso pode acontecer, está tudo pronto já. Eu acho isso uma loucura, uma bobagem sem tamanho.

Refere-se ao *Shopping Lupo*, à Rádio Cultura e à antiga Farmácia Internacional: “o prédio do Lupo, eu acho que é sim [característico]. Lembro [da Rádio Cultura]. Está ali ainda, tiraram a torre de rádio. Em frente da fábrica Lupo tem uma farmácia também que preservaram [...]. Está bonita com aquela torrezinha, é bonita e está preservada”.

Cita que o livro *Macunaíma*, de Mário de Andrade, escrito na Chácara Sapucaia, a qual, depois de Pio Lourenço Correa, passou para o casal Saffioti. Quando o Professor

Waldemar Saffioti faleceu, a esposa doou a propriedade para a UNESP, a qual não abriria a chácara para visitação e, quando abre, fecha nos fins-de-semana.

Ah, o [livro] Macunaíma parece que foi escrito aqui numa estadia do Mario de Andrade, escreveu aí na Chácara do Pio Lourenço, que hoje virou Chácara do patrimônio da UNESP, foi da Heleieth Bongiovani Saffioti e do Waldemar Saffioti. Eles legaram a casa pra UNESP e está funcionando lá. Mas, isso é uma outra coisa que precisava ser revista também. Porque, ali, fica parado. Não tem funcionário. A UNESP fica sem dinheiro e não abre pra população, não abre pra visitação e quando abre é durante a semana, também no horário comercial. Quer dizer, não tem nada ali, um restaurante, atividades ali, eventos. [...] Mas fica na mão da UNESP .

Afirma que nos locais de memória deveria haver referências, com informações.

Acredita que o melhor para a Rua Dois seria transformá-la num calçadão.

Eu acho que seria interessante colocar uma plaquinha falando quem são essas personagens, que foram importantes, seria bom ter uma plaquinha mesmo. [...] Eu acho assim, a Rua 2, deveria fazer um calçadão ali, porque fica aquela rua estreita, a calçada larga. Não passa nem pedestre, nem carro passa direito ali. Tem que transformar logo num calçadão aquilo, eu acho. [...] No Natal, fica cheio de gente ali. Quer dizer, grande parte do comércio da cidade, roda em torno dali. [...] Em São Carlos, cada casarão tem uma plaquinha de quando foi construído e por quem, qual personagem que construiu, qual a data do casarão, tem tudo. [...] Aquela casa muito bonita aqui na esquina da Dom Pedro com a Cinco, poderia ter uma plaquinha ali. “Essa coisa foi construída pelo engenheiro alemão Carlos Necke; quando começou a estrada de ferro ele era o chefe, foi feito em 1896, 97”, poderia ter uma plaquinha.

Lamenta que o Conde do Pinhal “era de Araraquara, presidente da Câmara, [fundou] São Carlos. Aqui em Araraquara, não se fala dele. Não [se] tem ideia de quem é o Conde do Pinhal”. De fato, em Araraquara não existe ao menos uma rua com o nome de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, que ajudou a trazer a estrada de ferro à Araraquara.

12 - Paulo de Rizzo

Principais itens enfocados: antigo teatro municipal, Matriz, lenda da serpente, Britos, trilhos, Museu Ferroviário, Farmácia Internacional, Largo da Câmara, Ferroviária, malhação do judas, Henrique Lupo, buracão do São Geraldo, ruas, *footing*.

RESUMO: Lamenta a derrubada do antigo teatro, usado para as mais diversas finalidades. Diz que houve reações: o teatro era tão sólido que se necessitou de trator de esteira para derrubá-lo. Conheceu o prédio anterior da Matriz. Sabe da lenda da serpente. Conhece o episódio dos Britos por um livro, e a alcunha de Linchaquara. É a favor de retirar os trilhos e fazer construções, com reserva de área verde. Recorda do Córrego da Servidão não canalizado. O *Shopping* Lupo é uma referência da cidade. Relembra a Rádio Cultura e o cientista Frederico de Marco, com consultório ao lado. A antiga Farmácia Internacional é uma relíquia. O antigo Largo da Câmara foi um cemitério, depois transferido para o atual São Bento. No largo, havia um bebedouro de cavalos, que ainda existe. Foi sócio da AFE. Lembra da Malhação do Judas. Recorda-se da Casa Barbieri. Conheceu Henrique Lupo. Conheceu o buracão do São Geraldo. A Rua Cinco foi lembrada com seus oitis. As calçadas da cidade foram estreitadas por causa do trânsito. Descreve o *footing*. Afirma que o Clube Araraquarense foi trocado com a prefeitura, pelo antigo estádio municipal.

Paulo de Rizzo tem oitenta e um anos, é natural de Borborema (SP) e está morando em Araraquara (SP) há sessenta e três anos. Começa dizendo que a cidade evoluiu muito e que a primeira coisa que lamenta de suas lembranças daqui é do antigo teatro, cuja estrutura era muito boa. Era usado não só como teatro, mas para diversos outros objetivos, como bailes e formaturas. Suas declarações confirmam o uso indiscriminado do antigo teatro para diversas atividades que não lhe eram próprias. Também corrobora as informações de que não haveria necessidade de demolição, concluindo pela agressão à memória coletiva que tal perda representou.

Tínhamos um teatro municipal que era uma obra de arte, idêntica a que havia em Manaus. E, lamentavelmente, o prefeito da época, por volta de cinquenta e oito, aí, demoliu esse prédio, sob alegação que estava em estado precário, que poderia ruir, mas na verdade não era isso. Porque a estrutura era muito muito boa; as sacadas eram excelentes; o estrado do piso servia para teatro e também para bailes, formaturas, tudo, e Carnaval... e isso foi um... um ato que muito agrediu a memória de Araraquara.

Acrescenta, também, que houve reações, na época, até com ação na justiça para “barrar essa demolição”. Mas, o juiz da época¹⁴³ acabou autorizando a demolição. Atesta que “para demolir esse prédio, precisou trator de esteira de tão sólido que estava na época”. Ou seja, a construção era sólida, somente necessitando de alguns reparos. Diz que houve protestos, inclusive na câmara e nas ruas, mas de balde.

O teatro foi, como eu disse anteriormente, foi lamentável a sua demolição. Porque era uma obra de arte fabulosa, havia um palco e uma acústica excelente. Era utilizado tanto para formaturas, como para peças teatrais. Havia três lances de frisas, [...] todas de madeira importada da Itália, na época. E o palco [...] de onde o povo assistia, era móvel, tudo com mecanismo importado da Itália. E esse palco podia ser no nível para bailes e inclinado para teatro. E era fabuloso, foi lamentável essa perda.

Refere-se à Igreja Matriz, que “tem uma história muito longa”, tendo conhecido a construção anterior à atual “muito bonita, barroca na época”, sendo que o interior “era muito muito bonito, todo trabalhado com obras de arte em alto-relevo”. Recordar-se da “lenda de que havia uma cobra no seu porão”, sendo que “essa cobra não permitia qualquer conclusão de uma outra obra”. Como “a reforma durou praticamente até recentemente”, levanta, de forma jocosa, a hipótese de que a lenda seria real.

Demonstra, assim, conhecimento acerca do antigo teatro, da Matriz e da lenda da serpente. Todavia declara nada saber acerca do chafariz.

A respeito dos Britos, parece ter tomado conhecimento através de um livro “que foi editado, acho que por volta de sessenta, sessenta e pouco, mais ou menos”, passando a relatar

¹⁴³ Dr. Francisco Loffredo Júnior.

os pormenores do acontecido, incluindo a alcunha de Linchaquara dada à cidade¹⁴⁴. Externa a opinião de que os trilhos devem ser removidos, espelhando um posicionamento de aproveitar imobiliariamente a área, que é muito grande, tendo como vantagem que “acabaria também com o isolamento da Vila Xavier com o centro da cidade, porque na realidade hoje nós temos cerca de três viadutos, para uma população de mais de duzentos mil habitantes, é muito pouco”. Diz que “ali poderiam se concentrar repartições públicas, áreas de lazer, esporte”. Afirma não temer a impermeabilização da área, porque “deveria ser reservada a área verde”.

E ali há muita possibilidade de se reservar área verde. Inclusive havia, há muito tempo, uma mina que nascia nesse local, na altura da Avenida Barroso, um pouco mais pra cima. Havia uma mina de água potável, a população até ia lá buscar a água, de tão boa que era. Mas, depois, disseram que fizeram análise e se constatou que havia qualquer produto, que poderia interferir na saúde.

Recorda-se de ter observado o Córrego da Servidão ainda não canalizado (“no meu tempo ainda eu me lembro, havia um riozinho que passava ali [...] eu tinha um cunhado que tinha [...] uma chácara na altura do pronto-socorro, do SUS. E no fundo passava um rego de água, e que fazia divisa com a cerca da ferrovia”). Sobre o córrego, hoje canalizado, está a Avenida Maria Antônia Camargo de Oliveira (também conhecida como Via Expressa).

Quanto ao Museu Ferroviário, declara que nunca o visitou. Mas acha que o *Shopping Lupo* “é um ponto que destaca o nome da cidade [...], era uma grande indústria, de nome internacional”, lembrando, também, da Rádio Cultura, “na esquina da Espanha com a Rua Gonçalves Dias ali, Rua Um”, acrescentando que “ao lado, morou muitos anos, o doutor Frederico de Marco, cientista, o qual [...] tinha consultório [...] ao lado da Rádio Morada do Sol¹⁴⁵”. Quanto ao citado Frederico de Marco, afirma que “também foi um marco histórico pra cidade”, sendo que se lembra de “quando ele subiu num avião aí com Edmundo Lupo e fez o teste pra chover. Que, na época, repercutiu de forma mundial. Ele era um italiano, médico e cientista. E ficou na história de Araraquara”.

Diz que o prédio da antiga Farmácia Internacional é “uma bela relíquia histórica pra Araraquara. Foi conservada a parte externa e condiz com o que eram os prédios principais da cidade na época. Inclusive eu conheci quem eram os donos na época. Família... Firmino... Firmino não, é... Não me lembro agora o sobrenome”.

Não conhece a Chácara Sapucaia, nem o que ocorreu lá.

¹⁴⁴ O entrevistado não se lembrou do nome do livro, mesmo com sugestões de nossa parte. Concluímos, pelos relatos, que deve ser, provavelmente, a obra de Rodolpho Telarolli (1977), “Poder local na República Velha” (ver Referências, fls. 255).

¹⁴⁵ Nome posterior da Rádio Cultura.

Diz que a Praça Pedro de Toledo, antigo Largo da Câmara, foi um cemitério, o qual teria, depois, sido transferido para o atual São Bento. No largo, havia um bebedouro para cavalos, que existe ainda.

O Largo da Câmara, a história que a gente sabe, é que ali foi, no passado, um cemitério, depois foi transferido pro atual cemitério na Rua Nove e ali, antigamente, os carroceiros [...] davam água pros cavalos [...] num bebedouro que existe até hoje lá. Uma praça muito bonita. Ali, inclusive, quando havia aquela seresta “Ao caminho do Sol”, vieram grandes artistas de renome, como Carlos Galhardo, Ângela Maria, Cauby Peixoto. Se apresentavam na noite de 21 pra 22¹⁴⁶. E era uma beleza, a praça lotava. [...] Naquela época [...] era uma praça só.

Diz ter sido sócio da Ferroviária, nos anos

[...] mil novecentos e sessenta, sessenta e pouco. Nós vimos todos os jogos na época. Sócio de carteirinha, inclusive. Belo time, levou o nome de Araraquara até pro exterior. Craques como Bazani, Tonhão, que faleceu recentemente [...]. O Tonhão segurou o Pelé [...]. O Santos não conseguia ganhar da Ferroviária aqui. [...] Então, Araraquara ficou famosa pela Ferroviária.

Recorda-se da Malhação do Judas, uma tradição em Araraquara, que é “uma pena que acabou, porque era bom pra cultura. Do município, da cidade. Mas, já há muito tempo, foi banida, [...] isso foi por volta de sessenta, sessenta e pouco”.

Lembra-se, no comércio, da Casa Barbieri: “era famosa a Casa Barbieri em Araraquara e no Estado, inclusive. Era uma das maiores lojas do interior, que vendia cristais importados. Na esquina da Rua Nove de Julho com a Duque de Caxias”.

Diz ter conhecido o fundador da Lupo, Henrique Lupo,

[...] “muito assim educado e com uma fleuma... O Rômulo Lupo também conheci. Foi na época em que ele foi prefeito. Ele era meio assim fechadão, [...] mas Araraquara deve muito a ele, porque ele mudou Araraquara, a evolução de Araraquara começou com o mandato dele, de prefeito. E acho que foi prefeito, se não me engano, duas vezes. Ele melhorou bastante Araraquara, na época.

Conheceu o buracão do São Geraldo, o qual “era uma erosão muito grande”, que ficava

[...] próximo à igreja. Mas a prefeitura, na época, fez um trabalho muito grande e o fechou, mas era um buracão. Buracão do São Geraldo, chamava. Inclusive tinha aquela paineira lá também, que foi recentemente cortada uma parte. Muito bonita, aquela paineira, é mais que centenária. Acho que precisava cinco, seis homens pra abraçar ela. [...] Na esquina da rua de trás da igreja com a Rua Seis. Até hoje tem uma parte dela lá ainda. [...] Tinha umas raízes expostas assim, que ela ia arrebitando a rua, o calçamento¹⁴⁷.

¹⁴⁶ 22 de Agosto, dia do aniversário da cidade.

¹⁴⁷ A igreja a que o entrevistado se refere é a Igreja de São Geraldo, situada no bairro de mesmo nome. Quanto à referência à paineira, provavelmente ele deve ter-se equivocado, inclusive quanto à sua idade estimada. O Autor conheceu o vegetal referido, situado na Rua Seis com a “esquina da rua de trás da igreja” (Avenida Monteiro Lobato), quando era pouco mais que um arbusto, no início dos anos 1960: tratava-se de uma falsa-seringueira, que atinge grande porte e apresenta muitas raízes expostas (para conhecer mais pormenores sobre referida árvore, consultar <<https://www.jardineiro.net/plantas/falsa-seringueira-ficus-elastica.html>>).

De um modo geral, acerca de ruas, discorre sobre a Rua Dois e a Rua Cinco, lembrando-se de que, nesta última, além dos oitís plantados, existe um museu com pedras com marcas. Cita o fato de que as antigas ruas largas da cidade foram estreitadas por causa do volume do trânsito.

Eu me lembro que quando eu vim pra cá, a Rua Nove de Julho terminava na Avenida Trinta e Seis com a Bento de Abreu, ali. E era calçamento de paralelepípedo. As ruas eram estreitas e as calçadas largas, e era tudo arborizado. Posteriormente, [...] foram arrancadas as árvores e diminuíram as calçadas pra aumentar a parte da rua, em razão do volume de veículos na época. A Rua Cinco é uma obra histórica de Araraquara, com essas árvores oitís. Famosa, muito bonita, até hoje é muito bem preservada. [...] Ali, na Rua Cinco, tem um museu [...] que guarda pedras da calçada [...] eram marcas de índios da época, né, que habitavam a nossa região. Que chamavam, acho, Guaianases, se eu não me engano.¹⁴⁸

Descreve o costume do *footing* (“fute”) e elogia o prédio do Clube Araraquarense (atual Palacete das Rosas, sede da Secretaria de Cultura), dizendo que o prédio veio para a Prefeitura em troca do estádio municipal.

Era o ‘fute’ da cidade. Os homens ficavam parados na rua e as mulheres circulavam na calçada. Na calçada de cima, elas desciam e na debaixo, em frente ao teatro, subiam da Avenida Espanha até na Avenida São Paulo. Que é ao lado do Clube Araraquarense, a sede do Clube Araraquarense. Cuja obra consta lá até hoje, né? Foi muito bom a prefeitura fazer a troca, né? Ficou pra prefeitura e cederam [...] o estádio municipal. E mantiveram-se as características do prédio.

13 - Teresa Cristina Talarolli

Principais itens enfocados: história e memória; Britos, remodelação da cidade pelo grupo de Bento de Abreu, antigo teatro municipal, Wallace e o TECA, Matriz, lenda da serpente, Sítio Sapucaia e Mário de Andrade, *footing*, Lupo, lajes das calçadas, largo da Câmara, referenciais, Ernesto Lia, conservação do patrimônio, Festa do Carmo, novo teatro municipal.

RESUMO: Araraquara não tem autopercepção da memória. A Matriz é o centro de nossa história. Linchaquara; o café; febre amarela; coronelismo; assassinato; complexidade dos Britos. Aceita-se o antigo com o moderno só no exterior; equívoco de Rômulo Lupo para o velho teatro. Regime militar: a derrubada obedeceu a critérios de ocultamento. TECA de Wallace foi abalado, mas ele fez um filme. Na Chácara Sapucaia, Mário de Andrade escreveu Macunaíma e existiria um túnel, caminho da serpente. Os trilhos dividem nossa história em duas eras. A Vila Xavier foi discriminada. Retirar os trilhos pode impermeabilizar a área e prejudicar o lençol freático. O *footing* era no Jardim Público, com separação de classes. O relógio da Lupo é um marco. O MAPA guarda lajes com registros fósseis, era o conservatório de José Tescari. Largo da Câmara hoje abriga o CEDRAD. Não há referências nos locais de memória. Ernesto Lia tem obras na Pinacoteca Municipal. Políticas públicas para arte e conservação são necessárias. Araraquara tem potencialidade turística, mas há problemas de conservação do patrimônio. Políticas públicas devem envolver poder público, setor privado e público. Festa do Carmo é referencial de costumes.

¹⁴⁸ O museu referido, o MAPA (fls. 115 a 121), realmente exhibe, também, artefatos de índios que teriam habitado a região, além das lajes com vestígios fósseis de dinossauros. Quanto aos “Guaianases”, ver fls. 130 e 131.

Teresa Cristina Telarolli é a atual Secretária de Cultura de Araraquara (SP) e declarou ter cinquenta e quatro anos. É filha do historiador Rodolpho Telarolli, com extensa obra sobre a cidade. Também é historiadora e cultua a memória araraquarense. Sua entrevista apresenta análises de inúmeros fatos do passado araraquarense, com projeções sobre o estado atual de nosso memória.

Acredita que Araraquara não teria uma “autopercepção muito clara da sua própria história, nem uma, de maneira constante, valorização da importância dessa memória”. Poderia ser devido a “uma série de fatores, mas [...] diria que memória ela tem”, todavia “acontece é que as pessoas não saibam que existe, não têm, não dimensionem exatamente, essa memória”. Recorda que o início do povoado é semelhante a muitos outros, com um ponto mais ou menos alto, água, segurança e, afinal, um componente religioso – sendo que, em nosso caso, a Matriz se transformou no centro irradiador da nossa história.

Eu costumo pensar a história [...] pensando sempre no contexto. Porque a gente tende, isso na vida pessoal e em tudo, [...] a achar que aquilo que é nosso, é único, é maior e é exclusivo. E quando [...] coloca [...] dentro de um contexto, [...] compreende melhor [...] o papel da gente e isso se estende para as histórias das comunidades. Então se [...] pensar em Araraquara como uma cidade que [...] nasce há duzentos anos, encravada num sertão a ser desbravado, com todas as dificuldades que se tinha naquele momento [...] entende também que a formação do povoado daqui é o que acontecia na maior parte das localidades, ou seja, você tem o agrupamento de pessoas perto de água, um local mais ou menos seguro, então, se possível, mais ou menos alto, não precisa ser o mais alto, mas que permita a segurança de vários níveis. E a partir do momento que se tem o agrupamento de pessoas, a questão da religiosidade ela vem forte, então você tem também a instalação de um templo. A compreensão da matriz é essa aí, é isso, como marco zero da cidade e toda a simbologia que tem por trás disso, [...] de fato ela é um marco, uma referência da memória local.

O episódio dos Britos ocorre dentro de um quadro complexo, que inclui a chegada dos trilhos influenciando o desenho da cidade, o esforço de limpar a imagem de Linchaquara, a economia deslançando com o café, a ocorrência da epidemia de febre amarela (final do século XIX), o fenômeno do coronelismo e seu sistema de força e poder, cenário em que mergulham Rozendo e Manuel Brito, vindos do nordeste, assassinatos e julgamentos ilegítimos – tudo resultando na fama de Linchaquara. Os Britos não foram linchados, mas, sim, assassinados.

A gente fala em linchamento, mas, na verdade o assassinato dos Britos [...] não foi um linchamento [...] está emprenhado na história, [...] é um divisor de águas mesmo que vai se refletir, sob o meu ponto de vista, [...] no desenho [...] que a cidade vai ter no começo do século XX. Naquele momento, [...] os anos finais do século XIX, a gente tem, é uma cidade que já estava prosperando [...], já tinha a cultura do café, a ferrovia tinha chegado ali no final dos anos oitenta e [...] em 1.895 ou 1.896, [...] já tem todos os traços do fastio do café, [...] como economia principal. E [...] a gente tem nesse momento, eu acho que dois cortes [...]. Um, a epidemia de febre amarela, [...] que consegue dizimar em torno de trinta por cento da população local. E na sequência e quase concomitantemente, o linchamento dos Britos, aquele episódio

todo de coronelismo. Então é um trauma, o episódio do coronelismo tem que ser tratado sob essa luz, de que você tinha justamente um contexto, de uma ordem política instalada e o que aconteceu aqui está inteiramente ligado a essa ordem política, [...] relação de forças muito bem estabelecida no sistema coronelista. Se dá, aí, o caso exemplar, [...] o rapaz, sergipano, jornalista, monarquista [...] de alguma maneira desafia o poder estabelecido, o coronel que é o representante do poder local, vai pro enfrentamento, morre nesse enfrentamento, [...], o outro rapaz é muito jovem e matou o coronel. O tio dele entrou [...] só porque [...] foi na farmácia onde ele trabalhava. E aí são presos e é feita toda aquela articulação pra parecer um linchamento, mas na verdade não. Os capangas, os fazendeiros locais que se reuniram fora da cidade e tinham todas as senhas, mandaram esvaziar a cidade, todo mundo pra dentro de casa. Enfim, aí você tem o assassinato com todos os toques de barbárie mascarados pra parecer um linchamento que [...] daria a legitimidade da vontade popular, mas na verdade não era. E, depois, todo o processo de um julgamento que termina em impunidade. Disso tudo o que fica é a mácula pra cidade, de uma cidade violenta, Linchaquara, esse estigma que é a cidade de linchadores. Estigma que acompanha não só a imagem da cidade, fora das suas fronteiras, mas sobretudo a auto-imagem da população, tanto que é que o assunto que não era falado. Eu tenho cinquenta e quatro anos e me lembro muito bem que, na infância, durante um bom tempo, as pessoas não falavam sobre os Britos¹⁴⁹. E isso já se tinham passado [...] oitenta, noventa anos. [...]. Então você tem uma marca. Junto com isso [...], de maneira contemporânea, a febre amarela.

Especificando a relação do episódio dos Britos com o desenho da cidade, lembra-se do movimento empreendido por políticos locais, com o intuito de, reformando locais, erigindo prédios e instalando serviços, apagar a fama de terra de linchadores.

E isso aí, sob o meu ponto de vista de que é determinante pro desenho da cidade no começo, no alvorecer do século XX, porque você tem uma política de [...] alternância, mas o sistema é o mesmo até o término da república velha, em 1.930. Então você tem [...] esses mesmos coronéis que patrocinam de alguma forma e sustentam o poder político, e que de alguma maneira protagonizam esse episódio do assassinato dos Britos, eles têm [...] uma necessidade compensatória, essa é a minha leitura do que vem acontecer no desenho urbano [...], do que acontece em Araraquara [...] nas primeiras décadas do século XX. Você tem uma cidade que tem um código de postura de 1.902, que é extremamente inovador para aquele momento, [...] uma política de embelezamento da cidade, [...] arrojada, que, entre erros e acertos, mas que tenta cuidar de questões da saúde pública com mais consistência. Você tem o incremento [...] daquilo que não se falava na época, mas hoje em dia a gente vê como uma política cultural, quando [há] a construção do antigo teatro municipal aqui no centro, um teatro maravilhoso, que veio a ser demolido na década de sessenta, mas que é um símbolo com palco móvel, que é uma referência do interior do estado, de qualidade, [...] tendo uma efervescência da questão cultural. [...]Tudo isso [...] é uma política de cicatrização que se instala dessas duas grandes marcas que ficam. [...] Quer dizer, primeiro uma mácula que foi carregada internamente de autoestima, tudo, por décadas, por cem anos praticamente, e ao mesmo tempo foi também um motor, uma ferramenta de desenvolvimento, pela leitura que se fez naquele momento.

Sobre o antigo teatro municipal, observa que houve, como no Brasil todo, a incompreensão de que o antigo e o moderno podem conviver. A sua destruição teria sido um equívoco do prefeito Rômulo Lupo, homem de seu tempo, para instalar, no local, o que

¹⁴⁹ Podemos confirmar que, em nossa infância, na década de 1950, o assunto Britos ainda era tabu.

considerava um “moderno” prédio de apartamentos. Até hoje, há quem admire o antigo no exterior, mas reluta em aceitá-lo aqui.

Primeiro [...] Araraquara padecia [...] por um pouco mais de tempo do que em outros locais, de um mal que assolou o Brasil como um todo durante muitos anos, que é a incompreensão de que o moderno, o contemporâneo, pode e deve conviver com o antigo. [...] Esse episódio do teatro, primeiro, como um dos grandes equívocos do então prefeito Rômulo Lupo, [...] quando [...] assumiu, na década de cinquenta, a prefeitura da cidade, um industrial local, que [...] trouxe inúmeras [...] inovações, projetos, [...] alavancou a cidade no rumo do desenvolvimento, da sustentabilidade econômica, que é uma coisa que não tinha. Mas ao mesmo tempo, ele era um homem do seu tempo. E aí ele toma uma das decisões mais equivocadas que é a demolição do teatro, que era um prédio que vinha num processo de deterioração [...] e ele opta pela demolição, pra instalar no local aquilo que, nos projetos, [...] seria um prédio de não sei quantos andares, residencial, com teatros na parte subterrânea, dois andares subterrâneos de teatro pra compensar aquilo. Nem o prédio saiu, nem esse projeto saiu. Mas mesmo que tivesse saído, não diminuiria o equívoco da demolição, porque era um teatro maravilhoso. [Mas], ele estava sintonizado com aquele momento em que [...] o antigo não era antigo, era velho, e o velho não podia conviver com a ideia de progresso. Isso se estendeu por muito tempo aqui, por tempo demais. Há ainda hoje, [...] setores da sociedade que, apesar de terem, de absorverem um discurso da importância da preservação, eles entendem isso dos muros pra fora. Então quando eles viajam, eles vão pra Europa, eles acham lindo ver Paris, ver o Casco antigo de Toledo, essas coisas, mas não entendem que a gente tem esse mesmo compromisso aqui, guardadas as devidas proporções. Então o teatro pra mim foi um equívoco [...] irreparável [...], eu vejo é muita gente, os órfãos do teatro, que são contemporâneos, muitos contemporâneos desse teatro demolido, e que se você conversar lentamente, as pessoas também não perceberam sua magnitude. [...] Mas é isso, quer dizer, os próprios contemporâneos também não tinham [...] uma noção da magnitude da destruição.

Aparentemente, havia motivos para temer pela reação à derrubada do teatro, pois a mesma obedeceu a critérios de ocultamento do que ocorria, lembrando que, na época, vivíamos os tempos dos governos militares. Além disso, existe a presença de descaso com fatos ligados à cultura e à memória.

Bom, foi feito na calada da noite, então mesmo que houvesse alguma possibilidade de resistência, um dia a cidade amanheceu, primeiro colocaram tapume, depois uma coisa, depois outra, um belo dia, o teatro estava no chão. Então já não houve, [...] oportunidade de organização de resistência. Mas [...] pro contexto também da década de sessenta, dentro de um processo de endurecimento da ditadura militar, foi em sessenta e sete isso daí e tal, eu não acredito que houvesse uma articulação de resistência, inclusive também pela falta de percepção. Eu acho que a gravidade do que aconteceu, essa compreensão ela foi acontecendo com o passar do tempo. [...] O que há é um descaso histórico com a cultura, aos estigmas. Então, de fato as resistências estão muitas vezes concentradas ou embrionariamente dentro do universo da cultura e das artes. [...] É descaso mesmo, sabe, é falta de compreensão e de entendimento da questão do patrimônio.

Acerca do TECA, embora afirmando não ter grande conhecimento de sua história, faz ponderações importantes. O antigo teatro era o sustentáculo de sua atividade, de tal forma que sua demolição abalou o grupo. Assinala a grande projeção de Wallace Leal Valentim Rodrigues que tinha, também, o sonho de realizar um filme, imensa façanha na Araraquara (SP) dos anos 1960.

Eu não conheço em profundidade a história do TECA e nem a do Wallace. [...] O antigo teatro era a sede das atividades do TECA desde os ensaios até a montagem de espetáculos, era uma infraestrutura necessária, [porém] já antes da demolição, pela condição de precarização do teatro, foi dificultando muito essa ocupação [...]. Isso foi muito desmotivador pro grupo, [...] que vinha trabalhando muito no sentido da profissionalização, mas não encontrava aquela infraestrutura mínima pra poder avançar nos seus propósitos, e aquele pouco que tinha, perdeu. Perdeu antes da destruição, depois demolição então, era um fato consumado. Pelo que eu sei, é nesse momento [...] que o Wallace, que tinha uma inteligência, um talento acima, muito acima da média local [...] e tinha um sonho, da produção de um filme, [...] se juntaram ali algumas pessoas, [...] que tinham [...] essa mesma disposição e partiram pra essa empreitada meio maluca que é produzir um filme em Araraquara, na década de sessenta.

A Matriz de São Bento liga-se a inúmeros acontecimentos impregnados na história araraquarense, incluindo a lenda da serpente, que volta seguidamente à memória local. O atual prédio, que não se acaba, fica, por sua vez, colado a tal história.

Primeiro, tem essa coisa de que, quando os Britos foram assassinados e os corpos ficaram expostos e dilacerados na praça, o padre local, Antônio Cesarino, ao ver aquilo, amaldiçoa [...] a cidade [...]. Tem também que a mãe do Rozendo, quando ela fica sabendo [...], ela pega um torrão de terra e amaldiçoa, fala "nesse solo nada vai prosperar, esse solo tá manchado de sangue, o sangue do meu filho". E isso ficou registrado, haviam muitos registros orais disso daí, com maior ou menor ênfase. [...]. Quando se iniciam as obras dessa catedral aí, uma obra gigante, pretensiosa, um prédio imenso, que exige muito capital pra conclusão, [...], você tem uma obra eterna, começa na década de cinquenta e até hoje não está concluída. É muito mais fácil você entender quando se tem essa mescla da religião com a crença e do folclore com a realidade, [...] entender essa dificuldade de conclusão de uma edificação religiosa como se fosse um boicote divino ou alguma [...] força oculta, do que você entender que é simplesmente falta de recurso. [...] Você junta aquela coisa da história do passado, aquele lugar é palco de um crime hediondo e você tem uma mãe que amaldiçoa, um padre que roga uma praga e, [...] por fim, uma igreja que [...] não acaba nunca. E aí você junta tudo isso num tal de misticismo, e vem a serpente, lógico, que é uma coisa recorrente. A gente, hoje em dia tem a facilidade da internet, se der um Google aí, "serpentes locais", [...] tem no Amazonas, um local que fala que tem uma serpente que fica escondida num casebre, no Rio Grande do Sul, e assim a gente tem, e na história da humanidade mesmo, porque serpente tem essa coisa dúbia da sabedoria e da encarnação da maldade. [...] Então a minha interpretação vai mais ou menos por aí, mas [...] essa lenda ela volta [...], ela vai pras catacumbas da memória, de repente tem alguma coisa aí que faz ela refluir.

A lenda da serpente possui, inclusive, uma ligação com a Chácara Sapucaia, onde existiria um túnel, um dos caminhos da serpente, "que na verdade é um porão inacabado, mas tem um túnel nos porões da casa e as pessoas adoram; então a gente montava visitaçõ pro espaço, e as pessoas adoram imaginar que aquele túnel é um dos caminhos da serpente".

Assinala que o Sítio Sapucaia, que pertencia a Pio Lourenço Correa, foi o local onde foi escrito o livro Macunaíma, por Mário de Andrade e relata a história dos acontecimentos que levaram a tal fato.

Embora o [...] Mário de Andrade não fosse daqui, ele tinha [...] um parentesco meio distante com [...] o Pio Lourenço, [...] com a esposa dele, com dona Zulmira [...]. Mas, a verdade é que ele produz muito, ele prospecta muito do material que ele usa no Macunaíma [...] sobre folclore, a partir dessa convivência dele com o Pio

Lourenço, que ele chamava de tio, mas não era, só tinha uma diferença de idade. Era uma amizade muito grande, muito improvável porque o Pio Lourenço era um homem muito conservador, muito rígido; e o Mário era um rapaz que veio de São Paulo, modernista. Então eles tinham alguns embates de ordem intelectual mesmo, mas uma ligação, um afeto e um respeito que passava e superava essas diferenças. E aí ,[...] o Mário, ele vem pela primeira vez pra cá quando ele tem uma depressão na mais tenra juventude, morreu um irmão e ele tinha quinze, dezesseis anos, teve uma depressão. [...] E aí o Pio pega e fala assim, era muito amigo do pai do Mário, ele falou "ó Carlos, manda o Mário pra cá, manda o menino pra cá que eu dou um jeito nele". E pegou o Mário, tirou do trem [...] levou numa fazenda dele, "ó, fica aí pra você curar as suas dores". [...] Ia pra lá, levava comida pra ele, conversava um pouco, e aquilo de alguma maneira funcionou pro Mário. E o Mário [...] ficava já na chácara onde morava o Pio e a esposa", e [...] fez desse espaço uma reserva de tranquilidade, [...] todos os anos ele vinha, era um momento dele de [...] descansar, de relaxar. E ele conversava muito com o Pio, que era um filólogo autodidata. [...] E o Mário, assim, usou muito dessa interlocução pra ir construindo o acervo que definiu, depois [...] no Macunaíma, na produção do livro aqui em Araraquara. Mais tarde em uma entrevista, brincou, falou que ele trabalhou por seis dias e no sétimo o Macunaíma nasceu. E aqui, em Araraquara, na chácara Sapucaia. Mas a verdade é que foi muito importante pra produção do Mário e pra história cultural de Araraquara, e eu acho que do estado de São Paulo e do Brasil, a chácara Sapucaia é uma referência assim, que não pode ser ignorada. É muito importante.

Sobre a área dos trilhos, não se deve esquecer de sua importância para o município, podendo-se, mesmo, dividir a história da cidade num antes e num depois de sua chegada. A área a leste deles, a Vila Xavier, foi, durante muito tempo, discriminada em relação ao centro da cidade, que fica a oeste.

Então, eu acho que assim, pra gente pensar nos trilhos, a gente tem que compreender qual é o impacto da chegada da ferrovia no município, no final do século XIX. [...] Tem o antes e o depois. Você joga a cidade pro mundo e traz o mundo pra dentro da cidade por meio dos trilhos, tudo muda. Só que [...] os trilhos foram construídos a leste [...] depois do [...] córrego da servidão [...] e eles impõem pra cidade, pro desenho urbano, uma imensa cicatriz, porque passa a ter a cidade cindida, existe uma cidade pra cá dos trilhos e existe a cidade a leste dos trilhos que é a Vila Xavier. [...] Dessa forma, você tem uma cidade que se desenvolve com essa cicatriz no meio, [...] e isso se reflete de uma maneira, inclusive, na designação do seu tecido social. [...] A oeste, vamos dizer, você tem o centro, [...] a cidade que [...] se mostrava até então. Pra lá, morro acima, quem vai se instalar? São aqueles trabalhadores, de maneira geral, que vem pra ferrovia. Quem é a mão de obra? O chefe da estação, não, é esse calibre de funcionário. São os caras que fazem a mão-de-obra. [...] Quem é essa mão-de-obra? São os imigrantes e são os negros recém-libertos, que vão trabalhar na ferrovia. Então você tem os que moram [na Vila Xavier], que é o segmento mais pobre. Então tem ali uma divisão geográfica que reforça na questão das diferenças, do fosso, do abismo, nas diferenças econômicas e sociais. E aí isso se reflete tanto no preconceito, "ah morar na Vila? Vila não, Vila não, Vila não é lugar pra morar, não sei o quê". [...] E na absoluta ausência do Estado, da prefeitura, da mão do poder público pra levar os benefícios e o desenvolvimento para aquela região. Então até final da década de cinquenta, a Vila Xavier, 80%, 90% dela não era pavimentada. A questão da água encanada, [...] transporte percorrendo o bairro como um todo, não tinha. É um lugar que custou muito pra receber os benefícios que todo o resto da cidade tinha. [...] Eu fiz esse preâmbulo todo, pra dizer que [...] nesse processo do desvio do contorno ferroviário, manter esses trilhos no centro da cidade, é uma área imensa, agora não me lembro quantos metros quadrados, mas é umaimensidão. [...] Se não vai mais ter uma ocupação com a questão do transporte ferroviário, até porque foi desviado, você pode e deve reservar uma parte, [...] pro turismo histórico, pra, enfim, pra uma série de coisas, e de resto, eu acho que tem que ter um projeto completo [...]. Hoje se fala

muito, já se tem construída essa ideia do Parque dos Trilhos, que tem uma área verde encravada aqui no centro da cidade, tem um centro administrativo [...], tem muito pra ser pensado [...] com consistência, porque, senão, a voracidade do capital especulativo se instala ali e a desgraça está feita. Mas eu acho que é inevitável [...] que tenha que ser pensado um projeto de ocupação racional.

Há que se ponderar muito um plano de aproveitamento da área dos trilhos, evitando-se a sua impermeabilização e atentando para contaminação do lençol freático.

A minha leitura é que se pode pensar em tudo, menos em impermeabilização dessa área. Porque há alternativas, pode ter, por exemplo, a construção de um centro administrativo, essas coisas, com o solo permeável. Hoje em dia, se tem essas alternativas. E com um belíssimo projeto na área de desenvolvimento urbano [...]. Porque se fosse impermeabilizar, é uma catástrofe, realmente é um dos pontos de estabilidade. E tem muito o que ser pensado ali, mesmo a questão da contaminação do lençol [freático]. Então tem muita coisa pra ser ponderado, mas eu acho que um belo projeto, ele consegue harmonizar e trazer um ganho gigante pra cidade.

Entre os costumes resguardados na memória araraquarense está o *footing* (pronunciado pelos naturais, como “fute”). Relata-se que, antes do tradicional movimento na rua São Bento, outro *footing* ocorria – de forma menos democrática – no antigo Jardim Público, atual Praça Independência. Porém, tal costume também ocorria em outras cidades.

Primeiro, que é uma memória na área dos costumes mesmo. E é uma memória efetiva. É um costume que existia, não era só aqui. Há alguns anos, eu fui a Poços de Caldas, passei por ali, fiz um pernoite e tinha o *footing*, você percebia claramente esse desenho dos jovens passeando em volta e a gente chama hoje em dia de azaração, com os namoricos, essas coisas... Mas se tinha isso. Aqui tinha, antes de ser aqui [...] nesse intervalo, esse *footing* acontecia antes, na Praça Independência que é ali no Jardim Público. Que tinha um coreto, no começo do século, e [...] tinha inclusive uma questão de estratificação social muito clara. Eles faziam num raio. Então aqueles que circulavam em volta do coreto, no raio menor, eram os jovens de mais recursos. Aqueles em que aumentava o raio, [...] que faziam dentro do jardim, mas mais distante, aquele passeio lateral, eram os trabalhadores bem colocados, digamos, que vivam na burguesia, que têm comércio, professores, filhos de professores, o médico. E aí aqueles que faziam o *footing* na calçada, quer dizer, na área externa, eram os negros e imigrantes, que eram os mais pobres¹⁵⁰. E diz que era muito claro, eu tive muitos depoimentos que tratavam [...] exatamente disso. Pessoas [...] que já [...] morreram, porque foi bem anterior. E aí, em algum momento, migra, sai de lá, e esse *footing* ele passa a ser feito aqui, nesse perímetro. De uma maneira, digamos assim, mais democrática.

Sobre a família Lupo, faz um depoimento com referência à torre do relógio, que regulava a vida das pessoas, em seus horários e que se constitui num marco de nossa memória.

Ah, eu gosto muito, eu acho que [...] inclusive a família Lupo foi muito feliz, eu acho, eles tinham uma necessidade de modernizar, de ampliar, de facilitar o escoamento. Então eles tinham essa necessidade de sair desse prédio, que já não dava conta das demandas da empresa, mas eles foram muito sensíveis ao preservar aquilo que, de fato, é uma referência muito forte da cidade, que é o relógio, a torre do relógio. Que faz parte, não só da paisagem urbana, mas essa coisa da memória mesmo, as pessoas que controlavam o horário... Estou perdendo hora, não estou perdendo hora, vou chegar no horário na escola ou no trabalho, pelo relógio da

¹⁵⁰ Foi ali que, segundo relato de meus pais, eles se conheceram.

Lupo. Então, acho que [...] é uma referência mesmo, acho que eu gosto muito. O patriarca era relojheiro.

Uma característica da cidade é o fato de que a maioria das calçadas, em determinada época, foi feita com lajes apresentando resíduos fósseis com idade de milhões de anos. Embora muitas tenham se perdido, ainda existem algumas nas calçadas. No Museu Arqueológico e Paleontológico de Araraquara – MAPA, existe um bom registro de tal fato.

Então, essa é uma das peculiaridades de Araraquara, torna ela uma referência quase que única. [...] Realmente bem significativa. Que é o fato da gente ter os arenitos, ainda há muitos na cidade, no calçamento. Que vem de uma pedreira daqui de perto, que tinha justamente esses resíduos, [...] esses vestígios fósseis de cento e cinquenta milhões de anos atrás. E que durante muitos anos, ninguém fazia a mínima ideia que existia, que você tinha esse patrimônio a céu aberto. [...] O que eu sei é que um professor, um arqueólogo, um professor italiano, acho que é Giuseppe Leonardi, ele casualmente tava passando de trem aqui [...] e ele desce [...] pra andar na cidade, pra fazer alguma coisa, ou ele teve uma emergência, alguma coisa assim. Ele está andando na rua, e ele vê uns vestígios, e aí ele fica "espera aí, isso aqui...", isso na década de setenta. E aí [...] ele leva esse registro e joga pro mundo¹⁵¹. Mas enfim, é um tesouro a céu aberto mesmo que nós temos aí.

O MAPA, um museu que guarda resquícios de dinossauros, mas tem o nome de um artista da música, o Maestro José Tescari, localiza-se no edifício que foi, originalmente, o conservatório mantido por ele.

Aquela casa ela está totalmente preservada. [...] Essa casa ela foi desapropriada e adquirida pelo município em 2.007 ou 2008, justamente quando eu estava na coordenadoria de patrimônio. Ela estava caindo, o maestro já tinha morrido há muitos anos, a família não era proprietária daquele imóvel. O imóvel passou por várias mãos [...] estava caindo, ninguém investia recurso nenhum nele [...]. Naquele momento, no curto prazo, ela ia virar um estacionamento, era isso que a gente ouvia. E aí nós tínhamos o projeto da criação do museu, do MAPA, Museu de Arqueologia e Paleontologia, e mapeamos essa edificação [...]. E aí conseguimos fazer uma desapropriação muito justa [...]. Não foi nada de leonino na relação com a iniciativa privada. E fizemos um trabalho de recuperação, não foi restauro, porque muita coisa já não tinha como, por exemplo, o piso [...] era um buraco. Tem um porão embaixo. A cobertura também, madeiramento podre. Enfim, ela estava muito, muito deteriorada. Então [...], nós conseguimos, tínhamos um recurso, tinha conseguido por um projeto que eu entreguei na mão da ministra na época; ela veio fazer uma visita aqui em Araraquara, falei "ah eu pego". A Ministra do Turismo¹⁵², e eu entreguei, chamava Parque dos Museus, que era criar esse circuito de museus.

O conhecido Largo da Câmara, na verdade Praça Pedro de Toledo, é um espaço tradicional em Araraquara (SP), o qual seria um dos que mais guardaram sua aparência da época em que se estruturou. No meio da praça está, hoje, o CECRAD - Centro de Recuperação de Acervos Diversos, laboratório que se dedica a acervos da cidade.

Olha, pelos registros que a gente tem [...] há uma interferência, sobretudo acho que na questão do paisagismo. Das árvores, algumas tantas coisas não existiam, existem

¹⁵¹ Segundo José Maria Viana de Souza (2003a, p. 11), a descoberta das lajes foi do geólogo Joviano Pacheco, em 1910, numa laje da Catedral de São Carlos (SP) e oriunda de Araraquara. Os estudos de Giuseppe Leonardi seriam bem posteriores, entre 1976 e 1986.

¹⁵² Marta Suplicy.

hoje. Tem a rua que rasga a avenida Portugal [...]. Mas [...] eu ainda acho que dos locais abertos [...] de referência à memória de Araraquara, talvez seja dos poucos [mais conservados], se você pegar uma foto, as fotos do começo do século XX e trazer pra hoje, você reconhece tanto os prédios, o prédio do museu onde foi a câmara, foi a cadeia e o fórum, tanto quanto a escola que já é da década de trinta. Tanto um como outro, você consegue, você vislumbra, você fala "eu sei onde é isso". O que significa, pelo senso comum, que foi pouco desfigurado. [...] [O] CECRAD, que fica naquele prédio redondo, [...] entre o museu histórico e [o grupo escolar] [...] é o Centro de Recuperação de Acervos Diversos, é um laboratório pra trabalhar com acervos. Pra equipar o museu ferroviário, um audiovisual, com *data show*, um monte de coisa.

Sobre a inexistência de placas ou indicativos dos lugares e ruas, revela a intenção de disponibilizar tais dados através de aplicativos de mídia, a exemplo do que se faz em outros países. Tal alternativa, além de ser mais moderna, teria um custo menor do que colocar placas de referências em todos os lugares.

Seria muito importante ter um projeto que fizesse esse referencial. [...] Não é uma coisa ainda com cara de projeto, mas vamos dizer, vamos colocar no terreno do desejo. Que eu acho que dá pra gente fazer isso via aplicativos, sabe? Até pode ter um ponto fixo onde você coloca aqui um totem, uma placa. Mas você não consegue fazer isso em todas as quadras, nem nada, não dá. Então, [...] hoje em dia com essa tecnologia dos aplicativos, é perfeitamente possível você juntar, [...] fazer um *link* com o turismo [...] Você vai pra Madri, [...] abre ali o *Google Maps* pra saber a rota pra se chegar em tal lugar. E você vai, [...] tem o *link* de referenciamento, [...] o simbolozinho da igreja, [...] tem o básico, [...] igreja Nossa Senhora de não sei o quê, construída no estilo tal, no ano tal, por fulano de tal. Você quer saber mais? Vai lá, você entra na igreja. Vai pesquisar, mas se você precisar saber do básico, você tem aqui. Eu acho que hoje em dia essa apropriação dessa tecnologia, ela tem que ser feita com urgência e dá pra fazer, eu não acho que seja um custo alto.

O pintor Ernesto Lia e outros significativos, de Araraquara, têm obras conservadas na Pinacoteca Municipal, dentro da Casa da Cultura, afirmando que políticas públicas nessa área precisam ser referendadas e estimuladas pela classe artística.

Nós temos a Pinacoteca Municipal. Que tem um acervo aí de mais de mil obras, algumas de muita relevância, outras nem tanto, de pintores locais, de pintores de fora. [Precisa-se estar] sempre trabalhando e alimentando essa memória. Então, por exemplo, ano passado, [...] 2.017, há um programa, um projeto muito forte na cidade, que está dentro da programação social da cultura, que é o Território da Arte. Esse ano vai ser a décima sexta edição. Em 2.017, o pintor homenageado foi o Ernesto Lia. Até 2.017, a nossa pinacoteca tinha acho que uma ou duas obras dele, que ele doou. É muito pouco.[...] Na própria Casa da Cultura, nesse ano de 2.017 e parte de 2.018, nós montamos um projeto e fizemos a aquisição de doze telas do Ernesto Lia, mais a tela dos duzentos anos da cidade que ele produziu [...]. Que é uma forma de você valorizar a pinacoteca local, tem que ter o acervo, não o total nem nada, mas tem que ter um acervo de artistas locais. Então há correções que eu acho que têm que ser feitas. O Mário Ibarra [...], agora não vou saber de cabeça lhe dizer quantos quadros, quantas telas tem dele lá, mas tem, que são integrantes da Escola de Belas Artes. Professor Sidney Rodrigues que faleceu recentemente, também. Agora, isso é política pública, não tem jeito. Você tem que ter essa política pública da valorização e tem que ter os recursos. E aí você tem cobertura, você tem que fazer as escolhas. Por exemplo, pra você ter uma ideia, pensando em artes plásticas, quando cheguei, em janeiro de 2017, a gente tinha uma pinacoteca com infestação de praga, de cupins, você imagina qual é o risco. Em um ano e meio, nós trocamos quase quatrocentas telas, quatrocentas molduras e conseguimos, não perdemos nenhum [quadro], mas foi por um triz. Agora, [...] as pessoas enchem a

boca e falam política pública, não, política pública é isso, é você falar, olhar dentro desse recurso reduzido que eu tenho, eu elejo essas prioridades. E aí é sempre doloroso, porque [...] tem que ter uma política de valorização, mas ela também tem [...] uma representação muito forte das artes plásticas no Conselho Municipal de Cultura [...]. Tem que ser um olhar do poder público, mas tem que ser um olhar da população e dos artistas também, que motive [...] que provoque [...].

Araraquara não é uma cidade histórica como Ouro Preto (MG) e outras, mas possui seus próprios fatos de história tendo, por exemplo, potencialidade em questões ambientais, além de várias características que podem incluí-la num roteiro turístico e cultural, como são seus museus. Há problemas de conservação do patrimônio, como o do entorno do atual Museu Ferroviário.

Araraquara não é uma cidade histórica naquilo que se convencionou, [como] Ouro Preto, de Minas, ou de certos locais do Nordeste. Mas ela tem uma história, ela tem, por exemplo, uma vocação pra questão ambiental, do patrimônio ambiental [...]. Você tem [...] as lajes a céu aberto, [...] o corpo museal que é bem interessante, que tem desde o Museu da Arqueologia até o museu mais colecionista como Voluntários da Pátria, o Museu Ferroviário, o Museu do Esporte, [...] o Museu da Imagem e do Som. Ela tem [...] um estofo pra justificar. Inclusive [...] o patrimônio arquitetônico, a gente empobreceu muito [...] Pra mim, pessoalmente, teria que ser uma prioridade. Eu entendo as dificuldades, porque na verdade a gente tem ali [entorno do Museu Ferroviário] uma concentração de alguns proprietários que mantêm, que alugam aqueles locais [...] ou deixam fechados, eles mantêm aquilo meramente pra questão do capital especulativo, pagam imposto, porque se não pagassem [...] desapropria. [...]. O que teria que ter? Uma política de incentivo pra que as pessoas [...] tenham de entender que investir naquilo lá é investimento; que de alguma forma você vai recuperar. E isso tem que vir através de algum tipo de política de subsídio, isso sim cabe ao poder público fazer, ter um bom projeto, consistente, para aquele espaço.

Se houver política de incentivo aos proprietários, a iniciativa deveria vir de políticas públicas para o setor. Deveria haver interesse, através de um tripé entre o poder público (cada vez com menos recursos), a população e a iniciativa privada, no sentido de preservar locais de memória, pois a passagem do tempo é implacável e acabará por destruir tudo.

E eu acho que tem que ter essa coisa da mobilização, entendeu, da apropriação da cidade. Porque senão aquilo que a cidade, que o cidadão não se apropria ele morre. E aí você tem o círculo vicioso, fala assim: “ah, aquele espaço é a zona do lixo, é prostituição, é tráfico, é isso e aquilo”. Então a família não vai, o cidadão não vai [...] e aquele local [...] vai continuar girando aqueles que vão. [...] Para mim, [precisamos de] um círculo virtuoso. [...] [O prédio da] primeira leiteria, é hoje um bar de alta rotatividade. O próprio Hotel São Bento, ali abandonado, parado, é um monstro [...] de abandono mesmo [...], teria que ser [...] zona envoltória, [...] aquele trecho ali onde fica o terminal da avenida. [...] Tem inclusive um estudo, [...] um trabalho belíssimo de levantamento desses edifícios e em 3D, [...] pode ser um estudo preparatório pra um projeto de recuperação disso daí. Agora, o aporte financeiro pra isso, quer dizer, a iniciativa é sempre o tripé, é sempre, tem que ter o poder público, tem que ter a população, a comunidade envolvida e a iniciativa privada tem que se sensibilizar [...]. Seja a Prefeitura, seja o Governo do Estado, seja a Federação, seja o que for... Essas unidades cada vez mais vão ter menos recursos. [...] Quer dizer, se você ficar esperando, e a briga pela questão da história e da memória é, por princípio, uma briga difícil e perdida, o tempo vence sempre. O que a gente pode é tentar conviver [...], preservando e tomando todas as cautelas. Mas, no fim, a única certeza que a gente tem é que pode ser daqui um ano, e cem anos, quinhentos anos, mas o tempo vai ganhar. Agora, se for ficar esperando as condições

ideais, falar assim, "ah, vai entrar o prefeito fulano de tal que vai resolver isso", não vai. Tem que ir sozinho, não vai. O que a gente tem feito de maneira mais consistente, tem sido com o apoio da iniciativa privada. Porque o que você faz, não é de maneira mais consistente, mas com melhor tempo, o melhor custo-benefício mesmo. Aquilo que ele tem de recursos próprios, é difícil, como é que você briga com saúde, educação, com segurança pública, [...] ou a gente tem essa compreensão, essa clareza, ou a gente vive [...] numa bolha, num universo de frustrações. Então esse tripé, ele é essencial. Agora, tem que ter essa compreensão. E aí tem que entrar em educação patrimonial, tem um monte de coisa.

Outro referencial no campo dos costumes é a Festa do Carmo. Por outro lado, a Feira Agrocomercial e Industrial da Região de Araraquara - FACIRA precisaria ser melhor trabalhada.

A Festa do Carmo tem cento e vinte anos, ela já é um referencial pra comunidade afrodescendente, mas também pra cidade como um todo. Ela tem uma referência. A FACIRA é muito mais jovem, mas eu enxergo a FACIRA muito menos como uma feira, acho que ela, em algum momento, talvez tenha sido uma feira de negócios, mas eu vejo ela muito mais como [...] ligada [...] ao terceiro setor, à diversão, ao lazer. É isso. E talvez essa perspectiva tenha que ser [...] trabalhada pelo turismo. [...] A parte de expositores, [...] uma agenda de *shows*, de atividades, de lazer, parque, alimentação, [...] acho que ela tem tudo pra, inclusive, crescer muito, se for adotado como um viés mesmo, uma orientação.

Há uma preocupação com o atual Teatro Municipal, que apresentava sérios problemas de infraestrutura, mas está sendo recuperado.

A atividade do teatro é tocada pela Secretaria de Cultura, só que a gente está em obras, encontramos, pelo teatro, problemas gravíssimos de infraestrutura, teve um laudo pela defesa civil que [recomendou sua] interdição, estava oferecendo risco. Bom, isso foi em abril de dois mil e dezessete. [...] O que nós estamos fazendo, reformando o teatro, é uma obra de dois milhões e meio com recursos próprios. Não conseguimos o apoio da iniciativa privada. Então, é uma obra que acaba acontecendo mais lentamente do que se você tem o capital externo. [...] Os processos licitatórios [...] estão quase todos concluídos, a parte de obras mesmo vem sendo feita com alguma lentidão, mas agora, por exemplo, a gente conseguiu retomar um contrato com a Florestana, terceirizando uma parte. E a expectativa [...] é, no primeiro semestre [...] de 2019, estar devolvendo o teatro pra cidade totalmente equipado, equipamentos novos e tudo que há de melhor.

Ao final, a entrevistada externou um agradecimento, porque considerava nosso trabalho um “tipo de iniciativa dessa natureza, que pense a memória, a história da cidade, só vem somar e dar mais ânimo pra gente; no mínimo, diminuir o sentimento de solidão que, quem trabalha com isso, normalmente tem”.

ANEXO A - Lei 1.459/65

LEI MUNICIPAL Nº 1.459, DE 7 DE JULHO DE 1.965

Desincorpora bem de uso comum do povo e dispõe sobre a construção por incorporação de edifício em Condomínio e de Centro de Arte e Cultura de Araraquara e dá outras providências.

Art. 1º Fica desincorporado da classe dos bens de uso comum do povo e transferida para a do patrimônio do Município e, área de terreno, situada nesta cidade, e que assim se descreve:

"Tem início no marco 1, situado no alinhamento da Av. Duque de Caxias na praça Antônio Correia da Silva; daí segue pelo alinhamento da citada avenida numa distância de 17,00 mts. até o marco 2; deflete a direita segue em linha reta numa distância de 18,00 mts. até o marco 3; deste marco deflete a direita, segue em linha reta numa distância de 0,70 m. até o marco 5; deste marco deflete a direita, segue em linha reta numa distância de 16,20 m. até o marco 6; deste marco deflete à direita, segue em linha reta numa distância de 46,60 m. até o marco 1, onde tem início a presente descrição".

Art. 2º (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Art. 3º (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Art. 4º (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Art. 5º (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Art. 6º (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Art. 7º (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Art. 8º (Revogado pela Lei Municipal nº 1.703, de 12 de agosto de 1.969)

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fonte: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/arquivo?Id=102303>

ANEXO A – (continuação)

LEI MUNICIPAL Nº 1.703, DE 12 DE AGOSTO DE 1.969

Autor: Prefeitura do Município de Araraquara
Projeto de Lei 27/69
Processo 42/69

Dispõe sobre autorização legislativa para diversos fins, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Prefeito do Município de Araraquara, autorizado a:

a) rescindir amigável ou judicialmente os contratos particulares de compromisso de permuta de fração ideal de terreno por área construída celebrados entre o Município, como “Incorporador”, do “Edifício das Artes”, os condôminos, como “Permutantes”, e a firma Paes de Barros Ltda., como “Mandatária”;

b) desistir do empreendimento, procedendo à necessária averbação à margem da inscrição da incorporação no Registro de Imóveis competente;

c) abrir um crédito especial de NCR\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros novos), para ocorrer ao pagamento com as despesas decorrentes das rescisões e desistência do empreendimento.

Parágrafo único. Para atender ao crédito de que trata a alínea c, deste artigo, fica onerado em igual importância, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 1.968 (art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964).

Art. 2º Fica, outrossim, o Prefeito do Município de Araraquara, autorizado a elaborar o projeto e construir no terreno objeto de incorporação o Paço Municipal, aproveitando as fundações existentes.

Art. 3º Ficam revogados os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da [Lei Municipal nº 1.459, de 7 de julho de 1.965](#), a [Lei Municipal nº 1.633, de 23 de abril de 1.968](#) e os arts. 2º e 3º da [Lei Municipal nº 1.626, de 8 de março de 1.968](#).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Fonte: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/documento?sigla=lo&numero=1703>

ANEXO B**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA****LEI Nº 5.920****De 09 de outubro de 2002 Projeto de Lei nº 126/02 Processo nº 187/02****Autor: Vereador Anuar de Oliveira Lauar**

Institui no Município de Araraquara o dia do “Baile do Carmo” e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de

São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 24 de setembro de 2002, promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Passa a fazer parte do calendário oficial de eventos do Município de Araraquara, o “Baile do Carmo”, o qual deverá ocorrer no mês de julho de cada ano.

Parágrafo Único - O dia 16 do mês referido neste artigo, dedicado ao Dia de Nossa Senhora do Carmo, terá como objetivo principal a realização do baile que ocorre sempre uma semana antes ou após a data alusiva à Santa.

Artigo 2º - A data de que trata o artigo anterior será comemorada anualmente com eventos promovidos por entidades não governamentais.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2002 (dois mil e dois).

EDSON ANTONIO DA SILVA

- Prefeito Municipal - Publicada na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.

CLÉLIA MARA SANTOS FERRARI

- Secretária de Governo - Arquivada em livro próprio nº 01/2002. (“PC”).

ANEXO C

BENS TOMBADOS

Pelo CONDEPHAAT

- 1- Casa Térrea - Rua Padre Duarte, 1425. Processo: 22.166/82

Tombamento: Resolução nº 8, de 21/01/1987 Publicação: Diário Oficial do Estado em 24/01/1987

O Comendador José Pinto Ferraz, por volta de 1880, construiu a sua residência, projetada por Belarmino Grossi, em alvenaria de tijolos e cobertura em telhas de barro, arrematada por platibanda. Na elevação principal sobressaem-se os elementos característicos do estilo neoclássico: janelas em verga curva dispostas simetricamente em relação ao eixo vertical, definido pela única porta, em arco pleno, e ainda, o tratamento dados aos cunhais, com a presença de capitéis jônicos. Em 1930, foi adquirida pela Sociedade Brasileira de Educação e Instrução, mantenedora do Colégio Progresso de Araraquara.

Pela Resolução SC 42, de 02/04/98, Diário Oficial do Estado em 21/04/98, seção I, pág. 18, Resolução do Egrégio Colegiado em 02/06/1997, os seguintes bens:

- 2- Esplanada das Rosas; Processo: 28.687/91

Comentário: Praça pública localizada na Rua São Bento entre as Avenidas Portugal e Duque de Caxias (antiga Avenida Itália), defronte ao Clube Araraquarense e ao antigo Teatro Municipal (demolido por volta de 1966).

- 3- Praça da Matriz; Processo: 28.687/91

- 4- Praça da Independência (Jardim Público); Processo: 28.687/91

- 5- Praça Santos Dumont; Processo: 28.687/91

- 6- Hotel Municipal; Processo; 28.687/91

- 7- Clube Araraquarense na Esplanada das Rosas; Processo: 28.687/91

- 8- Câmara Municipal na Praça Santos Dumont (Palacete São Bento); Processo: 28.687/91

- 9- Casa da Cultura Fundart na Praça Santos Dumont; Processo: 28.687/91

Tombados pelo Estado de São Paulo (Notificação emitida em 29/07/2002, Ata nº 1255, D. O. do Estado de São Paulo em 07/08/2002):

- 10- Escolas: a) Diretoria de Ensino/Grupo Escolar Carlos Batista Magalhães — Rua Gonçalves Dias, 291 b) Escola Estadual Antonio Joaquim de Carvalho — Praça Pedro de Toledo s/n

Processo: 24.929/86

Comentário: Escolas da 1º República, pelo seu alto valor histórico na evolução educacional do Estado de São Paulo.

Tombamento em estudo (análise no CONDEPHAAT):

- 11- Usina Tamoio

Bens tombados por Leis Municipais (ordinárias), em Araraquara:

- 1- Árvores da Rua Voluntários da Pátria

Tombamento: Lei Municipal nº 3.556, de 12 de dezembro de 1988.

Comentário: preservação permanente das árvores da espécie “oiti” existentes na Rua Voluntários da Pátria, entre as Avenidas Djalma Dutra e José Bonifácio.

- 2- Árvores da Avenida Espanha

Tombamento: Lei Municipal nº 4.998, de 30 de março de 1998.

Comentário: preservação permanente das árvores da espécie “tipuana” existentes na Avenida

Espanha, entre as Ruas Padre Duarte e Expedicionários do Brasil.

Bens tombados pela Lei Complementar (Plano Diretor), em Araraquara:

Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005. Publicação: Jornal “O Imparcial” de 30/12/2005. Comentário: O artigo 136 da LC nº 350/2005, determinou o tombamento dos seguintes edifícios e espaços:

- 1) Estação Ferroviária de Araraquara, localizada na Rua Antonio Prado s/n;
- 2) Estação Ferroviária de Bueno de Andrada, localizada no Distrito de Bueno de Andrada;
- 3) Torre da antiga Fábrica de Meias Lupo, localizada na Rua Gonçalves Dias;
- 4) Igreja Matriz de São Bento, localizada na Praça da Matriz, Centro;
- 5) Hospital Beneficência Portuguesa, localizado na Avenida José Bonifácio 569;
- 6) Casa de Saúde Santa Isabel, localizada na Rua Voluntários da Pátria s/n;
- 7) Santa Casa de Misericórdia, localizada na Avenida José Bonifácio 764;
- 8) Antigo Edifício da Maternidade Gota de Leite de Araraquara, localizado na Rua Carlos Gomes 1610;
- 9) Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, localizado na Praça Pedro de Toledo, Centro, s/n;
- 10) Edifício da Estação de Tratamento de Água de Araraquara e a Praça da Fonte Luminosa, localizado na Av. Bento de Abreu s/n.
- 11) Complexo Ferroviário de Ouro, compreendendo a Estação Ferroviária, a Vila e a Sub-Estação Elétrica.
- 12) Edifício situado a Rua Voluntários da Pátria nº 1435, antigo Conservatório Musical do maestro José Tescari.
- 13) Edifício do Solar de Antonio Lourenço Correa, na Avenida São Paulo nº 660.
- 14) Imóvel denominado antiga Chácara Sapucaia, local onde Mário de Andrade escreveu Macunaíma, atual Centro Cultural Prof. Waldemar Safiotti, da Unesp de Araraquara, localizada na Rua dos Libaneses nº 1111.
- 15) Capela do Cemitério São Bento.

Fonte:

<https://www3.faac.unesp.br/patrimonio/Leis/Municipais/Araraquara/documentos%20araraquara/bens%20tombados.pdf>

Bens protegidos pelo Comphaara

- Antigo Matadouro Municipal (próximo do Residencial Paraíso);
- Praça Coronel Xavier.

Bens em processo de Tombamento do Comphaara

- Estação de Tutóia;
- Casarão do Assentamento Bela Vista;
- Bens históricos do Assentamento Bela Vista (terreiro de café, rua principal da vila, Igreja São Judas Tadeu);
- Usina Tamoio (Igreja de São Pedro, Estádio Comendador Freitas, a Praça e o Obelisco Comendador Pedro Morganti, casas da vila);
- Capela Fazenda Marilu (Entre Araraquara e São Carlos, próximo do Chibarro, à direita);
- Fachada do antigo estádio Municipal e Praça Pedro José Neto (Rua 9 entre a Avenida Brasil e a Avenida São Paulo);
- Vagão de passageiros FC 3034 da Estrada de Ferro Araraquara, construído na cidade;
- Prédio Ferroviário, construído em 1898, antes mesmo da 343ombado (no acesso da Rua Antônio Prado, com a Avenida Feijó).

Fonte:

<https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/eleicoes/NOT,3,7,1262790,Secretaria+de+Cultura+faz+estudo+inedito+com+foco+na+preservacao+do+patrimonio+historico.aspx>

ANEXO D

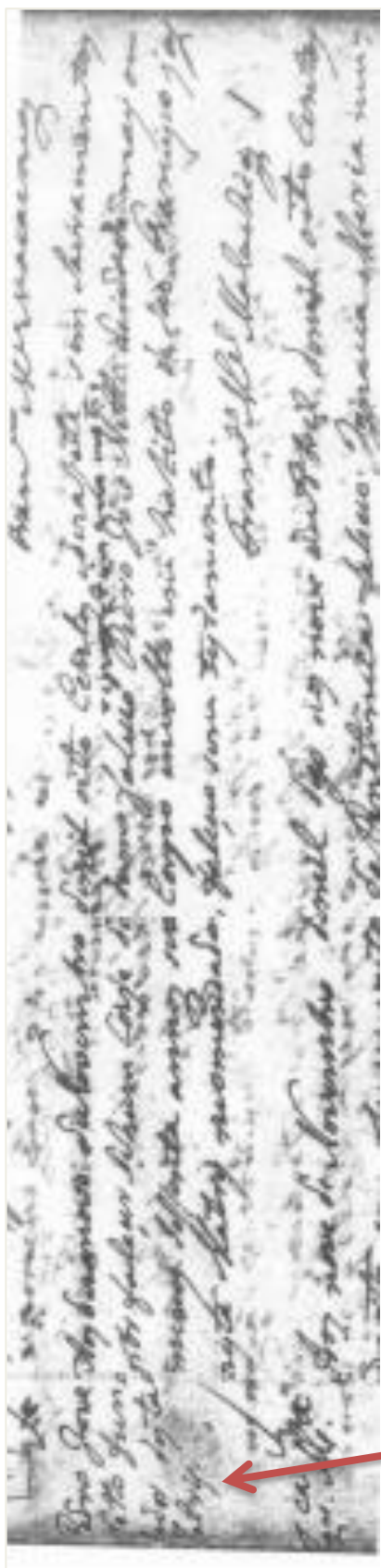
Padre Duarte - Transcrição de doação

O padre Joaquim Duarte Novais, nascido em Itu, em 29.05.1779, doou, verbalmente, 400 braças em quadra para a capela de São Bento, pedindo que se reservasse no pátio um lugar para construir sua casa e quintal, em 1º de Novembro de 1832. O Vigário, padre Francisco Manoel Malachias, foi à cidade de Itu pedir o documento ao padre Duarte, conforme este declara no mesmo.

“Digo eu, Joaquim Duarte Novaes, que entre os bens que possuo, livres, desimpedidos, era a Sesmaria do Ribeirão do Ouro, em cujo terreno doey quatrocentas braças em quadra à capela de São Bento, reservando no pateo logar para minha casa e quintal e o logar, que doey ao falecido Severino José Xavier para sua casa e quintal, para neste terreno se principiar a freguesia, vendendo aos moradores e aplicar o produto às obras da Igreja; e esta adoação fiz livremente, com acceitação do Reverndo Capellão Francisco Manoel Malachias, transferindo eu, todo jús dominio que tinha, e quando vendi a sesmaria ao Capitão Manoel Joaquim Pinto de Arruda, exceptuei este logar aduado: e porque agora me pedem documento, passo este, de minha letra, e firmo com as testemunhas abaixo assignadas. Itú, 1º de Novembro de 1832.

O Pe. Joaquim Duarte Novaes. Como testemunhas: Braz Luiz de Penna e Ignacio Fernandes Aranha”

Fonte: AGUIAR, 2003, p. 34

ANEXO E**Fac-simile da anotação de óbito de Pedro José Neto**

Aos dezenove de Novembro de mil oitocentos e dezessete, sem sacramento por falecer de hum coice de burro, faleceu repentinamente, Pedro José Neto de idade mais ou menos sessenta anos. Seu corpo envolto em hábito de São Francisco Jaz nesta Matriz recomendado, faleceu sem testamento.
Vigário Francisco Manoel Malachias

O padre Malachias anotou à margem do assento: “Pedro José Neto Fundador desta Matriz”.

ANEXO F (Exemplos de alguns estilos arquitetônicos.)

1) - Igreja de Santo André de Telões (românica)



http://www.baixotamega.pt/pages/441/?geo_article_id=388

2) – Absides e cobertura – Igreja do Monastério Ribeira Sacra, Galiza (Espanha)



<https://www.istockphoto.com/br/foto/rom%C3%A2nico-igreja-do-monast%C3%A9rio-absides-e-cobertura-ribeira-sacra-a-galiza-espanha-gm509719716-85934337>

3) – Janelas *art deco*



http://www.casaecia.arq.br/arquitetura_art_decor.htm

4) – Janelas neoclássicas românicas



<https://br.depositphotos.com/113703842/stock-photo-medieval-arched-windows.html>

5) – Edifício eclético (Pelotas/RS)



<https://archinbrazil.wordpress.com/arquitetura-ecletica/>